http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a00

Editorial

É com imenso prazer que apresentamos a comunidade acadêmica a presente Edição Especial (V.10, n.1 - 2016) sobre o tema "Cultura, Sociedade e Ambiente" - da Revista Gaia Scientia (on-line) editada pelo Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) vinculado a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O tema escolhido resultou da contribuição do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa "Sociedade, Cultura e Ambiente", cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) coordenado pelas organizadoras desta edição, em parceria com Dra. Maria Elena Martinez Torres, investigadora, professora e responsável pela docência no Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS), que ensejou um diálogo entre pesquisadores de América Latina que participam desta Edição Especial.

Os artigos que compõem este volume apresentam reflexões teóricas e resultados de pesquisas que exploram e debatem questões que nos remetem diretamente as interfaces entre cultura em sua dimensão histórica e processual, sociedade e ambiente, envolvendo diferentes grupos sociais, tais como agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas habitando diferentes ecossistemas de países latino-americanos, Chiapas Sudeste mexicano, da floresta amazônica e Nordeste brasileiro, incluindo ainda países europeus como a região insular das Ilhas Canárias e a Costa Mediterrânea francesa. Trata-se de experiências singulares que apontam para formas alternativas de desenvolvimento que se confrontam com formas capitalistas e globalizantes de economia, cujas análises remetem para o pensamento social latino-americano, incluindo a ecologia política, bem como vertentes clássicas da economia política e da antropologia.

Questões e noções caras ao debate socioambiental são debatidas no conjunto de artigos reunidos nesta publicação, tais como: modelos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, Economia social, economia solidária; a trajetória do conceito de bem-viver, capital social, capital natural, questão agrária, conflitos rurais, economia solidária e ambiente, políticas públicas e proposições de indicadores ambientais, similaridades e distinções entre países de Latino - América.

Podemos notar ao longo dos artigos uma sintonia de pensamento(s) sobre a questão socioambiental, qual seja, o pressuposto da crise do modelo contemporâneo de desenvolvimento e de civilização baseado em políticas macroeconômicas de corte neoliberal (de raiz capitalista) e políticas públicas e ambientais bem desenhadas, porém, sem efetividade. Nesta perspectiva, as análises e estudos de casos sinalizam a necessidade urgente de discussões cidadãs, controle social de políticas públicas e ambientais e principalmente, um redirecionamento urgente dos interesses de mercado e de Estados na direção do desenvolvimento sustentável e na ética do "Buen Vivir" que nos ensinam generosamente as sociedades indígenas e suas respectivas culturas tradicionais (que se ressignificam historicamente).

Nesta perspectiva, o belíssimo artigo que abre o Dossiê de autoria de Laura Collin Harguindeguy intitulado: "El Buen Vivir la emergência de un concepto", nos apresenta a emergência e a trajetória do conceito de *Buen Vivir* (sumaq Kawsay e sumaq Oamaña), inspirado e resgatado do *ethos* das culturas e tradições indígenas e incorporado juridicamente as constituições do Ecuador (2007) e da Bolivia (2009). O referido conceito formulado a partir de várias abordagens (Estado de Bem Estar Social, ecologista, culturalista) se vincula as teorias altermundistas e pós- coloniais que propõem modelos de desenvolvimento alternativos tanto ao socialismo como ao capitalismo. Trata-se de fundamental contribuição aos nossos alunos e investigadores que trabalhamos neste horizonte de uma identidade positiva, "el Buen Vivir" que mescla profundamente ambiente e sociedade, natureza e cultura. O excelente artigo que segue de autoria de Suzana Rita Presta intitulado: "Relaciones entre naturaleza-cultura-mercado en el neoliberalismo actual", realiza uma aproximação crítica a conceitos caros ao debate socioambiental e a agenda politica de muitos países, tais como: "capital natural", "economia social, economia solidaria", "economia verde" e de "desenvolvimento sustentável" a partir das relações entre natureza, cultura e mercado dentro de um marco politico e econômico neoliberal. Sua análise está baseada em documentos oficiais nacionais, neste caso, emitido por instituições argentinas e sancionados como leis (Instituto Nacional de Tecnologia Industrial – INTI, 2015) e internacionais (PNUMA, 2014; BID, 2012) e sinaliza para uma radicalização da lógica da coisificação incorporada aos referidos conceitos. Trata-se das relações entre os conceitos de "capital social" e "capital natural", omitindo sujeitos históricos que se relacionam assimetricamente e pensando a natureza como objeto: "Así la 'renta natural' es concebida como se "la renta proviniese, de manera casi providencial, de la tierra, los animales, los ríos, los mares y no de las relaciones sociales de producción y las formas de explotación". Neste sentido, argumenta a autora, baseada em Seoane (2015) que a construção do conceito de "capital natural" e dos serviços ambientais correlatos se constitui como uma forma de promover a expansão do mercado na gestão específica da questão ambiental. Portanto, se trata da mercantilização dos bens ambientais, do ambiente, da natureza e da vida em todas as suas formas. A mesma lógica se aplica à noção de economia solidária e

as práticas correlatas como funcionais ao capitalismo, à medida que, o sujeito incorpora subjetivamente - em termos de fracasso ou êxito individual, tendências que são estruturais ao mercado de trabalho. Neste sentido, desconstruir, des-ideologizar e historicizar conceitos representa o primeiro passo para vislumbrar modelos alternativos para as relações cultura, natureza e mercado.

"Notas y Perspectivas sobre la Ciudad Rural Sustentable – Santiago el Pinar. Una experiencia en Chiapas, Sureste de México", de autoria de Eduardo Gómez Gómez e Guilhermo Montoya Gómez, nos apresenta uma análise crítica de Santiago del Pinar, uma cidade rural sustentável desenhada como política pública governamental do Estado Mexicano (Cidades Rurais Sustentáveis) entre os anos de 2006 e 2012. A análise recai sobre as razões da não efetivação da referida política, uma vez que seu objetivo geral era combater os efeitos ambientais e a pobreza em sua forma extrema. A hipótese que permeia o artigo é a incorporação de uma ideologia de mercado no desenho da política pública ou seja, uma ideologia que se apropria de modos de vida tradicionais para se reproduzir em um território insurgente, o município de Larráinzar, território imaginário de domínio do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN).

O artigo seguinte de autoria de Barbara Torres e Maria Eugenia Santana Echeagaray intitulado, "Estas son semillas para ganar la batalla de la vida: tempo y resistência en huertos urbanos de San Cristobal de Las Casas, Chiapas, Mx", constitui um estudo de caso das hortas urbanas na cidade de San Cristóbal de Las Casas, Sudeste de México. A análise destas experiências nos faz vislumbrar experiências positivas e alternativas de produção (agroecologia) e consumo, formas simétricas de relação com a natureza, percepções distintas de apropriação de espaço e tempo, tendo como fundamento teórico as epistemologias do Sul e a sociologia das ausências de Boaventura de Souza Santos.

O artigo seguinte de Claudia Morales e Carolina Rivera Farfán intitulado "De peones a ejidatarios: identidades, naturaleza y cultura en la zona cafetalera de Soconusco, Escuintla, Chiapas" trata da questão agrária do Sul de México – fronteira com Guatemala, na zona conhecida como Soconusco, Chiapas. O referido artigo nos apresenta uma análise do processo de distribuição da terra, dos conflitos sociais e do povoamento da região com a formação dos *ejidos* após a revolução mexicana (1910), a promulgação da lei agrária em 1915 e a introdução da economia cafeeira no território, a análise foi construída a partir da leitura de documentos compilados no Arquivo Geral da Nação, da abordagem etnográfica e das estórias de vida e relatos das famílias camponesas que povoaram esta região.

Seguindo com o tema da economia camponesa cafeeira e dos relatos e estórias de vida o artigo de Maria Montoya e Oliverio Hernández Romero intitulado: "Globalización, neoliberalismo, y cambios en los processos de producción de café. Historias de vida, Cafetales y Culturas" aborda as mudanças contemporâneas na economia cafeeira a partir de julho de 1989, ano em que se extingue o Instituto Mexicano de Café (INMECAFE), órgão executor da política pública que regulava e subsidiava o setor e seus efeitos na economia de pequenos produtores de café. Como estudo de caso elegeu a comunidade camponesa "La Sombra" situada no município de Chiconquiaco na região da Serra do Estado de Veracruz.

Encerrando a série de artigos produzidos por investigadores e professores de México, "Clave de la economia en Chintik-Chenalló-Chiapas: Tradicion y Cambios" de autoria de Eliaz Pérez Eliaz Pérez, nos apresenta uma belíssima visão da cosmologia Maya em suas interfaces com a economia na região dos Altos de Chiapas. A etnografia focaliza a experiência recente do município de Chenalló, notadamente, a "Paraje" (localidade) de Chimtik onde vivem famílias indígenas de ascendência Maya que falam Tzotzil. O referido texto nos descreve a cosmologia Maya onde homem, a economia (baseada no cultivo e consumo de maiz) e natureza estão entrelaçados, e, as mudanças na vida cotidiana das famílias camponesas com o advento do cultivo de café e de uma economia de mercado nos Altos. A questão central que o artigo nos traz remete as múltiplas relações e inter-relações entre tradição e modernidade, mudanças e continuidades em uma comunidade indígena camponesa.

Os demais artigos da presente edição têm em sua maioria algum vínculo com o grupo de pesquisa das organizadoras e ou o programa de pós-graduação em rede, com exceção do artigo internacional das Ilhas Canárias, os quais serão alvo de breve comentário a seguir. O primeiro deles dedicou-se a investigar a proposta de desenvolvimento alternativo pautado em formas de organização social como projeto emancipatório, com base em Boaventura Santos e Garavito-Rodriguez, tendo como realidade empírica um grupo de agricultores familiares em transição para agroecologia no semiárido da Paraíba, no artigo de Ricélia Maria Marinho Sales e Gesinaldo Ataíde Cândido. A aplicação da metodologia de indicadores denominada Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Alternativo e Sustentável para a Agricultura Familiar (DASAF), cuja relevância decorre da ênfase nos princípios de igualdade, solidariedade e proteção à natureza, permitiu detectar uma tendência neste grupo de agricultores em direção à construção de um desenvolvimento alternativo e sustentável ainda que em processo inicial.

O artigo de Victoria Zuñiga de Melo e Angela Carneiro de Araújo intitulado: " Uma perspectiva holística da economia solidária, natureza e cultura" analisa as relações entre as várias correntes (Arruda e Mance) no campo da economia solidária

e natureza e cultura, as correntes entrelaçam questões filosóficas (teologia da libertação), natureza e cultura e assim, nos apresenta uma visão holística da economia solidária.

Já o artigo de Erli Marín Aranguren e Laura Lozada Ordonez propõe uma análise comparativa dos impactos da construção de oleodutos e mineirodutos para grandes empresas mineradoras no Brasil e Colômbia afetando populações quilombolas e indígenas em ambos os países, provocando sérios conflitos socioambientais que se constituem o cerne da discussão. As autoras buscaram demarcar o cenário dos conflitos em ambos os países, ao identificar os atores sociais envolvidos entre os quais os entes privados, as organizações governamentais, com destaque para as organizações não-governamentais que assumem o papel estratégico de realizar a acountability social que permite o acesso a judicialização do conflito. Esse ator social em ambos os países é constituído pelas universidades locais e por uma organização rural católica no Brasil e indígena na Colômbia, cuja eficácia de suas ações tem contribuído para melhorar a capacidade de resiliência dos grupos afetados para a continuidade de suas vidas em todas as suas manifestações.

Já os impactos decorrentes da implantação de instalações portuárias e industriais pelo Estado de Pernambuco em um estuário na praia de Suape desde a década de 1970 ensejou uma análise histórica e crítica produzida por Roberto Moretti e Monica Cox. Além da destruição de grandes extensões de manguezais, gerou fortes impactos na atividade pesqueira em razão da perda de estoques pesqueiros afetando as comunidades locais de pescadores artesanais. A pesquisa dos autores recuperou os discursos contrários à instalação por parte de um grupo de economistas da região entre os quais Clóvis Cavalcanti, bem como conseguiu recolher valiosos depoimentos dos pescadores artesanais através de entrevistas. Para os autores, estes segmentos foram ignorados, de modo que prevaleceu o projeto desenvolvimentista pautado no crescimento em prejuízo do ambiente e dos pescadores artesanais.

O artigo seguinte de Karyn Henriques, Alfonso García Hernández e Rodrigo Riera investiga igualmente os conflitos sociais entre pescadores artesanais de duas praias de Tenerife-Ilhas Canárias em confronto com a legislação de conservação de uma reserva marinha criada na área. A pesquisa se filia ao campo da antropologia marítima ao priorizar o levantamento do conhecimento local sobre as técnicas de pesca numa perspectiva *emic*. Na análise sobre a reprodução geracional, apesar do crescente declínio da atividade de pesca, revela que os pescadores atuais conservam sua identidade e expressem uma elevada resiliência em resposta as crescentes pressões advindas da ausência de política de gestão pesqueira que resulte de consensos que incorpore os interesses dos pescadores artesanais.

A festa da ouriçada em Carry-le-Rouet na costa mediterrânea francesa, que teria sido criada por pescadores artesanais, foi estudada por Juana de Oliveira Santos, motivada por um estudo anterior sobre a festa da ouriçada em Suape-Pernambuco, realizada ainda por pescadores. A perda de protagonismo dos pescadores na festa francesa, após restrições legais à pesca desde a criação do parque marinho situado na área, levou a apropriação da festa pela prefeitura, que hoje integra o calendário turístico da cidade. Na França, o ouriço é a especiaria símbolo desta festa da comensalidade ao ar livre, em que comerciantes de pescados, barracas e restaurantes locais abastecem as longas mesas dispostas nas ruas da cidade. O clima e a natureza marcam esta festa de inverno em fevereiro, no ciclo reprodutivo do ouriço, estando condicionada às condições de vento, chuva e temperatura, assim como a pesca.

As atividades extrativistas de povos da floresta amazônica, especialmente da extração do látex, foram alvo do artigo de Rubens Elias da Silva, Rogério Ribeiro de Souza e Fernanda da Silva Bonfim, sendo avaliadas como práticas de manejo que reduzem o impacto sobre os recursos bióticos disponíveis, conforme os resultados da pesquisa analisados. Com base no conceito de racionalidade ambiental de Leff, os autores mapeiam as práticas de manejo das populações locais demonstrando a capacidade de aprimoramento delas em proveito da conservação dos recursos naturais para as futuras gerações. As coletoras de sementes acumulam um conhecimento que envolve a identificação das mais resistentes e seu grau de perecibilidade, e qual o melhor período do ano para efetuar a coleta, expressando um conhecimento profundo sobre a dinâmica ecossistêmica da floresta.

O artigo de Sonia Bittencourt, diferentemente dos demais, adota um formato de ensaio ao propor uma análise que privilegia a dimensão estética e filosófica da obra literária "Dos ditos passados de Cassianã" que retrata o universo de seringueiros que migraram do nordeste para a Amazônia no período áureo da borracha. Nordestinos que se depararam com uma realidade social hostil se submetendo a um regime de trabalho escravo, e tiveram que se adaptar a vida na floresta, bem distinta da realidade semiárida de onde vieram. A análise se detém nos relatos da memória e reminiscências dos personagens em seus vínculos com o lugar de onde vieram – o sertão da Paraíba, bem como na análise sobre a relação entre os seringueiros e os objetos considerando seu uso para atos de violência, entre eles troncos, paus, serrotes e corpos fortes e sadios depois debilitados pelas doenças. A autora conclui que a obra Cassianã é uma metáfora para exprimir a violência de uma empresa capitalista.

A sustentabilidade das comunidades de terreiros de Candomblé de Salvador-BA foi discutida e avaliada no artigo de Sueli Santos Conceição e Salvador Dal Pozzo Tevizan, através de um projeto inovador de etnodesenvolvimento local de incentivo para a conservação de espaços de mata e para produção de plantas utilizadas em suas práticas litúrgicas. A política de patrimonialização dos terreiros de candomblé possibilitou ações para assegurar a continuidade deles, ameaçada pela crescente falta de áreas verdes naturais para a realização de seus rituais. O projeto revelou resultados como a instalação de hortos nos terreiros para produção de mudas e a produção de sabão a partir do reuso do azeite de dendê usado nos preparos das comidas de santo.

A formação em ciências ambientais foi alvo de uma análise crítica e fundamentada na experiência em rede do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente no artigo de Christiana Profice, Salvador Trevizan, Alexandre Schiavetti e Fabio Massena, todos vinculados ao programa integrante da rede da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC-BA. O foco da análise dos autores foi a criação da área de Ciências Ambientais junto a Capes em substituição a área interdisciplinar, que resultou na redução progressiva da dimensão socioambiental em favor da dimensão biocêntrica. Situação que tem provocado tensões e preocupações, e para solucionar este impasse os autores sugerem a adoção do conceito de consciliência de Wilson (1999), que sugere um sistema unificado de conhecimentos que reúna os saberes e disciplinas em um diálogo que ultrapasse suas fronteiras, de modo a revelar domínios ainda inexplorados da realidade.

Para fechar esta edição o artigo de Maristela Andrade e Jeandellyne Sampaio retoma o debate permanente entre cultura e natureza no âmbito da antropologia através de abordagens clássicas e contemporâneas, com o intuito de confrontar com uma realidade empírica envolvendo processos de mudança em uma população indígena. A superação da dicotomia entre cultura e natureza defendida por teóricos da antropologia é colocada em xeque, diante da realidade vivida de modernização e globalização por um grupo de indígenas que se dedicam a carcinicultura em seu território (litoral norte da Paraíba) resultando na inserção desta dicotomia. Assim, a perda da relação mítica entre presa e predador que indicava a continuidade entre cultura e natureza na cosmologia indígena, deve-se à interferência no ciclo reprodutivo de uma espécie cultivada não para o consumo, mas para o mercado. Contudo, o diálogo entre a técnica e o conhecimento local para tornar o cultivo sustentável poderá reverter esta tendência.

Por fim, agradecemos à valiosa e inestimável colaboração dos autores que contribuíram com seus artigos que compõem a presente Edição Especial da Revista Gaia Scientia. Agradecemos especialmente a Kiki Suarez que generosamente nos cedeu os direitos de imagem de seu "Cartel Ecologia" para a capa desta Edição. O Cartel está composto por um conjunto de desenhos cujo tema gira em torno das relações entre natureza e cultura e propostas alternativas para a construção de um mundo sustentável. Kiki Suarez nasceu em Hamburgo – Alemanha no ano de 1951. Chega a México no ano de 1977, onde se casa e inicia seus trabalhos em pintura e psicoterapia. Suas obras estão expostas em sua Galeria KIKI Mundo situada na cidade de San Cristóbal de Las Casas onde reside e no sitio http://lagaleriadelcorazonabierto.blogspot.mx/. Atualmente além das pinturas, atua como psicoterapeuta com foco nas questões de gênero, adolescência e velhice e é autora de vários livros dentre ele, "Las Doñas de Chiapas" em coautoria com Gayle Walker.

Maristela de Oliveira Andrade, Maria Elena Martinez Torres, Alicia Ferreira Goncalves

Joao Pessoa, Ciudad de México

Junho de 2016

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a01

El Buen Vivir la emergencia de un concepto

Laura Collin Harguindeguy [1]

[1]*Doutora em Antropologia Social - ENAH- Escola Nacional De Antropologia e História. Professora e investigadora no Colério de Tlaxcala. Profesora visitante en el Centro Argentino de Etnología Americana. Profesora investigadora de el Colegio de Tlaxcala.Investigadora da Rede Latino americana de Economia solidaria. Investigadora da Ripess (Rede Investigacao em Economia Social e solidaria) Europa e Ripess Internacional Integrante da (COREDEN) . E-mail: lauracollin@gmail.com*

Recebido em 16 de novembro de 2015. Aceito em 30 de dezembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – El la idea del buen vivir, emerge como concepto en las constituciones de Ecuador (2007) y Bolivia (2009). Si bien seguramente tiene algún tipo de génesis histórica, no tiene mayor aparición pública, hasta las mencionadas cartas magnas. A partir de ese momento las publicaciones sobre el tema se multiplican vertiginosamente. En el artículo se intenta una sistematización sobre los diferentes enfoques a partir del cual se retoma la noción: quienes la invocan desde el modelo del estado de bienestar y su lógica redistributiva, la versión ecologista, la de los propios actores y la que entiende le buen vivir como lógica cultural, asimismo se vincula con las teorías que buscan modelo alternativo, tanto al capitalismo como al socialismo.
Palabras Clave: *Altermundismo, Buen vivir, Modelo económico.*

Well-being the emergence of a concept

Abstract – Good living appears in Ecuador Constitution (2007) and Bolivia´s (2009). Since that moment, a lot of articles and book are publish and the concept begun to be discussed in academicals and political spaces. In this paper I intent a systematization of the different points of view about the subject: from the welfare state, ecologic concerns, the native point of view and those that treat it like a cultural logic. Finally I join this good living proposal with other theories searching an alternative model from capitalism and socialism.
Key Words: *Alter, Well-being, Economic model*

O bem viver a emergencia de um conceito

Resumo – A ideia do bem viver emerge como conceito nas constituições do Equador (2007) e Bolívia (2009). Embora tenha certamente uma gênese histórica não tem maior visibilidade pública, até as mencionadas cartas magnas. A partir desse momento as publicacões sobre o tema se multiplicam vertiginosamente. No artigo se busca uma sistematização sobre os diferentes enfoques a partir do qual se retoma a noção: quem as invocam a partir do modelo do estado de bem estar e sua lógica redistributiva, a versão ecologista, a dos próprios atores e a que entende o bem estar como lógica cultural, também se vincula com as teorias que buscam modelo alternativo, tanto ao capitalismo como ao socialismo.
Palavras-Chave: *Altermundismo, Bem viver, Modelo econômico*

La emergencia de un concepto

El la idea del buen vivir, emerge como concepto en las constituciones de Ecuador (2007) y Bolivia (2009). Si bien seguramente tiene algún tipo de génesis histórica, no tiene mayor aparición pública, hasta las mencionadas cartas magnas. En despecho de su supuesto arraigo en las culturas andinas se presentan sospechas sobre su invención reciente. Independientemente, de si su formulación como concepto es reciente o arcaica, resulta interesante observar como una idea se constituye, en corto plazo, en un objeto teórico. La primera vez que intenté escribir sobre el tema, apenas se encontraban referencias académicas en internet, la tesis de Tortosa (Tortosa, 2009) mientras que las restantes referencia eran notas periodísticas. A partir de 2011 las publicaciones se multiplican y el tema comienza a ser debatido profundamente evidenciándose al menos tres corrientes, una que incorpora la idea de buen vivir al discurso redistributivo del estado de bienestar, otra centrada en la relación con la naturaleza y una más que intenta descifrar la existencia de una lógica alternativa.

¿A qué se debe el auge repentino de una idea —antigua o moderna— como el Buen Vivir? En mi opinión la idea se difunde como pólvora pues sintetiza, en dos palabras, parte de las búsquedas de alternativas a la sociedad industrial, tanto en su versión capitalista como socialista, que hasta el momento solo han encontrado formulaciones negativas o de alteridad. Por otra parte, proporciona un ejemplo fehaciente, para la propuesta del pensamiento poscolonial.

Las críticas al desarrollo llevan al menos medio siglo. La formulación de teorías alternativas un poco menos, pero aún se evidencia la carencia de conceptos o palabras sustitutivas que no recurran a la identidad negativa, una de las pocas que conozco es la propuesta del *florecimiento* (Boltvinik, 2007), que contrapone al desarrollo, de raigambre evolucionista y lineal, la mirada cíclica propia de la naturaleza. Contrariamente, la mayoría siguen anclados en la nomenclatura negativa como *posdesarrollo*, *posindustrial*, *poscolonial* o *decrecimiento*. En ese contexto, de carencia de conceptos alternativos, el buen vivir, en tanto formulación doblemente positiva, aparece como una idea emanada del pensamiento no occidental y en ese sentido sería coincidente con la búsqueda poscolonial. Todos los "*pos*" de la *posmodernidad* por fin encuentran una identidad positiva: Buen Vivir.

El buen vivir a debate

La construcción conceptual, pareciera seguir caminos divergentes. Una primera orientación reinterpreta el concepto étnico desde la óptica del estado de bienestar y en consecuencia pretende transformarlo en políticas públicas redistributivas, ya en versiones cercanas a la socialdemocracia (Acosta, 2010; Féliz, 2010; Houtart, 2010; Ramírez, 2010; Gudynas y Acosta, 2011; Manosalvas, 2014) o más radicales, con el atributo de socialistas (Antunes, 2010; Hendel, 2010; Le-Quang, 2013). Por su prolífica pluma destaca Alberto Acosta, quien fungiera como Presidente de la Asamblea Constituyente del Ecuador, y como ministro de Energía y Minas, para luego asumir una posición crítica frente al gobierno de Correa, por la dependencia de su gobierno del extractivismo. El estado de bienestar, socialista, social demócrata o laborista, presupone la existencia de un centro que concentra para luego redistribuir, en forma de bienes o servicios.

Como mecanismo de integración (Polanyi, 2006), la redistribución se diferencia de la reciprocidad que pareciera caracterizar a muchas de las poblaciones originarias de América. La conciliación entre el esquema *emic* vinculado —por casi por todos los autores— a estructuras horizontales de reciprocidad, con las políticas estatales que por definición se estructuran del centro a la periferia, o en términos más sencillos de estructura vertical, parece una tarea ardua, si no imposible —contradicción señalada con precisión por Gudynas (2010) —de allí que los autores de esta corriente prefieran centrase en el problema ambiental, la legislación pertinente y la concesión de derechos a la naturaleza, como repuesta a la veneración de la pachamama, y dejar de lado la lógica productiva:

> [...]Buen Vivir tiene que ver con otra forma de vida, con una serie de derechos y garantías sociales, económicas y ambientales. Armoniosa entre los seres humanos individual y colectivamente, y con la Naturaleza. En esencia, busca construir una economía solidaria, al tiempo que se recuperan varias soberanías como ejes centrales de la vida política del país y de la región (Acosta, 2010, pág. 194).

Como se observa en la cita anterior, desde la perspectiva del estado, el buen vivir se sintetizaria en terminos de derechos constitucionales y recuperación de soberania, se supone que del estado, ambos conceptos propios de los postulados nacionalistas de garantistas del llamado estado de bienestar y si bien los diferentes autores reconocen al buen vivir como una filosofia de vida diferente, omiten los aspectos relativos a la producción para limitar el alcance a la esfera del consumo, considerando que "la acumulación permanente de bienes materiales no tiene futuro" (Acosta, 2010). En mi opinión constituye una interpretación reduccionista que limita lo que sería una forma diferente de valorización de aspectos vitales a la desvalorización de la posesión de bienes materiales.

La vertiente que crítica, la visión estatista señala la posible existencia de ventriluoquismo (Zaldívar, 2013), donde ambos conceptos, el quechua y el aymara habrian sido inducidos para dar color etnico a las politicas populista de los hoy gobernantes electos.

No muy diferente es la propuesta del *eco-socialismo* que si bien cuestiona el productivismo propio de los socialismos reales, conserva como funciones centralizadoras del estado la planeación racional de los bienes en función de las necesidades. Incorporando el esquema marxista los ecosocialistas, recuerdan que la crítica del modo de consumo debe estar acompañada de la del modo de producción y proponen "refundar este socialismo tomando en cuenta la ecología y liberándolo del productivismo" (Le-Quang, 2013). Lowy lo define como la: "corriente de pensamiento y de acción ecológica que hace suyos los logros fundamentales del marxismo, mientras que se deshace de su escoria productivista. Para los ecosocialistas, la lógica del mercado y de la ganancia [...] es incompatible con las exigencias de salvaguardia del ambiente natural (Löwy, 2011), de manera similar Gortz sostiene: Es imposible evitar una catástrofe climática sin romper de manera radical con los métodos y la lógica económica que impera desde hace 150 años. El decrecimiento es un imperativo de superviviencia (Gorz, 2010)

En el esquema no productivista pero si centralista: "la planificación tendría como objetivo pensar simultáneamente el corto y el largo plazo para efectuar una transición que sea lo más corta y lo menos dolorosa posible" (Le-Quang, 2013). Es decir que desde el estado se decidiría cuáles serían los bienes que satisfacen las necesidades de la población, propuesta en abierta y rotunda contradicción con la diversidad cultural, la autogestión y la autonomía. Aparentemente el eco socialismo se libera del productivismo, por entender que este resulta antiecológico pero no del autoritarismo. Se puede coincidir con Le-Quang y que el eco socialismo aportaría al buen vivir una visión crítica. La visión estatista reinterpreta el buen vivir desde su mirada redistributiva y centralista, que no ve o no reconoce las capacidades autopoyéticas de la lógica comunitaria, y a lo más que acierta es a utilizar la palabra como adjetivo, en la fórmula de *socialismo comunitario*. Coinciden con las otras tendencias en cuanto a la necesidad del cambio en cuanto a la valoración de los bienes materiales: "El objetivo supremo del progreso técnico para el socialismo de Marx no es el crecimiento infinito de posesiones («el tener») sino la *reducción de la jornada de trabajo* y el *crecimiento del tiempo libre* («el ser») (Lowy, 2004). Una versión eco socialista, divergente y polémica, que se aleja de la planificación para acercarse a la autonomía y la autosuficiencia es la de Gortz quien propone que: "el mejor medio para salir del todo-mercado pasa por «producir lo que consumimos y consumir lo que producimos" (Gorz, 2010).

Una segunda tendencia asume el tono moral, propio del discurso religioso para reinterpretar el sentido del Buen Vivir en términos de valores que atañen a las relaciones entre los seres humanos como solidaridad y reciprocidad (Bautista, 2010; Medina, 2010; Pagliccia, 2010;), miradas ontológicas como la complementariedad (Bautista, 2010; Medina, 2010;), el cuidado (Medina, 2010; García-Álvarez, 2014) y en especial las ideas que refieren a la consideración de la naturaleza como ser vivo (Bautista, 2010; Féliz, 2010; Mamani-Ramírez, 2010; Pagliccia, 2010; Sejenovich1, 2010). El defecto de la visión desde los valores radica en lo que podríamos llamar su subjetivismo, donde el cambio corresponde a la elección valorativa de las personas. Esta visión moralista bien merece la catalogación como "invención epistemológica" que se alimenta de las luchas ecológicas que preocupan a un mundo en crisis" (Muyolema, 2012). Algunos de estos valores, revalorados pueden ser adjudicados efectivamente a las culturas andinas como la idea de complementariedad, sin embargo otros como el de solidaridad pertenecen a la tradición utópica vinculada a la iglesia católica y que hoy se expresa a través de la llamada Sociedad Civil, mientras que la idea del cuidado se origina en la llamada perspectiva de género, se enmarcan por tanto en lo que los autores del prólogo del libro denominan una nueva utopía y por tanto en la voluntad de las personas.

La tercera, con la que coincido, es la que reinterpreta el *buen vivir* en términos de una lógica o *racionalidad cultural* (Albó, 2010; Galafassi, 2010; Hendel, 2010) que imprime a la conducta, el sentido de la reproducción de la vida y de la satisfacción de necesidades (Antunes, 2010). La lógica reproductiva (Hinkelammert, 2008) se vincula con la autosuficiencia y la autonomía —que no autarquía— y con los espacios locales-regionales (Zibechi, 2010; Collin, 2014; García-Álvarez, 2014; Unceta, 2014), aunque puedan ser discontinuos y en diferentes nichos ecológicos, entendidos como comunitarismo (Medina, 2010) y con el socialismo comunitario (Santos, 2012). Nivel de autonomía contradictorio, con el esquema estatal redistributivo. Esta mirada, que interpreta al buen vivir como sistema de pensamiento, encuentra estructuras semejantes en culturas orientales y africanas (Albó, 2010; Mamani-Ramírez, 2010; Medina, 2010; Vanhulst, 2013; Unceta, 2014;) a las que pueden agregarse las europeas precapitalistas como las que describe Chayanov (Chayanov, 1966). La perspectiva cultural suele vincularse con el señalamiento de la existencia de una crisis civilizatoria (Bautista, 2010; Féliz, 2010), la crítica del desarrollo (Mamani-Ramírez, 2010; Gudynas, 2010; Gudynas y Acosta 2011); el maldesarrollo (Tortosa, 2009), la caducidad del paradigma cartesiano (Albó, 2010) y la emergencia de nuevos esquemas de pensamiento (Bedregal, 2010; Medina, 2010) Si bien, con funciones expositivas, intento sistematizar y diferenciar las posiciones, en la los textos las posiciones no son tan claras, y quienes realizan propuestas distributivas, de igual manera mencionan el

cambio de paradigma, o aluden a los valores, indicando la existencia de un conjunto de busquedas que consideran posible un mundo mas alla del capitalismo, o *otros mundos posibles*, y que esa forma de ver el mundo ha existido previamente y puede volver a hacerlo.

Uno de los temas que parece llamar la atención, de quienes discuten la idea del buen vivir, es "autenticidad del concepto; si realmente el *sumaq kawsay* y el *Sumaq Oamaña* existen como propuesta en sus culturas de referencia. Desde una perspectiva dinamista la discusión resulta irrelevante, en tanto las culturas no son estáticas, innovan e incorporan palabras y conceptos de manera constante, en función de las necesidades expresivas, de las realidades cambiantes, de la incorporación de nuevos elementos. La pregunta que vale la pena contestar no remite tanto a su carácter esencialista y su posible origen arcaico –que se enmarcaría en una visión estática de la cultura- sino si la contraposición entre buen Vivir y *vivir mejor* propia de la ideología del confort responden a sistemas valorativos y lógicas diferentes. En términos pragmáticos y tal como los detractores del pensamiento alternativo suelen argumentar, si es cierto que toda la gente en el fondo desea vivir en Miami rodeados de gadgets que simplifican la vida, representando el ideal del *american way of life*. Proponer un ideal de vida diferente, implica valores —no en el sentido de valores abstractos sino—, en el de las elecciones concretas que suponen una preferencia o escala valorativa. Cada elección supone una preferencia y por tanto incluye una jerarquía, que mueve la elección. La segunda cuestión remite a la ordenación de ideas que guían esas elecciones, es decir la lógica implícita o sistema de pensamiento

La idea de un *buen vivir* confronta la oferta de *confort*, propia del *american way of life*. Mientras la idea de confort puede sintetizarse en la fórmula: a más dinero, más consumo; la de Buen vivir parece valorar el tiempo disponible para el esparcimiento los rituales y las relaciones sociales, priorizando la satisfacción de las necesidades no-materiales. La noción de *buen vivir* o *buena vida* supondría un cambio de óptica con respecto a los criterios cuantitativos que suelen manejar los economistas como el de producto interno bruto (PIB) que solo considera indicadores de crecimiento de la producción manejados en términos monetarios. Contrariamente el *buen vivir* supone incorporar elementos intangibles referidos a la cultura, sobre todo al sistema de relaciones sociales, pero también la satisfacción de necesidades de manera social o individual sin necesidad de recurrir al mercado, como las esferas de la recolección, la auto-subsistencia y la producción doméstica, en esta última categoría, no considero exclusivamente a las llamadas actividades de traspatio, sino también a lo que ha sido denominado la economía o el trabajo invisible. Algunas feministas, han demandado la contabilización del trabajo invisible y su incorporación a la cuenta pública, como parte del PIB, así como su remuneración monetaria, de así hacerlo se estaría mercantilizando, uno de los pocos reductos de la reciprocidad. Contrariamente el cambio de los indicadores de buen vivir, podría representar una transición hacia la revalorización de los aspectos solidarios y recíprocos de la economía. Las formas de satisfacción de las necesidades varían sustantivamente desde la lógica del Buen Vivir y las ofertas del mercado. Mientras la característica del mercado es que los satisfactores se reducen a mercancías que se compran con dinero en el esquema de buen vivir se obtienen mediante el esfuerzo propio, la reciprocidad, y la disposición de tiempo.

Otras Lógicas

La existencia de una lógica con otras prioridades e inclusive otra racionalidad (Sahlins, 1997) no es nueva, se intuye en la descripción que Chayanov (1966) hiciera de las sociedades campesinas, donde el esfuerzo del grupo sería proporcional a las necesidades de reproducción social, tal formula focaliza sobre en el factor esfuerzo-trabajo y la falta de sentido de acumulación-ahorro, mientras que solo tangencialmente y de manera irónica remite a la valoración de otras necesidades, cuando señala que: «…el resto todo es reír y cantar». La reproducción social como la preocupación dominante de las sociedades domésticas es reiterada por Melliassoux y agrega como características de las sociedades domésticas: que la tierra constituye un medio de trabajo (no una mercancía), proveen libre acceso a la tierra, las aguas y las materias primas, los medios de producción son individuales y que se asocian con la *autosubsistencia*, a la que diferencia de la autarquía dado que no excluyen relaciones con otras comunidades, ni la existencia de especialistas (1975). La discusión sobre la posibilidad de la existencia de lógicas económicas diversas fue motivo de la polémica entre formalistas y sustantivistas en los setentas (Véase (Godelier, 1976) y se reedita actualmente atendiendo a la relación hombre naturaleza:

> Dentro de las perspectivas *heterodoxas* se han elaborado algunas corrientes teóricas que responden a algunas de las transformaciones del territorio rural a partir del análisis de una relación fundamental: régimen de propiedad-racionalidad-sustentabilidad. Estas corrientes hacen alusión a que las racionalidades alternas responden a incentivos y motivaciones sociales y no únicamente a las individuales (Barkin D. y., 2009, pág. 78).

En tiempos de la fe en el *progreso* y su heredera la teoría del *desarrollo*, la lógica reproductiva o de *buen vivir* fue responsabilizada por la supuesta apatía, falta de espíritu emprendedor y de cultura del trabajo en las poblaciones originarias amerindias y de África, mientras que sus negativas a aceptar las pautas occidentales fueron interpretadas como *resistencias culturales.* En los tiempos en que el paradigma evolución-progreso-desarrollo, fue hegemónico la descripción de otras lógicas se interpretaba como rareza antropológica, y con el culto al buen salvaje. Contrariamente, hoy cuando el paradigma cartesiano evolutivo comienza a ser cuestionado y se intuye la emergencia de un nuevo paradigma, desde diferentes ramas disciplinarias se desarrolla una nueva mirada sobre las lógicas y saberes de las sociedades tradicionales y se reivindica la idea de *buen vivir*, como su expresión en términos de racionalidad práctica.

La evidencia en cuanto a la existencia de una pluralidad de formas económicas, llevó a la necesidad de buscar una definición que no se limitara a repetir la imagen del *hombre ahorrador*. Para hallar tal definición, en vez de partir de falsas premisas como la de la *escases* y el natural deseo de acumulación —falsas porque la datación histórica y etnográfica no las confirman—, se partió de dos premisas diferentes: los seres humanos tienen necesidades que satisfacer y no pueden hacerlo sin una interacción con el medio ambiente y con otros hombres, la definición sustantiva entiende a la economía como *un proceso institucionalizado de interacción que sirve para la satisfacción de las necesidades*, en opinión de Polanyi (2009) es posible generalizar tal definición, pues sin esas condiciones ninguna sociedad existiría durante un largo período de tiempo.

En su momento, el hallazgo de una definición sustantiva de lo económico solo afectó al gremio antropológico, que durante años parecíamos los únicos en conocer a Polanyi o las UD (Unidades Domésticas), sin embargo, primero con los estudios campesinos, y más recientemente con la necesidad de encontrar respuesta a la posibilidad de un modelo alternativo, las aportaciones desde las diferentes disciplinas comienzan a converger. Desde las ciencias ambientales y la biología se aportan las búsquedas en torno a la sustentabilidad de los sistemas, mientras desde las ciencias sociales se retoma la discusión sobre las necesidades humanas y su forma de satisfacción para sumar miradas a la posibilidad de la existencia de otras lógicas económicas.

Si se coincide en cuanto a que el *bienestar* es el fin de la actividad económica, el punto de partida sería preguntarse por los contenidos del bienestar, o ¿cómo se logra el bienestar? El modelo consumista confunde el *bienestar* con el *confort* y este con el consumo incesante, de objetos destinados a convertir a la tierra en un inmenso basurero, y a las personas en adictos a la renovación constante de modelos. Pensar en el bienestar desde otra perspectiva implica re-considerar la *Teoría de las necesidades* y reconocer que estas no se limitan a las materiales, sino que incluyen con igual importancia a las necesidades cognitivas, emocionales y de desarrollo (Boltvinik, 2007). A partir de considerar las *necesidades humanas* Boltvinik propone una nueva mirada de la riqueza como *desarrollo de capacidades y necesidades humanas* (2007).

Necesidades Humanas y formas de satisfacerlas

Teoría de las necesidades		Ofertas del mercado	Buen vivir
Sobrevivencia	Alimentación	Chatarra: mucho y dañino Fast food: comprado hecho deliverys	Comer bien; sano y sabroso Autoproducción
	Refugio	Casas y ciudades dormitorio Coche lujoso (la casa importa menos	Casa grata, espacios verdes, y para sociali-zar orgánica
	Seguridad	Empresas de seguridad Enfermedad como negocio	Por conocimiento mutuo y confianza Autocuidado de la salud
Cognitivas	Saber Entender educarse	Educación formal para obtener grados: empleabilidad Privatización de la enseñanza	Saberes tradicionales curiosidad Capacidad crítica y analítica Recreación=educación
Emocionales y de estima	Afecto Amistad Amor Reputación	Individualismo y competencia Familia disgregada (cada uno en su cuarto con su pantalla Autosuficiencia Vales lo que tienes	Tiempo y espacio para relaciones sociales y familiares Unidad domestica Prestigio por mérito
De crecimiento	Logros Autorrealización Trascendencia	Trabajo por dinero Consumismo Entretenimiento: TV, shopping, telenovelas	Trabajo y actividades creativas Tiempo para pensar y reflexionar

Cuadro construido retomando a Bolvitnik (2007) elaborado por Collin, Laura y Paola Lemus, Foro

El buen vivir a partir de la datación etnográfica

La carencia de una definición conceptual puede subsanarse, infiriendo preferencias y valores a partir de la datación etnográfica previa. Varios de los temas abordados por los antropólogos refieren a las prácticas de los pueblos indios, y su permanencia, indicaría que presuponen una escala de valores. Al menos tres temas recurrentes en la etnografía dan cuenta de aspectos de las lógicas que animan la cultura tradicional: los sistemas de fiestas, la persistencia de la familia extensa con gasto compartido y el sistema milpa.

El complejo sistema ritual y festivo ha sido y es objeto de múltiples descripciones etnográficas y motivo de intentos de explicación. Sin entrar a discutir las teorías respectivas, resulta evidente que la compleja organización ritual teje un complejo entramado de relaciones sociales, orientadas tanto a mantener sistemas festivos como a construir redes de reciprocidad y parentesco ficticio. Redes que inciden también en otros ámbitos y que con cierto dejo peyorativo han sido interpretadas como *estrategias de sobrevivencia* (Lomnitz, 1975; Oswald, 1991). La persistencia de los sistemas de fiestas, indican una preferencia: la de dedicar tiempo a las actividades sociales y el esparcimiento. Elección que se privilegia por encima de la laboral. La valoración del espacio festivo y las relaciones sociales, por encima de las destinadas a conseguir ingresos, ha sido motivo de crítica e incomprensión, ignorando que el afecto y el esparcimiento constituyen necesidades humanas, tan básicas como la alimentación y las redes de relaciones un recurso de vida, que algunos mercantilizan definiendo como capital social (Bourdieu, 1987). El ritual se asocia a las representaciones de lo sagrado, y en este campo la persistencia de un cierto animismo, mantiene —aunque de forma disminuida—, relaciones de reciprocidad y negociación con la naturaleza, que inciden en la conservación de recursos naturales como el bosque y los manantiales (Boege, 2008).

La *familia extensa*, con gasto compartido, no es otra cosa que la *unidad doméstica* descrita páginas atrás, donde los diferentes

miembros de la familia colaboran a la reproducción de grupo familiar, sin que existan relaciones salariales al interior, y si existen al exterior, de cualquier forma parte del ingreso se suma al gasto conjunto. Se entiende en este marco el envío de remesas por parte de los migrantes. Esta modalidad, propia de las sociedades campesinas, con división sexual y generacional del trabajo, se traslada al medio urbano, sobre todo en las actividades comerciales y artesanales, para establecerse como la modalidad propia de la *economía popular* según Coraggio (2003) y Razetto (1988). La ausencia de relaciones salariales y por tanto de registro formal ante instancias fiscales y de seguridad social, facilita el que, desde la visión moderna, se los descalifique considerándolos *economía informal*. La crítica emana de una visión cerrada que solo contempla como trabajo válido al *empleo* y las relaciones salariales. La UD, constituye una forma de organización y división de trabajo, que si bien pueden ser cuestionada por mantener estructuras patriarcales, también es cierto que la flexible organización de tiempo y esfuerzo, permite a sus miembros cumplir con otros fines extra-laborales: de estudio, deporte o esparcimiento, maximiza los ingresos por incorporarse a un gasto compartido y minimiza los egresos por compartir la infraestructura doméstica.

El tercer elemento, que apunta a la existencia de una lógica económica diferenciada, es el llamado *sistema milpa*, base de la subsistencia mesoamericana desde tiempos inmemoriales y en franco retroceso a partir de la acción misionera de extensionistas y promotores del desarrollo, empecinados en implantar el monocultivo. La base del sistema milpa es la biodiversidad y por tanto la interdependencia. En la milpa se combinan especies vegetales que conviven con animales, tanto insectos como animales domésticos. El resultado suele ser que en una superficie pequeña se obtienen productos diversos por lo general destinados al autoconsumo y a proporcionar una dieta variada. La orientación a la autosuficiencia, fue devaluada y considerada como marginal. Los productos de autoconsumo no se consideraron como ingresos y por tanto a sus consumidores se los calificó como pobres.

En realidad, el sistema milpa se opone al monocultivo, no solo por los fines que persigue —producción de mercancías o bienes de uso— sino, en términos de lógica, la lógica de la diversidad, la interdependencia y la mezcla, propia de la naturaleza, contra la lógica de la especialización, la separación en compartimentos estancos, y de la hibridación del pensamiento moderno, y la creencia en la ingeniería social a gran escala. Bauman (2005) califica a esta última como la lógica del jardinero que quita las malezas y modela a la naturaleza con criterios de orden formal. Esta lógica extendida a la sociedades se expresa en la necesidad los occidentales de domesticar a los *otros culturales* cuando no de exterminarlos. Al orden casi matemático de los jardines occidentales, se opone el desorden crónico de la milpa, donde la convivencia de organismos ha dado lugar a la polinización cruzada y el surgimiento de nuevas razas y clases. La metáfora del jardinero contrapone las culturas cultivadas, producidas, dirigidas y diseñadas por una parte y las culturas silvestres o "naturales", por la otra.

Por último el llamado comunitarismo que subordina los interese individuales a los comunitarios, y donde la pertenencia a la comunidad implica obligaciones, como en la minga andina, y las faenas en Mesoamérica.

Si interpretamos estos patrones culturales en términos de lógica se puede inferir la valoración de la diversidad y de la interdependencia, entre las personas y con la naturaleza, la consideración de la actividad económica como parte de las relaciones sociales[1], y la valoración del tiempo dedicado a las relaciones sociales y el esparcimiento. En términos de finalidad destaca la orientación del esfuerzo a la obtención de los bienes necesarios para la reproducción social.

Una nueva mirada que compare las lógicas del *buen vivir* y del *confort* en términos de la satisfacción de necesidades podría cuestionar la auto imago de satisfacción del occidental consumista. Mientras la lógica occidental pareciera reconocer solo las necesidades materiales, la idea del *buen vivir* parece más equilibrada. Al parecer, por el tiempo y la energía que se dedican a satisfacer las necesidades emocionales y de estima, estas se encontrarían plenamente satisfechas, al igual que las creativas, dado el vínculo que se mantiene con la naturaleza y con el producto del trabajo. Cabría dedicar más atención a las necesidades cognitivas, pues si bien la literatura antropológica recalca la cuestión de los saberes tradicionales, tantos años de su sistemática devaluación deben haber hecho efecto, tampoco debe dejarse de lado la denominada tiranía comunitaria (Touraine, 1997), que desalienta el pensamiento crítico o disidente.

La modernidad, en sus diferentes etapas, ha tendido a privilegiar la obtención de dinero (riqueza, en Adam Smith) sobre cualquier otra actividad, así como a transferir la satisfacción de necesidades al mercado, donde se compra algún bien o servicio. Contrariamente, en las economías tradicionales la mayoría de las necesidades son satisfechas de manera autogestiva y por participación social, tanto de los miembros de la UD como de la comunidad y, hasta fechas recientes, no implicaban costo en dinero. De hecho, hasta el momento solo la satisfacción de las necesidades básicas o de sobrevivencia, parecen depender del mercado y por tanto del dinero. En la perspectiva moderna son cada vez más las necesidades que se transfieren al mercado, redundando, en muchos casos, en la adquisición de pobres sustitutos de la verdadera satisfacción —sexo en vez de amor, contactos en vez de amigos, *fastfood* en vez de comida, guardería en vez de abuela—. Por otra parte, la lógica de la reproducción ampliada del capital, se extiende a los actos de consumo, con el mas es mejor, donde la apología de lo grande y abundante sustituye a la satisfacción. La lógica de la suficiencia parece ir en sentido opuesto. Foster, no sin dejo crítico, señalaba que "buena parte de la conducta se puede explicar si se la considera como una función del presupuesto de que casi todas las cosas buenas de la vida existen en cantidad pequeña y limitada (Foster, 1972). A la idea de suficiencia Illich la denomina austeridad convivial (Illich, 2006).

Cambiar la mirada: otras teorías

El pensamiento que denomino alternativo incluye una serie de búsquedas de un modelo o teoría que permita construir una propuesta diferente tanto del capitalismo como del socialismo, frente a la constatación que no solo se enfrenta un sistema excluyente sino y sobre todo la posibilidad de un colapso ambiental que ponga en riesgo la sobrevivencia de los seres humanos sobre la tierra y la tierra misma, en términos de Lowy: "No es ceder al «catastrofismo» constatar que la dinámica del «crecimiento» infinito inducido por la expansión capitalista amenaza los fundamentos naturales de la vida humana en el planeta" (Lowy, 2004).

A partir de que Meadows, en 1964, propusiera la existencia de límites al crecimiento, la idea fue floreciendo hasta convertirse en realidad irrefutable, a pesar de los intentos descalificatorios de supuestas fuentes académicas de dudoso financiamiento. En el camino entre el escepticismo, la duda y la constatación fue dando origen a diferentes respuestas desde la academia, los movimientos sociales y desde "el sentido común".

Si Meadows posicionó el tema, tal vez la referencia teórica

1 Polanyi (2006) considera a las actividades económicas *Embeded*, en las relaciones sociales. El termino *embeded* va más allá de la idea de formar parte, una parte puede ser separada del todo en cambio embebed supone una relación intrínseca.

central se encuentra en Georgescu Roegen (Georgescu-Roegen, 1975) que introduce la noción de entropía al análisis de los fenómenos económicos y traduce en términos de carga los riesgos del crecimiento y el productivismo. La hoy popularizada *huella ecológica* constata que el desarrollo no alcanza para todos. Como corriente de pensamiento adopta el nombre de *ecología política* (Martinez-Alier, 2014), que publica en la revista homónima trabajos que demuestran la irracionalidad energética de la economía global. Su propuesta, el decrecimiento ha sido popularizada por Latouche (Latouche, 2008).

La búsqueda teórica desde la izquierda histórica adquiere identidad con el nombre de ecosocialsmo (Löwy, 2009; Gorz, 2010). Al socialismo real le critican su productivismo al tiempo que procuran encontrar indicios de pensamiento ecologista en Marx, más difícil les resulta, romper con la racionalidad planificadora, y la propiedad colectiva. Ambas vertientes coinciden en señalar la necesidad de modificar patrones de producción-consumo y retoman la fórmula de Ilich de austeridad convivencial (Illich, 2006)

Si la antropología se ha caracterizado por visibilizar la existencia de otras racionalidades, corresponde a Escobar con su propuesta del pos desarrollo el mérito de haber reconocido su potencial como modelo civilizatorio. Partiendo —al igual que muchos otros—, de la crítica del desarrollo como modelo, aborda experiencias concretas de reproducción social, no productivistas.

Desde los movimientos sociales contrarios a la globalización, visibilizados en Seattle y el Foro Social Mundial, la propuesta pareciera adoptar el nombre de *economía solidaria*, vinculada a los proyectos de la hoy disimulada teología de la liberación, representada por las autonomizadas organizaciones laicas, luego *sociedad civil* que en su momento asumieron causas ciudadanas como la *educación fundamental*, los movimientos populares, étnicos o campesinos, las *cooperativas* y la realización de proyectos productivos. El énfasis sobre las cuestiones ecológicas coincide con el viraje de la teología de la liberación, que después de coquetear con el marxismo, se suman a la pastoral de la tierra (1992). Destaca sin duda el teólogo Leonardo Boff (Boff, 2002) por su capacidad para la difusión, aunque refleja mayor capacidad analítica, el también teólogo Franz Hinkelamert, que aporta de idea de lógica reproductiva (Hinkelammert, 2008).

En el aspecto práctico se refleja en la incorporación a los proyectos productivos, orientados a la obtención de ingresos, componentes de producción orgánica y la reorientación hacia la autosuficiencia, transitando de las reformistas cooperativas —cuyo fin era convertir a los pobres en capitalistas (Walras, 2003)—, hacia esquemas de economía solidaria que se asumen en términos de otredad con el capitalismo, e incorporan como fin de la producción la satisfacción de necesidades, contraponiendo a la fórmula de la *reproducción ampliada del capital*, la de *reproducción social ampliada de la vida* (Coraggio, 2009).

Dejando en el tintero otras propuestas también orientadas a superar el capitalismo, no quiero dejar de mencionar las corrientes que desde la cotidianeidad proponen alternativas de vida como la salud holística, el New Age y movimientos de jóvenes que en nombre de Gaia y la energía, están cambiando su modo de vida.

El común denominador de todos estos caminos o propuestas es la necesidad de cambiar el estilo de vida y en ese sentido la propuesta del buen vivir proporciona un nombre al nuevo estilo que: Será infinitamente menos fútil, menos estresado, menos apresurado, en una palabra: más rico (Tanuro, 2011).

References

Acosta, A. 2010; Sólo imaginando otros mundos, se cambiará éste. Reflexiones sobre el Buen Vivir. En I. F. Vasapollo, **Vivir bien:¿Paradigma no capitalista?** . Universidad de Roma / CIDES-UMSA / OXFAM, pp. 189-208

Albó, X. 2010; Suma qamaña = convivir bien. ¿Cómo medirlo? En **Vivir bien ¿ paradigma no capitalista**. La Paz: CIDES / Sapienza / OXFAM, pp. 133-142

Antunes, R. y R. Braga 2010; Para un nuevo estilo de vida en América Latina: orígenes básicos de otro sistema del metabolismo social1, en **Vivir bien ¿Paradigma no capitalista?**. La Paz: CIDES / Sapíenza / OXFAM, pp. 159-168

Barkin, D. y M. Rosas 2009. Racionalidades alternas en la teoría económica, en **Economía:Teoria y Pràctica Nueva Epoca** *N 31*, pp. 73-96.

Bauman, Z.2005. **Modernidad y Ambivalencia**. México: Anthropos / UNAM / UCV.

Bautista, R.2010. Hacia una constitución del sentido significativo del "vivir bien", en Vespollo, **Vivir Bien ¿Paradigma anticapitalista?**. La Paz: CEDES / Sapienza /OXFAM, pp. 93-124

Bedregal, H. R.2010. Vivir bien, hacia un nuevo paradigma de desarrollo no capitalista. Suma qamaña, vivir bien y lg life's good: como procesos civilizatorios. En Vaspollo, **Bien Vivir ¿paradigma no capitalista?.** La paz: CIDES / SApienza/ Oxfam; 77-90

Boege, E.2008. **El patrimonio biocultural de los pueblos Indígenas de México. Hacia la conservación in situ de la biodiversidad y agrodiversidad en los territorios indígenas.** Mexico: INI, Comisión Nacional para el desarrollo de ls Pueblos Indígenas.

Boff, L.2002. **Un compromiso liberador. Selección de textos sociales**. Madrid: Ed. Verbo Divino.

Boltvinik, J.2007. De la pobreza al florecimiento humano: ¿teoría crítica u otopía?. **Desacatos** *23*, pp.13-52

Bourdieu, P. 1987. **Cosas dichas**. Barcelona: Gedisa.

Chayanov, A.1966. **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Illinois n: The American Economic Associatio.

Collin, L.2014. **Economía Solidaria: Local y diversa.** México: COLTLAX / CAEA.

Coraggio, J. L.2003. **Politica Social y Economía del Trabajo**. Buenos Aires: Niño y Davila / El Colegio Mexiquense.

Coraggio, J. L.2009. Economia del trabajo, en C. y. Cattani, **Diccionario de otra economia.** Buenos Aires: Altamira, pp. 133-144

Féliz, M.2010. El fundamento de la política del vivir bien: la economía política de los trabajadores y las trabajadoras como alternativa. En **Vivir bien ¿Paradigma no capitalista?.** La Paz: CIDES / Sapienza/ Oxfam, pp. 169-182

Foster, G.1972. **Tzintzuntzan**. México: FCE.

Galafassi, G.2010. La construcción mancomunada y dialéctica de un nuevo proceso de conocimiento (socio-natural) para una nueva sociedad, en **Vivir Bien ¿Paradigma no capitalista?** . La Paz: CIDES / Sapienza / OXFAM; 263-269

García-Álvarez, S.2014. **Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador. Aplicación y resultados en el gobierno de Rafael Correa (2007-2011)**. Madrid: universidad complutense.

Georgescu-Roegen, N. 1975. Energy and Economic Myths.

Southern Economic Journal 41, no. 3.

Godelier, M. 1976. **Antropología y Economía.** Barcelona: Anagrama.

Gorz, A.2010. **La salida del capitalismo ya ha comenzado, en Movimiento utopía, manifiesto utopía**. Barcelona,: Icaria-Antrazyt, pp. 11-18

Gudynas, E.2010. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimension ambiental del Buen Vivir, en **Vivir Bien ¿paradigma no capitalista?.** La Paz: CIDES / Sapienza / OXFAM, pp. 231-245

Hinkelammert, F. y Mora, H. 2008. Reproducción de la vida, utopia y libertad: por una economía orientada, en **Otra Economía** - Volumen II - Nº 2 - 1º semestre/ ISSN 1851-4715 - www.riless.org/otraeconomia, pp. 21-26.

Huanacuni-Mamani, F.2010. **Vivir Bien. Filosofia Politicas, estrategias y experiencias regionales**. Quito: ANDES.

Illich, I.2006. **Obras Reunidas.** México: FCE.

Latouche, S. 2008, **La Apuesta por el decrecimiento: ¿Cómo salir del imaginario dominante?** Madrid: Icaria Editorial.

Le-Quang, M. y M Vercoutere.2013. **Ecosocialismo y Buen Vivir. Diálogo entre dos alternativas al capitalismo.** Quito: IAEN

Lomnitz, L.1975. **Como sobreviven los marginados.** México: Siglo XXI.

Löwy, M. 2004. **Que es el ecosocialismo**. *Herramienta*, www.herramienta.com.ar/ecosocialismo.../ecosocialismo.

Löwy, M. 2009. **Scénarios du pire et alternative écosocialiste**. *Nouveaux Cahiers du Socialisme*, www.cahiersdusocialisme.org/2009/08/31/scenario-du-pire-et-alternative-ecosocialiste.

Mamani-Ramírez, P. 2010. Qamir qamaña: dureza de "estar estando", en Vaspollo, **Bien Vivir¿Paradigma no capitalista.** La Paz: CIDES / Universidad de Roma / OXFAM. p. 65-76.

Martinez-Alier, J. 2014. Entre la Economía Ecológica y la Ecología Política, en **Sin Permiso**, www.sinpermiso.info.

Medina, J. 2010. Acerca del Suma Qamaña, en **Vivir Bien ¿Paradigma no capitalista?.** CIDES/ Universidad de Roma/ OXFAM, pp. 39-64

Meillassoux, C. 1977. **Mujeres, Graneros y Capital.** México: Siglo XXI Editores.

Muyolema, A.2012. Las poéticas del Sumak Kawsay en un horizonte global, en F. H. Daiber, **Un paradigma poscapitalista: el Bien Común de la Humanidad.** Panama: Editorial Ruth Casa, pp. 343-358

Oswald, U.1991. **Estrategias de supervivencia en la ciudad de México**. Cuernavaca: CRIM-UNAM.

Pagliccia, N. 2010. Solidaridad: el renacimiento de un viejo concepto socialista, en **Vivir Bien ¿paradigma no capitalista?.** La Paz: Cides / Sapienza / Oxfan, 144-159

Polanyi, K. 2006. **La gran Transformación**. México: FCE.

Polanyi, K. 2009. **El sustento del hombre.** Madrid: Capitan Swing Libros.

Razeto, L.1988. **Economía de Solidaridad y Mercado**. Santiago de Chile: PET.

Sahlins, M. 1997. **Cultura y razón Práctica**. Barcelona: Gedisa.

Santos, T. D. 2012. **De las dualidades a las ecologías.** La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía REMTE.

Tanuro, D. 2011, 4 de abril. Les fondements d'une stratégie écosocialiste. **Europe solidaire sans frontieres**, www.europe-solidaire.org/spip.php?article20954.

Tortosa, J. M. 2009. El futuro del maldesarrollo. **Revista Obets**, *4*, pp. 67-83.

Tortosa, J. M.2009. Sumak Kawsay, Suma Qamaña, Buen Vivir**. Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz**. Universidad de Alicante: www.universitatdelapau.org.

Touraine, A.1997. **¿Podremos vivir juntos? iguales y diferentes.** México: Fondo de Cultura Económica.

Unceta, K.2014. Poscrecimiento, desmercantilización y "buen Vivir"". **Nueva Sociedad.** *No 252*, pp. 136-152.

Vanhulst, J. y A. Beling. 2013. Buen vivir: la irrupción de América Latina en el campo gravitacional del desarrollo sostenible. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. *Vol 21*, pp. 01-14.

Walras, L.2003. Estudios de economía social segunda lección: intervención de las doctrinas filosóficas, en M. Vuotto, **Economía Social**. Buenos Aires: Ed. Altamira, pp. 30-40

ISSN 1981-1268

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a02

Relaciones entre naturaleza-cultura-mercado en el neoliberalismo actual

Susana Rita Presta [1]

[1]Doctora en Antropología Social pela Universidade de Buenos Aires e Investigadora IIGG-UBA/CONICET, Buenos Aires, Argentina. E-mail: spresta@hotmail.com

Recebido em 8 de novembro de 2015. Aceito em 26 de fevereiro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – Desde las últimas dos décadas, las transformaciones en los procesos socioeconómicos y las sucesivas crisis han marcado diversas tendencias político-ideológicas en las cuales aparecen conceptos como "huella ecológica", "capital natural", "desarrollo sustentable" (y la "economía social y solidaria" como uno de sus pilares) y "capital social". Las políticas de desarrollo sustentable se constituyen en el marco de lo que podríamos denominar un "neoliberalismo híbrido", es decir, una mixtura de heterogéneas racionalidades de gobierno que aglutinan en su seno incluso elementos en aparente tensión. Consideramos, entonces, que resulta necesario analizar las distintas racionalidades de gobierno confluyen en el neoliberalismo actual sobre la relación entre naturaleza-cultura-mercado. En el presente artículo nos proponemos analizar algunos documentos tanto de organismos nacionales (en este caso, de Argentina) como internacionales. Nos interesa realizar una aproximación crítica a los conceptos de "capital natural" y "desarrollo sustentable", como así también, al lugar de la llamada "economía social y solidaria" en relación a los procesos socioeconómicos actuales.

Palabras Clave: *Desarrollo sustentable, economía social y solidaria, neoliberalismo.*

Relations between nature-culture-market in neoliberalism

Abstract – Since the last two decades, changes in socio-economic processes and the successive crises have marked various political and ideological tendencies in which appear concepts like "ecological footprint", "natural capital", "sustainable development" (and the "social economy and solidarity "as one of its pillars) and "social capital". Sustainable development policies constitute the framework of what might be called a "hybrid neoliberalism", in other words, a mixture of heterogeneous rationalities of government which combine elements within it even in apparent tension. We believe, then, that it is necessary to analyze the different rationalities of government jointed in the current neoliberalism on the relationship between nature-culture-market. In this article we analyze some documents of both national agencies (in this case, of Argentina) and international ones. We are interested in making a critical approach to the concepts of "natural capital" and "sustainable development", as well as to the place of the "social and solidary economy" in relation to the current socioeconomic processes.

Key Words: *Sustainable development, social and solidary economy, neoliberalism.*

Relações entre natureza-cultura-mercado no neoliberalismo

Resumo – Desde as últimas duas décadas, as mudanças nos processos sócio-econômicos e as sucessivas crises têm marcado diversas tendências políticas e ideológicas que aparecem conceitos como "pegada ecológica", "capital natural", "desenvolvimento sustentável" (e da "economia social e solidariedade "como um dos seus pilares) e "capital social". Políticas de desenvolvimento sustentável constituem o quadro do que poderia ser chamado de "neoliberalismo híbrido", ou seja, uma mistura de racionalidades heterogêneos de governo que combinam elementos dentro dele mesmos em aparente tensão. Acreditamos, portanto, que é necessário analisar as diferentes racionalidades de governo se encontra no neoliberalismo atual sobre a relação entre a natureza ea cultura de mercado. Neste artigo vamos analisar alguns documentos de ambos os organismos nacionais (neste caso, da Argentina) e internacionais. Estamos interessados em fazer uma abordagem crítica aos conceitos de "capital natural" e "desenvolvimento sustentável", bem como o lugar da "economia social e solidária" em relação aos processos socioeconômicos atuais.

Palavras-Chave: *Desenvolvimento sustentável, economia social e solidária, neoliberalismo.*

Introducción

Desde las últimas dos décadas, las transformaciones en los procesos socioeconómicos y las sucesivas crisis han marcado diversas tendencias político-ideológicas en las cuales aparecen conceptos como "huella ecológica", "capital natural", "desarrollo sustentable" (y la "economía social y solidaria"[1] como uno de sus pilares) y "capital social". Precisamente, la construcción de organizaciones enmarcadas en la economía social y solidaria plantea una crítica férrea contra el neoliberalismo concebido como un conjunto de políticas económicas de ajuste sustentadas en la concepción de un mercado omnipresente y omnipotente. En este contexto, resulta interesante retomar la idea de "nuevo neoliberalismo" de Puello-Socarrás (2010). Según este autor, el nuevo neoliberalismo cuenta con una doble particularidad: por un lado, se trata de un proyecto socio-político que no se reduce a las políticas económicas y, por el otro, produce un desplazamiento centralidad de la teoría neoclásica angloamericana (Escuela, Marginalista) a la Escuela Austríaca. Asimismo, Puello-Socarrás (2010) sostiene que existe un cambio en el principio antropológico del neoliberalismo, es decir, un pasaje de la idea del hombre-económico al hombre-emprendedor. De este modo, el emprendimiento es concebido como una fuerza ontológica constitutiva del proceso de mercado. En este sentido, señala que se produce una creciente precarización a través de privilegiar el "yo" como emprendedor. Por

1 Según Coraggio (1992), la economía solidaria o de la solidaridad fue desarrollada en los años '80 por el chileno Luis Razeto (corriente que impulsa la economía solidaria en Latinoamérica). Se fundamenta sobre formas de solidaridad ancladas en el trabajo de los beneficiarios, mas también se complementa con donaciones obtenidas a partir de proyectos de promoción de la economía popular. Depende principalmente de las donaciones y de una cultura de valores alejados del consumismo y el lucro. La economía solidaria se vincula con el concepto de "empresa social", es decir, "los emprendimientos que no sólo producen mercancías sino que "producen sociedad" o lo "social" (formas sociales, instituciones y pautas de comportamiento)" (Coraggio, 1992). Las empresas sociales se caracterizan por generar un valor social agregado, ya que invierten en las capacidades de las personas. Asimismo, estos estudios realizan una crítica al asistencialismo y perciben al mercado como un posible instrumento de integración y emancipación ante la alternativa asistencialista. Se define a la economía social como un conjunto de organizaciones y empresas sociales, cuyas actividades productivas responden a principios prioritarios: adhesión libre, democracia interna, ganancia limitada (reinversión de los excedentes en la acción social y no-ganancia individual de los asociados), respeto a la dimensión humana de la actividad y solidaridad. La economía solidaria resalta la noción de proyecto, de desarrollo local y de pluralidad de las formas de actividad económica, buscando la utilidad pública, en la forma de servicios diversos, destinados mayormente a la población excluida o carenciada (Wautier, 2004: 187-188).

consiguiente, el referencial del emprendimiento pretende crear una dimensión social (neutralizada) que desvanece la relación conflictiva entre trabajo (y trabajadores) y capital (y capitalistas) como opción mediadora del capitalismo real.

Podemos pensar que el mencionado nuevo neoliberalismo se constituye en términos de un "neoliberalismo híbrido", es decir, una mixtura de heterogéneas racionalidades de gobierno que aglutinan en su seno incluso elementos en aparente tensión. Consideramos, entonces, que resulta necesario analizar las distintas racionalidades de gobierno confluyen en el neoliberalismo actual para, en definitiva, gobernar la llamada "cuestión social" y, tal como plantea y analiza exhaustivamente José Seoane (2015): la "cuestión ambiental".

Dicho neoliberalismo híbrido alberga elementos de distintas vertientes del neoliberalismo: la Escuela Austríaca[2] y la Economía Social de Mercado[3] (en adelante, ESM); del socialismo cooperativo, del liberalismo clásico y de la Doctrina Social de Iglesia. A los efectos del presente artículo, sólo presentaremos algunos de éstas vertientes[4]. Precisamente, consideramos que la ESM ejerce fuerte influencia en el dispositivo de la economía social y solidaria, tal como veremos más adelante a partir de los documentos de los organismos que financian el emprendimiento.

La ESM pretende instaurar un orden mundial más justo y abarca conceptos y principios teóricos, instituciones, políticas económicas específicas y extra-económicas tales como la política, el ecosistema, la sociedad, la ética y la cultura; incluso sostiene una crítica al "consumismo" puesto que éste produce un desplazamiento de los valores extra-económicos (Resico, 2010). En este sentido, la ESM enfatiza en la solidaridad individual de las personas y la solidaridad social de los distintos grupos humanos, que van desde la familia hasta el Estado. Sólo el mercado puede establecer una coincidencia entre los objetivos económicos a nivel individual y social (Resico, 2010). De modo tal que una de las funciones económicas de la competencia es la "soberanía del consumidor": "*la competencia exige que los productos ofrecidos se adapten de la mejor manera posible a las necesidades de la demanda, lo que implica una orientación según los deseos de los clientes*" (Resico, 2010). Así, el pilar fundamental de la ESM es que la economía de mercado orienta espontáneamente la producción hacia los deseos de los consumidores, lo que se conoce como soberanía del consumidor. En este marco, la organización de los mercados es el mejor sistema de asignación de recursos, puesto que fomenta la iniciativa individual, la productividad y la eficiencia. Como señala Foucault (2008), el neoliberalismo pasa por saber cómo ajustar el ejercicio global del poder político a los principios de una economía de mercado.

La ESM se halla fuertemente influenciada por la tradición social cristiana, específicamente, los preceptos de la Doctrina Social de la Iglesia[5] (especialmente, en los conceptos de solidaridad y dignidad de la persona) y el ordoliberalismo[6]. Precisamente, la ESM se plantea como una nueva síntesis que se diferencia del socialismo y del liberalismo extremo pero, a criterio nuestro, retoma elementos de ambos. La ESM afirma como valores centrales: la solidaridad, la justicia social, el principio de subsidiaridad y la dignidad de la persona.

Según Resico (2010), en la ESM, la justicia social refiere a la búsqueda en el plano económico de igualdad de oportunidades para los propios talentos y se basa en la voluntad con el resto de los ciudadanos. Se constituye como una fuente de cohesión social para evitar los conflictos sociales. Por su parte, el principio de subsidiaridad se basa en el principio del gobierno y de la sociedad que implica que el centro de las decisiones sociales, o económicas, deben estar situadas en la autoridad más cercana a la persona concreta posible. Es decir, por ejemplo, entre el Estado y las asociaciones de la sociedad civil, prevalecen éstas últimas. Dicho principio, tienen como fin otorgar prioridad a la *autoayuda* (Resico, 2010). Finalmente, la dignidad humana implica aceptar a la persona tal cual es, es decir, acepta la imperfección del ser humano[7]. En este sentido, ninguna persona es igual a otra, puesto que está dotada de diferentes talentos y capacidades. De modo que resulta central considerar que la ESM trata de cumplir con estos criterios al querer establecer una síntesis adecuada entre la libertad en el mercado y equidad social promovida por el Estado (Resico, 2010).

El carácter heterodoxo de las políticas neoliberales les permite camuflarse bajo la resignificación de intereses y valores que emanan de los conflictos y reivindicaciones sociales: democracia, trabajo digno, solidaridad, justicia social, protección del medioambiente, entre otros. Cuestiones tales constituyen el tema central de las políticas de desarrollo local y sustentable. Respecto de este último, se trata de "*una nueva manera de ver el desarrollo donde la sociedad, consciente de los daños causados al medio ambiente por el desarrollo económico actual, busca conciliar la continuación del proceso de desarrollo con el mantenimiento del equilibrio ambiental del planeta*" (Milanez, 2004). El concepto de desarrollo sustentable surgió en la década del '80 en el marco de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y del Desarrollo (CMMAD). Abarca los aspectos ambientales, sociales, económicos (en este aspecto, implica la incorporación de actividades productivas vinculadas a la economía social y solidaria) y culturales (Milanez, 2004).

2 Sus más destacados exponentes son Ludwig von Mises y Friedrich von Hayek.

3 Los co-fundadores de la ESM son Walter Eucken, Friedrich von Hayek y Wilhelm Röpke. La ESM se desarrolló en Alemania y se aplicó en el país luego de la segunda posguerra.

4 Para un análisis completo de este tema, véase Presta (2015).

5 La Doctrina Social de la Iglesia (2005) sostiene un "Humanismo integral y solidario, que pueda animar un nuevo orden social, económico y político, fundado sobre la dignidad y la libertad de toda persona humana, que se actúa en la paz, la justicia y la solidaridad…" (Doctrina Social de la Iglesia 2005: párrafo 19). Estos aspectos inamovibles, sin embargo, varían en algunos aspectos, como en la última versión que citamos. Caso en que se plantean "nuevas formas de solidaridad" que superen gradualmente el modelo organizativo del trabajo asalariado en la gran empresa (Doctrina Social de la Iglesia 2005: párrafo 309). Apunta, para éste propósito, al trabajo en las pequeñas empresas de trabajo artesanal, con espíritu emprendedor, como la vía de afrontar los cambios estructurales en el mundo del trabajo (innovaciones tecnológicas, crecimiento del sector de servicios y flexibilización del mercado laboral). De modo que, según la Doctrina Social de la Iglesia (2005), la "verdadera condición de supervivencia de pueblos enteros" es la "globalización de la solidaridad", reconociendo siempre las funciones fundamentales de la propiedad privada y el mercado. Esto contribuirá a la "civilización del amor" (Doctrina Social de la Iglesia, 2005: párrafo 581). Disponible en: http://www.vatican.va

6 Sobre el ordoliberalismo (neoliberalismo alemán), puede verse el libro de Michel Foucault (2008) *Nacimiento de la biopolítica.*

7 Podemos encontrar en esta idea una relación con Hayek (1986), quien defiende la idea de un "verdadero individualismo antirracionalista" (con fuerte influencia en la escuela escocesa y elementos del utilitarismo inglés). Se trata de una teoría de la sociedad, un intento por conocer las fuerzas que determinan la vida social de los individuos y, luego, un conjunto de máximas políticas derivadas de esta perspectiva de la sociedad. De modo tal que el hombre no es considerado como "un ser inteligente y racional sino como un ser irracional y falible, cuyos errores individuales son corregidos sólo en el curso de un proceso social, y que aspira a sacar la máxima utilidad de un material muy imperfecto" (Hayek 1986:8). Frente al supuesto del "hombre económico", racional y calculador de los neoclásicos angloamericanos, se produce un relativo abandono del supuesto de "hombre económico (puro)" hacia nociones más funcionales, ajustadas y versátiles como el "emprendimiento", la figura del empresario y la racionalidad creativa (Puello Socarrás 2010).

Precisamente, Seoane (2015) señala que la cuestión social bajo las racionalidades de gobierno neoliberal implican "l*a emergencia de nuevos dispositivos vinculados a la construcción de cierta autonomización de lo social en el marco de un poder presentado como diseminado y local y vinculado con el afianzamiento de las singularidades, de las diferencias y de la implicación individual*" (Seoane, 2015).

Actualmente, el análisis de la cuestión social parece acarrear una relación intrínseca entre "capital social", "emprendimiento" y "pobreza". Razón por la cual se habla de una "ontologización de la pobreza" (Giavedoni, 2012), una "ontologización de la desigualdad" (Murillo, 2012) y, cabe agregar, una ontologización de la iniciativa individual plasmada en la idea de emprendedor[8]. En este sentido, Seoane (2015), sostiene que el concepto de capital natural es la contracara del capital social o humano. En este marco, acuña el concepto de "cuestión ambiental":

> …marcada por cierta forma de conflictividad social como por cierta forma de su gestión sistémica. Así, por un lado, a lo largo de los años 70 se constituyeron numerosas plataformas, organizaciones y movimientos ambientales y ecologistas. Por otra parte, emergió una nueva intervención estatal en relación con el ambiente así como surgieron y se desarrolló una nueva institucionalidad y acuerdos internacionales e intergubernamentales sobre dicha cuestión (Seoane 2015: 141).

A esta última cita, cabe agregar que "l*as mutaciones ocurridas en la lógica de gobierno se han producido como efecto de las luchas por la hegemonía del orden social, pero también como una respuesta estratégica desplegada contra las resistencias a esa hegemonía*" (Murillo, 2012).

Ahora bien, el auge de dicha "cuestión ambiental" consideramos puede situarse, asimismo, en la llamada Bioeconomía. Esta última, se constituye como un proyecto situado en la narrativa neoliberal del crecimiento económico y de la competitividad, que requiere del accionar conjunto de gobiernos, empresas y sociedad civil para transformar no sólo la forma de hacer negocios sino para conseguir soluciones frente al cambio climático, la contaminación, el deterioro medioambiental y la pobreza mundial (Pavone, 2013). De modo que, "*a través de la Bioeconomía, el mercado, con su racionalidad económica y su individualismo antropológico, puede convertirse en el mecanismo ético y cognitivo fundamental en la gestión de los recursos naturales y de las relaciones humanas*" (Pavone, 2013).

Según el autor, se trata de un marco interpretativo de la realidad misma, una visión articulada de lo que es y debería ser la buena sociedad, los bienes comunes y las formas más adecuadas de cómo deberíamos relacionarnos unos con otros, con la naturaleza y con la sociedad misma.

En virtud de mencionado anteriormente, en el presente artículo nos proponemos analizar algunos documentos tanto de organismos nacionales (en este caso, de Argentina) como internacionales, ya que consideramos que "*las formaciones discursivas conforman realidad, pues su materialidad consiste en que ellas interpelan a los sujetos concretos en su prácticas aun sin conciencia de ello*" (Murillo, 2012). En este sentido, nos interesa realizar una aproximación crítica a los conceptos de "capital natural" y "desarrollo sustentable", como así también, al lugar de la llamada "economía social y solidaria" en relación a los procesos socioeconómicos actuales.

Naturaleza-cultura-mercado. Análisis de documentos.

Las políticas de desarrollo local sustentable insisten en la necesidad de aumentar la autonomía de las localidades, en estimular la confianza, la reciprocidad y la cooperación. Apuntan, también, al funcionamiento en red de las organizaciones, el aumento del capital social comunitario, el asociativismo territorial entre los distintos gobiernos locales, en tanto garantes del incremento de la productividad y del ingreso de los ciudadanos de dichas localidades (Manzanal, 2006).

En la década del '90, desde el neoliberalismo, aparece un renovado discurso regional vinculado a temas y prácticas relacionadas con el desarrollo local y la gestión estratégica de ámbitos locales. Surgen nuevos paradigmas asociados al desarrollo local, la descentralización y la participación, o a la innovación, la acción colectiva y la competitividad sistémica. Así, la participación se convierte en una estrategia para involucrar a los sujetos en luchas para obtener aquello que los poderosos quieren imponerles (Esteva, 2000).

En virtud de lo antedicho, nos ocuparemos del análisis de distintos documentos, tanto de organismos nacionales (Argentina) como de organismos internacionales, con el fin de ahondar en la especificidad de la relación naturaleza-cultura-mercado que se construye en la racionalidad de gobierno neoliberal.

En un documento del año 2014 del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente[9] (PNUMA) se sostiene que "*desde los tiempos de Adam Smith (1723-1790), los economistas han buscado políticas y teorías económicas para convertir los recursos naturales en bienes y servicios económicos que mejoren el bienestar humano y creen nuevas formas de capital, incluidos valores humanos, físicos y financieros*" (PNUMA, 2014).

Con este comienzo, el texto nos ofrece una idea bastante clara del propósito de las políticas de desarrollo sustentable. Sin embargo, actualmente, no se trata solo de subsumir al capital el trabajo humano y, con ello, las relaciones de transformación respecto de la naturaleza que implica dicho trabajo, sino que tanto las capacidades de trabajo (y los valores humanos) como la naturaleza en su conjunto, son concebidos como "nuevas formas de capital", lo cual plantea problemas diferentes que iremos desglosando a lo largo del texto.

Según el PNUMA, el capital natural comprende los bienes naturales de la Tierra (el suelo, el aire, el agua, la flora y la fauna) y los servicios de los ecosistemas derivados de ellos, que hacen posible la vida humana. Dichos servicios refieren a los productos y actividades beneficiosos (para los seres humanos) que se generan como consecuencia del funcionamiento de los sistemas ecológicos; como alimentos, fibras, el agua potable, la captación del carbono,

8 "La racionalidad de gobierno neoliberal cultiva un arte de construir conceptos contradictorios que unen y afirman ideas contrarias, por ende, éste arte requiere instaurar la creencia de que dichos conceptos son verdaderos. Así, egoísmo/generosidad, solidaridad/competencia, ambición/austeridad, no sólo coexisten de modo contradictorio, sino que también, son investidos de un carácter universal, transhistórico, es decir, se considera que los sujetos "*naturalmente poseen*" estos afectos o valores, o bien, al menos se encuentran en ellos de modo "incipiente". En consecuencia, si pensamos en términos de formas de construcción de relaciones de poder, es posible considerar un *proceso de ontologización del poder*. El arte de gobierno neoliberal podría, en nuestro caso, combinarse con el ejercicio de un *ontopoder*, es decir, el ejercicio de poder en relación al poder-ser de los sujetos, por lo cual el interés estará puesto en encauzar el potencial afectivo de los mismos en función de fines específicos. Sin embargo, no sólo se trata de *utilidad* en términos económicos, sino que la construcción de un ontopoder es un intento por controlar ese elemento de incalculabilidad, de incertidumbre propio de la historia real y de la praxis humana. Se instaura una incertidumbre planificada con el fin de amordazar la imprevisibilidad propia de las prácticas sociales y, así, contener dentro de límites previsibles los riesgos y conflictos" (Presta, 2013: 18).

9 PNUMA (2014), "Creación de Capital Natural: ¿Cómo puede REDD+ apoyar una Economía Verde? Informe del Grupo Internacional para la Gestión Sostenible de los Recursos". Disponible en: http://www.un-redd.org/portals/15/documents/IRPBuildingNationalCapitalREDDSummarySP.pdf

la polinización de los cultivos por las abejas y otros insectos, o, por ejemplo, paisajes atractivos por su belleza (PNUMA, 2014). En este marco, entra en escena el concepto de Economía Verde o Ecológica que se define como una economía que redunde en un mayor bienestar humano y equidad social, a la vez que reduce significativamente los riesgos ambientales y las escaseces ecológicas. Este tipo de economía plantea un pasaje del "modelo tradicional" (capitales que buscan recursos naturales y requieren mano de obra) a un "nuevo modelo" (titulares de derechos que gestionan los recursos naturales y buscan capital y asociaciones). Consideremos las siguientes citas:

> En muchos paisajes el sector privado es el principal factor de cambio del uso de la tierra. El Estado podrá seguir cumpliendo una función regulatoria importante, pero la inversión privada -los pequeños agricultores, las pequeñas y medianas empresas locales, las compañías internacionales- influye cada vez más en la asignación de la tierra, la extensión agraria, la tecnología, la producción de alimentos y otras actividades presentes en todo el ciclo vital de los productos forestales. En cuanto a la demanda, el "egoísmo ilustrado" de la responsabilidad social empresarial y los dirigentes industriales es un instrumento cada vez más potente para lograr cadenas de suministro más sostenibles; y los inversores institucionales están más interesados en diversificar sus carteras para incluir inversiones en capital natural (PNUMA, 2014: 65).
>
> Con la crisis financiera que comenzó en 2007 se presentó una oportunidad: el clima se hizo más favorable a las inversiones en el uso sostenible de la tierra, la reforestación de terrenos previamente arbolados que ya no pueden cultivarse, la agrosilvicultura y los fondos orientados a la gestión sostenible de los bosques, todo ello unido a una mayor disposición a considerar la posibilidad de invertir en capital natural. Este clima de inversión favorable a "otro modo de hacer las cosas" ya está disipándose conforme se recupera la economía, pero se ha producido un viraje importante y los activos basados en el capital natural han cobrado más categoría y relevancia (PNUMA, 2014).

Incluso el documento señala la preocupación del PNUMA respecto de la tenencia de la tierra, puesto que existiría el "riesgo" de que las personas pierdan la tenencia de la tierra frente a los grandes intereses comerciales. Sin embargo, particularmente desde la primera década del siglo XXI, América Latina concentra un "boom" de explotación minera y otros recursos naturales estratégicos (como el petróleo y energía) que se complementa con la expansión de cultivos en gran escala para exportación (como la soja) que reducen la pequeña producción y expulsan constantemente fuerza de trabajo del ámbito rural (Rupar, 2012).

Este panorama alude al hecho de que las crisis no implican necesariamente una pérdida de hegemonía del sistema capitalista sino, muy al contrario, un proceso de dinamismo que generan ciertas mutaciones en los procesos de acumulación de capital sustentados en la constante renovación de procesos de subsunción del trabajo en el capital (Marx, 2001). En este sentido, resulta importante tener en cuenta el concepto de Harvey (2012): la acumulación por desposesión. Una de sus dimensiones centrales radica en una exacerbada privatización y mercantilización. En el caso de los bienes comunes (tierra, agua y aire) se deriva en la mercantilización en masa de la naturaleza en todas sus formas y el Estado ocupa, muchas veces, el rol de forzar/reforzar dichos procesos (Harvey, 2012). Asimismo, la desposesión entraña la pérdida de derechos. Aquí se abre una paradoja puesto que el "neoliberalismo híbrido" que planteábamos en la Introducción alberga en su seno la coexistencia contradictoria entre la "natural desigualdad entre los hombres" (especialmente, en la vertiente de la Escuela Austríaca que también ensalza los conceptos de dignidad y libertad) y el "universalismo del derecho" (liberalismo clásico) y, la vertiente de la Economía Social de Mercado, que enfatiza en el ecosistema, la sociedad, la ética, la cultura, la dignidad y la solidaridad. Dicha paradoja queda plasmada en la hegemonía de un principio de inteligibilidad económica sobre la naturaleza y todas las dimensiones de la vida humana. Podemos pensar que la acumulación por desposesión perpetúa lo que Balibar (2014) denomina el "contrato social de las mercancías", el cual se fundamenta en una inter-objetividad que se transforma en un modo de subjetividad (que hace referencia a los conceptos de fetichismo y alienación en Marx).

Al tiempo que se promueve el desarrollo sustentable, Himkelammert (2014) señala que a nivel mundial la producción agraria aumenta, pero la producción de alimentos disminuye: "*maíz, soja, aceite de palma, azúcar y muchos otros productos son transformados en combustible para automóviles. En Estados Unidos se destina con esa finalidad más de un tercio de la producción de maíz*" (Hinkelammert, 2014). La producción de biocombustibles entra dentro de la Bioeconomía que mencionábamos en la Introducción. Para Rifkin (2014), estas transformaciones en los procesos de producción capitalistas se sostienen en un "nuevo patrón tecnológico-energético" (pasaje a procesos de producción basados en nuevo software y tecnología inteligente) que, si bien tiene implicancias que retomaremos y analizaremos al final de este texto, podemos decir que focalizan y legitiman una nueva etapa de "acumulación originaria" basada en el dominio de las regiones y países productores de materias primas necesarias para el desarrollo de la Bioeconomía y, de allí, deriva en parte el fuerte interés de organismos y corporaciones internacionales en la creación de "capital natural".

Ahora bien, en línea con los planteamientos del PNUMA, encontramos en algunas cuestiones interesantes en documentos[10] del Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI) y en la Ley 27.118[11].

En los documentos del INTI podemos destacar los siguientes aspectos: a- El estudio del desarrollo sustentable se halla directamente ligado al concepto de capital natural; b- El desarrollo sustentable como aspecto central de la participación de la Argentina en el comercio internacional futuro; c- Los conceptos de capital social y capital natural como indicadores de bienestar y progreso; d- Una preocupación por la Biocapacidad del planeta y la Huella Ecológica. Por su parte, en la Ley 27.118, se destacan los siguientes aspectos: a-El desarrollo sustentable anclado en el Buen Vivir, la igualdad de género, el precio justo y el asociativismo; b- El incremento de la productividad y competitividad del ámbito rural, la ampliación de los mercados y el aumento del capital natural; y c-El desarrollo de políticas de comercialización que garanticen la colocación de la producción local en mercados más amplios.

Asimismo, el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), en el marco de sus financiamientos a la Argentina, ha redactado el "Manual ambiental y social. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. Programa de Servicios Agrícolas Provinciales (PROSAP II-BIRF y III-BID)"[12] (2012), en el cual se priorizan los siguientes objetivos: el financiamiento proyectos (tales como emprendimientos comunitarios, cadenas de valor, clústers) requiere estudios de costo/beneficio socio-

10 Para acceder a los documentos del INTI citados dirigirse a los siguientes links: http://www.inti.gov.ar/sabercomo/sc63/inti5.php
http://www.inti.gob.ar/sabercomo/sc98/inti5.php
http://www.inti.gob.ar/bicentenario/pdf/cuadernillo-debate1.pdf

11 Ley "Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina". Sancionada el 17 de diciembre de 2014. Promulgada de Hecho el 20 de enero de 2015. Disponible en http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/240000-244999/241352/norma.htm Disponible en www.prosap.gov.ar/webDocs/ManualAmbientalYSocial-2012.pdf

12 Disponible en www.prosap.gov.ar/webDocs/ManualAmbientalYSocial-2012.pdf

ambiental, la identificación y caracterización de los impactos positivos y negativos del proyecto propuesto, mediante métodos apropiados, considerando los cambios en los sistemas de producción y sus implicancias ambientales y sociales, y la comparación de las distintas alternativas técnicas del proyecto desde la perspectiva de su impacto en el medio físico, biológico, social y cultural y cuantificarlas en términos de costos y beneficios económicos cuando sea posible.

En relación a los puntos precedentes, podemos considerar que los modos de ser y hacer humano quedan configurados bajo los modos de ser y hacer *para y en* el mercado, en tanto entidad cuasi transcendental que aglutina los cuerpos individuales y colectivos y les otorga una valoración en términos de su capacidad de rentabilidad/competitividad. De hecho, consideramos que el planteamiento de los conceptos capital social[13]/capital natural reconfiguran, bajo la racionalidad de gobierno neoliberal, la construcción de las relaciones sociales y de las relaciones con la naturaleza al extender un proceso de homogeneización y cosificación de las relaciones de los sujetos con sí mismos, con los otros y con la naturaleza, en términos de relaciones entre tipos de "capitales" que pueden ser invertidos con fines económicos. Esto va, incluso, más allá de la concepción de la fuerza de trabajo como mercancía y de las materias primas como un factor de producción, sino que se produce un desplazamiento hacia la idea de sujetos propietarios de un capital social y cultural que podrán invertir (propiciando formas de auto explotación) y asumir los correspondientes riesgos; y la naturaleza en su totalidad en tanto portadora de un capital natural que "provee" de una renta o servicio ambiental en pro del bienestar humano. Por un lado, los sujetos se transforman en un objeto, en un dato, homogeneizable y se pierde de vista al sujeto como devenir histórico, heterogéneo. Se mistifica su constitución histórica para transformarlo en una variable mensurable en función de su acervo sociocultural y su capacidad de maximizar éste último. Por otro lado, podemos formular la hipótesis de que el concepto de capital natural encierra un "fetichismo de la naturaleza" (en tanto encarnación de valor). Así la "renta natural" es concebida como si la renta proviniese, de manera casi providencial, de la tierra, los animales, los ríos, los mares y no de las relaciones sociales de producción y las formas de explotación. No se trata de una objetivación de la relación entre el hombre y la naturaleza (el hombre al transformar la naturaleza, se transforma a sí mismo) sino de un proceso de extrañación de dicha relación, puesto que es la naturaleza misma la que parece proveer al hombre de "servicios" y "bienes". Cuestión que abarca, asimismo, el desplazamiento del concepto de fuerza de trabajo por el de capital. Acordamos con Seoane (2015) cuando señala que la construcción del capital natural y de los servicios ambientales se constituyen como una forma de promover la expansión del mercado en la gestión específica de la cuestión ambiental y, por ende, de la mercantilización de los bienes naturales, el ambiente, la naturaleza y la vida en todas sus formas.

Precisamente, lo planteado hasta ahora se vincula con la primacía de la teoría subjetiva del valor (fundamento del neoliberalismo), que constituye no sólo el desplazamiento del trabajo como elemento primordial del valor y su reemplazo por la necesidad humana como principio motor, el desplazamiento desde la oferta -condiciones de producción- hacia la demanda; sino que esa salida del trabajo como contenido único y central del valor está acompañada por una revalorización del capital y la tierra (De Büren, 2011).

El desarrollo sustentable y el aumento de capital natural se encuentran vinculados, como vimos en los documentos, a formas de asociativismo y emprendimientos socio-comunitarios que hacen referencia directa a formas de organización de la economía social y solidaria (relación que nos remite al concepto de capital social). Desde la década de 1990, las iniciativas de la economía social y solidaria han proliferado en Latinoamérica y, desde la crisis de 2008/09, ha cobrado gran importancia en el resto del mundo. Esto último se ha constatado en la crisis del sistema financiero global del 2008 que profundizó el desempleo, la desigualdad social y la precariedad de la vida. No obstante, también ha dado lugar a renovados cuestionamientos en relación a las lógicas impuestas por el sistema capitalista. En este sentido, la economía social y solidaria adquiere una especial relevancia en tanto posibilidad de proyectos de vida "alternativos", o bien, por ejemplo, el planteo de lazos solidarios como fundamento de una *economía de la vida,* en la cual el criterio básico son las necesidades y la reproducción de la vida (Hikelammert y Mora, 2009).

Marañón-Pimentel (2012) señala que es necesario pensar a la economía solidaria considerando el poder, como relación de dominación-explotación-conflicto, dentro de un espacio social mayor. Según este autor, se trata de la voz y la presencia de nuevas formas de vida, basadas en la reciprocidad-solidaridad, el respeto a la naturaleza y el autogobierno, tal como se evidencia en los movimientos indígenas. Por consiguiente, la economía solidaria y las prácticas del "Buen Vivir" abren posibilidades que cuestionan las nociones hegemónicas del "desarrollo" (Marañón-Pimentel, 2012) que sostienen la unicidad, homogeneidad y unilinealidad evolutiva del mundo (Esteva, 2000). Sin embargo, cabe considerar que, bajo las racionalidades de gobierno neoliberal, la gestión ambiental no abandona el paradigma del desarrollo y hace suyas varias de las críticas de los movimientos ecologistas, a la vez que, preserva y profundiza el libre mercado como mecanismo de asignación de recursos, beneficios y regulación social (Seoane, 2015).

En relación a la economía social y solidaria, consideramos que se tratan de construir nuevas formas de gobierno de la fuerza de trabajo. En este sentido, las transformaciones en los procesos de producción capitalistas, al profundizar el desempleo estructural, implican la consideración de nuevas formas de gestionar el conflicto social que resulta de las complejas relaciones entre el capital y el trabajo en el capitalismo actual. En este punto, el dispositivo[14] de la economía social y solidaria ocupa un lugar central, a la vez que extiende hacia la sociedad en general, prácticas sustentadas en lo que llamamos una ontologización de la iniciativa personal. La iniciativa personal y la consecuente autoresponsabilización por el propio "éxito" o "fracaso" -ligada a los postulados de la teoría del capital humano de Gary Becker (1987), devienen en aspectos "inherentes" de la constitución de los sujetos. De modo que la iniciativa personal proyecta, en el plano subjetivo, las transformaciones estructurales en términos de fracasos o éxitos individuales y, a su vez, se transforma en

13 Respecto del concepto de capital social, consideremos la siguiente cita que lo define como "*todas las situaciones en que la gente coopera para lograr determinados objetivos comunes, sobre la base de un conjunto de normas y valores informales compartidos (…) el capital social es un componente fundamental, tanto para el desarrollo económico como para la estabilidad de la democracia liberal*" (Fukuyama 2003: 33). Se trata, pues, de reconceptualizar el papel de los valores y las normas en la vida económica. El capital social, según el autor, es una forma utilitaria de mirar la cultura, es decir, de la funcionalidad de la cultura en términos económicos a partir de la cual es susceptible de ser mensurable. Se trata de una visión a partir de la cual toda cultura debe ponerse al servicio de los valores económicos capitalistas: la maximización del beneficio y la minimización de los costos.

14 Un dispositivo es un conjunto de elementos heterogéneos que comprenden discursos, instituciones, leyes, medidas administrativas, proposiciones filosóficas, morales, filantrópicas, entre otros. Los elementos del dispositivo pertenecen tanto a lo dicho como a lo no-dicho. Por consiguiente, el dispositivo es la red que puede establecerse entre estos elementos heterogéneos. Asimismo, puede permitir justificar y ocultar una práctica o darle acceso a un campo nuevo de racionalidad (Foucault, 1984).

una nueva forma de gobierno de la fuerza de trabajo que las empresas no absorberán, dados los vertiginosos cambios que vaticinan los procesos de producción capitalistas (Presta, 2015). Cuando hablamos de gobierno de la fuerza de trabajo nos referimos al modo en que las transformaciones en los procesos de acumulación de capital dinamizan, de manera conflictiva, diversas formas de reencauzar y subordinar heterogéneas formas de trabajo bajo su control, al tiempo que, se relaciona con (re)configuraciones de los procesos de subjetivación que construyen al sujeto-trabajador en un contexto histórico específico.

De modo tal que se conforma lo que llamamos una ética de gobierno de sí mismo que interpela a los sujetos bajo la lupa de las consecuencias de las crisis. Ésta desemboca en un proceso de autocolonización y autorregulación de los propios afectos, valores y deseos, en función de la responsabilidad de sí mismo y la idea de "esfuerzo propio" para generar oportunidades y alternativas frente a la angustiante precariedad-del-ser signada por búsqueda de "sentidos" y "expectativas" frente a la desestructuración de los sentidos del trabajo humano a partir de las últimas crisis mundiales. En este punto, prima una ontologización del esfuerzo individual que implica una racionalización tanto de las conductas como de las pasiones. En el marco de prácticas signadas por la incertidumbre y la posibilidad, la construcción de sujetos-emprendedores (Puello-Socarrás, 2010) pone de manifiesto la contradicción entre la "natural desigualdad entre los hombres" y el "universalismo del derecho" en el marco del neoliberalismo híbrido. No sólo porque resulta imperativo que aumenten su capital social, sino también, porque como agentes del desarrollo sustentable deben asumir los riesgos que implican los emprendimientos productivos, a la vez que asumir los costos de la preservación e incremento del capital natural en función de los requerimientos del mercado.

A modo de cierre. Relaciones con algunas tendencias del sistema capitalista a nivel mundial post-crisis 2008: la cara oculta del "desarrollo sustentable".

La crisis del 2008, desatada en EE.UU, se convirtió en una crisis del sistema financiero global. Con el fin de la burbuja especulativa inmobiliaria, se produjo la pérdida de valor de las viviendas y el crecimiento de los impagos en los créditos hipotecarios, asociados a un sistema de financiación especulativo basado en las "hipotecas basura" o "subprime" (Aragón y Lezcano, 2009). En este contexto, se produjo un aumento tanto del petróleo (que llego casi hasta 150 $/barril en julio de 2008) como del precio de los productos básicos alimenticios (la llamada "crisis alimentaria"). Asimismo, Aragón y Lezcano (2009), señalan que la crisis inmobiliaria estuvo vinculada, en cierta medida, con la crisis de las empresas tecnológicas (crisis.com) a principio del 2000. Esto provocó la huida de capitales de inversión hacia los bienes inmobiliarios, también, estrechamente asociada con los acontecimientos del 11 de septiembre de 2001, que obligó a los Bancos Centrales a reducir los tipos de interés para reactivar el consumo y la producción a través de créditos.

> La globalización de la actividad financiera, que implica un cambio en las relaciones de poder entre los diferentes agentes económicos, políticos y sociales, ha estado acompañada de la ideología llamada "neoliberal", que tomó cuerpo en el Consenso de Washington en los años 90 y que defendía menos el estado y más el mercado. En realidad, más poder a las empresas y menos regulación (Aragón y Lezcano 2009: 16).

En la Unión Europea (UE), este panorama crítico produjo el agravamiento de la crisis del euro en 2009, el aumento de la deuda pública, la divergencia en las balanzas de cuenta corriente de los países con moneda euro y la atadura de las finanzas públicas a los mercados de capitales desregulados. Ante dicha situación, Alemania tomó la iniciativa con una serie de políticas de austeridad que, pese a las controversias, se extendieron hacia el resto de los países afectados por la crisis. Políticas que se basaron en la reducción del gasto público, acusado de causante de las deudas nacionales, y la responsabilización de la política salarial por los desequilibrios de cuenta corriente (Busch y Hirschel, 2011). De modo que el peso del pago de la deuda pública (agravada por los rescates a entidades financieras y bancos), recayó sobre los trabajadores asalariados de la mano de una profundización del desempleo y la precarización del trabajo (Busch y Hirschel, 2011).

Como respuesta la UE invertirá 2800 millones de euros en robótica[15]. El programa SPARC consiste en una inyección de capitales públicos y privados y un trabajo en conjunto de empresas privadas y universidades para desarrollar la robótica en el ámbito de las manufacturas, la agricultura, sanidad, transporte, seguridad civil y dentro del hogar. Esta iniciativa contará con una inversión inicial de 700 millones de euros por parte de la Comisión Europea y otros 2100 millones de euros por parte del consorcio de empresas euRobotics. Según la Comisión Europea, esta iniciativa permitiría aumentar hasta un 42% la cuota del mercado europea en este segmento e incrementar los ingresos en 4000 millones de euros al año[16]. Asimismo, aseguró que esta industria generará alrededor de 240 mil puestos de trabajo nuevos, según explicó a la prensa Neelie Kroes, vicepresidente de la CE y comisaria de Agenda Digital. Para la vicepresidenta de la Comisión es una inversión imprescindible: "*Otros países, como Estados Unidos y Corea del Sur, se están tomando este sector en serio*"[17].

Para el caso específico de nuestro país, consideremos la siguiente cita:

> En 20 años la superficie cultivada con soja y sus volúmenes de producción se cuadruplicaron y en la temporada 2009/2010 la soja representa cifras récord para el país: 19 millones de hectáreas –el 61% de las 31 millones de hectáreas de uso agrícola–, y 52 millones de toneladas. Este fue de hecho el factor fundamental para la superación de los efectos locales de la crisis económica mundial, pero también para el inalcanzable salto en los precios de la tierra, que en la zona pampeana pasó en una década de U$S 2.000 a U$S 12.000 la hectárea, tornándola aún más inaccesible para los pequeños y medianos productores (Laufer, 2011: 4)

Según Laufer (2011), la actual relación con China, principal socio económico de Argentina, impulsa un "modelo" primario-exportador en detrimento de políticas orientadas a la industria nacional. En este marco, Grobocopatel controla 250.000 hectáreas en Argentina (además de las que poseen en Brasil, Paraguay y Uruguay), mientras en provincias enteras se acentúa la pobreza rural, la expulsión de los pobladores de sus tierras y la privación del agua a las comunidades originarias, como sucede en los campos del grupo Eurnekian en Pampa del Indio.

Respecto de la industria automotriz y siderúrgica, la crisis externa impacta sobre la economía argentina. En el marco de la caída de la demanda de Brasil y la caída del precio del petróleo, unos 4.000 trabajadores sufrieron suspensiones, despidos y retiros voluntarios en empresas como Volkswagen, Siderca, Techint, Fiat, Ford y Comau[18], ampliando las filas de los desempleados.

15 Diario La Nación, 05 de junio de 2014.

16 Ibídem anterior.

17 Diario El País, 31 de julio de 2014

18 Iprofesional, 07 de agosto de 2015. Disponible en: http://www.iprofesional.com/notas/217219-El-contexto-externo-le-pega-a-la-industria-ya-hay-4000-suspensiones-y-despidos

A nivel mundial, la restauración del sistema productivo industrial (anclada en lo menciona al principio de este apartado) y paulatina digitalización del trabajo implicaría una nueva reconfiguración y recalificación de las competencias laborales y saberes de los trabajadores, que actuará como herramienta de ajuste a la hora de la contratación (situación que podría afectar de igual modo en otras regiones). De cara a la crisis, Palacio Morena (2007), señala la importancia de los flujos de información y conocimiento que sustentan una "desmaterialización de la tecnología", que implican un mayor acceso de los sujetos excluidos (que incluyen las PYMES y el "comercio justo" en miras de un "desarrollo justo y sostenible") que tengan capacidad acceder a la información y el conocimiento para procesarla. Así, la clave de la competencia reside en el conocimiento y la capacidad de innovación propia, que requiere de la cooperación entre los distintos agentes y la iniciativa individual.

Según el documento "Economía social y solidaria: nuestro camino común hacia el Trabajo Decente" de la Organización Internacional del Trabajo[19] (2011), los emprendimientos de la economía social y solidaria resultan notables frente la reciente crisis que cuestiona el sistema económico y financiero. Debido a los principios de solidaridad, dichas empresas y organizaciones no sólo atraen a grupos o usuarios sin acceso al empleo, sino que también son "*…las únicas formas accesibles para las personas que no pueden movilizar suficiente capital u otros recursos para lanzar y desarrollar actividades económicas*" (OIT, 2011).

Tal como mencionamos anteriormente, el "nuevo patrón tecnológico-energético" supone una Economía Híbrida[20] que anuncia la Era del "Procomún Colaborativo", donde "*el capital se transforma en trabajo*" (Rifkin, 2014). Esto último no es más que la teoría subjetiva del valor en su mayor expresión e hilo conductor de un neoliberalismo híbrido, que camuflado en sus políticas heterodoxas, es capaz de declararse muerto bajo el peso de las reivindicaciones sociales y, paradójicamente, sostener que la luz al final del túnel será contemplada cuando "*el empleo pase de una economía de mercado muy automatizada a una economía social que requiere mucho trabajo humano*" (Rifkin, 2014).

Pero esto no es todo, puesto los conceptos de Biocapacidad del planeta y Huella Ecológica que, retomados en los documentos analizados, apuntan a la necesidad de crear capital natural y alientan el desarrollo sustentable, se sostienen en el hecho de que "*para que la población humana se adecúe a la Biocapacidad del planeta, deberemos abordar la gran desigualdad entre la huella ecológica de los ricos y de los pobres y, al mismo tiempo, reducir la población humana del planeta"* (Rifkin, 2014) *y, en este sentido,"contener la explosión demográfica de los más desfavorecidos*[21]" (Rifkin, 2014). Al parecer quienes no logren "reciclarse" y aprovechar su capital social en el marco del procomún colaborativo, entrarán indefectiblemente dentro de dicha "reducción" poblacional. Creemos que no es necesario explicar las consecuencias políticas y sociales de este tipo de planteos con raíz en un renovado darwinismo social.

En una línea similar, se plantea la construcción de una ethopolítica que concierne a las técnicas por las cuales los seres humanos se juzgan y actúan sobre sí para volverse mejores de lo que son (Rose, 2012). De modo similar, la ethopolítica no se plantea en términos del lenguaje de la justicia, el bienestar o la equidad, sino que se ocupa del valor de las diferentes formas de vida, estilos de vida, modos de vivir, y las maneras en que se deben juzgar y gobernar (Rose, 2012). Por consiguiente, la justificación de la ética seria la satisfacción de fines adaptativos del individuo y de la especie. De modo que la cuestión del poder queda desplazada por la cuestión de la potencia: ser humano, en este marco explicativo, es ser-en-potencia, es lo que puede ser-mejorado a través de mecanismos de adaptación y selección (o términos de competencias socio-biológicas).

Todo lo mencionado hasta ahora nos conduce, nuevamente, a nuestro análisis en el apartado anterior para concluir los conceptos de capital social y de capital natural, no sólo imponen la hegemonía de la economía de mercado, sino que también, construyen diversas formas de fetichización de las relaciones sociales y del modo en que nos relacionamos con la naturaleza. Razón por la cual resulta imperioso sostener un enfoque crítico que desnaturalice aquellos conceptos que circulan como parte del sentido común en diversos ámbitos. Des-naturalizar y des-idealizar procesos, conceptos y sentidos, a la vez que cuestionar sus instancias de construcción y legitimización, podría ser el primer paso para forjar un horizonte posible de transformaciones que respondan a los reales intereses de los distintos grupos sociales que sufren las inclemencias de tendencias capitalistas actuales.

Referencias

Aragón, J. y Lezcano, F. 2009. Notas sobre las crisis económicas y el nuevo escenario mundial. **Gaceta Sindical. Reflexión y debate**, 12: 11-30.

Balibar, E. 2014. **Ciudadano sujeto.** Vol. 2: Ensayos de Antropología Filosófica. Buenos Aires: Prometeo.

Becker, G. 1987. **Tratado Sobre La Familia**. Madrid: Alianza Universidad.

Busch, K. y Hirschel, D. 2011. Europa en la encrucijada. Propuestas para salir de la crisis. **Revista Nueva Sociedad**, 235: 24-43.

Coraggio, J.L.1992. **La Economía Social como vía para otro desarrollo social**. Disponible en: http://www.urbared.ungs.edu.ar [Consultado en marzo de 2005]

Coraggio, J.L. 1999. **Política Social y Economía del Trabajo. Alternativas a la política neoliberal para la ciudad.** Madrid: Miño y Dávila Editores.

De Büren, P. 2011. De la teoría objetiva a la teoría subjetiva del valor, de Smith a Menger. ¿De la teoría del valor trabajo a la teoría del valor capital? **Revista Realidad Económica,** 263: 17-42

Esteva, G.2000. Desarrollo. En: Viola, Andreu (Comp.) **Antropología del Desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina**, Barcelona: Paidós, pp. 67-101.

Foucault, M. 1984. El juego de Michel Foucault. En: **Saber y verdad**, Madrid: Ediciones de la Piqueta, pp. 127-162.

Foucault, M. 2008. **El nacimiento de la biopolítica.** Curso en el Collège de France (1978-1979). Buenos Aires: FCE.

Fukuyama F. 2003. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. En: Atria Raúl, Siles M, Arraigada I, Robison L y Whiteford S. (Comp.) **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** Santiago de Chile: CEPAL-Universidad del Estado de Michigan, pp. 33-45.

Giavedoni, J. 2012. Dispositivo e interpelación ideológica del sujeto-pobre. La construcción discursiva de la cuestión social en términos de

19 Organización Internacional del Trabajo. "Tendencias mundiales del empleo 2012. Prevenir una crisis mayor del empleo". Oficina Internacional del Trabajo, Ginebra, Suiza. Disponible en: http://www.ilo.org/public/spanish/region/eurpro/madrid/download/tendenciasmundiales2012.pdf

20 Es decir, parte mercado capitalista, parte procomún colaborativo (Rifkin 2014).

21 Igual tipo de planteos pueden encontrarse en el libro *La responsabilidad* de vivir de Karl R. Popper (1998) estrechamente vinculado a von Hayek, uno de los principales de la Escuela Austríaca.

pobreza. En Campana, Melisa y Giavedoni, José (Comps.) **Estado, gobierno y gubernamentalidad. Notas sobre la razón gubernamental neoliberal en Argentina**, Argentina: Ediciones DelRevés, pp. 23-57.

Harvey, D. 2012. **Breve historia del neoliberalismo**. Disponible en www.ebookbrowse.net [Consultado en de junio de 2013]

Hayek, F. A. 1986. Individualismo: el verdadero y el falso. **Revista Estudios Públicos**, 22: 2-25.

Hinkelammert, F. 2014. La rebelión de los límites, la crisis de la deuda, el vaciamiento de la democracia y el genocidio económico-social. En: Coraggio, J. L. y Laville, J.L. (Org.) **Reinventar la izquierda en el siglo XXI. Hacia un diálogo Norte-Sur**. Buenos Aires: Universidad Nacional General Sarmiento, pp. 207-220.

Hinkelammert, F. J. y Mora Jiménez, H. 2009. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida. **Iconos Revista de Ciencias Sociales**, 33: 39-49.

Laufer, R. 2011. China: ¿Nuestra Gran Bretaña del siglo XXI? **Revista La Marea**, 35: 1-16.

Manzanal, M. 2006. Regiones, territorios e institucionalidad del Desarrollo Rural. En: Neiman, G.; Manzanal, M. y Lattuada, M. (Comp.) **Desarrollo Rural: Organizaciones, Instituciones y Territorios.** Buenos Aires: CONICET, pp. 25-40.

Marañón-Pimentel, B. 2012. La colonialidad del poder y la economía solidaria. En: Marañón-Pimentel, Boris (Coord.) **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial**, Buenos Aires: CLACSO, pp. 21-59.

Marx, K. 2001. **El Capital - Capítulo VI (inédito)**. México: Siglo XXI.

Milanez, F. 2004. Desarrollo sustentable. En: Cattani, A. D. (Org.) **La Otra Economía**. Buenos Aires: Altamira, pp. 131-144.

Murillo, S. 2008. **Colonizar el dolor. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón**. Buenos Aires: CLACSO.

Murillo, S. 2012. **Posmodernidad y neoliberalismo. Reflexiones críticas desde los proyectos emancipatorios de América Latina.** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg.

Palacio Morena, J. I. 2007. Europa en la globalización: puntos fuertes y débiles. **Papeles del Este**, 14: 1-23.

Pavone, V. 2013. Ciencia, neoliberalismo y Bioeconomía. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**. vol.7, 20: 1-15.

Popper, K. R. 1998. **La responsabilidad de vivir**. Barcelona: Altaya.

Presta, S. R. 2013. El trágico sentimiento de esperanza. Consideraciones acerca de la economía social y solidaria. **Revista Cátedra Paralela**, 10: 234-255.

Presta, S. R. 2015. Neoliberalismo y "economía social y solidaria". Consideraciones sobre la idea de "autoayuda" (*self-help*) y las políticas de desarrollo en relación a un estudio de caso. ***NBR/Review*, Escuela de Estudios de Postgrado Neumann Business School**, vol. 1, 1: 22-33.

Puello-Socarrás, J.2010. Del homo œconomicus al homo redemptori: Emprendimiento y Nuevo Neo-liberalismo. **Revista Otra Economía**, vol. IV, 6: 181-210.

Resico, M. 2010. **Introducción a la Economía Social de Mercado**. Buenos Aires: Fundación Konrad Adenauer.

Rifkin, J. 2014. **La sociedad de coste marginal cero. El internet de las cosas, el procomún colaborativo y el eclipse del capitalismo**. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Rose, N. 2012. **Políticas de la vida. Biomedicina, poder y subjetividad en el siglo XXI.** Buenos Aires: Editorial Unipe.

Rupar, B. 2012. Notas para un abordaje histórico de la explotación de recursos naturales en América Latina. **Revista Theomai**, 25: 37-45.

Seoane, J. 2015. La reformulación neoliberal de la cuestión ambiental: una genealogía del paradigma de capitalización de la naturaleza. En: Murillo, S. (Coord.) **Neoliberalismo y gobiernos de la vida. Diagrama global y sus configuraciones en la Argentina y América Latina**. Buenos Aires: Biblos, pp. 135-154.

Wautier, A. M. 2004. Economía social en Francia. En: Cattani, A. D. (Org.) **La Otra Economía**. Buenos Aires: Altamira, pp. 187-198.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a03

Notas y perspectivas sobre la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar". Una experiencia en Chiapas, Sureste de México

Eduardo Gómez Gómez[1] & Guillermo Montoya Gómez[2]

[1]*Licenciado en Economía por la Facultad de Ciencias Sociales-Universidad Autónoma de Chiapas, México E-mail: capi98@hotmail.com*
[2] *Doutor em Economia Agricola – Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) Profesor de la Universidad Autónoma de Chiapas (UNACH). Profesor Titular –Investigador de El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR)- San Cristóbal de Las Casas. Membro del Sistema Nacional de Investigadores (SIN) Nivel 1s. E-mail: gmontoya@ecosur.mx*

Recebido em 20 de março de 2016. Aceito em 31 de maio de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – Este artículo trata desde la perspectiva crítica los vaivenes de una política gubernamental de desarrollo del Estado mexicano encabezado entonces por el Presidente de la República Felipe Calderón Hinojosa durante el sexenio 2006-2012. Las Ciudades Rurales Sustentables (CRS), como se llamó la política, fueron experimentadas en el suroriental estado de Chiapas generando un gran debate desde las distintas perspectivas y corrientes teóricas de quienes asumieron una postura de análisis y crítica a dicha estrategia.El artículo es fundamentalmente un extracto de las discusiones, caracterizaciones y algunos resultados de la Tesis de licenciatura titulada "La Ciudad Rural Sustentable ´Santiago El Pinar´: una realidad socioeconómica. Referencias de la crisis estructural del Estado" (2015) del mismo autor. Se basa en un estudio etnográfico sobre una de las Ciudades Rurales Sustentables más polémicas y criticadas por sus mismas características y contradicciones: la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar", ubicado en el municipio del mismo nombre en el estado de Chiapas, sureste de México.Se pone de relieve una generalización de las características socioeconómicas del municipio y el estudio de la Ciudad Rural Sustentable, las bases que le dieron origen, las justificaciones gubernamentales. El análisis y las reflexiones de este estudio se sujetan de premisas basadas de otras experiencias y de las teorías de la crisis del modo de reproducción y acumulación capitalista, así como los supuestos que identifican una crisis del Estado mexicano y la relación de las Ciudades Rurales Sustentables con estos eventos.

Palabras Clave: *Ciudades Rurales Sustentables, Santiago El Pinar, Chiapas, crisis del capitalismo, Estado mexicano, contrainsurgencia, desarrollo, políticas públicas, asistencialismo.*

Notes and perspectives about rural sustaineble settlement "Santiago El Pinar" the experience in Chiapas, South Eastern Mexico

Abstract – This article addresses the critical perspective from the vagaries of government policy development of the Mexican state then headed by President Felipe Calderon Hinojosa during the six years from 2006 to 2012. Sustainable Rural Cities (CRS), such as politics was called, were experienced in the southeastern state of Chiapas generating much discussion from different perspectives and theoretical currents who assumed a posture of analysis and criticism of the strategy.The article is basically an extract of discussions, characterizations and some results of the undergraduate thesis entitled "Sustainable Rural City 'Santiago El Pinar': a socioeconomic reality. References to the structural crisis of the state ". It is based on an ethnographic study of one of the most controversial and criticized by its own characteristics and contradictions Sustainable Rural Cities: Sustainable Rural City "Santiago El Pinar", located in the municipality of the same name in the state of Chiapas, southeastern Mexico.It highlights a generalization of the socioeconomic characteristics of the municipality and the study of the Sustainable Rural City, the bases that gave rise, government justifications.The analysis and reflections of this study are subject to assumptions based on other experiences and theories of the crisis playback mode and capitalist accumulation, as well as assumptions that identify a crisis of the Mexican State and the relationship of the Sustainable Rural Cities with these events.

Key Words: *Sustainable Rural Cities, Santiago El Pinar, Chiapas, crisis of capitalism, the Mexican State, counterinsurgency, development, public policy, welfarism.*

Notas e perspectivas sobre a cidade rural sustentável "Santiago El Pinar" uma experiencia em Chiapas, Sudeste do México

Resumo – Este artigo trata das políticas governamentais de desenvolvimento do Estado mexicano liderado pelo Presidente da República Felipe Calderón Hinojosa entre 2006-2012. Especialmente, as Cidades Rurais Sustentáveis (CRS). A referida política foi experimentada na região Sul Oriental do estado de Chiapas gerando um grande debate a partir das distintas perspectivas e correntes teóricas. O supracitado artigo é fundamentalmente um extrato das discussões, caracterizações e alguns resultados da Tese de licenciatura intitulada "La Ciudad Rural Sustentable ´Santiago El Pinar´: una realidade socioeconômica. Referencias de la crisis estructural del Estado". Se baseia em um estudo etnográfico de uma CRS – experiência polemica e criticada por suas características e contradições: "Santiago El Pinar". O artigo apresenta uma breve descrição das características socioeconômicas do município e o estudo etnográfico da referida CRS, as bases que a originaram e as justificativas governamentais. A análise esta baseada em experiências similares e nas teorías da crise do modo de reprodução e acumulação capitalista, e nos supostos que identificam uma crise do Estado mexicano.

Palavras-Chave: *Cidades Rurais Sustentáveis, Santiago El Pinar, Chiapas, crise do capitalismo, Estado mexicano, contrainsurgencia, desenvolvimento, políticas públicas, assistencialismo.*

Introducción

Si algo ha caracterizado a las formas de gobierno como las que se ejercen en México han sido las políticas sociales de marcado carácter asistencialista. Particularmente Chiapas ha sido un punto de convergencia y de discusión obligatorio dadas las condiciones sociales en las que su sociedad se encuentra delimitada durante décadas y que sigue siendo ahora una realidad.

En la administración de Juan José Sabines Guerrero (2006-2012) se conoció una particular política de combate de las condiciones sociales innegables en el estado: las Ciudades Rurales Sustentables (CRS). La política de Ciudades Rurales Sustentables en esos años, para Chiapas era entonces algo inédito, novedoso. En el país y en el mundo junto con la CRS de Nuevo Juan del Grijalva en el municipio de Ostuacán inaugurada en 2009 y Santiago El Pinar eran el centro de atención en materia de políticas públicas, ambos representaban la punta de lanza en materia de desarrollo económico en México. Investigadores de diversos países arribaron a Chiapas para conocer y documentar la política mayor difundida: Estados Unidos, Alemania, Brasil, Noruega, Gran Bretaña, entre otros.

La puesta en marcha de la política fue fundamentalmente impulsado por dos razones socio-ambientales: primero, el "binomio dispersión-marginación" que traducido en el lenguaje cotidiano es pobreza en la mayoría de los casos en su condición de "extrema". Segundo, las condiciones de riesgo en las que están expuestas muchas regiones de la geografía chiapaneca por los cambiantes y constantes

desastres causados por diversos eventos meteorológicos no naturales. Dos objetivos conjugados en el vaivén de la historia estatal por los que se implementaron las CRS.

Paralelo al desarrollo de dicha política, surgieron diferentes modos de lectura desde muy variadas perspectivas. En cada uno de ese amplio espectro de deletreo analítico, incluyendo la Estatal, se trató de explicar, insertar y emparejar a las Ciudades Rurales Sustentables. Se aprecian tres formas: la promoción, la crítica y la neutralidad; este último analiza como un hecho aislado y descarta toda posibilidad de probables implicaciones negativas.

Esta propuesta trata de insertarse en la segunda opción: la Crítica. Lo que significa que mi postura también se inserta dentro del mismo juego ideológico que, al igual que otros, intenta interpretar acertadamente a las CRS con esta forma de lectura.

Entre los dos extremos fundamentalmente materializados por la promoción y la crítica, se halla como menciona Larsson (2012) una "disputa de fetiches". Estos "fetiches" son cambiantes dependiendo del significado que le otorgan los "discursos" que los construyen, a su vez que los "discursos" se mueven al compás de los objetivos de trasfondo que persiguen, de los "intereses en juego".

Dos "intereses en juego" que se desdibujan en polos opuestos: de la promoción, el interés individualista (el mercado, competencia, modernidad, progreso, la ciudad y la concentración); de la crítica, el interés colectivo en tanto mantenga orgánica una correlación de fuerza con otras entidades que persiguen esa misma colectividad. He ahí la diferencia.

Se plantea aquí que las Ciudades Rurales Sustentables no solo fueron una réplica de la ideología capitalista en tanto entendida como método de reproducir dicha ideología, o la ideología que se reapropia de los modos autóctonos de vida de las poblaciones involucradas. Considero que están vinculadas con una forma de sustento de un capitalismo en estado caótico, en crisis continuas y recurrentes desde la revolución mundial de 1968 como señala Wallerstein (2005).

En el Manifiesto Comunista, Marx habla del fin de la lucha de clases, de cómo el Estado adquiere un carácter violento para superar la hegemonía del oprimido.

Para los fines de este estudio, sostengo que en esta fase sistémica, los Estados subordinados al modo de explotación capitalista reestructuran y reacomodan modelos y políticas para contener y desintegrar el brote de movimientos (lo que puede traducirse como violencia), y cuál es la correspondencia de estos eventos con las Ciudades Rurales Sustentables como síntomas de la multiplicidad de la crisis sistémica y de Estado.

Para eso se reafirma y se comprueba con los resultados de los estudios de campo, la incertidumbre donde se inserta la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" a la que considero la más abandonada e incongruente, y cómo se inserta en un nivel sistémico.

Materiales y Métodos

Área de estudio

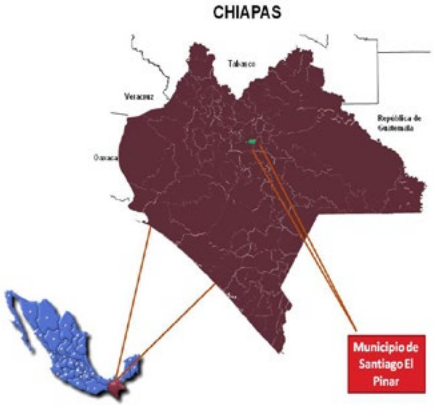
Santiago El Pinar es un municipio indígena perteneciente a la etnia Tsotsil localizado en la zona II Altos de Chiapas en la región llamada Bloque o Macizo Central (INEGI, 2010). Al norte colinda con el municipio de El Bosque, al sur y oeste con Larráinzar y al este y oeste con Aldama

Tiene una altitud que va desde los 800 y 1200 metros sobre el nivel del mar (msnm), con un promedio de 1680, esto debido a su característica orografía accidentada con lomas y cañadas pronunciadas (Ibíd.; Burguete et al., 2006).

Sus características físico-geográficas permiten poca riqueza y variedad en su ecosistema natural. El cultivo del café, la mayor actividad económica local, forma parte de la biodiversidad vegetal en la zona. Sus características geológicas permiten una formación de la superficie orográfica de sierra alta con laderas tendidas y alto grado de pendientes que impiden el aprovechamiento productivo adecuado del suelo.

El municipio de Santiago El Pinar cuenta con una extensión territorial de 17.76 km² que representa el 0.02% del territorio estatal, se encuentra dividido actualmente en 13 localidades registradas con una población total de acuerdo con el Censo de Población y Vivienda de 2010 del INEGI de 3,245 habitantes.

Figura 1. Localización de Santiago El Pinar en la geografía chiapaneca.



Fuente: Instituto de Población y Ciudades Rurales (IPCR) s/f.

Santiago El Pinar a pesar de ser un nuevo municipio, tiene una larga historia de existencia como pueblo, su trayectoria histórica, como otros tantos pueblos indígenas, comienza desde tiempos precolombinos; de hecho, como lo documentan Burguete et. al (2006) el pueblo sobrevivió a los drásticos tiempos de la era colonial, lo que nos hace suponer que Santiago El Pinar siempre ha existido pese a los "altibajos" debido a los constantes padecimientos de enfermedades que los europeos habían traído a tierras americanas y sobre todo, a los pueblos originarios. No existe historia documentada sobre el origen del pueblo de Santiago, sin embargo, la historia y la tradición oral de los lugareños ha servido para aproximarse a las profundas genealogías cronológicas casi desconocidas.

Calnek (1970) citado en Burguete et. al (2006)[1] menciona que quizá la primera aparición de Santiago en documentos históricos se remonta al año de 1539, aunque no se aclara a que debió la referencia.

Una recapitulación aproximada sobre la historia de Santiago el Pinar permite identificar una ruta de la inmemorable existencia del pueblo, me refiero a que a ninguna otra comunidad tiene parecido a Santiago El Pinar, hoy en día mantiene muchas particularidades identitarias que van desde las usanzas culinarias, los tejidos muy únicos de la ropa tradicional, los modos muy propios del uso de la lengua materna Tsotsil (en particular su dicción y léxico), hasta las costumbres y tradiciones generales que conserva como pueblo. Estas características serían uno de los ejes fundamentales que diera fuerza mayor y coyuntura para su remunicipalización.

Santiago El Pinar comienza a narrar una historia "oficial" y "reconocida" hasta 1882. Esto, un decreto gubernamental del 11 de diciembre de 1882 reconoce a Santiago como municipio

1 La obra de Burguete, Torres y Álvarez es la única obra que documenta y hace un acercamiento importante a la tradición e historia del pueblo de Santiago, aunque otros documentos quizá lo mencionan, sin embargo solo es por algún evento o suceso importantes.

(*municipalidad*), junto con otros pueblos vecinos como Santa Martha y Santa María Magdalena (hoy Aldama), el decreto oficializa a 124 "municipalidades" concentradas en 12 departamentos en todo el estado de Chiapas, Santiago formaría parte del Departamento del Centro con sede en San Cristóbal de Las Casas (Burguete et al., 2006).

Durante casi cuatro décadas (39 años), Santiago es reconocido como municipio oficial del estado de Chiapas; en 1921, cuatro años después de la promulgación de la nueva Constitución mexicana, Chiapas lleva a cabo una reforma a su propia Constitución en la que con fecha 5 de febrero de 1921 anuncia la desaparición de 65 municipios, más de la mitad del total registrado (ibíd.).

Entre las 65 reducciones estaban Santiago y sus vecinos Santa Martha y Magdalena, siendo a partir de esas fechas, identificadas solo con el grado de delegaciones, lo que hoy se conoce como agencias municipales. Santiago queda bajo la subordinación del municipio de Larráinzar, el cual a esas fechas todavía seguía siendo también un pueblo dominado por los ladinos.

Como documentan Burguete et al. (2006), la razón principal de la reducción de Santiago a Delegación es su muy reducida población "un censo de población realizado en 1921, reportó que el número de habitantes de Santiago se reducía a 311 personas y que vivían en cuatro localidades, además de la cabecera […]" (2006).

En los primeros años de vida delegacional, muchos de los pueblos reducidos a esta categoría siguieron buscando la recuperación de su "municipalidad". Muy particularmente Santiago, quizá su mayor resistencia, fue el hecho de no haber dejado de organizar su gobierno tradicional en los diferentes ámbitos de vida comunitaria en cada periodo; sobre todo, de mantener firme el sentimiento de diferencia respecto de los originarios de San Andrés Larráinzar, al cual pertenecen.

En la segunda mitad del siglo XX, acontecieron una serie de sucesos tanto a nivel nacional como internacional que dieron paso a una coyuntura muy particular que significó un parteaguas en la vida nacional: la Guerra Fría, por ejemplo, en la segunda postguerra en la que México se inclinó hacia el imperialismo norteamericano; movimientos sociales como los de 1968 en diversos países del mundo, que en México quedó grabada la radiografía de una lucha y masacre; la apertura mundial del neoliberalismo y la posterior desarticulación de la Unión Soviética (el "fin" de la Guerra Fría); en México, los cambios socioeconómicos generados por la acelerada industrialización y la transición en la política económica; la firma de los Tratados de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN); Chiapas en particular, el Congreso Indígena de 1974, hasta el levantamiento armado zapatista en 1994, abonaron a una rebelión generalizada en los pueblos indígenas de Chiapas.

Es así, Santiago estaba inmerso en una coyuntura que era un evento propicio para aglutinar una política de reclamo y de restitución de sus añejos poderes municipales. Los santiagueros, como le llaman a los originarios de Santiago, se fundamentaron básicamente en dos causas: primero el respeto a su diferencia que decían tener respecto de San Andrés Larráinzar, razón que no se niega; y segundo, reclamaban el fin de una larga historia de discriminación y de exclusión por el poder hegemónico de Larráinzar, lo que implicaba –decían– la negativa al acceso de los presupuestos del municipio al que pertenecen. Estas razones eran paso indiscutible para el proceso de su remunicipalización y por lo tanto, conllevaba a la atención de otras demandas como el reconocimiento a sus propias autoridades.

En 1998 en Santiago El Pinar no había servicios básicos de salud, educación, así como infraestructura básica en otras materias, ni inversión pública que diera atención a estas carencias sociales (ibíd.).

En 1973 inicia el proceso de demanda de remunicipalización, impulsados por la movilización indígena en Chiapas y el Congreso Indígena de 1974 que se celebraría en San Cristóbal de Las Casas. La respuesta gubernamental no fue la adecuada, los santiagueros siguieron luchando por la devolución de su municipalidad (ibíd.)

No obstante, la coyuntura política que trajo el levantamiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) abonó a favor de los santiagueros, esto debido a que el proceso de los llamados Diálogos de San Andrés trajo una ruptura social en este municipio (Larráinzar), en el sentido de que un porcentaje alto de la población estaba ya afiliado a las filas del EZLN, y entonces de repente un desplome del priismo clásico en los municipios indígenas.

Para 1998 Santiago ya se incluye en lista de nuevos municipios, los zapatistas de Santiago argumentaron que esta decisión gubernamental fue una estrategia para fragmentar al municipio autónomo de San Andrés Sakamch'en (oficial de Larráinzar), por lo que se opusieron a la remunicipalización. No obstante, éstos fueron silenciados por la instalación de corporaciones policiacas y del ejército en Santiago (ibíd.), evento que nos aproxima a revelar el objetivo oculto de la remunicipalización: una maniobra contrainsurgente y no la atención de las demandas añejas de los santiagueros, no es casual que dentro del proyecto inicial de remunicipalización, Santiago no figuraba como candidato a ser nuevo municipio; situación que se repitió con el caso de las Ciudades Rurales Sustentables. Lo anterior refleja que para el Estado, Santiago ha sido siempre un pueblo estratégico de contrainsurgencia por su localización intermedia dentro de una zona de influencia zapatista.

En Julio de 1999 se decreta la creación de nuevos municipios y entre ellos "Santiago El Pinar". Comenzó entonces un nuevo proyecto municipal, para Larráinzar fue un rompimiento ante la turbulencia social que dejó el conflicto armado de 1994, tanto para los zapatistas al ser fragmentados en dos municipios como para el partido en el poder (el PRI), pues una fuerza se desprendía de ese poder para formar una estructura propia.

La presión política no solo se debió por el conflicto armado, también porque el municipio habría sido sede de los llamados Diálogos de San Andrés en 1996 y para esas fechas, un desprendimiento político no era propicio sobre todo para el municipio oficial, porque aunque ya fueran "oficialmente" de otro municipio, los zapatistas originarios de Santiago siguieron participando y formando parte del municipio autónomo de San Andrés.

Obtención y análisis de información

El estudio de campo y el análisis de la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" se realizaron entre los meses de marzo-agosto de 2014 y enero-febrero de 2015, se dispuso de la aplicación de algunas herramientas básicas que permitieron demostrar el estado real de cosas, fue fundamentalmente un estudio etnográfico para comprender su configuración general y la dinámica de sus partes integrantes. Así también fue crucial la lectura e interpretaciones sistémicas del contexto donde se encuentra inmersa esta política de debate.

Se analiza el funcionamiento de los elementos que articulan la estructura orgánica de la Ciudad Rural, donde funcionamiento lo defino como la equivalencia del nivel de objetivos cumplidos de dicha política, y cuánto de cada elemento cumplió su papel para hacer funcionar al complejo.

Cabe mencionar que el estudio de campo y el desarrollo de las actividades consiguientes se vieron coartados por eventos sociales que inicialmente no estaban contemplados en las delimitaciones del trabajo. Me refiero a problemas comunitarios en los que se vio envuelto el municipio de Santiago El Pinar en toda la segunda mitad del 2014 y a lo largo del 2015, el cual consistió en el destape de una supuesta evasión fiscal que las autoridades del periodo 2012-2015

cometieron en el ejercicio del poder municipal.

Lo cierto es que éste tuvo orígenes relacionados con desfases políticos entre grupos partidistas en pugna por el poder en el municipio. Esta circunstancia particular atenuó la posibilidad de mayor debate con los habitantes sobre el problema de investigación dado que no había otro tema de discusión más que los problemas que estaban afectando al tejido comunitario del pequeño municipio. A ello se agrega la imposibilidad ya existente por parte de las diversas autoridades gubernamentales al acceso a la información verídica referente a las CRS.

No obstante, se toma en cuenta la información difundida en el Cuarto y Quinto Informe de Gobierno de 2010 y 2012 respectivamente, así como la información disponible en el sitio web del Instituto de Población y Ciudades Rurales (IPCR).

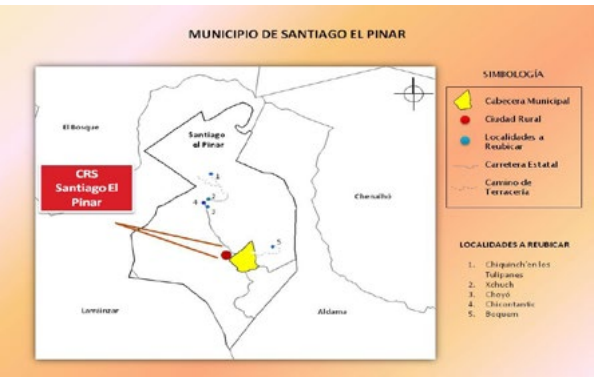
Subrayo de manera central que la información recabada en las entrevistas y pláticas informales con los habitantes de Santiago El Pinar que generosamente me facilitaron, serán los rellenos de los grandes vacíos de información que fui encontrando en tanto más me adentraba a la complejidad del hecho. Teóricamente estas herramientas pueden reconocerse como Metodología: el *método crítico* y la Investigación Acción Participativa (IAP) o *sociología de la liberación* se basan en una interacción y dialogo con los sujetos involucrados.

Resultados

Características generales de la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar"

En el sitio de internet del Instituto de Población y Ciudades Rurales (IPCR) puede apreciarse una información muy restringida de "Santiago El Pinar" en comparación con "Nuevo Juan del Grijalva". Entre lo poco, figuran dos mapas: el de ubicación geográfica del municipio y el de localización de la Ciudad Rural en el territorio municipal donde aparecen también otros elementos importantes como las comunidades que fueron reubicadas; además puede encontrarse un plano de la Ciudad de recién creación donde se aprecian los trazos urbanos y la localización de la infraestructura.

Figura 2. Ubicación de la CRS en el territorio municipal. En este mapa existen contradicciones, las comunidades de Xchuch y Choyó no fueron reubicadas, mientras que San Antonio Buenavista que fue reubicada no aparece.



Fuente: Instituto de Población y Ciudades Rurales s/f.

La Ciudad Rural Sustentable se localiza a muy poca distancia de la cabecera municipal, aproximadamente a 500 metros, separados solo de una pequeña cañada. En la descripción del área de estudio se rescata que la superficie de Santiago El Pinar se caracteriza por su "accidentada orografía", la Ciudad Rural se edificó en las laderas de una loma fuertemente marcada por una pendiente natural que pone en severa duda la sustentabilidad ambiental y la prevención de desastres que supuestamente caracterizan a las CRS.

Larsson documenta que según versiones de habitantes de Santiago El Pinar, el cerro en el que fue instalada la Ciudad Rural tiene una importancia histórica y es sagrada "es el lugar de los antepasados, donde se juntan a hacer fiesta todas las noches" (2012). Lo cierto es que otros testimonios documentan que "en Santiago El Pinar hay tristeza en los viejos, que ven desaparecer cafetales, milpas, platanares y su manera de vivir" como mencionó Herman Bellinghausen en una crítica al programa.

En el Cuarto Informe de Gobierno, se comunica que para la edificación de la Ciudad Rural se adquirió un predio de 38.3 hectáreas para reubicar a cuatro localidades consideradas dispersas: Chiquinch'en los Tulipanes, San Antonio Buenavista, Boquem y Chimcomtantik (Chik´omtantik en la dicción de Santiago El Pinar, una comunidad de nueva creación que está sin registro, en los estudios recientes del INEGI no aparece documentada), además se considera "fortalecer la infraestructura de la cabecera municipal y de cuatro localidades conurbadas que son Nínamo [Ninamhó en términos locales], Pushilhó, Pechultón y Nachón" (Gobierno del Estado, 2010).

De acuerdo con fuentes gubernamentales como señala Larsson, para determinar el grado de dispersión poblacional utilizaron un indicador creado por el geógrafo Albert Demangeon, Larsson menciona:

> "Para elaborar los índices de dispersión, se utiliza un esquema que él propuso. Este "Índice Demangeon" se basa en una fórmula donde se multiplica el número de habitantes fuera de la cabecera con el número de localidades. Esta suma se divide entre la población total del municipio, incluyendo a la cabecera […]. Usando este índice, Santiago el Pinar se encuentra en el lugar 110 de los 119 municipios de Chiapas […], es decir, entre los diez municipios con menos dispersión del estado (Larsson, 2012: 77).

Tomando como referencia los datos recabados por el INEGI en el 2010, el Índice Demangeon o Índice de dispersión-concentración (K), para Santiago El Pinar quedaría de la siguiente manera utilizando la fórmula Demangeon:

$$K=(E^* N)/T \quad \propto \quad K=(3245-1072)12/3245 \quad \propto \quad K=8.03$$

Donde
T=Poblacion total.
E=Población dispersa.
N=Número total de localidades.

Albert Demangeon estableció un rango de valores de referencia para refutar si el resultado obtenido representa un índice de concentración y/o dispersión alto, bajo o normal. De 0 a 0,1 es concentración máxima; 0,1 a 1 concentración normal; de 1 a 50 dispersión normal y de 50 a 100 dispersión máxima. Si bien, el valor de 8.03 puntos para Santiago El Pinar, teniendo como referencia el Índice Demangeon, no indica que haya concentración normal, como tampoco concentración cero.

Sin embargo, 8.03 puntos (en un rango de 1 a 50 en cuanto a dispersión poblacional) significa que hay una densidad relativamente adecuada en su territorio; como señala Larsson, figura entre los diez municipio con menor dispersión poblacional a nivel estatal; por lo tanto, no existe ninguna relación ni justificación del argumento gubernamental sobre la supuesta dispersión poblacional del municipio de Santiago El Pinar.

Otras fuentes consideran a una población "rural dispersa" cuando ésta cuenta con un número de habitantes inferior de 500 y localizado de 5 a más kilómetros de otra localidad también de menos de 500 habitantes dentro del radio territorial de un municipio (ver

Dávila et al., 2002). Si tomamos en cuenta los kilómetros cuadrados que abarca el territorio municipal de Santiago El Pinar, los cálculos en distancia entre localidades no arrojan resultados de dispersión poblacional, quizá remotamente la localidad de Chikinch´en que figura como la localidad más alejada de la cabecera municipal con tan solo 59 habitantes y localizada aproximadamente a seis kilómetros de ésta, pero a menos de un kilómetro se encuentra la localidad de Santiago el Relicario.

Hasta ahí sobre las medidas de dispersión. En el mismo documento, es decir, en el Cuarto Informe de Gobierno se da a conocer que cada lote de la Ciudad Rural tendrá una superficie de 300 metros cuadrados (m2) de 10x30 metros, donde se edificará toda la infraestructura, señala:

> Se construyen más de 140 viviendas nuevas de 36 m2 […] que contarán con dos cuartos, cocina, sala-comedor, baño y pórtico; dispondrán de los servicios de agua potable, drenaje y electrificación; además se rehabilitarán y mejorarán más de 300 viviendas de las localidades conurbadas.
>
> La ciudad contará con infraestructura urbana: jardín de niños, primaria, espacios religiosos, centro social popular, industria alimentaria, módulo de vigilancia, parque, cancha de usos múltiples, juegos infantiles, corredor comercial, entre otros.
>
> En infraestructura básica se contará con agua potable con obra de captación, líneas de conducción, distribución y alimentación, tanques de almacenamiento y una planta potabilizadora, además de drenaje sanitario con una red de alcantarillado sanitario con descargas domiciliarias, colectores y una planta de tratamiento de aguas residuales; se contará con una red de distribución eléctrica subterránea y una subestación eléctrica y red domiciliaria, además de alumbrado público y vialidades pavimentadas. (Gobierno del Estado, 2010: 81, 82).

De todos los datos anteriores existen variaciones debido a que hubo varias fuentes que informaron en diferentes momentos y contextos sobre la infraestructura de la Ciudad Rural de Santiago El Pinar. El Instituto de Población y Ciudades Rurales (s/f) promueve en su página de Internet que son 33.9 hectáreas de predio donde se edificó la infraestructura urbana, en él se construyeron 115 viviendas, pero también señala en su sección *proyecto* que son 38.3 hectáreas donde se construyeron 135 viviendas. Además, 350 viviendas nuevas en predios familiares preexistentes, así como 489 acciones de mejoramiento de vivienda también ya existentes (IPCR, s/f).

En la misma página, en la sección de *proyecto*, se recalca "una planta ensambladora, 6 invernaderos, 4 hectáreas de gladiolos, micro túneles para la producción de hortalizas y granjas avícolas" (IPCR, s/f: s/p).

Se puede corroborar con los datos anteriores que el radio de influencia del Sistema de Ciudad Rural Sustentable no se aísla solamente en las casi 40 hectáreas del predio donde se instaló, cubre otras áreas del municipio como las llamadas "localidades conurbadas" a través del mejoramiento y construcción de nuevas viviendas y de la instalación de los servicios básicos; lo que genera un mejoramiento de la imagen municipal como lo anunciarían en los diversos medios.

No obstante, la estancia de campo arroja resultados distintos y hasta cierto grado, contradictorios. Se registra un cambio importante que reafirma las incongruencias en las fuentes gubernamentales que describieron a la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar", esto si el análisis parte desde el punto de vista de cuánto de los servicios e infraestructura han funcionado en comparación con su existencia real y física.

"Santiago El Pinar", además de su edificación en las laderas del cerro y que se encuentra casi pegada a la cabecera municipal, sobre su asentamiento de casi 40 hectáreas de superficie también se halla que tiene, entre calles y avenidas vacías, nueve venas por donde fluye el vacío; cinco cuadras (manzanas) donde se levantan las casas y su compleja infraestructura urbana. Sus cortas calles y avenidas son de concreto, banquetas pintadas de amarillo y señalamientos de vialidad.

Cuenta con un sistema de drenaje y alcantarillado sanitario; un sistema de red de energía eléctrica subterráneo que se distribuye a lo largo de la ciudad y en las viviendas y en los diferentes establecimientos e infraestructura existentes; así también, una red de distribución de agua potable con un tanque de almacenamiento propio y un servicio completo de alumbrado público.

Entre los inmuebles más importantes figuran una escuela de preescolar "Gabriela Mistral"; una primaria "Enrique Rebsamen"; dos canchas de basquetbol, también conocido como de usos múltiples y una pequeña área de juegos infantiles.

En el ámbito económico-productivo se encuentran una Planta Ensambladora "Santiago El Pinar"; cinco Granjas Integrales de Aves Ponedoras; cuatro naves de Invernaderos de rosas; establecimiento de Procesadora de café: Cuenca Cafetalera "Santiago el Pinar"; una Cafetería "El Pinar"; Súper Chiapas (re etiquetado con el nombre de Mini Súper); una Parada de transportes; Mercado constituido por dos naves para el abasto de la población del centro urbano; y el Centro de Salud con Servicios Ampliados (CSSA) donde se acomodan las esperanzas de la población.

Sobre esta descripción uno pregunta: ¿Quién puede juzgar una ciudad moderna y de color de rosa? ¿Quién pudiera creer que en esa ciudad nada funciona y es una ciudad fantasma? Estas paradojas reúnen las miradas que ponen en medio de las disputas y las especulaciones a la CRS de Santiago El Pinar. Y es otra paradoja pensar en las razones por las que nada ha funcionado en la Ciudad Rural donde se concentran los servicios y las infraestructuras.

Discusión y algunas evaluaciones

Si bien, en esta parte específica del estudio, compete una discusión sobre las posibilidades y alternativas al proyecto de Ciudades Rurales Sustentables, no obstante, reafirmaré de acuerdo con los criterios de este escrito la crítica al programa, señalando algunos factores que en la implementación de las Ciudades Rurales se traducen en violación a Derechos exclusivos de los pueblos involucrados, que es otra causa de su disfuncionamiento, y cómo éstos responden a una jerarquía de poder desde el modo capitalista de explotación.

De acuerdo con los resultados de los estudios realizados por los grupos de las Universidades de Cornell y Míchigan, se realizaron algunas recomendaciones al proyecto para rectificar sus desvíos y obtener los objetivos planteados por el mismo. El grupo de la "Michigan Ross School of Business" fue financiado por la Fundación Azteca y el Grupo Salinas (Larsson, 2012) para que realizaran ellos los correspondientes estudios mercadotécnicos y las viabilidades económicas de las Ciudades Rurales Sustentables. Sus recomendaciones van ligadas a los planteamientos gubernamentales, pero con el fin de adecuar el proyecto a los objetivos por los que fue planeado.

Señalan por ejemplo, haciendo mayor énfasis a la CRS "Nuevo Juan del Grijalva", que la dispersión poblacional y la geografía accidentada son los componentes primordiales para que la población siga siendo vulnerable a las condiciones de pobreza causados por la mal llamada marginación. El estudio también se clasificó en ejes, muy cercanos a los Componentes o Subsistemas manejados en el discurso gubernamental, la recomendación fundamental del estudio es que la población tenga mayor participación en la planeación de los proyectos sociales y económicos a través de una relación de comunicación que

permita trazar mejores viabilidades de la Ciudad Rural Sustentable.

En el eje específicamente sobre economía, se insertan ahí cuestiones meramente de mercado y negocios, se proyectan las perspectivas para hacer de la CRS un centro de población netamente productivo y sustentable, también recomiendan crear unidades de negocios donde puedan ser comercializadas la producción local incentivados por los proyectos productivos que se implementaron, así como el aprovechamiento de potenciales naturales (llamadas ventajas comparativas) que la región ofrece, estableciendo relaciones comerciales con los mercados externos bajo una "Asesoraría de Negocios" (Larsson, 2012). Lo anterior tiene parecido y son algunos de los planteamientos principales de la Geografía Económica que a inicios de los 90 Paul Krugman insertara en la ciencia económica.

Como es evidente, las sugerencias realizadas por este estudio tienen que ver mucho con la lógica de una economía de mercado y poco desviado del planteamiento que el Estado realizó con referencia a las Ciudades Rurales. El grupo de la Universidad de Cornell, por su parte, señala también errores cometidos en la implementación del programa y recalca las estrategias que considera adecuadas para su mejor funcionamiento y evitar –señala– destinar al fracaso millonarias inversiones. Puntualizan entre otras observaciones, el erróneo "enfoque de arriba hacia abajo" en la implementación de las políticas públicas, así como el aislamiento de estas "Ciudades" con economías preexistentes (es decir, poblaciones), que señalan, son factores de disfuncionamiento; concluyen:

> Ubicarse geográficamente más cerca de otras áreas urbanas hubiera beneficiado a Nuevo Juan del Grijalva […]. Esta proximidad cercana no sólo hubiera desembocado en la apertura de mercados para la producción y a la vez el consumo, sino que hubiera beneficiado a muchas más personas que las existentes 410 viviendas contempladas en la construcción de esta nueva ciudad" (De León *et al.* 2010; citado en Libert, 2012: 85, traducción de Libert).

Sin embargo, si aplicamos la tesis anterior para "Santiago El Pinar" que fue instalada paralela a la cabecera municipal, de todas formas no encuentra sustento a pesar de que algunos de los proyectos e infraestructura implícitos fueron edificados tanto en la cabecera como en las comunidades conurbadas.

Las razones de ello tienen que ver, como se ha señalado, con la ausencia de servicios básicos en el centro poblacional que fue el factor eje que desembocó al abandono casi total de la Ciudad, para los proyectos económico-productivos estos servicios eran materia prima, se agrega también la ausencia de un mercado de consumo definido, sea local o externo, que era fundamental para su eficiencia. A ello se suma los inadecuados trazos y conceptos culturales que se manejaron en "Santiago El Pinar", nada armónicos con el concepto propio de cultura y de los usos tradicionales que entonces tenía vigencia.

El estudio del grupo de Cornell para el caso de "Santiago El Pinar" señala que:

> "Estos resultados [de disfuncionamiento] nos llevan a concluir que sigue siendo por la falta de transparencia que rodea a los objetivos y la implementación del Programa de CRS. La falta de transparencia priva a los residentes de la información importante que permite tomar decisiones informadas que afectan sus vidas y las vidas de sus familias, por lo tanto privarlos de su derecho a la libre determinación." (Arnold *et. al.*, 2011: 18; traducción propia)

El estudio ve como factor de repunte de las Ciudades Rurales Sustentables las asesorías en el ámbito económico-productivo, así como la interacción con otros mercados mediante el aprovechamiento de las llamadas "economías de escala" de nivel local o regional. Pero también apuntan que el disfuncionamiento es causado por la falta de generación de empleos que pueda propiciar el incremento de la demanda local en los establecimientos comerciales. De acuerdo a su análisis, se da en estas nuevas "Ciudades" una transición de economía de autoconsumo a una *Urban Market Economy* (Economía de Mercado Urbana), donde la producción no es de autoconsumo sino de intercambios y exportación con y hacia nuevos espacios mercantiles entre economías regionales o suprarregionales, eventos que nunca se dieron (ver Arnold et al., 2011).

Recomiendan por lo tanto la no creación de más *Greenfield Constructions* (construcción en campos verdes), ellos consideran que "Si la densidad es una solución a los problemas de la dispersión, la marginalización, y la pobreza, entonces la posible expansión de centros urbanos establecidos en vez de la construcción de una nueva ciudad entera es una alternativa viable al actual programa CRS" (De León et al., 2010; citado en Libert, traducción de Libert).

Concluyen que la "falta de éxito" de los proyectos productivos no se debe a las formas propias de sustento de las comunidades, sino por los trazos realizados al programa, diferente de las medidas culturales de la población, por tales razones la estrategia de Ciudades Rurales "no cumplirán" con los objetivos de abatir la dispersión poblacional y menos de mitigar los embates de la naturaleza. Sugieren como alternativa el fortalecimiento de las poblaciones "preexistentes" donde sea más efectivo el cumplimiento de los objetivos "subyacentes" y una administración "menos escandalosa" de las inversiones realizadas (Ver De León et al., 2010).

Arnold *et.al.* advierten que "la extensión del daño es alarmante" (2011: 31), así como el proceso de reasentamiento puede prolongar consecuencias negativas; pasar de vivir de una localidad rural a un centro de población más grande implica para ellos "un cambio" en el estilo de vida, la estructura social y organización comunitaria de la población e "interrumpe" la cohesión familiar basadas en identidades tradicionales propias (ibídem; traducción propia).

En el caso de "Santiago El Pinar", han expuesto a la población a los riesgos de derrumbes y deslaves provocados por la deforestación que gracias a la construcción de la Ciudad Rural se han enfatizado, pero sobre todo, es la pendiente del cerro que está en condiciones de sufrir deslizamientos y es sobre la que se erigieron las casas de la Ciudad Rural Sustentable.

Los anteriores son estudios realizados con objeto de evaluar el funcionamiento de las Ciudades Rurales desde la perspectiva del cumplimiento de los objetivos que fueron perseguidos. No obstante, hay otros análisis en los que se compromete las políticas del Estado y los argumentos que justificó la construcción de estos complejos infraestructurales, podemos dar cita con el artículo titulado "El sur también existe: un ensayo sobre el desarrollo regional de México" de Enrique Dávila, Georgina Kessel y Santiago Levy (2002).

"El sur también existe" es un ensayo que fue polémico en el marco de la justificación gubernamental de las Ciudades Rurales Sustentables, señalándose como la base teórica de dicho programa, en el estudio se señala que:

> La dispersión poblacional frena el aprovechamiento de las economías de escala en la provisión de servicios públicos […] el tamaño mínimo de población para aprovechar las economías de escala en la dotación de servicios básicos de educación y salud, así como de abastecimiento de agua potable y drenaje, es de alrededor de 1,500 habitantes. (Dávila, et. al., 2002: 209)

Libert (2012) y Pickard (2012) probablemente es con estas consideraciones que sustentan que el Estado se fundamentó en "El sur también existe" para implementar las Ciudades Rurales Sustentables en Chiapas. Sin embargo, los mismos autores del artículo invitan a leer a Krugman para ampliar esa tesis, por lo tanto, como también

menciona Larsson (2012), Krugman es probablemente el teórico principal del artículo citado y por supuesto de las CRS con su propuesta de "Geografía Económica", también es la base de los planteamientos del Banco Mundial de 2008 con el informe llamado "Una Nueva Geografía Económica", informe que Libert y Pickard también consideran como las bases teóricas que justificaron al programa de Ciudades Rurales.

Si bien, Dávila et al. (2002) apuntan que la dispersión poblacional es el factor que imposibilita el aprovechamiento de las "economías de escala" y de la dotación de servicios básicos, también reconocen que son las políticas públicas mal planteadas del gobierno, por no decir asistencialistas, que frena el aprovechamiento de lo que se conoce como las "ventajas comparativas" para propiciar el crecimiento autosostenido y autónomo de las zonas con mayor rezago social. Chiapas posee una riqueza natural exuberante que lo clasifica como una de las zonas con mayor ventaja comparativa, pero las políticas aplicadas sobre ellas, han sido sumamente restrictivas respecto de los derechos económicos y de autodeterminación de la población, el ensayo señala:

> La tesis central es que las políticas públicas instrumentadas por el gobierno federal en las últimas cinco o seis décadas implícitamente han desalentado el desarrollo económico de Chiapas y la región sureste en general […]. (Dávila et al., 209: 2002)

Consideran que "la dispersión poblacional es, en parte, resultado de las políticas públicas", ponen como ejemplos a la alza de precios del maíz que obliga a las poblaciones más pobres a devastar zonas forestales para convertirlos en campos de cultivo de autoconsumo (aunque el aumento del precio de los productos tiene que ver más con políticas fiscales), argumentan también que la política en materia agraria injiere en la "ubicación, tamaño y características de los asentamiento humanos" en las zonas rurales (ver Dávila et. al., 2002). Es decir, son las mismas políticas gubernamentales que crean condiciones y coyunturas propicias para implementar otras con fines netamente empresariales mediante el saqueo desmedido de los recursos naturales (en México la Reforma Energética por ejemplo), pero también permite políticas estratégicas de contrainsurgencia para retener el descontento social, como es el caso particular de "Santiago El Pinar".

Las conclusiones del artículo sobre el (sub)desarrollo económico del sur-sureste, sobre todo haciendo énfasis en el estado de Chiapas, dan otra evidencia de los objetivos políticos implícitos en las Ciudades Rurales Sustentables, más allá de aquello de atender los problemas de dispersión poblacional y soslayar los eventos "naturales" que ponen en entredicho la supervivencia misma del ser humano en algunas zonas geográficas del estado, país y otros.

Podemos formular la siguiente pregunta: ¿El Estado tomó en cuenta expectativas relacionadas con las que se plantean en el ensayo?. Si nos referimos a los pocos proyectos productivos implementados en la Ciudad Rural de Santiago El Pinar, encontramos que éstos se mantuvieron solo con recursos de carácter asistencialista especialmente destinados para esas actividades, como es el caso específico de la Planta Ensambladora.

Todo ello, se relaciona con estudios en los que no sólo se señalan los errores en la implementación del programa de CRS, sino argumentan que responde a una alta jerarquía y estructura de poderes que sólo pueden ser comprendidas desde la perspectiva sistémica. Es decir, apuntan que las Ciudades Rurales son replica de un amplio programa de políticas de control desde el sistema y modo de explotación capitalista.

Wilson (2009) encuentra una continuación del Proyecto Mesoamérica (antes Plan Puebla Panamá) en las CRS, señala que en dicho plan, entonces se denominó "Centros de Integración Rural". Para Wilson, el establecimiento de las Ciudades Rurales implica una desarticulación de los *Caracoles* zapatistas, además de la inserción del campesino y el originario al modo de acumulación capitalista.

Esta relación de la política de Ciudades Rurales Sustentables con políticas de corte neoliberal como es el Proyecto Mesoamérica, son a su vez, políticas, planes y modelos ramas de las prácticas del *capitalismo del desastre* como hace notar Klein (2007) en "La doctrina del Shock: el auge del capitalismo del desastre". Un sustento de esta teoría de imposición del capitalismo en las Ciudades Rurales Sustentables, discusión en la que Libert (2012) encuentra mayor énfasis en "Nuevo Juan del Grijalva", donde se hace más que evidente el "modus operandi clásico" de aprovechar emergencias para imponer las políticas de despojo de territorios y recursos para convertir las riquezas naturales en riquezas monetarias.

Esta implementación de las políticas capitalistas en programas de ámbito local puede descifrarse en una interpretación simbólica de los trazos, rasgos y la imagen de la Ciudad Rural Sustentable. En las formas de presentar teórica y físicamente a la "Ciudad" van ocultos los rasgos característicos del capitalismo que se suma al previo estado idealizado (dominado) del sujeto de la comunidad rural, sobre todo del mundo indígena y campesino sobre su concepción de lo urbano, esta condición ideológica bajo la dominación capitalista apunta a concebir, captar e idealizar que lo urbano, es decir, la "Ciudad", es la solución de la pobreza en el mundo rural, la miseria de lo comunitario, lo cotidiano de la miseria y la carencia en la comunidad.

Concibe a la "Ciudad" con sus marcos y sus trazos como espejo del desarrollo, del bienestar. Los vidrios y los cristales de los edificios, las amplias calles e interminables avenidas, los miles de autos congestionados, la iluminación, son para el sujeto de la ruralidad sinónimos de esperanza, de empleo, de oportunidades. De esa premisa parte la mayoría de los millones de casos del gran "sueño americano" y del "sueño mexicano" para los venidos del mas del Sur que se esfuman en el desierto del norte, en el Bravo y en el Suchiate en su caso.

En ese peculiar modo que el capitalismo hace ver, introduce el Estado en lo rural el concepto de "Ciudad" ya aceptado previamente por la población objetivo. Así se presentó la Ciudad Rural Sustentable en Santiago El Pinar, como la ciudad de la esperanza, donde no habrá pobreza sino bienestar. El trazo urbano, la infraestructura económica y comercial, los Proyectos Productivos como la Planta Ensambladora etiquetado de "fábrica" por los pobladores como sinónimo de empleos; la imagen de la "Ciudad", fueron equivalentes a bienestar económico. La sucursal de Banchiapas fue el símbolo y la representación del capital, del dinero que "mueve" al mundo, del interés individualista y la competencia capitalista.

En esta otra forma de explicación, de simbolismos, se puede contrastar la puesta en práctica de esa concepción errónea del originario respecto de la imagen que aparenta la "Ciudad", lo que nos permite ahora comparar entre "Ciudad fantasma" y una "Ciudad monstruo" (la Ciudad de México por ejemplo) donde las periferias del mundo moderno se concentran en cinturones de miseria cada vez más anchos. Ambas imágenes representan algo en común: las carencias, en algunos casos similares, en otros, divergentes.

He aquí un conjunto de incongruencias y desconexiones entre el Estado y la sociedad puestos en práctica en la implementación de las Ciudades Rurales Sustentables junto con los objetivos implícitos, entre ellos, el ejercicio de los derechos sociales, que equivale a la violación a otros derechos fundamentales que se encuentran estipulados no solo en la Constitución mexicana, sino también plasmados en estatutos internacionales que el gobierno mexicano ha suscrito.

En el análisis a la CRS "Santiago El Pinar" respecto al cumplimiento de los derechos sociales, la Universidad de Cornell argumenta la violación a normas internacionales de derechos, de manera central al de la libre determinación de los pueblos avalado por la ONU y consagrado en esencia en los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), concepto internacional en el que se alineó los objetivos de las Ciudades Rurales Sustentables en su planteamiento teórico.

Por su parte, el Informe de la Red Por la Paz y el Colectivo de Análisis e Información Kolectiva (KAIK), hace un estudio exhaustivo sobre la serie de derechos humanos que viola la política de Ciudades Rurales. Mencionan fundamentalmente la violación al "Derecho a la Libre Determinación y Autonomía de los Pueblos Indígenas", de donde se deprende otras violaciones a los derechos, como el Derecho a la consulta, Derecho a la información, Derecho a la Participación, Derecho al trabajo, Derecho a una vivienda adecuada, Derecho a la salud y el Derecho a la educación; así como los llamados Derechos Transversales como el Derecho a la tierra y el territorio, el Derecho a un nivel de vida adecuado, los Derechos culturales como el respeto de usos y costumbres y el Derecho al disfrute de la propiedad y a un pago justo en caso de expropiación. Señala:

> […] el derecho a la libre determinación incluye no solo que los pueblos puedan determinar libremente su organización política, sino también su desarrollo económico, social y cultural, por lo que abarca una gran variedad de otros derechos humanos. [Que] son violentados por el Estado en perjuicio de la población afectada por el programa CRS, lo que significa en sí mismo una violación al derecho a la libre determinación. (Red Por la Paz Chiapas y CAIK, 2012: 47)

La misma fuente apunta que todos estos derechos señalados están consagrados además de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos en los siguientes "marcos normativos": Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas; Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT); Ley de Desarrollo Social; Ley Federal de Transparencia y Acceso a la Información Pública Gubernamental; Constitución Política del Estado de Chiapas; Declaración Universal de los Derechos Humanos; Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; Protocolo Adicional a la Convención Americana de Derechos Humanos; Ley Federal del Trabajo; Ley General de la Salud y Ley General de la Educación fundamentalmente. Documentos y Derechos que los distintos gobiernos mexicanos han signado y respaldado (ver Red Por la Paz Chiapas y CAIK, 2012).

El incumplimiento y la violación de estas normas internacionales han permitido la incompetencia socioeconómica y el disfuncionamiento de las Ciudades Rurales en su conjunto. En "Santiago El Pinar", existe una perspectiva económica llena de perplejidades; podríamos hacer aproximaciones mediante números, ecuaciones, gráficas y otros cálculos aritméticos e incluso algebraicos, –a ver quién nos echaba la mano–, pero lo cierto es que es ahora una cuestión sujeta a las fluctuaciones sistémicas y no a reducciones con sumas y con restas.

Esta experiencia que dejó la política de Ciudades Rurales Sustentables ha obligado a leer las "letras chiquitas" de las recetas, de sus planteamientos, paralogismos, sofismas y de la producción de discursos con las que fueron acompañados. Por lo tanto, la discusión de este trabajo se resume en los siguientes puntos:

> I.- La Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" es un fracaso total. El estudio etnográfico de donde resultó un análisis y contextualización socioeconómica de las diferentes infraestructuras intrínsecas a la Ciudad Rural, arroja resultados contradictorios con respecto a los anunciados por el Estado.

En "Santiago El Pinar" contabilizando los tres servicios básicos que son el agua potable, el drenaje sanitario y la energía eléctrica, son en total 14 infraestructuras diferentes que se encuentran establecidas dentro del predio que es la Ciudad Rural. De ellas, solo tres funcionan con irregularidades: el Centro de Salud con Servicios Ampliados, la Escuela primaria y los establecimientos de Granjas Integrales de Aves Ponedoras, es decir, calculado de ese modo, más del 80 por ciento de la Ciudad Rural es un fracaso, sin tomar en cuenta el total de las viviendas que funcionan solo menos del 14 por ciento, sino como una sola infraestructura.

No obstante, en Entrevista con los directivos de estos centros, el CSSA funciona porque depende de la Secretaria de Salud, mientras que la Escuela Primaria funciona porque es la misma que se localizaba en la plaza de la cabecera municipal, fue reubicada con objeto de realzarla como Ciudad Rural. El caso de las Granjas Avícolas ahora funciona con recursos propios de los "granjeros", pues el subsidio inicial no perduró ante la ausencia de mercados de consumo y de servicios básicos para su funcionamiento.

Uno de los elementos más importantes de la Ciudad Rural: la vivienda, ha sido polémico y centro de disputa debido a sus condiciones, estas son algunas de sus características: se construyeron un total de 116 viviendas con medidas de 5 por 6 metros (30 m²), edificado sobre un lote de 300 m² de 10 por 30 metros. Se subdivide en cuatro partes no iguales: la habitación principal que mide 2.35 por 3 metros, insuficiente para familias grandes que predomina en la mayor parte de las familias mexicanas; la habitación secundaria con una superficie de 2.35 por 2.15 metros; le sigue una "sala" que se encuentra junto a la entrada principal, con una superficie de 3.6 por 2.35 metros. Existe un espacio vacío junto a la sala, se considera que es la cocina, mide 2.5 por 1.42 metros (sin posibilidades de espacio para el fogón, elemento típico en la región, por lo tanto son construcciones culturalmente inadecuadas y es una clara violación a los derechos de la libre determinación); por último, el baño completo.

En cuanto a los materiales utilizados en la edificación ha sido un espacio de desilusión y de reclamos, fundamentalmente por la calidad y su eficiencia que al ser utilizados en la construcción de las viviendas no cubre las necesidades humanas ni las recomendaciones mínimas en esta materia en espacios y contextos como lo es la Ciudad Rural Sustentable. La *tablaroca*, material de construcción utilizado, es un derivado de concreto prefabricado que se usa como pared en determinadas circunstancias, nada adecuado para las CRS. El techo es térmico, compuesto de unicel con una cubierta exterior de cartón y en el interior una capa de triplay, el piso es también de triplay con un forro de plástico.

De las 116 viviendas construidas en la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar", que ahora sólo restan 115 porque una fue absorbida por un derrumbe, hasta a inicios de 2015 estaban siendo habitadas solo 16 viviendas, ninguna era rentada, lo que significa que las 16 son ocupadas por familias de Santiago El Pinar.

Exactamente 100 casitas de madera están abandonadas, (respetando el derrumbe sería 99); en términos porcentuales, las habitadas solo representan un 14 por ciento, lo que significa que casi el 90 por ciento están totalmente abandonadas, de ellas, no menos del 50 por ciento están destrozadas e inhabitables y el resto parece ser que permanecen selladas pero inservibles.

En cuanto a servicios básicos dentro de la vivienda no funcionan, la electricidad la reconectaron los mismos habitantes y con sus propios recursos, mientras que la ausencia de agua potable o entubada ha sido uno de los mayores retos de los pocos pobladores "sólo llenan los tinacos cuando viene alguien del gobierno" comentan, por lo tanto el sistema de drenaje se encuentra vacío por falta de agua, además de los saqueos que presenta en las líneas de conducción.

La situación de la falta de energía eléctrica en la Ciudad Rural afectó considerablemente a muchos de los establecimientos del centro urbano, particularmente el Centro de Salud con Servicios Ampliados (CSSA) como uno de los servicios de mayor importancia y que refleja gran parte del "funcionamiento" de la CRS. La Dirección del Centro argumenta respecto a las muestras de laboratorio que toman: "[…] no se procesan acá porque tenemos el problemita de la luz, tenemos el equipo, tenemos el químico encargado incluso del área, pero como no funciona el abasto energético, no es el suficiente para echar a andar los equipos de laboratorio" (Entrevista 3).

Es decir, que algún proyecto o centro que funcione específicamente por ser Ciudad Rural Sustentable no existe, este es el argumento para colgar de la Ciudad artificial de Santiago El Pinar una etiqueta que rece "Ciudad Rural Sustentable FRACASADO". Condición que puede no definirse por el santiaguero "reubicado", pero le consta las carencias que arrastra en la "Ciudad", es decir, el fracaso le es palpable con otro nombre.

Figura 3. Imágenes de la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar": rostros de un fracaso.

Fuente: Fotografías propias.

Diversas investigaciones vislumbraron mediante diversos enfoques de estudios de factibilidad el fracaso que se avecinaba a la CRS, condición que es "multifacético", va desde su localización geográfica hasta su estructura arquitectónica.

De las únicas ventajas de haber construido la CRS en las laderas del cerro y marcado por semejante pendiente, como menciona también Larsson, es que permite enfocar y encontrar un buen ángulo para la foto, bien como fondo el sol y el "mar azul", o apreciar lo extendido de las edificaciones desde las alturas de la Ciudad Rural tomando como buen panorama los paisajes del noreste, que según Larsson "señala un posición moral elevada" de la Ciudad (2012). – ¿A poco alguien se preocupó por la moral del santiaguero?–.

Sin embargo, es importante mencionar que el fracaso de la Ciudad Rural Sustentable no debe de entenderse desde el parámetro de las Políticas Públicas, sino desde la construcción teórica que le da origen, es decir, desde el sistema económico capitalista en su inesperada e histérica búsqueda de solución a su estado caótico, hecho que se convierte a su vez, en bases fundacionales para elaborar otras formas similares de asistencialismo.

> II.- "Santiago El Pinar" fue una política de contrainsurgencia que también fracasó. Se interpuso la estrategia en el centro de los cuatro puntos cardinales, entre cuatro territorios rebeldes donde "el pueblo manda y el gobierno obedece": San Andrés Sakamch´en de Los Pobres al Sur, San Juan de La Libertad al Norte, Magdalena de La Paz al Oriente y Oventic que luce en el Poniente, este último "corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo", el Caracol II, el centro político zapatista más importante después de "La Realidad".

El objetivo gubernamental no era atender demandas añejas, pero tampoco era directamente desarticular "caracoles zapatistas" como menciona Wilson, fue parte de la contrainsurgencia sí, utilizando el Aparato Económico de la estrategia de Guerra de Baja intensidad (GBI) donde el objetivo fue debilitar a las bases zapatistas localizando un centro de distracción estratégico que fragmentara las comunidades en resistencia. Es decir, mediante la guerra económica de otorgar proyectos y apoyos asistencialistas directos con el fin de disminuir la presencia rebelde en las zonas de influencia.

Santiago El Pinar, es cierto, es de los municipios más desprotegidos en el país, según fuentes del IPCR (s/f) tiene el nivel medio en Índice de Desarrollo Humano (0.6387) y tiene el índice de marginación muy alto (2.2194). No obstante, no se encuentra asentado en una zona geográfica de "alto riesgo", pero le fue aplicado la misma estrategia que "Nuevo Juan del Grijalva", y entonces cuatro de sus comunidades fueron "reubicadas" hacia una zona de suicidio, hacia las laderas de un cerro que presenta alto riesgo de deslizamiento en tiempos de lluvia.

La estrategia fue mal calculada, millonarias inversiones para que brille los rastros de lo que fue la Ciudad Rural Sustentable donde viven no mayor de 16 familias aprovechando un tercio de terreno extra. La contrainsurgencia fracasó también, directamente no hubo influencia ni fragmentó el movimiento rebelde en el municipio y menos en la región, por el contrario, fortaleció la resistencia de las comunidades zapatistas.

> III.- La Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" refleja el estado caótico (crisis) del Estado capitalista mexicano como respuesta a la precipitada gestación y crecimiento acelerado de movimiento de masas y movimientos sociales con grados mayores de consolidación política y fortalecimiento de otros ya existentes. Voces levantadas contra el régimen que rechazan la putrefacta clase política que representa, y coadyuva en el fracaso de los planes estratégicos de contrainsurgencia y de apaciguamiento sobre territorio rebelde, como es la implementación misma de las Ciudades Rurales Sustentables y programas similares.

Camacho Velázquez identifica que las Ciudades Rurales Sustentables fueron una política exacta para justificar corrupción y despilfarro por parte de los niveles de gobierno, de la burocracia capitalista y de la clase política dominante en México (Entrevista 11). Que no solo son consideraciones válidas y acertadas, es justo mencionar que todo el paquete de la llamada política social y pública, ha sido precisamente para eso, para justificar y ocultar corrupción e impunidad, y la crisis que impera, lo que también ha repercutido en las diversas movilizaciones que ahora llevan el derrotero sólo al compás de las coyunturas como consecuencia.

En movimientos donde existe una agenda de lucha trazada y donde fracasa la mayoría de los intentos gubernamentales, se siembra el terror Estatal que se resume en el carácter represivo de éste sobre los movimientos y movilizaciones sociales. De este proceso se desencadena que el Estado está en constante cambio y transformación para implementar mejores políticas y más adecuadas para cada particularidad socio-geográfica (la agudización de la lucha de clases).

Si consideramos que el Estado está en constante transformación política no para atender las necesidades sociales, sino para controlarlos, entonces esa transformación significa crisis permanente (que se acumula) al no encontrar la forma adecuada de ejercer el poder contra los más, quienes también están en constante búsqueda de una forma más efectiva de resistencia ante la embestida Estatal. Una crisis que ya no es la esencia del sistema como era originariamente para generar riquezas, sino una en estado de descontrol que se vuelve contra sí misma y sin recetas de solución que antes diseñaba.

Esto es resultado de una estructura de poder que implica que el Estado mexicano está sujeto de otros poderes de orden global, ese poder es el que llamamos el modo capitalista de producción, de acumulación y de explotación. A su vez, arroja resultados de especulación de las políticas elaboradas desde escritorios multilaterales, como son las recetas de la estrategia de Ciudades Rurales que se desprende desde Premios Novel de Economía, del Banco Mundial o de la misma Organización de las Naciones Unidas con la farsa que fueron los Objetivos de Desarrollo del Milenio de donde se sujeta una enorme cantidad de políticas asistencialistas.

> IV.- Con el fracaso de las Ciudades Rurales Sustentables, teniendo a "Santiago El Pinar" como ejemplo inmediato, podemos reafirmar una parte de los diversos rostros y facetas de la multiplicidad de la crisis estructural del sistema y del Estado mexicano como resultado de la relación de poderes existentes, con una expresión definida en muchas políticas públicas de ámbito local, como fueron las propias Ciudades Rurales Sustentables.

Es decir, en los momentos en que la turbulencia sistémica, provocado ésta primeramente por el carácter violento, voraz y barbarie del capitalismo salvaje, lanzan políticas de reestructuración (de recuperación sistémica) en nombre del "progreso" y del "desarrollo". Una de las expresiones más desastrosas de esta turbulencia se materializa con la crisis económica que afecta a millones en el mundo con despidos laborales, hiperinflación descontrolada y generalizada, alza de las tasas de impuestos, deuda externa en niveles antes inimaginables (ahora llamado "compromiso financiero" del contribuyente), caída de los salarios mínimos, restricciones a los derechos de seguridad social, miseria, hambruna, entre otros eventos, crisis que no debe sus razones a catástrofes naturales como en el pasado siglo XIX, o de una sobreproducción como la que causó el "jueves negro" de aquel 1929 y todo lo que posterior al evento desencadenó.

Tiene que ver, por lo tanto, con la disputa de mercados y de la competencia neoliberal avalada y/o entablada por y entre firmas multinacionales etiquetadas de Fondo Monetario Internacional (FMI), Banco Mundial, Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y otras *compañías* parecidas. Inestabilidades macroeconómicas a nivel planetario que los zapatistas del EZLN reconocen como "catástrofe que se avecina".

Este círculo contradictorio del capitalismo, obliga al mismo a succionar al máximo todas las fuentes de riqueza, es decir, los recursos naturales, para no limitar la ininterrumpida lógica de acumulación. Para ello, re-define políticas para ocultar primero la catástrofe, y luego para imponer nuevas formas acumulativas mediante el ejercicio de las facultades que el sistema le ha conferido al Estado, como es la llamada *financiarización*, flujo desmedido de recursos (por lo regular de préstamos externos) para financiar proyectos y políticas sociales descontextualizados basados en la especulación.

Las Ciudades Rurales Sustentables son el ejemplo claro de obras especulativas, una forma de maquillar una "catástrofe", de justificar desplazamientos forzados y por lo tanto, de despojos y formas de coartar el proceso organizativo de las rebeliones: *crisis* causadas por la misma "catástrofe", es decir, cuando adquiere su condición de contrainsurgencia.

Las Ciudades Rurales son una expresión de que en éste tránsito turbulento, la *crisis acumulada* del sistema, no necesariamente se tiene que formular políticas en pro de incrementar la producción y la productividad, o la explotación de los recursos y de la fuerza de trabajo, sino la explotación de la inconciencia y de la ignorancia que el mismo sistema reparte mediante proyectos asistencialistas y la privación de derechos fundamentales para taponear las goteras de la sombra capitalista y de la inestabilidad macroeconómica nacional. Esas son, según este modo de análisis, otra faceta de la crisis y su expresión en las CRS. Es decir, las CRS fueron métodos de transformación e intentos de recuperación de la crisis actual del sistema social y económico capitalista en México. Porque como dice Rodríguez:

> No estamos viviendo una crisis coyuntural del modelo de acumulación o del sistema político de partidos. Lo que hoy se expresa es la crisis del dominio. Lo que hoy está en cuestión es la relación mando-obediencia. Vivimos una crisis del sistema de dominación. (2010: 61)

Sin embargo, es importante entender que cuando hablamos de una crisis del sistema económico, puede dirigirse a distintas posiciones de interpretación. En este trabajo se considera que la crisis del capitalismo no está reflejada en el comienzo de un nuevo sistema económico-social diferente a éste, (que bien pudiera ser el paso al socialismo), pues implicaría la desarticulación y colapso de las relaciones sociales de producción actual (relación de mando-obediencia; explotadores-explotados) que dan base al modo capitalista de acumulación, hecho que se encuentra todavía lejos de las posibilidades actuales.

Por el contrario, hace referencia a un proceso de transformación social y económico caracterizado por la abundancia de movimientos sociales; es decir, un proceso de transformación amplio basado en las múltiples prácticas consecuentes de luchas y movimientos. John Holloway señala que "Nosotros somos la crisis del capitalismo [...] es nuestra dignidad y nuestro pensamiento crítico la crisis del capitalismo [...] somos el valor de uso contra el valor de cambio" (2015: s/p, en Seminario Internacional el Pensamiento Crítico frente a la Hidra capitalista; inédito)

La crisis del sistema económico capitalista que surge a raíz de las modernas guerras contra territorios no sólo es en México ni América Latina, en todas las geografías se refleja la catástrofe multidimensional, la estructura caótica del edificio sistémico, incitado fundamentalmente por las contradicciones en la lógica de acumulación, en la que el valor de cambio se impone sobre el valor de uso, y tanto la fuerza de trabajo socialmente necesaria como la satisfacción de las primeras necesidades, quedan en segundo plano para dar mayor prioridad a la acumulación del *plusvalor* (trabajo no remunerado).

Las Ciudades Rurales Sustentables como secuela de la guerra de baja intensidad, la guerra psicológica que no busca sólo la ruptura de pueblos y comunidades, sino la aniquilación total para imponer los intereses del dinero es el reflejo de la degradación de las prácticas y gradual deserción de la ideología capitalista en tanto se implementan para ocultar la crisis e inestabilidad que ello implica. Y es reflejo de la lucha de clases y de la lucha de entre abajos (precipitada por el conjunto de las políticas gubernamentales) en tanto son prácticas bajo la lógica de contrainsurgencia planeada desde el sistema y ejecutada por el Estado mexicano; ambos hechos se correlacionan, y cada uno adquiere sentido en el otro.

Todo este complejo engranaje, vaivén de la Ciudad Rural Sustentable, fue posible mediante el uso y abuso de los recursos del erario público y de las inversiones extranjeras directas que se presentan como deuda externa. Existen muchas divergencias sobre las aproximaciones a las cifras canalizadas para el proyecto de CRS establecidas en todo el territorio estatal, por eso, todas las que se manejan son sólo cálculos aproximados.

Con referencia a las cifras manejadas para el proyecto de "Santiago El Pinar" hay también muchas incongruencias y números que en las sumas y restas quedan sin valor. En el Cuarto y Quinto

Informe de Gobierno de 2010 y 2011 respectivamente, se dan a conocer las cifras más acertadas y mayor difundidas, señalan:

> Para la edificación de la ciudad rural sustentable de Santiago El Pinar, autorizamos 394 millones 460 mil pesos, provenientes del gobierno federal; al 30 de septiembre el proceso constructivo presenta un avance de 55.74%. (Cuarto Informe de Gobierno, 2010: 82)

> […] en coordinación con el gobierno federal destinamos más de 394 millones de pesos para cambiar radicalmente el rostro de la marginación y el atraso de sus habitantes [de Santiago El Pinar]. (Quinto Informe de Gobierno, 2011: 89)

No obstante, en los Informes Regionales correspondientes a cada Informe Gubernamental, se pueden clasificar las inversiones por sector, por servicios e infraestructura, o por proyectos. En el Quinto Informe hace referencia sobre la infraestructura urbana que se estaba edificando en la Ciudad Rural Sustentable, donde se pueden clasificar la educativa, de salud, religiosa, económico-social y de gobierno, es decir, los elementos que integran los Componentes o Subsistemas que se construyeron.

Así, tomando en cuenta fundamentalmente los datos del Sexto Informe de Gobierno de 2012, la suma arroja un total de 400 millones 006 mil 080 pesos, dato que difiere poco con los 394 millones 460 mil anunciado en el Cuarto y Quinto Informe de Gobierno específicamente para la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar"; de tal forma que si se restara las inversiones de reparación ejercidas en el 2012 después de la inauguración, que ya no formaron parte de la inversión inicial para la CRS, arroja un resultado de 389 millones 776 mil 865 pesos (ver cuadro 1).

Libert (2012) y Larsson (2012) hacen el cálculo sobre la inversión por habitante realizadas en Nuevo Juan del Grijalva y "Santiago El Pinar" respectivamente para buscar la equivalencia del total invertido fraccionado en el número de beneficiarios o habitantes.

Es decir, para este caso, si tomamos en cuenta a las 116 viviendas de la Ciudad Rural para dividir entre éstas el monto final invertido hasta 2012 que fue de 400 millones 006 mil 080 pesos en el Proyecto, da como resultado 3 millones 448 mil 328 pesos para cada hogar, y – ¿si comparamos las ventajas de semejante suma a con las condiciones actuales de vida de las 16 familias sobrevivientes de la CRS? –.

Son estas las grandes contradicciones de origen y resultados de un programa gubernamental a las que se deben replantear, donde también halla razón la tesis que supone la existencia de objetivos contrainsurgentes financiados con recursos salidos del erario público.

Pickard (2012) señalaba en "El ABC de las Ciudades Rurales Sustentables" la imposibilidad de rastrear los orígenes de la inversión ejercida en este programa gubernamental en las seis Ciudades Fantasma que han sido inauguradas en Chiapas. La inversión materializada en las CRS nunca ha sido transparente, pero las aproximaciones revelan un monto abrumadoramente elevado y desfasado de los objetivos para los que fueron prestados, sustraídos, acumulados, robados, ejercidos, canalizados, –o el calificativo que usted le quiera adjudicar–.

Es equivalente o mayor a la moda de calificar ahora cualquier cantidad en cualquier gobierno y de cualquier color, de *cifra histórica*.

Cuadro 1. Inversiones por infraestructura en la CRS "Santiago El Pinar".

Proyecto	Organismo ejecutor	Presupuesto invertido ($ mx)
Estudio de la CRS "Santiago El Pinar"	Secretaria de Infraestructura (Seinfra)	580,000
Parque recreativo en Barrio Ninamhó para la CRS	Seinfra	1, 190,000
Construcción de la Red Principal de Drenaje para las Ciudad Rural Sustentable	Seinfra	5, 950, 000
Pilotes de concreto para viviendas de la CRS	Seinfra	3, 066, 722.64
Planta de Tratamiento de Aguas Residuales	Seinfra	1, 076, 011. 70
Pavimentación de calle en la CRS	Seinfra	1, 191, 000
Corte de Plataforma para Nave Ensambladora	Seinfra	1,112, 675.69
Estudio y Proyecto Ejecutivo para el Sistema de Saneamiento	Seinfra	700,000.00
Instalación Eléctrica Media Tensión para Nave Ensambladora	Seinfra	2,154,596.31
Plataformas Para Planta Ensambladora	Seinfra	3,279,250.4
Programa de Desarrollo Urbano del Centro de Población y Ante-proyecto de Diseño en la CRS	Seinfra	700,000.00
Proyecto Integral de la Ciudad Rural Sustentable de Santiago El Pinar	Seinfra	346,602,368.32
Suministro y Colocación de Pasto en el Exterior de Ensambladora	Seinfra	142,000.00
Construcción de Obras Complementarias a la Vivienda	IPCR	10,500,000.20
Acondicionamiento de Terrenos, Accesos y Provisión de Servicios para el Establecimiento de Proyectos Productivos	Seinfra	3,897,761.10
Aplanados y Pintura en Interiores de Viviendas Existentes	Seinfra	14,598,963.00
Construcción de Bases para la Cimentación de Viviendas Prefabricadas en Sustitución de las Viviendas de Madera	Seinfra	7,162,491.81
		Total: 400,006,080.07

Fuente: Elaboración propia con base a datos de Sexto Informe de Gobierno de 2012.

A modo de conclusión

…O sea que estábamos mejor cuando estábamos peor.
(Pickard, 2012)

En el "Discurso del método", Descartes señala: "*No aceptar nunca cosa alguna como verdadera que no la conociese evidentemente como tal*" (1968). Para la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" hay los argumentos y razones suficientes para considerar que su fracaso es irrefutable.

Es evidente que mucho se ha discutido en las últimas décadas para seguir manteniendo el *rating* teórico de una moda de escritorio llamada "desarrollo", una moda que ha sido motivo y cuartada para que día a día en cualquier geografía se (re)tracen políticas en todo espectro de gobierno.

Desde la concepción de los modelos económicos basados en la lógica de acumulación capitalista, toda política social han sido los mismos, pese a la aparente transición de poderes en cada periodo de gobierno.

En México, desde la década de los 80 cuando adoptaron el modelo neoliberal como método de mero crecimiento, las políticas sexenales fueron y siguen siendo variados pero regidos bajo la misma lógica de ejercicio, esquivando los modos históricos de vida, las redes de autonomías comunitarias y la ética y principios sociales propios en los territorios donde van desarticulando lo que en otros términos llaman "tejido social".

Pero han sido casi mismos los rotundos fracasos que en su aplicación enfrentan debido fundamentalmente por su excedido contenido asistencialista basados en el método excluyente de planeación, cada vez menos participativos, que son parte, de hecho, de las reglas que el capitalismo impone.

La perspectiva de la Ciudad Rural Sustentable no podría ser entendida cabal si no se desenreda primero el lío que la política partidista ha tejido, es decir, la estructura de poderes. Condición que determinó el rumbo que siguió los pasos del "elefante blanco": el *fracaso*, –puede escribirse con mayúsculas y en negrita–, aunque ahora se pretenda que ese elefante se vuelva pasajero, que el espectador o víctima no tenga memoria, o cuando menos hacerle creer que el de otro color no se encargará de montar otro circo con un "elefante" similar.

Domingo Fernando, un habitante y actor político en Santiago El Pinar, señala:

> "[…] aquí ya no hay beneficios, nada que te acuerdes de la Ciudad Rural, de plano. [– ¿Cree usted que todavía puede haber una mejora para el municipio a través de la Ciudad Rural?–] De la Ciudad Rural se puede valer si se reactiva los proyectos, pero es en segundo término. […] un proyecto parecido pues con este antecedente la gente ya lo pensaría dos veces porque vio que la primera ciudad o el primer apoyo no funcionó, se tendría que ver como vendría esa ciudad, proyecto o apoyo para aceptarlo o rechazarlo" (Entrevista 15).

Que haya un futuro económico de la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar" es improbable, por no decir imposible. Como menciona Domingo Fernando, de la cita anterior, efectivamente pueden reactivarse todos los proyectos productivos implícitos que ahora se encuentran varados; sin embargo, su posible reactivación tiene que ser independiente del funcionamiento de la Ciudad Rural como tal, porque ésta no reúne las condiciones físicas para ser habitada y tampoco presenta condiciones culturales para acoger a las familias santiagueras. Me refiero a que las viviendas no son las adecuadas para ser habitadas por familias con características diversas y tradiciones milenarias de antaño que se esfuma en los modos de vida dentro de la Ciudad Rural (el Derecho a la libre determinación).

Por lo tanto, la CRS no podrá ser un centro de población como cualquier otra comunidad, caben posibilidades de quedar totalmente abandonada si no se atienden las necesidades más urgentes y básicas como el agua potable y el drenaje sanitario en los próximos meses. Mientras que el remoto ejercicio de los proyectos productivos de la Ciudad Rural, será como cualquier otro proyecto cuyos beneficiarios, vivan como siempre lo han hecho, en sus comunidades de origen, hecho que significa que la productividad y las rentas generadas no serán para la "sostenibilidad" ni la "sustentabilidad" de la Ciudad Rural, sino para el sustento de las familias beneficiadas viviendo en sus localidades respectivas.

Hasta ahora, el (dis)funcionamiento de la Ciudad Rural tiene que ver con el sistema de políticas sociales vigentes en el país, pero la trayectoria en el caso de "Santiago El Pinar" ha tenido mucho que ver con la militancia que los involucrados han fijado, y con la militancia o el color partidista de los administradores en turno.

Es cierto que la dispersión ejerce una intervención negativa sobre el desarrollo económico-social de las poblaciones, sin mencionar que la alta concentración también puede significar hacinamiento como sucede ahora en las grandes urbes (De León *et al*, 2010). Pero suponiendo que la concentración de la dispersión es una medida válida, la política más estratégica y por lo tanto efectiva de desarrollo de las poblaciones que han de ser concentradas, es aquella que los propios pueblos y comunidades determinen sin afectar sus valores e identidades.

Uno de los mayores problemas que encontré en Santiago El Pinar, –quizá suene más como *recomendaciones*, como en otros estudios se anexan–, es la alta o total dependencia de la sociedad hacia los programas gubernamentales asistencialistas. La gente ha sido malacostumbrada a vivir permanentemente con apoyos en especie, en proyectos productivos, o en efectivo en el caso de las mujeres y de los adultos mayores.

Cuando un proyecto asistencialista termina, se reforma (Progresa-Oportunidades-Prospera) o fracasa, como es la Ciudad Rural Sustentable, o alguien defrauda y hace mal uso de esos recursos y nadie se empeña por recuperarlos (como el supuesto desvío de recursos para viviendas hecho por el Presidente Municipal de Santiago El Pinar), es cuando la gente empieza a palpar que su pobreza no es una decisión divina, la presión sobre su aparente bienestar económico permite percibir que alguien es culpable de su pobreza, pero poco sabe sobre ello, y empieza a creer que se debe a la ausencia de los apoyos del gobierno de los que estaba acostumbrado.

Si bien, no está en discusión el papel fundamental de toda forma de Estado sobre el bienestar social que debe garantizar mediante el ejercicio democrático del recurso fiscal o de la Inversión Extranjera Directa (IED) o deuda pública que pasa a clasificarse como ingresos, pero ese papel no debe de recaer en políticas asistencialistas que hace a la gente menos productiva y más dependiente de recursos externos, volátiles en el mercado cambiario de las decisiones gubernamentales, es decir, dineros fugaces que se retiran cuando los intereses o las condiciones políticas así convengan.

Por el contrario, el Estado tiene que generar políticas económicas más incluyentes y menos restrictivas con respecto a los derechos sociales, es necesaria la generación de fuentes de empleo con adecuados estudios de factibilidad acorde a las condiciones socio-geográficas de las unidades económicas particulares, e identificar los potenciales humanos y naturales de dicha unidad (las ventajas comparativas o competitivas).

Reconozco que con estas palabras el escrito suena muy reformista y progresista, pero se hace válida por una razón: el Estado está obligado ahora de replantear sus políticas sociales de elevado carácter asistencialista que ha profundizado la línea divisora y el abismo que separa la pobreza con el bienestar social, con el "Buen

Vivir", mientras que también es el motor y/o la condición clave que determina cuántas voces más de reclamo deben retumbar "su mundo", el de ellos, el de arriba, para que en la política actual se dé una transición total, o en definitiva la muerte de esta política para que renazca esta otra que va "resurgiendo".

Por ultimo podemos retomar las preguntas que Pickard (2012) plantea cuando Manuel Velasco (Gobernador actual de Chiapas) aún estaba en el repunte de las estadísticas electorales, señala:

> […] ¿Tendrá las mismas prioridades que Juan Sabines y seguirá subsidiando los proyectos y las (pocas) fuentes de trabajo en las Ciudades Rurales? O ¿Impulsará sus propios megaproyectos para su lucimiento personal, dejando salpicado el paisaje chiapaneco de estos elefantes blancos que son las Ciudades Rurales "Sustentables"? (Pickard, 2012: 34).

Se ha respondido en parte la primera de las preguntas, evidenciando que desde la transición de la gubernatura chiapaneca se abandonaron los proyectos de las Ciudades Rurales en las seis que al menos en territorio chiapaneco subsistían.

Y aquí radica la necesidad mayor de hacer praxis la palabra y la teoría que la realidad demanda, es decir, de asumirlas de forma transformadora, porque "ni sola la teoría, ni sola la práctica" dicen los zapatistas.

Agradecimientos

A las mujeres y hombre de Santiago El Pinar quienes me acogieron en diversos momentos durante mi trabajo de investigación. A la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Chiapas. A los lectores de la Tesis de Licenciatura de donde se sustrajo el contenido principal de este Artículo: a los maestr@s Fernando Hernández, Martín Manuel, Guillermo Montoya mi Director de Tesis; a los maestros y colegas: compañeros Eliezer Fernando y Antoine Libert.

Quedo sobre todo agradecido con la Dra. Alicia Ferreira Gonçalves de la Universidad Federal de Paraíba, Brasil, quien me invitó a escribir y publicar este artículo y por sus contribuciones y críticas al manuscrito, así como la traducción al portugués del resumen.

Referencias

Arnold, A.; Carter, L.; Hill, M.; Amber J., Amber; McCormick, M.; Sakamoto, K.; Teerasupaluck, T.; Usmani, R.; Vaporis, M.; Witwer, M. 2011. **A rights-based analysis of the Sustainable Rural Cities Program: the case of Santiago El Pinar**, Department of City and Regional Planning. New York: Cornell University.

Burguete, A.; Torres, J. y Álvarez, F.R. 2006. **Santiago el Pinare, Sk'oplal ya'yejal jteklum**. Tuxtla Gutiérrez, Chiapas: Consejo Estatal para la Cultura y las Artes de Chiapas.

Dávila, E.; Kessel, G. y Levy, S. 2002. El sur también existe: un ensayo sobre el desarrollo regional de México. **Economía Mexicana**, vol. XI N° 2. pp. 205-260.

De león, K.; Ferguson, N.; Ferry, D.; García, A.; García, G.; Hafeez, M.; Ham, C.; Hay, T.; Romo, M.; Seiler, G.; Shaikh, S.; Shum, C.; Tagawa, T.; Tong, M. 2010. **Analyzing the Sustainable Rural Cities Program, Department of City and Regional Planning**. New York: Cornell University

Gobierno del Estado. 2010. **Cuarto Informe de Gobierno**. Gobierno del Estado de Chiapas, Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, México.

Gobierno del Estado 2011. **Quinto Informe de Gobierno**. Gobierno del Estado de Chiapas, Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, México.

Gobierno del Estado 2012. **Sexto Informe de Gobierno**. Gobierno del Estado de Chiapas, Tuxtla Gutiérrez, Chiapas, México.

Gómez, E. 2015. **La Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar": una realidad socioeconómica**. Referencias de la crisis estructural del Estado. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Tesis de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Chiapas (Inédito).

INEGI 2010. Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática. **Censo de Población y Vivienda 2010**.

IPCR, Instituto de Población y Ciudades Rurales (s/f-a). http://www.ciudadesrurales.chiapas.gob.mx. (Consultado el 25 de Mayo de 2014).

IPCR, Instituto de Población y Ciudades Rurales (s/f-b). **Diagnóstico**. http://www.ciudadesrurales.chiapas.gob.mx/diagnostico. (Consultado el 25 de Mayo de 2014).

Klein, N. 2007. **La doctrina del Shock: el auge del capitalismo del desastre**. México: Paidos.

Larsson, M. 2012. **El brillo de la imagen: la disputa por la Ciudad Rural Sustentable en Santiago El Pinar**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas: Tesis del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS).

Libert, A. 2012. **Dialógicas del territorio en Chiapas: un análisis sistémico-complejo del proyecto Mesoamérica**. San Cristóbal de Las Casas: Tesis de la Universidad Autónoma de Chapingo.

Marx, C. & Engels, F. 1985. **Manifiesto del Partido Comunista**. Moscú: Progreso.

Pickard, M. 2012. **El ABC de las Ciudades Rurales Sustentables**. http://radiozapatista.org/?p=5581. (Consultado el 15 de Diciembre de 2013).

RED por la Paz y CAIK. 2012. **De la tierra al asfalto. Informe de la misión civil de observación de la Red por la Paz Chiapas y CAIK al programa Ciudades Rurales Sustentables**. San Cristóbal de Las Casas: Fray Bartolomé de Las Casas, A.C.

Rodríguez, S. 2010. **La Crisis del Poder y Nosotros**. México D.F.: Ediciones Rebeldía.

Wallerstein, I. 2005. **La crisis estructural de Capitalismo.** Centro de Estudios, Información y Documentación "Immanuel Wallerstein", México: Contrahistorias.

Wilson, J. 2009. **Abstract space and the Plan Puebla Panama: a Lefebvrean critique of regional development in southern Mexico**. Tesis Doctoral, Manchester: Universidad de Manchester.

Entrevista 3. Personal del Centro de Salud con Servicios Ampliados (CSSA). Realizada el 11 de Junio de 2014 en la Ciudad Rural Sustentable "Santiago El Pinar".

Entrevista 11. Dra. Dolores Camacho Velázquez del PROIMSE-UNAM. Realizada el 19 de Febrero de 2015 en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas.

Entrevista 15. Domingo Fernando Rodríguez Gómez, habitante de la cabecera municipal de Santiago El Pinar y propietario de un lote de la Ciudad Rural Sustentable. Realizada el 18 de Enero de 2015 en Santiago El Pinar, Chiapas.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a04

Estas son semillas para ganar la batalla de la vida tiempo y resistencia en huertos urbanos de San cristóbal de Las Casas, Chiapas, Méx

Bárbara Lazcano Torres[1] & María Eugenia Santana Echeagaray[2]

[1] *Maestra en Desarrollo Local por la Universidad Autónoma de Chiapas. E-mail:barbara.lazcano@gmail.com*

[2] *Antropóloga social, profesora e investigadora de la Universidad Autónoma de Chiapas, México. Participante en la Red Mexicana de Investigación y Estudio de la Economía Social y Solidaria. E-mail: maru.santana@gmail.com*

Recebido em 30 de dezembro de 2015. Aceito em 25 de maio de 2016. Publicado em junho de 2016.

Resumen – En este trabajo se analiza el fenómeno socio-ambiental de la agricultura urbana que muestra una racionalidad distinta a la racionalidad hegemónica (de matriz capitalista) generadora de ausencias (Santos, 2006). Se expone cómo se va generando el movimiento social a partir del cultivo de huertos en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, que materialmente modifican la forma como se relacionan con la naturaleza las personas quienes los cultivan y cuidan, así como su relación entre sí y su visión del tiempo. Estas 'otras' racionalidades se vinculan con formas de resistencia que se expresan mediante "acciones rebeldes" que buscan fundar alternativas de vida frente al régimen agroalimentario actual. Encontramos que los huertos urbanos pueden ser la expresión material de otras racionalidades, otras formas de entender el mundo y de comprender al tiempo. En efecto, el cambio de racionalidad también está estrechamente ligado con otro entendimiento sobre el tiempo, distinto al tiempo lineal hegemónico, propio de la producción capitalista. Las y los actores que cuidan un huerto urbano a partir de una racionalidad distinta, contribuyen a la creación de esos 'otros mundos posibles', a través de una forma de resistencia creativa. Este análisis se nutre de la teoría crítica, la epistemología del sur y la "sociología de las ausencias" –formulada por Boaventura de Sousa Santos. La metodología utilizada es el enfoque cualitativo que incluyó visitas a huertos, 15 entrevistas a profundidad y observación participante en talleres y eventos entre octubre de 2012 y mayo de 2014.

Palabras Clave: *Agricultura urbana, Racionalidad hegemónica, Tiempo lineal y cíclico, Acción rebelde, Emancipación*

"These are seeds to win the battle for life" Time and resistance in urban gardens of San Cristóbal de las Casas, Chiapas, Mex.

Abstract – The paper analyzes the socio-environmental phenomenon of urban agriculture when it expresses rationalities different to the hegemonic, economic and indolent rationality that generates absences. It exposes how a social movement is slowly coming to being from the planting of urban gardens, which materially modify the way in which those who plant and care for a food garden relate to nature, time, and the world around them in the city of San Cristóbal de las Casas, Chiapas, in southern Mexico. These "other" rationalities have links with forms of resistance that express themselves through "rebellious actions", which seek to create living alternatives in face of the current agrifood regime. Urban gardens can be the material expression of different rationalities, different ways to comprehend the world around them. In effect, this change of rationality is also closely related to an understanding of time different to the hegemonic linear vision. People caring for an urban garden, under a different rationality, contribute to the creation of those "other possible worlds" through a form of creative resistance. This analysis is nurtured by critical theory, epistemologies of the south and the sociology of absence, from different authors quoted throughout, mainly Boaventura de Sousa Santos. The research used a qualitative methodology, performing 15 interviews as well as visits and participant observation in workshops and activities between October 2012 and May 2014.

Key Words: *Urban agriculture, Hegemonic rationality, Linear and cyclical time, Awareness, Rebellious actions*

Estas são sementes para ganhar a batalha da vida: tempo e resistentica nas hortas urbanas de San Cristobal de Las Casas, Chiapas, Mex.

Resumo – Este artigo analisa o fenômeno socioambiental da agricultura urbana que expressa uma racionalidade distinta da racionalidade hegemônica (de matriz capitalista) geradora de ausências (Santos, 2006). Se expõe como se vai gerando este movimento social a partir do cultivo de hortas em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, que, materialmente, modifica a forma como se relacionam com a natureza as pessoas que a cultivam, assim como, se modificam relações entre si e suas respectivas visões sobre o tempo. Estas "outras" racionalidades se vinculam com formas de resistência que se expressam mediante "ações rebeldes" que buscam fundar alternativas de vida frente ao regime agroalimentar atual. Neste sentido, as hortas urbanas podem ser consideradas como a expressão material de outras racionalidades, outras formas de entender o mundo e de compreender o tempo, distinto do tempo linear hegemônico próprio as relações capitalistas. Desta forma, o (a) s atores que cultivam uma horta urbana a partir de uma racionalidade distinta, tem o potencial de contribuir com a criação de "outros mundos possíveis" mediante uma forma de resistência criativa. Esta análise se inspira na teoria crítica, especialmente, da epistemologia do Sul y da "Sociologia das ausências" formulada por Boaventura de Souza Santos.

Palavras-Chave: *Agricultura Urbana. Racionalidade hegemônica. Tempo linear e cíclico. Ação rebelde. Emancipação*

Introducción

Frente a la crisis ambiental, agroalimentaria, económica y social, se hace necesario identificar y potenciar posibles caminos de cambio, alternativas, que contribuyan a generar espacios de autonomía, emancipación y justicia social. En este sentido, la agricultura urbana se está convirtiendo en un movimiento a nivel mundial; cada vez son más los sitios colectivos o particulares que se destinan a la siembra de alimentos. Pueden ser espacios pequeños, desde macetas, hasta varios metros cuadrados, pero lo importante no es el tamaño, ni cuánto producen, sino la acción misma de cultivar la tierra, cultivar alimentos y los cambios que ello provoca.

El presente trabajo abreva de la teoría crítica, la epistemología del sur y la "sociología de las ausencias" –de diversos autores que se citarán a lo largo del trabajo, principalmente Boaventura de Sousa Santos- para analizar un fenómeno socio-ambiental que muestra una racionalidad distinta a la racionalidad hegemónica, es decir, la de los costos y beneficios a la que nos referiremos más adelante. Se expone el fenómeno de la agricultura urbana en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, la que, materialmente, modifica la forma como se relacionan con la naturaleza las personas quienes cultivan y cuidan sus huertos, así como su relación entre sí y su visión del tiempo.

Sostenemos que estas 'otras' racionalidades se vinculan con formas de resistencia que se expresan mediante "acciones rebeldes" que buscan generar alternativas de vida frente al régimen agroalimentario actual. Las y los actores que cuidan un huerto urbano a partir de una racionalidad distinta a la hegemónica, contribuyen a la creación de esos 'otros mundos posibles', a través de una forma

de resistencia creativa y *autotélica*[1]: los huertos urbanos. En este trabajo mostraremos que los diversos actores que mantienen huertos urbanos, lo hacen bajo un discurso contestatario, es decir, que el cultivo de los huertos urbanos plantea metas que van más allá de la sola cosecha de alimentos, incluyendo una relación distinta con la tierra y los demás seres vivos, un trabajo personal y político, así como una lucha anti-sistémica, como se demostrará

La ciudad de San Cristóbal de las Casas se encuentra localizada al sur de México, en la región de Los Altos en el estado de Chiapas. Esta ciudad se asienta en el Valle del Jovel, que se abre paso entre las montañas a 2,114 metros sobre el nivel del mar; en su territorio confluyen dos ríos que la cruzan y su clima templado y húmedo alberga innumerables huertos urbanos, de distintos orígenes, tamaños y configuraciones.

La ciudad cuenta con una población cercana a los 190,000 habitantes, es mayoritariamente mestiza, y cada vez más se encuentran entre su población indígenas pertenecientes a pueblos originarios, principalmente Tsotsiles y Tseltales. A este lugar han llegado a vivir mexicanos procedentes de diversas partes del país, así como extranjeros guatemaltecos, estadounidenses y europeos. Su rica diversidad cultural y lingüística, su historia y su localización geográfica, hacen de dicha ciudad un espacio particular.

La investigación se llevó a cabo con una metodología de enfoque cualitativo que incluyó la visita a múltiples huertos urbanos, la realización de 15 entrevistas a profundidad y la observación participante en talleres y eventos entre octubre de 2012 y mayo de 2014. Se indagó acerca de las visiones y propósitos de los actores, que nos llevaron a las afirmaciones enunciadas. No obstante, no todos los actores resisten ante lo mismo. Cuando se presenta como una resistencia que busca únicamente impedir la transformación de "cómo se hacían las cosas" a "cómo se hacen ahora", el potencial transformador del huerto es limitado. La verdadera acción rebelde se da cuando existe una toma de consciencia sobre los posibles alcances, sobre el significado más profundo y sobre el papel que juegan los huertos en el contexto más amplio. Ésta es una acción con *clinamen*[2] fundada sobre una racionalidad distinta a la hegemónica, principio indispensable para detonar procesos verdaderamente alternativos.

Del Desarrollo y Desarrollo Local, a alternativas al Desarrollo

"No hay otro desarrollo que el desarrollo"
– Serge Latouche

Si la subversión cognitiva es el primer paso para un cambio económico, político y social (Latouche, 2009), la rebelión abierta ante la idea de "desarrollo" se convierte en una acción necesaria para identificar caminos hacia otros mundos posibles. El discurso del desarrollo y sus correlatos plasmados en políticas, programas, proyectos e iniciativas de todo tipo no ha podido desprenderse de sus orígenes colonialistas y economicistas, afirman Escobar (2010) y Esteva (2000), entre otros. Los llamados "desarrollos en partículas" como el 'desarrollo sostenible' (o sustentable), el 'desarrollo social' y el 'desarrollo local', han traído nuevos elementos a la discusión sobre 'desarrollo' pero no han logrado del todo hacer una crítica profunda a su propio origen, más bien han obstaculizado los intentos de imaginar, crear e implementar alternativas a la relación o al binomio desarrollo-subdesarrollo (Latouche, 2009); alternativas porque responden a racionalidades distintas, que han sido invisibilizadas ante la idea de progreso, crecimiento y de un desarrollo " … basado en la premisa de la modernización, la explotación de la naturaleza como ser no vivo, los mercados, la exportación y la acción individual" (Escobar, 2010).

El proyecto económico y cultural del desarrollo está basado en, y construido sobre, un entendimiento de la realidad que parte de una racionalidad específica, actualmente hegemónica, que se fundamenta en el cálculo de costos-beneficios de la Teoría Económica Clásica, que propone que en toda acción que se emprenda, deben obtenerse más beneficios de los costos invertidos. La "elección racional" se realiza en un mundo de bienes escasos donde se debe elegir la vía que permita obtener el mayor beneficio al menor costo. En consecuencia, todo proceso de producción o comercialización, que no reporta más ganancias de lo invertido, muestra que se han tomado "malas" decisiones o "elecciones no-racionales". Desde esta racionalidad hegemónica, cualquier acción que no esté enfocada a obtener los mayores beneficios posibles, no sólo es calificada de "irracional", sino que es inoperante e inútil. Cualquier sistema, ideología y teoría hegemónica, tendrá la característica de invisibilizar o minimizar experiencias, ideas, conocimientos, proyectos e iniciativas que no entran dentro de su lógica. Si bien existen experiencias, ideas, conocimientos que son practicadas por actores diversos en el mundo, si no cuadran en el esquema de comprensión hegemónico, son negados (Santos, 2009). Es por ello que esta racionalidad hegemónica, es calificada por Santos como "indolente" y genera "ausencias" o vacíos y que son señalados, por el sistema hegemónico, como incapaces de conducir al "desarrollo". Sería muy difícil tratar de comprender y explicar esas 'otras' formas de actuar, de acuerdo a los conceptos de la Teoría Económica Neoclásica pues, por ejemplo, ¿dónde está la 'racionalidad' de todo el trabajo que se realiza en un huerto, comparado con las pequeñas ganancias económicas que se obtienen? Porque todo se reduce a los beneficios económicos. Es por ello se han elegido otros modelos de explicación de la realidad críticos del modelo hegemónico de la Teoría Económica Clásica –proveniente del Norte- para fomentar y sostener una epistemología del Sur que facilite el análisis de racionalidades alternativas a dicho modelo.

El desarrollo surge como un discurso desde la racionalidad hegemónica occidental. Desde que saltó a la escena después de la Segunda Guerra Mundial, luego de que el Presidente Truman utilizara el concepto durante su discurso inaugural ante el Congreso de los Estados Unidos el 20 de enero de 1949 (Escobar, 1998), la idea de desarrollo ha permeado hasta los más distantes rincones del planeta. ¿Cómo deconstruir una idea tan firmemente arraigada en los ámbitos políticos, académicos y cotidianos? ¿Cómo identificar alternativas que partan desde una racionalidad distinta?

Santos (2009) identifica tres puntos de partida: entender que la comprensión del mundo excede a la comprensión occidental del mundo; que la racionalidad hegemónica occidental contrae el presente y expande el futuro y, de especial interés para este trabajo, comprender que la forma de legitimar el poder tiene que ver con concepciones del tiempo y la temporalidad.

La razón indolente se manifiesta, entre otras cosas, en la transformación de intereses hegemónicos en conocimientos así llamados "verdaderos" y es, por tanto, perezosa, ya que no reconoce la riqueza inagotable del mundo a su alrededor (Santos, 2006b y 2009). Esta racionalidad genera la idea de una sola totalidad bajo la forma de

1 Como se verá más adelante, las actividades *autotélicas* no apuntan más allá de sí mismas, es decir, son valiosas en sí mismas.

2 La acción conformista se convierte en una acción rebelde, o una acción con *clinamen*. Santos retoma el concepto de *clinamen* de Epicuro, quien atribuye a los átomos de Demócrito una capacidad de desvío, resolviendo así el determinismo de las relaciones de causa-efecto. De esta forma confiere a los átomos "creatividad y movimiento espontáneo" (2006a: 319). Para Santos, el conocimiento emancipatorio se traduce en acciones con *clinamen*, las cuales se basan no en una ruptura drástica y dramática, sino en "un viraje o desviación leve cuyos efectos acumulativos inciden posiblemente en las combinaciones complejas y creativas entre los átomos, por lo tanto también entre seres vivos y grupos sociales (Santos, 2010a: 59).

'orden'. Para ello se apoya en la creación de dicotomías tales como conocimiento/saberes o desarrollo/subdesarrollo, que implican no sólo una simetría ordenada sino una relación siempre jerárquica donde las partes no pueden entenderse más allá de dicha relación. Esto se traduce en una reducción de la multiplicidad de mundos existentes, a aquellos que pueden contenerse dentro de la relación dicotómica, que se presenta como exhaustiva. Como resultado, la gran gama de experiencias y realidades del mundo se ve reducida a aquellas que la razón indolente puede incluir dentro de su orden propuesto (Santos, 2009).

Aunado a las experiencias, se genera una reducción de la existencia de diversos tiempos a un único tiempo lineal, ejemplificado en particular con la idea de progreso y de desarrollo. Este tiempo reduce el presente a un instante fugaz, contenido entre lo que ya no es y lo que aún no es, donde lo que se considera como contemporáneo es sólo una parte de lo simultáneo. Santos (2009) retoma a Koselleck para hablar de la no contemporaneidad de lo contemporáneo. La no contemporaneidad se evidencia en la idea de calificar como "atrasado", "subdesarrollado" o "tradicional" a un sujeto, acción o idea, en contraposición a un sujeto, acción o idea que tildamos de "moderno" o "desarrollado". Estas relaciones implican no solo una jerarquía temporal (hay que apuntar a la modernización, hay que dirigirnos al desarrollo), sino que además expresan una relación de poder, debido a que la jerarquía está relacionada con quién establece el tiempo que determina la contemporaneidad y ésta con la existencia de un metadiscurso o metaobservador que es quien realiza el juicio de lo que es y lo que no es contemporáneo.

Para Santos (2006b), la llamada "monocultura del tiempo lineal", produce no-existencia cuando declara como atrasado todo aquello que es asimétrico con lo declarado como avanzado y que incluye los conceptos de modernización, progreso y desarrollo. Es la idea de lo "primitivo" o lo "salvaje" que se usa para describir un fenómeno que aunque puede ser simultáneo a la propia vida del observador, se caracteriza como una 'práctica no contemporánea', donde los más avanzados están siempre adelante y los demás son "retrasados o residuales". Como señala Santos, en este modelo "es imposible pensar que los países menos desarrollados puedan ser más desarrollados que los desarrollados en algún aspecto".

Habrá que comprender entonces que "un pensamiento mutilante conduce, necesariamente, a acciones mutilantes" (Morin, 1990) y que por tanto estas ideas sientan también las bases para desestimar experiencias alternativas en nuestra búsqueda de otros mundos posibles (si no es que desestiman mundos enteros, por igual). Volveremos a ello más adelante.

Ecología de Temporalidades: El tiempo dentro del huerto

En la dinámica urbana, la visión hegemónica del tiempo se relaciona con la aceleración del tiempo de circulación del capital. La comida fácil y rápida es esencialmente capitalista y también lo son los huertos sembrados desde una visión del tiempo permeada por el refrán "el tiempo es dinero".

En la monocultura del 'tiempo lineal', lo que se declara como "avanzado" está estrechamente ligado con la noción de "productivo", desde la economía hegemónica. El tiempo debe ser empleado de forma útil y productiva. En la sociedad occidental, a partir de la generalización de los relojes mecánicos en el siglo XIV, pasamos de una visión del tiempo flexible, mítico y cíclico, a comprender el tiempo como una generalidad abstracta y homogénea (Riechmann, 2003).

El dominio sobre el tiempo es una forma básica del poder hegemónico. Este control se basa en tres procedimientos: el establecimiento de los ritmos, la asignación de labores específicas y la implementación de ciclos de repetición; los tres ligados a convertir el tiempo en un objeto de "utilidad". El tiempo debe usarse de forma "útil" para el sistema hegemónico, en donde la racionalidad que impera contrae el presente y expande indefinidamente el futuro haciendo uso de esta visión del tiempo lineal, lo que provoca que hayamos adquirido en occidente una enfermedad cultural: la falta de tiempo (Gutiérrez Pliego, 2013; Riechmann, 2003)

En relación con lo anterior encontramos dos graves problemas ecológicos que también tienen una dimensión temporal: el cambio climático y la pérdida de la biodiversidad. El primero, en el sentido de que la utilización de combustibles fósiles y la consiguiente liberación a la atmósfera de gases de efecto invernadero, se realiza en un lapso de tiempo cortísimo comparado con los millones de años que fueron necesarios para transformar el carbono atmosférico en combustibles fósiles. El segundo, porque hay una importante divergencia entre el rápido ritmo de producción aunada a la destrucción de diversidad genética y los largos periodos de tiempo necesarios para la generación de dicha diversidad a través de ciclos de coevolución y coadaptación. (Riechmann, 2003) En términos de sustentabilidad, esto nos habla de una dimensión temporal relevante que tiene que ver no sólo con la visión a futuro del informe Brundtland, sino con las concepciones mismas del tiempo que moldean las acciones humanas y su relación con el entorno. El tiempo obsesionado por la rapidez y la productividad: más, mejor, más rápido; acaba por generar en el ser humano un sentimiento de no pertenencia al momento y una separación más del entorno y sus ciclos biogeoquímicos.

> Cada instante se convierte en pasado inmediatamente, y nuestras mentes se vuelcan de forma desbordada hacia un futuro inexistente. La edad moderna se caracteriza por un desvanecimiento constante del presente. No sabemos vivir en el momento en el que nos encontramos. El presente es un instante fugaz donde nuestra visión debe estar puesta en un futuro inexistente. (Gutiérrez Pliego, 2013, p. 41)

Crear un mundo donde quepan muchos mundos implica necesariamente la admisión de otras visiones del tiempo. No ya una visión lineal única impuesta por las hegemonías, que profundice la separación ser humano/entorno y conlleve ideas de control, dominación y una obsesión con la velocidad y la productividad (hegemónica), sino un tiempo que permita subsanar rupturas y que comprenda que los muchos mundos conllevan muchos tiempos a su vez. La recuperación de otro tipo de relación con el tiempo consiste " … sencillamente en volver a aprender a vivir en el mundo. Conduce, por lo tanto, a liberarse de la adicción al trabajo para volver a disfrutar de la lentitud, redescubrir los sabores vitales relacionados con la tierra, la proximidad y el prójimo. No se trata tanto de regresar a un pasado mítico perdido, como de inventar una tradición renovada." (Latouche en Di Donato, 2009)

En los huertos urbanos es el lugar donde analizamos cómo se expresan visiones distintas del tiempo. En la visión lineal ligada a la monocultura de la productividad, el sembrar es una actividad productiva y la eficiencia y el incremento de la producción son los objetivos principales. Este es el tiempo de ciertos actores que buscan en sus huertos ciclos de siembra más cortos y rápidos, la introducción de variedades por su valor comercial y con rendimientos más altos. Son huertos donde se pone la mirada particularmente en la producción que habrá de obtenerse mañana y no en el momento presente; donde se busca invertir la menor cantidad de tiempo posible para una mayor productividad. Es sembrar sin la consciencia de que los cultivos tienen tiempos propios, estacionalidades y requerimientos que responden a un tiempo no lineal, sino cíclico.

No obstante, esto no es lo que guía a las y los sembradores en San Cristóbal. Aunque en una primera aproximación, parecería que el fin último del tiempo en el huerto es obtener un producto, -"Quiero tener lechugas, quiero sembrar jitomate, quisiera montar más cajas, quisiera tener más tierra para sembrar…."- en realidad, indagando con paciencia desde la perspectiva de las y los actores, se perciben otras lógicas del tiempo, que en el huerto se salen de la visión de la racionalidad hegemónica. Los huertos y el entorno urbano y suburbano de San Cristóbal, generan relaciones distintas entre las y los actores. Como señala Rebeca, "… *sembrar tus alimentos en tu huerto es transformador en el sentido de que cualitativamente hay una diferencia del ser persona; del estar hoy, aquí, en consciencia*" [3]

El huerto implica cuidado y el cuidado implica no una relación funcional guiada por el mínimo esfuerzo, sino otra relación que se da en tiempos dilatados. Cuidar un huerto (que implica una lógica distinta a la de solo producir), es como cultivar las relaciones humanas. Tiene un fin y un sentido en sí mismo más allá de los productos que se obtienen. No se busca señalar con esto que la producción de alimentos es incompatible con el cuidado, sino que en el proceso de producción pueden existir lógicas distintas: desde la meramente instrumental (el huerto como medio para un fin) a lógicas que implican otras dimensiones (el cuidado del huerto como un fin en sí mismo, que además produce alimentos).

Frente a la visión del tiempo lineal también podemos encontrar en el huerto un tiempo cíclico, distinto al régimen agroalimentario mundial, en el que las actividades agrícolas se ven ligadas con un tiempo acelerado de producción y a una ruptura con el tiempo de la naturaleza (buscando superar barreras establecidas naturalmente por la estacionalidad, el clima, o el tiempo de crecimiento de las plantas). No obstante, en las entrevistas realizadas, las y los actores dejan ver la adopción de otras lógicas, más cercanas con una imagen del tiempo cíclico.

Dicha visión del tiempo implica la "reconquista del tiempo secuestrado": el tiempo que había sido apropiado por otros a través de relaciones de poder. Modificar la concepción del tiempo "es un combate cultural y político por convertir el "tiempo libre" de la industria del ocio en verdadero tiempo liberado, y el tiempo enajenado del trabajo asalariado en tiempo con sentido. En definitiva, recuperar el tiempo para ser humanos" (Riechmann, 2003) Es este el tiempo de la poesía, el de la naturaleza, el del juego. Un tiempo libre de culpa y de temor a perderlo, el tiempo del eterno presente. Aquél donde se hace efectiva la expansión del presente para dar cabida a las ausencias generadas por el tiempo lineal.

Esta idea del tiempo reconquistado es explicada claramente por Rubén, al hablar de cómo se ha modificado su percepción del tiempo al acercarse al trabajo con la tierra:

> *No sólo la idea del tiempo, sino la idea de perder el tiempo, fíjate nada más. Cambió esa concepción. Cuando yo no estaba cerca de la naturaleza, muchas veces (y creo que es cultural), tenía la idea de que estaba perdiendo el tiempo. No sé cómo se puede perder el tiempo. Pero si no estás haciendo algo que es productivo, entonces te meten la idea en la cabeza que estás perdiendo el tiempo. Y eso cambió completamente. Porque cuando tú trabajas la tierra, pues lo primero, y creo que es una de las principales terapias, te hace tener paciencia. Te relaja. Te hace tener paciencia. Yo acabo de sembrar esto que es para un curso del mes que viene. Te tienes que tomar las cosas de otra manera. Y esta cultura (la occidental hegemónica) es de todo lo inmediato, lo rápido ¿no? Eso te hace ver que ese trabajo no es perder el tiempo, al contrario, es la mejor manera de aprovecharlo. No tengo esa sensación de que estoy perdiendo el tiempo. Yo puedo pasar dos horas trabajando en la composta, las plantas, lo que sea, y al contrario, sentí que aproveché un montón el tiempo. (…). Y creo que está muy conectado con lo que decía que te ahorras mucho en terapias, es por esta cuestión del tiempo. Porque además las cosas pasan a otro nivel, cuando viene alguien y te ayuda a trabajar o tú vas, ayer fui a casa de un amigo que también tiene una hortaliza, y se te pasa el tiempo….* [4]

El tiempo del huerto que describe Rubén habla de su relación estrecha con el sentido. Es un tiempo no enajenado; un tiempo desligado de la noción de productividad. En el tiempo lineal, el sentido está siempre en ese futuro inexistente, en la gratificación postergada, en el "más adelante", en el "cuando me retire" (Gutiérrez Pliego, 2013). El tiempo del huerto está aquí, en el hoy. En el momento presente. Permite entonces una relación distinta con el entorno y con el otro. Se convierte en un tiempo liberado y con sentido, además de ser un tiempo creativo. Lua, quien cuida y hace crecer el huerto en la azotea de un restaurante, resume estas ideas. Para ella el huerto: "*Requiere mucha dedicación. No es lo mismo un ratito y cortar una flor y ya, a tener esto (señala el huerto). Es como un artista, no puedes estar ahí: ¡ay ya, apúrate! Tiene su propio tiempo de creación*". [5]

Como espacio para la acción rebelde, el tiempo del huerto no es el de Kronos devorando a sus hijos. No es el tiempo que empuja a la muerte entrópica del planeta a través de la racionalidad hegemónica. Es el tiempo de las actividades *autotélicas*. "aquellas actividades cuya finalidad está autocontenida, que no apuntan más allá de sí mismas, que no son apreciadas instrumentalmente, sino valiosas en sí mismas y que por tanto proporcionan goces y satisfacciones intrínsecas (…) las actividades *autotélicas* son una de las principales fuentes de sentido para la existencia humana" (Riechmann, 2003). La experiencia estética, la contemplación, el disfrute de la comida como alimento para el ser, la convivencia humana en la sobremesa, el sembrar y mantener un huerto, son actividades que se generan como "ausentes" por la dinámica capitalista a menos de que puedan ser apropiadas por el sistema y mercantilizadas para promover la reproducción y acumulación del capital.

Esta característica *autotélica* de la actividad del huerto es referida por una de las sembradoras de Jovel al preguntársele lo que le representa el tiempo dedicado al huerto:

> *… definitivamente es muy poco. Quisiera poder dedicarme más. Siempre son como momentos sí, sagrados. Nadie va a platicar conmigo a las siete de la mañana porque no, es la hora en que yo estoy regando. Sí, ese momento de meditación, todavía darme cuenta de que me puedo maravillar de la vida (…). Y eso definitivamente ayuda a tu bienestar espiritual y mental, porque a veces uno se vuelve muy de "ahh ya lo he visto todo". Pero el descubrir que siempre tenés sorpresas, o saber que cada una de mis gallinas tiene una personalidad distinta ¡eso me encanta! O que ¡ahí está la berenjenita finalmente! Creo que definitivamente, no sé si a nivel espiritual, pero por lo menos de tranquilidad mental, pensar en otra cosa, desestresarme. Eso definitivamente sí lo ha hecho el huerto.* [6]

El huerto como actividad *autotélica* implica diversos cambios en la relación de los actores con el tiempo. En primer lugar, sembrar y mantener un huerto implica tiempo. No sólo "tener tiempo" que dedicar a su cuidado, sino también tenerlo con un cambio de velocidad. Es un tiempo sagrado, de disfrute, de meditación y de asombro. Es oponer al adagio "el tiempo es dinero", un resuelto "el tiempo es vida" (Riechmann, 2003).

De ser un abstracto que sólo podemos medir hora por hora, minuto por minuto, mientras lo perdemos inexorablemente, el tiempo del huerto se convierte en un tiempo circular, cíclico, que implica entender al ser humano como parte de una serie de procesos que están ya ausentes en la visión de la dinámica urbana. Los cambios no sólo de estación, sino del estado del tiempo (que en una ciudad

3 Rebeca, entrevista personal, 10 de enero de 2014.

4 Rubén, entrevista personal, 06 de febrero de 2014.

5 Lua, entrevista personal, 24 de febrero de 2014.

6 Helda, entrevista personal, 11 de abril de 2014.

como San Cristóbal puede ir en un solo día, de sol primaveral a lluvia de invierno). Este tiempo, por un lado, es el de la observación:

> *Sí pues, te digo que nunca pensaba…o sea si está lloviendo, está lloviendo y ya. Ni a qué hora está anocheciendo para guardar a las gallinas. Creo que esto me hace mejor investigadora, porque me ha permitido desarrollar esta habilidad de ser más observadora, y esa es definitivamente una habilidad que debemos tener cuando estamos investigando.*[7]

Por otro lado, es el tiempo de reconectar con el entorno, combatiendo así la enajenación. Es una ruptura con la lógica hegemónica y la recuperación del tiempo secuestrado:

> *…pues una ruptura con esa lógica del tiempo. Porque claro el tiempo de siembra es otro, es un proceso que lleva tiempo. Etapas. Y claro la lógica de la ciudad es un ritmo acelerado y loco. Entrar a trabajar, productividad-rendimiento, ganar, hacer más en menos tiempo… nunca hay procesos. Siempre las cosas rápidas, que aparezcan las cosas hechas: la sociedad, el* fast food, *¡ya! ¡Rápido! Con las plantas te das cuenta que es otro ritmo que responde no a una dinámica aislada, sino a todo un proceso. Un ritmo que tiene que ver con el sol, con la luna, los cambios climáticos. Empieza uno a percibir otras cosas, como es el crecimiento de una planta. Empezar a mirar al cielo y pensar cuándo va a llover y cuándo no, me conviene hacer esto o no hacerlo. A mirar la luna para ver si me conviene hacerle algo a la planta. Empieza uno a pensar en otras cosas, no sólo estás en: 'me levanto hoy, trabajo 8 horas, vuelvo a mi casa, descanso, repongo mi energía para el otro día ir trabajar….' No….Ya estás mirando al cielo.*[8]

Sembrar y cosechar, preparar la tierra, regar, podar, preparar la composta: todas son actividades que suceden dentro del huerto. Al cuidar estos espacios se aprende a reconocer tiempos distintos que escapan a la lógica de la racionalidad hegemónica. Entre las entrevistas, quienes expresaron con mayor claridad esta visión distinta fueron quienes crecieron en ciudades grandes: el Distrito Federal, Cali, Guatemala. Será tal vez porque de esta forma se hace más claro el contraste entre el acelerado tiempo de las ciudades modernas y el tiempo pausado del entorno, de los ciclos y de los procesos del huerto.

En esta "tradición renovada" hemos visto que se reafirma el tiempo para la vida, el tiempo cíclico, el poético y el creativo. Es un tiempo que se dedica al huerto por gusto, por placer. Ese tiempo dedicado al cuidado es un fin en sí mismo, del que además pueden obtenerse muchos otros regalos. Tanto alimentos, como momentos compartidos con otras personas o seres (como los colibríes, que aparecieron en varias entrevistas); se obtiene un espacio para la meditación, para la relajación, para el cambio de ritmo de una vida cotidiana a veces demasiado acelerada.

Estos otros tiempos que existen en el huerto no son sólo relevantes para los actores, sino para el entorno en sí. Mencionamos ya que el acelerado tiempo del sistema de producción capitalista tiene impactos ecológicos negativos en materia de cambio climático y biodiversidad. Esa otra relación con el tiempo, tan necesaria para pensar en la sustentabilidad, existe y es visible en los huertos. Convive, entre los actores, con el tiempo lineal hegemónico. No obstante a través de la 'sociología de las ausencias', de hacer visible lo que se construye activamente como ausente, podemos identificarlo y atrevernos a pensar cómo expandir estas otras lógicas del tiempo del huerto hacia otros espacios. Movimientos como *Slow Food* lo promueven justo este tipo de relaciones, al igual que lo hacen *Slow Cities*, el movimiento de transición y la permacultura.

El trabajo en el huerto requiere de una ecología de temporalidades (Santos, 2000). Sus otros tiempos nos invitan a pensar en un movimiento, *festina lente* [9], de las y los actores hacia otros mundos que en el huerto no solo son posibles, sino existentes.

Formas de resistencia en los huertos de Jovel

Este trabajo plantea que todos los huertos urbanos son expresión de una forma de resistencia, aunque no todos resisten ante lo mismo. La resistencia, vista desde los actores, es diferenciada, ya que cada persona dota de un significado distinto a esta práctica. Ciertas resistencias reproducen en ocasiones las lógicas hegemónicas aunque en el discurso se propongan como alternativas, mientras que otras se plantean como resistencias contrahegemónicas. Algunas resistencias son conscientes y activas, y otras son resultado de la nostalgia o la costumbre.

Al hablar de resistencias es importante preguntarnos ¿resistencia frente a qué? Al referirnos a la hegemonía de un tipo de racionalidad, hablamos de la existencia de una particularidad que, a partir de un liderazgo moral, intelectual, político y económico, expande el discurso de esa racionalidad, que presenta como "universal" (Giacaglia, 2002). El sistema hegemónico se establece a través de relaciones de poder que le permiten obtener un grado de consentimiento y legitimación por parte de los llamados grupos subalternos. La clave para el establecimiento de las hegemonías se encuentra en negar la capacidad de los actores para alterar dicha relación de poder (Balsa, 2006)

No obstante, "donde hay poder hay resistencia(s)", pero "eso no significa que sean sólo su contrapartida" (Foucault, 1976: 57). Las resistencias no son sólo esos espacios que el poder no alcanza a dominar, sino que pueden implicar acción y creatividad. Los aportes de Foucault en torno al poder, no como un objeto que se detenta sino como un conjunto de relaciones en constante movimiento, ayudan a comprender también la forma en que podemos entender las resistencias:

> … más frecuentemente nos enfrentamos a puntos de resistencia móviles y transitorios, que introducen en una sociedad líneas divisorias que se desplazan rompiendo unidades y suscitando reagrupamientos, abriendo surcos en el interior de los propios individuos … Así como la red de las relaciones de poder concluye por construir un espeso tejido que atraviesa los aparatos y las instituciones sin localizarse exactamente en ellos, así también la formación del enjambre de los puntos de resistencia surca las estratificaciones sociales y las unidades individuales. Y es sin duda la codificación estratégica de esos puntos de resistencia lo que torna posible una revolución … (Foucault, 1976, p. 57).

Por tanto, entendemos la resistencia como toda acción que pueda modificar las relaciones de poder existentes ya sea negando, retando o debilitando dicha relación. Es importante resaltar que no toda forma de resistencia es emancipatoria, es decir, no toda resistencia busca la liberación de estructuras de dominación.

Como señala Esteva, esta distinción es importante. Y si bien en la realidad muchas veces las barreras entre un tipo y otro de resistencia se mezclan, habrá que puntualizar que "los conceptos no se definen jamás por sus fronteras, sino a partir de su núcleo" (Morin, 1990: 105). Durante un conversatorio de conclusiones de un Congreso titulado "Las Venas abiertas de Chiapas" a finales del año 2013, Gustavo Esteva comentó lo siguiente:

> La gente está reaccionando con conocimiento por todas partes … Cuando la gente empieza a producir sus alimentos, de pronto en el patio trasero o en el techo de las casas, empiezan a prosperar los tomates, en esta respuesta de supervivencia frente a *Monsanto*, frente a *Walmart*, frente al desastre alimentario.

7 Ibid.

8 José, entrevista personal, 06 de septiembre de 2013.

9 Locución latina, en forma de oxímoron, cuya traducción literal es: "apresúrate lentamente".

> Tenemos que tener mucho cuidado para distinguir entre tomates revolucionarios y tomates reaccionarios. Esos tomates que estoy cultivando en mi casa siempre tienen interés. En el momento en que empiezo a cultivar tomates en mi casa, meto mis manos en la tierra, eso tiene un sentido. Esa posibilidad es positiva en sí misma. Pero puedo estarlo haciendo como una expresión más de la moda, del individualismo, de que estoy haciendo lo que los demás y estoy pensando nada más en mí y en mi familia. O estoy utilizando estos tomates como semilla de comunidad, como una forma de sembrar la flor de la autonomía en mi comunidad, en mi barrio, en mi región. Esos mismos tomates pueden tener dos sentidos completamente distintos. Cuando son tomates revolucionarios y siembran la flor de la autonomía, la semilla de esta comunidad, estos son los elementos que están generando ya, todos los días, estos nuevos mundos…

¿Se están cultivando tomates revolucionarios en San Cristóbal de las Casas? La respuesta es tan diversa como las y los actores involucrados en el cuidado de los huertos. No obstante, partimos en este trabajo de la idea de que ante el enorme alcance y penetración del régimen agroalimentario mundial en los espacios locales, la agricultura urbana es, en cualquiera de sus presentaciones, una acción de resistencia. Sin embargo, esta resistencia presenta matices y alcances diferentes, relacionados con las motivaciones y los objetivos perseguidos por las y los sembradores.

La acción conformista es una forma de resistencia que no necesariamente busca la emancipación. Es una resistencia reaccionaria, que responde a los externos y que aunque puede trascender el ámbito individual, no busca a través de dicha organización modificar el *status quo*, y si lo hace, no es para acabar con las estructuras de dominación, sino para colocarse en una posición de ventaja.

En esta categoría podríamos colocar la "resistencia cultural" entendida como el uso "consciente o inconsciente, efectivo o no, [de la cultura] para resistir y/o cambiar la estructura política, económica y/o social dominante" (Duncombe, 2002, traducción propia). Este tipo de resistencia se asocia generalmente con pueblos originarios, donde las y los actores intentan evitar la modificación o pérdida de rasgos culturales importantes para la identidad del grupo. En los huertos urbanos de Jovel, esto incluiría tanto a los huertos indígenas como al tradicional sitio "coleto"[10].

Ambos tipos de huerto están motivados principalmente por la nostalgia: ya sea la nostalgia por el campo y la vida campesina, o la nostalgia por el San Cristóbal de "antes" y la vida coleta. Para ambos tipos de actores, las condiciones han cambiando y el huerto representa un anclaje identitario y de sentido. Cuidar el huerto tiene que ver con referencias culturales, el interés en transmitir ciertas tradiciones, el gusto por cierto tipo de alimentos. Esta resistencia no está relacionada con un discurso contestatario. No se busca transformar el sistema agroalimentario, ni buscar espacios de emancipación. Es una resistencia ante la imposición (verdadera o aparente) de otros estilos de vida.

Para Santos la acción conformista es aquella "práctica rutinaria, reproductiva y repetitiva que reduce el realismo a lo que existe y precisamente porque existe" (2010). El huerto sembrado porque siempre se ha hecho así es una acción conformista. Resiste a un cambio en la forma de vida, en la tradición; se aferra al sentimiento nostálgico de la tierra perdida o de la ciudad transformada. Esta acción no propone, sólo responde, y no obstante, tiene también una capacidad transformadora que puede, en otro momento, cobrar nuevo significado y llegar a modificar el comportamiento de la persona, su relación con la naturaleza, sus patrones de consumo o sus hábitos alimenticios.

Lo anterior sucede cuando la acción conformista se convierte en una acción rebelde o una acción con *clinamen*. Como se expuso en una nota al principio del texto, las acciones con *clinamen* se basan en "un viraje o desviación leve cuyos efectos acumulativos inciden posiblemente en las combinaciones complejas y creativas entre los átomos, por lo tanto también entre seres vivos y grupos sociales" (Santos, 2010).

Las acciones rebeldes asumen el pasado y lo redimen, a la vez que se desvían de él. Son acciones creativas impulsadas, según Santos, por el conocimiento emancipatorio, lo que en este trabajo denominamos 'consciencia'. En la base de ese tránsito entre la acción conformista y la acción rebelde, se encuentra la toma de consciencia por parte de los sembradores sobre sus acciones y sus posibles repercusiones, y sus relaciones con el contexto más amplio del régimen agroalimentario mundial y el sistema económico capitalista.

Esa toma de consciencia puede darse en distintos momentos. Puede ser lo que motive a iniciar el huerto, como ya lo señalamos, en una búsqueda por la congruencia; puede también ser un resultado de la práctica misma, generada por la red de relaciones que se tejen a su alrededor o por la reflexión del actor en torno a ella. Las y los actores lo experimentan en momentos y de maneras distintas. El huerto coleto o indígena en la ciudad puede buscar no sólo retener el pasado, sino además construir el presente y futuro; pueden pasar de lo reactivo a lo reflexivo y propositivo: de la acción conformista a la acción rebelde.

En San Cristóbal existen diversos actores que están sembrando como acción rebelde. Tanto extranjeros como mexicanos, coletos o indígenas, la tipología no se realiza ya por procedencia, nivel de organización o morfología del huerto, sino por el sentido de la práctica en sí. El huerto como acción rebelde presenta características particulares que también relacionan a la agricultura urbana con un movimiento más amplio en la búsqueda por sistemas agroalimentarios alternativos y por otros mundos posibles.

De la dependencia a la autonomía y soberanía alimentarias

El cultivo del huerto es una acción con *clinamen* porque no busca ser una alternativa sistémica o totalizadora. Tampoco es una práctica autárquica, sino que busca generar espacios de autonomía, tanto del régimen agroalimentario mundial, como de otros aspectos del sistema hegemónico. "*Aunque yo no me alimente completamente de mi huerto, el hacerlo me da esa consciencia. Entonces el resto de mi alimentación me voy a fijar más porque adquirí la consciencia.*"[11]

Existe también la idea de que estas pequeñas acciones pueden generar cambios más amplios e impactar a distintos niveles:

> *…tal vez no lleguemos a ser soberanos alimentariamente con nuestro huerto urbano o nuestra maceta de cilantro, pero yo creo que el sólo hecho de sembrar nos hace más conscientes del trabajo de los agricultores, y que la primera vez que cosechaste tú tu matita que te costó tanto, entonces estás aprendiendo a apreciar a la gente que se dedica a ese trabajo. Y si empezamos a tomar esa consciencia creo que sí podemos lograr soberanía alimentaria a nivel de región.*[12]

10 El "sitio" es la forma tradicional de la población mestiza de San Cristóbal (los llamados "coletos ") para denominar el espacio de la huerta en el hogar, espacio que se encuentra presente en la arquitectura de la ciudad desde sus inicios. Por otro lado, los huertos de la población indígena que habita en el Valle de Jovel, -donde se asienta San Cristóbal- se identifican normalmente con palabras como "solar " o "milpa " y están comúnmente relacionados con un sentimiento de nostalgia por el espacio o las prácticas culturales que forman parte de la cosmovisión indígena o rural y que continúan realizando en la ciudad.

11 Rubén, entrevista personal, 06 de febrero de 2014

12 Helda, entrevista personal, 11 de abril de 2014.

La agricultura urbana (en adelante: AU) como acción rebelde contribuye a la seguridad alimentaria pero sólo a través de la soberanía alimentaria. No se enfoca en proveer alimentos como simples mercancías, ni en la generación de ingreso como fin y en el trabajo como medio. Se dijo ya que el trabajo en el huerto es un fin en sí mismo, que brinda además la posibilidad de obtener alimentos y en algunos casos generar ingresos. La diferencia es cualitativa. El sentido no es generar ganancias, sino alternativas. A través de esta diferencia de enfoque, la AU regresa a las y los actores la capacidad de decidir sobre cómo y qué cultivar, sobre el tipo de tecnología que desean implementar y la que quieren evitar, y sobre dónde se producen los alimentos. Al poner el acento en la producción local, fortalece los mercados locales y los circuitos cortos de comercialización. Al rescatar cultivos tradicionales y locales, recupera el aspecto cultural de la relación con los alimentos, así como sus sabores, olores y colores.

De la queja a la propuesta

El huerto como acción rebelde es precisamente eso, una acción. Es la expresión de una idea que a través del trabajo, creatividad y cuidado de las y los sembradores puede tocarse, olerse y comerse. Los efectos negativos del sistema agroalimentario mundial que preocupan a los actores se ven contestados en la realidad a través del huerto mismo. El actor deja de ser sólo la voz de la denuncia. Renuncia a la pasividad para formar parte de una propuesta concreta que en distintos niveles contribuye a ser parte de la solución de los problemas percibidos. Ya sea en términos de la salud, el cambio climático, la mercantilización de los alimentos o el control sobre las semillas, los huertos son prueba de que la gente es capaz de actuar. Fabi lo expresa de la siguiente forma: "*lo que estoy haciendo es esperar las semillas.Y lo que quiero es compartir. Que la gente sepa que ahí es donde está, como decía esta chica una revolución. Estas no son balas, pero es vida*." (Entrevista personal, 23 de marzo de 2014)

Para los sembradores poner las manos en la tierra es parte de esa respuesta no reaccionaria sino propositiva. No sólo es proteger mi huerta ante el cambio de suelo o de estilo de vida, sino producir en ella parte de la respuesta: mantener semilla, reproducir especies locales, intercambiar semillas con otras personas.

De lo individual a lo colectivo

Esta resistencia a pequeña escala presenta diversos grados de organización que van de la práctica individual-familiar, al grupo, a la organización formal, a formar parte de un movimiento social. Existen actores que producen para sí mismos y sus familias. Podríamos pensar que es una expresión más del individualismo moderno donde lo importante es que "yo esté bien y mi familia extensa también, y lo demás no importa". No obstante, la intencionalidad de la práctica se inserta en un sistema de relaciones mayor. Una vez más tiene que ver con el sentido que otorga el actor. Puede que no esté involucrado en grupos organizados y que no produzca lo suficiente para compartir fuera del hogar y que no esté inserto en una red de intercambio de conocimientos más allá de casa. Sin embargo, puede existir esa consciencia de que esa pequeña acción hace alguna diferencia. Contribuye al manejo de la basura orgánica, o al cambio climático, o a mejorar la salud. Al ser una contribución marginal podría desestimarse fácilmente. Sin embargo, es una acción con *clinamen*. Un mínimo desvío de la línea recta. Un desvío que puede llevar a caminos insospechados. Pensar estas prácticas, a este nivel, pero bajo la visión de la 'sociología de las ausencias', invita a considerar que ante un tiempo no lineal, una práctica individual puede tener repercusiones amplias. Puede convertirse en algo distinto. Cuenta con la capacidad (potencial) y la posibilidad (potencialidad) de ser transformadora. Sin duda, su mayor potencialidad se alcanza cuando la acción trasciende el ámbito individual para convertirse en colectivo.

¿Cómo se da ese salto? ¿Dónde empieza esa transformación? Al revisar las entrevistas vemos que entre aquellos actores que se encontraban más involucrados con la agricultura urbana (AU) como parte de una organización o movimiento, hay siempre un momento decisorio: la participación en un evento, la relación con otra persona, el contacto con cierta información. Es ahí, en esa apertura y contacto con el otro, la otra, donde la potencialidad de la práctica rebelde se hace evidente para el actor individual. Analizar qué es lo que hace que el actor tome esa decisión implicaba un trabajo más allá del alcance de esta investigación, pero sí podría pensarse desde lo expuesto por la teoría y lo visto en campo, que puede estar relacionado con la presencia de una especie de "medio de cultivo". Si parte de la permanencia de las hegemonías está fundada sobre su capacidad para hacer creer que "no hay alternativas", la difusión y promoción de experiencias que precisamente rompen con esa ilusión, puede ser un punto de partida para que el actor trascienda el ámbito individual.

> *Tengo claro que dos cosas cambiaron mi investigación. Una amiga que me dijo si ya había visto los elotes que estaban vendiendo en* Walmart *que traían de Estados Unidos en una cajita de unicel con plástico, deliciosísimos, sin pelos, sin basura…y ahí casi me da el patatús (…) me di cuenta de que era súper importante empezar a trabajar con las personas consumidoras, porque sí estábamos tratando de impulsar en el campo la agricultura sustentable, (…) pero nosotros en las ciudades comprando todos los alimentos sin siquiera preguntarnos de dónde venían, las consecuencias de elegir ese lote de* Walmart[13].

De los 15 actores entrevistados a profundidad, seis colaboraban con una organización civil en temas de agricultura urbana, dos más hacían investigación sobre el tema, dos tienen un puesto en el mercado local "Comida Sana y Cercana"[14] y uno trabaja temas de agricultura urbana desde el ámbito gubernamental. Sólo cuatro personas practicaban la AU fuera de una red u organización relacionada específicamente con el tema, aunque al menos tres de esas personas se habían capacitado a través de alguna organización o bien habían organizado algún taller o intercambio de experiencias en sus hogares. Lo anterior nos habla de que en San Cristóbal de las Casas hay un ambiente propicio para entrar en contacto con grupos, organizaciones e iniciativas relacionadas con la AU. Igualmente nos dice que una persona puede pasar de la práctica individual, a relacionarse con un grupo organizado, y regresar a lo individual. De nuevo, no es una línea recta donde el progreso se mide en ir directamente de lo individual a lo colectivo, sino que ambos rumbos se nutren mutuamente y se relacionan en distintos momentos.

Hay diferencias en la percepción de las y los distintos actores sobre el alcance que puede tener la práctica de la AU. Para algunos es un espacio propio de autonomía que complementa resistencias en otras áreas de su vida. Para otros, es parte de un movimiento social. Sin embargo, en la mayoría de los casos, no es una práctica aislada porque se requieren insumos y conocimientos que provienen de otras personas. Una vez más el huerto es ese espacio de conexión con conocimientos e identidades ancestrales, con las y los otros y con la naturaleza en sí. La AU como acción rebelde adquiere su mayor potencial cuando se practica en colaboración con otras personas que participen de la consciencia de su potencial transformador. En el

13 Helda es investigadora y cultivadora de huerto urbano, entrevista personal, 11 de abril de 2014.

14 Para más información sobre este mercado local ver: Santana E., Ma. Eugenia (2011), "Los mercados alternativos en una economía solidaria " en: CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Número 17, Marzo-abril de 2011.

taller de huerto biointensivo Mónica A. mencionó: "*una huerta no se puede atender como individual. No se puede hacer la revolución de forma individual. Necesitamos hacer comunidad. …Yo propongo hacer huertas, crear la propia comida y hacer comunidades*."

Este componente social o comunitario del huerto como acción rebelde es fundamental para trazar caminos de transformación en el ámbito local y mundial. Como señala Santos (2011), las resistencias están constantemente en un estado de fragilidad y la creación de lazos entre ellas permite su supervivencia, así como la posibilidad de pensar en la construcción de utopías posibles:

> *…la mayor parte de la gente es capaz de ver el problema, el problema científico, científicamente probado que el petróleo se está acabando, científicamente probado que el planeta se está calentando…pero socialmente no tenemos cómo responder. Porque socialmente no tenemos las herramientas para responder. Entonces sí creo que es un problema, sí tiene un componente social. Y que además tenemos que ir por ese componente, porque quizá sea el que nos está impidiendo que actuemos. Si no ¿por qué no actuamos? ¿Por qué estamos en la inactividad aunque vemos todos los problemas? Porque yo creo que es un componente social, o sea, culturalmente tenemos que hacer un cambio para que empecemos a actuar de otra manera.*[15]

De lo local a lo global

La agricultura urbana (AU) tiene diversos alcances geográficos, ya que la práctica localizada en la ciudad tiene conexiones con actividades similares en otras partes del estado y el país. Por ejemplo, la mayoría de las personas que acuden a tomar cursos con la organización "Crisalium" proviene no de San Cristóbal, sino de Tuxtla Gutiérrez[16]. Por otro lado, muchos de las y los sembradores han señalado obtener semilla orgánica de productores de otras partes de Chiapas, así como de la organización "Las Cañadas", que se ha vuelto un referente a nivel nacional en temas de permacultura. Asimismo, las o los facilitadores de los talleres muchas veces provienen de otras partes del país. En el trabajo de campo, por ejemplo, se registró la presencia de personas provenientes de Chiapas, del Distrito Federal, de Jalisco, Alemania y Colombia. Igualmente, a los talleres asistieron tanto mexicanos (coletos, indígenas o de otras partes del país) como extranjeros de distintas partes del mundo. Es decir, mientras que a primera vista los huertos urbanos parecen ser algo localizado en un lugar determinado, las relaciones que las y los actores establecen alrededor de ellos trascienden las fronteras estatales y nacionales.

Esto es relevante debido a la necesidad señalada por las y los propios sembradores de articular esfuerzos, no sólo con vecinos del municipio, sino también con movimientos sociales más amplios que forman parte de la globalización contrahegemónica.

En la AU como acción rebelde existe una consciencia sobre el papel que juega la alimentación en el sistema agroalimentario más amplio. Se establecen relaciones conscientes sobre la forma en que las grandes decisiones globales se introducen en los espacios locales y en la vida misma de las y los actores. Esta consciencia sobre las implicaciones más profundas del régimen agroalimentario se va adquiriendo conforme el actor entra en contacto con diversas fuentes de información. Abrir la consciencia a estas otras realidades que muchas veces permanecen fuera del campo de visión del actor no suele ser un proceso fácil. Lo interesante es ver que en el caso de la AU como acción rebelde, esa realización de las conexiones existentes entre lo local y lo global, lo individual y lo comunitario, se traducen en una propuesta.

Los discursos dentro del huerto como resistencia varían. Algunos están más fundados en datos científicos y otros en percepciones cotidianas. De cualquier forma hay un consenso en la necesidad imperante de buscar otras maneras de producir, de que "esto" no es lo mejor que podemos hacer y de que una forma de participar en esa lucha es tomando acción a través del huerto. Este pasa a ser entonces un espacio educativo. Tanto de manera formal, como puede ser la iniciativa de huertos escolares y de Laboratorios de Vida que se impulsa en ECOSUR[17], tanto informal como lo hacen sembradoras y sembradores que comparten sus experiencias y conocimientos en espacios cotidianos.

Reflexiones finales

La racionalidad hegemónica imperante, indolente y económica, genera ausencias, vacíos. Lleva a pensar a la sociedad que ya se han encontrado todas las respuestas posibles, que solo hay una forma de comprender el mundo y el tiempo, que la productividad se mide con base en una ecuación simple de costo-beneficio, que lo local está sujeto inexorablemente a lo global como un reflejo prisionero.

No obstante, al levantar un poco la venda, podemos encontrar una serie de actores y prácticas que operan cotidianamente bajo racionalidades distintas: Lógicas que no han sido del todo cooptadas por la visión hegemónica; conocimientos que sobreviven ante la soberbia del cientificismo; visiones del tiempo recuperado; productividades basadas en el trabajo no enajenado y en actividades autotélicas. Espacios locales que permiten la realización de prácticas liberadoras.

El crear caminos distintos y resistencias emancipadoras implica partir de una racionalidad distinta a la hegemónica. Este cambio está estrechamente ligado con nuestro entendimiento sobre el tiempo. Los huertos urbanos pueden ser la expresión material de otras racionalidades, otras formas de entender el mundo y de comprender al tiempo. Este último deja de ser exclusivamente lineal para convertirse en cíclico. El huerto no es tiempo perdido, sino autotélico; un tiempo recuperado que se transforma de la idea hegemónica de que "el tiempo es dinero" a la idea de que "el tiempo es vida". En el huerto de tiempo autotélico, la resistencia no sólo es el correlato de la hegemonía, sino una práctica con un sentido en sí misma que genera otras vías y mundos posibles.

Las y los sembradores se apartan de la visión hegemónica de productividad. En el huerto el tiempo es otro y eso implica que la visión de la productividad y del trabajo también son distintos. No se trata de producir para obtener un beneficio, ni de ser lo más eficiente posible. Se trata de una producción que tiene su propio tiempo y disfrute, y que estará destinada principalmente al autoconsumo, pero también al trueque, al regalo, al compartir.

Este análisis permite ahondar en el concepto de la acción rebelde. La investigación permite señalar que la agricultura urbana es, frente el régimen agroalimentario actual, una forma de resistencia. No obstante, cuando se presenta como una resistencia cultural, una resistencia que busca únicamente impedir la transformación de "cómo se hacían las cosas" a "cómo se hacen ahora", su potencial transformador es limitado.

La verdadera acción rebelde se da cuando existe una toma

15 Rubén, entrevista personal, 06 de febrero de 2014.

16 Observación participante en campo, mayo 2014.

17 El Diplomado Laboratorios para la Vida (Lab Vida) se orienta hacia la vivencia de la ciencia como proceso de pensamiento crítico, creativo, y relevante al contexto local. Los huertos sirven como espacios de encuentro entre escuela y comunidad. La Red de Huertos Escolares (RHE) pretende impulsar el intercambio de conocimientos, experiencias y materiales didácticos relevantes a los huertos escolares, y crear oportunidades para la capacitación de personas involucradas en dichas iniciativas. Más información en: redhuertos.org o con hmorales@ecosur.mx

de consciencia sobre los posibles alcances, sobre el significado más profundo y sobre el papel que juega la AU (agricultura urbana) en el contexto más amplio. Esta es una acción con *clinamen*. Una pequeña acción localizada que puede generar un camino distinto al de la inercia de la resistencia cultural. Es una acción que reconoce el pasado y busca construir futuro.

En la AU, la acción rebelde ayuda a transitar de la dependencia total del sistema agroalimentario y la pérdida o cesión de la capacidad de decisión del actor, a crear espacios de mayor autonomía que contribuyen a la soberanía alimentaria.

De la misma manera, la AU es una propuesta creativa ante las preocupaciones por los efectos del régimen. Regresa la capacidad de acción al actor. Le hace ocupar ese pequeño espacio de poder que no ha sido aún cooptado por las hegemonías. En este sentido, cobra su mayor potencial transformador cuando transita de ser una práctica individual a una práctica colectiva. Este transitar, sin embargo, no es lineal. No tiene una única dirección. Los actores pueden moverse entre un estado y otro. En San Cristóbal, no obstante, la investigación apunta hacia un hervidero de acciones que pueden dar paso a un movimiento social más amplio.

Este movimiento no permanece únicamente en el entorno local, sino que participa de la globalización contrahegemónica a través de las redes de relaciones de las y los actores. Estas redes se expanden hacia otras partes del estado y del país, y hacia otros países. También se relacionan con otros movimientos organizados y otras luchas sociales. La alimentación, como parte de un lenguaje común, que compartimos como seres humanos, se convierte en un campo amplio para la batalla por la emancipación.

Los caminos alternativos no pueden provenir de la misma racionalidad hegemónica que genera un sistema no sustentable. Hay una contradicción fundamental en este sentido. Los caminos hacia otros mundos posibles sólo se transitan a partir de otras racionalidades que implican una percepción distinta del tiempo y la productividad.

Identificar esas otras racionalidades nos permite combatir las ausencias, se puede ir deconstruyendo la imagen del régimen agroalimentario como un bloque todopoderoso bajo cuyo peso aplastante poco puede hacerse. Queda todo por hacer y todo por sembrar. La semilla, desde nuestra perspectiva, irá creciendo y dando frutos, echando hijitos por aquí y por allá, y profundizando la conexión de sus raíces con otros movimientos emancipatorios que ante la situación mundial surgen por todas partes.

Desde este trabajo, hacemos una invitación a las y los lectores para ocupar los jardines, las azoteas, los camellones. Que los alimentos no sean sólo mercancías y que redescubramos el placer de conocerlos desde la semilla, hasta su sabor real. Como señala el movimiento de *Slow Food*, es tiempo de cocinar una revolución. Es tiempo de ocupar la Milpa[18]. Es tiempo de atreverse a mirar estas pequeñas experiencias como la semilla de autonomía en nuestros entornos locales. Es tiempo de echar raíces y extender las ramas hacia otros espacios de emancipación. Es tiempo para la siembra.

Referencias

Balsa, J. 2006. Las tres lógicas de la construcción de la hegemonía. **Theomai**, *14*(segundo semestre), 16-36.

Di Donato, M. 2009. Decrecimiento o barbarie . Entrevista a Serge Latouche. **Papeles**, (107), 159–170.

Escobar, A. 1998 [1996], **La Invención del Tercer Mundo. Construcción y Deconstrucción del Desarrollo**, Editorial Norma, colección Vitral, Bogotá, Colombia. [Encountering development, the making and unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press]

Escobar, A. 2010. **Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales** (Lima.). Programa Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Esteva, G. 2000. Desarrollo. In A. Viola (Ed.), **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina** (pp. 68–101). Barcelona: PAIDOS.

Foucault, M. 1976. **Historia de la Sexualidad I**. México D.F.: Siglo XXI. Retrieved from http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/681.pdf

Giacaglia, M. 2002. Hegemonía. Concepto clave para pensar la política. **Tópicos**, (10), 151–159.

Gutiérrez Pliego, G. A. 2013. **Contracultura y nomadismo entre los viajeros que recorren la ruta Sierra Sur-Costa de Oaxaca** (2012). ENAH.

Latouche, S. 2009. **Sobrevivir al Desarrollo**. Barcelona: Icaria.

Morin, E. 1990. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Editorial Gedisa.

Riechmann, J. 2003. **Tiempo para la vida: La crisis ecológica en su dimensión temporal**. Málaga: Ediciones del Genal.

Santana E., M. E. 2011, "Los mercados alternativos en una economía solidaria" **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Número 17, Marzo-abril de 2011. http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/10.SANTANA%20MAYU%20Los%20mercados%20alternativos%20y%20la%20Economa%20solidaria%20UACHIAPASMX%20136-146.pdf Pp. 136 – 146. ISSN 1517 – 6916.

Santos, B. de S. 2000. **Crítica de la razón indolente**. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Santos, B. de S. 2006a. **Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatoria**. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMS, Programa de Estudios sobre democracia y Transformación Global. pp. 3–114.

Santos, B. de S. 2006b. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación Social**. Buenos Aires: CLACSO.

Santos, B. de S. 2009. **Una epistemología del sur: la reinvención del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI. Retrieved from http://books.google.es/books?id=NUkI0AId42sC

Santos, B. de S. 2010. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce-Extensión universitaria. Universidad de la República.

Santos, B. de S. 2011. **Producir para Vivir: Los Caminos de la Producción No Capitalista**. Fondo De Cultura Economica. Retrieved from http://books.google.com.mx/books?id=IKhnXwAACAAJ

18 Sistema tradicional de cultivo y conocimientos utilizado principalmente para la producción de maíz asociado a otros cultivos como frijol y calabaza, y donde se aprovechan especies herbáceas que crecen de forma natural conocidas genéricamente como "quelites".

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a05

De peones a ejidatarios: identidades, naturaleza y cultura en la zona cafetalera del Soconusco, Escuintla, Chiapas

Claudia Morales[1] & Carolina Rivera Farfán [2]

[1] Doutoranda em Antropologia Social -Ciesas Sureste. E-mail: claujmor@gmail.com
[2] Doutora em Antropologia pela Universidad Nacional Autonoma do México - UNAM e Profesora e Investigadora de Ciesas Sureste. E-mail: crivera@ciesas.edu.mx

Recebido em 28 de novembro de 2015. Aceito em 28 de janeiro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – Se realiza una revisión del proceso de poblamiento y distribución de la tierra en la región fronteriza del sur de México, conocida como el Soconusco, Chiapas. En particular, en el municipio de Escuintla. Asimismo, se presenta un acercamiento al presente etnográfico desde la recreación de la historia local. Para realizar este vínculo se llevó a cabo una búsqueda hemerográfica en el Archivo General de la Nación, con relación a la lucha agraria y el proceso de dotación de tierra. Esta información se hiló con las historias orales de los interlocutores ahora ancianos que me compartieron sus recuerdos de esa época. A través de este diálogo, se pretendió recrear para el lector, lo más nítidamente posible, las percepciones, sensaciones y acontecimientos que tuvieron lugar en la zona de estudio. No sólo se procuró ofrecer información entorno a las disputas por la tierra, sino, también hacer sentir al lector los ambientes descritos. Ya que este contexto ayuda a explicar el mundo de los campesinos que fueron actores de este trascendental momento histórico.

Palabras Clave: *Campesinos, Café, Repartición agraria, México, Soconusco*

From peones to ejidatarios: identities, nature and culture in the coffee zone Soconusco, Sscuintla, Chiapas

Abstract –The article reviews the process of settlement and distribution of land in the border region of southern Mexico, known as the Soconusco, Chiapas. In particular, in the town of Escuintla. Also, an approach to ethnographic present is presented, from the recreation of local history. To make this link an hemerographic research was conducted at the General Archive of the Nation, (AGN) in relation to the agrarian struggle and the process of allocation of land. This information was spun with the oral histories of elderly peasants. Through this dialogue, it was tried to recreate for the reader, as clearly as possible, perceptions, feelings and events that occurred in the study area. Not only it sought to provide information environment to land disputes, but also make the reader feel the environments described. Since this context helps explain the world of the peasants who were, and still are, actors in this crucial historical moment.

Key Words: *Peasants, Coffee, Land distribution, Mexico, Soconusco*

De peões a ejidatarios: identidades, natureza e cultura na zona cafeeira de Soconusco, Escuintla, Chiapas-México

Resumo – Este artigo realiza uma revisão no proceso de assentamento e distribuição de terra na região de fronteira do sudeste do México, conhecida como Soconusco. Em particular no municipio de Escuintla. Igualmente se apresenta uma aproximação etnográfica do presente desde a reconstrução da história local. Para realizar este vínculo foi uma pesquisa na hemerográfica do Arquivo Geral da Nação, com relação à luta agraria e o processo de doação de terras. Estas informações se vinculou com as histórias orais dos interlocutores então anciãos que me compartilharam suas lembranças desta época. Através deste diálogo com os camponoses mais idosos se pretendeu recriar para o leitor, o mais claro possível as percepções, sentimentos e acontecimentos que tiveram lugar na zona de estudo. Não só se procurou oferecer informações em torno das disputas por terra, como também fazer o leitor sentir os ambientes descritos. Já que este contexto ajuda a explicar o mundo dos camponeses que foram atores deste transcendental momento histórico

Palavras-Chave: *Camponeses, Café, Distribuição de terra, México, Soconusco*

1. El Soconusco: un panorama de su población e identidades paralelas

Durante un periodo de cinco meses (agosto-diciembre) viví en la Sierra de Chiapas en un ejido[1] cafetalero llamado Hoja Blanca en el municipio de Escuintla, Chiapas, en la región del Soconusco, que se encuentra en la frontera entre Guatemala y México.

El camino desde los ejidos cafetaleros a los primeros asentamientos importantes de la región ofrece una panorámica de la vida cotidiana en esta importante región mexicana. Esta dinámica de desplazamiento es necesaria para los habitantes de la sierra, ya que existe dependencia de otros centros poblacionales más grandes como Huixtla o Tapachula. A continuación, presento un fragmento etnográfico que considero permite una primera aproximación a esta compleja zona fronteriza:

En particular, yo bajé a lo que llaman tierra caliente por primera vez a bordo del "Perrón de la Sierra", camión que sale de la localidad a las 3.00 am en punto, de la hora de Dios, porque al igual que en los alrededores, en Hoja Blanca no se cambia "a la hora nueva" (el horario de verano).

El Perrón es un camión de redilas, pesado y viejo. En su parabrisas se lee "Marco Antonio" el nombre del hijo menor del dueño y conductor, a quien llamaremos Ignacio.

El Perrón recorre las calles de la colonia sin tocar el claxon. Pequeñas lámparas con timoratas luces caminan a encontrarlo. "Oiga don Ignacio, le encargo un mi casillero de huevo". Ignacio anota el pedido en una agobiada libreta con el nombre de la persona y el encargo. Por cada encargo se cobra un peso o dos de flete.

El ejido es una forma de tenencia de tierra, una propiedad rural de uso colectivo, que emana de la Revolución Mexicana. La concentración de la tierra en pocas manos fue una de las principales causas de la Revolución Mexicana (1910). Después de este importante momento en la historia mexicana se promulgó la Ley Agraria de 1915, que establecía el reparto y la normatividad ejidal y la que se consolidó bajo la presidencia de Lázaro Cárdenas en 1934.

Seguimos avanzando, lo único que ilumina la noche son los implacables faroles del Perrón de la Sierra. Ignacio toca el claxon en la comisaría y algunas personas salen de sus casas para subirse al autobús. Yo voy en la cabina (para ir en cabina, hay que hablar antes y apartar el asiento). De lo contrario, es preciso ir en las redilas. En la parte de atrás se han colocado bancas, y para poder subir hay que trepar sobre una escalera de metal diseñada para ese uso. Ahí suben ancianos, mujeres, niños.

Algunos pasajeros se trepan y seguimos nuestro comino, cruzando arroyos gélidos y delgados; la neblina que se extiende por la sierra empaña el parabrisas. Cada tanto, aunque cada vez menos frecuentemente, puede verse cruzar, tepezcuintes, armadillos y algún gato montés. También es común ver circular camiones con vidrios polarizados con un "banderillero" por delante. "Son los que trafican químico de Guatemala", me explica Ignacio.

En esa ocasión, nos tocó la suerte de no encontrar a nadie, tampoco derrumbes, que en época de lluvia incomunican los ejidos de la sierra. Pero esta estación (invierno) no ha llovido de forma alarmante y por eso, sin ningún problema, alrededor de las cinco am llegamos a Belisario Domínguez, municipio de Motozintla. La gente comienza a bajarse, aún sigue sin amanecer, así que decido quedarme en el camión hasta que haya un poco de luz.

"¿Vas a cargar unos pollos?" Oigo que alguien le pregunta a Ignacio. Y en mi inocente o desconcertada percepción creo que se trata de animales. "Échalos, pues" contesta. Se detiene una combi de la que bajan mujeres, niños, hombres. Una mujer se sienta junto a mí, tiene los brazos gruesos y helados, tiembla. Las madrugadas son frías y por lo general cae una suave pero helada llovizna: son migrantes.

Los migrantes miran a todas partes, silenciosos y agitados. Estamos por marcharnos cuando otro camión se pone en nuestro camino, nos tapa el paso. Un hombre se baja y saca con forcejeos a los "pollos" de El Perrón, sin que Ignacio pueda oponerse. Los migrantes se bajan de prisa. Su viaje apenas comienza, pero entrando a México saben que deben esconderse siempre, seguir órdenes. Al oír "vámonos", se levantan de prisa y se cambian de camión. El Perrón se queda vacío. Ignacio se baja. Discute con el otro conductor que le ha robado los pollos. Llegan al acuerdo de que le dará una parte del pasaje y los doscientos pesos que Ignacio pagó para que el de la combi llevara a los pollos. Ignacio regresa irreconocible, su rostro apacible se transforma, iba a ganar ahí mil pesos, descontando la gasolina, setecientos. Arroja al piso su linterna. Debido a eso, me bajo antes del camión en Belisario y espero a que comiencen a circular las combis que llevan a Huixtla. A las seis de la mañana me subo a la primera que encuentro. De Belisario a Huixtla el camino está pavimentado en cada una de sus muchas curvas. Las combis se detienen para recoger gente en el camino, y como vamos a Huixtla el transporte va especialmente lleno de estudiantes, enfermeras, profesores.

Finalmente, nos detenemos en el mercado, que es un alboroto constante de comerciantes. Su agitación sólo se vio mermada después del huracán Stan,[1] que dejó la zona incomunicada por casi un mes. Desde entonces, la recuperación ha sido lenta, ya que a la devastación del huracán se añade la quiebra general de los cafeticultores de la sierra que año a año deambulaban por el pueblo entre las tiendas, los restaurantes y las cantinas.

Al brío del mercado, se suma que la ciudad es húmeda y calurosa. Por lo general, hay entre 30 y 45 grados, que se incrementan durante la quema de caña en el ingenio.[2] Anualmente durante la zafra, sobre las sábanas blancas colgadas en los patios, sobre las cabezas de los niños, sobre las calles recién barridas por las señoras: llueve una delgada hojuela de ceniza que al tocarla se deshace en los dedos.Yo he llegado en temporada de zafra y el calor incrementa.

Al recorrer Huixlta se pueden ver casas, tiendas y almacenes de café, de una olvidada opulencia. Ahora, hay nuevos comercios: sobre las vías del tren se han puesto puestos de pupusas, tacos raquíticos y ropa americana de "paca".

Los almacenes de café son enormes estructuras vacías y cubiertas por maleza, como barcos náufragos.

Camino hasta el río, que ahora corre tranquilo sobre un pavimento de rocas, como un niño que oculta sus travesuras: apenas en el 2005 inundó e incomunicó la zona, causando muchas muertes. Afectando en particular los márgenes del río, donde se asentaban anteriormente las cantinas y prostíbulos, que han vuelto a aparecer con el mismo auge de siempre."hay gran cantidad de bares para el número de habitantes. Hay casi doce casas de billar siempre con clientes", enunciaba el reporte hecho allá en 1939, pocas cosas han cambiado. Sin embargo, cada vez es más común ver a mujeres muy jóvenes, casi todas centroamericanas, sentadas en la puerta para atraer clientes. Me detengo en una tienda para comprar agua y platicar. En la calle la gente circula cubriéndose con mantas o sombrillas del calor, o montados en triciclos que funcionan como un enjambre de taxis. Una señora se acerca a mí e intenta venderme el número de un "cachito de Melate", las tandas y las loterías son populares, sobre todo entre las mujeres centroamericanas que viven en Huixtla.

Decido hacer el recorrido a la ciudad de Tapachula, que sería la ruta que hace un cafeticultor al vender café y surtirse de mercancías. Para legar a Tapachula hay que tomar otra combi. Volvemos a bajar en un mercado, en esta ocasión en el mercado central del Tapachula, cerca del parque. En este lugar se conjuntan: turistas extranjeros distraídos y desubicados, niños guatemaltecos que venden dulces, migrantes africanos que causan sensación y dejan que les tomen fotografías, y comerciantes de Guatemala que venden toda clase de tiliches (cortaúñas, juguetes de plástico, cartas, peines).La ciudad, en comparación con Hoja Blanca, me parece tan cercana y lejana a la vez. Después de un tiempo viviendo en la localidad, Tapachula me parece abrumadora y confusa. Pienso en que el resto de pasajeros que bajaron conmigo desde la sierra, también deben estar a punto de regresar, porque a las dos en punto (a las tres sin contar el horario de verano) debemos estar junto al camión, esperando para regresar a Hoja Blanca.

Me apresuro a volver a Belisario, pero tengo que esperar, muchos de los pasajeros fueron a hacer trámites y ahora vienen de regreso, algunos vienen cargados de mercancía y agotados. Hay que hacer algo de tiempo, hasta que se llene el camión lo más que se pueda. Ignacio sube los encargos y anota en la libreta lo que ya ha comprado: jabón, huevos, clavos, gasolina, refrescos, un reloj de pulso con batería grande.

Antes de tomar camino, pasamos por un criadero de marranos. Los puercos chillan en su corral. Ignacio los observa con detenimiento, a él le encomendaron elegir el marrano adecuado. Señala a un marrano café con lunares negros. Entre varios pasajeros logran subirlo a la redila.Y después de forcejear, consiguen al fin amarrarlo. Se colocan en la redila los que pueden tolerar el olor. Los demás suben a la góndola, se sientan a la intemperie. Comenzamos a subir, el camión se zangolotea hacia los lados.Y el puerco gime, inconforme. A lo largo del camino suben jornaleros que trabajan en las fincas.

Volvemos a cruzar los mismos arroyos. La misma sierra laboriosa y majestuosa se extiende a nuestro alrededor. Algunas piedras gigantes, como huevos prehistóricos, rodean el camino. Suspiro. Todos estamos agotados y dormitamos. El puerco se revuelca en la parte de atrás. Lo compraron para el pago de Oportunidades, me explica Ignacio. Costó mil setecientos pesos, pero lo van a vender "ahora que paguen el apoyo", cuando algunos aprovecharán para comer carne. Hemos traído al elegido.

Finalmente, llegamos a la comandancia ejidal. La mayor parte de la gente se baja, los que pidieron encargos esperan. Una llovizna leve y gélida nos acompaña hasta la casa. Mañana se repetirá la misma rutina.

Me permito hacer esta digresión porque considero que el panorama regional actual, que pretendí bosquejar desde mis impresiones subjetivas (un espacio atravesado por la violencia, el empobrecimiento general y la falta de accesos y vialidades) está íntimamente ligado a un proceso histórico de dotación y lucha por la tierra en el estado de Chiapas. En particular, en la región del Soconusco, que por sus particularidades (que resumiré a continuación) es un espacio de alta movilidad de población. Ya que, históricamente, es un lugar de tránsito y destino, que configuró un espacio de interacciones complejas y dinámicas (no hay que olvidar además la zona tiene una estrecha relación con Guatemala y el resto de Centroamérica). Debido a la contigüidad geográfica de la región con Guatemala, y como se observa en el fragmento etnográfico, se ha constituido en una ruta alterna para el ingreso de migrantes

1 Según Reyes Hernández (2006), el huracán *Stan* tocó tierra el 4 de octubre de 2005 de categoría I en Punta Roca Partida en Veracruz. Las lluvias afectaron además los estados de Oaxaca, Tabasco, y Chiapas, donde se desbordaron treinta y tres ríos. Siendo Chiapas y Veracruz las entidades más afectadas.

2 Dependiendo de la temporada de lluvias, la zafra se lleva acabo de noviembre a abril.

centroamericanos y de otras nacionalidades en su travesía hacia el norte. La escasa vigilancia de agentes migratorios y de otras instancias gubernamentales propicia que los "polleros" o "coyotes" usen estos caminos para traficar humanos, pero también es aprovechado por el narcotráfico. No sólo es una zona fronteriza de tránsito de migrantes sino de lugar de destino laboral de miles de trabajadores (hombres, mujeres, niños) que llegan a la región a trabajar temporal o permanentemente

Por lo tanto, este espacio está fuertemente vinculado entre sí y cualquier alteración significativa, en cualquiera de sus puntos, tendrá posiblemente repercusiones en el conjunto.

Los siguientes mapas nos dan una idea de la ubicación geográfica del municipio de Escuintla, perteneciente a la región del Soconusco, Chiapas, México, que se localiza en los límites de la Sierra Madre y de la Llanura Costera del Pacífico, predominando el terreno montañoso, sus coordenadas geográficas son 15º 19' 92"N.

Figura 1: Mapa I. Región X. Soconusco, Chiapas, México

Fuente: Elaboración propia, modificación al mapa original "Mapa Chiapas 1999" SCT

Ficgura 2: Mapa II. Municipio Escuintla, Chiapas, México

Fuente: Elaboración propia, modificación al mapa original "Mapa Chiapas 1999" SCT

Escuintla, el municipio señalado, es uno de los asentamientos humanos más antiguos del estado de Chiapas, ya que fue fundado como pueblo en 1486, y para 1700 se convirtió en la capital de la provincia del Soconusco hasta 1792 (Pérez de los Reyes, 2012).

El Soconusco, actualmente, es un territorio que coincide en tierra casi puntualmente con la región geográfica del mismo nombre. La cual "comprende una sección de la costa del Pacífico en el sur de México que se extiende desde las cercanías de la actual población de Pijijiapan, Chiapas, hasta unos cuantos kilómetros al este de la frontera mexicano-guatemalteca (Voorthies, 1991, citado por Alcalá Moya, 1999).

Históricamente esta región ha sido un punto de referencia e importancia económica para el estado de Chiapas. Posterior a la conquista, muy pronto ganó fama como una tierra fértil, célebre por el cultivo de cacao. Incluso del otro lado del Atlántico, recreándose en crónicas y testimonios como un destino ideal para aventureros en busca de fortuna. También el desafortunado Miguel de Cervantes (1547-1616), buen conocedor de la popularidad del Soconusco, pidió en una carta al rey la encomienda del Soconusco como pago a sus años de miliciano. Aunque la petición del escritor nunca fue tomada en cuenta, nos da cuenta de la temprana importancia de la región como un lugar fértil para los cultivos debido a su diversidad de nichos. "En el rectángulo no mayor de 50 kilómetros de ancho por 150 kilómetros de largo, donde se ubica el Soconusco terrestre, se identifican varios pisos ecológicos: la costa tropical, la sábana húmeda, las selvas medias y altas que alcanzan en el volcán Tacaná más de 4000 metros de altura sobre el nivel del mar (Alcalá Moya, 1999).

Como consecuencia de la variación de alturas, al llegar al Soconusco, lo primero que se notará será el contraste entre estos "pisos" o niveles que menciona Alcalá Moya (1999). Dependiendo desde dónde se observe, el paisaje variará. Por ejemplo, si se observa desde las montañas, a más de 1200 metros de altura, en el corredor del café (o la "sierra", como le llaman los habitantes), se podrán observar las inescrutables serranías que se desdoblan una tras otra, hasta convertirse en valles extensos y verdes que chocan contra la línea pulcra del mar. Quizá por este paisaje, muchas localidades tienen nombres como "Mira mar", "Horizonte", o "Vista Hermosa". En cambio, si se observa desde la costa, se podrán ver primero las pasturas verdes y uniformes, deslizándose junto a la carretera. Al fondo las montañas, que se elevan sobre el horizonte cubiertas por nubes espesas que se dejan caer sobre ellas.

Para la década de los noventa, del siglo pasado, Graciela Alcalá Moya (1999) hace la siguiente esquematización de los niveles o pisos, mencionados, en relación con los tipos de poblamiento asentado en igual número de franjas en distintas alturas:

> 1. En la llanura costera —hasta los 200 metros sobre el nivel del mar— la población se concentra en Tapachula, Puerto Madero y Huixtla, principalmente, aunque la población dispersa por caseríos perdidos entre esteros y pampas de agua, en municipios como Acacoyagua, Acapatahua, Mazatán, Villa Comaltitlán o Suchiate es de alrededor del 20% del total de la población del municipio.
>
> 2. Más arriba, hasta los 500 metros sobre el nivel del mar aproximadamente, la población se instala en ciudades pequeñas de más de 5000 habitantes y en rancherías.
>
> 3.En la franca cafetalera la población dispersa es escasa, compuesta por algunos ejidatarios que todavía viven al lado de la tierra que trabajan, o se encuentra sujeta a las fincas.
>
> 4.Más arriba de los 1200 metros sobre el nivel del mar, la escasa población dispersa la conforman algunos ejidatarios que viven en su milpa con sus familias y los hombres que llegan a trabajar para ellos durante cortas temporadas al año.

Esta esquematización coincide, en gran medida, con la hecha por los habitantes de Hoja Blanca. Pero, con algunos matices, denominando "sierra" a la región en la que viven, entre los 800 y 1200 metros sobre el nivel del mar (ésta es una zona, predominantemente cafetalera, en la cual se encuentran las fincas y ejidos visitados); de igual manera, tomando como ubicación la sierra, hacia arriba, a más de 1200 metros se encuentra lo denominado "tierra fría", lugar donde viven (según los habitantes de Hoja Blanca) "los indios", es decir, la zona habitada mayoritariamente por la etnia *mam*, que se dedica principalmente al cultivo de papa (esto es, el Porvenir, Bejucal de Ocampo, Siltepec, Motozintla).[3]Asimismo, siguiendo esa misma lógica, hacia abajo, se ubica "tierra caliente", "allá abajo", "la costa"; la cual está constituida por las zonas bajas, en las cuales se encuentran las cabeceras municipales y administrativas que son Tapachula, Huixtla, Villa Comaltitlán, Tuzantán, Escuintla.

"Esta separación de cada espacio social y económico que tiene su asiento en cada franja de altura distinta en el Soconusco, está expresando una diferenciación social enorme, dentro de la cual el único espacio de identidad regional común es Tapachula, la ciudad en torno a la cual giran las actividades económicas de la región" (Alcalá Moya, 1999). Coincido con la aseveración de Graciela Alcalá Moya, agregando que cada zona asume una identidad en específico, la cual ha sido construida históricamente con relación a la lógica regional, y aunque en constante cambio, mantiene aún hoy algunas referencias estereotípicas, que responden a disputas e interacciones locales. Por ejemplo, hablando de forma general, se tiene la creencia, por parte de la gente "serrana" que "los de tierra fría" son gente muy trabajadora e "indita"; mientras que la gente de la costa es "abusiva y poco trabajadora". Mientras que para la gente de la costa, la "gente serrana" y la de "tierra fría" son, igualmente, "incivilizados", "tímidos" y "poco educados". Retrato lo anterior haciendo la salvedad de que estas definiciones no son unilaterales ni carentes de matices.

Además, la gente del lugar está en constante tránsito e interacciona de formas distintas, cambiando de estatus o posición; moviéndose continuamente de un espacio a otro y dialogando y resinificando su identidad. No ahondaré más con relación a este tema, sin embargo, me interesa describir algunos elementos de esta interacción, ya que se construye en espacios cotidianos. Sobre todo, para los habitantes de "tierra fría" y de "la sierra" es indispensable la relación con las poblaciones de la costa, por ser estas ciudades centros más grandes y poblados, ya sea para trabajar, educarse, asistir a centros de salud o simplemente para surtirse de mercancías.

Ahora bien, la localidad Hoja Blanca se localiza a 1200 metros de altitud, y es de propiedad comunal. Si bien, la localidad está adscrita a Escuintla, los vínculos con este municipio son casi estrictamente administrativos, ya que en un principio no había caminos para acceder al lugar; debido a esto, por generaciones, los vínculos de compra y venta del café se dieron primero con Villa Comaltitlán, Huixtla y Tapachula. Desde siempre, el acceso a las localidades de la sierra ha sido complicado, y la falta de carreteras que permitiera la fácil transportación del café y la adquisición de insumos diarios obligó a los habitantes de las escarpadas montañas a crear rutas propias.

> Yo vine acá en el año 1957, en ese tiempo, las condiciones eran diferentes, estaba incomunicado Hoja Blanca. Antes que empezaran a correr los carros a Hoja Blanca, la gente de antes viajaba de [la finca] La Fortuna para Manacal, a Esperanza, luego a Providencia, y luego a Villa y ahí agarraban el tren para Huixtla o Tapachula. Ya de la estación para el centro y para regresar, igual. Su mercancía la dejaban ahí, pues, encargado en un lugarcito en la [finca] La Fortuna de ahí con mula hasta acá. En aquel tiempo estaba favorable su economía, la gente traía dos carros con mercancía: arroz, carbón y petróleo, en ese tiempo se usaba la panela (don Emilio, 78 años, Hoja Blanca entrevista por Claudia Morales Ramírez).

Por tanto, como se explicó, aunque la localidad está administrativamente adscrita a Escuintla en la región del Soconusco, para los habitantes Hoja Blanca forma parte de la sierra; y junto con otros ejidos, fincas y pequeñas propiedades integran una geografía local: un tejido de pequeñas propiedades conectadas por algunos tramos pavimentados, pero, sobre todo, por estrechas veredas en las montañas que permiten llegar de propiedad a propiedad caminando, atravesando los municipios de Huixtla, Escuintla, Villa Comaltitlán y Motozintla. Veredas que los trabajadores guatemaltecos y pobladores recorren diariamente, a veces caminando por horas: cargando un machete, botas de hule y una radio de baterías que sintoniza estaciones de Guatemala.

Los vínculos con estas regiones se han forjado, históricamente, siguiendo la lógica del comercio del café. Así, debido a que los mejores precios se consiguen secando el café y vendiéndolo en oro, los ejidatarios realizan el beneficio seco en la propiedad y, posteriormente, trasportan el grano para comerciarlo en alguna ciudad o pueblo cercano.[4]

Explicar esta dinámica es relevante, ya que articula una serie de interacciones locales que sólo pueden ser entendidas si son vistas a detalle y configuran el panorama que fue escenario de un proceso importante para la historia de México y Chiapas: la repartición agraria.

Historia y conflicto en los cafetales de Chiapas

Lo que generalmente se entiende como "el corredor del café" alude a las zonas altas del Soconusco, en las cuales se cultiva principalmente café. Y que se encuentra a una altura de entre 800 y 1200 metros de altura. Está constituida principalmente por fincas, ejidos y pequeñas propiedades, aunque la mayor parte de las pequeñas propiedades se convirtieron en ejidos como parte de un "plan de contingencia" ante la reestructura de las carteras vencidas, que los pusieron en peligro de perder sus propiedades. Estos nichos productivos están profundamente diferenciados entre grandes productores (finqueros) con más de dos mil hectáreas y los pequeños productores y ejidatarios que cuentan con entre veinte y tres hectáreas, respectivamente.

Sin embargo, como se ha mencionado, en la actualidad, ambos sistemas de cultivo han sido fuertemente afectados por los procesos multicanales que progresivamente han desmantelado el campo cafetalero. Las fincas, con mayor capital y poder adquisitivo, han diversificado sus actividades (turismo, cultivo de flores, piñón y aguacate), mientras que en los ejidos los ejidatarios han tenido menos capacidad de afrontar con éxito dichos cambios y han optado por otras estrategias de subsistencia como la migración interregional o internacional.

3 El mam es un grupo maya que habita en el sureste de México y en Guatemala. […] En México la población habita en los estados de Campeche, Quintana Roo y Chiapas: en este último se localizan en el sureste en la zona fronteriza con Guatemala, principalmente en la región de la Sierra Madre de Chiapas, en los municipios de Amatenango de la Frontera, Bejucal de Ocampo, Bella Vista, La Grandeza, Mazapa de Madero, Motozintla, El Porvenir y Siltepec. En la región Soconusco en los municipios de Acacoyagua, Cacahoatán, Frontera Hidalgo, Tuxtla Chico, Tuzantán, Unión Juárez, Huehuetán, Tapachula y Escuintla (CDI, 2009).

4 El beneficiado húmedo es un proceso para transformar los frutos del cafeto de su estado uva a café pergamino. Este se desarrolla en dos fases: la primera es la húmeda o despulpe y la segunda es el secado que termina con la obtención de café pergamino seco para su almacenamiento (Procafé, 2012).

Ahora bien, a través de la información hemerográfica que he recopilado así como la bibliográfica, aunado a un trabajo de campo de seis meses, me atrevo a decir que hay tres procesos paralelos para la población de la zona cafetalera del Soconusco: primero, la llegada de extranjeros que compraron tierras a finales del siglo XIX y principios del siglo XX; segundo, el asentamientos de sus trabajadores en tierras nacionales y, tercero, la paralela creación de ejidos.

Reseñaré brevemente cada uno de estos procesos, ya que la configuración histórica de los ejidos y el proceso conflictivo de dotación de tierra influyó en la situación actual de la región y en la forma de vida de los ejidatarios que lucharon por la tierra y hoy continúan vivos. Esta etapa de disputa por la tierra (1940-1970) coincide con la juventud de los interlocutores del estudio nacidos entre (1926-1936) y considero que este periodo forjó el imaginario que hoy existe de ellos, como personas fuertes y aguerridas, pues como se revisará a continuación, la relación conflictiva con los finqueros así como el proceso de poblar y producir una zona deshabitada requirió muchos esfuerzos por parte de estos campesinos.

Debo comenzar aclarando que ese proceso no fue abrupto ni poco conflictivo. Principalmente, porque gran parte de la acumulación de la tierra pertenecía legalmente a compañías o familias extranjeras. Según se consigna en los informes de la época, en la cual se fundaron los primeros ejidos (1939) el total de tierra en manos de extranjeros era de 43 4566. 30 hectáreas.

Por ejemplo, algunos propietarios como Walter Kahle poseían 21 608 937; seguido de su hijo Guillermo Kahale, con 20 659 792 hectáreas. Sin embargo, es en realidad imposible saber cuál era la verdadera extensión de tierra que pertenecía a estas fincas cafetaleras, como así informa el reporte citado:

> Estos datos son tomados del registro de la propiedad, adolece de grandes defectos, pues las cantidades de extensión de tierra que se citan, no pueden comparar con las grandes extensiones de tierra con que cuentan los terratenientes extranjeros particularmente en la zona cafetalera del Soconusco donde se han hecho la mayor concentración de la propiedad de la tierra. Como decimos estos datos adolecen de grandes defectos, muchos nombres de fincas que aparecen en este documento en la práctica no existen y consideramos que la verdad sobre la propiedad de la tierra cafetalera en Chiapas sólo se aclarara en el momento de la aplicación de la reforma agraria. Tapachula, a 18 de septiembre de 1939. Firma Fernando G Cortés (Archivo General de la Nación).

Ahora bien, en un principio, los principales cultivos del Soconusco se daban en las tierras bajas y eran, sobre todo, maíz y cacao, producidos por rancheros locales que también practicaban la ganadería. Por su parte, en las zonas altas "tierra fría" los habitantes mam, en su mayoría, cultivaban la papa y el maíz en las zonas despoblados, en las que actualmente se encuentran los ejidos a los que me refiero; sin embargo, para finales del siglo XIX, con la llegada de los inversionistas extranjeros (de origen japonés, alemán, francés y estadounidense) comienza la producción cafetalera en el lugar, convirtiéndose desde entonces en su principal actividad económica. Lo anterior, ocurrió como parte de una política que favorecía la venta de propiedad e inversión extranjera, amparados por la "Ley de deslinde y colonización de terrenos Baldíos" publicada y reformada en 1883; "un año más tarde el gobierno de Díaz firmó un convenio con la *compañía mexicana de colonización* de San Francisco y le concedió 200 mil hectáreas en Chiapas para deslindar y vender" (Spencer, 1988).

Así, el Soconusco, como muchas otras partes del país en la época, recibió la llegada de extranjeros dispuestos a "hacer las américas". Estos primeros viajeros que tenían como destino el Soconusco Chiapas, arribaban primero a Tapachula donde se encontraban las compañías deslindadoras, ahí se realizaban las compras de los terrenos y los trámites para obtener los permisos necesarios. Así lo recuerda en sus memorias Winfred Mahnken, hija de uno de estos finqueros cafetaleros de la zona del Soconusco:

> Mi padre, Frederick Mahnken, ciudadano americano descendiente de alemanes y holandeses, llegó a Tapachula a finales del siglo XIX, porque había leído en un periódico de San Francisco, California, que una compañía vendía terrenos baratos en Chiapas. Salió desde San Francisco con destino a Puerto Ángel, donde conoció a un alemán que tenía una finca de café y lo invitó a visitarla. Mi padre que jamás había visto una mata de café, se enamoró de los cafetales desde ese instante (Mahnken,1993, p.15).

Posterior a la migración norteamericana, la compañía inglesa *Chiapas Land Colonization* se encargó del deslinde las tierras del estado. Así, debido el establecimiento de otras compañías deslindadoras y porque la disponibilidad en las tierras de Guatemala había menguado, los alemanes con fincas cafetaleras en el vecino país comenzaron a invertir en el Soconusco, contando con la experiencia necesaria y la más novedosa tecnología para el cultivo del café.

Por tanto, desde entonces, hasta la actualidad, el café se convirtió en la principal producción de la zona. Ésta se desarrolló de dos formas esencialmente distintas: la producción agroindustrial o a gran escala, por una parte, y por otra, la producción a pequeña escala, que era básicamente familiar, llevada a cabo en los ejidos y pequeñas propiedades de la zona.

Lo anterior, construyó una dinámica particular de interacción entre ambos tipos de productores, (a veces de disputa, otras de camarería), lo cual, consolidó una geografía cafetalera regional particular y un tejido de redes sociales locales, sobre lo cual ahondaré a continuación. A través del testimonio de un trabajador de la finca La Fortuna, que se encuentra localizada en Escuintla, Chiapas.

Mi vida en la finca La Fortuna: "entre la verdad y mentira esto es más o menos lo que pasó"

Yo llegué a la finca La Fortuna en cincuenta y tres y salí de ahí en 1958. Antes, llegaba sólo como comerciante, pero no establecido. Establecido estuve como siete años. Siempre vendí ropa, ropa de trabajo: pantalones, camisas, ropa interior, calcetines, camisetas, ésa era mi venta. La venta ahí es el sábado y el domingo. El sábado de las tres, que están pagando, a las ocho. El domingo ya no es la gente que vive ahí, sino los de los ejidos. Ellos están llegando a las seis. Los que no se emborrachan, a las diez se regresan a sus casas. Así era la situación ahí en La Fortuna.

A nosotros ahí nos llamaban los *paracaidistas,* porque no éramos trabajadores de la finca; nosotros estábamos en un mercado, una galera, ésa era el mercado. Yo tenía un puesto y lo hice sastrería. A mí ahí me toleraron casi diez años. Ya por último sí nos avisaron que desocupáramos, que nos daban un mes para desocupar, porque ahí iban a construir la casa grande, la casa del patrón. De ahí me salí yo y me fui a comprar café a Madero. Pero cuando, por ejemplo, trabajé la sastrería, llegaba tu abuelo y yo le tomaba medida y hacia su pantalón y se iba. Mis clientes eran principalmente los trabajadores y los ejidatarios, que llegaban a venderle café a la finca. Por ejemplo cuando a Madero le dieron las parcelas (en octubre les dieron la tierra y en noviembre comenzaron a cosechar), como no tenían pulpero para quitarle la cáscara a la uva y tampoco tenían patios se lo vendían a La Fortuna, porque como el terreno expropiado era de la finca La Esperanza, pues ellos no les iban a comprar café. Entonces, era un mundo de café, porque La Esperanza era más grande que La Fortuna, tenían treinta caballerías y Fortuna tenía veinte.

La finca estaba ubicada, o está, en un lugar muy bueno, porque es un lugar comercial. Llegaban de San Antonio Miramar, de Hoja

Blanca, de Miguel Alemán, de Bandera, de donde quiera, era como un centro comercial. Ahí los ejidatarios y rancheros se surtían de lo que iban a comprar y se regresaban y había tienda de raya. La tienda de raya ya no era de raya porque ¿sabes tú qué es la tienda de raya? La pone la finca y ahí va a comprar el trabajador, si no hay dinero, le dan una ficha y con eso les despacha el tendero. Y cuando les pagan les descuentan. Pero cuando yo llegué ya no era tienda de raya, era una tienda normal.

De galleras acasillados y chamulas

La gente que vivía ahí era de dos categorías: la gente de *gallera* [jornaleros agrícolas temporales guatemaltecos o chiapanecos de la región de los Altos de Chiapas] era la más bastante y la *gente de rancho* (allá le llaman rancho al pedazo de cuarto de madera que le da el dueño de la finca: "aquí vas a vivir, aquí puedes ocuparlo") esos son más pocos. Esos son los *acasillados* que están estables. Los de gallera, en cambio, esos se mueven, nomás llegan en tiempo de cultivo, o en tiempo de cosecha. La finca trabaja con tres mil gentes y en tiempo muerto con mil gentes. Porque la finca tenía un terreno de veinte caballerías (una caballería son mil cuerdas, una cuerda tiene veinticinco metros cuadrados. Así que veinticinco metros cuadrados, esos es una cuerda y mil cuerdas una caballería, y la finca tenía veinte mil cuerdas).

El casco de la finca era el centro y a 8 km estaba la otra orilla donde terminaban los cafetales. Así que el que iba a trabajar a cortar café se iba de madrugada con candil o con lámpara de batería, ahí se iba alumbrando, para llegar allá a la hora que empieza a aclarar, para ponerse el canasto y empezar a trabajar. La gente de cultivo más lo hacían los *acasillados*. Había quienes trabajaban por día, porque no eran buenos para el machete, la gente que sí era buena para el machete trabajaba por contrato. Decían al capataz "deme cien cuerdas" y ellos se lo echaban en una semana. Trabajan bastante, eran prácticos.

En cambio, la vida ahí de los chamulas es diferente, hasta con la del guatemalteco. El chamula se duerme tirado en el monte. No anda viendo nada. No es delicado, come lo que tenga. Recuerdo que mataban las ratas grandes que andan en las matas, le quitaban las tripas y las metían a asar. Ya bien asada se la comían. El guatemalteco es más delicado. Ése no, a ése no le gustan las fincas grandes porque hay que madrugar y hay que cargar kilómetros para llegar al surco y luego, cargar hasta los recibidores. En cambio, en los ranchos a pocos metros está el surco y, además, a veces cuando no quieren hacer fuego se vienen a la casa a desayunar. En el tiempo que están cortando verde[5] buscan el rancho porque comen tortilla caliente, tamalitos y todo eso, y en la finca les entregan la tortilla caliente en la mañana, pero cuando llegaron al surco está fría y como es de maquina ya va en pedazos (en el morral se quiebra y se hace pedacitos). Además, el frijolito los cocineros no están escogiendo, que no lleve piedra o basura; porque va del costal al perol. Y como echan bastante frijol, se coce con todo y basura y a veces mastican una piedra y se astillan una muela y a veces en el café o en el frijol se van los ratones "qué te quejas, si ya está cocinado" así dicen y los *chamulas* no se quejaban, el guatemalteco sí se quejaba. "oiga usted el frijol nos dan poquito, no nos dan suficiente pozol", con el *planillero*, se quejaban, porque el dueño ni se está.

El *planillero* era el que recibía el café en el beneficio húmedo. Cuando llega la gente que llega a pedir trabajo lo forman, ahí en una ventanilla le toman su nombre.

—¿Cómo te llamas?

— "Fulano de tal". Buscan qué número le toca. —Te tocó el número 85—. Con ese cartón le van a contar el número de café que pizca.

—Éste es tu número, grábatelo. Cuando yo te pregunte que vengas aquí a checar, me dices tu número—. Es más fácil checar por número que por nombre

—A ver, tu número. ¿Fulano de tal?

—Sí.

—¿Tú hiciste tantas cajas?

—Sí.

—Correcto, aquí está tu paga. Ya puedes irte. Si te hace falta vienes a reclamar

—No hace falta, está completo.

Por eso, con ese sistema, en una hora pueden pagar doscientas gentes. Así que en cuatro horas pagan mil gentes. En la oficina, hay contador, administrador, que son los que controlan la oficina. A parte están asignados algunos trabajadores *acasillados* ya viejos, que son caporales. Caporales hay de varios tipos: caporal de primera y de segunda. Los caporales de primera entran a las bodegas les entregan herramientas para poda, para limpia, azadones para hacer tomas para ir a limpiar almácigos y todo eso; serruchos para la poda. A parte del machete y se los apuntan a los trabajadores, y cuando se van a venir o ya se terminó de trabajar. El trabajador tiene que entregarlos y le dan una constancia a él de que ya lo entregó y si no, se lo cobran.

Y es que había mucha gente trabajando en las fincas. Llegaban de la tierra fría, de Motozintla, Porvenir, Siltepec. De muchas partes, llegaban a trabajar a Fortuna o a cualquier finca. Llegaba gente de esas partes, cuando yo llegué trabajaba con pura gente de Chamula. Ya después no, porque llegaba mucha gente brasera de Guatemala. Y ya no llegaban tanto los chamulas. Porque el chamula es bueno para la carga, pero para trabajar la cuestión de la pizca no tanto, porque no es muy ligero; el guatemalteco es mejor, tiene más agilidad. Llegaban chamulas pero ya por su voluntad ya no como antes, que los mandaban a contratar desde San Cristóbal, que un contratista los iba a traer de los parajes. En ese tiempo que llegué yo ganaban 4 pesos como jornaleros, del diario, *podrilleros*, le dicen ahí, la cuerda de café son dos cuerdas por tarea les pagana 4 pesos, a principio de la década de los cincuenta y ya a mediados de los cincuenta les pagaban 7 pesos y entrando los sesenta ganaban 10 pesos, por la tarea o por el día. Ahorita quién sabe, deben ganar unos 100 pesos,[6] con eso vivía la gente y bebían.

En el sentido de este testimonio, cabe mencionar que la creciente industria cafetalera en la región, durante principios del siglo XX creó una fuerte demanda de manos para pizcar, cajetear y sembrar el café. La cual, no se daba abasto con la mano de obra ofertada localmente, puesto que "se requerían entre 30 y 40 mil trabajadores temporales en cada cosecha, unos 12 a 15 mil se contrataban de Motozintla, Comitán y las comunidades de los Altos de Chiapas" (Spencer, 1988). Y "Mientras que los trabajadores guatemaltecos venían por su propia cuanta, a los peones mexicanos había que engancharlos. Para ellos, los grandes empresarios contaban con habilitadores que residían en las respectivas regiones" (Spencer, 1988). Estos "habilitadores" eran por lo general "ladinos". Es decir, mestizos de San Cristóbal de Las Casas, que enganchaban a indígenas de los Altos de Chiapas, muchas veces con engaños, ya que se aprovechaban las fiestas de los pueblos, cuando los indígenas se encontraban apremiados de dinero. Así, "para que los cafetaleros de Soconusco obtuvieran la mano de obra para sus fincas en la cantidad y tiempo necesario—de octubre a febrero—

5 Hay varios "cortes" de café, el primer corte es de café maduro y se considera el café de primera. El segundo es el corte del grano verde. Por esto, los "cortadores" reciben salario a destajo; es decir, según la cantidad de grano cortado al día en mam *cha'x* o *q'an*, es decir, verde o maduro. La unidad de medida utilizada es aún "el quintal" de origen colonial, (47 kilos).

6 Al tiempo del trabajo de campo (2013) generalmente se pagaba a los jornaleros noventa pesos por día más tres comidas.

tenían que adelantar dinero a los trabajadores a cuenta de su trabajo a desempeñar (…) por su servicio, los enganchadores retenían hasta la tercera parte del dinero adelantado a los trabajadores" (Grollorá, 1995a). Una vez "enganchados", los indígenas eran transportados a San Cristóbal hasta que se reunía un número suficiente de personas para ser llevadas al Soconusco.

El viaje duraba aproximadamente ocho días y se realizaba en condiciones insalubres y desfavorables. Este sistema de enganche, en el cual coludían también organismos municipales, creó un lucrativo negocio que surtió de mano de obra barata a los grandes productores de café. Muchos indígenas enganchados en los altos llegaron a las fincas del Soconusco, para morir finalmente en esas inmensas plantaciones, que fueron el escenario de diversos acontecimientos, en donde confluyeron todo tipo de historias, muchas veces con el sonido cantarín de una marimba de fondo.

Fiestas y bailes en La Fortuna

Ahí mismo en la finca había un expendio de cerveza que se llamaba "La Clínica", que era de la finca y medía unos dos metros cuadrados. Ahí metían 50 cuartones de cerveza, enfriadores y todo eso. El *chamula* al inicio no tomaba, pedía una cerveza, como veía que los otros lo saboreaban. La pedía y la escupía, porque amargaba, después se iban acostumbrando ¡imagínate tres mil gentes! ¡Todos tomando! Y el caporal y la policía que eran los acasillados, controlaban la borrachera y los bailes.

Había grandes bailes en la escuela. Los organizábamos nosotros, los *paracaidistas*, que éramos los más "lavaditos".[7] Y a veces los mismo trabajadores organizaban la fiesta, por ejemplo los de Bejucal ellos mismos llevaban una marimba y cada sábado hacíamos baile y habían tres señores que ponían venta de cerveza ilegal en el patio de la escuela, y cada clientes llevaba 200 cartones y en un baile de las ocho de la noche para las dos o tres de la mañana se iban los 600 cartones de cerveza era muy tomadora la gente. Porque no había otra diversión.

Cuando había fiesta con marimba de fuera era que celebrábamos año nuevo o navidad, cuando llegaban marimbas de Huixtla o Tapachula. Llegaban también de otras fincas como de la Esperanza, llegaban unas marimbas, como "la corona de Tapachula", muy buena marimba.

Y claro que había más cosas. Las mujeres prostitutas, por ejemplo, llegaban de Villa Comaltitlán y de Huixtla. Porque había personas que se dedicaban al trato de blancas, llevaban diez mujeres que llevaban y hablaban con la finca, y la finca les daba un lugar. Ahí, por ejemplo, en el campo de futbol, ponían cerveza y hasta baile hacían. Los patrones los dejaban porque estaban llenas las galleras con hombres solteros. Se estaba tres días y ya nomás. La gente también ahí se casaba y eso.

Don René: de paracaidista a comprador de café y de su amigo Ofelio Jovel

Es bonito trabajar con las fincas. Pero me salí de ahí y me volví comprador de café. De ahí de La Fortuna me llevé 12 mil pesos de capital y con eso me fui a Villa Comaltitlán y compré cinco caballos y ya me fui a comprar café a Madero.

La finca nos daba permiso de amarrar nuestros caballos, a veces le vendíamos a la finca cuando les faltaba para exportar. Si nos convenía se la vendíamos. A veces no le gustaba porque el café que vendíamos era secado en patios de tierra y no les gustaba a ellos, pero cuando era muy necesario, lo tenían que comprar, cuando no, no. Comprando café, recorrí Madero, que tiene 70 o 100 hectáreas con 200 cuerdas de café, pero salíamos a Miguel Alemán, a Cabañas, Hoja blanca, hasta ahí llegábamos a comprar café. Cuando terminaba la compra de café en esa zona nos veníamos al Zapote, ahí entrabamos a comprar café a Sata Emilia y hasta San Juan Panamá, Vega de Juárez, que son los cafetales de San Antonio Miramar, porque donde ellos están solo tiene sus casas, su café está en las cañadas. Hasta ahí llegábamos a comprar café, terminando nos íbamos a Siltepec, porque por allá la compra termina en enero. La furia de la compra es de noviembre a enero. Terminábamos en Siltepec, donde teníamos una casa para almacenarlo cuando juntábamos 100 o 200 bultos, alquilábamos carros para bajarlo a Huixtla. Ahí vendíamos nuestro café, en marzo termina la compra de café donde quiera y yo agarraba mis bestias y la llevaba a Villa Comaltitlán y me iba Comitán. Ahí viajaba yo a la costa con aguardiente y calzado. Le vendía yo aguardiente a Escuintla, Huixtla, Acapetagua , venia 1500 litros. Y compraba con los Pedrero[8] a 4 pesos el litro y lo vendíamos a 7 pesos en la costa; además llevaba calzado de campo, calzado minero y subía a las fincas y lo vendía por docena, y ganaba mil o dos mil pesos extra. Antes de irme a Comitán pasaba a Tuxtla Chico y compraba chocolate y lo vendía yo muy bien en Comitán y de ahí salían mis gastos de regreso.

Luego, me volví comerciante, pero, siempre recuerdo mi vida en las fincas. Y a toda la gente que conocí ahí. Los acasillados, por ejemplo, eran de varias partes, había gentes que cuando yo llegué ya estaba ahí. Un amigo, estuvo ahí cincuenta años. Llegó de chamaquito, dice que llegó de cinco años, lo llevó un su tío porque era huérfano, ahí estuvo trabajando con el tío. El tío murió pero él se quedó chamaco grande, y ahí trabajó cuarenta y cinco años. Empezó como limpiador de almácigos y terminó de mecánico y chofer. Y cuarenta y cinco años de trabajo y lo despidieron por la edad. Le dijeron

—Usted don Ofelio, ya no va a trabajar en la finca

—¿Y por qué? ¿dónde voy a trabajar, pues?

—No sé, aquí la finca lo va a liquidar.

—¿Y cuánto me va a dar?

—10 mil pesos

—¡¿Por 45 años de trabajo cree usted que está bien 10 mil pesos?! Sólo su contador gana eso en un mes, ¿y usted no me puede dar dos meses de sueldo del contador? Póngase la mano en el corazón—Así que le dieron16 mil pesos.

—Te vamos a dar 16 mil pesos, y si no, demándeme.

—¡¿Cómo lo voy a demandar si usted tiene millones de pesos?!, y usted me está corriendo y no tengo nada… ¿Prefiere darle dinero a la autoridad, y no dármelo a mí? Si usted dice que 16 mil pesos me va a dar, ni modo, con eso me voy a ir. Pero grábeselo, cuando se lo esté llevando el carajo, acuérdese de mí y de lo que me está haciendo ahorita.

—Ya vete, sáquenlo, ¡sáquenlo!— dijo el patrón. Y lo sacaron.

Él habló con el administrador

—¿Dónde te vas? A Motozintla, allá están mis hijos, mi mujer ya murió.

—Compón tu cosas, que las carguen y te vas mañana a las cinco de la mañana.

Ahí se fue. Acaba de morir en Motozintla, tenía 81 años. Buena persona. Éramos de la misma plebe, jugamos fútbol, tomábamos

7 Expresión usada coloquialmente para referirse a ser mestizo.

8 Julio de la Fuente en sus informes de 1954–1955 documenta la "guerra del posh". En la cual refiere, por una parte, las prácticas monopólicas de los Pedrero Argüello –empresarios del alcohol– y sus contubernios con el gobierno chiapaneco; por el otro, reporta el sistema clandestino de producción y venta de aguardiente, promovido por las propias comunidades indígenas como respuesta a las prácticas monopólicas. (Véase: De la Fuente, 2009)

trago, todo eso. Después, ya más viejo, trabajaba como mecánico. Ése era mi amigo, Ofelio Jovel y ésa fue su vida (don René Pinto, 85 años, Motozintla, entrevista en Tuxtla Gutiérrez por Claudia Morales).

Considero que el testimonio anterior, nos da un panorama de los actores que constituían una finca, en particular, una de las más grandes y productivas de la zona. Ya que la finca La Fortuna es hasta la fecha un referente para las localidades del lugar. Y parte fundamental de su historia, ya que era el punto en el cual se socializaba y comerciaba. Un lugar que fungía como centro de interacción y organización social. El testimonio anterior recrea de primera mano la vida en las fincas, espacios en los cuales se gestaron historias y procesos políticos y sociales.

Peones y finqueros cultivando café

Teniendo en cuenta el testimonio anterior, así como la bibliografía desarrollada con relación a la producción de café en las fincas del Soconusco, no ahondaré más con relación a los diversos procesos que trascurrieron en dichos espacios. Sin embargo, debo resaltar que el sistema de producción del café entre pequeño productor y finquero era y es aún hoy día, evidentemente, distinto.

La forma en que trabaja la finca es de dos formas: el beneficio seco es donde están las secadoras, la *retilla*, la separadora, las pesas, las máquinas para costurar los costales. Ése es el beneficio seco; por otra parte, está el beneficio húmedo, que es donde llega el café en "uva", le dicen ahí. Llega en costales o cajas y lo meten a unas maquinarias que se llaman pulperos, que son unos discos grandes con una *zaranda*, que le dicen, donde cae ya el café molido. Lo tritura el disco y le quita la cáscara, y queda el puro grano de café y, entonces, al caer el café, la pulpa cae en la zaranda que con un movimiento, que llaman oscilatorio, el grano cae a una toma y se va a un tanque fermentador. Ahí se queda tres días y ya que está fermentado lo lavan y la cáscara la misma zaranda la va sacando a la orilla y ésa ya se va, hasta 400 metros hasta donde están los arroyos o ríos para que se la lleve. Cuando tienen patios, lo secan por patios, grandes patios. Ahí meten 100 bultos, por ejemplo de café, eso serían 4 mil cajas de café.

Los dueños de la finca, cuando yo llegué era un francés, se llamaba Ernesto Suiri. Pero, al poco tiempo, se casó con una señora en México, que era de Monterrey. Y se casó con él y se fue a la finca. Al señor lo mataron ya salió la versión que la señora lo había mandado a matar para quedarse con la finca. Y bueno, cuando el señor murió llegó un hijo de la señora que era ingeniero en electrónica, pero en el DF trabajaba de taxista, eran pobres, pues. Tal vez clase media, y cuando llegó ya la finca era de la mamá y el señor, como era ingeniero en electrónica, modificó todo: del beneficio seco sacó a la gente del patio y metió maquinaria. En los patios donde se lava el café, en lugar de lavarlo en tanque con palas y todo eso, hizo una toma ancha y ahí salía el café fermentado ya con suficiente agua y al llegar al patio había un deposito como tanque. Ahí había una turbina, entonces ahí caía el café y lo lavaba, en un ratito *ssshhh* ya estaba saliendo el café limpio al patio. Ahí un "tractorcito" lo juntaba (hablo de un patio que era de una hectárea). Ahí se hacían los granes pilones y ya traían una máquina como aspiradora. Metían una manguera corta como de 4 pulgada y otra larga y se iba hasta las secadora, y lo metían a la secadora que era movida por una compresora enorme que le daba calor a cinco secadoras y cada secadora le cabían 120 bultos de café y cada doce horas salía una partida de café de 600 bultos y entonces, cuando hicieron todos esos cambios, se acabó la gente que trabajaba en los patios, quedaron 4 o 5 para manejar los aparatos y en el beneficio seco sólo con mujeres. Las mujeres de los trabajadores *acasillados* eran las que llegaban a escoger el café.

Llegaban 25 mujeres de un lado y 25 del otro lado y pasaba una banda por la que escogían el café. Y por 20 metros ya estaba limpio, porque eran 50 manos que escogían y caía el grano en un costal donde había una gente que estaba cambiando los costales.

El grano bajaba a la maquina "costuradora" y *wassshhhhs*, lo sellaban y lo llevaban. Cuando metieron maquinaria cortaron a esa gente y los sustituyeron por una máquina que llaman separadora. Ahí caía el chorro el café seco y ahí separaba toda clase de café: el quebrado, el manchado, un café grande que llaman la concha el caracol, el café de primera y el café de exportación. Ahí lo empaquetaban ya sea para que se quedara al país o para extranjero. Las exportaciones eran por barco, lo llevaban al tren y de ahí se iba a Veracruz y de ahí lo dejaban en bodegas que lo llevaban a Francia, Inglaterra, a donde sea. Por eso trabajaban 3 mil gentes en la finca, porque entraban hasta 4 mil bultos de café, diario, diario. La finca era un pueblito entero el que trabaja (don René Pinto, 85 años, Motozintla, entrevista por Claudia Morales en Tuxtla Gutiérrez)

Sin embargo, tanto en las fincas como en las pequeñas propiedades, hasta la fecha, en tiempos de cosecha se distribuyen los trabajos por beneficio. En el beneficio seco se emplean: caporales, recibidores y planilleros. Mientras que en el beneficio húmedo y en los patios, los trabajos son: desvanadores, despulpadores, lavadores, patieros y envasadores. Empero, las fincas, como se mencionó, se realizan estas actividades con personal acasillado y jornalero. Por su parte, las pequeñas propiedades las realizan en familia y con una porción pequeña de trabajadores contratados.

Aunque en la actualidad existen algunas cooperativas, los ejidatarios siguen siendo dependientes de la tecnología de las fincas, que cuentan con la infraestructura necesaria. Asimismo, desde siempre, los ejidatarios han acudido a ellas para realizar diversas actividades, ya que muchas veces fueron peones de las mismas, y recurrían a ellas asiduamente. Lo anterior, relacionado con la historia de su fundación. La cual intentaré resumir a continuación.

En cuanto a las localidades que visité, tuvieron dos diferentes procesos para la dotación de la tierra: algunos pobladores llegaron de Guatemala a trabajar a las fincas cafetaleras y, posteriormente, se asentaron en las tierras nacionales no ocupadas (sin disputa alguna con los dueños de las fincas). "La mayoría de los campesinos guatemaltecos llegaban a las fincas de Soconusco por su propia cuenta, provenían de las comunidades fronterizas y del departamento occidental de San Marcos, aunque hubo personas del altiplano [...]" (Spencer, 1988, p. 273). Estos campesinos sin tierra en Guatemala o muy poca para subsistir "se fugaban de las fincas para buscar nueva vida en Chiapas o Belice. El régimen de Cárdenas tenía como propósito repartir tierras a quien las trabajara; en el caso del Soconusco eran peones encasillados o pequeños rancheros de origen Guatemalteco" (Spencer, 1988, p. 273).

Yo desde chico estuve trabajando en el café, viera que antes aquí no había carretera, ni aquí para abajo, vaya que un mi cuñado que fue comisariado, estuvo luchando para que se hiciera la carretera, y viera que aquí no había mucha gente, nomás habíamos como 30 ejidatarios y sólo eso. Ya nomás no había, ya vinieron los demás aquí porque había mucho terreno, la entrada eran doce pesos. Ya venían acá y les daban su pedacito de terreno y ahí se iban. Allá de aquel lado, cuando no había gente unos agarraron casi una caballada de terreno, terrenal agarraron. Esos fueron vivos, agarraron terral de *achingo*. Lo que garró mi papá fueron nomas 300 cuerdas, 12 hectáreas (don Eufracio Pérez Roblero, 80 años, ejido Brasil, Huixtla, entrevista por Claudia Morales).

Un segundo grupo, invadió tierras de las fincas y posteriormente, se conformaron como ejido.

Yo tengo 82 años. La raza de nosotros es que somos comitecos, mi papá que vino allá de su tierra como que huyendo, en ese tiempo

había guerra les llamaban "los villistas", "los mapaches".[9] Y si te agarraban, les rajaban los pies y les echaban limón, los colgaban. En ese tiempo fue que se huyeron mi papá, sus hermanos y mi papá, se echaron a las fincas a trabajar aquí a este lugar. Mi papá ya quedó ahí en Motozintla un rato, con una familia de los Pivarales, mi mamá se llamaba Juana Pivaral. Pero nos sacó de allá mi papá a las fincas, porque más nos criamos en las fincas, yo no fui a la escuela, no aprendí a leer. Sólo anduve en las fincas.

De repente mi papá ingresó a Francisco I. Madero, donde estaban peleando las tierras, pero a mi mamá no le gustó. Mi papá siempre en las fincas y en las fincas, ahí crecimos. Ahí era puro trabajo. Y ya mi papá supo que aquí estaban dando ingreso y nos venimos para acá, y aquí ya tiene años que estamos. Tuve mis doce hijos. Yo me casé cuando mi esposa tenía14 años y yo tenía 20, y empezamos a trabajar: mi papá y yo, y a ganarnos el pedacito de tierra que tenemos.

Aquí pertenecía a Fortuna, porque era de la finca, y no quería que nos metiéramos eran 60 hectáreas de montaña que poseímos, hicimos una gestión, estuvimos gestionando y le quitamos 30 hectáreas de café. Hubo muertos. Hubo balacera con nosotros, por parte de la finca. A mí me balearon. Fui a la prisión y me balacearon, por ganar el pedacito de tierra. Y a mí ya no me tocó más, le tocó a los que no tenían. No me dieron más de lo que ya tenía. Un poquito de terreno.

El mero de la finca dicen que estaba seguro con el gobierno y no daba la tierra y hasta la fecha. Pero, nosotros echamos guerra con el mero rico, mandó a matarnos: mandó soldados y gente armada, pero nosotros no nos dejamos, echamos bala con ellos. Yo me balacearon en mi pescuezo, pero gracias a dios estoy vivo. Y mi papá que era andariego aquí murió, también mi mamá, sólo nosotros quedamos vivos. (don Alfredo Barrios Pivaral , 81 años, ejido Cuauhtémoc entrevista por Claudia Morales).

Sin embargo, la constante entre ambos grupos es que conocieron el proceso de cultivo de café y se finalizaron con el cultivo del aromático, al ser peones de las fincas cafetaleras. Por tanto, un momento importante para las localidades de la sierra es la "lucha por la tierra", o la dotación de ésta. Ya que configuró el desarrollo de un sistema de vida, relacionado con el trabajo agrícola. En todos los casos, la tierra les permitió dejar de ser peones para convertirse en propietarios.

Yo me llamo Rodrigo Pérez Roblero, tengo 83 años de vida, 83 cumplidos. Nosotros desde el día en que me uní con mi esposa, ya somos casados, nos huimos, me la robé y todo eso, y aquí nos venimos a meter, con los compañeros que estaban sufriendo mucho, era el año de 1946, parece. Desde entonces, estoy juntado acá y luchamos las tierras al rico. No estaban seguras las tierras, estaban falsas, luchamos las tierritas y las logramos ganar. Aquí es el ejido Cuauhtémoc municipio de Motozintla, y acá nos quedamos, acá nos "afamiliamos". Comencé a trabajar materialmente para mis hijos, porque no nos tocó mucha tierra. Nos tocó como 40 cuerdas a cada uno, comencé a trabajar por otra parte, no me atuve al café. Tuve mis mulas y todo eso, así logré sacarlos a mis hijos de aquí: les compré sus terrenos, todos están fuera. Solo estamos yo y mi estimada compañerita, mi esposa (don Rodrigo Pérez Roblero, 83 años, ejido Cuauhtémoc, entrevista por Claudia Morales Ramírez).

Como mencioné al inicio este proceso no fue abrupto, sino un largo proceso violento que transformaría el rostro de campo en Chiapas en el siglo XX. Las relaciones entre finqueros y pequeños propietarios o ejidatarios, continuaron siendo conflictivas por años venideros. Sobre todo, porque, pese a que habían obtenido la tierra, los agricultores no contaban con la infraestructura que les permitiera secar y transportar el grano. Para esto, dependían directamente de las fincas. "A lo largo de los años treinta los finqueros cafetaleros buscaron cuanto medio tenían a su alcance para contrarrestar el movimiento agrarista de los campesinos acasillados y pequeños rancheros, que se establecieron en las márgenes de las plantaciones y trabajaban en ellas durante las cosechas y limpias de café, los métodos variaron desde ventas de porciones de fincas hasta la represión de líderes agraristas" (Spencer, 1988, p. 286).

Muestra de esto es el memorándum enviado a la Secretaría de Gobernación con fecha de julio 18 de 1940:

El comité ejecutivo agrario de la finca el Retiro, Chis., se dirige al Señor Presidente de la República quejándose de que el señor Werder Meyer, de nacionalidad alemana, tiene comisionados entre otros, a los Cc. Eustaquio González y Froylan Ruiz para que asesinen a los miembros del citado comité por haber resuelto su expediente de solicitud de dotación de tierra, en primera instancia ese gobierno y encontrarse ahí el ingeniero que deberá dar posesión de las mismas, propiedad del citado señor Meyer. Pide la mencionada agrupación que en vista de lo expuesto se considere al referido señor como extranjero pernicioso y le sean aplicadas las sanciones que establece el artículo 33 constitucional (Archivo General de la Nación).[10]

Gran parte de los ejidos continuaron peleando tierras a las fincas de 1939 hasta 1970. Sin embargo, aún en 1994, continuaron las invasiones y las disputas, esta vez a la finca San Luis, filial de la finca Fortuna. Esta invasión fue comandada por ejidatarios de Hoja Blanca, quienes junto a los recién llegados que venían la posibilidad de hacerse de tierras, entraron a la finca armados justo antes de la cosecha de 1994-1995. La finca Fortuna, tuvo intentos de negociación entre los dueños y los invasores, pero al no llegar a ninguna acuerdo, el movimiento fue aplacado con el mismo mecanismo de antes: la represión.

Faltaba poco para cosechar, había harta cuerda de café listo. Se sacaron varios bultos. Veníamos a cosechar nosotros acá, trajimos nuestra gente a cortar el café, precioso que estaba, bien tendido… Pero ya ves la gente, se pusieron avariciosos y ya no salió bien, porque la señora [la dueña de la finca La Fortuna] dijo que nos daba otra finca, la de Buenos Aires, pero no quisieron, querían San Luis, y necios, y necios. Y luego, su problema del líder es que era bolo, bebía mucho. Decían que él era de Guerrero y vino acá a organizar a la gente. Pero era bien bolo, bajaba a Belisario caminando y en una de esas, la señora lo mandó a matar, allá lo enterraron por Manacal (don Efigenio Morales Carbajal, 70 años, Hoja Blanca, entrevista por Claudia Morales Ramírez).

Estas disputas contantes por la tierra configuraron en gran medida no sólo la geografía de la zona, sino que también formaron parte central de la vida de una generación de campesinos. Ahora bien, en cuanto a la producción de café, en las pequeñas propiedades y ejidos cafetaleros, a los márgenes de las extensas plantaciones, la producción era casi siempre familiar, aunque también requería de mano obra externa. Para esto, se contrataba a trabajadores guatemaltecos, que vivían en la propiedad y a quienes se les pagaba a destajo, y tres comidas. Aún en la actualidad, pese a que cada día en menos número, estos trabajadores continúan llegando, con el mismo

9 El movimiento armado Mapachista fue una reacción local de la agitación de la época revolucionaria, se basó en un ejército de civiles conservadores organizado por las élites dominantes de Chiapas, para repeler el de todos por el avance de las fuerzas Carrancistas durante la Revolución Mexicana (1910-1920). Por medio del Acta de Canguí (1914), el movimiento Mapachista se constituye como grupo opositor a las fuerzas de ocupación del General Carrancista Jesús Agustín Castro. Tiburcio Fernández Ruíz era el líder del movimiento. Su lema era "exterminar el mentado constitucionalismo y sus leyes odiosas y regresar al Estado su soberanía y su régimen constitucional". Véase (Thomas, 1995a)

10 Archivo General de la Nación/ Departamento de gobierno. Sección I. Mesa II. Expediente 2/362(43)/4.

sistema de contratación de antaño.

No obstante, debido a que en tiempo de cosecha la mano de obra no era suficiente, se requería también de la participación de toda la familia en las labores domésticas. Las mujeres, debían alimentar a los trabajadores y, por su parte, los hijos pequeños debían vigilar a los jornaleros durante el corte de café "para que no lastimen las matas". De igual manera, los jefes de familia realizaban otras actividades, eran comerciantes de bebidas alcohólicas, arrieros, o trabajadores asalariados de las fincas vecinas.

Yo, por ejemplo, no nací aquí. Nací en una propiedad que se llama El Retiro municipio de Motozintla, ahí trabajábamos, pero ya después, mi papá estaba peleando este terreno y nos venimos acá, nos venimos a luchar, pues, y yo aquí me crecí, vine muy pequeñito, aquí no había café era pura arboleda de pacaya, pero ya después se fue destruyendo cuando el terreno se ganó, se dividió y cada quien, pues. Y ya se fueron botando las arboledas no dejaron una mata para recuerdo, los árboles de toronjil habían muchos, eran palos grandes. Pero, no los dejaron, no los cuidaron. En ese tiempo que estaban repartiendo los pedacitos, como yo era pequeños, no me dieron terreno, le dieron a los que llegaron aquí antes, a mi papá. Nos dedicamos a sembrar café. Pero, antes yo me fui a trabajar a las fincas, en La Esperanza, en la finca de La Paz, me fui a trabajar a la finca Santa Isabel porque nuestro café estaba pequeñito. En La Esperanza trabajé como arriero. Me vine acá cuando mis padres murieron (don Sergio Roblero, 61 años, ejido Cuauhtémoc, entrevista por Claudia Morales Ramírez).

Lo anterior es importante, ya que esto no sólo ha sido parte de la historia local, sino central en la dinámica de constante disputa entre el pequeño productor de café de la sierra del Soconusco y los grandes capitales de la agroindustria respaldada por el poder gubernamental en la región. Además, en fechas recientes se han comenzado a establecer empresas mineras lo cual ha incrementado la tensión en el lugar.

Los interlocutores entrevistados, ahora ancianos, enfrentan de nuevo las siempre latentes disputas, por lo cual, a continuación se analiza y describe el discurso recurrente entre la población anciana con relación a lo que consideran una amenaza gubernamental. Pues dicen sentirse directamente amenazados por las fumigaciones del programa Moscamed, (Programa contra la Mosca del Mediterráneo), y expresan que el pesticida afecta sus cultivos. Este discurso decidí tomarlo en cuenta, ya que considero que las narraciones de estos eventos, en apariencia paranoicas, son un lenguaje a través del cual expresan un sentido de amenaza y reconocimiento de la vulnerabilidad que enfrentan en la última etapa de su vida.

Abelito González de León: "el gobierno nos quiere acabar"

El hogar de Abelito González de León está ubicado como una de las zonas de riesgo de deslave. Según se indica en el mapa que cuelga de la pared de la caseta telefónica de la localidad Hoja Blanca. Por tanto, en caso de lluvias intensas, él y su familia deberían evacuar. Su hogar está en particular peligro ya que su propiedad se encuentra asentada junto a un río, que se oye chisporrotear hasta su cocina. Su casa es amplia y limpia, con paredes adornadas por las fotos de sus hijos y nietos.

Don Abelito es un hombre alto y fuerte a quién sólo faltan algunos dientes. Durante la invasión de parte de los ejidatarios de Hoja Blanca a la finca San Luis en 1994 (que se mencionó en el primer capítulo) don Abelito fue un líder importante en el movimiento y por su rol en este conflicto ahora es apodado "el comandante Abelito".

El comandante Abelito siempre usa un sombrero pequeño y ajustado y, a diferencia de su esposa, que casi no sale de la casa, a él se le puede ver todo el tiempo rondando la caseta, esperando una llamada o conversando con el resto de la gente que llega ahí, como él, sólo para pasar la tarde.

Durante las diversas entrevistas con don Abelito insistió en hacer énfasis en la teoría popularizada, tanto en Guatemala como en la zona del Soconusco, con relación a que las fumigaciones del Programa Moscamed (contra la Mosca del Mediterráneo) envenenan los cafetales hasta secarlos. Y que, por lo tanto, son responsables de la presente plaga de roya en la localidad. Esta teoría está muy generalizada igual que otras conjeturas con tintes conspiratorios con relación a la presencia de las mineras en la región.

Yo soy Abelito González de León de 1941 del 13 de enero, tengo setenta años ahorita. Tengo bastantes hijos: tengo once hijos. Todos trabajan fueran de acá, menos un mi muchacho que está acá con su esposa y con sus tres niños. Mis demás hijos viven en Escuintla, otro en Huixtla y los demás están en Estados Unidos. Yo no soy nativo de aquí. Pero tiene cincuenta años que vine acá soy de Vega del Rosario, municipio de Siltepec, de la familia Rivera. Vine aquí a trabajar y me casé. Éste era el terreno de mi mujer y ahora lo trabajo yo.

El café lo trabajé bonito toda mi vida, hasta ahora que quedó sin hoja, por la roya, y ahora con la lluvia se puso verde pero no tiene grano. Y como hasta ahora, no hay ninguna solución, pues ahí le estamos echando ganas. Porque no se pueden sembrar otras siembras, un poquito de frijol, un poquito de maíz para comer. Desde un principio ha sido el café y no hay terreno vacante y se da uno cuenta que es por la fumigada del gobierno que se han muerto nuestras matas. Hasta mis palos de aguacate. Todo se ve que se muere. Y ésa es la razón por la que los cafetales están decaídos: por causa de la fumigada de parte del gobierno. Moscamed tiene una avioneta que pasa y tira ese líquido y eso afecta los cafetales.[11]

El cambio que hay [después de la fumigación] es que cuando pasa la fumigada se nota que los arbolitos que uno tiene sembrados se empiezan a secar. Así comienza a secarse todo: algunos palitos de aguacate, de limón, de naranja se empiezan a pudrir y cuando uno los viene a mirar están votando la hoja. Hablamos en la junta general del ejido sobre la fumigación, pero ahora no podemos hacer nada sobre eso, sólo que hiciéramos un paro de mucha gente. Porque es el gobierno el que nos está amolando con la Moscamed. Le dije a un político la otra vez en [la localidad de] Belisario Domínguez, "ustedes están ganando buen billete y acá nos están amolando".

Luego la junta antepasada vinieron dos muchachos y hablaron [con nosotros] en la junta general para ir en los arroyos buscando algo y querían llevar arena de cada río para hacer análisis y si resultaba bien su estudio, [si encontraban minerales] iban a volver a hablar con nosotros, pero antes que nada no les dimos permiso y se fueron. Ahorita lo que importa es conseguir almácigos de otras variedades de café porque necesito otras variedades de café que no sean borbón, ahí cultivé unas de corte bajo y ésas matas sí están bonitas. A ver cómo se pone el tiempo en adelante, más bueno o más amolado.

Por ahora nos dan el PROCAMPO una vez por año y ahí, asegún, una mínima por ahí. Me dan como 1300 pesos por hectáreas y me sirve para arreglar algo el café. Ahí le voy yo trabajando. Porque yo me siento más o menos macizo, viejo no. Para mi ser viejo sería una dicha. Llegar a unos ochenta o noventa años, eso sería una dicha.

11 El programa Moscamed (Programa contra la Mosca del Mediterráneo) inició actividades en 1977 consecuencia de la detección de un adulto de esta plaga que es una de las más devastadoras de la fruticultura a nivel mundial. En la República Mexicana no se ha extendido salvo por la zona limítrofe con Guatemala y su posible establecimiento causaría pérdidas de millones de dólares. Por esta razón México firmó un convenio con Guatemala en 1975 y posteriormente con Estados Unidos país que se adhiere al programa para prevenir erradicar la mosca del Mediterráneo en esta región. (Mendez Espinoza, *et al*, 2006).

Pero a la vez, un sufrimiento, porque como está esta crisis, y los hijos que no están acá. Pero, Dios es el único que dirá hasta dónde llegamos. Yo más o menos me siento bien, porque aguanto trabajar galán, no me siento decaído, algunos dicen que ya de setenta años comienzan a decaerse uno. Pero creo que el ejercicio la verdad a mí me ayuda mucho. Yo no siento la edad.

Aunque un día de mi vida sí es difícil, porque nosotros ya de grandes un día más es un día para atrás, los niños, en cambio, es un día para delante. Y son los que más después van a ver lo difícil que viene todavía la vida. Más difícil todavía de lo que me tocó a mí. Hasta ahora, en la mañana, yo de campesino, me despierto a tomar un café y luego me pongo a ver qué se hace en el campo. Así es mi día. Luego, vengo a comer aquí y ya me salgo por allá a ver qué sale.

A veces mis hijos vienen de vez en cuando. Pero como ahora en los Estados Unidos no está igual la cosa que antes, ya cambió todo. Y como mis hijos tienen su familia allá, nacidos allá. A penas les da para mantener a sus niños y estar tranquilos, de vez en cuando se acuerdan y mandan un poquito de dinero. Por eso ahora a mí esos mil pesos [Pensión para Adultos Mayores] sí me ayuda para las aguas, algo es. Pero eso sí, yo así de irme de aquí no lo pienso, porque ir a vivir con los hijos no es igual, ellos tienen a su familia y uno tiene su casa, no se acostumbra uno. Mudarme a vivir con uno de mis hijos, por ejemplo, no lo pienso. Porque aquí viví de un principio y aquí debe uno de morir, donde se fue feliz, donde es su casa de uno.

Don Abelito a sus setenta años dice sentirse "macizo"; es decir con una salud y condición física que le permite trabajar "galán". Sin embargo, don Abelito reconoce que llegar a una mayor edad tendría otras implicaciones, pues sabe que sus situación económica y el hecho de no contar con ningún ingreso estable, más allá de los apoyos gubernamentales, lo llevaría a tomar decisiones que no quiere tomar, como quizá tener que mudarse a casa de alguno de sus desperdigados hijos, y quedar a su cuidado. Por tanto, él considera que debe morir en el lugar donde ha vivido y, en sus palabras, ha sido feliz. El sentido trascendental de haber vivido y educado a su familia en esa tierra a la que llegó, primero a trabajar como jornalero y en donde ha habitado desde hace cincuenta años, evidencia un sentimiento de pertenencia a las actividades del campo y a la vida en el mundo rural. Lo cual, aunado a otras causas, ha hecho que no evacué en casos de emergencia su hogar, poniéndolo en evidente peligro, pues, como se mencionó, su casa está en riesgo de deslave. Don Abelito pertenece a una generación de campesinos mexicanos que ha vivido en constante disputa con estructuras que van más allá de sus fuerzas. Sin embargo, tenazmente son agentes de micro resistencias que van desde el discurso a la organización armada.

Referencias

Considero que el proceso de fundación de las localidades del Soconusco influye en las condiciones actuales de la región. Ya que este proceso nunca se consolidó, y aunque las tierras se entregaron y se cosecharon por años, se configuraron desde el inicio como unidades endebles. Esto, en parte, porque más allá de los primeros años de la Reforma Agraria, nunca hubo una intención Estatal real de culminar con el proceso de operatividad del proyecto ejidal.

Aunado a esto, desde el fondo mismo de la organización ejidal (agrupada en torno a una figura del grupo familiar, que regulaba el orden y la administración) las pequeñas unidades de producción de café se configuraron como mecanismos inestables, poco planeados y mal administrados. Lo que generó una dinámica compleja atravesada por diversas configuraciones de poder intrafamiliar. Sumado al hecho de que, en un inicio, aun dependían de las haciendas para procesar y comercializar el café, ya que no contaban con la maquinaría necesaria ni con los vínculos comerciales que les permitieran obtener ingresos significativos. Es decir, en términos reales, la vida en la sierra del Soconusco siempre fue precaria y dificultosa. Lo cual, paulatinamente convirtió estos ejidos en unidades productivas endebles, incapaces de afrontar con efectividad los cambios globales de la economía y del medio ambiente. Esto ha generado un desgaste acumulativo, que hace que los productores se encuentren ahora constantemente amenazados por la variación de los precios y las lluvias.

Además, los propietarios se encuentran hoy, cada vez más, con menos fuerzas físicas y emocionales. Limitando de forma más acentuada, su capacidad de agencia, ante el peso de la pobreza estructural histórica, que soportan.

Referencias

Alcalá Moya G. 1999. **Con el agua hasta los aparejos, pescadores y pesquerías en el Soconusco, Chiapas**. México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad de Ciencias y Artes del Estado de Chiapas, ciad.

Ángeles, H. 2012 **"Más que una bebida. El cultivo del café en Chiapas trabajadores guatemaltecos. Café y frontera", 20-21.** Recuperado de http://www.ecosur.mx/ecofronteras/ecofrontera/ecofront12/tabajedores%20guatemeltecos.pdf

Ariza, M. y De Oliveira, O. (abril-junio, 2001). "Familias en transición y marcos conceptuales en redefinición". **Papeles de Población**, 7 (28), 2-32.

Ariza, M. y Oliveira, O. (comp.). 2004. Imágenes de la familia en el cambio de siglo. Instituto de Investigaciones Sociales y Universidad Nacional Autónoma de México.

Croplife 2013. **Roya del cafeto.** Recuperado de http://www.croplifela.org/index.php?option=com_content&view=article&id=308%3Aroya-del-cafeto-hemileia-vastratrix&catid=28%3Acontenidos-abc-&lang=es

De la Fuente, J. 2009. **Monopolio de aguardiente y alcoholismo en los altos de Chiapas: un estudio incómodo de Julio de la Fuente, 1954-1955**.México: Comisión Nacional para el desarrollo de los Pueblos Indígenas.

Grammont H. 2004. "La nueva ruralidad en América Latina". **Revista Mexicana de Sociología**, año 66, (núm. Especial). México: Universidad Nacional Autonóma de México.

Grollorá, D. 1995a "Los trabajadores cafetaleros y el partido socialista chiapaneco 1920-1927)". En Viqueira, J. y Ruz, M. (edit.) 2002b, **Chiapas los rumbos de otra historia**. México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social.

Instituto Nacional de Economía Social. 2014. Beneficios del café". Recuperado de http://www.inaes.gob.mx/doctos/pdf/guia_empresarial/beneficios_del_cafe.pdf.

Kay, C. & Figueroa Brunet, L. (2009 octubre-dicimembre). "Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad?", **Revista Mexicana de Sociología**, 4, (71) pp. 607-645.

Lara Flores, S. (comp.). 2011. **Los encadenamientos migratorios en espacios de agricultura intensiva**. México: Miguel Ángel Porrúa.

La Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación (2014): "Procampo, en qué consiste y cómo surguipo. Recuperado de: http://w4.siap.sagarpa.gob.mx/sispro/comunes/

PortalesFijos/ligasapoyo/procampo.htm]

Long, N. 2007. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social-El colegio de San Luis.

Mahnken, W. 1993, Mi vida en los cafetales, Tapachula (18882-1992). Tuxtla Gutiérrez: Gobierno del Estado de Chiapas.

Molina Pérez, V. 2006a. **Los rieles de Chiapas: construcción del Ferrocarril Panamericano**. Tuxtla Gutiérrez: Gobierno del estado de Chiapas

Reyes Hernández D. 2006. **Por la promoción de una cultura de protección civil aplicada al municipio de Tapachula de Córdova y Ordóñez, Chiapas. Caso Huracán Stan** (tesis de licenciatura inédita) Universidad de las Américas Puebla.

Spencer, D., Von Mentz B., Pérez Montfort R. *et al*. 1988. **Los empresarios alemanes, el tercer Reich y la oposición de derecha a Cárdenas**. (2 volúmenes). México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social.

Thomas, B. 1955a "¡primero viva Chiapas! La Revolución Mexicana y las rebeliones sociales" en Viqueira J. y Ruz M. (edit). **Chiapas: los rumbos de otra historia** México: IIF-UNAM/CIESAS

Ulloa García A. 2005. Huixtla, **Lugar de espinas-ciudad de espinas**. Tuxtla Gutiérrez: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas.

Vázquez Palacios F. (comp) 2003. **Contando nuestros días, un estudio antropológico sobre la vejez**. México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social.

Vázquez Palacios F. 2013. "Envejeciendo en las tradicionales y nuevas realidades". **Intersticios Sociales**, El Colegio de Jalisco (5), pp 3-29.

Verschueren, J. 2002. **Para entender la pragmática**. Madrid: Gredos.

Viqueira, J. y Ruz, M. (edit.) 2002b, **Chiapas los rumbos de otra historia**. México: Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social.

Zemon, D. N., y Ferrandis, M. (primavera-verano 1991). "Las formas de la historia social". **Fundación Instituto de la historia social**, (10) 117-182.

Weber M. 1991. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. México: Premia Editora-La red de Jonás.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a06

Globalización, neoliberalismo y cambios en los procesos de producción del café. Historias de vida, Cafetales e Culturas

María Cristina Aboites Montoya[1] & Oliverio Hernández Romero[2]

[1]Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Colegio de Pos Graduados e Professora da Faculdade de Economia do Instituto Politécnico Nacional. E-mail: maboites@ipn.mx.
[2]Doutor em Organizacao e Direcao de Empresas pela Universidade Politecnica da Catalunha e Professor Investigador Associado do Colegio de Pós graduado-Texcoco. E-mail: ohr@colpos.mx

Recebido em 25 de novembro de 2015. Aceito em 27 de Dezembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – El tema del café y su relevancia en relación con su importancia en el sentido económico y en la vida cotidiana de los mexicanos es más que una bebida que despierta, o según algunos, que no les deja dormir; a ello se le agrega que es uno de los seis principales cultivos que mayor ingresos proporciona a quienes se dedican a exportarlo. La suspensión de las clausulas económicas del comercio internacional del café en julio de 1989, la reestructuración y disminución de la participación estatal en el sector, los daños por cambios climáticos y la enfermedad de la roya de los cafetos, han puesto en crisis a quienes han dependido de su producción para sus ingresos. Este documento describe a partir de quienes lo viven, los efectos que ha ocasionado este fenómeno a la productores en pequeña escala del cultivo del café, ellos fueron los más afectados en sus ingresos por no poder recuperar el valor de su trabajo o por la disminución de la producción y, en algunos casos, por el abandono paulatinamente de sus fincas y/o por haberla transformado en cultivos de productos alternos, y en otros casos, por migrar al "norte" para obtener el ingreso y continuar con sus proyectos de vida. Por ello el tema a abordar el cultivo del café, desde el método de historia de vida, permite acercar la problemática a todo aquel que está ajeno a esta parte social de una gran parte de la población mexicana.
Palabras Clave: *Historias de vida; cultura del café; cambios en el cultivo de café*

Globalization, neoliberalism and changes in Coffee production processes. Life stories.

Abstract – The theme of coffee and its relevance to their importance in the economic sense and everyday life of Mexicans is more than a drink that wakes, or according to some, that will not let them sleep; added to it, coffee is one of the six major crops that provides more income to those engaged in export. The suspension of the economic clauses of the international coffee trade in July 1989, the restructuration and reduction of state involvement in the sector, the climate change damage and rust disease of coffee trees, have put in crisis those who have depended on its production for their source of income. This document describes those who live from it, the effects that this phenomenon causes to small scale producers of coffee cultivation, they were the most affected economically because they couldn't recover the value of their work or by the decrease in production; in some cases, by gradually abandoning their farms and / or using them for alternate crops products, and in other cases, to migrate to the "north" for work and continue with their life projects. Therefore, the issue to address coffee cultivation, from the life story method allows bringing the problem to anyone who is immune to this social part of a large portion of the Mexican population.
Key Words: *Peasants, Coffee, Land distribution, Mexico, Soconusco*

Globalização, neoliberalismo e mudanças nos processos de produção do café. Histórias de vida, Cafezais e Culturas

Resumo – O tema do café e sua relevância em relação à sua importância no sentido econômico e no cotidiano dos mexicanos é mais do que uma bebida que desperta, ou de acordo com alguns, que não nos deixa dormir; para isso, e acrescente-se que é uma das seis principais culturas que maior renda proporciona as pessoas que se dedicam a exportá-la. A suspensão das cláusulas econômicas do comércio internacional do café em julho de 1989, a reestruturação e redução da participação do estado no setor, os danos da mudança climática e a doença ferrugem do café, levou à crise aqueles que têm dependido de sua produção para obtenção de seus rendimentos. Este documento descreve a partir desses, os efeitos causados por este fenómeno do cultivo de produtores de café de escala pequena, eles foram os mais afetados no seu rendimento por não serem capazes de recuperar o valor do seu trabalho, ou pela diminuição da produção. E, em alguns casos, o abandono gradual do cultivo de produtos alternativos e em outros casos, migrando para o "Norte" para obter renda e continuar com seus projetos de vida. Por isso, abordar o tema do cultivo de café, a partir do método de história de vida, permite se aproximar da problemática aqueles que estão alheios a esta realidade social de uma grande parte da população mexicana.
Palavras-Chave: *Histórias da vida, Cultura do café,Vendas do cultivo do café*

Introducción

La cultura del café puede expresar emociones, deseos, modos de ver y de sentir la vida. El café es más que una bebida que nos despierta. Según algunos, que no les deja dormir. El café es un estimulante que forma parte de nuestras vidas, es un relato de la familia reunida y alguien tostándolo, es actividad de la familia plantándolo o cortando la cereza; son los niños jugando con dientes amarillos por comer su cereza; quien lo toma, puede estar recordando y recreando su experiencia alrededor de la madre, del padre, de los amigos, de igual forma, con el tradicional "tomemos un café" recordarse charlando alegremente con personas y sonriendo frente a una taza de café. Te puedes sentar a leer, recordar, decidir pues el café aclara la mente y posibilita elevar la concentración.

Tiene aromas, sabores intensos, tan versátil que acompaña todo tipo de alimento o, con su uso, generar una gran variedad de guisos, pues combina con el sabor de la carne sin dominarlo, molido puede conservar sus propiedades (olor y sabor) por un par de días; o bien, tostado y refrigerado puede conservar tales propiedades hasta por tres semanas, o tres meses si se le congela.

El café es rico en antioxidantes, puede prevenir la diabetes de tipo dos y algunas otras enfermedades por las propiedades que le caracterizan,[1] como los minerales, lípidos, ácidos clorogénicos, azúcares y niacina; los cuales resultan ser saludable consumirlo, aunque con moderación, hasta por cuatro tazas diarias. Este documento describe a través de la metodología de Historias de vida las vivencias en torno a vivir del café, vivir con el café y mantener la expectativa de que el café volverá a ser algún día una vez más el cultivo que ayude a "Buen Vivir."

Metodología

La historia de vida como metodología de Investigación cualitativa, se refiere a aquella en que la producción de datos descriptivos, se editan de acuerdo a cómo las personas hablan o escriben de ellos, retomando sus propias palabras sobre el tema en cuestión (Berrios, 2000), esta forma de obtener información de las fuentes directas, busca describir la forma de cómo se da congruencia cotidiana a lo que se aspira con la posibilidad de realizarlo, entre posibilidad y realidad, entre creación y aceptación; los datos provenientes de la historia de vida cotidiana, retoma las cosas desde

1 incluyendo un plan de alimentación balanceada (reduciendo sales, azúcares y harinas refinadas) y el disfrute de la actividad física.

la perspectiva de la persona y tiene como propósito comprender la conducta humana desde el propio marco de referencia de las personas, a través del cual se da sentido a la experiencia humana que se revela en relatos personales de modo que da prioridad a las explicaciones individuales de las acciones más que a los métodos que se filtran y se ordenan de acuerdo a variables preestablecidas por el investigador.

Historia de vida editada describe a los protagonistas del proceso, sostiene que la realidad es construida socialmente mediante definiciones individuales o colectivas de una determinada situación desde la visión del actor. El relato es en función la interpretación que la persona le haya dado a su vida y el significado que se tenga de una interacción social, la forma en que han percibido como una manera de apreciar su propia vida, su mundo, su yo, y su realidad social. Incluye la información acumulada sobre la vida del sujeto: condiciones de vida, escolaridad, salud, familia, en este caso, de las personas que se dedican al cultivo del café y que el investigador, hace referencia en un período histórico concreto (Sarabia, 1985; Valles, 1997; Kormblit, 2004; Cornejo, 2006).

Desarrollo

El acercamiento a las personas que cultivan el café, en una zona serrana de Veracruz, se hace tomando en consideración que la suspensión del convenio internacional del café[2], en un contexto de globalización y políticas neoliberales ha ocasionado la crisis que hasta hoy prevalece en el sector cafetalero nacional, obligando a hacer una serie de ajustes desde la producción del café en el campo, hasta las formas de organización de los diferentes actores que intervienen en la cadena (Pérez y Díaz, 2000), que en nuestro caso es muy importante por tratarse de un producto que se exporta, donde los productores, con respecto a los consumidores, estan en diferentes paises y significa una relacion de producción espacial con condiciones de negociacion muy desiguales.[3]

La falta de oportunidades para valorizar el trabajo en el campo agricola, ha provocado, en forma paralela, que las nuevas generaciones prefieran trabajar en las grandes ciudades que estar trabajando en sus parcelas (para el cultivo del café en nuestro caso); sin embargo, son los señores mayores (también algunos de sus jóvenes hijos), quienes consideran que el café les dio y les da para vivir, son quienes mantienen la expectativa sobre dicho cultivo, aun cuando la estructura y forma de vender su producto les sea desventajoso y que los precios de compra de su producto este por debajo, por más del 50% del que se tenía apenas en los años 2000 - 2010.

En la localidad de "La Sombra", del municipio de Chiconquiaco, 14 productores fueron entrevistadas bajo el tema "Cómo ha vivido con el café", los entrevistados fueron los representante de familias de distintos niveles en la cadena productiva; desde los que se dedican solo a cortar la cereza del café hasta aquellos que se dedican, además de lo anterior, a acopiar para vender a un tercero; ellos coincidieron, en la pregunta, ¿cómo ha vivido con el café? en que son y han logrado lo que tienen por el cultivo y venta del mismo. En otro tiempo, recuerdan, era una gran fiesta cosechar la cereza, se reunían en la localidad de "La Sombra" cortadores de por los menos cinco localidades más del municipio de Chiconquiaco (El Capulín, El Escalanar, La Reforma, el Cantón, entre otros). Rememoran que tenía el ingreso necesario hasta para poder mandar a sus hijos a la escuela, en los niveles universitarios y fuera del país. Actualmente, en la localidad, solo pueden estudiar hasta el tele bachillerato.

Aquellos que regresan a su localidad, después de haber estudiado, hacen que los productores (sus padres o abuelos) se sientan orgullosos de lo que han logrado, por ver crecer a sus hijos en alguna profesión; los que regresan reviven esas tardes en familia realizando alguna actividad relacionada con el proceso de cultivo del café (en cualquiera de las distintas fases del proceso: corte, despulpe, lavado, secado para obtener café pergamino, o bien en el tostado o molido para obtener café oro). La cosecha del café para estos productores les generaba el ingreso fundamental, aunque ahora lo tienen que complementar con el ingreso por otras actividades. Las actividades complementarias a este cultivo son con frecuencia la ganadería, cría de cerdos, chivos o pollos, así como cultivo de algunos productos en huertos familiares para autoconsumo.

Por su parte, a los que se van, el solo tocar, sentir y oler el grano de café les es suficiente para regresar con imágenes vividas a la familia y a los hogares, pues están lejos o fuera de los mismos; les es grato recordar momentos de unión y sonrisa, igual de nostalgia y ocio. Es una memoria compartida por todos los entrevistados, que aun en forma aislada la relatan, cuando han vivido de este producto.

Vivir en las ciudades permite a las personas que gustan de tomar café, disfrutar de una gran variedad y formas de preparar una taza de buen café, sin embargo, vivir en el campo es enfrentarse a los cambios en su proceso de comercialización, es vivir con él, conocerlo, seleccionarlo, recomendarlo, pensar en el corto plazo, que con el café "si se puede". Sin embargo, bajo la nueva organización en la producción del café, después de 1989, deja de existir el Instituto Mexicano del Café (INMECAFE)[4] encargado de su acopio y comercialización, dejando a los productores de café en pequeña escala en manos de agentes privados, quienes a partir de la calidad del grano, han impuesto castigos con base en el número de defectos encontrados en muestras aleatorias de cada saco comercializado.

Los espacio referidos, la ciudad y el campo, son muy distintos por las condiciones en que se le conoce, sin embargo, ambos espacios llevan a reconocer el grano o la bebida como un disfrute energizante para la vida, que invita a continuar con su producción.

En las respuestas de los entrevistados se resalta que en los años 1975 al 2000, en la zona de "La Sombra", se podían cosechar de 4000 a 5000 quintales (47.5 kilos o 100 libras). En la localidad estudiada, el cultivo lo realizan bajo sombra de árboles, los árboles más comunes son el inga chalahuite, el jinicuil (inga brevipedicelata), el platanar (fijadores de nitrógeno en el suelo), se evitan árboles que quitan propiedades al suelo (humedad, minerales u oxigeno) necesarios para el desarrollo del cafetal. El sistema de producción bajo sombra o el cultivo de café orgánico son, quizás, las fortalezas mas importantes que se rescatan en la región, ante los cambios en los procesos de comercialización que se han impuesto a los productores.

El representante del comisariado ejidal de "La Sombra", pregunta ¿qué proyecto se traen?, pues expresa que ya no quieren batallar con la Roya de la planta del café, particularmente él, cultiva 3 hectáreas con café, menciona que en el ejido se cultivan en total 600 de las 989 hectáreas que forma el ejido de "La Sombra"; comenta que una solución al problema puede ser que se les provea semilla "buena" que aguante la roya, expresa que la que puede ser es la semilla "Costa Rica 95" o bien de la "oro azteca", que saturadas de cafeína y cobre

2 Los Acuerdos Internacionales del Café, organizados por la Organización Internacional del Café (OIC), mantuvo por casi 30 años un régimen de control de los volúmenes comercializados, llevado a cabo por los países productores y algunos consumidores, que al desactivarse tiene por efecto que los productores vean reducir su rentabilidad e ingresos.

3 l poder surge de la coordinación de actividades dispersas en diferentes lugares del mundo. Al momento en el que las mercancías son transferidas dentro y entre cadenas de comercialización, se redefinen y revaloran constantemente los espacios agrícolas (MARSDEN, et al., 1996: 363)

4 responsable de la política cafetalera del sector, la cual comprendía el mejoramiento productivo, investigación y desarrollo, oferta de recursos financieros, asistencia técnica, capacitación a productores, y beneficiado y comercialización del grano.

pueden "repeler" el hongo de la roya en el cafeto. Por lo menos querría que se les distribuyeran bolsa (de vivero) para cultivar nuevas plantas, comenta que les cuesta 70 pesos el kilo de las bolsa (de 10 por 20), que supone ha sido acaparada por alguien. Cree en el apoyo del Estado, a través de la SAGARPA, quien, comenta, les ofrece 1300 pesos o un paquete tecnológico, consistente en líquido para atacar la roya, bombas de aspersión, que en total corresponde a 2200 pesos por cada hectárea que se tenga, además de ello, enumera, que les ofrecen el apoyo para hacer un vivero en el ejido y un apoyo del 50% para infraestructura para cada productor. Menciona que con un puño de semilla "Costa Rica 95", "Garnica" o bien, "Oro Azteca", por productor se podría mejorar cada parcela; reconoce, sin embargo que estos apoyos con que cuentan ya, no les han llegado como se lo dijeron, y, en un extremo, ni siquiera se los pueden dar a algunos productores del ejido, porque PROCEDE aun no les reconoce exactamente cuál es la extensión de sus parcelas, base para recibir el apoyo que la SAGARPA ofrece.

Solicita la posibilidad de obtener información sobre cómo se definen los precios, sobre que fertilizante es el más adecuado, tiene claro que debe ser para favorecer el cultivo de café orgánico; tambien muestra su inqietud por conocer sobre qué es lo que está mal en los suelos de sus fincas. Para cubrir estos temas suponen que el comisariado sería la principal fuente de información y por ello debe atender estas inquietudes. En la familia del comisariado ejidal, otro productor, su hermano, cree que se puede encontrar solución desde la voluntad política del gobierno, en otro tiempo él también fue Comisario del Ejido, que igual que otros quieren encontrar soluciones, para sí mismos y para los que estén interesados.

Juan J., jornalero, con dos hijos que su mujer tuvo (así lo dice él de forma jocosa), con solo una hectárea para cultivar, expresa que el campo da para vivir, la tierra da desde "erizos" hasta ganado, pasto, naturaleza, todo para vivir cuando se trabaja, "solo muere de hambre el que vive en la ciudad, si no tiene dinero". Expresa que "en el campo no pasa eso. Siempre ha trabajado en las fincas del café, es parte de 12 hermanos. Buscador de alternativas para vivir mejor, menciona que ellos están en los planes de la voluntad política, aunque al último nivel, quizás por ello no les toca nada, porque están a lo último".

Juan H. con 70 años de edad, ha vivido todo el tiempo del café, recuerda tiempos de bonanza en "Rio Blanco" o en "El Cantón", supone que la solución contra la roya es cambiar las plantas de café "criollo", por la variedad "Costa Rica 95" o "Garnica", (es una idea que han generado no se sabe de donde, aunque por parte del técnico que los asiste, les ha insistido que no deben cambiar la variedad ya adaptada a la región); sobre el precio, comenta que a la fecha se les paga 6.80 pesos el kilo de café cereza, y, que entre otras cosas, ha bajado su producción por la enfermedad de la roya; recuerda en los tiempos de mayor producción que era tanto la extensión de cultivo y los que participaban en ello que, en el caso de los jornaleros, se les asignaban surcos como cortadores, para lo cual, usaban un cuerno que señalaba, con su sonido, en donde estaba el ultimo surco, era tanto campo y tantos surcos, recuerda y comenta, que se requerían la presencia de un supervisor, para que el jornalero no trozara la planta y no pizcara cerezas verdes; le enseñaba a cómo pizcar. Recuerda que el supervisor estaba para que hicieran bien la pizca y no desgarraran la planta. Dice, "debe lo que tiene al café".

Esteban L., cortador, podador y criador de ganado, cuenta con una hectárea de tierra donde cultiva café. Además de su parcela, cuando no hay café para colectar, limpia otras fincas, resiembra y poda por 125 pesos diarios. Comenta no tener a alguien que se ocupara de él, por ello aprendió a trabajar y cultivar el café "debe y todo lo que tiene al mismo". "Pudo comprar la cosecha comunal del ejido, con su esfuerzo y ahorro, hasta en dos ocasiones, por lo que pudo pagar y lograr lo que tiene". Creyente del trabajo en las faenas comunales del ejido, nos dice sobre su participación en la construcción de la carretera que comunica al ejido con las otras localidades, a base de "pico y pala" en compañía de 200 hombres más, quienes alinearon 11 kilómetros de carretera para poder transitar y tener el acceso a la luz eléctrica en todo el ejeido. Para él, menciona, desprenderse de lo que tanto trabaja ha costado, le es difícil.

Álvaro M., comenta pizcar 100 kilos de café cereza a la semana. Resiembra, chapea y limpia fincas. La presencia de la enfermedad de la planta del café, expresa, "la roya" ha acabado con todo. El posee tres hectáreas, sin embargo PROCEDE, no le ha liberado su título de propiedad para reconocer su extensión, por ello, no le pueden dar el apoyo que SAGARPA oferta a los productores de café en el ejido.

Así como estos productores, otras personalidades de la localidad, líderes de una forma de organización de productores, de acopiadores; de la maestras de la escuela y de quienes buscan alternativas, expresan como "viven con el café", y los problemas que les aquejan.

El Desarrollo Rural en zonas de este tipo no para, las personas buscan alternativas, se mueven, cambian, evolucionan La complejidad en la producción de este producto, tiene muchas aristas, como lo ha expresado el Dr. Escamilla[5] en sus muchos escritos sobre el producto, Sin embargo, la gran mayoría de los productores de café en nuestro país no está en posibilidades de mejorar la tecnología y calidad de su grano, dado que la pérdida de rentabilidad de su actividad los ha llevado a invertir cada vez menos en sus cafetales y/o reconvertirse hacia otros cultivos y/o buscar fuentes alternativas de empleo, entre las cuales destaca la migración. Es recomendable que se preste mayor atención, propiciar manejos alternativos del cultivo, con recursos propios de las regiones, sustentable para el medio ambiente y para los productores, que les permita tomar decisiones hacia la mejora de sus procesos de cultivo, con base a lo que demanden los compradores (dispuestos a pagar por su producto mejorado); es necesario propiciar una cultura del café en base a sus experiencias, a la union de ellos con las universidades y a propuestas innovadoras en las condiciones en que se puede comercializar de fomra mas justa para el productor de estas regiones.

Referencias

Berrios R. R. 2000. **La modalidad de la historia de vida en la metodología cualitativa**. Paidea Puertorriqueña.

Cornejo, M. 2006. **El Enfoque biográfico: Trayectorias, Desarrollos Teóricos y Perspectivas**. Psykhe.

Díaz, R.; Antonio T. 2005. Reseña crítica: Investigación cualitativa en educación y ciencias sociales. 2003. Nydia Lucca Irizarry y Reinaldo Berríos. **Cuaderno de Investigación en la Educación**, 20, San Juan Puerto Rico.

Kormblit, A.L. (Coord.) 2004. **Metodologías cualitativas en ciencias sociales**. Editorial Bilblo. Buenos Aires.

Montero, M. 2008. **Ideología, alienación e identidad nacional**. Volumen 30 de Colección Ciencias económicas y sociales, Universidad Central de Venezuela, Procedencia del original Universidad de Virginia.

Sarabia, B. 1985. Historias de Vida. **Revista Española de Investigaciones Sociales.** Madrid alianza.

Vallés, M. 1997. **Técnicas de investigación social: Reflexión metodológica y práctica profesional**. Madrid: Síntesis de documento de archivo.

5 Esteban Escamilla Prado, Profesor investigador del Centro Regional Universitario Oriente (CRUO-CENIDERCAFÉ) de la Universidad Autónoma Chapingo.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a07

Clave de la economía en Chimtik-Chenalló-Chiapas tradición y cambios

Elias Pérez Pérez[1]

[1] *Tesis de Doctorado defendida en la Universidad de Salamanca, en Antropología titulada: "Dos mundos rurales en transformación: España-México". El autor es indígena Maya de habla Tzotzil nascido en Chimtik, antropólogo y educador bilingüe en la Universidad Pedagógica Nacional-Unidad Tuxtla Gutiérrez. E-mail: elias_perez28@hotmail.com*

Recebido em 27 de dezembro de 2015. Aceito em 28 de janeiro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – En este capítulo, me limitaré a describir las actividades económicas de los habitantes de Chimtik y su importancia para la sobrevivencia de la comunidad. Mencionaré el modo tradicional de conseguir los medios de vida para luego acuñar a las innovaciones en este cambio. Chimtik sigue siendo una comunidad en vías de desarrollo con un grado de ruralidad muy alto. A pesar de esto observamos cambios en la economía local que han generado varias fisuras en la forma de vida tradicional. Pero no quiero insistir en que lo económico determina lo ideológico, como lo hace Marx. Más bien los cambios en las condiciones materiales de la vida de la comunidad acompañan y se entretejen con los cambios al nivel conceptual. Ningún cambio no puede ser percibido como tal sin que se lo ubica en el sistema de conceptos y creencias anteriores. El concepto del cual partiremos es "la tierra".
Palabras Clave: *Cultura, Tradición, Economía, Cambios, Innovaciones, Tierra, Territorio*

Key to the economy in Chimtik-Chenallo-Chiapas tradition and changes

Abstract – This article presents a description of the economic activities of a Pueblo Maya-Toztzil in Chimtik, in the municipality of Chenalló - Chiapas. Is mentioned the traditional mode of subsistence corresponding geographical features, territorial ecosystem in the region of "Los Altos", as well as the changes and innovations incorporated the traditions, especially coffee cultivation. Chimtik remains a community classified as developing countries with a very large degree of rurality. Although remains a rural community are observed changes in the economy that has generated cracks in the traditional way of life. This article is not conceivable that the economic dimension determine the ideological dimension as stated some aspects of Marxist thought. But that changes in the community's material living conditions are accompanied by changes at the conceptual level. No changes can be considered as such without it being built into the system of concepts and beliefs (local). The concept from which this ethnographic description of it is the "land". This article is excerpted and reworked the doctoral thesis in anthropology defended at the University of Salamanca and applies qualitative methodology based on participant observation and living stories.
Key Words: *Culture, Tradición, Economy, Innovaciones, Land, Territory*

Chave da economia em Chimtik-Chenalló-Chiapas tradição e mudanças

Resumo – Este artigo apresenta uma descrição das atividades econômicas de um Pueblo de origem Maya-Toztzil em Chimtik, situado no município de Chenalló – Chiapas. Descreve-se o modo tradicional de economia de subsistência correspondente às características geográficas, territoriais de seu ecossistema situado na região de "Los Altos", assim como, as mudanças e as inovações incorporadas as tradições, especialmente, o cultivo de café. Chimtik continua sendo uma comunidade classificada como em vias de desenvolvimento com um grau de ruralidade muito grande. Muito embora continue sendo uma comunidade rural observam-se mudanças na economia que tem gerado fissuras na forma de vida tradicional. Neste artigo não se concebe que a dimensão econômica determine a dimensão ideológica como afirmam algumas vertentes do pensamento marxista. Mas sim, que mudanças nas condições de vida materiais da comunidade são acompanhadas por mudanças no nível conceitual. Nenhuma mudança pode ser considerada como tal sem que seja incorporado ao sistema de conceitos e crenças (local). O conceito a partir do qual esta descrição etnográfica parte é o de "a terra". Este artigo foi extraído e reformulado da tese de doutorado em Antropologia defendida na Universidade de Salamanca e aplica a metodologia qualitativa baseada na observação participante e nas estórias de vida.
Palavras-Chave: *Cultura, Tradição, Economia, Mudanças, Inovações, Cosmovisão, Terra*

Tierra como concepto, el maíz y la cosmovisión

Según los tradicionalistas (guardianes de la tradición y de los costumbres) de la comunidad de Chimtik la tierra se concibe como un área viva y sagrada.[1] Se la denomina *kuxul banamil (*tierra viviente) porque de allí brota la vida; es ella que produce los alimentos y sirve como hábitat a los seres vivos. La gente tradicional de Chimtik percibe la tierra en dos dimensiones: la primera dimensión es totalmente tangible: se puede ver, tocar, oír, olfatear, cultivar, aprovechar sus recursos naturales, andar sobre ella. El mundo en que vivimos sólo lo tenemos prestado unos días y años porque no somos eternos. La vida abre paso al estar en la superficie de la tierra, en *sba balumil* (encima de la tierra); este mundo lo compartimos con los animales, vegetales y minerales. La segunda dimensión se extiende dentro de este mundo tangible, forma un mundo invisible. Pero el mundo invisible tiene la entrada visible constituida por los sitios sagrados. Allí donde viven los seres divinos de la naturaleza que protegen el *k'ulebal banumil* (tesoro de la tierra). Dichos sitios están considerados como vivos y sagrados. Algunas personas de la comunidad miran entrar y salir de ellos una extraña luz alargada como una cometa. Este segundo mundo es intangible, pertenece al interior profundo de la tierra y es totalmente oculto a la vista del hombre común. Los ancianos de Chimtik suponen que el interior del mundo está habitado por tres seres divinos que poseen poderes de la tierra. De allí se desprende el hilo de la vida y de la muerte. A los tres seres mencionados pertenecen: a) *Ch'ulel toti-meil* b) *Ájau*, c) *Vaxakmen.* Describamos en el orden mencionado:

a) *Ch'ulel totil-meil* —"las almas de los primeros padres-madres", que vivieron en esta tierra y ahora, las almas de ellos viven en el interior de la tierra y supuestamente poseen un poder divino porque ya no poseen el cuerpo físico, están libres y pueden navegar en las profundidades de la tierra y del cielo. Se han vueltos como mensajeros directos de sus familias que aún viven en la faz de la tierra. Antonio Takimut, recuerda lo siguiente:

Los almas de los difuntos vive debajo de la tierra, llegamos cada año en el panteón a entregar velas, ocotes y comidas y decimos: "te venimos a respetar, venimos a visitar, te venimos a pedir un poco más nuestra vida, un poco más de tiempo para vivir en esta faz de la tierra, te pedimos que nos apoya, todos los que hemos quedado vivos en la faz de la tierra; no nos abandones, no nos dejes tirado, pida para nosotros una abundancia, una bendición y unos días más de nuestras vidas. Algo es para ti; si vivimos unos días, unos años más en la tierra,

1 Chimtik es un paraje ubicado en el municipio de Chenalló en la región de "Los Altos" de Chiapas.

porque te seguiremos trayendo tu vela y tu ocote en tu presencia, en tu morada y ambos nos necesitamos, aquí en la amplitud de la tierra y en la grandeza del ángel del cielo y de la tierra. Por favor toma, tu vela, toma tu ocote y lleva nuestra petición a la presencia de *ojorioxtotil*, resplandeciente señor dios sol" (ED con Antonio Takimut: 22/12/2006)

b) Ájau es el ángel que vive en el interior de los peñascos y cerros, también se conoce

como ojo-ángel; este ser es el principal *abat amtel*, el servidor que trabaja directamente con el *ojorioxtotil*. Es considerado el guardián de la vida en la faz de la tierra y del interior del cielo, respetados como seres poderosos porque, como mencionamos más arriba, emiten una luz al viajar en los espacios de la tierra, cuando salen a visitarse de cerro a cerros. Se la puede ver durante la noche o en las madrugadas, sobre todo los días miércoles de cada semana; Además, atesoran los bienes naturales, tales como el agua, las heladas, las plagas, los bosques, los animales y las enfermedades. Los Ajau son los Ángeles que viven en la tierra, cuevas, cerros y ojo de agua. Se supone que pueden detener las heladas, las enfermedades, los huracanes siempre y cuando extienden las manos para impedir que filtren las malicias en la comunidad. Esta fue la razón por la cual, se acostumbraba llegar tres veces durante el año para suplicar en cada una de las puertas del centro sagrado en los cerros para que los ángeles disculparan el mal comportamiento de los familiares, que escondieran la imperfección de los hombres de la tierra, que no lo pasaran todo al oído del *ojorioxil,* el sol, que evitaran la furia y los castigos del dios.

c) *Vaxakmen*, es considerado por los ancianos de la comunidad de Chimtik como una persona que pasó caminando por encima de la tierra, recorriendo todos los rincones del territorio. Andaba con un bastón de madera puntiagudo en la mano y encontraba personas trabajando la tierra. El *Vaxakmen* se detenía por momentos y preguntaba a la gente ¿Qué estás sembrando? La persona de buen corazón contestaba con respeto, diciendo: ¡estoy sembrando maíz! y el siguiente día había abundante mazorca de maíz en la parcela. Las personas de mal corazón, respondían ¡Estoy sembrando piedras! y al siguiente día, la parcela estaba llena de piedras crecidas. Así continuó su camino preguntando: ¿Qué estás sembrando? ¡Estoy sembrando papas! El siguiente día, ya había papas maduras en la parcela. El *vaxakmen* dijo: Si alguien te pregunta, ¿si pasó alguna persona por aquí? Respóndeles: ¡sí! Lo más curioso que hizo *vaxakmen* era que en los lugares donde orinaba quedaron nacimientos de aguas y donde tocaba la punta de su bastón surgían las simas. A *vaxakmen* se lo concibe como el dueño de las aguas de los manantiales, razón por el cual, los lugares donde brota el agua, están adoradas y visitadas tres veces al año. Estos seres que viven dentro del mundo intangible de la tierra, se consideran los voceros oficiales al *ojorioxtotil* (sol) y *meil* (luna) del cielo. Por eso, las gentes se comunican con ellos y los adoran permanentemente. Los ancianos de la comunidad acudían a visitarlos tres veces durante el año, ofreciendo velas, incienso para que sigan sirviendo como mediador y portador de las súplicas de la gente ante el Dios. Dichos seres se caracterizan como inmateriales; se dice que sus cuerpos son ligeros y fugaces como el viento y transparentes como luz; que circulan como las nubes, además de que son libres para cruzar profundidades de la tierra y del cielo. De igual manera, pueden viajar con facilidad en la casa de ojorioxtotil para platicar de lo que sucede con la gente de la tierra. Pueden también pedir el Dios que conceda ante la petición de los seres humanos. Estos seres poderosos que viven dentro del mundo intangible, se conectan con los hombres llamados *k'op-kunel moletik* (platicadores viejos), defensores del pueblo. Son ellos pues quienes poseen el don de la palabra que es capaz de suavizar el corazón y la mente del *chulel totil-meil* y del *ajau,* para que concedan a la petición de los hombres. El *k'op-kunel mol* es un hombre sabio, poseedor del conocimiento místico de los dioses. Además, está dotado de un *ch'ulel* fuerte y con un ojo potente situado en la frente de la cara; ese ojo solo lo usa mientras sueña. El sueño de *k'op-kunel mol* revela que el ángel se parece a un gringo con pelo castaño. Las cruces son concebidas en cambio como soldados y como escribano, son seres letrados que cuidan la puerta de la casa del ajau. Había un sitio sagrado especial, ubicado sobre la cima de bikit kalpul, donde, según la creencia, moraban las almas de los primeros padres-madres que habían vivido allí. Como botón de muestra, Bartolo Gutiérrez Pérez, dice al respecto: Oi que mi abuelo difunto me habló en mi sueño. Me dijo: "te vengo a entregarte mi cenicero, mi ocote y mi incienso, es tuyo y te queda contigo." Cuando quedó en mis manos en mi sueño, poco después acompañé un *k'opkunel chak'te'*. Fui aprendiendo al lado de él a hablar en los cerros y ojos de agua. Cuando murió el *chak'te'* quedé solo y me puse triste, no sabía que hacer. Soñé que el señor *chak'te'* difunto vino a mi; me dijo. "Tú dices que eres pobre, no tienes maíz y frijol; aquí está; te lo dejo en tus manos." Después vino un viejo *caxlan* (mestizo rubio, ángel), me dijo: aquí está tu maíz y no sólo es para ti mismo, sino para todos. No es el *caxlan* común que vive en el pueblo; es algo distinto, como tipo gringo, cabello castaño; sabe hablar nuestra lengua tzotzil. Me dijo en mi sueño esta triste verdad. Le dije: "Sí" al caxlan ángel. "Te hace falta algunas cosas para aprender verdad". Respondí: "Sí señor". "Entonces, lo vas a hacer así, no te preocupes, me preguntas lo que no sabes y yo te diré y te enseñaré." El ángel de cabello castaño tiene un buen corazón porque es el *abat-* servidor del *ojorioxtotil-meil* del cielo aquí en la tierra. (ED con don Bartolo Gutiérrez: 05/25/2006). Mol Cuin, nativo de Chimtik recuerda lo siguiente: Soñó el padre de mi nieto Cristóbal. Dice que le apareció un caxlan parado en la cabeza del cerro. Dijo: "*vu'un xchibalun*— yo soy el palmero, quiero que me respeten y me honren." Así fue que se comenzó a considerarse como un lugar sagrado, la cabeza del cerro *xchibalun* porque en la falda de este cerro hay pozo de agua cerca de la piedra rocosa y alrededor crece suficiente *chim'*—palmera. Se llama *ch'imticalvo'* —agua de palmera. El señor que apareció en el sueño es como un mestizo con cabello rubio. Ahora hay cruces en la punta del *xch'ibal*. (ED con Mol Antonio Kuin: 23/07/2006)

El ser humano se encuentra enraizado con el mundo. La tierra le otorga beneficios que asegura la sobrevivencia material. Es por eso, que los seres humanos mantienen fe en los seres divinos que supuestamente viven en el interior de la tierra. A esta conexión se refiere la expresión común que circula entre la gente de Chimtik: *me vuyuk banumilkutike, mu xi ch'i el o'* (Sin la tierra no podemos vivir). Las siguientes razones explican este vínculo: 1) La tierra nos da los alimentos, si la trabajamos; 2) Si no se trabaja la tierra simplemente no produce los alimentos básicos de maíz y frijol; 3) Nuestra vida está ligada a la tierra porque existen seres divinos que habitan en algunos sitios sagrados. Nosotros veneramos estos sitios; 4) En la tierra nace todo lo que comemos; de ella brota el agua que bebemos diariamente. 5) De la tierra sale la paja del techo de nuestras casas, de tierra está hecha la pared de nuestras casas, nuestras ollas de barro, tazas y tinajas. 6) La leña que usamos para cocer los alimentos viene de la tierra, pues la tierra nos alimenta, nos abriga y nos protege. El padre de Victorio Pérez Gutiérrez, concebía a la tierra como fuertemente respetable porque nos carga, nos enseña, nos protege y nos alimenta diariamente, mientras vivimos en este mundo. La tierra es concebida como a) un medio de trabajo, una fuente de la subsistencia material; b). Un espacio territorial (cósmico), gestor de símbolos e imaginaciones culturales. En cuanto a la primera concepción, Victorio sostiene lo siguiente: Sin la tierra, no podemos vivir; nuestra vida está ligada a

la tierra. Vivimos de la tierra y de lo que cultivamos en ella. De la tierra, de allí sale todo lo que comemos y bebemos. Vivimos encima de la tierra; de ella crece el maíz, el fríjol, las verduras y la carne que comemos. De la tierra crecen los pastos (paja) para el techo de nuestras casas; de tierra esta hecha la pared de nuestras casas, nuestros utensilios del hogar tales como ollas de barro, tazas, tinajas. La leña que consumimos para cocinar los alimentos viene de la tierra. Sin la tierra no existiría la vida. (ED con Victorio Gutiérrez: 03/05/2004). En cuanto a la segunda concepción, Victorio nos revela el sentido cultural-transcendente de la tierra que es considerada como *ch'ul balumil* (tierra sagrada):

> "Mi abuelo y mi padre eran grandes rezadores, iban a los cerros, a los manantiales y a las cuevas; llegaban a hablar a los dueños y los guardianes de la vida, sabían que allí moraban los dioses. Pedían con los dioses que no se escaseen los alimentos, el agua, que no vengan las enfermedades sobre la población. Se hincaban y agachaban la cabeza en frente de los lugares sagrados. Por supuesto, no se cansaban de pedir disculpa, no se cansaban de pedir salud y alimento para los hijos y para la familia. Nos decían que no molestemos la tierra por así no más, nos decían que tenemos que pedir permiso para desnudar sus montes, para lastimar con nuestra coa y azadón. Era un consejo sumamente bueno." (ED con Victorio Gutiérrez: 03/05/2004).

Este concepto que se tenía acerca de la tierra, infundía respeto a la naturaleza, ponían normas de convivencia social para la comunidad; la tierra pues, producía todo tipo de alimentos que se consumían. Los habitantes del lugar declaran: *ja' no'ox me xuk li abtele, libalumile slok'otol veliletik, me mu xuk li abtele, mu'yuk xtal ta yeseral li velile* (Es cuestión de querer trabajar la tierra, de allí sale todo tipo de alimentos, si no lo trabajas, no produce por sí solo, y no viene por si solo los alimentos). Podemos decir que la tierra produce interactuando con el hombre trabajador. En otras palabras: para hacer producir la tierra, se necesita al hombre diligente y deseoso de cultivarla. Luego, encontramos tres clasificaciones del suelo dependiendo de la calidad y cantidad de la cosecha. La primera expresión es *yaxal balumil,* que se traduce literalmente "tierra verde" porque guarda cierto nivel de humedad natural y conserva un aspecto negro por la descomposición de las plantas verdes. Este tipo de tierra es apreciada por la gente de la comunidad porque en ella crece la milpa, frijol y verduras. El crecimiento tiene carácter dinámico. En la tierra fértil o *yaxal balumil,* las plantas de maíz crecen fuertes, pueden sostener la planta de frijol *botil*, el que se desarrolla enredándose alrededor del tronco. El otro nombre para ese tipo de tierra es *ve'ubal banumil* (tierra sustentadora) porque produce los alimentos con abundancia. La tierra verde o *yaxal balumil*, generalmente se localiza en los sitios planos, ondeados. También podemos encontrar tierra verde en las laderas de los cerros, pero su fertilidad es poco durable; se puede cultivare hasta tres años consecutivos; después hay que dejarla descansar de cuatro a cinco años. La gente de la comunidad tiene la ventaja de poseer diversos sitios de terrenos que se van rotando. Mientras descansa un sitio, se abre nuevos espacios para el cultivo. Por ejemplo, Manuel Pérez Gutiérrez, tiene cuatro sitios distintos: uno en *amaltik*, centro de Chimtik y otros en *yut ukum* y *ajtik*. Estos lugares gozan de dos tipos de climas: frío y templado. El segundo tipo de tierra se conoce como *pak'emal balumil* (tierra compactada) por la constante raspada de la superficie del suelo que el hombre realiza con el azadón. En este tipo de tierra, la milpa, frijol y verduras crecen generalmente con las hojas amarillentas, tallos delgados y de baja estatura porque no encuentra suficiente alimentos y agua necesarios para su buen crecimiento. El cultivo es arruinado fácilmente por las plagas cuyas larvas se desarrollan debajo de la tierra. La plaga más peligrosa se conoce con el nombre de *k'onon* o gallina ciega, que es la que consume la raíz de los cultivos. En el suelo de *pak'emal balumil* abundan las malas hierbas que agobian la vida de las plantas de maíz y de frijol. Es la tierra cansada por falta de materias orgánicas y humedad necesarias para maíz y frijol. En la tierra *pak'em balumil,* la milpa crece débil, su tallo es delgado, mayor parte de las milpas delgadas no soportan el pesor del frijol botil, se tuerce al suelo. En este caso, la milpa queda lentamente sumida por las hojas y flores del frijol botil, que hace que la milpa no produzca grandes mazorca de maíz. El tercer tipo de tierra se conoce como *chaj lum, o chaj ton,* (tierra suelta o arena suelta). Cuando, la gente observa que surge este tipo de tierra, prefieren dejarla descansar unos años para que se recupere su *yaxal*, la sustancia verdosa y húmeda. Se dice: *ak'o kux li balumile* (Haz que la tierra descanse). La tierra tiene que descansar porque está cansada de estar produciendo los alimentos. Si está cansada, está viva. La tierra se compara con un ser humano que trabaja, usa la fuerza física hasta agotarla y tiene que descansar para regenerar sus fuerzas para continuar la marcha. Los habitantes de la comunidad se conciben como hombres que viven, trabajan de la milpa y del frijol. Son conocedores de las características del suelo, cultivan con destrezas para obtener los alimentos básicos. La limitación de los cultivos a estos dos básicos es un proceso histórico contingente. Hay varios testimonios que atestiguan una agricultura más variada en el pasado. Manuel Pérez Gutiérrez, recuerda lo siguiente:

> "Yo recuerdo que mi abuelo Vicente y mi padre Antonio Pasinsa, cultivaban en *yut ukum* plantas de algodón, porque antes pues, mi abuela y mi madre usaban el *tuxnuk'* "algodón", para la fabricación de las ropas de vestir, antes nadie compraba las ropas, las mujeres hilaban, tejían, pintaban con la corteza de árboles, frutas y flores para darle distintos colores a las ropas. Además, sembraban piña, caña de azúcar, pepino dulce, cacahuate y trigo." (ED con Manuel Pérez Gutierrez: 07/05/2007)

Pero hoy en día no se puede imaginar la vida en Chimtik sin maíz. La ganancia que arroja la venta de maíz se obtiene dos veces durante el año; la siembra se efectúa en dos momentos: la primera siembra se denomina *muk ta chomtik (*milpero grande); se la efectúa a finales de mayo para cosechar enero. La otra siembra se llama *baol chomtik*, (siembra intermedia) la que inicia en mes de octubre a noviembre para cosecharse en mes de abril o mayo. El maíz es el que proporciona vida, fuerza para trabajar, pensar y mirar el mundo. Se dice: *ta tsatsal ixim kuxulun* (gracias a la fuerza del maíz, estoy vivo) y *mu xuk' me buyuk kiximtik taj ju'jun natik* (no puede faltar el maíz en cada una de nuestras casas, porque es el alimento esencial de la familia). Si llega a escasear el maíz dentro de la casa, *oy vinal ka'itik* (sufrimos de hambre). Si el estómago está vació de maíz, uno se vuelve *meón* (pobre) y triste por falta de maíz en la vida del hogar; inicia la aflicción y búsqueda de maíz con las familias cercanas. Nadie muere de hambre por la escasez de grano de maíz dentro de la casa, porque las familias se apoyan mutuamente para proveer de grano. La persona necesitada de obtener el maíz, tiene que hacer algún trabajo a favor de la familia que le regala el maíz. De esta manera todos tienen que trabajar para comer maíz. El que no trabaja- el hombre haragán, sufrirá de hambre. El frijol ocupa el segundo lugar en la lista de alimentos básicos; constituye un complemento de maíz, se lo come junto con la tortilla, *batem vaj noox (*acompaña la tortilla nada más.)

En Chimtik, la visión (cosmovisión en sentido antropológico) de la tierra descrita arriba se está volviendo obsoleta.[2] En la actualidad

2 "Se extiende semánticamente el nosotros tojolabal para incluir no sólo a la sociedad humana sino a todo el cosmos, porque desde la perspectiva tojolabal

son pocas las personas en la comunidad que continúan percibiendo la tierra como ser viviente. Sin embargo, el maíz sigue siendo el cultivo originario más importante no sólo en Chimtik sino también en todo México. Los arqueólogos están de acuerdo que el maíz se comía desde hace unos 7000 años antes de nuestra era, en Tamaulipas, en Tehuacán (MacNeish, 1967) y en Zohapilco (Niederberger, 1976). Curiosamente, la invención de la tortilla fue un proceso complejo que implicó el uso de la cal (nixtamalización) conocido únicamente en México y sigue siendo el símbolo de la identidad tanto al nivel local como nacional. (Cervantes, 2006). Cambios en la visión dita tradicional se debe a cuatro factores primordiales: 1) En primer lugar, es la expansión de las ideas religiosas: como la presbiteriana, la sabática y la pentecostés. Estas religiones propiciaron la transformación de la visión del mundo. Se comenzó a creer que la tierra es como simple objeto creado por un Dios que mora en el interior del cielo, esta visión esta coherente con una ética capitalista y a una ética del trabajo en el sentido weberiano, o sea, la tierra, la naturaleza como objeto de explotación y no como sujeto, como un ser viviente. La presencia de *Ch'ulel totil- meil*, *Ajause* y *Vaxakmen* que moran en la tierra se fue transfigurando de sus mentes. El mundo empezó a verse como un globo vacío sin seres que habitan dentro de la tierra. La tierra se volvió un simple objeto de explotación, perdió el carácter espiritual y el vínculo de respeto que mantenían con la naturaleza, hubiera un desencantamiento del mundo (Weber, 1967; Pierucci, 2004). Ahora, la mayoría de la gente de Chimtik centra sus mentes sobre la existencia de un Dios, al que se refiere la Santa Biblia. El Dios y los ángeles están alejados del mundo terrenal y de la vida de la gente. Dichas religiones (universales) enseñan a no adorar las cosas que hay en la tierra, sino a un Dios que está en el cielo; 2) En segundo lugar, el establecimiento de la escuela primaria en Chimtik y en los alrededores del pueblo introdujo nuevos conceptos basados en la visión occidental del mundo. Dentro de esta visión el mundo y la tierra están compuestos de las sustancias químicas. La tierra no tiene vida y es un objeto en movimiento las 24 horas del día. 3) En tercer lugar, se introdujeron materiales industriales procedentes de las zonas urbanas tales como láminas de cartón, acero para usarlos como techo de las casas además de cemento para la fabricación de blok y techo de losas. Estos materiales se consiguen en el mercado, se vuelven objeto mercantil, se pueden vender y comprar. Por otro lado, la existencia del mercado de estos materiales contribuyó a una emancipación del hombre de las limitaciones impuestas por el medio y localidad. De esta manera el ser humano ha perdido una relación (espiritual) de la dependencia a la tierra; 4) En cuarto lugar, a causa de la instalación de tienda CONASUPO, y tiendas particulares, entraron en la vida diaria alimentos artificiales como galletas, pan, azúcar, aceite comestible, harina, sardinas, maseca, refrescos embotellados, sabritas y otros productos más.

Los factores señalados afectaran y modificaran el vínculo ancestral (transcendental) del hombre con la tierra. La vida de algunos hombres ya no depende de la tierra para alimentarse, protegerse y abrigarse. La familia puede vivir y tener maíz sin cultivar el pedazo de tierra que posee. Debido a las nuevas actividades tales como instalación de telares, tiendas pequeñas, profesionistas, paramédicos, corte y confección, radio técnico, carpinteros, electricistas y taxistas se limitaron actividades agrícolas, el trabajo en la tierra ya no es obligatorio, es opcional. El número que prefiere otras opciones está en crecimiento. Ahora hay unas familias dentro de la comunidad que viven combinando dos trabajos: venden productos procesados y trabajan la tierra. En Chimtik encontramos cinco familias que trabajan en los telares tejiendo enagua. Las jovencitas trabajan sentadas bajo de una sombra de la casa, esperando que lleguen los compradores. Su preocupación ya no consiste en producir alimentos en el campo, sino en pensar cuánto dinero había que invertir en productos industrializados y como vender para generar ganancias económicas. La combinación de la actividad productiva del campo y comercio de productos industriales de algunas familias de Chimtik se debe a la adquisición rudimentaria de la lengua española y el aprendizaje de las operaciones básicas de matemáticas de sumar, restar, multiplicar y dividir. La educación básica favoreció el vínculo e interacción con los comerciantes mestizos en la ciudad de San Cristóbal de las Casas, hecho por el cual se podía adquirir los productos en precio de mayoreo. Por otro lado, ese dieron cuenta que el trabajo de campo no significa mayor ganancia monetaria. El maíz y el frijol no se venden con mayor frecuencia, debido a que todos lo producen en esta comunidad. Ya que los jóvenes entran en un contacto constante con las zonas urbanas, comienzan a tener mayor ansia de poseer dinero en las manos. En este caso, se ha creado nuevas necesidades de consumo de productos industriales. Ya que hay nuevas opciones de trabajo, se percibe el trabajo de campo como algo duro y difícil, por contraposición, el comercio es considerado un trabajo sencillo; los comerciantes pasan los días sentados bajo la sombra de una casa, esperando a que alguien que asoma para comprar. Así se logra generar ciertas ganancias económicas diarias. Obtienen algo del dinero para sobrevivir y continuar con las actividades comerciales. A lo largo de los años y a raíz del empobrecimiento de la fertilidad de la tierra los jóvenes empezaron a cambiar de actividad y apoderarse de otras habilidades de trabajo para sobrevivir. Mientras que los jóvenes comenzaron a instalar telares, pequeños negocios, otros decidieron a migrar a las ciudades en busca de trabajo como ayudante de albañiles. Aquellos jóvenes que continúan trabajando la tierra, dicen que el trabajo es demasiado duro y los productos obtenidos demasiado pocos. Las ganancias hay que invertir en la compra de fertilizantes químico es para darle vitamina a la tierra y elevar la cosecha. Victorio reconoce que la fertilidad natural de la tierra dura únicamente tres años. Después de ese tiempo, el suelo se debilita por lo que *ch'ajet no'ox ta chi'el* (crece (todo) muy perezoso). Aparecen plantíos de maíz, el tallo de la planta adelgaza, las hojas de la milpa se amarillentan, las plantas son atacadas fácilmente por las plagas. Cuando la gente experimenta estas bajas, inmediatamente piensa que la tierra perdió la fertilidad y ya no tiene caso seguir cultivándola; la producción pues será insuficiente. Prefieren ir a otro terreno que tienen reservado. Dicho terreno ha descansado por lo menos de tres a cinco años, por cual ha recuperado la fertilidad natural. El proceso técnico que se realiza para abrir el espacio para la siembra de maíz y frijol se denomina tradicionalmente la "tumba, quema y roza". Veamos cómo funciona este sistema en caso de nuestra comunidad. En primer lugar se desmonta, cortando los arbustos y las malezas con machete cortante. Los árboles grandes principalmente son cortadas con la hacha. Tanto los arbustos como los árboles grandes son aprovechados inmediatamente por la familia que los convierte en leña para usar como combustible en la cocina. Los trozos grandes de madera se parten en varios pedazos con el hacha, se los almacena dentro del terreno para que se sequen; finalmente se los recoge carreando en la espalda hacia la casa donde se los guardará al lado de la pared de

todo vive; es decir, no hay nada que no tenga corazón, que es lo que vivifica. Por eso los humanos somos una especie en el contexto de un sinnúmero de especies, a las que nos toca respetar y con las que tenemos que aprender a convivir sin tratarlas como objetos a nuestra disposición. En efecto, no hay objetos. Esto quiere indicar que la relación de los seres humanos con la naturaleza no consiste en dominación, sino en respeto y convivencia. Porque la naturaleza misma es ja jnantik lu'um, es decir, Nuestra Madre Tierra, que no es meramente el medio ambiente o lo que nos rodea, sino Nuestra Madre que nos da vida y nos mantiene vivos. No es ningún "neutro" lo que nos rodea, sino otro sujeto muy particular por ser madre nuestra" (LENKERSDORF, 2004).

la vivienda; finalmente, es llevada al fuego para coser los alimentos. Las cenizas que se arrojan al *chak amak'*, o sea el lado extremo del patio de la casa para abonar los cultivos de chayote, verduras, frijol, plantas de chile y árboles frutales. Pude observar un ligero cambio de las técnicas del desmonte. Por ejemplo, hay dos familias que desmontan y hacen pedazos las ramas de los árboles para déjalos unos cuatro meses para que se pudran en el suelo, con el propósito de aumentar la materia orgánica de las plantas verdes. Al utilizar esta técnica, la milpa crece muy delgada en la primera siembra porque las raíces de las plantas todavía están vivas y continúan absorbiendo los nutrientes de la tierra. Además, los roedores aprovechan las ramas secas y se esconden formando nidos para reproducirse en este ambiente. Posteriormente se vuelven peligrosos porque arrancan las semillas de las siembras. Además si las ramas no llegan a pudrirse en un determinado tiempo, estorban los movimientos del machete en el tiempo de la limpieza de la milpa. La amplitud de cultivo de la tierra depende del número de integrantes de la familia: mientras mayor número de familia más fuerzas de las manos para labrar la tierra, mayor extensión de sembradío de la milpa. Por ejemplo, la familia de Agustín Pérez Gutiérrez, estaba compuesto de ocho hijos, más su padre y madre que vivía con ellos. La familia formaba en total doce personas que vivían en una casa. La familia Pérez Gutiérrez cultivaba de dos a tres hectáreas de maíz. En cuanto al procesamiento de maíz para convertir en masa, se molía manualmente el maíz cocido con agua de cal con una piedra denominada metate. Una vez obtenida la masa, se hace la tortilla a mano dándole forma de disco delgada. Así formada la tortilla, es puesta sobre un comal de barro o de metal. Este metate se dejó de utilizar por algunas familias, debido a que salieron al mercado el molino manual de acero.

Igual nos decía Gabriel García Marques sobre la llegada del hielo que era desconocido en Macondo[3]; en 1970, llegó por primera vez el molino de acero el que fue visto como una gran ventaja para la familia porque agilizaba moler el nixtamal con una sola mano. En este trabajo participaban niños de seis a ocho años de edad ayudando a la madre a moler en casa. El nuevo molino solo podía adquirir aquellas personas que poseían dinero; los que no tenían el dinero, continuaban usando el metate. Hoy en día, podemos encontrar algunas familias que, para moler nixtamal de maíz, continúan usando el metate, hecho por el cual, son consideradas personas pobres.

Cultivo persistente de café

La vida tradicional de los habitantes de Chimtik se caracteriza por el uso constante de maíz y frijol, como alimentos básicos de la familia, sin embargo, el tercero cultivo que actualmente desempeña un rol importante en la economía local es cafeticultora.[4] En esta sesión presentaré una historia breve de este cultivo en Chimtik, las condiciones, técnicas de su cultivo y transportación. La producción del café no era común en la vida de la gente, no constituía pues alimento esencial. El grano de café no se come sino sirve para preparar bebida. El café no satisface el hambre ni genera fuerza para poder ejercer el trabajo del campo. El café solo se bebe para satisfacer al paladar y calmar momentáneamente la sed por las mañanas y noches. El café en los años 1950 era casi desconocido en esta región. María Pérez Hernández de 68 años de edad, nativa de Chimtik, señala que:

> "Mi padre no sembraba café y no lo conocíamos; todos trabajábamos de la milpa, así vivíamos. Temprano salíamos a trabajar con mis padres y hermanos para cultivar la milpa. El café no se cultivaba en nuestro territorio, nadie lo sembraba, pues el grano de café no se come, solo la milpa se cultivaba en todo esta valle de Yutuk'um y Campo de los Toros; toda la gente vivían de maíz" (ED con Maria Pérez Hernández: 22/12/2006).

Este relato se refiere a la situación económica alrededor de 1951. La familia vivía en *Ti'amaltic* que era uno de los barrios que conformaba la comunidad de Chimtik. A pesar de que esta familia, poseía tierras con el clima templado en *Yaxalumil*, no sembraba café. En cambio, Victorio y Manuel del linaje Pasinsa, vivían en el centro de Chimtik. Manuel recuerda del abuelo de nombre Vicente:

> "Yo lo miré, por ahí en 1947; mi abuelo tenía cuatro matas de café a un lado de su casa en tek'elerumunis, (yutuk'um) sembrados debajo de los árboles de aguacates y de limón. Lo miraba como cortaba los frutos colorados de capel (café) con una jícara en la mano en donde depositaba el fruto. Luego, lo molía despacio en un metate de piedra para extirparlo de la cáscara; hay veces que sólo lo apretaba el fruto maduro con los dedos: salían volando las semillas de capel. Después, lo tendía en un petate en el patio de la casa para que se secara al sol; una vez seco el grano, lo tostaba en un comal de barro y posteriormente molía en un metate hasta convertirlo en polvo. Mi abuelo lo utilizaba en tres formas: a) se preparaba para beber de vez en cuando y endulzaba con jugo de caña; b) el agua de café era usada para mojar la tortilla, cuando la familia no contaba con frijol cocido; c) el polvo de café lo utilizaban para tapar las heridas y así evitar el sangrado de la pie" (ED con Manuel Pérez Gutiérrez: 23/12/2006).

Desde este relato y narrativa ¿Cómo explicar la existencia de café y su uso en la vida de la familia Pasinsa y la falta de este cultivo en otras familias? En primer lugar, recordamos que los Pasinsas contaban con un líder espiritual más importante de la comarca, el que era conocido como *k'ulej vinik*, hombre rico y poderoso. Para esta gente, como mencionó Manuel, el café tenía dos usos: era un complemento eventual de dieta familiar y una medicina para la curación de las heridas. En segundo lugar, el café crece y fructifica en clima templado y cálido. En Chimtik es clima frío y no apto para la siembra de café. En los meses de noviembre, diciembre y parte de enero cae helada que quema las hojas y destruye los granos de café en proceso de maduración. Pero los Pasinsas poseían pedazos del terreno en Yolon-ontik y Yutuk'um lugares que contaba con el clima templado. Allí, al lado de sus casitas sembraban algunas matas del café. Con una canasta amarrada en la cintura depositan allí los granos. En el segundo corte de café participan todo los integrantes de la familia y algunos vecinos. Las mujeres que vemos en esta fotografía acostumbran atar sobre su cintura la canasta llamada mosh que sirve para depositar las frutas de café. Una vez acumulados los granos de café, quedan depositados en un costal de plástico. Estas mujeres han adquirido una habilidad sorprendente en el corte del café. Sus dedos se mueven con ligereza para desprender el grano maduro de la rama de la planta de café. El corte de café es considerado como una actividad fresca porque siempre es efectuada debajo de la sombra de árboles que protege los cafetales del calor; es vista como una actividad atractiva porque permite charlar y divertirse. (17-01-2004). Hoy en día, otras familias nativas de Chimtik poseen sus tierras en lugares que disfrutan de una temperatura ambiental moderada (Yut ukum, Yaxalumil). En estos territorios, sí crecen las plantas de café debajo de la sombra de algunos árboles frutales tales como nísperos, cacahuates, guayaba, chalum y mango. En 1966, gracias al impulso por parte de la familia Pasinsa, el cultivo del café se expandió más no dejó de ser el cultivo de segunda. El primer café que se comenzó a sembrar en Yut ukum se conoce como el Maraco. Esta especie alcanza la altura hasta 3

3 Cien años de soledad. 1967, Buenos Aires, Sudamérica.

4 El café se llevó de Oriente a Europa. Las empresas colonizadoras de Europa introdujeron su cultivo en las colonias, de este modo, la planta llegó a América a principios del siglo XVIII y en México se introdujo a finales del mismo siglo. En Chiapas el cultivo se ha consolidado como empresa capitalista en finales del siglo XIX por medio de las Fincas Cafetaleras inicialmente en la región de Soconusco.

metros, sus ramas son largas además de que da escasos frutos. A la hora de tapizcar, no se podía alcanzar los granos. Con el tiempo se introdujeron otras especies: *borbón* y *caturo*, las que daban más frutos y crecían de baja altura.

Motivados por intereses económicos, lo empezaron sembrar otras familias. Victorio Pérez Gutiérrez, el quinto hijo de Antonio Pasinsa y Antaño el líder religioso en Chimtik, recuerda lo siguiente:

> "Yo primero comencé a sembrar el café debajo de árboles de aguacate y de mango para encontrar dinero. Lo que me decían algunas personas era que se vendía muy bien; me inspiraron a sembrar como 100 matas. Pero, cuando coseché los primeros frutos, no se vendía, nadie compraba. Después fui a ofrecerlo en el pueblo de Pantelhó, Chiapas; tampoco compraban. Lo dejé recomendado en una casa y, posteriormente lo vendí en un precio barato de cincuenta centavos por kilo. Yo vendía muchos granos de café pero poco dinero obtenía; esto no valía la pena porque requería mucho trabajo y hay que trasladarlo a espalda hasta en Pantelhó caminando cuatro horas a pie para llegar a Pantelhó. En aquellos años, (1969) no había máquina para despulpar la semilla; con metate se aplastaba suavemente para evitar el maltrato de la semilla. Mis hijos y mi mujer ayudaban a quitar la cáscara; solo se dejaba la semilla en un recipiente. Luego, se depositaba en un recipiente dejándolo dos noches en intemperie para que espume. Después había que llevarlo al pozo de agua para lavarlo bien hasta que quede lúcida la semilla. Posteriormente, secar al sol durante tres días. Queda listo para almacenar, tostar, moler para beber. También, está listo para sacar al mercado y obtener dinero" (ED con Victorio Pérez Gutiérrez; 22/12/2006).

En las decena 1970 a 1980, aproximadamente, se empezó a valorar el consumo familiar del café aunque tuviera escaso impacto comercial. La expansión del cultivo de café ha generado una nueva idea, de que el café no sólo era para el *k'ulej* (rico). La gente empezó apreciar su valor complementario al alimento, su sabor sin olvidar que era una bebida ostentosa que no proporcionaba fuerza para trabajar. Se decía: *ja' no'ox k'upinel ta uch'el* (beberlo es sólo un gusto). Ya que era un lujo que ayudaba a digerir alimento, no valía la pena sembrar más que lo necesario. El cultivo del café ocupa mucho espacio de terreno porque cada mata dista de metro con ochenta centímetros aproximadamente. A pesar de que el período de fructificación es muy largo (un árbol del café tarda de cuatros a cinco años hasta que fructifique), durante todo este tiempo requiere un laborioso cuidado.

Después de 1980, la gente de Chimtik, comenzó a escuchar lo que les decían la gente cuyas comunidades se encontraban en la tierra cálida. Éstos argumentaban que el café es dinero y que los mestizos pagaban bien por kilógramo. Los mestizos iniciaron a comprar los granos de café en pocas cantidades y el precio por kilo era de seis a siete pesos. El precio era alto en comparación con el precio de maíz y frijol. Algunas familias de Chimtik aumentaron la superficie de plantación de café en sus terrenos de cien a doscientas plantas. El precio en los primeros años de cosecha era muy alto: el kilogramo se podía vender por doce o quince pesos. Esto les motivó a utilizar sus parcelas de clima templado para sembrar café al lado de maíz y frijol. La parcela la dividían en dos por razones prácticas. Las plantas de café crece lentamente; como comente antes, hay que esperar de tres a cinco años para que comience a dar los primeros frutos. Durante este largo espera uno no puede quedarse con manos cruzadas esperando que llegue el tiempo de la cosecha, sino que tiene que seguir produciendo el maíz para mantenerse. Además, el grano de café solo sirve para vender al mercado local y obtener un dinero complementario. Por eso la mayoría de las familias continuaron con el cultivo de maíz y frijol en sus parcelas. Hasta 1985 aproximadamente, el cultivo de café no logró convertirse en una actividad principal en la vida de las familias; no logró sustituir el cultivo del maíz ni frijol. El trabajo de campo se dividió en dos temporadas: mientras el campesino era menos ocupado con su milpa, más se dedicaba al cultivo del café. La cosecha y la comercialización del grano de café era concebida como una ganancia extra, un excedente que se podía extraer de la tierra. Mientras tanto, los habitantes de Chimtik podían reflexionar sobre la idea popularizada por la gente *olon k'ixin osil* (tierra baja cálida) según la cual el café era dinero. Sebastián Pérez explica los siguientes: Me decían que sembrar café deja mucho dinero en cada cosecha; yo me puse a pensar:

> "El dinero no se come; sólo podemos comprar algunas cosas que no producimos. Entonces, el dinero no es tan importante en nuestra vida diaria, solo actúa como un añadido a nuestra vida. Por eso, siembro poco café. En cambio la milpa es nuestra vida y vivimos del maíz; no la debe faltar en nuestro terreno y en nuestra casa. Pues el maíz es el alimento principal que nos da fuerza para caminar, trabajar, mirar y reproducir, mientras vivimos en esta tierra". (ED con Sebastián Pérez: 24/05/2006).

Las personas que viven en *olon k'ixin osil*, en las comunidades como Chimix, Acteal y Pechikil, las que se encuentran cerca del centro de la comercialización del café- Pantelhó, no reflexionaron lo suficientemente acerca de las desventajas que podría acarrear la plantación masiva del café en sus parcelas. Les venció la ambición de cubrir mayor parte de sus tierras de plantíos de cafetal. Tenían la certeza de producir bastantes granos y obtener mucho dinero al venderlo en el mercado. Suponían que con este dinero podían comprar el maíz y frijol lo que les permitiría vivir mejor. Pero estas expectativas resultaron falsas. La venta del maíz en el mercado local es a veces limitada. Cuando maíz escaseaba en el mercado local, y nadie salía a venderlo. La gente que no sembró suficiente maíz en la parcela y se ocupó del cultivo de café, tenía que marcharse a comprar el maíz hasta la tienda CONASUPO localizada en la cabecera municipal. Las gentes necesitadas de granos, se formaban para adquirir el bendito maíz y frijol. En ocasiones, el maíz se agotaba rápidamente y muchas personas, regresaban a la casa sin granos.

Estos hechos les permitieron reflexionar a la gente de Chimtik sobre acerca de su antiguo estilo de vida. Cuando no hay maíz en el mercado, uno sufre de hambre. No se puede vivir comprando maíz, hay que producirlo. Maduraron sus pensamientos: "el dinero no se come, porque sólo son tiras de papeles y pedazos de metal" (Nota de diario de campo: 10-08- 2005). Así surgió la idea de eliminar una parte del cultivo de café en la parcela; y volver a sembrar maíz y frijol en sus terrenos. Había también excepciones. Las personas de Chimtik, que poseen terrenos en tierra templada, han cultivado de una hasta dos hectáreas de cafetal. Por ejemplo, Pablo Arias tiene cafetal de una hectárea y media cerca de Campo de los Toros. Café constituye para él la principal fuente de ingreso económico para su familia, pues cosecha anualmente de ochocientos a mil kilogramos. En 1998 el kilogramo llegó a valer de veinticinco a treinta pesos mexicanos. Obtuvo un ingreso total de veinte cuatro a treinta mil pesos. Éste ingreso, es anual porque las cosechas solamente se colecta el grano de café una vez al año. Esta persona, tuvo la capacidad de invertir su capital en la construcción de una casa de material industrial en su barrio de *Ti'amaltik*; compró blok de cemento y diseñó el techo de la casa de tipo raso de concreto. En 1998, fue la única casa moderna en *Ti'amaltik*. Por la regla común prevalecían argumentos en contra. Los cultivadores de café explican que las plantas del café necesita mucho cuidado: hay que efectuar *felvil no'ox ta machita,* (el corte de hierbas con machete) por lo menos tres a cuatro veces durante el año para mantener el cafetal limpio de malezas. Aseguran los caficultores que lo más conveniente es limpiar con el azadón para remover la tierra, cortar las raíces de las hierbas, esto, pues ayuda a que la tierra absorba

oxígeno al interior del suelo. También, acostumbran realizar el codeo, doblando los tallos de cada mata del cafetal con el fin de preparar el nacimiento de retoño; además, se cija los retoños una vez al año para evitar el amontonamiento de los hijuelos en el tallo del café, dejando solamente de dos a tres, hijuelos robustos para que continué desarrollándose. Además, afirman los cafeticultores, si no se cija, existe el peligro de que el café no florezca suficiente y como consecuencia, no producirá frutos abundantes. Otra actividad que tiene que ver con el cuidado del café se llama "poda": significa cortar los gajos o las ramas que han dejado de florecer y de dar frutos. Si el cafetal dio suficientes frutos el año anterior, quedó totalmente agotado, sus ramas se vuelven desnudas secas sin esperanza de fructificar en año siguiente. Estas ramas hay que cortar con un machete filoso. Si se corta mal y se desprende la cáscara del tallo, entonces el tronco del café entra en proceso de pudrición lenta, poniéndose amarillenta las hojas y condenado a no florecer con abundancia. Por último, hay que vigilar cada mata del café, a ver si no tiene musgo. Si el musgo crece en los tallos, hay que rasparlo con cuidado para quitarle de allí. Si no se lo hace, el musgo chupa el agua del tallo y debilita el crecimiento del café hasta matarlo. Se han desarrollado estrategias para continuar con la plantación del café en antiguo lugar. En los espacios vacíos entre los sorgos donde crece el cafetal envejecido, se siembra una nueva planta; se espera hasta que crezca y de los primeros frutos. Después se cortan las plantas de café envejecido. Así queda renovado el cafetal con la nueva plantación. Esta técnica se conoce como el sistema de rejuvenecimiento del cafetal, porque al final quedan exclusivamente las plantas jóvenes. Esta estrategia de innovación ha favorecido a los cafetaleros que ya no sufren una pérdida frecuente de la cosecha. Las plantas del café se rejuvenecen cada 10 años aproximadamente.

El cultivo del café es un trabajo duro que pasa por varias etapas. El corte del grano maduro se realiza en tres períodos de tiempo. El primer corte, se inicia en el mes de diciembre cuando se cortan los primeros frutos maduros; esta actividad se denomina en tzotzil *tul ve sat cappel (el* corte de los primero frutos de café). Este proceso es trabajoso porque en cada mata hay que ir buscando y seleccionando las frutas maduras. El segundo corte se lleva a cabo a mediados de enero, aquí participan muchas personas tanto familiares y vecinos, porque es un corte cuantioso. Dejando solamente las frutas verdes e inmaduras en las plantas. Es decir toda las frutas coloradas son cortadas hábilmente por las manos de las personas. En esta etapa, el trabajo se divide entre tres grupos; a) un primer grupo sale al campo a cortar el grano y acarrearlo a la casa; b) el segundo grupo se dedica a despulpar las semillas; c) el último grupo se dedica a trasladar al rió o al pozo de agua para lavar las semillas y transportarlas de nuevo a la casa. Luego, se extienden las semillas en el patio de la casa para secarlas expuestas al sol. El tercer y último corte se realiza en la segunda semana de febrero; se recoge todas las frutas que hay en las plantas, inclusive las que no están maduras. Este último corte es trabajoso para la familia ya que después del corte, se debe extender todas las semillas en el patio de la casa para separar las frutas maduras de las inmaduras. Los frutos verdes e inmaduros no se despulpan; se los acostumbra a sacar al sol con toda la cáscara para que el calor lo seque. Este tipo de frutas de café inmaduras que se seca al sol se conoce como *chibola*. Posteriormente, se venden por dos pesos mexicanos el kilógramo. En el corte participan todos los hijos e hijas casados (as), e incluso nietos. Todos unen las manos y los esfuerzos para agilizar el corte; si no se apoyan en forma conjunta, el fruto de café será consumido por los roedores y las aves que echarían a perder una parte de la producción. Victorio nos cuenta que durante la cosecha, participan los tres caballos de Victorio para trasladar el grano de café a la casa. Una vez el café está en la casa, inmediatamente se despulpa con una maquina eléctrica. Esta actividad se realiza por lo general por dos personas, el yerno de Victorio se llama Antonio Pérez Taquimut, él llena la canasta con granos de café y luego le entrega a su suegro victorio para luego vaciar en la boquilla de la despulpadora. Por ejemplo, los dos patios que tiene Victorio, no son suficientes para el secado de café en la segunda fase del corte; por ello tienen que llevarla a la orilla de la carretera, utilizando las cunetas reseñados de cemento para extender el grano. Primero, los limpian con la escoba para retirar la basura del lugar dónde van a poner los granos. Segundo, transportan el grano, cargando el bulto de costal en los hombros. En el lugar derraman el grano y lo extienden lentamente con un rastrillo de madera, dejando durante el día. Tercero, por las tardes los recogen y los trasladan a la casa para almacenar. Los granos deben estar expuestos al sol durante tres días para que se seque el grano. Después de despulpar el grano de café, luego se tiende en el patio de la casa para dejar que se seque con el calor del sol. Este secado generalmente se lleva a cabo durante tres días consecutivos y hay que estar nivelando o emparejando con una planadora de madera para que el calor del sol penetre y seque. En la extendida del grano de café en el patio de la casa participan los nietos que lo jalan con una madera con manco largo. Los niños se divierten mucho porque jugando realizan un trabajo importante que consiste en extender el grano del café en el patio. Por otro lado, la familia tiene que estar muy atenta a la lluvia; si observan que viene espesa la nube del cielo, recoge, inmediatamente los granos en un costal para evitar que se mojen de agua. El secado del grano de café tiene que durar tres días, para que el calor del sol penetre hasta el interior de los granos; una vez seco el grano, se lo almacena dentro de la casa en un lugar seco. Al mismo tiempo se indagan los precios que hay en el mercado local de Pantelhó. Generalmente, los primeros frutos salen al mercado porque la familia necesita dinero para pagar a los trabajadores que participaron en el corte. En cambio, el segundo corte se logra almacenar unos meses. Pues, las familias que no tienen muchas necesidades de dinero, esperan con tal de que suba un poco el precio en el mercado. Hay ocasiones que resulta todo lo contrario; pues baja el precio en vez de subir provocando la desilusión de la familia: "fuera vendido cuando estaba alto el precio y ahora ya bajó bastante; ni modos, tengo que vender todo. ¿Para qué lo quiero aquí almacenado? No se puede ni comerla." Podemos concluir, que el ingreso económico de la familia de Victorio está sujeto al mercado de precios de los productos, es decir, los precios no son estables. Hay años que puede irles muy bien. En algunos años, la familia alcanza grandes ingresos mientras que en otros, el precio del mercado baja. Pero la familia ya está acostumbrada a estos cambios de precios. Por más que les provoque una momentáneamente desilusión, en seguida se conforman con lo que sucede. Saben que la vida es como un juego: se gana o se pierde. Finalmente cabe mencionar algunas técnicas de transporte que utilizan los cafetaleros de Chimtik para trasladar el grano a la casa. Las personas que se dedican al cultivo de café, generalmente poseen uno a tres caballos de carga. Estos animales están utilizados como medio de transporte por excelencia; los caballos pueden subir y bajar en los caminos accidentados y reducidos sin mayores dificultades. Encontramos tres formas de colocar el bulto de café en la espalda de los caballos: La primera forma es horizontal. Mientras que uno coloca el primer bulto horizontalmente en la espalda del caballo, el otro debe sostenerlo con las dos manos hacia arriba apoyándose fuertemente con la cabeza. Al sujetarla con un laso, se lo aprieta bien; en seguida queda listo para transportar hacia la casa, con la boca del costal hábilmente costurado. La segunda forma reside en inclinar los bultos con la boca del costal hacia arriba. Esta técnica permite evitar que el grano de café se chispe del costal durante el viaje. Es difícil colocar el bulto sobre la espalda de caballo; para esta tarea se necesita dos personas fuertes para que puedan sostener el pesor del bulto (40 k.). Cualquier movimiento brusco del caballo

puede venir la carga hacia el suelo. La tercera forma es más horizontal y es practicada por una sola persona. Se debe poner los bultos al suelo cerca del caballo en ambos lados. Primero se pone el laso encima de la espalda el caballo, Este proceso es un poco complicado; un movimiento brusco del caballo puede tumbar la carga al suelo.

En estas actividades no sólo participan hombre sino también mujeres que han adquirido las habilidades necesarias a lo largo de la práctica cotidiana. Por este motivo se las llama en tzotzil *tzatzal antzetic* (mujeres fuertes). Logramos también registrar que en el traslado del grano de café, participan los hijos quienes transportan el bulto en la espalda sosteniéndolo con un mecapal que ponen sobre su frente. En ocasiones, tambalean con la carga cuando el camino es resbaloso por causa de la lluvia. Pero, no se rinden y siguen caminando con el propósito firme de llegar al destino. Finalmente, acudiremos a modos de procesar el grano de café. Primero, el grano de café es tostado en un comal de barro; luego se lo muele en metate hasta convertirlo en polvo. Una vez el grano está hecho polvo, se lo guarda en un frasco o en una bolsa de nailon de plástico; se lo cierra herméticamente y guarda en un lugar fresco para evitar la fuga de aroma o la perdida de la fuerza del café. El aroma penetrante da fuerza al café, mientras que su fuga la vuelve "débil". Para preparar la bebida del café en casa, primero ponen a hervir el agua en una olla de barro y esperan a que comience a burbujear. Segundo, vierten un poco el polvo de café y con un palo delgado van mezclando; tercero, agregan un poco de jugo de caña de azúcar o panela para endulzar. Actualmente es endulzada con azúcar de caña comercial. Algunas personan preparan una bebida que finge ser café. Para obtener el polvo no se utiliza café sino tortillas de maíz quemadas al fuego. Luego, se las desborona haciendo polvo negro y se lo mezcla con agua caliente en una jícara. Se agrega un poco de jugo de caña o panela de caña para endulzar y la bebida queda lista para beber. Las familias que hacen este tipo de bebida, son consideradas *meon* (pobre) porque no tiene la iniciativa de cultivar el café.

Referencias

El cultivo de café se volvió parte de la economía monetaria; la mayoría de la población siembra para vender y obtener ingreso monetario. El consumo familiar es todavía limitado; aparte de que se requiere la compra de azúcar para endulzar, muchos prefieren por las mañanas, tomar una jícara de pozol caliente después del desayuno para mantener sus estómagos llenos, además de poseer energía para ir a trabajar en el campo. Además como hemos visto, el trabajo no es fácil, tal como expresa Victorio, el trabajo de café es difícil, pesado, laborioso. El proceso de la producción y procesamiento del café es largo e implica diversas actividades: cortar los frutos, contratar a los trabajadores, moler para despulpar las semillas, lavar con abundante, secar al sol y finalmente transportar para vender. El precio por kilogramo no es fijo. El comprador mestizo ofrece el precio a su conveniencia. Al dueño del grano de café no le queda otra opción que al momento de venta, aceptar el precio ofrecido por el mestizo. Con dinero obtenido de la venta de granos de café, se consiguen sufragar algunos gastos de índole secundaria; por ejemplo la compra de sal, azúcar, carne de res, ropas, sandalia y zapatos para los hombres. Además, se logran pagar a las personas contratadas para quemar y rozar los espacios para la siembra de la milpa, sembrar y cosechar maíz y frijol. Por el dinero que deja el café se compran herbicidas, láminas para el techo de sus casas, algunos complementos alimenticios de procedencia industrial como aceite comestible, olla de peltre, refrescos y otros más. Entretanto, el cultivo de café, actividad secundaria en la mayoría de las familias es mezclada con el sistema de cultivo tradicional, la milpa. La relación profunda con la tierra, así como, la visión del mundo, ha cambiado lentamente por las innovaciones introducidas en Chimtik, especialmente, el presbiterianismo simultáneamente con las tiendas, el consumo y el contacto creciente con la ciudad.

Referencias

Bartra, A. 1985. **Los Herederos de Zapata. Movimientos Campesinos Posrevolucionarios en México** (México DF: ERA).

Bartra, A. 1992. "Las Organizaciones Económicas Campesinas ante la Reforma Rural" en **Cuadernos Agrarios**, Nueva Época, 5/6, pp 126-132.

Bartra, A. 2000. "Sur Profundo" en Bartra, Armando (ed.) **Crónicas del Sur: Utopías Campesinas en Guerrero** (México DF: Ediciones Era).

Bartra, A. y Otero, G. 2001. "Sur: Megaplanes y Utopías en la América Equinoccial

Bouveresse, J. 2006. **Wittgenstein; La modernidad, el progreso y la decadencia**. UNAM. México

Cohen, J. 2004. "Community, Economy and Social Change in Oaxaca, Mexico: Rural Life and Cooperative Logic in the Global Economy" en Otero, Gerardo (ed.) **Mexico in Transition: Neoliberal Globalism, the State and Civil Society** (London: Zed Books).

Díaz-Polanco, H. 1992. "Autonomía, Territorialidad y Comunidad Indígena: Las Reformas de la Legislación Agraria en México" en **Cuadernos Agrarios**, Nueva Época, 5/6, pp 62-79.

Flores F. J.1995. "Los Pueblos Indios en la Búsqueda de Espacios" en **Cuadernos Agrarios**, Nueva Época, 11/12, pp 148-58.

Gellner, E. 1989. "Las raíces de la cohesión"; En: **Cultura, Identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales**. Traducción: Alberto L. Bixio. Gedisa. Barcelona. pp.40-57

Jacorzynski W. 2004. **Entre los sueños de la razón. Filosofía y antropología de las relaciones entre hombre y ambiente**. Casas Chata. México.

_____ 2006. **Posmodernismo y sus Críticos: discusiones en torno a la antropología posmoderna**; Casa Chata, México.

_____2009. **En la cueva de la locura. Aportaciones de Ludwig Wittgenstein a la antropología social.**Casa Chata, México.

Marquez, G. 1967. **Cien años de soledad.** Buenos Aires, Sudamérica.

Palerm, J. V. (1997) **Los nuevos campesinos**. Universidad Iberoamericana. México. Pastrana Itxaso Miren & Pérez.

Pérez E. 2004. **566 Las Limas: Sembrando miradas**. Ed. Fray Bartolomé de las Casas. A.C.

Pérez, D. V. 1974. **Pueblos y clases sociales en el campo español**. XXI México.

"Castilla En España"; en: *Jons*, Num. 2.

Pierucci, A. F. 2004. **O desencantamento do mundo. Todos os passos do conceito em Max Weber**. Editora 34.

WEBER, M. 1967. **A ética protestante e o espirito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a08

Sistema de indicadores para aplicações na agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento alternativo: proposição e aplicação em comunidade rural

Ricélia Maria Marinho Sales[1] & Gesinaldo Ataíde Cândido[2]

[1]Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Câmpus Pombal, Paraíba, Brasil. E-mail: riceliamms@gmail.com.
[2]Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: gacandido@uol.com.br

Recebido em 25 de setembro de 2015. Aceito em 30 de dezembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – Esta propositura sugere a necessidade da utilização de formas diferenciadas para analisar o processo de geração do desenvolvimento em escopos geográficos com características específicas, relacionadas a pequenas comunidades rurais. O objetivo geral foi propor e aplicar um sistema de indicadores construído de modo singular para evidenciar que as teorias do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento sustentável são capazes de revelar valores, práticas e costumes essenciais para maior sustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa que possibilitou a estruturação de um sistema de indicadores para ser aplicado em unidades e/ou em comunidades rurais que apresentem características similares à agricultura familiar, no tocante à forma de organização, à viabilidade e ao potencial emancipatório. E os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico; obtenção de dados primários, dados secundários e, a estruturação do Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Alternativo e Sustentável para a Agricultura Familiar (DASAF) e aplicação na Comunidade Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras localizada no município de Pombal/PB. Por fim, o resultado revelou que o valor do índice do sistema de indicadores DASAF foi igual a 0,5271. Com isto, demonstra-se que as práticas, os costumes, os valores que nutrem a existência da agricultura familiar, na comunidade apresentaram uma vinculação intermediária com o desenvolvimento alternativo e sustentável.
Palavras-Chave: *Sistema de indicadores, Desenvolvimento, Agricultura familiar*

Indicators system for applications in agriculture: an analysis from the Organization, the feasibility and emancipating potential

Abstract – This filing suggests the need to use different ways to analyze the development process of generation in geographic scopes with specific characteristics related to small rural communities. The general objective was to propose and implement a system of indicators built in a unique way to show that theories of alternative development and sustainable development are able to reveal values, practices and customs essential for greater sustainability of family farming in the Brazilian Northeast. In terms of methodology, it was based a descriptive qualitative which enabled the structuring of a system of indicators to be applied in units and / or in rural communities that have similar characteristics to family agriculture, as regards the form of organization, feasibility and emancipatory potential. And the adopted methodological procedures were: literature; obtaining primary data, secondary data, and the structuring of the Indicator System of Alternative and Sustainable Development for Family Agriculture (DASAF) and application in Rural Community Várzea Comprida dos Oliveiras in the municipality of Pombal / PB. Finally, the results showed that the value of the indicator system DASAF index was equal to 0.5271. With this, it is shown that the practices, customs, values that nourish the existence of family farming in the community showed an intermediate link with alternative and sustainable development.
Key Words: *System of indicators, Development, Family agriculture.*

Sistema de indicadores para los usos en agricultura: un análisis de la organización, la viabilidad y potencial de emancipación

Resumen – Esta presentación sugiere la necesidad de utilizar distintos métodos para analizar el proceso de generación de desarrollo de ámbitos geográficos con características específicas relacionadas con las pequeñas comunidades rurales. El objetivo general fue proponer e implementar un sistema de indicadores construidos de una manera única para mostrar que las teorías de desarrollo alternativo y el desarrollo sostenible son capaces de revelar los valores, usos y costumbres esenciales para una mayor sostenibilidad de la agricultura familiar en el Nordeste brasileño. La metodología se basa en un estudio descriptivo de naturaleza cualitativa, que hizo posible estructurar un sistema de indicadores que se aplicarán en las unidades y / o en las comunidades rurales que tienen características similares a la agricultura familiar, en cuanto a la forma de organización, la viabilidad y el potencial emancipatorio. Y los procedimientos metodológicos adoptados fueron: la literatura; la obtención de datos primarios, datos secundarios, y la estructuración del Sistema de los Indicadores de Desarrollo Alternativo y Desarrollo Sostenible de la Agricultura Familiar (DASAF) y la aplicación en Várzea Comprida dos Oliveiras en el municipio de Pombal/PB. Finalmente, los resultados mostraron que el valor del índice DASAF sistema indicador fue igual a 0,5271. Con esto, se demuestra que las prácticas, costumbres, valores que nutren la existencia de la agricultura en la comunidad campesina mostraron un enlace intermedio con el desarrollo alternativo y sostenible.
Palabras Clave: *Sistema de los indicadores, Desarrollo, Agricultura familiar.*

Introdução

Esta propositura sugere a retirada do capital financeiro e econômico do centro de todas as coisas, relativizando sua importância e com isso podendo destacar outros elementos ligados ao social, ao político-institucional e ao ambiental. Relativizar a importância do capital exige a construção de uma "nova sociedade" e isto precisa ser um desejo de muitos para buscar os meios de concretizar mudanças num diferente projeto de organização social retirando a possibilidade de existir apenas dois tipos de grupos que se digladiam historicamente: os privilegiados versus os excluídos. Existem ainda grupos constituídos por afinidades, por identidade, por especificidades, como: os agricultores familiares, os camponeses, os indígenas. A formação destes grupos não apresenta apenas o elemento econômico como elo, pode revelar também elementos contributivos para a concretização de princípios e ações baseados na sustentabilidade, na qualidade de vida, na proteção à natureza e na possibilidade de inclusão de pessoas em atividades produtivas.

Essas atividades produtivas podem ser realizadas sem que haja a relação de autoridade que limita e acrescenta elementos externos de controle sobre a atividade humana. Isto é possível mediante uma organização do trabalho e da produção que siga o princípio da igualdade e da solidariedade pautados na justiça, pois assim é possível que as pessoas sejam livres para definir sua jornada de trabalho e os melhores modos de realizar as atividades produtivas dando vida ao trabalho.

No entanto, tudo isso só será possível se as bases social e econômica forem acompanhadas pela construção de mecanismos de sustentabilidade, no que pese a solidariedade, o compartilhamento e o respeito pelos menos favorecidos, principalmente, por parte de empresas, indústrias e outras organizações que são componentes de setores modernos da economia. Assim, a participação social

é fundamental para a promoção de estratégias e de políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Em um contexto mais amplo, ainda não foi possível identificar a criação de uma proposta de desenvolvimento sustentável pautada no estabelecimento de uma política nacional, articulada com a política regional, estadual e local, cujo objetivo fosse a coesão social e espacial, visando a inclusão de grupos historicamente excluídos e também a promoção do bem estar da população rural, reconhecendo assim a importância da agricultura familiar para manter o equilíbrio entre o desenvolvimento do local, do estado, da região e do país. Neste sentido, é necessário conhecer com profundidade as políticas e ações voltadas para geração de melhorias na atividade rural, considerando o processo de evolução histórica e cultural da atividade.

O contexto que propiciou a execução prática deste trabalho foi uma comunidade rural, situada no Semiárido e especificamente, na mesorregião do Sertão Paraibano denominada como Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada no município de Pombal no Estado da Paraíba. O ecossistema predominante nesta área é o mesmo que apresenta-se no Nordeste brasileiro e em especial na porção semiárida é a caatinga. Este bioma é rico em biodiversidade, porém frágil, em todas as dimensões da sustentabilidade aqui considerada, como um constructo que pode auxiliar na criação de uma proposta de desenvolvimento centrado nas pessoas e para as pessoas de modo igualitário e criando condições para garantir a qualidade de vida, qualidade do ambiente e sobremaneira a qualidade da execução da atividade da agricultura familiar no presente e no futuro, assim a sustentabilidade foi vinculada a um conjunto de valores como a identidade, a igualdade, a democracia, a cidadania e o respeito à natureza (Leff, 2010).

É neste contexto que a utilização dos conceitos e abordagens do desenvolvimento alternativo constituiu-se em um mecanismo mais eficiente para analisar de forma mais consistente e fidedigna as contingências dos diversos atores sociais envolvidos com a atividade agrícola em regiões com as características do semiárido do Nordeste brasileiro.

Os conceitos e abordagens do desenvolvimento alternativo proposto por Santos e Rodríguez (2002) apresentam linhas de ações que permitem uma aplicação junto a unidades produtivas que apresentem características associativas de produção e de trabalho. Os autores Santos e Rodríguez (2002) são categóricos em afirmar que o desenvolvimento alternativo trata-se de uma teoria cuja origem data dos anos 70 do século passado e, que foi elaborada por vários intelectuais, peritos em planejamento econômicos e ativistas, todos críticos aos projetos de desenvolvimento econômicos que não incluam a participação das comunidades, principalmente porque as excluíam do processo de aceleração do crescimento econômico e também das políticas voltadas para o setor industrial. Este modelo de exclusão que carregou a bandeira do desenvolvimento foi o combustível que motivou o desejo de elaborar premissas e pressupostos que justificaram a formulação de reflexões e a organização eventos que aglutinaram pensadores que não estavam satisfeitos com a abordagem tradicional do desenvolvimento.

Mediante esta contextualização afirma-se que o desenvolvimento alternativo pode ser considerado como um paradigma que opõem-se às ideologias das agências de desenvolvimento e desenha um quadro epistemológico e metodológico norteados por duas questões cruciais: Como enquadrar o crescimento e a produção (lógica preponderante) dentro de uma abordagem que acredita na viabilidade de um desenvolvimento centrado nas pessoas? E como inserir o desenvolvimento alternativo nos programas de ajustes estruturais adotados por instituições financeiras nacionais e internacionais?

A proposta central do desenvolvimento alternativo é a criação de espaços diferenciados do viés preponderante das questões econômicas, capazes de gerar uma transformação gradual da produção e da socialização a partir de práticas igualitárias, solidárias e sustentáveis.

O ponto de interseção entre o desenvolvimento alternativo e o desenvolvimento sustentável é o diálogo dos saberes. Este, por sua vez, é construído a partir da sociedade, da participação popular e da emancipação social. Assim, é relevante que a sociedade conheça a realidade, conviva com as especificidades locais e adapte-se a esta realidade. O desenvolvimento sustentável também foi abordado visando a sustentabilidade. E a sustentabilidade está vinculada a um conjunto de valores como a identidade, a igualdade, a democracia, a cidadania e o respeito à natureza (Leff, 2010).

As pesquisas que abordam o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade apresentam focos na identificação de problemas vinculados a alterações físicas, químicas e biológicas de elementos naturais e se propõem a ajudar a sociedade a prevenir, a mitigar ou mesmo a buscar solucioná-los. Assim, existe um aspecto estratégico que precisa articular o pensamento e as ações. As dimensões normativas e os aspectos práticos do desenvolvimento sustentável impulsionam as pesquisas a identificar os processos e as dinâmicas que emergem rumo à clarividência de novas abordagens, de melhor compreensão do conceito e, principalmente, de que as sociedades precisam mudar de insustentáveis para sustentáveis, mas eis que surge um desafio: como mensurar o estado atual de uma determinada sociedade?

A partir destas considerações, o objetivo do artigo foi propor e aplicar um sistema de indicadores construído de modo singular para evidenciar que as teorias do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento sustentável são capazes de revelar valores, práticas e costumes essenciais para maior sustentabilidade da agricultura familiar no Nordeste Brasileiro.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa que possibilitou a estruturação de um sistema de indicadores para ser aplicado em unidades e/ou em comunidades rurais que apresentem características similares à agricultura familiar, no tocante à forma de organização, à viabilidade e ao potencial emancipatório. E os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento bibliográfico; obtenção de dados primários, dados secundários e, a estruturação do Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Alternativo e Sustentável para a Agricultura Familiar (DASAF) e aplicação na Comunidade Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras localizada no município de Pombal/PB.

Além deste conteúdo introdutório, o artigo aborda na sua fundamentação teórica, conteúdo relacionado a agricultura familiar e os sistemas de indicadores demonstrando a articulação entre o desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar, em seguida são mencionados os procedimentos metodológicos para proposição e aplicações de indicadores para aplicação em escopo geográficos e temporais da atividade rural no semiárido do Nordeste brasileiro. Em seguida, são apresentados os resultados da pesquisa realizada e as considerações finais.

Fundamentação Teórica

A agricultura familiar e as dimensões: organização, viabilidade e potencial emancipatório

Em termos conceituais a agricultura familiar não é um constructo recente e já foi utilizada como um ente representativo de uma pequena produção, de pequena escala, de uma agricultura de subsistência, ou mesmo de uma agricultura de baixa renda (Silva e

Cândido, 2015). Na atualidade, os novos modos de organização da sociedade e a diversidade que compõem este segmento de produção revelam a existência de ao menos dois elementos distintos que chamam a atenção mediante os diferentes objetivos a serem alcançados quando a pretensão for analisar os critérios de definições vinculados à agricultura familiar. Faz-se mister identificar aquelas utilizadas pelos acadêmicos e aquelas que são utilizados pelos elaboradores das políticas públicas em relação a agricultura familiar.

O primeiro elemento refere-se a definição acadêmica. Via de regra, as definições acadêmicas apontam que a agricultura familiar foi caracterizada pelas linhas da economia, assim ela que pode ser uma atividade realizada pela unidade familiar ao passo que são estruturados vínculos materializados na inclusão do capital produtivo com a construção do patrimônio familiar seguindo uma lógica doméstica e também de produção seja para manter relações diretas com o mercado ou não. No entanto, nesta relação entra a família e a atividade da agricultura familiar existem pontos de conflitos, tais quais: como repartir os ganhos? Quem irá ter "direito" a remuneração? Qual o valor da remuneração? Qual o valor dos ganhos que serão utilizados para comprar comida e comprar insumos para a atividade? Qual o valor que será destinado a acumulação e qual a parte que será destinada novos investimentos? (Sabourin et al., 2014).

O segundo elemento pauta-se na definição utilizada pelos elaboradores das políticas públicas à agricultura familiar. Neste aspecto este constructo pode vir a ser compreendido como norteador de ideias e ações cujo objetivo é dar resposta a uma porção populacional que geralmente conseguem organizar-se a partir de movimentos sociais e que podem direcionar os representantes do Estado em favor de proposituras para atender as reivindicações deste grupo. Segundo Sabourin, *et. al*, 2014 os elaboradores das políticas públicas pautam-se em três critérios para fazer uma delimitação do grupo que compõem a agricultura familiar, são pessoas que: 1) acesso limitado a terra e ao capital financeiro; 2) uso preponderante da força de trabalho familiar, e 3) a principal fonte de renda é oriunda do trabalho na agricultura familiar, mesmo que haja complementariedade a partir do trabalho em outro tipo de atividade que seja relacionada a agricultura familiar.

Na atualidade percebe-se que existem programas e ações vinculados às políticas de desenvolvimento territorial sustentável e solidário (Brasil, 2014) com fundamentos que apresentam propostas mais inclusivas e que destacam a relevância de criação de vias de integração entre a organização interna da produção oriunda da agricultura familiar; o conhecimento através da disseminação de técnicas, que propiciem a modernização ao passo que mantenha o funcionamento dos elementos da natureza, o equilíbrio da família, e; a integração com o mercado consumidor, de modo que os produtores e suas famílias vinculadas a este tipo de agricultura tenham a condição de trocar a subordinação pela autonomia.

Entende-se então que há um avanço nos programas e ações governamentais por abrir-se às contribuições de acadêmicos mesclando e ampliando a compreensão sobre a agricultura familiar. No entanto, muito avanços ainda serão necessários, principalmente no tocante a heterogeneidade que compõe o universo da agricultura familiar, seja quanto à disponibilidade de recursos, ao acesso ao mercado, ao transporte e à comercialização da produção, seja quanto à capacidade de geração e acumulação de renda, ao estabelecimento das relações de trabalho e ao manejo das culturas (Buainain et al. , 2003).

Abramovay (1992), Altieri (2002), Wanderley (2002), entre outros concordam que a agricultura familiar contribui na distribuição populacional mais equilibrada no espaço, devido a sua multifuncionalidade, além de contribuir diretamente com os serviços ambientais e a preservação de aspectos simbólicos da sociedade, como a preservação dos recursos naturais e da cultura local. Estes fatores são fundamentais para conseguir atingir o desenvolvimento alternativo e sustentável.

Assim como o desenvolvimento alternativo e o sustentável destacam a importância da dimensão cultural, a agricultura familiar também consegue apresentar de modo sistêmico esta dimensão. Alguns autores, a exemplo de Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), afirmam que a agricultura familiar e nenhuma outra atividade de qualquer que seja o setor econômico e seus subsetores, como as atividades secundárias e terciárias (industrial e serviços incluindo o comércio, respectivamente), consegue revelar e colaborar com a construção da identidade de um grupo social.

A agricultura familiar consegue ser muito mais do que uma atividade puramente econômica que visa à obtenção de lucro ou simplesmente o suprimento das necessidades imediatas da família, como é o caso da alimentação. Esta atividade consegue aglutinar um número maior de pessoas e assim estabelece parâmetros de diversas dimensões: ambiental, econômica, social e político-institucional.

No contexto brasileiro, a agricultura familiar apresenta-se de modo heterogêneo em algumas áreas do país e tem fortes ligações com outras atividades de diferentes setores econômicos a exemplo da indústria e do comércio e serviços, significando assim sua contribuição no produto gerado pelo agronegócio. Em outras partes do país, o papel desempenhado pela agricultura familiar é o de funcionar como barreira ao processo de êxodo rural, por ser apenas uma alternativa de geração de renda para as famílias rurais (Guilhoto et al., 2007).

No tocante a características gerais, entendeu-se que a agricultura varia de acordo com o processo de implantação, as técnicas utilizadas, os instrumentos de trabalho disponíveis, as formas de manejos e os modos de desmatamentos realizados. Isto culminará em uma diferenciação espacial que pode ser verificada no âmbito da escala global ou, até mesmo, da escala local (Mazoyer e Roudart, 2010). Segundo Carneiro e Maluf (2005), refere-se a uma produção que se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade.

Neste caso específico, a agricultura familiar foi analisada levando em consideração as dimensões: formas de organização, viabilidade e potencial emancipatório, imbricadas nos princípios de Igualdade, Solidariedade e Proteção à Natureza, assim destacou-se algumas características gerais e a conjuntura atual que muitas vezes normatiza, imobiliza e não ajuda a criar espaços para a disseminação de iniciativas alternativas de produção familiar.

Às formas de organização pautam-se no processo de escolhas no qual podem-se identificar, dentre outros aspectos, a divisão do trabalho, os meios de manutenção da atividade e a gestão de atividades da própria agricultura, mas também das pessoas que estão envolvidas, como os processos educacionais e domésticos. Viu-se ainda que há o envolvimento de pessoas que são agricultores em tempo parcial, ou seja, estão inseridos em trabalhos não-agrícolas, embora ajudem na atividade agrícola familiar nos tempos livres. Percebeu-se claramente que é possível que algumas pessoas trabalhem em cidades e em atividades não-agrícolas, mantendo e/ou ajudando na organização do trabalho agrícola, podendo ainda habitar no espaço rural sem comprometimento da identidade da comunidade (Paulo et al., 2012). No entanto, isto revela novas maneiras de obtenção de renda familiar, que podem ser classificadas como principais ou complementares, demonstrando os novos traços dos espaços rurais brasileiros pautados na pluriatividade.

As formas de organização no tocante ao princípio de proteção à natureza podem ajudar a identificar também que os processos agrícolas oriundos das práticas da agricultura familiar apresentam impactos de pequenas magnitudes, relativos à extinção dos recursos

naturais. Isto contribui diretamente, para a permanência da atividade como um todo, bem como, para a qualidade do ambiente dentro de um quadro temporal de médio e longo prazo.

Daí ressalta-se ainda que haja uma heterogeneidade da agricultura familiar. Atualmente é fato que existem produtores "eficientes" que trabalham em lotes de tamanhos diferenciados, e em alguns casos lotes menores conseguem produzir mais revelando que a produtividade não está diretamente relacionada ao tamanho da propriedade. Para alguns estudiosos a eficiência é algo que está relacionada ao paradigma dominante, assim como a garantia da eficiência e o aumento da produtividade "o que importa é o tipo da tecnologia empregada, a qualidade do gerenciamento e as vantagens competitivas desenvolvidas através do tempo" (Moeira et al., 2007).

Diante deste contexto, é necessário que seja a atividade agrícola e as suas contingências sejam analisadas a partir de perspectivas que aproveitassem as técnicas de organização da unidade produtiva, não para gerar competitividade, mas para facilitar os processos de tomada de decisão e de planejamento da atividade em si considerando que, a reflexão sobre a viabilidade e o potencial emancipatório que as pessoas buscam através da realização desta atividade, ressaltando as características ligadas à qualidade de vida, ao poder criativo de superar as dificuldades, diante dos aspectos imprevisíveis que estão vinculados ao processo produtivo, bem como, às especificidades locais oriundas dos elementos da natureza. Este enfoque foi destacado junto aos princípios do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento sustentável pautando-se na necessidade de implantar a ideia de superar a vinculação do desenvolvimento à apenas o aspecto puramente econômico.

Assim, defende-se que a viabilidade e o potencial emancipatório dos agricultores familiares podem apresentar melhor desempenho através de apoios organizacionais, de formação e qualificação e até mesmo de crédito por parte das políticas e programas estatais para contribuir com a minimização de uma dívida histórica e, assim contribuir com a melhoria de suas condições sociais, econômicas, culturais e até mesmo ambientais. Isso aumenta a estima das pessoas, abrindo a possibilidade para outras frentes de atuação, a exemplo da organização, da viabilidade e do potencial emancipatório. De certo modo, este pensamento reforça a tese do desenvolvimento alternativo, demonstrando ser necessário desenvolver uma rede de apoio para auxiliar os agricultores, rumo à construção de sua autonomia ao passo que foi o alicerce para a construção de um sistema de indicadores que integrou o desenvolvimento alternativo, sustentável e a agricultura familiar.

Sistema de Indicadores: uma construção a partir da integração do desenvolvimento alternativo e sustentável com a agricultura familiar

Os sistemas de indicadores, bem como, os programas de estudos de indicadores surgiram a partir da necessidade de se ter o conhecimento real da sustentabilidade de uma determinada atividade realizada no dado espaço geográfico. No que se refere ao conceito de sustentabilidade para a atividade da agricultura familiar adotou-se aquele construído por Ribas, Severo e Miguel (2007) que articula o uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais, considerando a capacidade de um determinado espaço geográfico, visando a estruturação de bens e serviços diretos e indiretos da agricultura, respeitando a capacidade de produtividade do ambiente biofísico e social, ao passo que contribua com a manutenção dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações futuras e presentes.

Constatou-se que trabalhar com os indicadores de sustentabilidade passa também pela dificuldade de integração dos indicadores na perspectiva sistêmica, bem como, pela realização de um trabalho interdisciplinar durante a elaboração dos conjuntos de indicadores que sejam mais adequados para a área e a atividade a ser analisada (MARZALL, 1999; PASSOS, 2008). E, especialmente no Brasil, ainda é um desafio ter acesso a dados secundários atualizados e confiáveis que realmente reflitam a realidade, bem como, que deem conta das especificidades locais.

A escolha por um sistema de indicadores precisa levar em consideração a sua eficiência de comunicação das informações e também temporal para que os dados consigam aproximar-se fidedignamente da realidade posta. A eficiência aqui mencionada refere-se ao processo interpretativo sintetizando a complexidade do objeto de pesquisa (Manzoni, 2007).

Uma das principais funções dos indicadores é a de chamar a atenção dos atores sociais envolvidos, para a atual situação de construção de um processo, facilitando a tomada de decisão. Para que todos tenham a capacidade de compreender a informação coletada, é necessário que a linguagem seja simples e que um determinado fenômeno complexo seja igualmente simplificado. Já a estruturação de um conjunto de indicadores varia de acordo com a metodologia escolhida, dos atores sociais envolvidos, da disponibilidade das informações e do uso que se darão aos indicadores.

Nourry (2008) e Wilson, Tyedmers e Pelot (2007) chegaram à conclusão de que todos os sistemas de indicadores têm seus méritos, mas chegam a diferentes resultados, pois adotam-se definições diferentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, que ora o conceito privilegia o bem-estar como um elemento primordial para o desenvolvimento humano e ora opta-se por reforçar a importância dos elementos naturais no que tange o seu aspecto de sustentabilidade.

Os sistemas de indicadores correspondem a uma ferramenta que pode auxiliar os pensadores críticos a verificar fragilidades frente à hegemonia do sistema vigente e propor alternativas que possam gerar potencialidades de uma localidade, ou mesmo de uma unidade produtiva, diante suas características de organização e funcionamento. Nesta perspectiva, podem ser aplicados em unidades de produção em multiescalas, ou seja, pode ser na escala local, na regional, na nacional ou mesmo na global. É interessante apresentar uma tentativa de definir o que seria, então, indicadores de sustentabilidade, exercício executado por Moura, Almeida e Miguel: "define-se indicador de sustentabilidade como um conjunto de parâmetros que permita medir as modificações antrópicas em um determinado sistema e comunicar, de forma simplificada" (MOURA, *et. al.*, 2004, p. 134).

No entanto, a aplicação dos sistemas de indicadores em agroecossistema precisa considerar que os espaços rurais são complexos e podem ser multisetoriais e as pessoas que o habitam podem apresentar características ligadas a pluriatividades, por isso que a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) diz que estes sistemas de indicadores precisam ao menos ser compostos por um conjunto amplo de informações e VEIG A (2004) frente a esta recomendação organizou um quadro com quatro dimensões e alguns aspectos para serem as bases de construção destes tipos de sistemas de indicadores, tal qual demonstrado no quadro 1.

Como é possível verificar, trata-se de elementos básicos capazes de ser um ponto de partida, mas que pode ser algo que ocorra no deslize de não envolver a participação social, haja vista o caráter quantificável dos elementos, possivelmente adquiridos através de levantamentos de dados secundários, mas que podem se distanciar da realidade. Percebe-se que, além de serem fidedignos à realidade, os sistemas de indicadores necessitam também apresentar a sua utilidade enquanto um instrumental capaz de facilitar a comunicação. Identifica-se que uma das funções conferida aos indicadores de sustentabilidade é a ampla divulgação e compreensão pelos atores

sociais das informações específicas de uma unidade produtiva, ou mesmo de um município, ou qualquer outro objeto de investigação, independente do grau de instrução dos indivíduos que compõem este grupo.

Quadro 1 - Elementos sugeridos pela OCDE para a construção de Sistemas de Indicadores para Agroecossistemas

População e Migração	**Bem-estar Social e Equidade**
Densidade	Renda
Mudança	Habitações
Estrutura	Educação
Domicílios	Saúde
Comunidades	Segurança
Estrutura e Desempenho Econômico	**Meio Ambiente e Sustentabilidade**
Força de trabalho	Topografia e Clima
Emprego	Mudanças de uso da terra
Pesos setoriais	Habitats e espécies
Produtividade	Solos e recursos hídricos
Investimento	Qualidade do ar

Fonte: OCDE (1996 apud VEIGA, 2004).

Estes indicadores seguem a lógica de construção de que eles podem reforçar qualquer uma das dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e institucional), exceto a econômica. Seria então a organização de um sistema de indicadores que apresente informações capazes de verificar as especificidades vinculadas ao próprio desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, a produção sustentável, o desempenho ambiental, o desempenho social e a eco eficiência.

Mesmo reconhecendo as potencialidades, as fragilidades e as limitações, na tentativa de descortinar algumas especificidades da relação sociedade-natureza, para os fins deste trabalho, buscou-se identificar práticas e valores dos agricultores familiares e suas vinculações com o constructo do desenvolvimento alternativo e sustentável, seguindo a lógica de construção dos sistemas de indicadores orientados a partir de princípios, dimensões, temas, indicadores, variáveis e parâmetros, e propôs a criação e aplicação do sistema de indicadores, na perspectiva de que existe na agricultura familiar elementos que precisam ser avaliados a partir de um modelo que ultrapasse o viés puramente econômico e assim estruturou-se mecanismos que ressaltem estes elementos, que foram organizados a partir da análise das formas de organização, da viabilidade e do potencial emancipatório, estruturando, deste modo, os procedimentos metodológicos.

Procedimentos Metodológicos

O sistema de indicadores do Desenvolvimento Alternativo e Sustentável para a Agricultura Familiar (DASAF) foi estruturado a partir da definição de princípios, dimensões, temas e indicadores que são comuns aos constructos do desenvolvimento alternativo e, do desenvolvimento sustentável. Assim, destacou-se enquanto princípios a igualdade, a solidariedade e, a proteção à natureza. Verificou-se então que esses componentes são fundamentais para atingir um novo modelo de desenvolvimento, estes foram considerados como pontos de convergência entre os dois constructos. Os pontos convergentes foram fundamentais para definir as dimensões, daí destacou-se: forma de organização, a viabilidade e, o potencial emancipatório. Isto resultou na execução de três etapas principais:

Levantamento bibliográfico

A partir desta etapa foi possível identificar os princípios que são comuns aos constructos desenvolvimento alternativo e desenvolvimento sustentável, destacando-se a igualdade, a solidariedade e a proteção à natureza. Observou-se, então, os componentes fundamentais para atingir um novo modelo de desenvolvimento, que fundamenta o Desenvolvimento Alternativo e o Desenvolvimento Sustentável, que são: a forma de organização, a viabilidade e o potencial emancipatório.

A primeira dimensão Formas de Organização foi construída a partir da identificação de elementos que têm ligação direta com a organização e que podem contribuir ou não com o desenvolvimento alternativo e sustentável na agricultura familiar. Na segunda dimensão denominada de Viabilidade, encontra-se a descrição de elementos que têm relação direta com a viabilidade da agricultura familiar diante da lógica de um novo desenvolvimento e da sustentabilidade. Este seria um modo de integrar produtor e consumidor. Na terceira dimensão designada de Potencial Emancipatório, compreende-se que a emancipação tem como princípio regulador a democracia participativa. Por sua vez, a participação está sendo entendida como uma técnica de gestão, mas também um elemento de mudança social. Assim, ela atua em três esferas: pessoal, social e cultural.

Por sua vez, as formas de organização pautaram-se nos três princípios, assim como a viabilidade e o potencial emancipatório. Dessa maneira, descrevem-se os temas e os indicadores específicos ligados à variável forma de organização que irá ter vínculos com o desenvolvimento alternativo e sustentável, assim, como para viabilidade e para potencial emancipatório; para então, construir uma matriz que serviu de base para a proposição do sistema.

As obras de referências nortearam a constituição das variáveis que originaram os indicadores, os temas, as dimensões e os princípios do sistema de indicadores que teve sua base no desenvolvimento alternativo, no desenvolvimento sustentável e, na Agricultura Familiar.

Obtenção de dados primários e secundários

O sistema de indicador seguiu o modelo conceitual citado por Vieira e Studart (2006), como sendo (*down-up development*) de baixo para cima, ou seja, invertendo a lógica de concepção e implementação dos projetos de desenvolvimento econômico que seguem o modelo (*top-down development*) de cima para baixo. Desta maneira o sistema de indicadores DASAF foi composto por variáveis, temas, indicadores e parâmetros. Os dados primários foram obtidos a partir da aplicação de um instrumento de pesquisa, em laboratórios, em observação *in loco* e, de modo direto junto aos agricultores(as) familiares. No entanto, os parâmetros foram baseados nos paradigmas do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento sustentável no tocante aos elementos fundamentais para se atingir a sustentabilidade

Da aplicação do sistema de indicadores DASAF – Comunidade rural Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal/PB

O sistema de indicador DASAF configurou-se em três princípios (Igualdade, Solidariedade e Proteção à natureza) que nortearam a constituição de três dimensões (Formas de Organização, Viabilidade e Potencial Emancipatório). A dimensão Formas de Organização estruturou-se a partir de seis (06) temas e dezoito (18) indicadores. A dimensão Viabilidade alicerçou-se em seis (06) temas e seis (06) indicadores. E a dimensão Potencial Emancipatório pautou-se em cinco (05) temas e cinco (05) indicadores, conforme a tabela 1.

O princípio Igualdade foi relacionado a dimensão Viabilidade que por sua vez foi estruturado por cinco (05) temas e por seis (06) indicadores. Da mesma maneira o princípio Igualdade foi conectado a dimensão Potencial Emancipatório através de cinco (05) temas e cinco (05) indicadores.

Vale salientar que o interesse foi identificar a partir destes elementos os níveis de vinculação entre os valores e as práticas da agricultura familiar em Várzea Comprida dos Oliveiras com os elementos teóricos.

As dimensões, as variáveis e os parâmetros foram resultados das leituras realizadas, tendo como base os princípios do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento sustentável, por acreditar que, desta maneira, pode ser possível identificar e até mesmo construir

Tabela 1 - Composição do sistema de indicadores DASAF

PRINCÍPIOS	DIMENSÕES	TEMAS	INDICADORES
Igualdade	Formas de Organização	Habitação	Aspectos da habitação
		Trabalho	Planejamento do trabalho
		Organização Social	Atividades sociais, políticas e culturais
		Política Pública	Influência de políticas públicas assistencialista na unidade produtiva
		Infraestrutura	Transporte
	Viabilidade	Valorização do Trabalho	Relações externas
		Cooperação	Alianças capitalistas
		Participação	Ações promotoras de políticas públicas
			Avaliação e atuação do Estado
		Integração na/da Produção	Tecnologia e crédito
		Assistência Técnica	Assessoria à comercialização por órgãos competentes
	Potencial Emancipatório	Identidade	Identificar elementos simbólico-culturais da comunidade rural
		Democracia Participativa	Aspectos da democracia participativa
		Relação de Poder e Conflito	Elementos que expressam relações de poder e conflitos
		Coletividade	Dados sobre coletividade na comunidade rural
		Acesso	Tipos de acesso na comunidade rural
Solidariedade	Formas de Organização	Habitação	Relações sociais na habitação
		Trabalho	Organização do trabalho e na produção
			Atividades empresariais comunitárias
		Organização Social	Formação de grupos
			Atividades de integração
		Política Pública	Recursos humanos e aspectos das políticas públicas setoriais
	Viabilidade	Valorização do Trabalho	Agricultores(as) que acreditam na força de seu trabalho
		Cooperação	Elementos de cooperação entre famílias da comunidade rural
		Integração na/da Produção	Integração e interação nas unidades de produção
		Participação	Participação efetiva
		Atuação/Fortalecimento da escala local	Capacidade de articulação em escala local
	Potencial Emancipatório	Identidade	Elementos da identidade da comunidade rural
Proteção à natureza	Formas de Organização	Ambiente Natural	Aspectos físicos/naturais da terra
			Cuidados com a terra
			Gestão ambiental e sanitária
			Educação Ambiental
		Organização Social	Lazer
		Trabalho	Agregação de valor a produtos da agricultura familiar
		Habitação	Maximização da mercadorização – consumismo e cultura de massa
		Infraestrutura	Armazenamento de produtos
	Viabilidade	Assistência Técnica	Assessoria e apoio de órgãos competentes
	Potencial Emancipatório	Coletividade	Transformações coletivas na comunidade rural

Fonte: Elaboração própria (2014).

indicadores capazes de analisar uma ou mais unidades produtivas do tipo familiar.

Após a seleção das variáveis oriundas das correntes teóricas, houve a correlação entre cada variável, primeiramente com cada princípio e, posteriormente com cada dimensão. Isto resultou num cruzamento entre Formas de Organização com o Princípio Igualdade, com o Princípio Solidariedade e com o Princípio Proteção à Natureza. Da mesma maneira, repetiu-se o mesmo processo para a dimensão Viabilidade e Potencial Emancipatório. Esta estruturação foi necessária para a realização da etapa seguinte em que se calcula os índices por temas, por dimensão e para o sistema de indicadores DASAF, para assim demonstrar os níveis de vinculação entre as práticas e os valores dos agricultores e das agricultoras familiares.

A normalização de indicadores corresponde à transformação de valores quantitativos em uma escala comparável, o que possibilita a mensuração dos indicadores mesmo que, na sua fonte primária, diferentes unidades sejam apresentadas. Ademais, variáveis com valores maiores podem ter maior influência na análise dos resultados do que outras, embora não necessariamente mais significativas em relação aos níveis de vinculação entre a teoria e a realidade. Assim, este problema é contornado através da normalização dos valores das variáveis que produziu como resultado final um valor escalar, que varia entre o intervalo 0 – 1.

Para tanto aplicou-se a função de relativização que foi sugerida por Sepúlveda e os créditos são do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborada para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano. Este cálculo foi realizado de acordo com o demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 - Função de relativização

Fórmula 1:

Se a relação é **POSITIVA**: $\mathbf{I = (x - m) / (M - m)}$ **(1)**

Se a relação é **NEGATIVA**: $\mathbf{I = (M - x) / (M - m)}$ **(2)**

Onde,

I – Índice calculado para a área analisada;
x – Valor de cada variável para a área analisada;
m – Valor mínimo da variável identificada na área analisada;
M - Valor máximo da variável identificada na área analisada.

Fonte: SEPÚLVEDA, et al, 2008, p. 36. Adaptação SALES, 2014.

Esta relação positiva ou negativa permitiu a definição do tipo de relação que cada variável e, consequentemente, cada indicador têm com o sistema. Ou seja, é necessário definir de modo preciso se o indicador tem uma relação positiva ou negativa com o desenvolvimento alternativo e sustentável, pois só assim pode-se identificar se aquele ou outro indicador demonstra mais vínculo ou menos vínculo com a teoria do desenvolvimento alternativo e sustentável.

A tabulação dos dados foi construída de modo ordenado e articulado visando a facilitação da interpretação e da análise. Quanto à análise dos dados, foi realizada de modo integrado, para que haja uma descrição e uma interpretação das informações, apontando os aspectos mais relevantes e, também aqueles que são reveladores de entraves rumo ao processo do desenvolvimento alternativo e sustentável.

Para a realização dos cálculos índices, houve uma adaptação a partir dos trabalhos de Sales (2014), Martins e Cândido (2012), Vasconcelos e Cândido (2010), Martins e Cândido (2010) e Silva (2008). O cálculo da média ponderada deu-se do seguinte modo: primeiramente calculou-se os temas, que tiveram seus índices calculados de acordo com a fórmula do quadro 3.

Quadro 3 - Fórmula do cálculo do índice do tema

$$\mathbf{IT_i = \sum^{In} \div n}$$

Onde,

IT_i – Índice do Tema;

$\sum^{In}$ – Somatória dos índices dos indicadores existentes por $tema_n$

n – Quantidade de indicador por $tema_n$

Fonte: Adaptação própria, 2014.

Sequencialmente, cada dimensão do sistema de indicadores foi calculada de modo que estas foram relacionadas aos três princípios do desenvolvimento alternativo e sustentável e também aos temas. O número atribuído aos temas Formas de organização, Viabilidade e Potencial Emancipatório que demonstraram as inter-relações entre as dimensões e cada princípio. O índice foi gerado para cada princípio, utilizando assim os índices relacionados aos temas vinculados às três dimensões do sistema de indicadores DASAF. E, por fim O cálculo da média ponderada para cada princípio do sistema de indicadores DASAF possibilitou o cálculo do índice do sistema, uma vez que este foi a resultante do somatório dos três princípios dividido pela quantidade de princípios definidos para o sistema de indicador (Quadro 4).

Quadro 4 - Fórmula do cálculo do índice do sistema de indicadores - DASAF

$$\mathbf{IDASAF = (I_{Igualdade} + I_{Solidariedade} + I_{ProteçãoNatureza}) \div 3}$$

Onde,

IDASAF – Índice de vinculação entre o Desenvolvimento Alternativo e Sustentável e a Agricultura Familiar;

$I_{Igualdade}$ – Índice do Princípio Igualdade

$I_{Solidariedade}$ - Índice do Princípio Solidariedade

$I_{ProteçãoNatureza}$ – Índice do Princípio Proteção à Natureza

Fonte: Adaptação própria, 2014.

Construiu-se uma tabela que relacionou os valores numéricos aos níveis de vinculação e também as cores, como pode ser visto na tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Relação entre os índices, as cores e os níveis de vinculação do DAS

Índice **(0 – 1)**	**Coloração**	**Nível de Vinculação DAS**
0.0000 – 0.2000		Nenhuma Vinculação
0.2001 – 0.5000		Pouca Vinculação
0.5001 – 0.6999		Vinculação Intermediária
0.7000 – 0.8000		Muita Vinculação
0.8001 – 1.0000		Totalmente Vinculado

Fonte: Adaptado de SALES, 2014; MARTINS; CÂNDIDO, 2008.

A construção da síntese baseou-se na sistematização e interpretação dos dados obtidos e compilados cuja abrangência revelou até que ponto o comportamento humano e a atividade agrícola desenvolvida nos moldes da agricultura familiar estão ligados ao Desenvolvimento Alternativo e Sustentável e qual a sua perspectiva futura no espaço rural de Pombal/PB especificamente na Comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras.

As etapas da pesquisa exigiram um momento para a quantificação dos dados, com análise qualitativa, buscando explicar as problemáticas e dificuldades existentes para atingir um estado pleno de desenvolvimento dentro da lógica "alternativa e sustentável". Para tanto, foi necessário também um levantamento de informações referentes às especificidades da agricultura familiar cuja produção é hortaliça e localiza-se na Comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal/PB. Após a realização destas etapas foi possível a sintetização do conhecimento e a elaboração da discussão, resultados e considerações finais que serão apresentados a seguir.

Apresentação e análise dos resultados

Contextualização e descrição do objeto de investigação

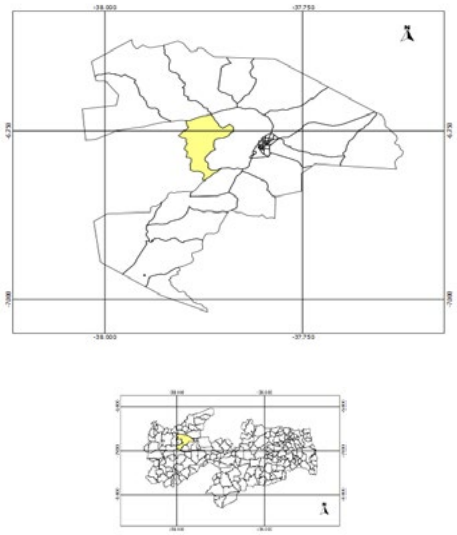
Pombal é um município localizado no Nordeste brasileiro, no estado da Paraíba e, mais precisamente na microrregião de Sousa, que enfrenta períodos irregulares de chuvas. Este elemento natural é algo que se soma à falta de infraestrutura adequada para manter a regularidade da agricultura familiar e até mesmo da própria sobrevivência humana. No entanto, sabe-se que estes aspectos naturais não irão sofrer mudanças ao longo do tempo, daí a relevância de provocar o debate sobre a sustentabilidade da agricultura familiar a partir da convivência com os elementos da natureza e os modos de criar alternativas que garantam a sobrevivência no semiárido.

Geograficamente trata-se de um município que se destaca pelo fato do Rio Piancó entrecortar seu território, bem como por apresentar em número absoluto uma população rural de 6.357 habitantes (IBGE, 2006) que resiste a dificuldades sociais, econômicas e ambientais. Dentre estes habitantes, pode-se verificar que 70,8% das pessoas têm relação de trabalho nos estabelecimentos da agricultura familiar. Segundo o IBGE, ao realizar a contagem populacional em 2006, cuja divulgação aconteceu no ano de 2007, eram aproximadamente 4.500 trabalhadores rurais, ou seja, naquela data, aproximadamente 14,26% da população do município tinham sua ocupação na zona rural.

A estrutura fundiária do município de Pombal não foge à realidade paraibana e brasileira, pois ainda existem latifúndios improdutivos e também latifúndios nos quais os proprietários arrendam ou mesmo cedem para os moradores cultivarem, utilizando o sistema de meadas, ou seja, tudo que for colhido deve ser dividido ao meio entre o dono da terra e a pessoa que cultivou a terra. No caso específico de Várzea Comprida dos Oliveiras, este cenário não se enquadra, uma vez que se trata de terras que foram deixadas de herança por parentes e, assim, a família e os agregados foram dividindo entre si, sendo a terra cultivada pela família que herdou ou adquirida através do sistema de compra e venda de terras rurais. As parcelas são pequenas e geralmente não ultrapassam 12 hectares, demonstrando o sucesso da estrutura fundiária que acolhe muitas famílias a partir da transformação de latifúndios em áreas de produção familiar.

Um levantamento realizado pelo IBGE (2010), no ano de divulgação do último Censo Demográfico, apresenta como setor censitário da zona rural a localidade de Várzea Comprida dos Oliveiras. Identificou-se que geograficamente houve uma divisão territorial que inclui outros sítios que extrapolam a concentração de estabelecimentos rurais e de famílias vinculadas à agricultura, que têm atuação na Associação Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras. Para aplicação do sistema de indicadores DASAF foi definido uma amostra para aplicação do instrumento de pesquisa, no qual o critério estabelecido foi ser agricultor(a) familiar, ter inscrição e participam ativamente das atividades da associação. Deste modo foram envolvidos um total de 40 agricultores familiares. Nos dados do IBGE (2010), existe um total de 104 pessoas que são responsáveis pelos domicílios, sendo a população total residente em Várzea Comprida dos Oliveiras de 396 habitantes, o que representa 1,23% da população total do município de Pombal (32.110 hab.). Neste contexto, a densidade demográfica de Várzea Comprida dos Oliveiras é de 6,58 habitantes por quilômetros quadrado.

Mapa 1 - Demonstração da localidade Várzea Comprida dos Oliveiras, zona rural de Pombal/ PB



Sistema de Coordenadas Geográficas - Datum: SAD 69 - Escala Numérica: **1:55.000. Fonte:** Elaboração própria (2014).

Em Várzea Comprida dos Oliveiras, os agricultores e as agricultoras familiares estão acreditando na potencialidade da produção orgânica. Atualmente são registrados e atuam na Associação Rural da localidade 40 agricultores/agricultoras (universo da pesquisa) que trabalham com suas famílias no cultivo de Alface, Berinjela, Cebolinha, Coentro, Couve, Pimenta, Pimentão e Quiabo. Verificou-se que o coentro é cultivado por todos os agricultores, mas a alface é cultivada por 97,5% dos agricultores, a cebolinha por 75%, o quiabo por 42,5%, a couve por 35%, o pimentão por 20%, a pimenta por 12,5% e a berinjela é cultivada por apenas 2,5%. Estas informações foram fruto do levantamento de dados primários.

Ainda na etapa de levantamento de dados primários verificou-se que 55% dos agricultores estão desenvolvendo a agricultura seguindo os moldes tradicionais, 18% afirmaram que se encontram em um processo de transição para a orgânica, 15% asseguraram que já seguem totalmente os princípios e práticas da agricultura orgânica, 7% revelaram que se encontram no processo de transição para a agroecológica e, 5% garantiram que já se adequaram totalmente às práticas da agricultura agroecológica.

Mediante este contexto foi realizada a estruturação do sistema de indicadores DASAF (Desenvolvimento Alternativo e Sustentável da Agricultura Familiar) que possibilitou verificar a realidade vivenciada pelos agricultores familiares e os níveis de vinculação com o desenvolvimento alternativo e a sustentabilidade.

A aplicação do sistema de indicadores (DASAF) na comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal - PB

Aplicação do sistema de indicadores DASAF foi estruturada com base os indicadores, temas, dimensões e princípios elaborados a partir dos constructos do desenvolvimento alternativo e sustentável e, como foi descrito na metodologia realizou-se a ponderação e calculou-se o valor dos índices dos temas, bem como os índices da dimensão, assim como está demonstrado através da Tabela 3.

Tabela 3 - Destaque a dimensão formas de organização, princípio Igualdade e os temas relacionados com os índices gerados a partir da aplicação do sistema de indicadores em Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal/PB

Dimensão	Temas	Índice dos Temas	Índice da Dimensão
Formas de Organização (Igualdade)	Habitação	0,4556	0,4786
	Trabalho	0,4350	
	Organização Social	0,5361	
	Políticas Públicas	0,7230	
	Infraestrutura	0,2432	

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

Os valores dos índices demonstram que o tema Política Pública apresentou o maior valor numérico em comparação dos demais temas do sistema de indicadores DASAF contribuindo com uma maior vinculação entre a comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras com a teoria do desenvolvimento alternativo e sustentável. Leituras semelhantes podem ser compreendidas demonstrando que os temas: Habitação, Trabalho e Infraestrutura apresentaram indicadores que contribuíram para que o índice se aproximasse do numeral zero (0), ou seja, diminuindo a possibilidade de vinculação entre constructos e realidade.

A tabela 4 demonstra os índices dos temas com a dimensão Viabilidade correlacionada com o princípio Igualdade. Deste modo, verificou-se que os temas Assistência técnica e Participação, respectivamente foram os que se destacaram por apresentar os valores números mais próximos ao número 1 fato que permite afirmar que houve uma contribuição destes dois temas para aumentar o nível de vinculação entre a realidade e o desenvolvimento alternativo e sustentável.

Na dimensão Potencial Emancipatório relacionado ao princípio Igualdade verificou-se que apenas o tema Coletividade destacou-se por contribuir de modo intermediário com a vinculação entre o desenvolvimento alternativo e sustentável com a atividade da agricultura familiar realizada pela comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras, tal qual é o destaque na tabela 5.

O segundo princípio foi a Solidariedade que também foi estruturado a partir das três dimensões Formas de organização, Viabilidade e Potencial Emancipatório. Assim, a análise seguinte pauta-se na dimensão Formas de organização. Esta dimensão foi organizada com quatro temas, demonstrados na tabela 6 e seus respectivos indicadores e variáveis.

Tabela 4 - Índices dos temas na dimensão Viabilidade e princípio Igualdade

Dimensão	Temas	Índice Temas	Índice da Dimensão
Viabilidade (Igualdade)	Valorização do trabalho	0,4865	0,4673
	Cooperação	0,2703	
	Participação	0,5054	
	Integração na produção	0,4189	
	Assistência técnica	0,6554	

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

Tabela 5 - Índice dos temas na dimensão Potencial emancipatório e princípio Igualdade

Dimensão	Temas	Índice Temas	Índice da Dimensão
Potencial Emancipatório (Igualdade)	Identidade	0,3693	0,4307
	Democracia participativa	0,3661	
	Relações de poder e conflito	0,3874	
	Coletividade	0,5791	
	Acesso	0,4517	

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

Tabela 6 - Índice dos temas na dimensão Formas de organização e princípio Solidariedade

Dimensão	Temas	Índice Temas	Índice da Dimensão
Formas de Organização (Solidariedade)	Habitação	1,0000	0,6875
	Trabalho	0,5270	
	Organização Social	0,5796	
	Política Pública	0,6432	

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

O tema que contribuiu para proporcionar maior vinculação entre a teoria e a comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras foi Habitação e o indicador Relações sociais na habitação destacou-se, haja vista o sentimento de amor e relevância da convivência entre os membros da família (tabela 6), sendo assim o primeiro tema a demonstrar total vinculação entre o real e o reflexivo.

Já na tabela 7 o que mais chama atenção é o tema Valorização do trabalho, cujo indicador revela se o(a) Agricultor(a) acredita na sua força de trabalho. As respostas apontaram que existe um estima muito baixa, reflexo das dificuldades relatadas que enfrentam no seu dia a dia de trabalho. Então esta dificuldade em acreditar na força de seu trabalho aproximou o indicador ao numeral Zero (0) que fato que demonstrou pouca relação com os constructos do desenvolvimento alternativo e sustentável.

Os demais temas também apresentaram pouca vinculação ou vinculação intermediária. E isto reflete as dificuldades vivenciadas pelos (as) agricultores (as) tanto no processo de produção, quanto na comercialização de seus produtos (tabela 7).

Tabela 7 - Índice dos temas na dimensão Viabilidade e princípio Solidariedade

Dimensão	Temas	Índice Tema	Índice da Dimensão
Viabilidade (Solidariedade)	Valorização do trabalho	0,0242	0,3759
	Cooperação	0,5270	
	Integração na/da Produção	0,4162	
	Participação	0,4730	
	Atuação/Fortalecimento da Escala Local	0,4392	

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

O tema Identidade ressalta o indicador Elementos de reconhecimento da identidade da comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras que revelou uma pouca vinculação com a teoria, ou seja, ainda será preciso um reconhecimento da importância dos elementos culturais que construíram o processo histórico da/na vida da comunidade (tabela 8).

Tabela 8 - Índice do tema na dimensão Potencial emancipatório e princípio Solidariedade

Dimensão	Tema	Índice Tema	Índice da Dimensão
Potencial Emancipatório (Solidariedade)	Identidade	0,4270	0,4270

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

Após analisar os indicadores e seus respectivos temas, verificou-se o desempenho dos índices por dimensão relacionados aos princípios. Assim, a tabela 9 demonstra todas as dimensões em articulação com o princípio Igualdade, o que possibilitou a verificação do índice do princípio, com isso foi possível afirmar que o princípio Igualdade em todas as três dimensões obteve um índice que qualitativamente significou pouca vinculação.

Tabela 9 - Índices das dimensões Formas de organização, Viabilidade e Potencial emancipatório responsáveis pelo índice do princípio Igualdade

ÍNDICE DO PRINCÍPIO IGUALDADE			
Formas de Organização	Viabilidade	Potencial Emancipatório	Valor do Índice
0,4786	0,4673	0,4307	**0,4589**

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

Quanto ao princípio Solidariedade, identificou-se que a dimensão Formas de organização destacou-se por apresentar o melhor índice, que foi de 0,6875, ou seja, tratou-se de uma vinculação intermediária. No entanto, isto não foi o suficiente para alavancar o índice do princípio, uma vez que as dimensões Viabilidade e Potencial Emancipatório demonstraram índices referentes a pouco vínculo com os constructos. No total, o índice de Solidariedade foi de 0,4968, demonstrando pouca vinculação com o desenvolvimento alternativo e sustentável, como é possível identificar na Tabela 10.

Tabela 10 - Índices das dimensões Formas de organização, Viabilidade e Potencial emancipatório responsáveis pelo índice do princípio Solidariedade

ÍNDICE DO PRINCÍPIO SOLIDARIEDADE			
Formas de Organização	Viabilidade	Potencial Emancipatório	Valor do Índice
0,6875	0,3759	0,4270	**0,4968**

Fonte: Sistema de indicadores DASAF (2014).

O terceiro e último princípio denominado Proteção à Natureza demonstrou uma diversidade de índices ligados a cada dimensão. A dimensão Formas de organização apresentou o valor do índice igual a 0,5481, que se interpretou como a existência de uma vinculação intermediária.

A dimensão Viabilidade teve o pior desempenho, apresentando um índice igual a 0,4968, destacado como pouca vinculação. A dimensão Potencial Emancipatório foi a de melhor desempenho, com um índice igual a 0,8378 (Totalmente vinculado), contribuindo significativamente para o aumento do índice final, ou seja, o referente ao princípio que foi igual a 0,6256, demonstrando vinculação intermediária com o desenvolvimento alternativo e sustentável, como é possível identificar na Tabela 11.

Tabela 11 - Índices das dimensões Formas de organização, Viabilidade e Potencial emancipatório responsáveis pelo índice do princípio Proteção à natureza.

ÍNDICE DO PRINCÍPIO PROTEÇÃO À NATUREZA			
Formas de Organização	Viabilidade	Potencial Emancipatório	Valor do Índice
0,5481	0,4910	0,8378	**0,6256**

Fonte: Sistema de indicadores DASAF, 2014.

Quanto ao índice DASAF, viu-se que o princípio que mais contribuiu com a elevação do valor do índice final foi Proteção à Natureza, apresentando um valor igual a 0,6256. O valor do sistema de indicadores DASAF foi de 0,5271 (Tabela 12), o que significa que as práticas, os costumes, os valores que nutrem a existência da agricultura familiar na comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras apresentaram uma vinculação intermediária com o desenvolvimento alternativo e sustentável.

Tabela 12 - Índices dos princípios Igualdade, Solidariedade e Proteção à natureza que foram responsáveis pelo índice do sistema de indicadores DASAF

PRINCÍPIOS E SISTEMA DE INDICADORES	ÍNDICES
IGUALDADE	0,4589
ÍNDICE SOLIDARIEDADE	0,4968
ÍNDICE PROTEÇÃO À NATUREZA	0,6256
DASAF	**0,5271**

Fonte: Sistema de indicadores DASAF, 2014.

No contexto geral, pode-se perceber que o valor do índice do sistema de indicadores DASAF foi igual a 0,5271. Com isto, demonstra-se que as práticas, os costumes, os valores que nutrem a existência da agricultura familiar, na comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras, apresentaram uma vinculação intermediária com o desenvolvimento alternativo e sustentável.

Considerações finais

O sistema DASAF levou em apreço a necessidade de revelar especificidades vinculadas com o desenvolvimento alternativo e sustentável, principalmente porque as unidades produtivas da agricultura familiar apresentam um caráter híbrido e holístico, no que tange à organização da produção e do trabalho, e precisam assegurar as dinâmicas cotidianas ligadas aos aspectos ambientais, culturais, sociais, afetivas e, políticas.

O sistema DASAF permitiu uma avaliação que levou em consideração a complexidade que é própria das atividades relacionadas à agricultura familiar, porque foi construída a partir de princípios que podem nortear o trabalho, a produção e também o modo de vida dos atores sociais que vivem na comunidade rural.

Uma das características do sistema de indicadores DASAF que merece destaque é a possibilidade de enaltecer a relevância da inclusão e valorização da participação social em construção de sistemas de indicadores, podendo ressaltar que foram geradas informações com caráter muito mais qualitativo do que puramente quantitativos e, ainda respeitando as limitações de trabalhar com princípios que não pertencem à lógica do sistema econômico vigente. Portanto, as unidades produtivas precisam ser avaliadas com cautela.

A recomendação de cautela na avaliação das unidades produtivas está interligada à existência de conflito entre o paradigma dominante e a própria sobrevivência. No entanto, durante o processo de construção do sistema de indicadores DASAF, isto foi levado em consideração, por isso, os usuários podem desagregar os valores das variáveis até a escala da unidade produtiva. Embora, visando reforçar a coletividade e entendendo que se a comunidade estiver bem as unidades também estarão, foi que se optou por realizar as análises dos resultados de modo coletivo, chegando a constatação de que o DASAF demonstrou que a comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal/PB tem uma vinculação intermediária com os princípios do desenvolvimento alternativo e sustentável, através das práticas, valores e costumes dos(as) agricultores(as) familiares.

Alguns elementos necessários e fundamentais para aumentar o nível de vinculação da comunidade rural de Várzea Comprida dos Oliveiras – Pombal/PB com o desenvolvimento alternativo e sustentável fazem parte das teoria adotadas que são: necessidade de formar e fortalecer uma rede de apoio mútuo e de colaboração entre unidades produtivas; extensão da democracia do campo político ao campo econômico, destituindo os papéis autoritários e evoluindo para a democracia participativa; a atuação em escala local visando contribuir com o desenvolvimento local integrado; possibilidades de sinergia com outras esferas da economia e da sociedade através de relações complementares, buscando viabilizar e solidificar o potencial da unidade produtiva.

Do mesmo modo, foram identificados alguns elementos que contribuíram com o melhor desempenho do índice do sistema de indicadores DASAF, tais quais: o reconhecimento dos atores sociais quanto à necessidade do Estado desempenhar um papel de mobilização de recursos em favor de setores populares, mas respeitando e mantendo a integridade das unidades produtivas, sem causar dependências seja quanto aos ciclos políticos seja quanto aos favorecimentos; incentivo à participação das mulheres nas unidades produtivas; cautela nas avaliações dos êxitos e fracassos da unidade produtiva, pois se trata de um processo gradual; e indicação da construção de um paradigma do conhecimento a partir da realização de pesquisas que identifique a existência das unidades produtivas vinculadas ao desenvolvimento alternativo.

O mais importante na aplicação do modelo DASAF foi verificar que a comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras demonstra ter sido iniciado um processo a partir do trabalho de cada um dos(as) agricultores(as) e de suas famílias. Os(as) agricultores(as) estão semeando mais do que sementes de hortaliças, eles(as) estão dando vida a elementos contrários ao que prega a hegemonia capitalista do individualismo e da busca do lucro pelo lucro. Como acontece em qualquer processo em estágio inicial, identifica-se elementos mais forte, outros mais fracos e outros que são ainda inexistentes.

Verificou-se que agricultura familiar é um elemento importante na construção da identidade da comunidade de Várzea Comprida dos Oliveiras e que retrata o modo de vida do sertanejo situado no estado da Paraíba, mais precisamente no espaço rural do município de Pombal. Nota-se que é muito forte a relação entre a construção do espaço sertanejo e a agricultura familiar e que o papel de uma associação que realmente seja atuante é fundamental para ajudar a melhorar a forma de organização, a viabilidade e o potencial emancipatório das unidades produtivas da agricultura familiar, podendo estabelecer laços firmes de igualdade, solidariedade e proteção à natureza.

Constatou-se, então, que o sistema de indicadores DASAF e consequentemente a teoria do desenvolvimento alternativo e sustentável possibilitaram identificar características específicas da comunidade analisada ao passo que se verificou que a organização do trabalho e da produção na agricultura familiar pode contribuir com a configuração do espaço rural e, dependendo da adoção dos princípios Igualdade, Solidariedade e Proteção à natureza, é possível diminuir as desigualdades, as injustiças e aumentar a cooperação e a autonomia.

Referências

Abramovay, R. 1992. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP.

Altieri, M. 2002. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba-RS: Agropecuária.

BRASIL. 2014. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Plano nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Brasília – DF : MDA.

Buainain, A. M.; Romeiro, A. R.; Guanziroli, C. 2003. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias.** Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul.-dez, p. 312-347.

Carneiro, M. J.; Maluf, R. S. 2005. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: Botelho Filho, F. B. (Org). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Vol. 5, nº 17. Brasília-DF: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Núcleo de Estudos Avançados.

Guilhoto, J. J. M.; et al. 2007. **PIB da agricultura familiar:** Brasil-Estados. Brasília-DF: MDA.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). 2006. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar – primeiros resultados (Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação). Rio de Janeiro.

_____. 2011. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro.

Leff, E. 2010. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez.

Manzoni, A. 2007. **A new approach to performance measurement using data envelopment analysis**: Implications for Organization Behaviour, Corporate Governance and Supply Chain Management. Victoria University. (Thesis for the degree of Doctor of Business Administration).

Martins, M. F.; Cândido, G.A. 2008. *Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM*)**: metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade – uma aplicação no Estado da Paraíba**. João Pessoa - PB:

Marzall, K.1999. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Porto Alegre – RS: UFRGS. (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia).

Mazoyer, M.; Roudart, L. 2010. **Histórias da agricultura no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília – DF: NEAD.

Moreira, A. R. B.; Helfand, S. M.; Figueiredo, A. M. R.2007. **Explicando as diferenças de produtividade agrícola no Brasil.** Texto para Discussão Nº 1254. Rio de Janeiro - RJ: IPEA.

Moura, L. G. V.; Almeida, J.; Miguel, L. A. 2004. Avaliação da sustentabilidade em agrossistemas: um pouco de pragmatismo. **REDES**, Vol. 9, Nº 2, maio/ agosto, p.133 – 155. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC.

Nolasco, F. 1999. Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um método fitotécnico. Viçosa – MG: Universidade Federal de Viçosa. (**Tese** defendida no Curso de Fitotecnia).

Nourry, M. 2008. Measunring sustainable development: some empirical evidence for France from eigth alternative indicators. **Ecological Economics**. Vol. 67. Nº 3. Science.

Passos, H. D. B.2008. *Indicadores de sustentabilidade: uma discussão teórico-metodológica aplicada a sistemas agroflorestais no Sul da Bahia.* Ilhéus – BA: Universidade Estadual de Santa Cruz. (**Dissertação** apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

Paulo, E.V.; Alves, C. L. B.; Medeiros, A. A. 2012. Trabalho agrícola, pluriatividade e novas formas de organização do espaço rural. **Anais**. I Seminário de Crítica da Economia Política: questões contemporâneas. Teófilo Otoni – MG. Disponível em: <http://www.secep.com.br/arquivos/Trabalho_agricola_pluriatividade_e_novas_formas_de_organizacao_do_espaco_rural.pdf> Acesso em: 05 maio 2013.

Ribas, R. P.; Severo, C. M.; Miguel, L. A.2007. Agricultura familiar, extrativismo e sustentabilidade: o caso dos "samambaieiros" do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. IN: **Revista de Economia e Sociologia Rural (RER), SOBER**, Vol. 45, nº 01 Jan/ Mar.

Sabourin, E.; Samper, M.; Le Coq, J. F.; Massardier, G; Sotomayor, O.; Marzin, J. 2014. Análisis transversal de las políticas sobre agricultura familiar en América Latina. IN: SABOURIN, E. S.; SAMPER M.; SOTOMAYOR, O. (Coords). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe Balance, desafíos y perspectivas**. Santiago – Chile: Naciones Unidas.

Sales, L. G. de L.2014. **Indicadores de Sustentabilidade Hidroambiental para Bacias Hidrográficas do Semiárido Brasileiro: uma proposta de operacionalização na sub-bacia do Rio do Peixe-PB**. Tese (Doutorado em Recursos Naturais – UFCG), Campina Grande – PB.

Santos, B. S.; Rodríguez, C. 2002, Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Santos, B. S. (Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos – 2).

Silva, V. P.; Cândido, G. A. Sustentabilidade de geossistema familiar de produção de mandioca alternativo versus convencional. 2001 In: Cândido, G. A.; Silva, V. P. (Orgs). 2015. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas:** aplicações em diversos tipos de cultivo e práticas agrícolas do Rio Grande do Norte. Natal – RN: IFRN.

Wanderley, M. N. B. 2002. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: Sabourin, E.; Texeira, O. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica.

Wilson, J.;Tyedmers, P.; Pelot, R. 2007. Contrasting and compararing sustainable development indicator metrics. **Economics Ecological**. Vol. 7. Nº 2.

_____. 2004. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**. Vol. 18. Nº 51.

Veiga, J. E. 2005. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: Botelho Filho, F. B. (Org).. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Vol. 5, nº 17. Brasília – DF: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Núcleo de Estudos Avançados.

Vieira, P. M. S.; Studart, T. M. C. 2006. Proposta metodológica para o desenvolvimento de um índice de sustentabilidade hidro-ambiental de áreas serranas no semiárido brasileiro – estudo de caso: Maciço de Baturité, *Ceará.* **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. Vol. 14, Nº 4, out/dez, p. 125-136.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a09

Una perspectiva holística de la economía solidaria, naturaleza y cultura

Victoria Puntriano Zuniga de Melo[1] & Angela Maria Carneiro Araújo[2]

[1]Doctoranda del Programa de Pós-graduación en Ciencias Sociales del Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas (IFCH) de la Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: victoria.zuniga@gmail.com (orientanda).
[2]Docente del Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas (IFCH) de la Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: angelamcaraujo@hotmail.com- (orientadora)

Recebido em 25 de novembro de 2015. Aceito em 28 de abril de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – Este artículo presenta las reflexiones acerca de la economía solidaria en la visión de los principales autores, y en especial, Marcos Arruda y Euclides Mance como representantes de un abordaje perspectiva holística guiada por la teología de la liberación. Se presenta la mándala de la socio economía solidaria dividida en anillos mostrando las posibilidades de ese proyecto en sus diversos niveles, así como el respeto e integración con la naturaleza y cultura, teniendo como marcos el desarrollo integral, la ecología y el individuo social, promoviendo la colaboración solidaria a través de redes. Se muestran algunos datos del segundo mapeo de la economía solidaria realizado por la SENAES del perfil de los asociados y las tipologías identificadas de los emprendimientos económicos solidarios. Los retos para de esta economía solidaria incluyen la búsqueda de la autonomía en un sentido amplio, satisfacer las necesidades en las organizaciones solidarias, promover la organización en redes de colaboración solidaria para su sostenibilidad y el buen vivir.
Palabras Clave: *Economía solidaria. Socio economía solidaria. Desarrollo integral*

A holistic view of the solidarity economy, nature and culture

Abstract – This article presents reflections on solidarity economy in view of the principal authors, and especially Marcos Arruda and Euclides Mance as representatives of a holistic perspective approach guided by liberation theology. Is present the socioeconomic Mandala divided into rings showing the possibilities of the project at various levels, as well as respect and integration with nature and culture, with the comprehensive development frameworks, ecology and social individual, promoting the solidarity collaboration across networks. Some data from the second mapping of solidarity economy by SENAES are shown profile partners and identified the typologies of the solidarity economic entreprises. The challenges for this solidarity economy include the search for autonomy in the broadest sense, meet the needs in solidarity organizations, promote the organization in networks of solidarity cooperation for sustainability and buen vivir.
Key Words: *Solidarity Economy. Social solidarity economy. Integral development*

Uma perspectiva holística da economia solidária, natureza e cultura

Resumo – Este artigo apresenta reflexões sobre economia solidária, na visão dos principais autores e, em especial, Marcos Arruda e Euclides Mance como representantes de uma abordagem holística pautada pela teologia da libertação. Apresenta-se a mandala da socioeconomia solidária dividida em anéis, mostrando as possibilidades do projeto em vários níveis, bem como o respeito e a integração com a natureza e cultura, tomando como marcos o desenvolvimento integral, a ecologia e indivíduo social, promovendo a colaboração solidaria através das redes. Mostram-se alguns dados do segundo mapeamento da economia solidária realizado pela SENAES acerca do perfil dos associados e identificou as tipologias de empreendimentos econômicos solidários. Os desafios para esta economia solidária incluem a busca da autonomia em um sentido ampliado, satisfazer às necessidades nas organizações solidárias, promover a organização em redes de cooperação solidária para a sustentabilidade e o bem viver.
Palavras-Chave: *Economia Solidária. Socioeconomia solidária. Desenvolvimento integral*

Introducción

La Economía Solidaria emerge como una reacción a la exclusión social y a la situación de vulnerabilidad en la cual trabajadores se encuentran imposibilitados de acceder a las condiciones básicas de subsistencia: vivienda, alimentación, trabajo, estudio, salud, educación entre los principales.

Esa exclusión social es originada en un contexto de precarización del trabajo (considerándose la intensificación, ampliación de la exploración de la fuerza de trabajo, el desmonte colectivo del trabajo y de la resistencia sindical) en el cual la reestructuración productiva y la formación del Estado neoliberal se configuran como factores primordiales.

Para (Alves, 2009) la precarización del trabajo es consecuencia de la inseguridad de clase que se extiende a la inseguridad del empleo, de la representación y del contrato de trabajo en la temporalidad neoliberal.

La fragmentación social deviene del crecimiento del desempleo, con el cual acontecen rupturas de las resistencias sociales y de las políticas del trabajo organizado, impactando negativamente a los sindicatos y los derechos laborales y su protección social. Vale resaltar que ese proceso se desarrolla en un panorama de recesión económica. (Harvey, 1992; Castels, 1998; Alves, 2009).

Cabe resaltar en el Brasil en los años 90 a partir de la apertura de los mercados y la estabilidad de la moneda se llevó a cabo una reestructuración sistémica desarrollada en un plan más defensivo provocada por la crisis económica, así como también un carácter más ofensivo como parte de las nuevas estrategias de racionalización económica adoptada por los empresarios. (Santos, 2010).

De esta forma esa reestructuración productiva se enfoca en la modernización de la producción y su alta competitividad lo que trae consigo consecuencias nefastas para los trabajadores en contexto de pobreza y vulnerabilidad.

Desde luego las diversas formas en las que se busca la reinserción social y laboral visando la mejoría de las condiciones de vida ocurren en la forma de fábricas recuperadas que pasan a ser administradas por los antiguos empleados, cooperativas de consumo y de trabajo, asociaciones, grupos informales, clubes de intercambio, bancos comunitarios y fundos rotativos solidarios, los tres últimos perteneciendo a las finanzas solidarias. (Singer, 2002)

La Economía solidaria puede ser practicada, por lo menos teóricamente, por todos aquellos que así lo deseen y cuyos ideales estén representados por la propuesta que abarca esta economía basada en la solidaridad, trabajo digno, distribución solidaria de las ganancias y la autogestión, es decir que no tendrían que ser exclusivamente para la camada de la población de escasos recursos, hasta porque las bases conceptuales extrapolan a la pobreza. Aunque lo que ha impulsado a la economía solidaria han sido las crisis económicas, el desempleo estructural y la creciente desigualdad social, empíricamente se puede constatar que los participantes de esta economía son aquellos

con dificultades económicas y sin acceso al mercado laboral.

Además se menciona esa forma de organizar a la producción, la prestación de servicios, el crédito y el consumo lo realicen promoviendo el uso sustentable del medio ambiente y del respeto al ser humano y a su entorno cultural. En este sentido (França Filho, 2002) menciona que: la producción y el desarrollo de las actividades económicas con base comunitaria articula las necesidades y los saberes en una esfera local, propios de una cultura y declara el papel articulador de esta economía con el Estado.

Otro aspecto a ser destacado es la base territorial así como la promoción del etnodesarrollo (entendida como un modelo alternativo de desarrollo que mantiene el diferencial sociocultural (etnicidad) de una sociedad)[1], como es el caso de los quilombos, la economía solidaria ha promovido acciones y desarrollado proyecto dentro del Programa Brasil Local de la Secretaria Nacional de Economía Solidaria (SENAES) del Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE) para la elaboración de Planes Territoriales de Etnodesarrollo, Economía Solidaria y Políticas Públicas.

La economía solidaria viene articulándose con el Fórum Brasileño de Economía Solidaria (FBES), el movimiento de economía solidaria, el movimiento nacional de catadores de materiales reciclables (MNCR), el movimiento de mujeres, de jóvenes, de movimiento sindicales y religiosos, de forma tal que viene fomentando alianzas que contribuyan con su desarrollo y tengan mayor alcance a sus asociados.

El desarrollo de las diversas nomenclaturas y sentidos otorgados a la economía solidaria como trabajo asociado y colaborativo se reflejan en las diferentes dimensiones como el tiempo y espacio, aspectos sociales y políticos. Tenemos la relación Estado-Mercado, el rol de iglesia, de los sindicatos y de los movimientos sociales que configuran a la economía solidaria en sus regiones. Entre las diversas acepciones tenemos: economía social, economía social y solidaria, economía popular, socio economía solidaria, entre las más utilizadas.

Materiales y métodos

La metodología utilizada fue exploratoria, en la cual se realizó investigación bibliográfica acerca del tema de la economía solidaria en cuanto un campo (en el sentido conferido por Bourdieu como espacio vinculado a relaciones de poder), optándose por la denominación economía solidaria por la más aceptada en Brasil. Sin embargo, enfatizado la visión de los autores que la denominan socio economía solidaria por su aspecto social y económico.

También fueron utilizados los datos del Sistema Nacional de Informaciones en Economía Solidaria (SIES) de la SENAES/MTE. El SIES tiene como objetivo identificar y registrar informaciones de los emprendimientos, entidades de apoyo y fomento a la economía solidaria y a las políticas públicas de economía solidaria en el Brasil. Los datos utilizados en este artículo son referentes al segundo mapeo que comprende el período de 2010 a 2012 totalizando 11.663 emprendimientos.

A grandes rasgos se informa que el instrumento utilizado en el mapeo fue un cuestionario estandarizado aplicado por muestreo previamente seccionado. Los criterios para ser considerado Emprendimiento Económico Solidario (EES) por el SIES son: colectivas (supra familiares, singulares y complexas como: asociaciones, cooperativas, empresas autogestionarias, grupos de producción, clubes de intercambios y redes[2]; la gestión colectiva de las actividades y resultados por los trabajadores o socios en el medio urbano o rural; permanentes (en funcionamiento o en implantación con actividades económicas definidas); prevalencia de la existencia real (con registro legal y aquellos que todavía no lo han obtenido); que desempeñen actividades económicas de producción de bienes, prestación de servicios y funciones de crédito (cooperativas de crédito y fundos rotativos), de comercialización y/o de consumo solidario. (Gaiger, 2014).

Se destaca la necesidad de identificación previa de los emprendimientos y que la recolección de datos no fue realizada de forma simultánea (habiendo un hiato temporal de 2011 hasta 2013). Otro aspecto a ser informado fueron las dificultades de acceso a los locales donde se encuentran los emprendimientos, la subjetividad de ciertas evaluaciones al caracterizarlos o no como de la economía solidaria.

Uno de los puntos más polémicos fue la exclusión de emprendimientos que contrataban trabajadores externos por parte de algunos equipos como criterio adicional. Esa exclusión fue bastante controversial porque tanto existen entidades que tienen actividades estacionales (sea en el área rural o urbana), como también el nivel de especialidad requerido en ciertas funciones motiva la contratación, sin que esa relación signifique necesariamente la adopción de una gestión basada en los criterios capitalistas.

Resultados y Discusión

A seguir la visión de la socio economía solidaria de Marcos Arruda y Euclides Mance en diálogo con otros estudiosos de la economía solidaria. Contextualizando a los autores: Marcos Arruda es economista con doctorado en Educación y formación seminarista. Su trayectoria como coordinador del Instituto de Políticas Alternativas para el Cono Sur (PACS), participación como uno de los fundadores del Foro Social Mundial (FSM) y de la Red Global de Socioeconomía Solidaria, profesor, escritor y conferencista lo configuran como un investigador del tema y su pensamiento se torna relevante para fines de esta investigación.

Euclides André Mance es filósofo y máster en educación por la Universidad Federal de Paraná (UFPR), profesor de filosofía en diversas IES, miembro del núcleo de estudios lationamericanos del sector de las ciencias humanas, socio fundador del Instituto de Filosofía de la Liberación (IFL); colaborador de la red brasileña de socio economía solidaria, responsable por el portal www.redesolidaria.com.br, escritor y conferencista, también comparte de la interpretación de la socio economía solidaria de Marcos Arruda.

Arruda en sus obras coincide con otros autores de la economía solidaria en el diagnóstico del sistema económico capitalista y sus nefastas consecuencias a la que denomina "crisis de la civilización" y siguiendo su visión holística la caracteriza como amenaza a la humanidad y a la vida en el planeta, incluyendo los procesos de destrucción ambiental.

Desde la perspectiva de este autor, la economía debe estar subordinada a lo social, es decir que los mercados no estarían más regidos por la lógica del lucro a todo costo, el trabajo estaría libre de la relación capital-trabajo (trabajo emancipado), al contrario, habría la

1 Inspirado en Stavenhagen (1997) etnodesarrollo significa que la etnia, autóctona, tribal o otra, tiene el control sobre sus propias tierras, recursos, organización social y cultura y es libre para negociar con el Estado asuntos de su interés.

2 La noción de red en inserida el ámbito de la teoría de la complejidad, articulando cibernética, ecología y otros sistemas en diferentes áreas, enfatizando la integración entre sus diversos componentes (los flujos de elementos que circulan en esas relaciones, los lazos que potencializan la sinergia colectiva, el movimiento de reproducción y manutención y el potencial transformador de cada parte para con el conjunto y de este por medio de los flujos que circulan).(Mance, 2002).

apropiación de los medios productivos; la ética adoptada pasaría a ser la cooperación solidaria, el respeto al medio ambiente y la propuesta podría expandirse en un proceso mundial[3] hacia la construcción de una globalización cooperativa[4].

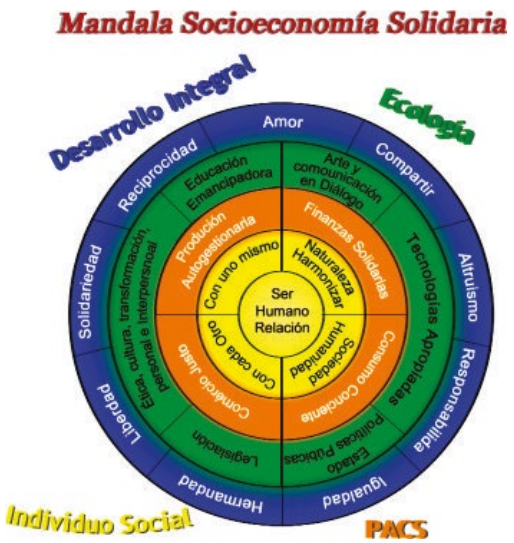
Posteriormente (Lechat, 2002) pone en evidencia una postura más moderada dejando de vislumbrar una globalización cooperativa en relación a su declaración realizada en el Seminario de Bahia en el cual calificó a la socio economía solidaria de proyecto de una nueva sociedad, de un nuevo modo de producción.

Son apuntadas dos tendencias en esta economía, serian dos: una conservadora (limitada a los empleos e ingresos) y la transformadora (enfocada en la transformación profunda de la economía y, consecuentemente de la sociedad).

La tendencia transformadora ofrece un panorama integral y sistémico que se describe a seguir y se ejemplifica con una mándala dividida en anillos. El centro representa al individuo social, al contrario de un ego aislado, abstracto y absoluto, es una homo-relación.

El primer anillo muestra su carácter relacional consigo mismo, con la naturaleza, con la sociedad y de persona a persona en una actitud responsable. El segundo representa a los cuatro campos de la actividad económica: la producción autogestionaria, finanzas solidarias, el consumo consciente y el comercio justo. El tercer anillo comporta a las actividades que conforman el sistema de la ES como forma de promover el desarrollo humano y social: el Estado y las políticas públicas, las tecnologías, la educación (ver figura1). El cuarto anillo está compuesto por los valores de la ES. Las referencias que ubican la mándala son el desarrollo integral del individuo social como última finalidad de la actividad económica y la ecología. (Arruda, 2010).

Figura 1 – Mandala



Fuente: Arruda (2010, p. 7).

El proyecto de la Socio economía solidaria, y como tal está inscrito en el ámbito de las posibilidades, es entendido como re conceptualizar la economía a partir de otros paradigmas, como la centralidad del trabajo, conocimiento y creatividad por el capital; la cooperación como modo de privilegiado de la relación socio económica, en el lugar de la competencia.

En este sentido la socio economía (Mance, 2002) promueve el respeto al equilibrio de los ecosistemas y la diversidad cultural, una pluralidad de identidades que fomente la convivencia pacífica entre los pueblos y contrarresten la intolerancia, de modo a promocionar las libertades públicas y personales, así como también conducir de forma adecuada los planteamientos de los movimientos sociales y populares en favor del buen vivir, vinculado a los saberes y prácticas tradicionales.

Aún para este mismo autor, la socio economía solidaria es vista como un sistema alternativo al capitalismo, que puede ser construido a través del surgimiento de redes horizontales y verticales de producción y de intercambio de bienes y servicios, mediados por relaciones solidarias entre sí.

El destaque también son para las redes como actores colectivos que construyen un nuevo contrato social exigiendo la distribución equitativa de las riquezas producidas de forma colectiva. (Mance, 2002) Por lo tanto la estrategia sugerida es la creación, fortificación y expansión de redes solidarias promoviendo su enlace en el ámbito local, regional y global. De esta forma se promovería un proceso de colaboración solidaria entre personas, redes, organizaciones para generar una sociedad que fomente las libertades públicas y privadas hacia el proceso de transformación personal y colectiva.

Las redes fueron y son ampliamente utilizada por el sistema capitalista y esa experiencia puede ser adaptada para la perspectiva de la economía solidaria, como redes de colaboración solidaria trayendo beneficios como: distribución de renta, generación de puestos de trabajo, la autonomía de los emprendimientos en las transacciones, la obtención de un precio justo, consolidación las relaciones con las entidades asociadas, en fin fortalecer la democracia.

En este sentido, la "red de colaboración solidaria", es producto de la reflexión sobre prácticas de actores sociales contemporáneos, basados teóricamente en la teoría de la complejidad y la filosofía de la liberación. Tiene como objetivo articular de manera solidaria y ecológica las cadenas productivas de forma que las organizaciones de consumo, comercio, producción y servicio, se mantengan en permanente conexión a través de flujos de materiales (productos, insumos, etc.), de información y de valor, que circulan a través de estas redes (Mance, 2002).

El uso de la tecnología de la información, la inversión en investigación y desarrollo, y el uso de la web en el *E-commerce* (comercio electrónico) y más aún el *C-commerce (*comercio colaborativo) y la gestión de red, también han sido técnicas utilizadas por el capitalismo y todas ellas basadas en la búsqueda de competitividad, lo que propone aquí es la utilización de esas técnicas para la colaboración solidaria de modo a organizar la producción, distribución, consumo y ventas incluyendo tanto a los consumidores como a los productores, citamos como ejemplo a las cooperativas de compras colectivas[5].

La web también puede propiciar instrumentos importantes para uso solidario, (Mance, 2002) en el portal de redes de colaboración solidaria el cual coordina menciona las secciones que fueron implantadas y las opciones que se encuentren disponibles: productos y servicios (con el sistema de busca solidaria por localidades), feria o*nline* (comercio electrónico que permitiría a los emprendimientos realizar entregas en domicilio, actualmente está en fase de implantación), tiendas solidarias (lista de las tiendas que forman parte de la red con sus direcciones), agenda de actividades de la economía solidaria, sala de conferencia, fórum electrónico (lista

3 Como ejemplo tendríamos una ciudadanía mundial que se desarrollaría en 3 etapas: la primera seria de presión por cambios de las condiciones opresivas sufridas por los trabajadores, la segunda el desarrollo de la consciencia que es posible el trabajo colectivo y ganar espacios con ello, y la última se daría en el surgimiento de una "ecossociedad cooperativa" con calidad de vida y una filosofía anticonsumista. (Ver Arruda, 2010)

4 Construida por individuos y sociedades que se agreguen en redes de colaboración e intercambio que respeten la individualidad de cada uno y conecten lo singular de manera complementar y creativa, en procesos plurales, autogestionarios y solidarios (Lechat, 2002; Arruda, 2010).

5 A cooperativa citada como referencia está localizada en la región metropolitana de Porto Alegre (RS)

de diálogos por correo electrónico), material pedagógico (textos pedagógicos de la educación popular sobre economía solidaria y redes), biblioteca (estudios y textos problematizando el debate de la economía solidaria).

La "red de colaboración solidaria", es producto de la reflexión sobre prácticas de actores sociales contemporáneos, basados teóricamente en la teoría de la complejidad y la filosofía de la liberación. Tiene como objetivo *articular de manera solidaria y ecológica las cadenas productivas* de forma que las organizaciones de *consumo, comercio, producción y servicio*, se mantengan en permanente conexión a través de flujos de materiales (productos, insumos, etc.), de información y de valor, que circulan a través de estas redes.

Hay muchas opciones que pueden ser implantadas a partir de plataformas como esas la difusión de las transferencias tecnológicas que están en sintonía con el desarrollo sustentable, así como los links de interés, organización de las cadenas productivas como bolsa de negocios equivalentes al *Bussiness to Bussines* (B2B), entre otras posibilidades de hospedaje de sitios de emprendimientos.

Otros autores como Paul Singer[6] y Luiz Inácio Gaiger concuerdan el desarrollo de las competencias y habilidades requeridas por la autogestión, que no solo deben ser adquiridas en la práctica sino también científicamente, de ahí que se enfatiza la necesidad de progresos y formación permanente de cuadros profesionales y de una base técnica aplicada a la economía solidaria.

Delante de lo expuesto, las redes demuestran potencial para superar las estructuras opresivas y exclusivas, a ejemplo del papel articulador que han desempeñado los Foros Sociales Mundiales (FSM) en el cual los flujos de información, productos, servicios, productos, tecnologías y valores se retroalimentan y conectan de una forma única y singular.

En el formato actual nuestras necesidades son transferidas al mercado y de esta forma al adquirir mercaderías e insumos pagamos la plusvalía y de esta forma perdemos fuerza de trabajo y recursos que podrían ser utilizados en la red solidaria. De allí el destaque a la autonomía, a ser en lo máximo que podamos autosuficientes, de forma tal que el proceso de producción pueda satisfacer nuestras necesidades a través del intercambio en las redes solidarias, al realizar el intercambio dejamos de ser solamente clientes dentro de un sistema capitalista, al contrario pasamos a ser asociados de economía solidaria.

En lo que respecta a los actores de la economía solidaria demuestran falta de claridad cuanto a la importancia de la lucha por la transformación personal e interpersonal, así como de una conciencia de la necesidad de articulación en redes de colaboración (abarcando con ello los vínculos con otros movimientos sociales a partir de temas transversales como la igualdad de género, defensa del medio ambiente y respeto a la diversidad) y cadenas productivas que llevaría a la constitución de un mercado social (Arruda, 2010).

El mercado social respetaría a la autonomía, la autogestión, al medio ambiente, la soberanía alimentar y el consumo agroecológico. (Arruda, 2010). En este aspecto la ecología es una de las referencias de la mandala.

También resaltamos que el proceso educativo es enfatizado y considerado fundamental para producir los cambios necesarios llevando a una transformación cultural hacia la autonomía individual y colectiva. En este sentido, Arruda manifiesta la ausencia de una educación integral individual y colectiva y las clasifica en niveles: micro (cooperativa), meso (redes y cadenas productivas) y macro (sistema económico). (Lechat, 2002).

En relación a las debilidades de la economía solidaria Arruda indica que la principal sería la falta de una cultura[7] de gestión democrática y participativa lo que afecta no solamente al ámbito de la producción sino a toda la reproducción de la vida en su sentido ampliado. También opina que las soluciones propuestas por esta vía todavía son "desarticuladas, inmaduras y limitadas" (Arruda, 2010).

Realiza críticas al "cooperativismo tradicional" en que pese a haber obtenido éxitos y progresos no llegó a constituirse como alternativa al capitalismo ni como proyecto democrático inserido en una economía del trabajo.

Para Arruda los desafíos del cooperativismo autogestionario, seria abolir la plusvalía, tener la concepción que la cooperativa es una comunidad humana (y cuidar del bienestar de sus socios y la educación integral), enfrentar la competición que rige al mercado dominante y para hacerle frente seria fortalecerse a través de la redes de producción y de consumo formando un mercado solidario. También concuerda con Singer acerca del peligro de las cooperativas adoptaren la racionalidad económica vigente y perder su esencia.

Entre los caminos señalados por Arruda está la exploración de las contradicciones del capitalismo y de la propia economía solidaria con el propósito de vislumbrar las tendencias a largo plazo, dado que para este autor no hay solución única, y destaca que los valores de esta economía se configurarían como fundamentales para la superación de la crisis, por lo tanto una alternativa.

Arruda muestra puntos coincidentes y divergentes con Singer. Entre los convergentes tenemos los valores asignados a la economía solidaria y el papel concedido al movimiento conformado por esta economía, y entre las divergencias estaría la acción sindical, que para Singer estaría apoyado en una tradición de luchas y que para Arruda parte de la visión evolucionista basada en el principio de autodesarrollo. (Lechat, 2002).

Para Arruda el autodesarrollo o el desarrollo de la comunidad seria obtenido mediante la educación y el empoderamiento, lo que les daría el control de los procesos productivos, del trabajo, acceso al crédito y al mercado y así superarían la cultura de la dependencia y los miembros de la comunidad rescatarían su confianza y autoestima. El tema de las finanzas es condición para alcanzar la soberanía y ejercer el control democrático en el nivel macro finanzas (las ejercidas por el Estado) y las micro finanzas (ejercidas por las comunidades y familias).

Cuanto a la importancia de la identidad compartida coincide con la interpretación de Gaiger al citar ejemplos de emprendimientos exitosos en los cuales existe un ideal compartido sea religioso, étnicos (como es el caso de Mondragón y el país Vasco) o de género, o la reunión de sus diversas características. (Lechat, 2002).

Considera que las políticas públicas son apoyo importante y el Estado tendría un papel de facilitador pero no sería el responsable por la transformación social.

Todavía parece que la respuesta recae en lo individual en el papel protagónico de cada uno que tendría el potencial de expandirse por la sociedad con potencial transformador de trabajadores organizados.

Mapeo de la economía solidaria

A seguir comentamos los principales resultados obtenidos en el segundo mapeo realizado pela SENAES buscando identificar el perfil de los asociados. Cuanto al género: 44% mujeres y 56%

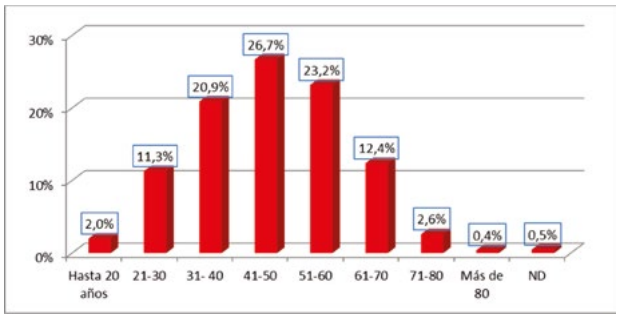
6 Economista, ex coordinador de la Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) de la USP. Además de conferencista y escritor de diversas obras, en 2003 asumió la recién creada Secretaria Nacional de Economía Solidaria (SENAES) en el ámbito de Ministerio de Trabajo y Empleo y desde entonces viene desempeñando esa función con afinco y trabajando activamente a favor de la economía solidaria.

7 Entendida como conjunto de valores, actitudes, comportamientos, aspiraciones, modos de relación característicos de un determinado grado de evolución de la sociedad. (Lechat, 2002). Destacamos el aspecto del particularismo y en este caso

hombres. A pesar del porcentaje de participación masculina ser superior en 12%, Singer destaca la participación oculta de la mujer en los emprendimientos, principalmente en el medio rural. Este hecho también fue observado en la investigación realizada en los Fundos Rotativos Solidarios (FRS) en el Estado de Paraíba.[8]

Ya en la composición etaria de los socios tenemos la participación adulta (entre los 21 a los 60 años) representando un total de 82,1% y la de los jóvenes está expresada en 2%, una escasa participación.

Figura 2 – Faja etaria de los asociados



Fuente: SIES/2003

Ese bajo porcentaje de los jóvenes puede demostrar que no se interesan en permanecer en sus lugares de origen, o en las mismas actividades que sus padres. En la investigación que participé acerca de los FRS solo en el municipio de Aparecida, asentamiento *Acauã* el porcentual de jóvenes de hasta 20 años representó 29%, (3% hasta los diez años y 26% hasta los 20) los niños en edad escolar participaban del vivero de plántulas los finales de semana, habían casos de jóvenes que estudiaban cursos técnicos del área agrícola para aplicar los conocimientos en su comunidad. (Gonçales y Melo, 2015)

Pero la situación descrita arriba es un caso puntual, la participación de jóvenes con menos de 20 años es escasa y aun haciendo referencia a la pesquisa del FRS en otras localidades la participación está de acuerdo con la investigación de muestreo efectuado por el SIES[9].

Ahora se pasa a la caracterización de los emprendimientos, empezando por identificar su tipología. En los mapeos realizados hubo el esfuerzo en definir los tipos de emprendimientos económicos solidarios (EES), considerando la multiplicidad de actividades económicas y no económicas, las características y los limites conceptuales de estos y su complexidad de estructura y funcionamiento combinando la esfera colectiva e individual. (Gaiger, 2014).

Fueron definidos cinco (5) tipos de emprendimientos demostrados a seguir la figura 3. Las dos primeras tipologías son de suministro de bienes y servicio siendo conformado por participantes consumidores integrados en proyectos de desarrollo comunitario a ejemplos de clubes de intercambios, grupos de consumo (citamos los bancos de semillas que permiten a los agricultores familiares obtener semillas de calidad de forma autónoma además de preservar las culturas nativas), o de finanzas solidarias (fondos rotativos, cooperativas de crédito y bancos populares). Relacionamos estas actividades vinculadas al segundo anillo de la mandala de la socio economía solidaria.

Inclusive la SENAES ha demostrado interés en mapear los Fondos Rotativos Solidarios con la finalidad de construir un banco de datos y obtener subsidios para elaborar programas de apoyo a esos fondos. La fundación Esquel Brasil fue seleccionada para realizar dicho mapeo en la región Nordeste.

También están incluidas en ese contexto acciones de representación política y movilización para reivindicar derechos y políticas inclusivas en el caso de los servicios sociales y de cuño asociativo. (PRONAF, acceso a la salud, educación, guarderías, radios comunitarias y proyectos colectivos), haciendo referencia al tercer anillo de la mándala (Figura 1)

Las últimas tres tipologías engloban a los emprendimientos de trabajo y renta cuyos socios son productores, siendo clasificados en los que tiene la renta obtenida como fuente principal, complementar e inclusive con escasa o sin remuneración.

Figura 3- Cuadro de las tipologías de los emprendimientos

Tipologia dos EES	Finalidade	Características gerais
1 - EES de provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário.	Provimento de bens, serviços e benefícios sociais (crédito, consumo, serviços socioculturais e educativos)	8,8% dos EES, de 10 a 30 anos de existência, meio rural (agricultores familiares, comunidades tradicionais e beneficiários de políticas sociais)
2- EES de apoio à atividade produtiva dos sócios	Provimento de recursos, serviços e outros benefícios para as atividades econômicas (troca, comercialização e uso coletivo)	25,9% dos EES, de 10 a 20 anos de funcionamento, meio rural (agricultores familiares e povos tradicionais)
3- EES de trabalho e geração de renda primordial para os sócios	Produzir bens, comercializar a produção e/ou prestar serviços garantindo o ingresso principal dos sócios.	18,9% dos EES, com até 15 anos de funcionamento, predominantemente urbano, vinculados a agricultura, fabricação de alimento, produtos diversos e varejista.
4- EEES de complementação de trabalho e renda	Produzir bens, comercializar a produção e/ou prestar serviços como fonte complementar de renda (por outra atividade econômica ou rendimento independentes do trabalho)	20,2% do EES, menos de 10 de atuação, predominantemente urbano, vinculados a agricultura, pecuária, fabricação de alimentos, produtos têxteis e artesanais, e diversos, varejo.
5- EES de trabalho com remuneração insuficiente dos sócios	Produção de bens e prestação de serviços, mas não logram gerar renda adequada para seus sócios (1/4 dos sócios não tem trabalho nos EES)	18,5% dos EES, tempo de funcionamento variável, em áreas rurais e urbanas (empresas recuperadas, grupos étnicos e comunidades tradicionais)

Fuente: SIES/2003

Acerca de las motivaciones para la constitución de los emprendimientos, (ver figura 4) informamos que los entrevistados podían dar más de una respuesta. La fuente complementar de renta se apunta con 48,8% seguida de alternativa al desempleo. Se vinculamos estas declaraciones con la figura anterior, de las tipologías de los emprendimientos, los de trabajo y renta se perfilan como mayoritarios, y específicamente los de complementación de la renta representan 20,2% lo que se muestra de acorde con las motivaciones manifestadas más a menudo.

Se observa que ambas respuestas se muestran en sintonía con la búsqueda por la inserción económica via trabajo colectivo defendido por Singer, Gaiger, Arruda y Mance cada uno con sus abordajes.

Para Singer y Gaiger la obtención de ingresos es una motivación de la economía solidaria, con la diferencia que para Singer además de estrategia de supervivencia es también un proyecto de transformación social a partir de las experiencias de economía solidaria que son comparados a semillas socialistas dentro del sistema capitalista con el

8 Los agricultores eran los integrantes de los FRS sus esposas y compañeras también participan de las actividades (banco de semillas, plantíos, huertas) sin embargo no ingresaban en las estadísticas o aún en las entrevistas realizadas no emitían su opinión acerca de la política de los FRS. Ver Gonçalves, Alicia F y Melo, Victoria P.Z. en Economia da Dádiva e os Fundos Rotativos Solidários: reciprocidade e mercado em comunidades rurais do Estado da Paraíba. (2015).

9 Los jóvenes no se sentían motivados a continuar en el ámbito rural por las dificultades enfrentadas, falta de infra-estructura y de perspectivas, en el ámbito rural, en el área urbana los pescadores no querían que sus hijos continuasen con esa actividad por las dificultades encontradas: falta de apoyo para compra de equipos necesarios para realizar la pesca, legislación desfavorable (la prohibición de la pesca en la época de la reproducción de los peces) (defeso) para los pescadores artesanales, pero eso no vale para la industria pesquera) seguro desempleo no implantado en la totalidad, la polución ambiental que disminuye los peces en tamaño y número. Ver (Kruppa et al., Serie Pensando o Direito v. 46)

potencial de superar sus contradicciones como la división del trabajo y la relación salarial. (Castro, 2010)

Para Arruda y Mance la producción de medios económicos está destinada a atender las necesidades de la comunidad, de la colectividad, y no para realizar ganancias. La propuesta también incluye cambios en la lógica de lo que representa el valor del trabajo y sus excedentes de forma a mediar intercambios solidarios en las comunidades y así contribuir para incrementar el crédito, como por ejemplo en los fondos rotativos solidarios.

Las otras respuestas más frecuentes todavía en la faja de los 40% fueron: obtener mayores ganancias de forma asociativa y actividad en que todos son dueños, lo que muestra que son vislumbradas opciones construidas de forma colectiva y la idea de superación de la relación capital-trabajo también están presentes y son aspectos destacados por Arruda y Mance acerca de la producción autogestionaria y la forma organizativa del trabajo, aunque ya se mencionó la discordancia de estos autores en relación a la obtención de ingresos como finalidad.

El desarrollo comunitario fue declarado como motivación, así como la necesidad de organizarse para obtener financiación y apoyos económicos. Para Arruda el autodesarrollo es un principio que tiene una dimensión personal y también comunitaria sea en el ámbito familiar o de trabajo, desde una perspectiva ciudadana en la que se buscan estrategias y acción colectiva. El punto de partida serían las capacidades individuales para la constitución de enlaces solidarios y colaborativos en el interior de la comunidad promoviendo capacidades y competencias colectivas.

El motivo menos citado fue la recuperación de empresas con solamente 3%, esos procesos de quiebra de empresas y recuperación en Brasil se han mostrado largos, difíciles y complejos[110], lo que probablemente influencia en ese porcentual.

Figura 4 - Las motivaciones de constitución de los emprendimientos

Motivações	%
Fonte complementar de renda	48,8
Alternativa ao desemprego	46,3
Obter maiores ganhos associativamente	43,1
Atividade onde todos são donos	40,7
Desenvolvimento comunitário	28,6
Acesso a financiamentos e apoios	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa.	19,3
Alternativa organizativa e de qualificação	16,1
Incentivo de política pública	15,8
Atuação profissional (atividade específica)	14,3
Fortalecimento de grupo étnico	9,7
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	8,2
Organização econômica de beneficiários de políticas publicas	7,7
Recuperação de empresa falida	3,0

Fuente: SIES/ 2013

En el mapeo realizado también hubo preguntas subjetivas, entre ellas, las conquistas alcanzadas y las dos más citadas fueron la integración del grupo y la obtención de ganancias. La primera respuesta no es de carácter económico, lo que nos remite a la percepción de los socios de los emprendimientos que los mayores avances están en los cambios producidos por esa nueva racionalidad económica en lo relativo al sujeto o agente en un carácter más intrínseco a su modo de pensar o sentir, en este caso el de pertenecer o formar parte de una colectividad, vinculados a los valores del cuarto anillo de la mandala.

Se destaca que la integración es también apuntada como desafío lo que denota la importancia dada a este factor que permite la acción colectiva así como las dificultades enfrentadas para realizar una producción que respete las individualidades y cuyos intereses no deben sobrepasar a los del grupo.

Por otro lado la segunda respuesta si es monetaria y también necesaria para suplir las necesidades individuales y grupales de subsistencia. La manutención del grupo productivo además de condiciones subjetivas requiere también condiciones objetivas como las ganancias a ser distribuidas a fin de garantizar la permanencia de los miembros que podrían abandonar al equipo caso no obtengan condiciones de mantenerse financieramente.

Relacionando esa conquista con las informaciones anteriores sea con las tipologías en las que fueron clasificadas los tres tipos de emprendimientos que anhelan renta (sea como prioritaria, como fuente secundaria, o como escasa) o con las motivaciones para su creación con 48,8% para complementar la renta (figura 4) se observa la correspondencia en los datos.

Teóricamente la economía solidaria tiene en su origen fuerte influencia de la economía popular o economía de los pobres, y sus asociados estarían en una condición de vulnerabilidad social, excluidos en cierta medida del mercado formal de empleo y por ese motivo la renta ser una conquista y al mismo tiempo desafío.

(Gaiger, 2014) menciona que en los emprendimientos de las tipologías 4 y 5 (remuneración complementar e insuficiente respectivamente), hubo mayor incidencia de mencionar la generación de renta adecuada y viabilizar económicamente el emprendimiento como desafío.

Ya la autogestión y el ejercicio de la democracia apuntándose con 49% es un dato relevante demostrando la afinidad existente para con la propuesta de la economía solidaria que tiene en su principio la autogestión, no obstante también es mencionado como desafío. (Gaiger, 2014) menciona que, el hecho de citar los mismos ítems como conquista y desafío es explicado porque *"O êxito alcançado em uma dada direção releva com mais clareza a importância do que foi conquistado e motiva a perseverar em busca de sua maior realização".*

De forma tal que indicar la participación efectiva y autogestión simultáneamente como desafío también evidencia, la concepción que tienen los asociados de los valores de esta economía y de los impactos y cambios proporcionados por la práctica autogestionaria que promueve el crecimiento personal, nuevas formas de organizar el trabajo, lo que se coloca en contraposición a la economía mercantil tradicional. Lo mismo ocurre con la concientización y el compromiso político aunque menos citado con apenas 17,8%

Los efectos positivos sentidos en la comunidad local y el compromiso de los socios nos demuestra, una vez más, que la economía solidaria produce mejorías en muchas otras áreas además de la económica propiamente dicha y los progresos son sentidos primeramente y con más frecuencia en otras esferas de la vida. Lo que Arruda menciona como el desarrollo integral promovido por la socioeconomía solidaria, así denominada por este autor.

Todavía entre los desafíos citados constan: articulación con otros EES y el movimientos, garantizar la protección social (acceso a la seguridad social y demás derechos del trabajo) y concientización ambiental de los socios.

Acerca del primer desafío citado, la articulación fue

10 Citamos como ejemplos de la Usina Catende y Flaskô en los cuales los procesos judiciales se prolongan por largos periodos. En el primer caso, Usina Catende, hubo la creación de una cooperativa, ya en el segundo se optó por la estatización en la cual el Estado concedería la pose de la fábrica a los operarios. Actualmente la justicia decretó la realización de subastas, pero en el caso de Catende antes de la realización de estas las actividades productivas fueron suspendidas, lo que produjo el cierre de la experiencia de economía solidaria.

mencionada por diversos autores que se interesan por el tema de la economía solidaria con énfasis en Arruda y Mance que vislumbran en la colaboración solidaria un camino para la construcción de un mercado social. Visión diferente de Singer para el cual el consumo solidario exclusivo sería perjudicial para el emprendimiento porque podría contribuir para la desactualización técnica y traer una acomodación dañina a la gestión. Ya la articulación con el movimiento de la economía solidaria y otros movimientos muestra el perfil de militancia y de la lucha por la inclusión por el trabajo y otros matices.

El acceso a los derechos de la seguridad social y del trabajo es una lucha de los asociados que muchas veces solo consiguen la obtención de derechos vía políticas públicas o decurrentes de organización política, como por ejemplo el caso de pescadores artesanales, que son considerados asegurados especiales.

Tenemos el caso de socios cuyos rendimientos son escasos y muchas veces no consiguen realizar una contribución individual como asegurados autónomos y el emprendimiento que también no posee condiciones financieras de hacerse cargo de estas contribuciones. Los respondientes que más frisaron este aspecto como reto son los que pasan actualmente por esa situación.

(Gaiger, 2014) resalta que la situación financiera del último año (sea deficitaria o superavitaria) impacta en la percepción de los desafíos enfrentados por los emprendimientos. Para aquellos que obtuvieron una situación negativa los retos económicos se hacen más presentes que en los que tuvieron superávit, lo cual pone en manifiesto la disposición para enfrentar las dificultades encontradas.

La concientización ambiental es un ítem que fue más mencionado cuando se trata de actividades como el reciclaje, la colecta artesanal de mariscos, agricultura familiar (apicultura, piscicultura, caprino cultura). La diversificación productiva, el respeto a la naturaleza y la sustentabilidad forman parte de los principios de la economía solidaria abordados en la literatura de la economía solidaria y enfatizados por Arruda y Mance como marcos de la socio economía solidaria.

Figura 5 – Percepción de los asociados cuanto a las conquistas y desafíos de los emprendimientos

Conquistas dos EES	%
Integração do grupo/coletivo	66,1
Obtenção de renda/maiores ganhos	59,0
Autogestão e exercício da democracia	49,0
Comunidade local	37,6
Comprometimento dos sócios	37,4
Conscientização e compromisso político	17,8
Outra	12,3
Desafios dos EES	**%**
Gerar renda adequada	73,6
Viabilizar economicamente o EES	66,5
Manter a união do grupo/coletivo	56,1
Efetivar a participação e a autogestão	43,7
Articulação com outros EES/ Movimento	42,9
Garantir proteção social	39,3
Conscientização ambiental dos sócios	37,0
Conscientização e politização dos sócios	34,1
Outro	15,8

Fuente: SIES/ 2013

Conclusión

La visión de economía solidaria presentada en este artículo delinea la complejidad de los procesos de liberación que integran las múltiples dimensiones de esta economía, su democratización a partir de la participación del trabajo asociado basadas en la solidaridad visando un desarrollo integral promoviendo la expansión de libertades colectivas e individuales, la diversidad cultural articulada con otros movimientos sociales y sindicales en una relación de respeto a la naturaleza.

La economía solidaria y su organización colectiva a través de la colaboración solidaria en redes poseen potencial transformador con capacidad de democratizar la economía, política, cultura, afirmando nuevos padrones de desarrollo económico viables, socialmente justo y ecológicamente sustentables que integra local y globalmente, cuando no se trabaja de forma integrada la colaboración solidaria no consigue desarrollar las potencialidades que puede traer esa integración.

El mapeo realizado de la economía solidaria muestra la permanencia de una amplia gama de experiencias, la organización del trabajo de forma asociativa, sus prácticas solidarias y las multiplicidad de características que posee (emprendimientos de consumo, de producción, de prestación de servicios de articulación comunitaria, política, sindical).

Los criterios de diferenciación adoptados para la construcción de las tipologías los emprendimientos también informan la realidad de los pescadores artesanales, poblaciones ribereñas, cimarrones, pueblos indígenas clasificados como comunidades tradicionales que aparecen en el mapeo y requieren políticas públicas direccionadas.

En la opinión de los autores muestran que las experiencias de economía solidaria tienen muchos retos a ser vencidos, pero sobre todo produce un efecto simbólico porque representan el poder de los trabajadores de producir colectivamente bienes y servicios y sirven para demostrar que es posible enfatizar el lado social y humano basado en la solidaridad en una relación económica.

Tenemos la necesidad de crear otro sistema de intercambio, de reorganizar las cadenas productivas y las redes de proveedores y consumidores para que sean de la economía solidaria hacia la construcción de un nuevo sistema, una economía de la liberación en la cual nuevos valores integrando ecología, economía, ética y política, razón y afecto para el buen vivir como un proyecto de sociedad en la cual se vislumbre la igualdad ontológica.

Las cuestiones acerca de la viabilidad futura de la expansión de la economía solidaria, y de la capacidad de convertirse en un paradigma pos-capitalista son dejados en abierto, los teóricos consideran que se presentará primero una fase superior del trabajo emancipado incluyendo la difusión de núcleos y redes de economía solidaria en un largo proceso evolutivo pero al mismo tiempo podría no concretizarse.

Referencias

Alves, G. 2009. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál Florianólis** v.12 n.2. Jul/dez.

Arruda, M. 2010. **Potencialidades de la práxis de la economia solidaria.** Laboratorio internacional: estrategias alternativas al desarrollismo. Buenos Aires.

Castels, Robert. 1998. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes.

Castro, B. G. 2010. O socialismo de Paul Singer e os limites de seu projeto político de economia solidária. **ORG & DEMO**, Marília, v.11, n.2, jul./dez.

França Filho, G. C. de. 2002. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados.** Salvador. V 12, nº 1, junho.

Gaiger, L. I. (coord.) 2014. **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos.

Gonçalves, A.; Melo, V.P. Z. 2015. **Economia da dádiva e os Fundos Rotativos Solidários:** reciprocidade e mercado em comunidades rurais no estado da Paraíba João Pessoa: Editora da UFPB. (no prelo).

Harvey, D. 1992. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.

Kruppa, S. M. P; Gonçalves, A. F.; Macdonald, J. B. 2012. Regime jurídico de cooperativas populares e empreendimentos de economia solidária. **Série Pensando o Direito** . nº 46, Brasília: Ministério da Justiça.

Lechat, N. 2002. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**. Revistas das Ciências Sociais. Ano 2, nº 1, junho.

Mance, E. A. 2002. **Redes de colaboração solidaria:** aspectos econômico-filosóficos_complexidade e libertação. Petrópolis ,RJ: Vozes, 2002

Santos, A. P. 2010. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho:** reestruturação produtiva nos anos 90, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP. São Paulo: Expressão popular.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2012. **Avanços e desafios para as políticas públicas de no governo federal 2003/2010:** 8 anos de economia solidária no governo federal. SENAES/MT. Brasilia.

Singer, P. 2002. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo.

Stavenhagen, R.1997. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina. In: **Revista da CEPAL**. Santiago de Chile, n.62, agosto.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a10

Cuando de infraestructura se trata, las OSC también tienen voz. Estudio de caso de incidencia medioambiental: Mineroducto en territorio Quilombolo, Jambuaçu (Brasil) y el Oleoducto de los Llanos (Colombia)

Erli Margarita Marín Aranguren[1] & Laura Lozada Ordonez[2*]

[1]*Docente – Investigadora, Centro de Investigaciones y Proyectos Especiales (CIPE) de la Universidad Externado de Colombia. CPA: 111711051*
[2]*Especialista en Responsabilidad Social Empresarial, Universidad Externado de Colombia. Estudiante de la Maestría en Desarrollo y Medio Ambiente (PRODEMA) de la Universidad Federal de Paraíba. CEP: 58051-970*
[*]*Autor para correspondencia: E-mail: lalozada@gmail.com*

Recebido em 10 de setembro de 2015. Aceito em 30 de novembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – En Brasil, al igual que en Colombia existe una vocación extractiva declarada. En ambos países se han establecido políticas que frecuentemente enfrentan realidades en que el desarrollo económico rivaliza con el desarrollo social, la integridad cultural y ambiental de los territorios donde se encuentran los recursos. Allí se pueden identificar relaciones dinámicas donde no sólo hay influencias sino también hay rivalidad en términos de poder: hay conflictos socio-ambientales que permanentemente se transforman. Es por ello que, en este artículo, se presenta un estudio de caso de incidencia ambiental, que permite identificar las acciones colectivas realizadas por las organizaciones de la sociedad civil en busca de restablecer los derechos de las comunidades étnicas afectadas por la actividad minero-energética, que se adelanta en sus territorios. En este artículo se busca identificar el papel que jugaron las organizaciones de la sociedad civil en las intervenciones de infraestructura que adelantaron empresas como Companhia Vale do Rio Doce (Brasil) y Pacific Rubiales Energy (Colombia). Se analiza la efectividad de las acciones y el éxito de su incidencia.
Palabras Clave: *Conflictos socioambientales, Comunidades Étnicas, Consulta Previa, Organizaciones de la Sociedad Civil, Responsabilidad Social*

When it comes to infrastructure, las OSC también tienen voice. Case study of incidence medioambiental: Mineroducto en territorio Quilombolo, Jambuaçu (Brazil) and Oleoducto de los Llanos (Colombia)

Abstract – Brazil and Colombia share a vocation for extensive extraction of natural resources. Both countries have established extractive related public policies that confront economic development with social development, and cultural and environmental integrity of territories where extraction occurs. These territories are host to dynamic relationships that exert influence in opposite directions, and social and environmental problems are always evolving. This environmental impact case study will show collective actions taken by civil society organizations in favor of the rights of ethnic communities undermined by mining and energy-intensive activities. This paper will also examine the effectiveness and prevalence of such actions carried out by civil society organizations in the case of infrastructure projects performed by private companies such as Companhia Vale do Rio Doce (Brazil) and Pacific Rubiales Energy (Colombia).
Key Words: *Social-environmental Conflicts, Ethnic Communities, Prior Consultation, Civil Society Organizations, Corporate Social Responsibility*

Quando se trata de infra-estrutura, organizações da sociedade civil também tem uma voz. Estudo de caso do impacto ambiental: mineroduto em território Quilombolo, Jambuacu (Brasil) e pipeline em los Llanos (Colômbia)

Resumo – No Brasil, assim como, na Colômbia existe uma vocação extrativista declarada. Ambos os países têm estabelecido políticas que frequentemente encaram realidades em que o desenvolvimento econômico rivaliza com o desenvolvimento social, a integridade social e ambiental dos territórios onde são encontrados os recursos. Ali podem ser identificadas relações dinâmicas onde não há apenas influência, mas há também a concorrência em termos de poder: há conflitos socioambientais que se transformam permanentemente. É por isso que, neste artigo, é apresentado um estudo de caso de incidência ambiental, que permite identificar as ações coletivas realizadas pelas organizações da sociedade civil, visando restaurar os direitos das comunidades étnicas afetadas pela atividade de mineração, que acontece em seus territórios. Este artigo procura identificar o papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil nas intervenções de infraestrutura que geraram empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (Brasil) e Pacific Rubiales Energy (Colômbia). Analisar-se-á a eficácia das suas ações e o sucesso de sua incidência.
Palavras-Chave: *Conflitos socioambientais, Comunidades étnicas, Consulta prévia, Sociedade civil, Responsabilidade corporativa*

Introducción

No es un secreto que tanto el gobierno brasilero como el colombiano han identificado como una fuente de recursos, para el desarrollo económico, la promoción del sector minero-energético. En la década que va del 2005 al 2015, según el Ministerio de Desarrollo, Industria y Comercio Exterior de Brasil (2015), la industria minera brasilera registró un crecimiento vigoroso. Ello se debe a los cambios socioeconómicos y de infraestructura. Para esa cartera, Brasil es un *global player* y eso se confirma con el comportamiento del sector minero-energético. Colombia, por su parte, desde el Plan Nacional para el Desarrollo Minero, publicado en 2006, se reconoce como un país minero. En esa visión al año 2019, en líneas básicas, se anota que el país facilitará la actividad minera; promoverá el desarrollo sostenible de la minería y fiscalizará el aprovechamiento minero (Ministerio de Minas y Energía, 2006).

Sin embargo, estas decisiones tanto en Brasil como en Colombia han generado conflictos socio-ambientales que llaman la atención de diferentes sectores de la sociedad local, nacional e internacional. Basta acercarse a la definición misma del término: conflicto. Este supone considerar la interacción de diferentes actores que plantean relaciones complejas, dinámicas y evolutivas. Las disputas ocurren en torno al control de bienes y recursos o el poder de generar o imponer ciertas definiciones de la realidad, al mismo tiempo que estructuran valores, intereses e identidades (Alonso y Costa, 2002; Luvizotto, 2009).

Para Alonso y Costa (2002) los conflictos tienen historia y no es posible entenderlos apenas considerando la coyuntura, en principio porque las interacciones de los actores no son estáticas y el tiempo es un factor de análisis muy importante. Entonces, cuando nos acercamos a los casos de estudio de incidencia medioambiental en este artículo, hacemos un seguimiento a la historia del conflicto, a los actores involucrados y al resultado de las acciones emprendidas. Los casos a estudiar son: la operación del Mineroducto, en territorio quilombolo, Jambuaçu - Brasil (2006 a 2015) y el Oleoducto de los Llanos - Colombia (2009 a 2013). Primero se trata de identificar por qué se generó el conflicto, los principales actores involucrados en cada uno de los casos, buscando visibilizar organizaciones públicas y privadas y, en ellas, a las de la sociedad civil. Más que la sola identificación, lo que se intenta dilucidar es: ¿Qué papel jugaron las organizaciones de la sociedad civil (OSC) en las intervenciones

de infraestructura que, en nombre del desarrollo de los territorios, adelantaron empresas como Companhia Vale do Rio Doce (Brasil) y Pacific Rubiales Energy (Colombia)?

En este orden de ideas, en este artículo se sostiene que ante intervenciones por obras de infraestructura (vial o de hidrocarburos), sea adelantada directamente por entidades estatales o, en concesión, por la empresa privada (nacional o internacional), las OSC se organizan en redes locales y nacionales y adelantan un *accountability social* con el que señalan los impactos socio-ambientales que ocurren en el territorio. Ello puede derivar en conflictos que escalan y se producen efectos inesperados, aún tratándose de obras de infraestructura que se realizan en nombre del desarrollo. No se desconoce que, en otros casos, pueda trabajarse con el efecto *boomerang* de las redes transnacionales, pero en los dos estudios de caso no se recurrió a éste.

En consecuencia, en primer lugar, aquí se presenta el marco conceptual que sirve como referente para la comprensión del rol de los actores involucrados. En segundo lugar, se describe la metodología de análisis de la investigación adelantada y se discuten los hallazgos de la observación de cada estudio de caso. Se finaliza con un apartado de consideraciones que, a modo de conclusiones, establece, en los casos estudiados, el papel de alarma que juegan las OSC y que permite identificar éxitos en términos de incidencia medioambiental. En efecto, las OSC hacen *accountability social* y son efectivas al señalar los impactos socio-ambientales en el territorio, pero no siempre son exitosas en el control previo o posterior a la toma de decisiones de exploración, explotación y cierre de mina o proyecto.

Antes se ha anotado que las OSC hacen *accountability social,* pero en el sentido amplio del término. Más allá de la rendición de cuentas; de hecho, no se hace referencia solo al Estado, sino que también se aplica para las empresas o multinacionales. La realidad es que la sociedad civil ha de ser considerada independiente tanto del Estado como del mercado, pero no indiferente. Los tres son componentes del orden social. En cualquiera de los niveles del Estado, puede hablarse de mecanismos de acción horizontal, pero también los hay verticales. Se hace referencia al *accountability horizontal* cuando existen:

> […] agencias estatales que tienen autoridad legal y están fácticamente dispuestas y capacitadas (empowered) para emprender acciones que van desde el control rutinario hasta sanciones penales o incluso impeachment, en relación con actos u omisiones de otros agentes o agencias del estado que pueden, en principio o presuntamente, ser calificadas como ilícitos (O'Donnell, 2004, p.2).

Dentro del repertorio de acciones posibles de los organismos de control estatal se encuentra el *impeachment* o juicio político, así como el veto, nominación o remoción de cargos, investigaciones judiciales o administrativas, investigaciones de los órganos de control, entre otros (Peruzzotti y Smulovitz, 2006). Por otro lado, la *accountability* social (o societal) es un mecanismo no electoral, que se entiende como:

> […] control de autoridades políticas que descansa en las acciones de un múltiple conjunto de asociaciones de ciudadanos y de movimientos y sobre los medios, acción que tiene como objetivo el exponer los errores gubernamentales, trayendo nuevas cuestiones a la agenda pública, o de activar el funcionamiento de agencias horizontales. Emplea herramientas institucionales y no institucionales. La activación de demandas legales o reclamos ante agencias de control es un ejemplo de recursos institucionales; las movilizaciones sociales y exposés ilustran algo de los no institucionales, [cuya efectividad] se basa en sanciones simbólicas (Peruzzotti y Smulovitz, apud O'Donnell, 2001, p. 10).

Para saber que el accountability social ha sido activado, se precisa identificar la movilización, la mediatización y la judicialización que emprenden las organizaciones de la sociedad civil (Peruzzotti y Smulovitz, 2006). No se precisa que los tres atributos se presenten simultáneamente para referirse a su activación. En realidad, en ocasiones son secuenciales, pero no se tienen que presentar los tres para señalar la activación. Solo con un atributo se da el sentido de activación de la alarma. Es por ello que en cada caso, se fija un periodo de estudio y se adelanta un balance identificando los atributos activados sea sobre la acción del Estado (en cualquiera de sus niveles) o de las multinacionales. El espectro de tiempo analizado corresponde a nueve años (2006 a 2015). De manera precisa, en el primer caso se observan nueve años y en el segundo, cuatro años.

Dado que el término sociedad civil es polisémico, para los efectos de este artículo se trabaja sobre la conceptualización de Mary Kaldor (2003, p. 585), donde se entiende como "el proceso por el cual los individuos negocian, discuten, luchan contra o a favor de ellos y de los centros de autoridad política y económica. A través de asociaciones voluntarias, movimientos, partidos, sindicatos, el individuo es capaz de actuar públicamente". Ello se robustece al considerar a la sociedad civil como un actor social, político y de desarrollo, tanto en la gestión pública como privada, como sucede con mayor ahínco en el ámbito internacional. Además, hoy las empresas no sólo son actores económicos sino que también lo son políticos, lo que amplía el panorama de actores en los escenarios de toma de decisiones. Ya no está sólo el Estado. Siempre hay sinergias en la interacción Estado-Mercado y Sociedad Civil. Los tres son gestores del orden social.

Por ello, más allá de los dos Estados-Nacionales, y las dos empresas multinacionales mencionadas que impactan los territorios referidos, en cada caso, se precisó identificar a las organizaciones de la sociedad civil y los sectores académicos involucradas bien en el conflicto socio-ambiental propiamente dicho o en la identificación de su existencia. Como se trata de establecer incidencias y respuestas de los actores, se señala el trabajo de *advocacy* adelantado ante autoridades locales, nacionales o globales. En Brasil, se pueden destacar las asociaciones quilombolas, la misma comunidad quilombola, la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), y la Universidad Federal Rural da Amazônia (UFRA). En el segundo caso, en Colombia, están organizaciones como la Fundación Hemera, la Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), el Cabildo Indígena, la Universidad de Los Andes y la Universidad del Cauca.

El paso a paso de esta investigación

Esta es una investigación documental que se fundamentó en la comprensión de los eventos que delimitan el periodo del conflicto socio-ambiental. Para el caso de Brasil son nueve años (de 2006 a 2015), y en Colombia son cuatro años (de 2009 a 2013). Se hace un análisis de la interacción de las organizaciones de la sociedad civil, el mercado (léase empresa local o corporaciones multinacionales) y el Estado (en el ámbito nacional) en ese mismo periodo de tiempo.

Básicamente se hacen dos tipos de acercamientos: uno a fuentes directas, donde se toman los informes de sostenibilidad de las empresas involucradas (se tiene en cuenta este tipo de documentos porque son considerados un instrumento de rendición de cuentas de libre acceso para todos los grupos de interés). En el caso brasilero se verificaron los informes de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de 2006 a 2011 y de Norks Hydro (Hydro) de 2012 a 2014. Esta última se incorpora dentro del análisis, porque la empresa noruega compró el proyecto a partir del año 2011. Sin embargo, aunque se hace referencia a la nueva compañía, el eje de la investigación se mantiene en CVRD, ya que a la fecha aún se encuentra abierto el proceso judicial contra esta empresa. Entre tanto, en el caso colombiano, se toman los informes de sostenibilidad de Pacific Rubiales Energy

(Pacific Rubiales) de 2011 a 2013.

El otro acercamiento es indirecto. Se hace un seguimiento de prensa para enfatizar y profundizar en los hallazgos identificados en el acercamiento directo. Si bien se sabe del riesgo de retomar información que no es ni imparcial ni desideologizada, sólo se retoma de manera complementaria como parte de la formación de la opinión pública. Además, en la búsqueda de un grado de neutralidad informativa se decidió tomar tanto registros en medios de comunicación masiva del ámbito nacional como del regional.

En Colombia, se analizó *El Tiempo,* por ser un periódico de cubrimiento nacional, verificando los registros relacionados en el periodo de estudio. En Brasil, el seguimiento al medio nacional fue a *Folha de S.Paulo* y para profundizar en la información disponible, se revisó un medio regional con circulación significativa como el *Diário do Pará.* En este caso se identificaron registros noticiosos entre 2006 y 2011. Estos periodos fueron seleccionados porque representan hitos en el contexto del conflicto: en el caso brasilero, en 2006 la comunidad quilombola de Jambuaçu se movilizó para bloquear la entrada de la empresa, mientras que, el 2011 es el año en que el proyecto fue vendido a una empresa noruega.

En el caso colombiano, el 2011 es el año de partida porque en ese año la Corte Constitucional profirió una sentencia en la que salvaguarda los intereses de la comunidad Achagua y Piapoco. En el 2013, la *Red de Hermandad y Solidaridad con Colombia*, una OSC llama a juicio ético a la empresa.

De otro lado, también está como fuente indirecta la información proporcionada por algunos ensayos académicos, algunos documentos oficiales de autoridades competentes en cada caso y, los comunicados de las OSC vinculadas en cada uno de ellos.

Con las fuentes directas e indirectas es posible establecer si hubo o no activación de *accountability social*, identificando movilización y mediatización en los registros de prensa. Con la información identificada en los informes de sostenibilidad se pueden establecer interacciones, temáticas y el reconocimiento o no que tuvo la empresa del conflicto y las partes afectadas. Si bien es la utilización de las herramientas de participación la que nos da una idea de la judicialización adelantada, los registros en los medios noticiosos nos orientan sobre su recurrencia y sobre los actores que recurren a estas herramientas.

Con estos datos se construyó una matriz que permitió evidenciar las sinergias entre los actores (Estado, Empresas y OSC). Para ello se retoma la clasificación propuesta por Adil Najam (Bombal y Villar, 2003) quien señala la relación Estado - OSC [Ver figura 1] y con las mismas categorías se elaboró una matriz para ilustrar las relaciones entre los actores en cada uno de los casos estudiados. Posteriormente, y teniendo en cuenta esta información, se identificó la influencia de estas acciones para generar procesos de incorporación o trasformación para la comunidad.

Figura 1- Matriz de relaciones estratégicas entre OSC y Estado

Medios	**Metas**		
		Convergencia	Divergencia
	Convergencia	Cooperación	Cooptación
	Divergencia	Complementa-riedad	Confrontación

Fuente: Najam retomado por Bombal y Villar, 2003, p.17

En los términos de López (2011) es posible "utilizar la noción de influencia para caracterizar los efectos". Si se trata de logros específicos, para López, se trata de un éxito. Citando a Marco Giugni, López dice que éstos, los éxitos, pueden ser: de incorporación, y tienen efectos procedimentales; de transformación, y tienen efectos sustanciales o estructurales, y democratización, con efectos en el régimen (López, 2011). En este artículo se observarán las acciones de diferentes actores: OSC (fundaciones. asociaciones e incluso universidades que siendo entidades sin ánimo de lucro hacen parte de la sociedad civil), algunas universidades públicas, el Estado y de la empresas (nacionales o internacionales) y se clasifican los resultados o efectos de estas acciones sólo en procesos de incorporación y transformación, ya que como se expondrá más adelante, no se generan cambios sobre el régimen.

De manera concreta, un éxito procedimental se refiere al reconocimiento de los demandantes como actores legítimos, el establecimiento de protocolos (hojas de ruta) para la interacción ya sea con herramientas o mecanismos (espacios o instancias) de participación. Por otro lado, los efectos sustanciales exitosos son más profundos e incluyen el desarrollo o fortalecimiento de políticas, decisiones que transforman la realidad y fallos judiciales que obligan o enmarcan un nuevo tipo de relacionamiento (López, 2011).

En ese orden de ideas, en las consideraciones finales, se evalúa la efectividad de las acciones emprendidas por las OSC y si estas voces fueron escuchadas o no durante el proceso. Si llegaron a influir en el proceso de toma de decisiones para el abordaje de los conflictos socio-ambientales registrados.

Los casos de estudio: reflexiones preliminares

Se precisa señalar que en los dos estudios de caso los conflictos indicados se desencadenaron en zonas de alto valor ambiental y cultural. En Brasil, la comunidad de Jambuaçu está localizada en la Amazonía brasilera y esta conformada por descendientes de quilombos, grupo étnico-racial que, según el Decreto No. 4887/2003 de la ley brasilera, se define bajo criterios de autoindentificación, con trayectoria histórica propia, dotados de relaciones territoriales específicas y con presunción ancestral negra relacionada con las resistencia a la opresión de la esclavitud (MDS, 2015).

En el caso del Oleoducto de los Llanos, la comunidad indígena Achagua está ubicada en la Orinoquía colombiana, región geográfica con importantes reservas petrolíferas y un territorio que hoy presenta un paisaje transformado por diferentes actividades económicas que no le son propias. En ese territorio, la etnia Achagua ha tenido que enfrentar amenazas del conflicto armado, presiones generadas por emprendimientos económicos y desplazamiento por las dos razones anotadas. En realidad, esta es una etnia sobreviviente que tiene su propia lengua, pero ante este contexto hasta su lengua se ha visto amenazada (Meléndez, 2012).

Un antecedente importante a tener en cuenta es que en los dos territorios analizados, puede mencionarse una alta dependencia de las regalías generadas por la actividad minero-energética; ello explica por qué los gobiernos locales aparecen poco como solucionadores de los conflictos socio-ambientales. Casi que son parte de la generación, pero no toman decisiones para cambiar el estado de las cosas. Lo cual remite al orden nacional el proceso de toma de decisiones para lidiar con las situaciones que requieren alguna solución.

Asimismo, es importante precisar que teniendo en cuenta la conceptualización de Kaldor (2003), las acciones de algunas universidades pueden ser consideras como acciones de OSC, en la medida en que son un espacio donde se meditan, negocian y discuten los asuntos de interés con los centros de autoridad política

y económica. Además, en el caso colombiano, una buena parte del sector académico hace parte de la sociedad civil, en tanto que son Entidades Sin Ánimo de Lucro (ESAL). De todas maneras, incluso las universidades públicas se comportan como centros de pensamiento de carácter pluralista, que son abiertas al diálogo y a la crítica constructiva. En estos términos, la universidad de Los Andes (vinculada al caso colombiano) hace parte de la sociedad civil e interactúa con el Estado y con el mercado y hace *accountability social* al emitir sus puntos de vista o los resultados de estudios que allí se adelantan.

Caso: Jambuaçu (Brasil)

¿Por qué surgió el conflicto?

En Pará, las comunidades quilombolas de Jambuaçu -en el municipio de Moju-, se enfrentaron a la Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). El motivo del conflicto fue la construcción de un mineroducto para el transporte de caolín[1], que hace parte del Proyecto Mina de Bauxita Paragominas. La empresa inició en 2004 la instalación de parte de su infraestructura para el transporte de bauxita y el territorio quilombolo fue atravesado con la construcción del mineroducto, provocando impactos socio-ambientales que las comunidades señalan como negativos porque son irreversibles. Es importante tener en cuenta que en este territorio las comunidades quilombolas están empoderadas por su historia de luchas. Marín (2010) anota antecedentes de tensiones entre los habitantes y otros emprendimientos económicos, donde los ciudadanos conocen de sus derechos y recurren a las acciones colectivas para hacerlos valer (MARIN, 2010).

Al analizar el territorio, en el municipio de Moju, se encuentra que está conformado por 14 comunidades quilombolas, donde diez ya recibieron el título colectivo de la tierra y las restantes cuatro están pendientes del proceso de titulación. Según los estudios de investigadores de la Universidad Federal de Pará, el río Jambuaçu ha perdido las condiciones de navegabilidad, y también están limitadas las actividades de pesca porque hay alteración en la calidad del agua (MPF, 2010 y 2011a). Según la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) y el Ministerio Público Federal (MPF), la instalación del mineroducto y de la línea de transmisión representa la pérdida de 20% del territorio de la comunidad (Diario de Pará, 2011 y MPF, 2011a).

Cronología del conflicto

Movilización y judicialización

En 2006 la titulación colectiva de las tierras, realizada en nombre de las asociaciones, llevó a la creación de una unidad política organizativa, llamada Consejo de las Asociaciones Remanente de Quilombolo de Moju (MARIN, 2010), en adelante será referenciado como el Consejo. Para esa fecha no sólo debían finalizarse las obras sino que la empresa se había comprometido con algunas acciones compensatorias por los daños ambientales, sociales y económicos provocados. La realidad es que los daños se causaron, pero las compensaciones no se dieron. Entonces, cerca de 300 personas de la comunidad se desplazaron a la entrada de la compañía y la bloquearon. El conflicto se intensificó cuando la comunidad derrumbó una línea de transmisión de energía de la empresa. Además, decidieron retener a empleados de la compañía y funcionarios técnicos del gobierno, con el objetivo de exigir espacios de negociación (MARIN, 2010).

A pesar que para este momento la empresa contaba con reasentamientos cualificados (acordes con los protocolos del Banco Mundial), el incumplimiento de los acuerdos llevó a la Comisión Pastoral de la Tierra - en nombre de las comunidades quilombolas de Jambuaçu – a presentar una acción civil pública[2] contra la empresa, ante el Ministerio Público Federal (Marin, 2010). En 2007, líderes de asociaciones quilombolas y el Consejo se reúnen para desarrollar estrategias de negociación con CVRD. Las negociaciones fueron un diálogo directo entre representantes de la empresa y las comunidades: CVRD, no trasladó a un nivel técnico o a consultores (Marin, 2010).

Uno de los compromisos de la reunión fue la presentación de programas de generación de ingresos y diversificación agrícola para las áreas impactadas por el proyecto; justo estaban a tiempo para hacer la propuesta para el siguiente año: 2008. La Universidad Federal Rural de la Amazonía (UFRA) preparó un proyecto para beneficiar a 399 familias quilombolas; sin embargo, en lugar de acoger esta iniciativa, la empresa establece un proceso judicial contra la comunidad, proponiendo un acuerdo en el que sólo 58 familias serían beneficiadas (MPF, 2010). El malestar se incrementa y en 2009, la comunidad quilombola se moviliza nuevamente, e intenta cerrar la carretera para forzar la negociación con la empresa. La movilización resulta en una acción judicial contra líderes comunitarios que fueron acusados de invadir la estación de São Bernardin (MARIN, 2010). Una medida recurrente no solo en Brasil sino en toda América Latina, donde la protesta tiende a ser criminalizada.

Un año más tarde, el MPF -después de promover reuniones entre los dirigentes de la empresa, líderes comunitarios, asociaciones, representantes de la CPT y de la academia, para llegar a acuerdos, solicita a la justicia la suspensión de las actividades de CVRD por el no cumplimiento de los prerrequisitos de la licencia ambiental que tenían como objetivo mitigar impactos socio-ambientales causados por el proyecto. La acción judicial solicita también que se determine inmediatamente el pago de una compensación mensual para cada una de las 788 familias pertenecientes a los quilombolos y que debía implantar un proyecto de generación de ingresos en la comunidad. Para garantizar el cumplimiento de estas acciones, el MPF solicita una multa diaria de R$1 millón[3], en caso que la empresa incumpla la decisión judicial (MPF, 2010).

En abril de 2011, la Justicia Federal da la razón al MPF, suspende las actividades en la mina y da plazo de 10 días a la empresa para que comience a pagar mensualmente tres salarios mínimos a 788 familias de la comunidad afectada. La empresa también fue obligada a implementar (en 30 días) un plan de generación ingresos para las familias (MPF, 2011a). Un mes después, ante el incumplimiento de la empresa, la Justicia Federal da un nuevo plazo de 24 horas para cumplir con lo estipulado (MPF, 2011b).

En este mismo año el proyecto es adquirido por la minera noruega Norks Hydro. Esta compañía detalla en sus informes de sostenibilidad esfuerzos por mantener un diálogo permanente con la comunidad quilombola, al igual que explica las acciones emprendidas para mitigar los daños causados por el mineroducto. No obstante, en los informes de 2012, 2013 y 2014 se afirma que existen asuntos sin resolver respecto a impactos causados por parte del anterior propietario y atribuye la responsabilidad legal a esta empresa (Hydro, 2012, 2013, 2014).

1 Arcilla blanca muy pura usada principalmente en la fabricación de porcelana. También es utilizada en productos para almidonar, en medicamentos, papel y en la fabricación de pinturas de caucho. (QuimiNet, 2005).

2 La acción civil pública es según la Ley 7.347 de 1985, un mecanismo que puede ser utilizado en caso de responsabilidad por daños al medio ambiente, bienes y derechos de valor artístico, estético, histórico o cualquier otro interés difuso o colectivo.

3 Este valor a septiembre de 2015 sería una cantidad aproximada a US 260.000.

Según el Ministerio Público de Pará (2014) la comunidad quilombola busca a la Promotoria Agrária solicitando intervención del Ministerio Público pues consideran que el acuerdo firmado, en 2007, con CVRD tiene problemas por no haber involucrado a todas las comunidades del territorio, alegan que no obtuvieron información suficiente antes de su firma y no consideran suficientemente esclarecidos sus términos. Además, reclaman que todavía falta la implantación del proyecto de la UFRA y hay ausencia de recuperación de las áreas impactadas por el mineroducto.

De acuerdo con estas declaraciones, y lo registrado en el Tribunal Regional Federal, el proceso contra CVRD a septiembre de 2015 continúa abierto. Por otro lado, en esta investigación no se identificaron procesos abiertos directamente contra Norks Hydro; es decir, no se encontró evidencia en los medios analizados ni en acciones judiciales vinculadas al proceso aún vigente contra CVRD. Es importante aclarar, que la relación de Norks Hydro con la comunidad, no fue el eje de la investigación por lo tanto las fuentes analizadas no cubren en su totalidad la interacción con dicha compañía. Lo anterior, se registra como limitante de esta investigación, pero se subraya la estrategia jurídica que emprenden muchas compañías es la del vencimiento de términos de los procesos. Dado que el proceso está aún abierto, sólo queda la expectativa para confirmar si ésta es la que se sigue también en este caso.

Mediatización

En el análisis realizado a los medios, se encuentra que para el periodo estudiado hay un total de seis registros, cuatro del periódico la *Folha* y dos del *Diário de Para*. Son reportes mediáticos que aparentan una neutralidad informativa frente a la empresa; que básicamente son descriptivos, pero siempre publican las declaraciones del MPF y, en algunos casos, las de los representantes de la empresa y las del gobierno estatal.

El registro noticioso titulado: "Quilombolas fazem protesto contra Vale", de Katia Brasil (2006), informa los detalles de la movilización realizada por la comunidad, en 2006. En esta pieza periodística se exponen las declaraciones del procurador estatal quien muestra una postura crítica frente a la empresa, declarando que "la Vale ha adoptado una postura arrogante en Pará, que no es consistente con la postura de empresa ambiental, vista en su publicidad"[4].

Al mismo tiempo, en las declaraciones de la empresa se percibe un esfuerzo por circunscribir las compensaciones legítimas sólo para aquellas familias afectadas directamente por la operación "en los autos del proceso, la empresa afirmó que los impactos fueron causados solo en el comienzo del emprendimiento y que ya hay un acuerdo judicial homologado con las familias sobre las obras del mineroducto"[5] (Magalhães y Luchete, 2011). En dos registros (todos de cubrimiento estatal) se menciona el estudio de la UFRA como uno de los acuerdos establecidos con la empresa y que traería beneficios para las comunidades quilombolas (DIARIO DO PARÁ, 2008; 2010).

Titulares como "MPF quiere paralización de mina de la Vale" (Diário do Pará, 2010) y "Justicia condena a Vale a indemnizar 788 familias quilombolas" (Magalhães y Luchete, 2011) demuestran que hubo un seguimiento por parte de los medios de comunicación a la acción judicial establecida en contra de la empresa, así como a las negociaciones que intentaron llegar a acuerdos con CVRD. "MPF promovió reunión con dirigentes da Vale e líderes quilombolas para una tentativa de acuerdo, pero la empresa no aceptó las propuestas presentadas" (Diário do Pará, 2010).

Para un periodo de análisis de 5 años, se considera que la mediatización del conflicto en la prensa fue muy limitada, aunque como se expondrá más adelante, de ello puede inferirse que tuvo una influencia sobre las negociaciones con la empresa. También, se encuentra que OSC como ONG *Amazônia, CPT, Red Brasilera de Justicia Social*, ONG *Centro de Mídia Independente* y el *Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina* (OCMAL) aprovecharon los medios digitales para visibilizar esta problemática en su página web y divulgaron la opinión de la comunidad y de especialistas respecto al conflicto. De esta manera, ellos también tuvieron su propia versión y la dieron a conocer.

Respuesta de la empresa

Es curioso encontrar que justo por esos años, la empresa empieza a reportar bajo la metodología de *Global Reporting Initiative* (GRI), más exactamente en 2006. Y en este año reconoce su relacionamiento con 650 familias en Jambuaçu, de las cuales dice que el proyecto mantiene una relación directa con 215 familias. En este reporte habla sobre la construcción de la Casa Familiar Rural, la recuperación del puente en Jambuaçu, la construcción de 33 km de carreteras, y el apoyo de proyectos voluntarios. También, reconoce el nuevo acuerdo establecido con la comunidad a comienzos del 2007, para acelerar las medidas de mitigación, corregir los impactos generados, llevar a cabo un estudio para mapear el potencial productivo del territorio y apoyar proyectos que contribuyan a la sostenibilidad de la comunidad (CVRD, 2006). En realidad, muy poco de eso se hizo. No hubo ni siquiera compromisos.

No obstante, es interesante destacar que, en esta primera comunicación, la empresa no reconoce a las comunidades como quilombolas y el número de familias totales no coincide con el número de familias que posteriormente la Justicia Federal va a obligar a compensar. Igualmente, aunque reconocen que existe un impacto y coinciden en los acuerdos que fueron informados por la comunidad y las OSC, no hacen explícito el número de familias directamente impactadas.

Para 2007 la empresa reconoce que en esta operación tiene el mayor número de hogares desplazados: "489 familias reasentadas [...] lo cual representa el 79% de los reasentamientos realizados durante el periodo de reporte[6]" (CVRD, 2007). La empresa también afirma que este proceso se está realizando bajo las recomendaciones del Banco Mundial, sin embargo declaran que a pesar de estos esfuerzos, hay una acción judicial frente al MPF. Se afirma que el caso está bajo investigación y que mientras se establece un veredicto fundaron una comisión con la participación de la CPT, la gobernación del estado de Pará y representantes de la comunidad quilombola, para realizar un levantamiento de los impactos. La intención era acelerar la mitigación de los posibles daños y remediar la situación con acciones directas (CVRD, 2007).

En este reporte llama la atención el reconocimiento a la identidad quilombola de las comunidades afectadas y, en comparación con otras fuentes, se percibe transparencia en la narración de los hechos, presentando la voluntad de la empresa de llegar a acuerdos con la comunidad y mitigar daños causados, a pesar de que no asume explícitamente una responsabilidad ya existente. Se destaca que durante este año, según este mismo informe de sostenibilidad, la empresa recibe el premio *Faz a Diferença,* en la categoría de Responsabilidad Social del noticiero Globo.

4 Texto original: A Vale tem adotado uma postura arrogante no Pará, que não condiz com a postura de empresa ambiental, vista em sua propaganda.

5 Texto original: Nos autos do processo, a empresa afirmou que os impactos foram causados apenas no começo do empreendimento e que já há um acordo judicial homologado com as famílias sobre as obras do mineroduto

6 Es importante aclarar que el periodo de reporte de este informe, según lo informado por la empresa, cubre las actividades de la compañía de 2005 a 2007.

En el informe de 2008 no se hace referencia directa alguna a la comunidad de Jambuaçu ni a la investigación judicial en curso. Por el contrario, se menciona que se llegó a un acuerdo frente a una demanda establecida por CVRD a la comunidad de Moju, por daños en las torres de energía de la mina, durante una manifestación en contra de la construcción del mineroducto (CVRD, 2008).

Por otro lado, en el reporte GRI de 2009, no se hace referencia al conflicto, a pesar de que se menciona a la comunidad quilombola de Jambuaçu, es solo para puntualizar la realización de visitas a la Estación del Saber. Visitas en un área de conservación permanente y donde se desenvuelven modelos alternativos de desarrollo humano. También, enfatiza que la empresa está esperando la respuesta de la comunidad, antes de continuar con los acuerdos pactados (CVRD, 2009).

De igual manera, en el Informe de Sostenibilidad de 2010 no se menciona la decisión tomada por el Ministerio Público Federal donde por incumplimiento sanciona a la empresa. Tampoco hay información adicional sobre el relacionamiento con la comunidad quilombola, aunque hace mención a esta sólo para puntualizar que la implementación del proyecto productivo creado con el apoyo de la UFRA no ha sido completado por desacuerdos con la comunidad (CVRD, 2010).

En los años siguientes, hasta la venta del proyecto, en 2011, en términos informativos y comunicacionales, la empresa tiene un cambio importante: concisión e insuficiencia es la nueva característica. Es la estrategia comunicacional para referirse al conflicto con la comunidad.

Finalmente, en 2011 el reporte afirma que la política de relacionamiento con comunidades indígenas y quilombolas está siendo reevaluada en todas las operaciones. En realidad, se trata de un manejo comunicacional. Realmente se puede identificar que se hace mayor énfasis en relacionamiento con indígenas y en un anexo del informe, sólo en un anexo, mencionan los esfuerzos de la compañía por cumplir los acuerdos con la comunidad quilombola (CVRD, 2011). No obstante, dicho anexo no se encuentran vinculados al reporte.

Reitera que la implementación del proyecto productivo creado con el apoyo de la UFRA no se ha completado porque la comunidad no ha autorizado y tomó una acción legal contra la empresa. Menciona que a pesar de esto, Vale estableció una alianza con la comunidad, proveyendo soporte educacional a la Casa Familiar Rural (CVRD, 2011). Se destaca que en este informe no se hace ninguna mención sobre la adquisición del proyecto por parte de Norks Hydros (ni se identifican comunicados oficiales en la página web de CVRD). Actualmente, la documentación disponible sobre esta venta es vaga y no permite visibilizar compromiso alguno con la comunidad, por el contrario parece que intentara transferirles la responsabilidad del incumplimiento.

Relaciones, resultados y éxitos

En este caso podemos encontrar una multiplicidad de actores que intervienen durante el conflicto. Sin embargo, para hablar del tipo de relaciones que se establecieron entre las partes, se hace referencia a las organizaciones que más influyeron en las decisiones del Estado y/o la empresa. A continuación se presenta una matriz que ilustra las relaciones estratégicas que fueron desarrolladas en este caso.

En el cuadro 1 se puede observar que las OSC plantearon un abanico de relaciones con la empresa, mientras que con el Estado se establecieron relaciones de cooperación. Por ejemplo, la CPT establece una relación de confrontación al entablar una acción judicial contra la empresa en 2006 y a pesar de que posteriormente participa en un escenario de negociación promovido por el MPF, al no llegar a acuerdos con la empresa, se puede decir que mantiene este tipo de relación. Por el contrario, la OSC genera una relación de cooperación con el Estado en la medida que apoya las iniciativas propuestas por el MPF y coinciden en las acciones de compensación que son impuestas a la empresa.

Cuadro 1- Matriz de clasificación de relaciones de los actores

Actores	Tipo de relación con CVRD	Tipo de relación con el Estado
Comisión Pastoral de la Tierra –CPT-. (OSC))	Confrontación	Cooperación
Asociaciones quilombolas y el Consejo (OSC)	Confrontación y cooperación	Cooperación
Universidad Federal Rural de la Amazonía –UFRA- (Universidad Pública/Estatal del nivel federal)	Cooperación y cooptación	Cooperación

Fuente: Elaboración propia sobre la base de la información recogida en el análisis del caso.

Por otra parte, las Asociaciones quilombolas y el Consejo plantean una relación principalmente de confrontación con la empresa y de cooperación durante la reunión celebrada en 2007 (ver Cronología del conflicto: movilización y judicialización). Las asociaciones y el Consejo, durante el periodo analizado, promueven movilizaciones de la comunidad para presionar la negociación y el cumplimiento de acuerdos, así como representantes de la comunidad establecen dos acciones judiciales contra la empresa (2006 y 2014). Solo en 2007 se celebra una reunión entre las partes donde, según las fuentes consultadas, hubo un intercambio de intereses y establecimiento de acuerdos. Sin embargo, tras el incumplimiento sistemático de la empresa o imposibilidad de conciliar nuevamente esas visiones, la comunidad y sus representantes propusieron nuevamente una relación de confrontación que se mantiene hasta la fecha. La relación entre las OSC y Estado fue de cooperación porque existía un acuerdo frente a las metas de restitución de los derechos vulnerados de la comunidad y los medios a través de los cuales la empresa debía compensar a las comunidades quilombolas.

En tanto a la UFRA, esta institución planteó una relación de cooperación y cooptación con la empresa. Como organización consultada por CVRD, preparó el *Estudio de potencialidades para el desarrollo local* y a partir de este realizó una propuesta de empleo y generación de ingresos; no obstante, la empresa no aceptó implementarla a la totalidad de familias propuestas por la universidad. En este sentido, se evidencia que inicialmente hubo acuerdos frente a la problemáticas y los medios para solventarla (cooperación), sin embargo, después aunque el medio continuaba siendo el mismo, las metas eran divergentes (cooptación). A pesar de la diferencia, en este caso la relación de esta institución con la empresa no se transformó en una relación de confrontación. Respecto al Estado se puede observar que la universidad coincidía frente a las necesidades de la población, a la cobertura que debía tener el proyecto y se constituyó en un referente para la toma de decisiones de las entidades estatales competentes[7].

En este contexto se advierte que el Estado no actúa de forma unificada: el poder ejecutivo no registra una participación

7 Teniendo en cuenta los registros en medios de comunicación, comunicados oficiales de las autoridades competentes y las fuentes directas consultadas, se evidencia un relacionamiento entre la institución y la empresa, por lo que su interacción será entendida como una acción institucional y no de un grupo de investigación en particular.

significativa; sin embargo, se destaca que fue mediador entre la empresa y la comunidad. Además, a través el MPF y el poder Judicial salvaguardaron los derechos de la comunidad, reconociendo su identidad como comunidad tradicional y su afectación ante las acciones de la empresa.

Habiendo planteado estas relaciones se puede observar que las organizaciones juegan roles diferentes de denuncia y formulación de propuestas, logrando una influencia diferenciada basada en el tipo de relaciones, los mecanismos de *accountability* activados y los efectos producidos por estos mecanismos. Ahora bien, en este momento es importante remitirse al tipo de mecanismos de *accountability* que fueron activados y los resultados que obtuvieron.

En este caso se identificó la activación de tres mecanismos de *accountability societal* (movilización, judicialización y mediatización) y, como fue presentado anteriormente, se evidencia que estos mecanismos se complementaron y reforzaron entre sí. Por ejemplo, la CPT activó un mecanismo de judicialización que, además logró mediatización en los medios de comunicación analizados y en la interface de otras OSC cuyo objetivo era visibilizar el conflicto y las acciones emprendidas por las partes involucradas. También se identifica que, con las movilizaciones emprendidas por las asociaciones de la comunidad lograron alguna mediatización, especialmente en 2006, cuando esta movilización consiguió cobertura nacional, permitiendo inferir que fue una de las motivaciones para que la empresa abriera un espacio de negociación con la comunidad, en 2007.

Particularmente el papel de la UFRA podría parecer secundario; no obstante, fue fundamental ya que facilitó la construcción de un documento que se constituyó en un instrumento de negociación para la comunidad. El estudio, a pesar de tener vacíos metodológicos y que no cumplió con las expectativas de la comunidad quilombola (MARIN, 2010), se convirtió en un elemento que permitió establecer una agenda clara de lo que la comunidad estaba solicitando a la empresa. También, como se menciona anteriormente (ver *Cronología del conflicto: mediatización*) el estudio es mencionado en medios regionales y en documentos oficiales de la empresa como una herramienta para el desarrollo de la comunidad (ver *Respuesta de la empresa*).

De esta manera se pueden clasificar estos resultados en dos tipos: incorporación y transformación. El fallo de la Justicia Federal es un resultado exitoso de transformación en sí mismo, ya que ordena medidas de compensación inmediata a la comunidad. También, es posible señalar que existe una coincidencia entre el año que fue comunicado el fallo y el año en que la empresa reporta en su informe de sostenibilidad que la política de relacionamiento con las comunidades étnicas está siendo revisada en todas sus operaciones, ambos eventos ocurren en 2011. Si bien no se tiene una declaración o comunicación que presente una relación de causalidad, llama la atención su simultaneidad y la presencia que tuvo el relacionamiento con esta comunidad en casi todos los informes de sostenibilidad analizados.

Hay resultados exitosos de incorporación, cuando la empresa reconoce en sus informes de sostenibilidad a partir de 2007 (a excepción del de 2008) que mantiene un relacionamiento con una comunidad quilombola. Estatus que se mantendrá con la compañía que adquirió el proyecto, Norks Hydro. Este reconocimiento es importante porque se registra a la comunidad como sujeto de derechos diferenciados y ante la cual el Estado y las empresas tienen responsabilidades. Además, porque según investigadores (Marin, 2010), es a partir de esta identidad étnica que la comunidad logró consolidar también su identidad política.

Este resultado no se le podría atribuir a una sola acción de las OSC, parece ser más una sumatoria de las acciones de movilización, mediatización y judicialización, emprendidas tanto por los representantes de las comunidades quilombolas y apoyados por la CPT. Se destaca como efecto positivo. Las OSC transcienden las acciones colectivas informales con las que solo logran llamar la atención de los medios y posibilitan que estos temas entren en la agenda pública; además es positivo, porque las OSC recurren a los espacios de participación y usan las herramientas jurídicas para hacer valer sus derechos. La manera ideal para abordar los conflictos, y más allá de eso, para hacer que la sociedad entera comprenda que es un asunto de corresponsabilidad que tiene implicaciones globales.

Por otra parte, una de las diferencias fundamentales entre las OSC, el Estado y la empresa, fue el número de familias impactadas. La empresa reconoce públicamente su responsabilidad sobre un número de familias, pero difiere tanto de las demandas de las OSC como de las exigencias de compensación presentadas por el MPF y la Justicia Federal; además es interesante observar que después del análisis de los reportes de la empresa, en estas publicaciones también se encontraron divergencias. Si bien el intento de la UFRA era una propuesta para beneficiar a 399 familias, y el resultado de transformación fue limitado sólo para 58 familias, población que la empresa reconoció que sufrió un impacto directo por las operaciones del mineroducto, puede considerarse un referente importante de análisis. El estudio adquirió un valor significativo de negociación para la comunidad.

Caso Oleoducto de los Llanos (Colombia)

¿Por qué surgió el conflicto?

En el departamento del Meta, la comunidad indígena Achagua, perteneciente al Resguardo Turpial- La Victoria con la entrada en operación del Oleoducto de los Llanos se sintió impactada negativamente. En sus narraciones, los indígenas anotaron sufrir impactos sociales, económicos y ambientales. A pesar de que el Estado colombiano es firmante del Convenio 169 de la Organización Mundial del Trabajo, con el cual se obliga a velar por la consulta previa, libre e informada para las comunidades indígenas, negras y rom, cuando se expidió la licencia ambiental, estas comunidades no fueron consultadas.

Algunos de los impactos registrados sobre la intervención de la empresa en el territorio indígena fueron: la vulneración del derecho de la comunidad a la integridad cultural; la afectación de fuentes hídricas de alto valor espiritual y de subsistencia para la comunidad; así como "se le atribuyeron al paso del tubo enfermedades y muertes" (Corte Constitucional, 2011; Llanos 7 Dias, 2012a).

Es importante anotar que para la comunidad la afectación de las fuentes hídricas tiene una connotación cultural fundamental. No solo se trata de una cuestión ambiental sino que involucra su sistema de creencias: ellos "se hacen llamar hijos del río, motivo por el cual efectúan pagamentos en el cauce a los seres espirituales de las aguas y evocan tradiciones antiguas de la comunidad" (Corte Constitucional, 2011).

Cronología del conflicto

Judicialización

En 2009, el Cabildo Indígena Resguardo Turpial- La Victoria, estableció un acción de tutela[8] contra los Ministerios del Interior

8 La Constitución Política colombiana define la acción de tutela como un mecanismo de protección inmediata de sus derechos constitucionales fundamentales, cuando quiera que estos resulten vulnerados o amenazados por la acción o la omisión de cualquier autoridad pública.

y de Justicia y de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial y la empresa Meta Petroleum Limited (filial de Pacific Rubiales Energy), reclamando que se le otorgó la licencia ambiental a la empresa para la realización del proyecto Oleoducto de los Llanos, sin cumplir con la consulta previa a la que tiene derecho el pueblo indígena, en virtud del Convenio 169 de la OIT.

Esta solicitud fue negada en primera instancia, a lo que el accionante y el representante legal de la Fundación Hemera como coadyuvante, solicitó la revocatoria de la sentencia que denegó la tutela, argumentando el extremo grado de vulnerabilidad en el que se encuentra la comunidad Achagua; la violación de la empresa que penetró al territorio indígena; la falta de asesoría legal a la comunidad indígena y el desconocimiento que la comunidad tuvo sobre la concesión de la licencia ambiental hasta que los impactos negativos se manifestaron (Corte Constitucional, 2011).

Aunque la tutela fue presentada en contra de la firma Meta Petroleum Limited, en la revisión de la Corte Constitucional se incluyó a la empresa Oleoducto de los Llanos Orientales S.A. (ODL), ya que esta fue la que adquirió la licencia ambiental, en 2008. En realidad, esta empresa está constituida en un 65% por Ecopetrol S.A y en un 35% por Pacific Rubiales Energy (Revista Semana, 2011).

En esta ocasión la Corte Constitucional, después de exigir por parte de los ministerios de Interior y de Justicia, y el Ministerio de Medio Ambiente la revisión sobre la presencia de comunidades indígenas en la zona y consultar el concepto técnico de la Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), la Universidad de Los Andes (ambas OSC) y la Universidad del Cauca (centro de pensamiento del Estado en el nivel departamental), reconoció la vulneración de los derechos de los indígenas. Además, ante la imposibilidad de llevar a cabo la consulta previa (pues el oleoducto había sido terminado en el 2009), ordenó medidas para proteger de manera inmediata y en lo sucesivo los derechos de la comunidad indígena.

Fue así como estableció que la Defensoría Regional del Pueblo del departamento del Meta, los grupos de Asuntos Indígenas y Consulta Previa del Ministerio del Interior y de Justicia, el Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial, el municipio de Puerto López y la empresa ODL, que en el término de tres meses contados a partir de la notificación del fallo, debían realizar una consulta a las autoridades de la comunidad Achagua, con la finalidad de adoptar medidas de compensación cultural frente a los impactos y perjuicios causados a la comunidad dentro de sus territorios con la construcción del oleoducto (Corte Constitucional, 2011).

Asimismo, ordenó el acompañamiento del Instituto Colombiano de Antropología e Historia y exigió al Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER) agilizar la ampliación del resguardo de la comunidad a fin de que le sean devueltas parte de las tierras que ancestralmente han ocupado. Así como, recomendó a los ministerios del Interior y de Justicia, y de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial revisar y ajustar sus protocolos relacionados con la definición de las áreas de influencia de los proyectos de desarrollo y de explotación de recursos naturales; y exhortó a la Procuraduría General de la Nación, para ejercer vigilancia administrativa. No obstante, la Sala no considera procedente la petición de la comunidad de suspender el funcionamiento del oleoducto, pues "tendría mayores costos ambientales y posiblemente sociales para el país, teniendo en cuenta los demás beneficios que traía su funcionamiento" (Corte Constitucional, 2011).

En este caso en particular, se evidencia que la Corte Constitucional escucha los conceptos técnicos de las universidades consultadas para determinar la responsabilidad de la empresa y del Estado en la vulneración de los derechos de las comunidades. Incluso, estos conceptos tuvieron mayor peso que los argumentos esbozados por la empresa, que argumentaba haber actuado dentro la legalidad, bajo la autorización del Estado nacional y además indicó haber realizado inversión social en el resguardo, porque había entregado regalos de navidad y material escolar a los niños de la comunidad; el suministro de agua potable; la entrega de uniformes y balones de fútbol; y el suministro de una electrobomba (Corte Constitucional, 2011).

Movilización

En agosto del 2013 se llevó a cabo, en Bogotá, un juicio ético y político contra Pacific Rubiales. Esta fue una propuesta convocada por la Red de Hermandad y Solidaridad con Colombia (REDHER), una plataforma de trabajo conjunto de organizaciones de la sociedad civil, defensoras de derechos humanos, ambientales nacionales e internacionales. Durante la jornada, se dieron cita varios representantes de comunidades afectadas, víctimas e investigadores para presentar testimonios y pruebas de las vulneraciones de derechos ambientales, sociales y laborales. Uno de los testimonios fue el de Marcos Arrepiche, quien actuando como representante del Cabildo Indígena interpuso la acción de tutela. Él considera que si bien la comunidad recibió ganado, con ello no se mitigaron ni compensaron los daños causados (Martínez, 2013).

En este ejercicio promovido por OSC, las partes acusadas no se presentaron a la convocatoria. Es por ello que la Interpress Service indica que Pacific Rubiales se protege dando declaraciones en las que dicen que ellos operan bajo los más exigentes y reconocidos protocolos y es auditada de forma permanente por instituciones independientes reconocidas en el mundo (Martínez, 2013).

En contraposición a esta postura, en septiembre de este mismo año Pacific Rubiales es incluida en Dow Jones Sustainability North America Index, en reconocimiento a su compromiso con la responsabilidad corporativa. Este índice bursátil es uno de los principales referentes mundiales para monitorear el desempeño financiero de las compañías líderes en términos de sostenibilidad corporativa en aspectos económicos, sociales y ambientales (Redacción Negocios, 2013).

Mediatización

Entre el 2011 y 2012, se identifican en el medio analizado un total de ocho registros relacionados con este oleoducto, cinco de ellos en el 2011 y tres en el 2012. Del total de registros analizados, tres fueron favorables enmarcando, para el país, la necesidad de nuevos oleoductos; dos de ellos se realizaron antes de mencionar el inicio de una investigación contra la compañía. La publicación con una posición desfavorable frente a la empresa, es breve, y se limita a señalar que se encuentra abierta una investigación.

En contraste, los registros que enfatizan sobre la importancia de la empresa en la región para movilizar crudo, tienen una mayor extensión. Titulares como "Un trancón de 67.000 barriles" (Nullvalue, 2011a) y "Se invierte en el transporte del crudo" (Nullvalue, 2011c) destacan la urgencia y pertinencia del oleoducto para alcanzar las metas de exportación. Ahumada (2011) afirma que " […] el Oleoducto de los Llanos (ODL) ya conectó un tramo nuevo entre El Viento y Cusiana (Casanare), con una capacidad adicional de 30.000 barriles".

Por otra parte, en noviembre de 2011 *El Tiempo* presenta el fallo de la Corte Constitucional. Se destaca que el autor de este registro fue la Agencia EFE – agencia de noticias internacional-, por lo que se infiere que este hecho tuvo cobertura internacional y no sólo nacional. Posteriormente, en 2012 se identifican tres noticias todas ellas no evidenciaban de forma explícita favorabilidad o desfavoribilidad

frente a la empresa, dos de ellas describen los impactos y la posición de los afectados y la última, en octubre de dicho año describe como se llegaron acuerdos entre las partes y se activaron los mecanismo de control estatal. Además, este registro presenta una declaración de la empresa en donde afirma que se mantuvo dentro de lo autorizado por la licencia (Llanos 7 Días, 2012c).

A pesar de que el número de registros es bajo (ocho registros en un periodo de 3 años), se destaca que si hubo presencia en el medio respecto al fallo de la Corte Constitucional y a las posiciones de los afectados. Titulares como "Corte ordena consultar a indígenas por oleoducto de Pacific Rubiales" (EFE, 2011), "Indígenas exigen reparación de daños por oleoducto" (Llanos 7 Días, 2012a) o "Indígenas denuncian daño a laguna sagrada y a mangales" (Llanos 7 Días, 2012b) demuestran que fue a finales del 2011, a partir del fallo de la Corte Constitucional, cuando se activó de manera significativa la mediatización del conflicto en la prensa colombiana. No se precisa un orden estricto de movilización, mediatización y judicialización, básicamente lo que importa es la existencia de un *accountability social*.

Respuesta de la empresa

Los informes de sostenibilidad de Pacific Rubiales también fueron elaborados en observancia de la metodología de GRI. Sin embargo, conserva el mismo comportamiento ambiguo e ignora el asunto en sus informes o se limita la información. En 2011 no hace referencia al conflicto con la comunidad indígena, ni al fallo proferido por la Corte Constitucional. En el reporte se menciona como prioridad de la empresa apoyar proyectos productivos de las comunidades indígenas y promover los derechos en las comunidades circundantes, pero se establece como un compromiso general sin presentar acuerdos específicos con la comunidad Achagua. Se destaca que, a lo largo del reporte, no se identifica información sobre procesos de consulta previa; además, este término sólo es encontrado en el glosario en donde la información presentada por la empresa se limita a definir el concepto.

Para el año de 2012, de los 22 procesos de Consulta Previa reportados, dos se encuentran en el departamento del Meta y en ninguno de los dos casos se menciona que estas consultas involucren al resguardo Turpial - La Victoria o a la comunidad Achagua. En este año tampoco se hace ninguna referencia al fallo de la Corte Constitucional, sin embargo dentro de los temas prioritarios se identifican como temas materiales los impactos a la comunidades locales, derechos humanos y comunidades indígenas.

Finalmente, en el informe de sostenibilidad del 2013 se reporta sobre diferentes procesos de Consulta Previa; no obstante, no es explícito si alguno de ellos involucra la comunidad afectada. No hay ninguna referencia al juicio ético. Se identifica como tema material los derechos económicos, sociales y culturales de las comunidades, pero en los indicadores relacionados con evaluación de impacto, mecanismos de participación y quejas (indicadores SO1 y SO11) aportan información insuficiente y demasiado general para tener una idea cercana sobre la gestión de estos impactos. Manejo estratégico comunicacional.

Se encuentra que en ninguno de los tres informes analizados se provee información específica que muestre cómo fue gestionado este conflicto. Se podría interpretar este no reconocimiento del conflicto como una tentativa de negación de los actores como interlocutores válidos, lo que dificultaría cualquier escenario de negociación o mitigación del daño causado. También, estos resultados plantean una reflexión respecto a la transparencia y claridad de los contenidos de los documentos -si se tiene en cuenta que los informes de sostenibilidad son el instrumento de rendición de cuentas de la empresa con los diferentes grupos de interés- se esperaría encontrar información cualitativa sobre un tema relevante como el fallo de la Corte Constitucional (máximo órgano de la jurisdicción constitucional colombiana) y las acciones emprendidas para su respuesta.

Relaciones, resultados y éxitos

En esta narrativa podemos encontrar una multiplicidad de actores que intervienen durante el conflicto. Sin embargo, para hablar del tipo relaciones que se establecieron entre las partes, se hará referencia a las organizaciones que tuvieron un papel más protagónico en las decisiones del Estado y/o la empresa. A continuación se presentara una matriz que ilustra las relaciones estratégicas que fueron desarrolladas en este caso.

Cuadro 2 - Matriz de clasificación de relaciones de los actores

Actores	**Tipo de relación con Pacific Rubiales**	**Tipo de relación con el Estado**
Cabildo Indígena *	Confrontación	Confrontación y complementariedad
Fundación Hemera (OSC)	Confrontación	Confrontación, complementariedad
Organización Nacional Indígena de Colombia -ONIC- (OSC)	Confrontación	Cooperación
Universidad de Los Andes (ESAL)	Confrontación	Cooperación
Universidad del Cauca (Universidad Pública/ Estatal del nivel departamental)	Confrontación	Cooperación y complementariedad

* Es una entidad pública especial, cuyos integrantes son miembros de una comunidad indígena, elegidos y reconocidos por ésta, con una organización sociopolítica tradicional. Ampliar en https://www.mininterior.gov.co/content/cabildo-indigena.

Fuente: Elaboración propia sobre la base de la información recogida en el análisis del caso.

En el cuadro 2 se puede observar que las OSC, el Cabildo Indígena y la universidad del Cauca (centro de pensamiento estatal) plantearon una relación de confrontación con la empresa, mientras que en lo referente a las relaciones planteadas con el Estado, se encuentran más matices. Por ejemplo, el Cabildo y la Fundación Hemera establecen una relación de confrontación al entablar una acción judicial contra los Ministerios del Interior y de Justicia y de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. No obstante, también generan una relación de complementariedad en la medida que el Estado, la OSC y el Cabildo Indígena están de acuerdo en que la comunidad se encuentra en una situación de vulnerabilidad y su derechos deben ser restablecidos; sin embargo, divergen en los medios para disminuir esta vulnerabilidad: las OSC y el Cabildo exigían la suspensión del funcionamiento del oleoducto, pero el Estado no consideró procedente la petición de la comunidad teniendo en cuenta los costos que acarrearía para el país (Ver Cronología del Conflicto: Judialización). De esta manera, el Estado falla a favor de la comunidad pero proponiendo otras medidas para la mitigación del impacto y la restitución de los derechos de los afectados.

Por otra parte, la ONIC y la Universidad de Los Andes (una Entidad Sin Ánimo de Lucro) plantean una relación de cooperación con el Estado, en la medida que coinciden en la identificación de la

problemática y las medidas tomadas por la Corte Constitucional, a diferencia de la Universidad del Cauca (Universidad Pública) que explícitamente expresa negligencia por parte del Estado y plantea medidas adicionales que no parecen estar cubiertas en su totalidad por el fallo[9], en este sentido la Universidad del Cauca también plantea una relación de complementariedad con esta entidad (Ver *cuadro 3*).

En este contexto se advierte que el Estado no actúa de forma unificada: la Corte Constitucional, va en contra de la medidas político-administrativas establecidas por el Ministerio de Interior y de Justicia y el Ministerio de Ambiente Vivienda y Desarrollo Territorial, ordenando inclusive un proceso de *accountability* horizontal que va a ser detallado más adelante. En este caso se podría decir que el Estado tuvo un rol mediador, después de tener una conducta que demostró falta de debida diligencia en la asignación de la licencia ambiental.

Habiendo planteado estas relaciones se puede observar que las organizaciones juegan roles diferentes (de denuncia y formulación de recomendaciones), logrando una influencia diferenciada basada en el tipo de relaciones, los mecanismos de *accountability* activados y los efectos producidos por estos mecanismos. Ahora bien, en este momento es importante remitirse al tipo de mecanismos de *accountability* que fueron activados y los resultados que obtuvieron.

En este caso se evidencia que las OSC hicieron *accountability social* (societal). Se activó la movilización, y eso posibilitó mayores registros mediáticos en la prensa. Pero también hubo judicialización, específicamente cuando la fundación Hemera y el Cabido Indígena establecieron una acción de tutela contra el Estado y la empresa.

El accionar de las OSC desencadenó la activación del *accountability* horizontal, así la Corte Constitucional:

- Exhortó a la Procuraduría General de la Nación, para ejercer vigilancia administrativa.
- Recomendó a los ministerios del Interior y de Justicia, y de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial revisar y ajustar sus protocolos relacionados con la definición de las áreas de influencia de los proyectos de desarrollo y de explotación de recursos naturales

De la misma forma, la Universidad de Los Andes, la Universidad del Cauca y la ONIC, hicieron parte del mecanismo activado por la Fundación Hemera y el Cabildo Indígena, y su rol fue fundamental para la toma de la decisión por parte de la Corte, como ya fue mencionado anteriormente. Por tanto se podría pensar que su mayor logro o éxito fue demostrar que las autoridades y empresas demandadas erraron al definir el área de influencia del proyecto, lo cual obligó al Ministerio de Interior a verificar la presencia de la comunidad en la zona, especialmente, teniendo en cuenta el concepto de la Universidad del Cauca que indicaba que debía desarrollarse una constatación empírica "con el fin de establecer de la manera más directamente posible la existencia o no de tales comunidades" (Corte Cosntitucional, 2011).

De esta manera se pueden anotar éxitos de incorporación con efectos procedimentales y de transformación, con efectos sustanciales. La Corte Constitucional falló a su favor, luego se pide la revisión y ajustes de los protocolos de definición de las áreas de influencia, así como con el reconocimiento de la presencia de la comunidad étnica en dicha área. Este reconocimiento es importante porque se registra a la comunidad como sujeto de derechos diferenciados y ante la cuál el Estado y la empresa tienen responsabilidades. Se destaca que este fue un efecto positivo de este conflicto.

Por otro lado, dentro de los procesos de la empresa no hay información contundente que permita inferir un éxito de incorporación o de transformación por parte de las OSC. Además, se encuentra que Pacific Rubiales no aceptó públicamente su responsabilidad (ver las secciones de *Mediatización y Respuesta de la empresa*), ni advirtió o informó sobre el conflicto con la comunidad. Por lo tanto, a pesar que dentro de las prioridades de gestión presentadas en sus informes de sostenibilidad se identifica el relacionamiento con las comunidades indígenas y en 2013 con comunidad locales, no se puede atribuir que esta decisión sea resultado del conflicto estudiado. Podría ser tal vez un factor de influencia, pero como se ha dicho antes, no se cuenta con información suficiente para establecer esta relación.

Finalmente, la acción de movilización promovida en 2013 por REDHER, no tuvo resultados de incorporación o transformación, ni logró mediatización en el medio de comunicación consultado en esta investigación. Tampoco, afectó la inclusión de la empresa en uno de los más reconocidos índices bursátiles de sostenibilidad. Por lo tanto, se podría inferir que, por lo menos en el periodo analizado, esta acción no logró resultados exitosos. Sin embargo, esto no quiere decir que, en el futuro y junto con otras acciones de *accountabiliy* societal, no tenga la capacidad de generar otro tipo de resultados. Lo cierto es que hubo una movilización y fue mencionada en algún medio (REDACCIÓN VIVIR, 2013). No fue un éxito, pero las irregularidades en las que la empresa se ha visto abocada circulan en la opinión pública.

Punto de encuentro entre los casos

Los dos casos analizados tienen algunos elementos en común que se precisan detallar: son proyectos establecidos argumentando posibilidades de desarrollo del territorio, desencadenan conflictos socio-ambientales, en los lugares donde se desarrollan existe asimetría de poder, hay presencia de comunidades étnicas, se involucran otras organizaciones de la sociedad civil que no necesariamente están presentes en el territorio y hacen referencia a impactos de empresas multinacionales.

Tanto en Brasil como en Colombia, existen experiencias de Consulta Previa, sin embargo como derecho y herramienta que es, la Consulta Previa no se ha efectuado antes de iniciar las obras de intervención, como es estipulado en la Convención 169 de 1989 de la OIT, sino que se ha recurrido a ella, una vez los impactos negativos o daños se han evidenciado sobre las comunidades locales.

De esta manera, se dejó de lado la posibilidad de tener un abordaje preventivo y por tanto, la gestión de la empresa y del Estado se limitó a la mitigación y/o compensación sobre el daño causado. Medidas que, además, parecieron ser insuficientes para la restitución de los derechos de las comunidades y para garantizar que la afectación no continuara.

Conclusiones: ¿Consiguieron las OSC incidir en las decisiones de la empresa y/o del Estado?

Las OSC no actuaron en solitario, ellas se organizaron en red y cooperaron o se complementaron para lograr objetivos comunes en torno al bienestar de las comunidades. Lograron atraer la atención de la opinión pública a través de registros en medios de comunicación (en este caso solo se hace referencia a la prensa escrita, pero no significa que no haya sucedido en radio, televisión o los nuevos sitios de convergencia que ofrece el internet), que aunque en estos casos fueron pocos, consiguieron visibilizar una problemática desconocida para muchos. Es por ello que se afirma que a partir de la evidencia verificada en estos estudios de caso, las OSC sí logran incidir activando una serie de alarmas con las que se presiona a las autoridades y decisores del Estado a intervenir y exigir a las empresas tomar acciones compensatorias en favor de la comunidad que han afectado.

9 Para mayor información ver el concepto de la Universidad del Cauca (Corte Cosntitucional, 2011).

En este sentido, la activación del *accountability* societal se convierte en una alarma que se acciona para que las instituciones del Estado o los departamentos de una empresa observen que existen impactos negativos que se deben prever, prevenir y compensar cuando sea del caso.

Quizá lo más importante es evitar la vulneración de los derechos ambientales, sociales, cívicos y culturales de las comunidades y de las organizaciones. En otras palabras, las OSC construyeron una narrativa que buscaba que el Estado reconociera y comprendiera una situación de conflicto en un territorio, y además que, conjuntamente, abordaran la gestión del mismo. Pero toda la responsabilidad no solo recae en el Estado, sino que también se ha intentado corresponsabilizar a las empresas multinacionales de los impactos negativos o daño causado a las comunidades. El estudio de los dos casos permitió, además, verificar la afirmación de Peruzzotti y Smulovitz (2006), en el sentido de que el *accountability social* sirve de alerta para mostrar o señalar los conflictos, proveer información y construir alternativas que faciliten un *accountability* horizontal. De esta manera, prevenir impactos negativos, corregir o compensar los daños causados y, cuando sea el caso, sancionar a los responsables.

Es importante aclarar que Estado no es homogéneo y como se evidenció en estos casos, sus diferentes entidades, y en diferentes niveles, toman decisiones que no siempre están articuladas. Si bien es cierto que, los sistemas políticos del Estado brasilero y colombiano cuentan un sistema político de pesos y contrapesos entre los poderes para garantizar el cumplimiento de la ley y la constitución, los Estados son conscientes que en términos de conflictos socio-ambientales estos controles pueden ser insuficiente. Por ello cuentan con entidades autónomas como el Ministerio Público Federal (Brasil) y la Defensoría del Pueblo (Colombia), que buscan mediar para la restitución de los derechos de las comunidades. Por este motivo, la *accountability* horizontal se hace una herramienta fundamental para garantizar el Estado de Derecho.

También, se evidencia que -en mayor o menor medida- se activaron los tres atributos del *accountability* societal, y estos a su vez desencadenaron controles institucionales. En el caso colombiano, impulsaron atributos de *accountability* horizontal. Es interesante que, en el caso de *Jambuaçu,* hay mayor variedad en las relaciones entre los actores y la empresa, mientras que en el caso colombiano hay mayor diversidad de relaciones entre los actores y el Estado (Ver cuadro 1 y 2).

En concreto, en el caso brasilero se encontró que hay mayor discusión sobre el conflicto por parte del sector académico -uno de los componentes de la sociedad civil- y OSC que -aunque intervienen indirectamente- visibilizaron los conflictos socio-ambientales; en el oleoducto de los Llanos Orientales esta discusión parece ser más relevante en 2013, y como fue mencionado, en el periodo verificado, más allá de poner el tema en la agenda, es aventurado referirse a éxitos procedimentales o sustanciales. El caso no se ha cerrado.

El estudio de caso, no solo expone los resultados exitosos derivados de las acciones colectivas emprendidas por las OSC, sino que muestra las respuestas de Companhia Vale do Rio Doce y Pacific Rubiales, lo que permite considerar las dos narrativas. De esta manera, se muestra la influencia de los actores que logra una ruptura del conflicto socio-ambiental en cada uno de los territorios señalados, pero al mismo tiempo deja una inquietud abierta sobre si se logra una transformación a largo plazo.

Lo que se encuentra es que las respuestas de las empresas multinacionales frente a estos conflictos socio-ambientales son ambiguas y en la mayoría de las ocasiones imprecisas e insuficientes. Todo se reduce a un manejo comunicacional con respuestas políticamente correctas pero sin voluntad real. En *Jambuaçu*, se observó que, en los primeros años (2006 y 2007), la empresa reportó el conflicto y transmitió una voluntad de diálogo, pero las informaciones fueron imprecisas y, a partir de 2008, insuficientes para informar con transparencia sobre los acontecimientos. La empresa, por ejemplo, omitió información sobre las acciones judiciales y las sanciones establecidas en su contra. Entre tanto, en el caso colombiano no se puede constatar una posición específica de Pacific Rubiales frente al conflicto: simplemente ignora el caso. La omisión sobre el fallo de la Corte Constitucional y sus respectivas sanciones, deja varios interrogantes sobre la fiabilidad de la información publicada en sus reportes GRI.

Desde un punto de vista de impactos generados, aunque al concluir el análisis se verificó un impacto positivo de estos conflictos, enmarcado en el reconocimiento o consolidación de las identidades de las comunidades, también se concluyó que las voces de la sociedad civil sólo fueron escuchadas cuando ya existían impactos socio-ambientales irreversibles sobre las comunidades y los territorios, dando cabida exclusivamente a acciones de mitigación o compensación. Además, se observa que a pesar de recibir un fallo favorable, las comunidades aún continúan exigiendo la intervención del Estado por el presunto incumplimiento de los acuerdos establecidos con las compañías.

Por lo tanto, a partir de estas reflexiones se puede afirmar que, aun cuando el Estado y las empresas logren acuerdos para intervenciones en busca del desarrollo de los pueblos, las OSC pueden activar sistemas de alerta que posibiliten nuevos controles sobre esas decisiones. Estos pueden ser de *accountability* horizontal o incluso de *accountability* social. Como quiera que sea, este control social puede llegar a obligar revisión de políticas económicas y con ellas de grandes inversiones económicas que pueden tener efectos adversos en los territorios y sus poblaciones. No obstante, aunque esto puede ser leído como un éxito temporal ante las dificultades para hacer seguimiento a los compromisos pactados entre las partes y las pocas posibilidades institucionales para verificar los cumplimientos, realmente se convierten en espacios que las organizaciones van ganando para que se desarrollen mecanismos y herramientas de participación. De igual manera, se logra ir construyendo un cuerpo jurisprudencial que desarrollan las cortes en sus decisiones, que luego las mismas organizaciones retoman para hacerlas valer.

A primera vista parecería que las OSC no lograran una rendición de cuentas clara y transparente, sino que fueran las empresas las que voluntariamente se acogieran a estándares internacionales para hacer responsabilidad social. Pero lo que es cierto es que las empresas si quieren SER[10] responsables socialmente, deben acogerse a estándares internacionales para ganar valor en el mercado. Es una presión indirecta de las organizaciones de la sociedad civil para que sean corresponsables con el medio ambiente. De hecho, sus informes son de sostenibilidad y cada vez, las empresas deben ser más transparentes no solo con sus grupos de interés. No se puede negar eso sí, que aquí quedan dudas sobre la trasparencia de los contenidos en los informes analizados y los diferentes reconocimientos que recibieron de los medios de comunicación. Lo que sí queda claro es que las OSC son hoy un jugador que debe ser tenido en cuenta en el proceso de toma de decisiones, porque siempre tienen algo que decir: su voz se hace escuchar.

Finalmente, como hasta aquí se ha trabajado, existe una clara interdependencia entre actores como lo son las OSC, la Academia, Estado y las empresas, por lo que es necesario que cada una de la partes garantice los controles necesarios para que el desarrollo económico no vulnere los derechos de las comunidades étnicas ni transgreda la normatividad ambiental. De esta forma, se torna indispensable trabajar en un discurso compartido, construido a partir de una promesa de valor que permita la continuidad de la vida, en todas su manifestaciones y generé además, espacios que faciliten la resiliencia y en donde se propongan acciones desde una perspectiva real de sostenibilidad, que responda a la ética y vaya más allá de los índices u otras exigencias del mercado.

10 Este destaque es realizado por las autoras hacer énfasis en la afirmación.

Así, sería viable acercarse a escenarios donde las condiciones para el desarrollo del sector minero-energético y las intervenciones en infraestructura vial fueran más aptas, existiera participación real de las comunidades y de las organizaciones de la sociedad civil que presentan la visión de lo que sucede en el territorio en el proceso de toma de decisiones de los proyectos. Se llama la atención sobre la urgencia de un *accountability* social que posibilite una corresponsabilización tanto para el Estado como para las empresas. Además, de una observancia permanente de los acuerdos entre las partes y la reducción de los impactos ambientales, partiendo de un enfoque más preventivo que reactivo.

Referencias

Alonso, A. & Costa, V. 2002. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. En: **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Antunes, C. & Marreiro, F. 27 dic. 2011. Índio resiste a obras na América do Sul. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponible en: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/17056-indio-resiste-a-obras-na-america-do-sul.shtml>. Acceso en: 13 de jul. de 2015.

Bombal, I. G. & Villar, R. (comp) 2003. **Organizaciones de la sociedad civil e incidencia en políticas públicas.** Ed. Libros del Zorzal, Buenos Aires, p.17.

BRASIL, K. Campo Minado. **Folha de S.Paulo,** 23 de dic. 2006. São Paulo. Disponible en: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2312200619.htm.> Acceso en: 13 de jul. de 2015.

BRASIL. Lei Ordinária nº 7.347 de 24 de Julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. **Presidência da República (Casa Civil).** Brasília, 24 de jul. de 1985. Disponible en: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7347orig.htm> Acceso en: 23 de jul. de 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Mineração**. 2015. Disponible en: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=208.> Acceso en: 13 de jul. de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 2015. **Comunidades Quilombolas**. Disponible en: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais/quilombolas> Acceso en: 25 de ago. de 2015.

BRASIL. Ministerio Público Federal (MPF). 29 de nov. de 2010. **MPF pede à Justiça suspensão de atividades de mina da Vale no Pará.**. Disponible en: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2010/noticias/mpf-pede-a-justica-suspensao-de-atividades-de-mina-da-vale-no-para/?searchterm=jambua%C3%A7u>. Acceso en: 01de jul. de 2015.

_____. . 05 de abr. de 2011. **Após Justiça reconhecer descumprimento do licenciamento, MPF quer paralisação de mina da Vale**. Disponible en: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/noticias/apos-justica-reconhecer-descumprimento-do-licenciamento-mpf-quer-paralisacao-de-mina-da-vale/?searchterm=jambua%C3%A7u> Acceso en: 01de jul. de 2015.

_____. 02 de may. de 2011. **Justiça dá prazo de 24 horas para Vale depositar dinheiro de quilombolas.**. Disponible en: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/noticias/justica-da-prazo-de-24-horas-para-vale-depositar-dinheiro-de-quilombolas/?searchterm=jambua%C3%A7u> Acceso en: 01 de jul. de 2015.

_____. 08 de set. de 2014. **MPPA e MPF mediam conflito entre população Quilombolas da Vila do Jambuaçu e Vale.** Disponible en: <ttp://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/mppa-e-mpf-mediam-conflito-entre-populacao-quilombolas-da-vila-do-jambuacu-e-vale/?searchterm=jambua%C3%A7u> Acceso en: 01 de jul. de 2015.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. **Proceso nº 0032308-15.2010.4.01.3900.** Disponible en: <http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=32308152010401390 0&secao=PA&pg=1&enviar=Pesquisar.> Acceso en: 10 de ago. de 2015.

COLOMBIA. Constitución. 1991. Art. 86. Disponible en: <http://www.constitucioncolombia.com/buscar.php?s=acci%C3%B3n+de+tutela>. Acceso en 23 de jul. de 2015.

COLOMBIA. Ministerio de Minas y Energía. 2006. **Plan Nacional para el Desarrollo Minero:** visión al año 2019. p. 3. Disponible en: <http://www.upme.gov.co/Docs/PNDM_2019_Final.pdf>. Acceso en: 01 de ago. de 2015.

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). **Sustainability Report 2006.** Disponible en: <http/::www.vale.com:EN:aboutvale:sustainability:links:LinksDownloadsDocuments:sustainability-report-2006-en.pdf>.Acceso en: 11 de ago. de 2015

_____.**Sustainability Report 2007.** Disponible en: < http://www.vale.com/EN/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/sustainability-report-2007%E2%80%93full-version.pdf>. Acceso en: 11 de ago. de 2015.

_____.**Sustainability Report 2008.** Disponible en: <http/::www.vale.com:EN:aboutvale:sustainability:links:LinksDownloadsDocuments:sustainability-report-2008.pdf>.Acceso en: 11 de ago. de 2015.

_____.**Sustainability Report 2009.** Disponible en: http://www.vale.com/EN/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/sustainability-report-vale-full-2009.pdf. Acceso en: 11 de ago. de 2015.

_____.**Sustainability Report 2010.** Disponible en: <http://www.vale.com/EN/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/Sustainability_Report_Eng_2010.pdf>. Acceso en: 12 de ago. de 2015.

_____.**Sustainability Report 2011.** Disponible en: <http://www.vale.com/EN/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/2011-sustainability-report-investors.pdf.> Acceso en: 12 de ago. de 2015.

CORTE CONSTITUCIONAL. 2011. **Sentencia T.693.** Referencia T-2315944. Magistrado ponente Jorge Ignacio Pretelt Chaljub. Disponible en: <http://www.corteconstitucional.gov.co/RELATORIA/2011/T-693-11.htm> Acceso en: 21 de jul. de 2015.

Diário do Pará. 05 de jul. de 2009. **Vale planta 2.800 castanheiras em Moju**. Belén-PA. Disponible en: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-50686-%20VALE+PLANTA+2.800+CASTANHEIRAS+EM+MOJU.html>. Acceso en: 01 de ago. de 2015.

_____. 29 de nov. de 2010. **MPF pede suspensão de atividades de mina da Vale**. Belén-PA, Disponible en: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-121947-mpf-pede-suspensao-de-

atividades-de-mina-da-vale.html.> Acceso en: 01 de ago. de 2015.

_____. 05 de abril de 2011. **MPF quer paralisação de mina da Vale**. Belén-PA, Disponible en: <http://www.diarioonline.com.br/noticia-142525-mpf-quer-paralisacao-de-mina-da-vale.html.> Acceso en: 01 de ago. de 2015.

EFE. 19 de nov. 2011.Corte ordena consultar a indígenas por oleoducto de Pacific Rubiales. En: **El Tiempo**. Bogotá, Disponible en: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-10791211>. Acceso en: 01 de ago. de 2015.

Folha (Online). 23 jul. de 2007. **Vale anuncia construção de refinaria de alumina com parceiro norueguês**. São Paulo, Disponible en: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u314269.shtml>. Acceso en: 01 de ago. de 2015.

Kaldor, M. 2003. The idea of global civil society. **International Affairs.** Vol. 79, Issue 3, p. 583–593, May.

Lopez L. M. A. L. 2012. Los movimientos sociales y su influencia en el ciclo de las políticas públicas. **Región y sociedad**. Hermosillo, v. 24, n. 55, dic.

Luvizotto, C. K. 2009. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2.

Magalhães, J.C & Luchete, F**.** 2 de abr. de 2011**.** Justiça condena a Vale a indenizar 788 famílias quilombolas. **Folha de S.Paulo.** São Paulo. Disponible en: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/04/897389-justica-condena-a-vale-a-indenizar-788-familias-quilombolas.shtml>. Acceso en: 14 de ago. de 2015.

Marin, R. E. A. 2010. Estratégias dos Quilombolas de Jambuaçu e Projetos da Vale S.A. no Moju, Pará**.** En: Almeida, A. W. B. (Orgs.) et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social:** Territórios quilombolas e conflitos. Manaus. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, p.49-61. ISBN 978-85-7883-147-9.

Martinez, H. 2013. Condena moral, primera escala para enjuiciar a Pacific Rubiales. En: **Interpress service** [online]. Disponible en: <http://www.ipsnoticias.net/2013/08/condena-moral-primera-escala-para-enjuiciar-a-pacific-rubiales/.> Acceso en: 13 de ago. de 2015.

Meléndez, M. 2012. Diccionario achagua-español español-achagua. Dificultades lingüísticas e incertidumbres reivindicativas. **Lenguaje**, Norteamérica, 40, dic. Disponible en: <http://revistalenguaje.univalle.edu.co/index.php/Lenguaje/article/view/1743/1673> Acceso en: 01 de set. de 2015.

Norsk Hydro Asa (NORSK HYDRO). 2012. **Annual Report 2012.** Disponible en: <http://www.hydro.com/upload/Annual_reporting/annual_2012/downloadcenter/Reports/01_annual_report_2012.pdf> Acceso en: 11 de ago. de 2015.

_____.2013. **Annual Report 2013.** Disponible en: <http://www.hydro.com/upload/Annual_reporting/annual_2013/downloadcenter/Reports/01_annual_report_2013.pdf> Acceso en: 11 de ago. de 2015.

_____.2014 . **Annual Report 2014.** Disponible en: <http://www.hydro.com/upload/Annual_reporting/annual_2014/downloadcenter/Reports/01_annual_report_2014.pdf> Acceso en: 11 de ago. de 2015.

NULLVALUE. 27 de mar. de 2011. Un trancón de 67.000 barriles**. El Tiempo**. Bogotá,. Disponible en: < http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4469637> **.** Acceso en: 13 de jul. de 2015.

_____. 7 de jul. de 2011. **Abren investigación a filial de Pacific Rubiales.** Bogotá,. Disponible en: < http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4667848> **.** Acceso en: 13 de jul. de 2015.

_____. 25 de ago. de 2011. **Se invierte en el transporte crudo**. Bogotá. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4777274>**.** Acceso en: 13 de jul. de 2015.

O'Donnell, G. 2001. Accountability horizontal: la institucionalización legal la institucionalización legal de la desconfianza política. Artículo publicado en POSTData. **Revista de Reflexión y análisis político**. Buenos Aires, n. 7, may. p. 11- 34.

Pacific Rubiales Energy (PACIFIC). **Informe de sostenibilidad 2011**. Disponible en: <http://www.pacificrubiales.com/reports/sr/ - /108/zoomed>Acceso en: 01 de jul. de 2012.

_____.**Informe de sostenibilidad 2012**. Disponible en <http://asp-es.secure-zone.net/v2/index.jsp?id=5663/8953/19001&lng=en>. Acceso en: 01 de ago. de 2015.

_____.**Informe de sostenibilidad 2013.** Disponible en: <http://asp-es.secure-zone.net/v2/5663/11548/24318/Pacific---Informe-Anual-y-de-Sostenibilidad-2013.pdf.> Acceso en: 01 de ago. de 2015.

Peruzzotti, E. **La politica de accountability social en america latina**. Buenos Aires, s.f. Disponible en: <http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/accountability_social1.pdf.> Acceso en:14 de jul. de 2012.

Peruzzotti, E. & Smulovitz, C. 2006. **Social Accountability.** University of Pittsburgh Press, Disponible en: <https://www.upress.pitt.edu/htmlSourceFiles/pdfs/9780822958963exr.pdf.> Acceso en: 12 de jul. de 2015.

Quiminet.Com. 4 de ene. de 2010. ¿Qué es el caolín? Disponible en: <http://www.quiminet.com/articulos/que-es-el-caolin-4174.htm.> Acceso en: 20 de jun. de 2015.

Redacción Llanos 7 Dias. 19 de may. de 2012. Indígenas denuncian daño a laguna sagrada y a mangales. En: El Tiempo. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11830481.> Acceso en: 01 de ago. de 2015.

_____.22 de oct. de 2012. **Con $3.446 millones empresa repara a indígenas por construcción**. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12326842.> Acceso en: 01 de ago. de 2015.

Redacción Negocios. 19 de set. de 2013. Las petroleras Ecopetrol y Pacific en el Indice Dow Jones. En: **El Espectador**. Bogotá.. Disponible en: <http://www.elespectador.com/noticias/economia/petroleras-ecopetrol-y-pacific-el-indice-dow-jones-articulo-447514> Acceso en: 14 de ago. de2015.

Redacción Vivir. 16 de jul. de 2013. ONG preparan juicio ético contra Pacific Rubiales. En: **El Espectador**. Bogotá. Disponible en: <http://www.elespectador.com/noticias/actualidad/vivir/ong-preparan-juicio-etico-contra-pacific-rubiales-articulo-434100>**.** Acceso en: 17 de nov. de 2015.

Revista Semana. 17 de nov. de 2011. Oleoducto de los Llanos deberá consultar con indígenas su reestructuración. Disponible en: <http://www.semana.com/nacion/oleoducto-llanos-debera-consultar-indigenas-su-reestructuracion/167693-3.aspx.> Acceso en: 03 de jul. de 2015.

Rojas, O. G. A. 24 de feb. 2011. Plan para sacar 80.000 barriles de crudo represados. En: **El Tiempo.** Bogotá. Disponible en: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-4414178> . Acceso en: 13 de jul. de 2015.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a11

Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape – PE

Roberto Moretti[1] & Mônica Cox[2]

[1] Graduado em Geografia UFPE, Técnico em Controle Ambiental da DBF Planejamento e Consultoria. E-mail: betowmoretti@hotmail.com
[2] Profa.Geografia e do Prodema-UFPE Coordena o NEPPAG - Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia. Participa da Renda - Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia. E-mail: monicacox@ig.com.br

Recebido em 08 de outubro de 2015. Aceito em 22 de fevereiro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – O presente trabalho visa apresentar os impactos socioambientais relacionados à implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), localizado nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – PE. Desde a sua implantação, na década de 1970, as populações tradicionais remanescentes de antigos engenhos falidos na área, e de localidades do entorno vêm sofrendo os impactos socioambientais derivados do mesmo, em especial aqueles que sobrevivem de atividades ligadas à agricultura e pesca. Este trabalho traz um histórico da ocupação na área em que hoje está implantado o CIPS, os conflitos entre a visão desenvolvimentista e os impactos socioambientais na área, e um panorama atual da situação do CIPS.
Palavras-Chave: *Impactos Socioambientais, Populações Tradicionais, Pesca Artesanal, Suape*

Social-environmental impacts along the deployment of Suape Port and Industrial Complex - PE

Abstract – This work aims to present the social-environmental impacts associated along the deployment of Suape Port and Industrial Complex (SPIC), localized in the cities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca – PE. Since the implantation of SPIC, on the 1970 decade, the traditional remaining populations from old bankrupted sugar cane mills of the area and its surrounding have been suffering the social-environmental impacts caused by it,in special those who survive from agriculture and fishing. This work brings an historical of occupation in the area that is now deployed CIPS, the conflicts between the developmental vision and the social-environmental impacts in the area, and brings one actual panorama situation of SPIC
Key Words: *Social-Environmental Impacts, Traditional Populations, Fishing, Suape*

Impactos socio-ambientales a lo largo de la implementación y consolidación del puerto de Suape Industrial complejo – PE

Resumen – El presente trabajo visa presentar los impactos socioambiental relacionado con la implantación y la consolidación del Complejo Industrial Portuario de Suape (CIPS), ubicado en los municipios del Cabo de Santo Agostinho y Ipojuca, en el Estado de Pernambuco. Desde su implantación, en la 1970, la población viene sufriendo los impactos socioambientales derivados de la implantación del Complejo, en especial aquellos que sobreviven de las actividades vinculadas a la agricultura y la pesca. Este trabajo trae un histórico de la ocupación en el área en los hoy está implantado el CIPS, los conflictos entre la visión desarrollada y los impactos socioambientales en el área, y un panorama actual de la situación del CIPS.
Palabras Clave: *Impactos socio ambientales, Poblaciones Tradicionales, Pesca Artesanal, Suape.*

Introdução

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) vem se consolidando, cada vez mais, como um espaço atraente e estratégico para o capital no que se refere à instalação de grandes empreendimentos relacionados a diversas áreas produtivas. Recentemente, vem assumindo destaque os empreendimentos ligados aos setores navais (estaleiros) e petroquímicos (Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape).

Nesse sentido, tem-se uma realidade de grandes transformações no território local, fazendo-se necessário uma atenção especial aos possíveis impactos socioambientais decorrentes dessas. A região em que hoje está consolidado o CIPS, abrangendo áreas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, era ocupada, num passado recente, por engenhos ligados a atividade de produção de cana de açúcar. Após a compra, na década de 1980, por parte da Empresa Suape, das terras pertencentes aos engenhos, que estavam sob posse da Cooperativa Tiriri, foi firmado um acordo para realocação e indenização dos habitantes desses engenhos. Tal acordo não foi devidamente cumprido, fazendo com que, até os dias atuais, muitos dos moradores habitem em condições de incerteza e insegurança os "engenhos" considerados no território do CIPS (Silveira, 2010).

Historicamente, os moradores dos engenhos vivem a partir das atividades de agricultura e pesca. Somam-se a esses, pescadores que habitam áreas no entorno do CIPS, com destaque para os pescadores das praias dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Tanto os moradores dos engenhos, como os pescadores das praias dos municípios de entorno, mantém sua tradição no desenvolvimento da atividade de agricultura, pesca e coleta de frutas, sendo assim, afetados diretamente pelos impactos provenientes das atividades do CIPS, desde sua implantação.

Material e Métodos

Para elaboração deste artigo, foram realizadas: a) pesquisa bibliográfica relacionada aos temas abordados; b) visitas de campo *in loco;* c) entrevistas com pescadores (pertencentes à comunidade de Tatuoca e à Colônia de pescadores Z8 – Cabo de Santo Agostinho) que desenvolvem a pesca em mar aberto na área de entorno do CIPS.

Resultados e Discussão

Segundo Silveira (2010), Suape se tratava do nome dado a um antigo ancoradouro na ilharga (acidente geográfico) do Cabo de Santo Agostinho, litoral sul de Pernambuco, separado do mar por um cordão de recifes de arenito. No local, desembocavam três rios em sua extremidade norte: o Massangana, o Tatuoca e o Ipojuca, onde um paredão de recifes com aproximadamente 800 metros possibilitava o acesso de pequenas embarcações. Essa configuração, fez com que a região da Praia de Suape, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho fosse vista, desde o inicio da colonização por parte dos europeus, como estratégica para ser utilizada como base portuária. Esse valor estratégico comercial e militar fez com que sucessivas disputas ocorressem pela área, entre europeus e indígenas, e posteriormente entre holandeses e portugueses, visando seu domínio.

Posteriormente, este espaço se inseriu no processo de ocupação e uso da terra dominante no inicio da colonização das terras brasileiras (principalmente no litoral e áreas adjacentes), traduzido na monocultura da cana-de-açúcar, considerada, até então, "gênero de grande valor comercial e altamente lucrativo" (Prado Jr, 2008) para abastecer o continente europeu. Em um primeiro momento, o

cultivo da cana se dava em engenhos localizados próximos ao litoral. Segundo Prado Junior (2008), o termo engenho se referia a fábrica propriamente, onde estão as instalações para o tratamento da cana e preparo do açúcar. Posteriormente o termo se estendeu para o conjunto da propriedade com as terras e culturas que abriga. O engenho trata-se de um estabelecimento complexo (para a época), com numerosas construções e aparelhos mecânicos.

Somente no final do século XIX e início do século XX essa forma tradicional de produção de açúcar (os engenhos) foi substituída pelas usinas, caracterizadas como verdadeiras unidades fabris e, que produzia o açúcar extraído da cana proveniente das lavouras dos antigos engenhos (Prado Jr, 2008).

Como ocorreu historicamente em diversas áreas, após consolidadas as usinas na região do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, litoral sul de Pernambuco, houve a formação de vilas e cidades em função das mesmas. Tal processo contribuiu para a concentração de terras nas mãos dos donos das usinas e proletarização dos trabalhadores rurais que passaram a trabalhar nas indústrias. Um fator que contribuiu bastante para um maior desenvolvimento industrial do setor sucroalcooleiro foi a criação, na década de 1970, do PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool), que visava principalmente a substituição da utilização de combustíveis fósseis por biocombustíveis[1] (Silveira, 2010).

Ao mesmo tempo em que contribuiu para o financiamento da produção alcooleira, o PROALCOOL influenciou no endividamento de várias usinas e destilarias, que em alguns casos entravam em falência, tendo suas terras hipotecadas e expropriadas pelo poder público. Um desses casos foi o da Usina Santo Inácio, que faliu em 1963, detentora de diversos engenhos fornecedores de cana localizados no Município do Cabo de Santo Agostinho. Após processo conduzido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1973, os engenhos foram passados a Cooperativa Agrícola Tiriri (formada por antigos trabalhadores rurais da usina falida e por antigos posseiros dos engenhos localizados na área que por pressão social tiveram terras concedidas pelo INCRA) (Silveira, 2010).

Ainda segundo Silveira (2010), a referida cooperativa passou a possuir o direito de compra e venda das terras sob sua posse (engenho Algodoais, Serraria, Massangana, Tiriri, Jasmin, Tabatinga, Setubal, entre outros). Sendo assim, em 1980 a Cooperativa Agrícola Tiriri vendeu a Empresa Suape (que já havia comprado terras de outras usinas) as terras sob sua posse, que correspondiam a aproximadamente 4.985 hectares, e se configuravam como terras necessárias para a instalação do CIPS. No ano de 1980 um Termo de Convênio foi assinado entre a Cooperativa e Suape visando à transferência dos associados, moradores, lotistas e trabalhadores rurais para outras habitações de propriedade da cooperativa. O mesmo termo ainda previa que a empresa Suape buscaria junto ao Governo do Estado a construção de uma vila residencial por meio de um projeto de agrovila para incorporar os trabalhadores rurais que iriam sair das terras. Por fim, o termo estabeleceu o pagamento de uma indenização pelas terras e pelas plantações e benfeitorias realizadas pelos sitiantes que ocupavam tais terras.

1 Biocombustíveis: "Os biocombustíveis são derivados de biomassa renovável que podem substituir, parcial ou totalmente, combustíveis derivados de petróleo e gás natural. No Brasil os mais utilizados são o etanol (extraído da cana de açúcar) e o biodiesel (produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais)" disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/matriz-energetica/biocombustiveis. Uma série de problemas está associado à expansão do uso dos biocombustíveis. Alves e Thomaz Junior (2012) definem como agrocombustíveis, apresentando-os como uma ferramenta para expansão do agronegócio no campo brasileiro, que vem atuando na substituição de outras culturas pela cultura da cana, perpetuando a concentração de terras no campo brasileiro e ameaçando a soberania alimentar.

Tais compromissos não foram cumpridos plenamente, havendo uma série de problemas tanto no processo de transferência dos moradores, como no pagamento da indenização pelas terras. Como resultado, diversas famílias ainda vivem nessas terras juntamente com outros moradores que ainda habitam o território considerado do CIPS, desde sua implantação, enfrentando os impactos provenientes da instalação e transformações derivadas dos empreendimentos do mesmo, bem como a repressão por parte da Empresa Suape, através de sua empresa de segurança patrimonial (Silveira, 2010).

O Complexo Industrial Portuário de Suape começou a ser idealizado em meados da década de 1970, atrelado a um forte discurso de desenvolvimento econômico para o Estado de Pernambuco. Segundo Cavalcanti (2008), o primeiro documento a respeito de Suape foi um estudo de viabilidade técnico-econômica, contratado pelo governo de Pernambuco. Esse documento focou no significado de Suape no tocante ao desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, sendo este, considerado uma base indispensável da infraestrutura para possibilitar grandes saltos econômicos para o Estado. O projeto consistia em construir um porto de águas profundas (situado no Cabo de Santo Agostinho, na bacia de Suape) "capaz de atender as exigências ditadas pelo desenvolvimento que se processa na região" (publicado no Diário de Pernambuco 9.9.79, p. A-21) (Cavalcanti, 2008).

Ao redor do porto, existiria área suficiente para instalação de indústrias variadas. Segundo Cavalcanti (2008), na escolha do local foi deixado de lado a beleza do lugar, que descreve como um "povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais". Mota (1978, apud Cavalcanti, 2008) complementa ao afirmar que no projeto foi desconsiderada a beleza natural ímpar, muito menos a ocupação antiga e a desfiguração a ser processada na área para execução do mesmo.

Diante disso foi elaborado um manifesto com críticas por parte de cientistas (Cavalcanti et al., 1975), em sua maioria economistas, que abordavam além do cunho econômico temas como sacrifício a paisagem, problemas ambientais associados, deterioração da qualidade de vida (as críticas foram publicadas na revista Confidencial Econômico em 1973 e no Jornal da Cidade, dia 8 de abril de 1975, sendo a segunda a primeira crítica pública ao porto). A reação do governo a critica feita no manifesto elaborado pelos cientistas teve como foco o discurso do "desenvolvimento" (puramente econômico) que Suape traria para Pernambuco e pernambucanos (Cavalcanti, 2008). Ao final de tudo o porto foi implantado e continua em construção, causando diversos impactos socioambientais até os dias atuais.

Percebe-se uma preocupação ambiental, e até mesmo social desde que o projeto foi anunciado, ainda na década de 1970, com fica evidenciado nas críticas feitas no manifesto dos cientistas. Ainda assim, a área em que o CIPS foi instalado passou, desde sua instalação, por mudanças profundas, causadoras de impactos socioambientais significativos, que vão desde: a) desapropriações turbulentas, b) conflitos entre população (p.ex: população que não foi agraciada com o que foi acordado entre a Empresa Suape e a Cooperativa Agrícola Tiriri para possibilitar a instalação do porto no local) e a Empresa Suape, c) e até intervenções que tiveram fortes impactos negativos sobre o meio ambiente local, atingindo também aqueles que sobrevivem diretamente de recursos extraídos do mesmo (destaque para os que vivem da pesca em estuário ou no mar de fora[2]). Podemos acompanhar no quadro abaixo um resumo dos principais acontecimentos históricos do CIPS, desde sua implantação:

2 Mar de Fora: definido pela pesquisa do Instituto Oceanário (2009) como a pesca em áreas mais distantes da costa até a região do talude continental.

Quadro 1 - Principais acontecimentos históricos do CIPS.

ANO	ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS
1974	Lançamento da pedra fundamental das obras de construção do Complexo;
1975	Conclusão do primeiro Plano Diretor do Complexo, pela Transcon;
1977	Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais;
1978	Criação e instalação da empresa Suape Complexo Industrial Portuário;
1979	Construção do Centro Administrativo; Construção das barragens de Bita e Utinga (município de Ipojuca); Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia; Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem para granéis líquidos.
1980	Construção do molhe (estrutura formada por pedras), exteriormente ao cordão de recifes, para formação do porto externo;
1981	Instalação de píer de granéis líquidos e gasosos no porto externo;
1982	Implantação de rodovias e ferrovias (internas);
1983	Rebaixamento dos arrecifes em frente à foz do rio Ipojuca para permitir o escoamento do mesmo; A provação do Plano Diretor de Ocupação Máxima, através da Lei de Uso e Destinação do Solo, Decreto-Lei Nº 8.447;
1984	Início da operação do PGL 1, com o embarque de álcool combustível;
1985	Implantação do Parque de Tancagem de granéis líquidos;
1987	Término da construção do cais de múltiplos usos; Transferência do parque de tancagem de derivados de Petróleo, de Recife para Suape e início das operações com derivados de petróleo;
1991	Conclusão de nova versão do Plano Diretor Portuário da Primeira Etapa do Porto Interno, pela Consuplan Engenharia; Início das operações no cais de múltiplos usos – CMU; Inclusão de Suape entre os 11 portos prioritários para o Brasil, dentro da Política Nacional de Transportes;
1993	Conclusão do ramal ferroviário de acesso ao porto interno;
1994	Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
1995	Início da construção do Porto Interno; Engordamento da praia de Suape;
1996	Inclusão de Suape no Programa Brasil em Ação; Início das obras de dragagem e abertura do cordão de arrecifes;
1997	Abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso aos futuros cais a serem construídas na foz dos rios Tatuoca e Massangana; Dragagens dos canais e bacias de navegação; Abertura do canal de navegação – Tatuoca; Início de operação de transporte por cabotagem de veículos Fiat;
1999	Término dos cais da 1a Etapa; Término do terminal de contêineres; Conclusão das obras dos cais 1, 2 e 3 do porto interno;
2000	Início da construção das obras da usina termoelétrica
2001 2001	Conclusão das obras do pátio de veículos; Conclusão do sistema de monitoramento de atracação de navios e sistema de coleta e monitoramento de dados ambientais; Conclusão da construção do terminal de granéis líquidos PGL 2; Início e conclusão das obras de construção e início da operação do terminal de contêineres; Início das obras de construção do cais 4, do porto interno;
2002	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento da Primeira Etapa da Zona Industrial Portuária do Complexo Industrial Portuário de Suape.
2005	Lançada a pedra fundamental da Refinaria José Ignácio Abreu e Lima; Estaleiro Atlântico Sul.
2007	Conclusão das obras de construção do berço 4 do porto interno.
2008	Início da construção da Petroquímica Suape.
2009	Conclusão das obras de construção do berço 5 do porto interno.
2011	Início das obras de recuperação dos cabeços Norte e Sul (extremidades do acesso aberto nos arrecifes); Início da construção do Acesso Rodoferroviário; Início Dragagem do Canal de Acesso Externo do Porto de Suape; Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.
2012	Inicio da construção da estrutura do Estaleiro Promar
2013	Término das obras de recuperação dos Cabeços Norte e Sul (extremidades do acesso aberto nos arrecifes); Paralisação das obras de Dragagem do Canal de Acesso Externo do Porto de Suape (obra não concluída); Conclusão das Obras do Estaleiro Promar; Início da operação parcial da Petroquímica Suape.
2014	Início da Pré-Operação da Refinaria Abreu e Lima

Fonte: adaptado de: PDZ 2002 (apud Almeida, 2003); Eicomnor (2008); http://www.suape.pe.gov.br/institutional/historic.php; http://www.suapeglobal.com.br; Eicomnor Projetec Concremat (2011).

A partir do quadro apresentado, vale pontuar alguns acontecimentos e intervenções que causaram grandes impactos socioambientais na área. O ano de 1977 é o marco do inicio das desapropriações na área (13.500ha) do porto. Como já dito anteriormente, até 2013 não havia sido concluído o processo de desapropriações, realocações e indenizações. Além disto, este processo enfrentou e ainda enfrenta diversos problemas em sua execução. Em 05 de maio de 2012 foi publicada matéria no Jornal do Commercio[3] que diz respeito aos conflitos entre a Empresa Suape, representado pela empresa que faz a segurança do CIPS, e moradores, inclusive com denúncias e comprovações de que os vigilantes de tal empresa derrubaram algumas casas de moradores (Figura 1). Também foram mencionados conflitos em matéria publicada no dia 30 de Setembro de 2012 pela Folha de São Paulo[4].

Figura 1. Local onde casa foi derrubada, no Engenho Tiriri e obras da Transnordestina ao fundo.

Fonte: Monica Cox. Data: Setembro/2012.

Em 1979 ocorreram duas intervenções com potencial de grandes impactos negativos. A primeira refere-se à dragagem do Istmo de Cocaia, formando a Ilha de Cocaia (Figura 2). Em entrevista realizada com morador antigo da comunidade de Tatuoca (desde 1971) e pescador, ele relembra essa intervenção em Cocaia:

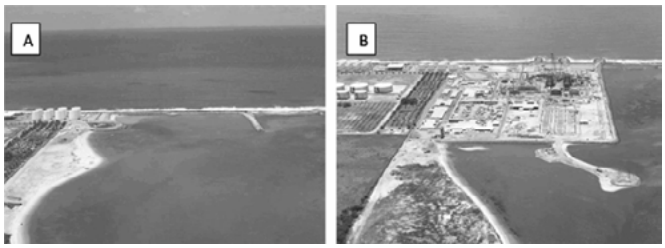
> "Cocaia nunca foi ilha, tinha uma estrada, fizeram a dragagem, cortou e agora ficou aquele pedaço que hoje é uma ilha. Antes não era, era tudo terra, ligado, aí hoje separou e virou ilha. Isso já afetou muito a pesca e foi uma das primeiras intervenções que fizeram." (Entrevistado A, em 11/12/2012).

Figura 2. Istimo de Cocaia (década de 1970); B – Ilha de Cocaia após dragagem do antigo Ístimo (década de 1980).

Fonte: Empresa Suape (ALMEIDA, 2003).

A segunda intervenção em 1979 trata-se do aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem. Essa intervenção fez com que todo o fluxo que vinha do Rio Ipojuca não desembocasse mais na foz da forma que naturalmente desembocava (Figura 3).

Figura 3. A – Início do Aterro;
B – Usina termoelétrica sendo construída no local



Fonte: Empresa Suape (ALMEIDA, 2003).

Após a construção do Porto Interno em 1995, iniciou-se em 1996 a dragagem para a abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso das embarcações aos futuros cais a serem construídas. Nos anos seguintes foram construídos os cais internos.

Ao longo dos anos 2000 novos investimentos foram realizados no porto, dentre eles o inicio da construção do polo petroquímico que inclui a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape. Outra obra que ganhou forte repercussão foi a construção do Estaleiro Atlântico Sul iniciada em 2005. Com relação ao Estaleiro, foi feito um acesso provisório por meio de um dique de enrocamento (formado por pedras, constituindo uma pista, como mostra a Figura 4) sobre o Rio Tatuoca, interferindo diretamente sobre o movimento das marés na área (Silveira, 2010). Hoje o fluxo se dá por meio de tubulações instaladas abaixo do dique. Tal intervenção traz impactos diretos aqueles que sobrevivem da pesca em estuário no local.

Figura 4. Dique de enrocamento sobre o Rio Tatuoca, para acesso ao Estaleiro Atlântico Sul.

Fonte: Foto do Autor. Data: 06/09/2012.

De uma forma geral, observa-se que, para realização das intervenções que visaram a instalação e consolidação do CIPS, foram realizados sucessivos aterros, dragagens nas áreas internas do porto, grande desmatamento de mangue (resguardados legalmente, como em 2010, quando a ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado Pernambuco, autorizou a supressão de vegetação nativa no CIPS para implantação de um complexo naval[5)] e de restinga, alterações nos cursos d'água, que trazem impactos diretos ao meio e a

3 Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/05/05/crescimento-e-conflito-no-porto-de-suape-41167.php. Acesso em: 10/10/2014.

4 Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/69160-conflitos-acompanham-progresso-em-suape.shtml. Acesso em: 10/10/2014.

5 Disponível em: http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=noticia.php&id=11906. Acesso em: 01/04/2013.

disponibilidade de recursos no mesmo (Figura 5). Agrava-se aí o fato de que muitos que habitavam e ainda habitam em comunidades ainda localizadas dentro do CIPS, se utilizam desses recursos para consumo próprio e como fonte de renda (sobretudo a pesca, agricultura e coleta de frutas).

Figura 5. Supressão mangue no Complexo Naval

Fonte: Foto do Autor. Data: 19/09/2012.

Por trás de todas essas transformações no meio ambiente local, está o discurso do "desenvolvimento" propagado pelo Governo do Estado de Pernambuco para "justificar" e até "encobrir" a repercussão desses impactos socioambientais no local. O discurso do desenvolvimento aparece inclusive em propagandas por meio de *outdoors* na rodovia PE-60 e nas vias de acesso ao CIPS que dá acesso ao porto e litoral sul do Estado, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Placas exaltando o "desenvolvimento" trazido por Suape nas vias de acesso ao CIPS.

Fonte: Foto do Autor. Data: 05/03/2013.

O que se percebe é que o significado de desenvolvimento, no caso do discurso pregado em torno do CIPS, é puramente econômico, que deixa de lado o bem-estar social e "destrói" a natureza local. Pereira (2005), alerta para esse significado adquirido e propagado historicamente e hegemonicamente a respeito do desenvolvimento "como sinônimo de crescimento econômico, urbanização, e acesso ao consumo de serviços e mercadorias". Completa ainda afirmando que trata-se de um desenvolvimento (econômico) mal planejado e que requer resultados imediatos, a partir da "exploração do meio ambiente – leia-se pessoas e recursos naturais" (Pereira, 2005).

Diegues (1996) ao falar de uma modalidade de conservação com enfoque sócio ambientalista - que defende a conservação do meio ambiente associada ao acesso a terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores e ribeirinhos - afirma que estes veem a crise ambiental profundamente ligada à crise do modelo de desenvolvimento (apenas econômico).

Altvater (1995) resume bem a relação desenvolvimento e meio ambiente ao afirmar que estes "encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o meio ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social" (Altvater, 1995). O desequilíbrio observado no CIPS existente nessa relação entre desenvolvimento e meio ambiente, acarretou em impactos socioambientais contínuos na área, principalmente sobre aqueles que viviam e ainda vivem nas comunidades localizadas no interior do CIPS, e dependem dos recursos do meio local para sobreviver, como se percebe na fala do morador da comunidade de Tatuoca e pescador:

> "[…] as dragagens, aterros, dali pra cá, acabaram com o mangue, com a metade do rio. O aterro já vem aí, se chegar ali mesmo a água está podre. Qual é o peixe que fica? Aqui nem seca e nem enche, como é que a gente pode viver? Não pode. Eu estou dando graças a Deus porque agora, como eu sou associado à colônia lá de Gaibú (Colônia de pescadores Z8), todo mês eles mandam a feira, mas esse mês mesmo a feira ainda não chegou, não veio, fazer o que?! (no início) As dragagens eram do prédio da receita, lá da frente pra trás, para a Petrobrás, pra lá, foi tudo de areia daqui, tirada daqui desse rio aqui (Tatuoca), para a refinaria, o aterro de areia da refinaria, foi tirado daí […] vai tirando aquela terra e vai piorando. Agora, o pior é que se eles fizessem dragagem para tirar essa areia e não tivessem tapado o rio[6] a situação era outra, porque a água entrava, mesmo com a dragagem, quando a água entrava, agente ia bem. Com o rio aberto o peixe entrava e descia, o camarão entrava e descia, o siri ficava no mangue. Agora tudo secou, como é que mato, capim açu dá em mangue? Eu vou lhe mostrar aqui, tirou a água do mangue, deu nisso. As ostras aí, só tem as cascas, tudo morta, porque a água esquenta, a maré não enche e nem seca, porque mangue é o que: a mare entra, enche e seca, que é para manter vivo os crustáceos, mas tudo seco, tudo tapado, como é que vai criar os crustáceos? Não pode, não tem condições, e mais, tem o desmatamento dos mangues, estão acabando com os mangues. […] Acabaram com o mangue, acabaram com a mata, ali mesmo, era derrubando a mata e os saguis caindo dentro do rio, tudo por conta dos empreendimentos." (Entrevistado A, em 11/12/2012).

A fala do entrevistado A é reforçada pelo depoimento do Presidente da Colônia de Pescadores Z-8, a respeito da diminuição da quantidade de pescados desde a implantação do CIPS na área:

> "De 20 a 15 anos atrás, agente pescava bem que você, se oferecessem 2 (dois) salários mínimos a gente não queria (sair da pescaria para trabalhar). Hoje a turma está saindo (da pesca) por um. A queda do pescado ela foi em torno de 70 a 80%." (Entrevistado B, em 25/01/2013)

Em janeiro de 2012 foi publicada matéria no Jornal do Commercio noticiando que colônia de pescadores do Cabo de Santo Agostinho denunciou à Comissão de Direitos Humanos da ONU o descaso das autoridades locais com os danos ambientais pela implantação de grandes empreendimentos no Complexo de Suape[7]. Em setembro de 2013 no Diário de Pernambuco foi noticiado que

6 O entrevistado A refere-se ao dique construído para o acesso ao Estaleiro Atlântico Sul.

7 Nacionalmente comunidades de pescadores se organizaram em campanha pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras.

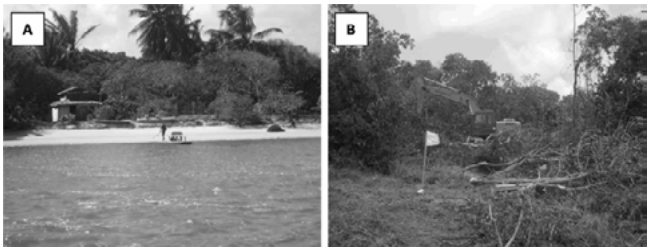
Suape foi multada pela Agência Pernambucana de Meio Ambiente por danos ambientais que estariam afetando espécies da fauna relacionadas aos recifes.

Com base nas intervenções que geraram grandes impactos socioambientais, e nas falas dos entrevistados, foi elaborada um quadro sintetizando as intervenções e os impactos socioambientais derivados das mesmas.

Quadro 2 – Intervenções mais impactantes e impactos socioambientais associados.

ANO: INTERVENÇÃO/ ACONTECMENTO	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
1977: Início de desapropriação das primeiras terras, que viriam a totalizar os 13.500 hectares atuais.	- Retirada de parte da população do local de onde garantiam fonte de renda e sobrevivência; - Não pagamento correto das indenizações; - Não cumprimento da transferência de moradores para moradia em outras áreas.
1979: Dragagem do istmo de Cocaia formando a ilha de Cocaia;	- Alteração no fluxo das aguas provenientes do Rio Tatuoca (em sua foz); - Impactos diretos sobre a pesca no estuário do Rio Tatuoca (depoimento do entrevistado A).
1979: Aterro do trecho entre o arrecife e o continente, bloqueando a foz do Ipojuca para construção do Parque de Tancagem;	- Bloqueio da foz do Rio Ipojuca, alterando toda a dinâmica do fluxo de água do referido rio. -Impacto direto sobre organismos aquáticos que se utilizavam da foz do Rio Ipojuca para reprodução. - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
1982 – 2013. Implantação de rodovias e ferrovias (atividades que vem se desenvolvendo até os dias atuais).	- Supressão e aterramento de grandes áreas de mangue e restinga presentes na área de abrangência do CIPS. - Impactos diretos sobre a fauna e flora local.
1996 e 1997: Início das obras de dragagem e abertura do cordão de arrecifes; Abertura de 300m na linha de arrecifes para permitir acesso aos futuros cais internos a serem construídas nas fozes dos rios Tatuoca e Massangana;	- Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Alteração no fluxo e padrão de escoamento da água na foz dos rios Massangana e Tatuoca, ao criar um segundo local para saída da água proveniente desses rios; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
1997: Dragagens dos canais e bacias de navegação; Abertura do canal de navegação – Tatuoca;	- Aumento da turbidez da água no estuário dos rios Massangana e Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de pescados.
2005: Estaleiro Atlântico Sul (acesso provisório por meio de enrocamento).	- Supressão de manguezal para implantação do estaleiro. - Barramento direto no rio Tatuoca, sendo o escoamento da água, atualmente, feito por meio de tubulações. - Alteração no movimento das marés e interação da mesma com o rio Tatuoca; - Impactos diretos sobre a disponibilidade de peixes e crustáceos. - Prejuízo as atividades produtivas tradicionais dos habitantes da ilha de Tatuoca (pesca artesanal, captura do camarão, do caranguejo, da ostra, etc.) (SILVEIRA, 2010).
2011: Início da Dragagem para implantação do Estaleiro Promar.	- Aumento da turbidez da água dos rios Massangana e Tatuoca (Figura 7 A); - Supressão de manguezal e restinga na área (Figura 7 B); -Abertura de uma bacia de manobras para os navios construídos no futuro estaleiro, alterando o padrão de circulação da água no local; - Impactos sobre a disponibilidade de pescados na área; - Impactos sobre o fluxo de turistas no bar do "biu", localizado na ilha de Tatuoca, próximo ao local da dragagem.
2012-2014: Dragagem do Canal de Acesso Externo	- Disposição do material dragado em bota fora oceânico, aumentando turbidez; -Aumento da turbidez da água na área de dragagem.

Figura 7. A - Água com turbidez mais elevada e barco de pesca ao fundo, no rio. Tatuoca; B – Supressão de restinga para dragagem da bacia de manobras do Estaleiro Promar



Fonte: Foto do Autor. Data: 19/09/2012.

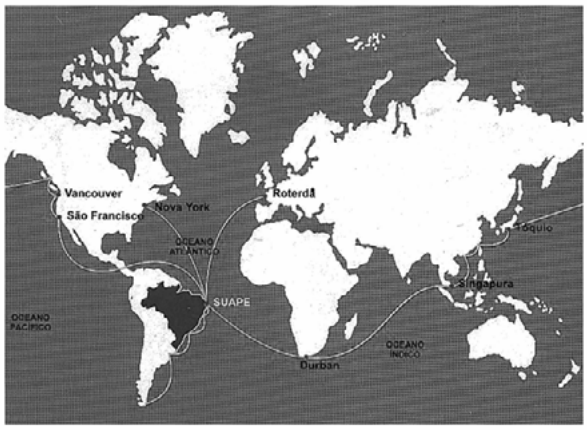
O CIPS está localizado na região Nordeste do Brasil, no Estado de Pernambuco, em áreas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, pertencentes à Mesorregião Metropolitana do Recife (RMR). Situado a aproximadamente 40 km de distância do Recife, o CIPS se estende por 13.500 ha. São considerados municípios diretamente influenciados pelo CIPS, os municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Sirinhaém e Ribeirão (Pires Advogados e Consultores, 2000; Barros e Silveira, 2010). A Figura 8 mostra uma visão aérea do CIPS.

Figura 8. Vista aérea do CIPS, evidenciando porto externo e Porto Interno.

Fonte: Disponível em: <http://portuariape.blogspot.com.br/p/complexo-industrial-portuario-de-suape.html>. Acesso em: 02/03/2012.

Nos últimos anos, o CIPS vem assumindo destaque como um polo de desenvolvimento econômico e como espaço estratégico no tocante a instalação de grandes empreendimentos dos mais variados segmentos em sua área, bem como no seu entorno – Refinaria Abreu e Lima (Ipojuca-PE), Estaleiro Atlântico Sul (Ipojuca-PE), Estaleiro Promar (Ipojuca-PE), Petroquímica Suape (Ipojuca-PE) – (SUAPE, 2009). Grande parte dessa vantagem se deve a sua localização estratégia em relação às principais rotas comerciais marítimas, como mostra a Figura 9 (Pires Advogados e Consultores, 2000).

Figura 9. Localização estratégica de Suape.

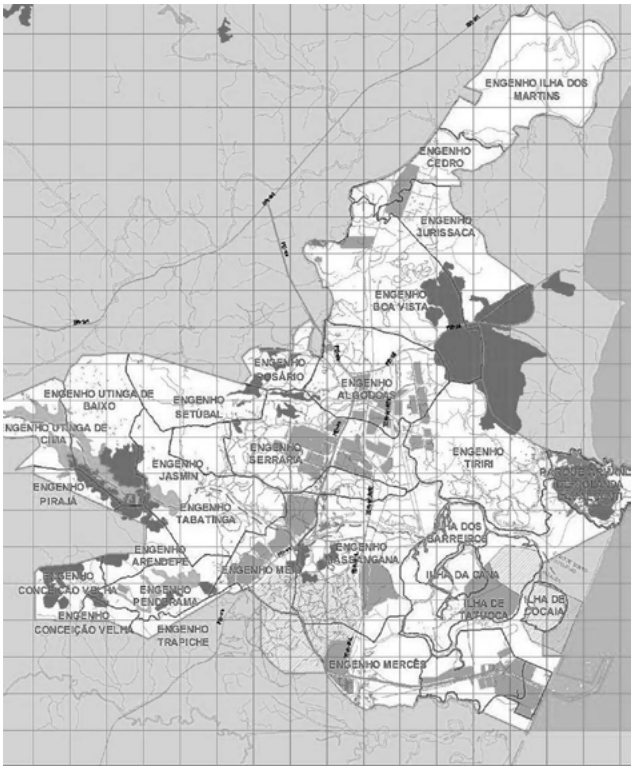


Fonte: Empresa SUAPE (apud ALMEIDA, 2003).

Os variados empreendimentos instalados e em processo de instalação no CIPS atuam como forte atrativo demográfico para os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PE), assim como nos municípios localizados no entorno do Complexo, tais como, Moreno, Escada, Sirinhaém, Jaboatão dos Guararapes e Ribeirão (PE). Ultimamente tem-se observado um crescimento urbano acelerado e desorganizado comprometendo a qualidade de vida nessas localidades (Master Eco-Pólis, 2009; Planave S.A. & Projetec, 2009).

Como foi relatado anteriormente no histórico da ocupação de Suape, antigamente a área era repleta de engenhos de cana-de-açúcar. A delimitação de tais engenhos foi utilizada para demarcar a localização das áreas ocupadas após a consolidação do CIPS (Planave S.A. & Projetec, 2010). Assim estão delimitados 27 (vinte e sete) engenhos inseridos dentro da área de abrangência do CIPS como mostra a Figura 10, muitos desses ainda mantém sua tradição nas atividades de pesca (Figura 11), agricultura e coleta de frutas, e são afetados pelos impactos provenientes das atividades do porto, como foi mostrado ao longo deste artigo.

Figura 10. Delimitação das comunidades presentes no território do CIPS – PE.



Fonte: Consórcio Planave S.A & Projetec, 2010.

Figura 11. Pescador na área do estuário dos rios Massangana e Tatuoca.

Fonte: Foto do Autor. Data: Abril/2013.

É importante destacar que muitos moradores (especialmente os mais jovens) estão abandonando suas atividades tradicionais para buscar trabalho assalariado em empresas do porto e próximas (Silveira, 2010). Tal situação é evidenciada na fala do entrevistado A.

> "Hoje o pessoal não quer saber mais de pesca. Não quer porque não tem. Eu mesmo digo aos meus filhos: olhe meu filho, fazer pescaria para comer, faz […], agora viver de pescaria, saia logo para não acabar que nem eu, morrendo de fome, passando necessidade […] Meu menino mesmo trabalha no estaleiro, entrou como peão, hoje é encarregado e sustenta a família" (Entrevistado A, 11/12/2012).

Fica claro na fala do entrevistado A que a opção pelo emprego assalariado em empresas do porto muitas vezes é apoiada pelos pais e familiares, com o argumento de que a pescaria na região (nos dias atuais) não garante o sustento da família. Tal fato decorre dos impactos

trazidos à região, desde a implantação do CIPS na década de 1970, especialmente os que interferiram diretamente nos corpos d'água (rios e mar aberto) e refletiram na disponibilidade de pescados e organismos que serviam e ainda servem de sustento para famílias da área.

Considerações Finais

O discurso do desenvolvimento (econômico) pregado e colocado em prática desde os estudos para a implantação do CIPS e ainda vigente nas ações que ocorrem na área atualmente, é pautado exclusivamente no crescimento econômico, deixando de lado as questões sociais e ambientais. Lisboa (2004) afirma que o crescimento econômico não põe as mudanças sociais em primeiro plano, e este se faz com custos altos e resultados não equitativos para a população e nações.

Cavalcanti (2006) incorpora aspectos ambientais em sua crítica ao modelo de desenvolvimento atual (praticado no CIPS) ao afirmar que esse modelo não contempla os recursos do ecossistema. Ele cita um mecanismo que economistas adotam em seu raciocínio, definido como "função de produção", que omite completamente o insumo natureza. Assim, tem se que iniciativas para promoção do desenvolvimento econômico a todo custo causem uma destruição cega sobre o patrimônio natural e social. O caso do Complexo Industrial Portuário de Suape evidencia isso com muita clareza.

Sérias objeções foram feitas (Cavalcanti et al 1978) desde que o projeto de um "complexo industrial portuário" foi anunciado para a área de Suape, na década de1970, porém, as mesmas foram "ignoradas" e o projeto foi colocado em prática, trazendo sucessivos impactos socioambientais até os dias atuais, com destaque para os rebatimentos desses impactos sobretudo sobre os antigos moradores (muitos ainda ocupam o local) da área em que hoje está inserido o CIPS (remanescentes de antigos engenhos de cana) e pescadores que habitam áreas do entorno, notadamente os pescadores das Praias do município do Cabo de Santo Agostinho.

Referências

Almeida, L. P. 2003. **Análise da Efetividade dos Estudos Ambientais: o Caso do Complexo Industrial Portuário de Suape.** Universidade Federal de Pernambuco Programa de Pós Graduação do Departamento de Engenharia Civil. (Dissertação).

Altvater, E. 1995. **O preço da riqueza.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Alvez, J. ; Thomaz Junior, A. 2012. Agrocombustível, trabalho e território no Estado do Acre. **Revista OKARA:** Geografia em debate, João Pessoa, v.6, n.1, p. 141-162, 2012.

Barros, A. P. de; Silveira, K. A. 2010 A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área de Suape, Pernambuco – Brasil. *In:* **Cadernos CERU**, série 2, v. 21, n. 1, p.163-179.

Britto - Pereira, M.C. de. 2005. Desenvolvimento e Meio Ambiente – o todo é maior que a soma das partes. **Revistas Plurais**, Universidade Estadual de Goiás, v.1, n.2, p.265-272.

Cavalcanti, C. 2008. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. **Anais...** Brasília.

Consórico Eicomnor Projetec Concremat. 2011. **Relatório de Acompanhamento: prestação de serviços técnicos especializados para a fiscalização da obra de dragagem do canal de acesso externo do Porto organizado de Suape/PE.**

Consórcio Planave Projetec. 2009. **Relatório Temático: Gestão Territorial, Aspectos Sociais, Aspectos Habitacionais e Patrimônio Histórico.** Versão Preliminar. Complexo Industrial Portuário de Suape.

Consórcio Planave Projetec. 2010. **Diagnóstico Situacional – Desenvolvimento Social, 2010.** Complexo Industrial Portuário de Suape.

Diegues, A. C. 1996. **O mito moderno da natureza intocada.** Hucitec, 3ed.

Eicomnor Engenharia**.** 2008. **Projeto Básico de Dragagem do Canal de Acesso.**

Lisboa, J. 2004. O discurso do desenvolvimento do/no capitalismo: *à* propósito da tese marxista. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano VI, n.10, p.65-75, jul.

Master Eco-Pólis. 2009. **SUAPE Global / SUAPE Local:** O caminho sinuoso do desenvolvimento integrado. Universidad di Ferrara.

Oceanário, Instituto. 2009. **Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de PE.** Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco.

Pires Advogados & Consultoria. 2000. **Estudo de Impacto Ambiental da modernização e ampliação do Complexo Industrial Portuário de Suape**.

Prado Junior, C. 1907 - 1990. 2008. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense.

Silveira, K. A. 2010. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Orientadora: GEHLEN, Vitória. Recife (Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Desenvolvimento e Meio Ambiente).

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a12

La pesca artesanal en Playa San Juan y Garachico: notas etnográficas sobre los conflictos sociales en un proyecto de conservación marina

Karyn N. R. Henriques[1] ; Alfonso M. García Hernández[2] & Rodrigo Riera[3]

[1] PhD / Universidad de La Laguna – Tenerife / Canarias. E-mail khenri@gmail.com
[2] Antropólogo y Professor Titular / Universidad de La Laguna – Tenerife / Canarias. E-mail: almigar@ull.edu.es
[3] PhD ecology marine – pesquisador em conservação de áreas protegidas marinhas CIMA SL. E-mail: rodrigo@cimacanarias.com

Recebido em 05 de novembro de 2015. Aceito em 30 de março de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumen – Este artículo busca comprender la intensificación de los conflictos sociales en la pesca artesanal desarrollada donde se proyecta una Reserva Marina. El conocimiento de la realidad de los pescadores y sus familias en Playa San Juan y Garachico, muestra la continuidad de la pesca artesanal frente a importantes desafíos, especialmente debido a la presión urbana sobre la costa y la crisis por la creciente escasez de recursos. El relevo generacional de las cofradías en ambas localidades, se mantiene en descenso en comparación con las décadas anteriores. Entre tanto, los pescadores persisten y reafirman su identidad profesional y cultural, debido a su resiliencia ante la intensificación de disputas que engendran las relaciones sociales, políticas y económicas del contexto en el que viven. La investigación etnográfica utiliza una metodología de análisis de datos cualitativa, donde se procura interpretar las perspectivas emic, a través de la contextualización comprensiva de las narrativas, situaciones sociales y problemáticas subjetivadas por los agentes de la investigación (Geertz 2004). Se emplea la observación participante, combinada con investigación bibliográfica y documental. Los resultados de esta investigación en el campo de la Antropología marítima (Alegret 1989), indican que el consenso es fruto de la negociación sistemática, necesaria para que los procesos de toma de decisión dejen de ser fuentes de conflicto, vistos como amenaza o privilegio, a forjarse como vía para la sostenibilidad ambiental y cultural comprometida con la mejora de la cualidad de vida local.

Palabras Clave: *Antropología marítima, Pesca artesanal, Conflictos Socioambientales, Áreas Marinas Protegidas, Participación social*

Artisanal fisheries in Playa San Juan and Garachico: ethnographic notes on the social conflicts in a marine conservation project.

Abstract – This article seeks to understand the intensification of social conflicts in artisanal fisheries developed in the maritime space where projects a Marine Reserve. The knowledge of the reality of the fishermen and their families in Playa San Juan and Garachico, Tenerife, Canary Islands, shows that the continuity of artisanal fisheries face significant challenges, especially due to urban pressure on the coast and the crisis by the increasing scarcity of resources. The generational relief of the fishermen organization in both localities, remains in decline compared to previous decades. Meanwhile, fishermen persist and reaffirm their professional and cultural identity, due to its resilience to intensifying disputes that engender social, political and economic relations and the context in which they live. Ethnographic research uses a methodology of qualitative data analysis, which seeks to interpret the emic perspectives, through comprehensive contextualization of narrative, social situations and problems objectified by research actors (Geertz 2004). Participant observation, combined with bibliographical and documentary research is used. The results of this research in the field of maritime Anthropology (Alegret 1989) indicate that consensus is the result of systematic negotiation, necessary for decision-making processes are no longer sources of conflict, to form as a means of environmental and cultural sustainability committed to improving the quality of local life.

Key Words: *Maritime Anthropology, Artisanal fisheries, Social and environmental conflicts, Marine Protect Areas, Social participation*

A pesca artesanal em Playa San Juan e Garachico: notas etnográficas sobre os conflitos sociais em um projeto de conservação marinha.

Resumo – Este artigo busca compreender a intensificação dos conflitos sociais na pesca artesanal desenvolvida no espaço marítimo onde se projeta uma Reserva Marinha de Interesse Pesqueiro. O conhecimento da realidade social dos pescadores artesanais e suas famílias em Playa San Juan e Garachico, mostra que a continuidade da pesca artesanal se enfrenta a importantes desafios para subsistir, especialmente devido à pressão urbana sobre a costa e a crise das pescas pela crescente escassez de recursos. O relevo geracional das colônias de pescadores em ambas localidades, se mantêm em descenso em comparação com as décadas anteriores. Entretanto, os grupos de pescadores persistem e reafirmam sua identidade profissional e cultural, devido a sua resiliência diante do surgimento de disputas que engendram as relações sociais, políticas e econômicas do contexto no qual estão inseridos. A pesquisa etnográfica utiliza uma metodologia de análise de dados qualitativa, na qual procura-se interpretar as perspectivas emic, através da contextualização compreensiva das narrativas, situações sociais e problemáticas subjetivadas pelos agentes da investigação (Geertz 2004). Emprega-se a observação participante, combinada com pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados desta pesquisa no campo da Antropologia marítima (Alegret 1989), indicam que o consenso é fruto da negociação sistemática, necessária para que os processos de tomada de decisão deixem de ser fontes de conflito, vistos como ameaça ou privilégio, a forjar-se como via para a sustentabilidade ambiental e cultural comprometida com a melhora da qualidade de vida para residentes e visitantes.

Palavras-Chave: *Antropologia marítima, Pesca artesanal, Conflitos socioambientais, Áreas Marinhas Protegidas, Participação social*

Introducción

En los próximos apartados daremos a conocer las especificidades de dos grupos de poblaciones de pescadores artesanales de la isla de Tenerife, potencialmente afectados por un proyecto de creación de Reserva Marina de Interés Pesquero (RMIP) en el medio marítimo donde trabajan. Tales grupos de poblaciones se organizan en Cofradías de Pescadores que son las de San Roque e Isla Baja, en Garachico; y Nuestra Señora de la Luz, en Playa San Juan. Estos colectivos sociales presentan diferencias y similitudes en aspectos de orden ecológico, geográfico, sociocultural, demográfico, económico y político intrínsecos a cada localidad. En ese sentido, dichas cofradías distan en cuanto a la organización de los procesos de trabajo y las relaciones de producción, número de asociados y de unidades productivas, uso de técnicas de captura y tecnologías disponibles por la flota, infraestructuras propias y portuarias, cuotas asignadas para determinadas especies y volumen de capturas desembarcadas, dinamismo y organización de las relaciones comerciales, condiciones climatológicas y características de los fondos marinos, vientos, corrientes y especies objetivo, entre otros. Pero comparten problemas similares internos del sector pesquero artesanal español, relacionados con la ausencia de una política de gestión de recursos pesqueros eficaz, integrada y compatible con el logro de los objetivos establecidos en la estrategia de Gestión Integrada de Zonas Costeras de la UE (Comisión de las Comunidades Europeas, 2000).

La conciencia de la relevancia del análisis de la situación actual de los grupos de poblaciones del área de influencia de un proyecto de orden ecológico, como en este caso, con antelación a su posible

implementación, motiva la contribución de esta investigación de carácter social. En la mayoría de los casos de implementación de RRMMIP del Estado español, no se presta la debida consideración en sus procesos de pre-implementación, a los principios de gobernanza como la inclusividad, la información, la transparencia, la comprensibilidad o la representatividad, por citar algunos ejemplos. Sin mencionar la omisión de la "dimensión social" de las reservas marinas (Mascia, 2004) en la que se toma en cuenta el análisis de las variables sociales en su planificación, que incluyen la dimensión política (la organización de las instituciones locales), económica (la importancia del espacio para la labor de los usuarios), cultural (la relación de los usos del espacio con los modos de vida local) y simbólica (el modo en que afecta a las prácticas tradicionales de la gente).

En España, todavía existen reticencias que no permiten superar los tradicionales modelos de gestión de la pesca fundamentados en análisis derivados de las ciencias naturales y económicas, que siguen priorizando los aspectos economicistas (rendimiento, producción), los biológicos y ecológicos (biomasa, stocks pesqueros, etc.) (Alegret, 2002). El carácter aplicado de las investigaciones sociales en la elaboración e implementación de políticas ambientales y pesqueras es marginal, con un desarrollo casi testimonial comparado con el papel que ocupan otras ciencias humanas, naturales y marinas en ese campo de estudios y actuación (Montalvo y Silva Vallejo, 2009; Barragán et al., 2011). El debate científico entablado por investigadores sociales, contribuye a que se imponga un cambio en las formas de intervención basadas en los modelos tecnocráticos e instrumentos de las agencias de investigación adscritas al Estado o Comunidades Autónomas, consultorías privadas, etc. Se reclama la participación de las poblaciones de pescadores y la integración de saberes científico y tradicional en los sistemas de gestión de recursos (Florido del Corral, 2008). La fase de pre-implementación de un proyecto o "step zero", como prefieren algunos autores (Chuenpagdee, 2007), es clave para reorientar las acciones de gobierno en los asuntos pesqueros a través de valores y principios de gobernanza (Commission of the European Communities, 2001; Kooiman 2002; Bavinck et al., 2005; Cerrillo, 2005; Garcia, 2007), dirigidos a la redistribución de beneficios sociales.

Se ha demostrado que la efectividad de las pesquerías de múltiples especies, incluyendo tanto las más territoriales como las migratorias, depende de la comprensión de las particularidades de cada lugar a la luz de los objetivos propuestos, el estado de sus ecosistemas y el conjunto de poblaciones humanas que en el actúan (Hilborn et al., 2004). El caso de estudio que se presenta es ejemplar por corroborar el supuesto de que las Áreas Marinas Protegidas (AMPs) son establecidas para alcanzar distintos fines (Jentoft, 2011). Dichos proyectos pueden sostener tantos significados como grupos de interés los puedan interpretar. Independientemente de la forma de comunicar sus propuestas de creación, clara o implícitamente, las AMPs pueden estar en desacuerdo con lo esperado por los distintos colectivos sociales. Los conflictos de interés que emergen entre los grupos de afectados o potencialmente implicados pueden ser uno de los factores que contribuyen para prolongar el proceso de puesta en marcha del área en cuestión, incluyendo su inviabilidad.

En el contexto de los escenarios marcados por los mercados mundiales, hay cada vez más consenso sobre la necesidad de compartir la toma de decisiones para la resolución de posibles conflictos en torno a la solución de un problema, como la gestión de recursos pesqueros. La inminencia de creación de un espacio protegido produce expectativas que pueden manifestarse de modos diversos entre las poblaciones del área de influencia. Para los sectores supeditados al turismo, por ejemplo, probablemente exista la esperanza de que la futura AMP sirva de reclamo para el incremento de visitantes en la zona y favorezca el desarrollo económico del sector. Por el contrario, para los sectores de la pesca de recreo y/o deportiva puede significar un conjunto de restricciones o prohibiciones en cuanto a la continuidad de sus prácticas, aparte de repercusiones negativas para el progreso y/o continuidad del mercado relacionado con el comercio de productos náuticos. Según Amorim (2008), los conflictos intra e intersectoriales en el establecimiento de las relaciones sociales entre los grupos de usuarios de las zonas costeras se intensifican debido a los procesos de "litoralización" en todo el mundo, con ritmos e intensidades variados. La autora utiliza el término para referirse a los procesos de representaciones mentales y resignificación de los usos del mar forjado a lo largo de cada periodo histórico-cultural. En la actualidad, y en ritmo ascendiente, se observa la ocupación de la zona litoral asociada al aprovechamiento económico de los recursos marinos, incluyendo el turismo, la acuicultura, el tráfico marítimo comercial, la extracción de petróleo, etc.

De otra parte, hay que tener muy en cuenta la importancia de relativizar la eficacia de las AMPs, llevándonos a cuestionar para quiénes son realmente efectivas. La distribución equitativa de costes y beneficios a corto y largo plazo entre las poblaciones y sectores económicos locales debe ser analizada en profundidad. El mayor peso de los costes iniciales del AMP recae con frecuencia en las poblaciones de pescadores artesanales debido a la institucionalización de nuevas limitaciones y restricciones. Sin embargo, a largo plazo, no hay garantías de que sea este colectivo el mayor beneficiario, si no quizás en algún caso, grupos económicos que explotan el potencial de los recursos naturales y del paisaje para la recreación y actividades relacionadas con el turismo (Hilborn et al., 2004). Aunque se puede destacar contextos muy positivos en los cuales la implementación de un AMP puede incluso contribuir para la "acción colectiva" (Wade 1992, 1987; Mitchell 1999; Gibson et al., 2000;), como es el caso de las RRMMIP de Lira y Cedeira, en Galicia (Jentoft et al., 2012).

Por lo expuesto hasta aquí, se debe entender que los objetivos de las AMPs no deben ser tomados como beneficiosos de antemano, sino que han de ser minuciosamente examinados desde su concepción y fases de desarrollo para entender a qué intereses efectivamente están respondiendo (Jentoft, 2011). Máxime cuando las cuestiones sociales son, en la mayoría de los casos, ignoradas. Hay de tener en cuenta la posibilidad de que se generen o incrementen "conflictos socioambientales" (Bruno, 2004) cuando las poblaciones locales no son implicadas en el diseño y el riesgo que esto puede suponer para los objetivos de la conservación. De acuerdo con la tipología de conflictos planteada por Hartmann (2001) y presentada por Bruno (2004), esta investigación presenta dos tipos de conflictos discutidos posteriormente:

- Conflictos relativos al uso y a la gestión de los recursos pesqueros – competencia entre grupos de pescadores por el recurso pesquero, pudiendo ser entre pescadores locales o "foráneos", pesca para subsistencia o para la venta, introducción de pertrechos tecnológicos en las artes de pesca, incumplimiento de la legislación sobre pertrechos, locales y épocas de pesca.

- Conflictos relativos a proyectos de desarrollo – competencia entre pescadores y miembros de otros sectores económicos por el aprovechamiento del área principalmente por deportes náuticos, zonificación, entre otros.

El universo de la investigación

Este estudio empieza con la participación en diferentes proyectos de investigación llevados a cabo en el marco de los programas de doctorado: "Historia, territorio y cultura: perspectivas teóricas y metodologías de la investigación" y "Desarrollo Regional, formación y empleo" de la Universidad de La Laguna (ULL). El primer contacto con los pescadores artesanales de las áreas de influencia de dos proyectos de RRMMIP en Tenerife fue en 2006, en la ocasión de una iniciativa inédita del Cabildo Insular en estudiar desde una perspectiva de Antropología aplicada, la viabilidad de las propuestas a partir de la matización de su diseño institucional.

Desde entonces, con el desarrollo de trabajos de campo posteriores, con periodicidad anual, se realiza un seguimiento pormenorizado de la tendencia de la flota en ambas áreas de estudio, Playa San Juan y Garachico, hasta culminar con la presente investigación resultante de la Tesis doctoral (Rodrigues Henriques, 2013). Se ha optado por contemplar en la investigación únicamente uno de los proyectos de RMIP, en Punta de Teno, debido a la mejor aceptación social que ha tenido en comparación al otro proyecto propuesto, en la Punta de Anaga, en ocasiones rechazado durante las reuniones informativas sobre los mismos (Rodrigues Henriques, 2013). La principal razón para el rechazo inicial por parte de algunos pescadores al proyecto, se debe a la restricción de uso de ciertas artes de pesca en el interior de las áreas de RMIP, especialmente las nasas de pescado. Rechazo que debe ser entendido en un contexto de temor hacia posibles limitaciones que pudieran afectar a las unidades productivas en el futuro; y, sobre todo, la desconfianza hacía las iniciativas de la Administración insular, entre otras cosas, debido a la escasa operatividad de vigilancia contra el furtivismo en la zona.

El problema del furtivismo en el sector pesquero artesanal, ejercido por submarinistas, pescadores recreativos y mariscadores no habilitados para la práctica de manera profesional, no tiene solamente que ver con la competencia que éstos ejercen por los recursos de interés pesquero. Sino, que además compiten con la distribución del producto de la pesca en los mercados locales, para lo que no están legalmente autorizados. En ese contexto, los pescadores artesanales se encuentran en una clara posición de desventaja, dado que el número de licencias de pesca recreativa es muy superior a la cantidad de pescadores profesionales en activo. Y, especialmente, porque sus organizaciones no se encuentran suficientemente empoderadas para hacer frente al problema. Ellos se sienten impotentes ante esa situación de difícil solución y les parece injusto que tengan que enfrentarse a las dificultades para mantenerse en el sector abonando las cuotas de la Seguridad Social como autónomos de la mar, haciendo frente a todos los gastos que conlleva la actividad y la formación continua. Mientras muchos pescadores recreativos que no se dedican de manera profesional al oficio, normalmente poseen otras labores en tierra, desarrollan la pesca de manera ilegal, excediendo el volumen de capturas permitido, suministrando productos de la pesca en los mercados locales o ambos.

En tal sentido, los pescadores artesanales de los cuales hablamos aquí, así como sus esposas o compañeras del área de influencia del proyecto de RMIP en Punta de Teno, son los principales protagonistas de la investigación. Cabe destacar el papel relevante de los Patrones mayores de ambas cofradías estudiadas para la obtención de información actualizada sobre el funcionamiento de las organizaciones, las dificultades encontradas y los posibles conflictos internos, así como el grado de implicación de sus miembros, entre otros aspectos. La investigación empírica junto con los pescadores ha sido intensa, a pie de muelle tras su llegada a puerto, con el afán de acompañar los logros de la jornada de trabajo, el desarrollo de la actividad pesquera tales como los papeles desempeñados en el barco, las áreas de pesca, las especies objetivo, las técnicas empleadas, la organización de la producción, la comercialización, la participación en el sistema de primera venta, el sistema a la parte, los factores que influyen en la actividad, cursos realizados, valoraciones sobre la actividad en el pasado, presente y futuro, el estado de los ecosistemas y los proyectos ambientales propuestos. Las mujeres de los pescadores y antiguas vendedoras de pescado también han sido tenidas muy en cuenta con el objetivo de superar el hueco epistemológico en los estudios de la pesca en Antropología, donde con frecuencia se obvia la labor absolutamente esencial de las mujeres para el sostenimiento de sus familias, la manutención y diversificación económica en el seno de algunas unidades domésticas de pescadores (Cabrera Socorro, 2003).

Playa San Juan: antecedentes contextuales

El municipio de Guía de Isora, donde se ubica Playa San Juan, es uno de los cinco municipios más grandes en extensión de la isla de Tenerife, con 143,43 Km^2 y más de 15 Km de costa, con 21.323 habitantes (hasta 18 de noviembre de 2011). Playa San Juan es uno de los núcleos poblacionales más importantes de la zona litoral isorano en términos de infraestructuras, número de habitantes (alrededor de 5 mil) y desarrollo de actividades económicas. Alberga una de las dotaciones portuarias más importantes de la isla y estratégicas para la (des)carga de los barcos pesqueros de mayor tonelaje de Canarias. Se encuentra situada en la desembocadura del barranco de Guía, en una bahía condicionalmente protegida de los vientos predominantes, los alisios. Ese refugio donde se ubica actualmente el puerto pesquero de la flota de la Cofradía de Pescadores Nuestra Señora de la Luz, ha cobrado un papel relevante para el tráfico de cabotaje (mercancías, ganado, pasajeros) durante más de cuatro siglos (Mesa, 2003). Los asentamientos de carácter estable en las costas isoranas son tardías, debido al miedo a la proximidad de la costa por los constantes saqueos, robos y raptos por parte de piratas. Y, de otra parte, la escasez de agua y la improductividad de las tierras para las gentes que vivían del mar. La instalación de fábricas de salazón a partir de 1838, y posteriormente, en 1924, el establecimiento de una industria conservera, impulsaron el sostenimiento económico y social del pueblo (Mesa, 2003).

La Cofradía de Pescadores Nuestra Señora de la Luz fue fundada a finales de los años 70 junto al muelle de Alcalá, en el municipio isorano. La flota pesquera asociada a esta cofradía se distribuía entre tres puertos diferentes y refugios de fondeo y varada, en Playa de Alcalá, Puerto Santiago y Playa San Juan. La sede de la cofradía se mantuvo en esa localidad hasta finales de 2010 cuando fue trasladada al puerto de Playa San Juan, tras las obras de construcción de un nuevo local para la sede de la organización por la Viceconsejería de Pesca y Aguas del Gobierno de Canarias. Actualmente la totalidad de la flota pesquera de bajura, cerco y altura se encuentran en el puerto pesquero de Playa San Juan, aunque los cofrades frecuentan las antiguas instalaciones del muelle de Alcalá, donde se mantienen los cuartos de pertrechos y, en ocasiones se realizan determinadas labores relacionadas con el arreglo o confección de artes y pintura de los barcos.

El borde costero isorano comprende la Zona Especial de Conservación (ZEC) de la franja marina Punta de Teno a Punta de Rasca, litoral suroeste de la isla. Esa franja marina destaca por la relevancia de algunos ejemplares de la flora y fauna marinas identificadas a escala europea para la conservación de la biodiversidad en Europa (Magrama, 2010). La multiplicidad de usos en esa zona eminentemente turística, donde se desarrollan actividades de pesca artesanal y recreativa, buceo y actividades náuticas, acuicultura, avistamiento de cetáceos y tránsito marítimo, fundamentalmente,

lleva a la administración regional en materia de pesca – Viceconsejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Aguas del Gobierno de Canarias – a encargar en 2005 un estudio para la formulación de un plan de gestión para la zona. A pesar de que en ese documento se hiciera hincapié en la fragilidad de los ecosistemas marinos frente a la intensidad de usos y afecciones acaecidas en esa franja litoral (turismo, acuicultura, avistamiento cetáceos, pesca artesanal y recreativa, tráfico de pasajeros) y se recomendara un marco normativo legal que respaldase las determinaciones de ordenación integrada (Falcón y Carrillo 2005). Finalmente, en 2011, se ha aprobado, mediante la Orden ARM/2417/2011, de 30 de agosto (BOE 221, de 14 de septiembre), las respectivas medidas de conservación para esta ZEC de Canarias en líneas muy generales, un Plan de Gestión muy poco desarrollado tanto en términos de contenido como de procedimientos, gestión y seguimiento.

Paradójicamente, entre los objetivos del Plan de Puertos de Canarias, se plantea un puerto en el núcleo costero cercano a Playa San Juan, con capacidad para 450 plazas de atraque y espacio para cruceros, una dársena pesquera y otra comercial para el atraque de 4 ferries que comuniquen las islas occidentales con Tenerife. El Estudio de Impacto Ambiental firmado por un biólogo, identifica posibles impactos "poco significativos al medio marino debido a una pobreza ecosistémica acusada", susceptibles de ser rectificados mediante algunas medidas. La declaración de impacto ambiental favorable depende de la Comisión de Ordenación del Territorio y Medio Ambiente, que debe recibir también el visto bueno del Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente para la ocupación del dominio público. Destaca en la publicidad de los avances del proyecto en los periódicos locales que desde la Dirección General de Puertos, la Consejería de Obras Públicas y Transporte del Gobierno de Canarias y el Ayuntamiento de Guía de Isora, se plantea como una obra de indudable interés estratégico para el desarrollo regional y local. Cuando no se prevé ninguna fase de consulta y participación ciudadana sobre su avance, a la vez que la sociedad civil ya empieza a manifestarse a través de las mismas vías de difusión en contra del proyecto, argumentando los intereses puramente políticos y económicos a los que parece responder[1].

Garachico: antecedentes contextuales

Garachico es uno de los municipios integrantes de la Comarca de Isla Baja, que se sitúa en el Noroeste de Tenerife. La población del municipio en 2012 reúne 5.090 habitantes (ISTAC), distribuidos en ocho núcleos poblacionales. La mayor parte de la población residente se concentra en la zona costera. A la entrada del pueblo de Garachico se encuentra el nuevo puerto deportivo y pesquero promovido desde el área de puertos de la Consejería de Obras Públicas, Vivienda y Aguas (BOC nº 108, de 12 de agosto de 2002), que a la vez se integra en el Avance del Plan Territorial de Ordenación de Puertos e Instalaciones Portuarias de Tenerife (Morales y Villar, 2005). La dársena pesquera cubre menos de la mitad del área destinada a las embarcaciones deportivas, concretamente 9.500 m^2, disponibles para albergar un pantalán para 40 embarcaciones de pesca artesanal.

Garachico ha experimentado tiempos áureos durante los siglos XVI y XVII cuando su bahía fue el principal puerto comercial y de (des)embarco de la isla. Barcos de Europa, América y África intercambian mercancías y productos de naturaleza diversa, abriendo frentes para el desarrollo poblacional y económico local. Con ese período prometedor viene de la mano el crecimiento del pueblo y la construcción de edificaciones que hoy integran parte del patrimonio histórico-artístico local. A pesar del surgimiento de antagonismos con otros puertos de la isla (Santa Cruz y La Orotava) ya en el siglo XVII, el puerto de Garachico continúa desempeñando un papel relevante en el transporte comercial con América. Las operaciones de (des)carga se realizan especialmente durante el verano debido a las mejores condiciones climatológicas y de la mar para el atraque. Frente a la decadencia del poderío económico a comienzos del siglo XVIII, especialmente tras la arrebatadora erupción volcánica que destruye la bahía del principal puerto de la isla, los trabajadores (agricultores, obreros, etc.) y muchas familias de la zona, en general, encuentran en la emigración a América, preferentemente Venezuela, y en otras labores, las alternativas para su subsistencia socioeconómica. La producción de vino se entremezcla con la elaboración de aguardiente, la cría de animales y del gusano de la seda. Además de la explotación de los recursos marinos en la costa como la recolección y venta de la sal, el marisqueo y el embarque como patrones o marineros en los barcos de pesca artesanal de altura que comercializaban con África, América y Europa (Velázquez, 2001).

La Cofradía de Pescadores de Garachico se funda a comienzos de los años 80. El contexto de su creación se remonta a un conflictivo proceso de apropiación y control de los territorios de pesca por parte de las poblaciones de pescadores de los tres enclaves costeros vinculados inicialmente a la Cofradía de Pescadores de San Roque e Isla Baja, Buenavista del Norte, Los Silos y Garachico. En la literatura antropológica sobre las poblaciones pesqueras del sur de Tenerife, se registra esta tendencia en el norte de la isla, donde han sido recurrentes los enfrentamientos intensos derivados del empleo de artes como el trasmallo y otras técnicas de pesca (Galván Tudela y Pascual Fernández, 1989:91). Entre los episodios de acción colectiva más significativos destaca una "revuelta" en contra del uso de artes poco selectivas empleadas por las gentes del mar de El Pris (Tacoronte) y Valle del Guerra (La Laguna). En aquella época los pescadores del noroeste de Tenerife utilizan mayoritariamente artes de pesca tradicionales como el cordel, artes de cerco y la pandorga para captura de viejas (*Sparisoma cretense*) y carnada (boga, etc.). Mientras las poblaciones de pescadores de los enclaves pesqueros situados en la vertiente norte de la Isla (Tacoronte y La Laguna) demandan el empleo de trasmallos, salemeras, cartuchos y otras técnicas de pesca nocivas en el litoral garachiquense y alrededores. Por una u otra razón, los conflictos de intereses entre los grupos de pescadores del noroeste de la isla siempre han estado presentes, habiendo momentos de cohesión puntuales. En la década de los años 80, por ejemplo, las desavenencias con los cofrades del municipio vecino volvieron a aparecer ante las posibilidades de localización del actual puerto deportivo y pesquero en ambas localidades (Díaz y Pérez Artiles, 1984).

Las consecuciones más importantes de los primeros seis años de gestión de la cofradía consisten en el establecimiento de acuerdos entre los cofrades para el uso de artes selectivos como el cordel, el anzuelo y las pandorgas. Otras técnicas sufren restricciones y prohibiciones como la nasa y el trasmallo, respectivamente. La nasa de pescado debe ser calada tomándose como referencia del veril a 100 m hacia fuera de la costa. Tal limitación sobre la nasa le resta rentabilidad a la producción, dando margen a que algunos pescadores incumplan la norma frente a la dificultad de ejercer el control sobre el comportamiento de la colectividad. Además de los conflictos internos existentes entre los cofrades a causa del incumplimiento de las normas y uso indiscriminado de técnicas de pesca y su difícil solución debido a las estrechas redes de relaciones ligadas por lazos de parentesco, afinidad y amistad.

1 Diario de Avisos de 31 de enero de 2012, visto en 27 de febrero de 2012. Ver también noticia en el siguiente enlace: http://www.20minutos.es/noticia/939371/0/

Otra transformación significativa que se produce a lo largo de los avatares históricos de la población pesquera de Garachico tiene que ver con la presión poblacional y turística en la costa a partir de los años 1960, que conduce a un incremento de infraestructuras portuarias destinadas a los deportes náuticos. Por ello, aumentan los usos, usuarios y aparecen nuevas formas de explotación de los territorios marítimos antes utilizados de forma casi exclusiva por las poblaciones de pescadores. Se intensifica el esfuerzo pesquero sobre las capturas de interés comercial con el creciente número de licencias concedidas a la pesca marítima de recreo, con frecuencia ejercida de manera irregular o de forma furtiva. Las palabras de D. Roque son significativas en ese sentido:

> Lágrimas más Dios y yo que he pasado aquí dentro. David [el patrón mayor] está en contra del trasmallo y nasa… el trasmallo está prohibido y siguen echando… yo estaba como niño desconsolado por eso… y ¿por qué echan si está prohibido? Por eso le digo, eso ahora y después es peor para ellos, día a día como los gitanos, es una pesca furtiva la de los fusileros, no paga seguro, no paga eso no paga el otro, va al negocio y se lo deja [las capturas]… siempre hay uno que se echa fuera… Ahora hace 5 o 4 años vino la machangada esos niños sin vergüenza, los mismo a que están acostumbrados a salir por la tarde noche y por la mañana nasa y trasmallo 8 kilos de pescado o cuanto sea y de Icod viene a echar aquí también (D. Roque, octubre de 2011).

Aspectos generales de la pesca artesanal en Playa San Juan y Garachico

En Playa San Juan, la población de pescadores artesanales está implicada en tres flotas distintas: 13 unidades de trabajo están vinculadas a la pesca de bajura, en las que se embarcan entre 20 ó 21 tripulantes. En la única unidad de trabajo de la flota de cerco implicada en este estudio, hay entre 7 ó 8 pescadores, dependiendo de la demanda de trabajo en los barcos. En la flota de altura, se hallan 5 unidades productivas, con 19 pescadores. En Garachico, hay 8 unidades productivas de pesca de bajura, contando entre 8 y 10 pescadores enrolados habitualmente, a excepción de verano, cuando se integra 1 unidad productiva con 2 tripulantes. A diferencia de la pesca de bajura, en la que predomina la composición de la tripulación ostentada por la figura del armador que ejerce de patrón o el armador/patrón y el marinero, los roles que pueden asumir los pescadores embarcados en la flota de altura y de cerco varían. Además de los roles mencionados, el armador no siempre se embarca y los marineros asumen funciones determinadas, como por ejemplo, maquinista, motorista y cocinero. Además, se da el caso de que los hermanos tengan el barco en copropiedad, como es el caso de dos de las embarcaciones.

Se observa en todas las flotas pesqueras estudiadas la existencia de relaciones de parentesco y amistad entre los miembros de la tripulación. Los profesionales de la mar de ambas localidades son del sexo masculino, con edades comprendidas entre 35 y 62 en Playa San Juan, y entre 39 y 63 en Garachico. La edad media de los pescadores en Playa San Juan es de 46 y en Garachico es de 49 años. En Playa San Juan, los pescadores son en mayoría casados, habiendo una pareja de hecho y un pescador separado. En Garachico la mayoría de los pescadores artesanales también están casados, a excepción de un divorciado y un soltero. Los niveles de formación educativa de estas poblaciones son muy bajos, tanto en Playa San Juan como en Garachico. En Playa San Juan predomina el nivel de enseñanza primaria obligatoria completo, pero algunos culminaron la educación secundaria obligatoria y el bachillerato. En Garachico, la mayor parte de los pescadores alcanzan hasta la Educación General Básica.

El ecosistema acuático donde se desarrollan las actividades de pesca en ambos enclaves pesqueros es el marítimo oceánico. Los pescadores artesanales poseen un profundo conocimiento sobre la relación entre la localización y los ciclos de las especies objetivo, en algunos casos, procurando sacar el máximo rendimiento en sus pesquerías mediante la combinación de diferentes técnicas (cordel, tambor, nasas, currica, caña) en una jornada de pesca. La organización del trabajo en las unidades productivas está relacionada directamente con el ciclo anual de las especies y las condiciones meteorológicas. En ese sentido, cuando termina la zafra de los túnidos o grandes pelágicos para las embarcaciones de altura en Playa San Juan, se aprovecha para reparar los barcos para la próxima temporada. Mientras en Garachico, la actividad de pesca se reduce drásticamente en invierno.

En Playa San Juan, las especies que cobran mayor importancia desde una perspectiva económica y social, por el valor de producción que genera (euros) y número de tripulantes enrolados (pescadores), son las especies pelágicas (túnidos) y semipelágicas (caballas, sardinas, etc.). La pesca de bajura en Garachico y Playa San Juan contempla el empleo de pesquerías sobre diversas especies en diferentes ámbitos del espacio marítimo. Hay pesquerías dirigidas hacía especies más cercanas a la costa o de "orilla" (salema, sargo, vieja, morena, etc.), otras a "media masa de agua" (camarón, chicharro, boga, arenque, bonito, etc.) y otras "especies de fondo" (medregal, pargo, cabrilla, sama, etc.).

Los pescadores artesanales de Playa San Juan cuentan con barcos de mayores dimensiones y tecnologías que les permiten emprender largas distancias de la costa y almacenar mayor volumen de capturas. En la pesca de altura, los barcos que emprenden jornadas de pesca de 2 semanas, reúnen en torno a 10 y 19 T, los que salen durante 1 semana, regresan a puerto con 6 ó 9 T, y otros barcos de bajura que se dedican al atún durante uno o varios días, regresan a puerto con una cantidad que oscila entre 200 kg y 5 T. Los barcos de bajura que salen a diario atrapan entre cerca de 10 kg a 200 kg por jornada de pesca. En Garachico, los barcos son todos de pozo, sin puente, con muy poca tecnología, comparado a algunas de las embarcaciones de Playa San Juan. El volumen de captura es bastante más reducido en relación a Playa San Juan, oscilando entre 5 y 30 kg de pescado capturado y 11,75 kg como media por jornada de pesca diaria.

Los factores meteorológicos inciden de manera diferenciada en cada ámbito pesquero, siendo bastante más favorable para el desarrollo de la pesca la vertiente suroeste de la isla, donde se sitúa Playa San Juan. Esta diferencia se verifica en los días de pesca al año en Garachico y Playa San Juan, el primero contemplando entre 90 y 170 días/año y el segundo en torno a 300 días/año. La dedicación de los pescadores a la pesca también se diferencia entre las flotas pesqueras. En Playa San Juan, el tiempo de dedicación en la pesca de altura es el tiempo de duración de la zafra, que puede oscilar entre 7 a 10 meses, dependiendo del año en que se halla el recurso disponible. Los pescadores de bajura que se inclinan a las pesquerías de túnidos suelen hacerlo de manera integral, siempre y cuando están disponibles las especies. En la pesca de cerco, los pescadores también se dedican de manera integral a la actividad, en horario normalmente fijo entre 20 h y 8 h. Los pescadores artesanales de bajura se dedican de manera integral a la actividad, intensificando sus esfuerzos en verano debido a las mejores condiciones climatológicas y el aumento de la demanda por pescado fresco en los establecimientos comerciales (camarones, morenas, vieja, etc.). En Garachico, los pescadores artesanales se dedican a la actividad pesquera de forma integral, a excepción del Patrón mayor que se vinculada a la pesca en verano cuando la climatología es más favorable para salir a la mar.

La antigüedad de los barcos de los pescadores artesanales de ambas cofradías es bastante acentuada, especialmente en el caso

de Garachico. En Playa San Juan, la mayoría de las embarcaciones se construye en los años 1980 y otras incluso anteriormente, en las décadas de 60 y 70 e incluso de los años 1930 y 1950. Pero en Garachico, la mayor parte de las embarcaciones fueron construidas entre los años 1950 y 1960, compradas de segunda mano con necesidad de arreglos.

El incremento de la potencia de los motores es la principal reivindicación de los pescadores artesanales de bajura de Playa San Juan y Garachico. Esta innovación les permite diversificar sus pesquerías a mayor distancia de la costa. Otras tecnologías como sonda, GPS, emisora, piloto, etc., también son de interés. Pocos son los pescadores que acceden a una subvención para modernizar las embarcaciones o desguazar el barco y reconstruirlo. Las labores de reparación y conservación de los barcos en una y otra localidad estudiada se realizan de manera diferenciada debido a las infraestructuras disponibles en los muelles y a las condiciones climatológicas.

En cuanto a Garachico los barcos son varados a diario, en Playa San Juan se mantienen fondeados. Por esta razón, las embarcaciones en Garachico demandan reparaciones no tan a menudo, manteniéndose básicamente con el lijado y pintura. En cuanto en Playa San Juan, es necesario varar las embarcaciones con una frecuencia mínima de tres meses para mantener el buen estado del casco.

Los artes de pesca más utilizados en la pesca de bajura de Playa San Juan, son cordel o línea, tambor, nasa de pescado, vara para peto o caña para túnidos y potera. En las embarcaciones de cerco y altura, predomina el uso de la caña o línea para túnidos, la traíña para la captura de cebo vivo o carnada y la línea o cordel dirigida al aprovechamiento de la jornada de pesca. Los artes de pesca que los pescadores artesanales de Garachico más utilizan son cordel o línea, así como los pescadores de bajura de Playa San Juan. Seguido de mayor frecuencia el empleo de tambor, pandorga para carnada, pandorga para vieja y nasa de camarón.

Los pescadores artesanales de ambas cofradías estudiadas reciben sus ingresos de forma diferenciada, dependiendo de diferentes factores como por ejemplo, la periodicidad en la que reciben sus pagas, el tiempo de dedicación a la pesca, la tecnología disponible en los barcos para acceder a los recursos, el rol que desempeñan en los barcos, a las pesquerías que se dirigen, etc. Pero en todas las flotas que cuentan con más de una persona, además del propietario, se aplica el sistema de partes. Los sueldos de los pescadores varían en las temporadas de verano e invierno, obteniendo mayores beneficios en verano o en las zafras cuando suelen dedicarse con más intensidad a las distintas pesquerías (camarón, morena, túnidos, etc.).

Los sueldos de los pescadores en ambos núcleos pesqueros son reinvertidos en el sector pesquero, bien para diversificar la economía doméstica a través de la apertura de pescaderías, como es el caso de la madre del Patrón mayor de la cofradía de Playa San Juan, bien para intensificar la producción con la adquisición de barcos de mayor eslora y tecnología, a ejemplo de los hermanos copropietarios de una embarcación.

Ambos enclaves pesqueros carecen de una vía única de comercialización de la producción vinculada a la cofradía, bien una pescadería, una lonja o puestos de venta del pescado. Las formas de comercialización predominantes son los intermediarios o compradores que permanecen a la espera del regreso de los pescadores a pie de muelle. En Playa San Juan, son los compradores o intermediarios que normalmente establecen los precios de la producción según las demandas del mercado. En Garachico, los precios de la producción varían en menor frecuencia. En algún caso, cuando los pescadores dependen de la venta de los productos en los restaurantes concertados para recibir el pagamiento por su producción.

De manera general, cada unidad de trabajo es responsable de comercializar la producción (comprador, empresa, pescadería, etc.) y establecer la negociación para percibir su sueldo (al contado en el momento de la entrega del producto, semanalmente, quincenalmente, etc.). Se observa una clara diferencia en los precios percibidos por el "pescado blanco" o especies demersales (abade, medregal, vieja, sargo, sama) comercializado en el norte y en el sur de la isla. Esto se debe probablemente a la dinámica de los mercados, en la que cuanto mayor sea la oferta, menor es la demanda y, por tanto, menores son los precios de los productos. Como en el sur la oferta de pescado es más abundante compara a la del norte, especialmente debido a la bonanza del clima para el desarrollo de la pesca, los recursos no son tan demandados en el sur, como lo son en el norte.

Las mujeres en la perspectiva de la pesca artesanal en las áreas de estudio

El colectivo de mujeres de esta investigación, esposas de los trabajadores de la mar, está constituido por cuatro mujeres en Garachico y ocho en Guía de Isora. De la localidad de Guía de Isora, cuatro mujeres no participan de las entrevistas por motivos diversos, bien por la falta de tiempo, bien porque se decide no participar o se entiende que no hay nada que aportar. Las mujeres en Garachico poseen edades comprendidas entre 47 y 60 años. En Guía, las mujeres se encuentran en una franja de edad más amplia, entre los 36 y 54 años.

El grado de formación educativa de las mujeres de Garachico corresponde en mayoría al nivel primario o Educación General Básica (EGB). Sólo una señora es técnica en electricidad, pero se encuentra en situación de desempleo. Del mismo modo, en Guía de Isora, predomina el rezago educativo, una señora analfabeta, la mayoría de las mujeres posee la EGB completa e incompleta, una con el nivel de la Educación Secundaria Obligatoria (ESO), otra con un curso técnico incompleto y solamente una joven procedente de Hungría se encuentra estudiando Máster en Turismo en la ULL. Tanto las esposas de los pescadores de Garachico, como de Guía de Isora, son unánimes en afirmar que les gustaría obtener formación adicional para su desarrollo personal, tener mayores posibilidades de competir en el mercado laboral, entretenerse, adquirir conocimientos, ampliar las ideas y conseguir un trabajo que les aporte un respaldo financiero seguro frente a la incertidumbre de los ciclos pesqueros.

Tanto las mujeres de Garachico como las de Guía de Isora valoran que el trabajo de sus maridos es "horrible, sacrificado, duro, esclavizado, fatal, mal pagado", por la cantidad de horas a las que se dedican al oficio, en cuanto la atención a la "familia cero". Y a pesar de que les guste a sus esposos su profesión, una de ellas reconoce que "no compensa económicamente con lo que trabaja, a veces regresa desmoralizado". La incertidumbre de los ingresos económicos derivados de la pesca de bajura obliga a los miembros de algunas unidades domésticas a ahorrar los ingresos durante el verano para subsistir en invierno. De otra parte, y en menor medida, también se aprecia la actividad pesquera como un trabajo bonito y normal como otro cualquiera.

Respecto al porvenir de sus esposos en la pesca, las mujeres de ambos núcleos pesqueros, opinan que lo ven "negro y sin futuro ninguno". Valoran que el año 2011 ha sido "ruin, flojo" para las economías domésticas. Sus maridos cogen menos pescado en comparación a años anteriores. Desean que haya cambios estructurales para fortalecer el sector, como por ejemplo, mayor control sobre la acción de los pescadores furtivos, más subvenciones, aumento del precio del pescado en los mercados para que los beneficios no se queden en manos de los intermediarios, un paro biológico para que los recursos se regeneren, menos restricciones y exigencias para

ejercer la actividad pesquera con barcos pequeños. Se trata, en la percepción de las mujeres, de una profesión que necesita ser mejor reconocida socialmente y recompensada económicamente.

Cuestionadas sobre el deseo de que sus hijos sigan en la profesión de sus padres, las mujeres contestan en dos caminos cualitativamente distintos y cuantitativamente desiguales. Uno de ellos dirigido hacia una perspectiva positiva minoritaria y el otro centrado mayoritariamente en los aspectos negativos de la actividad. En cuanto a la primera dirección, dos esposas de pescadores expresan que les gustaría que sus hijos sigan en la profesión porque ven la pesca como "una actividad bonita". Desarrollada por sus antepasados y es una forma de mantener la tradición marinera de la familia. En el segundo horizonte, las madres expresan su disconformidad con su integración a la pesca por múltiples razones. La más enfatizada es la inestabilidad financiera, tomando por referencia las propias experiencias de vida. En ese sentido, la mayoría de las mujeres no encuentra futuro para sus maridos y sus hijos en la actividad pesquera, y tampoco lo ven para las mujeres de las familias de pescadores, y especialmente para las que no poseen formación profesional.

Algunas esposas de pescadores se implican de diversas maneras y con intensidades diferentes en las labores relacionadas con la pesca. En Garachico, tres de las cuatro mujeres entrevistadas tienen un papel fundamental en la comercialización del pescado en bares, de manera informal, por encargo para conocidos, incluso de manera ilegal, visto que el esposo se dedica a la actividad como recreativo. A pesar de reconocerlo que no debería haberlo hecho porque actualmente su marido se ha convertido a la pesca profesional y ahora sienten cómo es injusta la competencia ejercida en los mercados a dichos colectivos. Otras labores como la recolección del producto de los barcos de sus maridos, la preparación de la producción para la venta y para el consumo interno de la familia, la limpieza, la confección de artes (tambor, palangre) y la conservación de los pertrechos, así como la contabilidad de la unidad productiva y de la casa también ocupan un lugar destacado. Y, más recientemente, una de ellas puede contribuir también con la emisión de notas de primera venta aunque no esté formalmente contratada para realizar este servicio. A su juicio, las capturas difieren en función de las estaciones, las condiciones climatológicas y del éxito o fracaso de la jornada de pesca. Así, se puede vender vieja durante todo el año, el camarón durante el verano, la bicuda y el abade durante el invierno. En la percepción de algunas, el autoreconocimiento de sus actividades puede ser definido como una actividad complementaria, aunque puede estar socialmente reconocida.

En Guía de Isora, se verifica que dos esposas de pescadores se implican en la venta de pescado. Una de ellas es compañera de un armador de pesca de altura. Desde 1995 se dedica a las ventas de túnidos por encargo, de especies, como por ejemplo, albacora, rabil (invierno) y barrilote. A esta actividad la considera complementaria, visto que ejerce trabajo remunerado en el sector de la hostelería como camarera de piso. La otra señora, no tan joven, se ha involucrado en la pesca durante dos años, concretamente en la mitad de los años 1980. Se dedicaba a vender el pescado refrigerado utilizando neveras. Solía comercializar especies, como por ejemplo, caballa, chicharro, sardina, pargo, medregal (verano) y cabrilla. Considera que su contribución poco aportó para el incremento de la renta familiar porque "el pescado no valía nada en aquella época", pero pondera que considera esta actividad como un trabajo, a pesar de no haber tenido reconocimiento social. Otras dos mujeres mencionan como aportación a la labor en la pesca, el encargo de las gestiones de contabilidad de las unidades productivas y del hogar. Tarea que una de ellas considera de gran ayuda al trabajo del esposo.

Todas las esposas de pescadores declaran que poseen libertad para tomar las decisiones en el ámbito doméstico. Son ellas las que gestionan trámites burocráticos diversos junto con las administraciones públicas, incluso las subvenciones de pesca, se encargan de la renta y del funcionamiento de la casa. A falta de los esposos que se mantienen ausentes durante días, las mujeres se sienten compelidas a tomar el frente en el sostenimiento de la familia. La mayoría de las mujeres está de acuerdo en que esa situación se mantenga, frente a algunas que declaran que podría ser diferente sí el marido estuviera más en la casa. El colectivo de mujeres en general considera su labor en el ámbito doméstico y también laboral, en algunos casos, como fundamental para el sostenimiento de la familia.

A excepción de dos mujeres de pescadores de Guía de Isora que no opinan sobre los cambios en la pesca en los últimos años, todas asienten que se puede observar considerables diferencias entre la pesca desarrollada hace décadas y actualmente. Las mujeres de Garachico destacan como principal afección el desplome de la economía de la pesca, achacada a la acentuada reducción del rendimiento de las capturas. Situación relacionada en el entender de las mujeres con la diversificación de técnicas de pesca menos selectivas y más efectivas y el aumento del número de pescadores furtivos. Razones por las cuales creen que "la juventud" procura no implicarse en la actividad pesquera valorada como "muy sacrificada". Para las parejas de los pescadores de Guía de Isora, la mudanza fundamental consiste en el estancamiento de los precios del pescado, la fuerte competencia con los pescadores furtivos en los mercados y las novedosas enfermedades que acometen sobre determinadas especies, como por ejemplo el medregal (ciguatera). Aspectos que aliados a la disminución del volumen de la producción inciden de manera significativa sobre la calidad del trabajo en términos de restitución económica y proveimiento de muchas familias que dependen de la pesca para supervivir. De otra parte, también se destaca el incremento de las exigencias e impuestos para mantenerse en el sector, aparte de la escasez de subvenciones para la pesca de pequeña escala. Según el análisis de una joven esposa de pescador, en Puerto Santiago abundaban barcos de pesca de pequeño y grande porte en la arrinconada cala del pueblo y actualmente no resta uno vinculado a la pesca profesional, sino apenas embarcaciones de recreo.

Las esposas de los colectivos de pescadores de Garachico y Guía de Isora mantienen contactos a través de las relaciones de parentesco y en eventuales encuentros en el pequeño muelle de Garachico. En Guía de Isora, antes las familias de pescadores suelen reunirse en comidas navideñas en el ámbito de la ex – Cofradía de Pescadores de Alcalá. Pero según el testimonio de algunas mujeres entrevistadas no hay mucha integración, con frecuencia predomina el individualismo en el cual cada unidad doméstica y productiva actúa de forma independiente de todas las demás, aunque estén vinculadas por el mismo interés y compartan problemas similares en la pesca. En ese sentido, no se puede decir que las acciones de cooperación entre las mujeres son distendidas. En La Caleta de Interián, localidad de Garachico, puede suceder la práctica femenina del marisqueo en la zona intermareal. Siendo esta actividad ejercida de manera irregular y la disputa por los recursos marisqueros, uno de los puntos de conflicto entre las mujeres del pueblo. Sin embargo, los conflictos entre los pescadores suelen ser mucho más intensos, tanto entre profesionales como entre éstos y los pescadores recreativos en sus distintas modalidades (fusileros, embarcados y de orilla).

La mayoría de las mujeres confirma la frecuencia de problemas entre los pescadores debido al robo y uso indebido de artes, especialmente las nasas; divergencias de opiniones en las reuniones celebradas en el ámbito de las cofradías; la territorialidad en la mar y la afluencia de otros colectivos en el espacio marítimo ("lanchas de turistas", motos de agua); la pesca furtiva, quizás la mayor fuente de conflictos en ambas áreas de estudio. En la pesca de altura, otros

tipos de enfrentamientos suceden, generalmente relacionados con la formación de "manchas" y la concentración de los recursos sin que se les permita acercarse a la costa con frecuencia.

Frente a ese escenario resta la pregunta ¿qué futuro se espera para localidades de alargada tradición marinera? Desde una perspectiva de gobernanza pesquera es deseable, por ejemplo, potenciar la implementación de puestos de venta de pescado fresco como alternativa económica a las mujeres de pescadores. Muchas de ellas en situación de desempleo y baja formación, pueden encontrar nuevamente en la comercialización del pescado una salida laboral, una vía para el incremento de las rentas familiares y mejora de la calidad de vida en sus hogares. Se ha visto la disponibilidad y el interés de muchas mujeres interesadas en desarrollar ese tipo de actividad relacionada con la pesca y la comercialización. Pero ante limitaciones de índole diversa, especialmente la posibilidad de inversión financiera en un negocio (pescadería), una opción muy interesante puede ser la creación de puestos de venta de pescado fresco situados en lugares de destacada relevancia de paso de residentes y turistas. Iniciativa dirigida al fomento de la cultura marinera llevada a cabo en los establecimientos portuarios del municipio de Arona, Los Cristianos, Candelaria y Las Galletas, con el apoyo clave del poder local y las autoridades portuarias. Como en otros contextos de apropiación y gestión de recursos llevados a cabo por mujeres (Frangoudes et al., 2008), la organización femenina y el apoyo de las administraciones sectoriales pertinentes resulta esencial para impulsar proyectos similares.

Reservas Marinas de Interés Pesquero ¿para quién?

El proyecto de RMIP propuesto para el área de influencia de las cofradías estudiadas, posee un carácter inicialmente conservacionista. Fue planteado por el equipo de biólogos de la ULL (BIOECOMAC) en la primera mitad de los años 80 y recibe el apoyo del área de pesca del Cabildo Insular de Tenerife (Servicio Técnico de Ganadería y Pesca) para el estudio de viabilidad de dos propuestas a partir de 2006, en las Puntas de Teno y Anaga (Proyecto PARQMAR). La administración insular considera esencial impulsar esta figura para preservar los recursos pesqueros y para la sostenibilidad de la pesca artesanal. A pesar de no contar con competencias en esta materia, el gobierno insular requiere investigaciones de carácter interdisciplinar (ciencias naturales y sociales).

Como se ha dicho anteriormente, esta iniciativa puede ser considerada como innovadora en España para un proyecto de este tipo, pues normalmente los estudios previos a la implementación de AMPs contemplan los aspectos biológicos, oceanográficos y ecológicos de las áreas elegidas, en detrimento de las características relacionadas con la organización sociocultural, económica y política de los grupos de poblaciones afectadas por estos proyectos. Además, se registra la carencia de planes de uso y gestión con anterioridad a la creación de RRMMIP implementadas en el Estado español, a ejemplo de la RMIP de Isla de Tabarca, en Alicante.

Los pescadores artesanales implicados en las propuestas para la isla de Tenerife asumen generalmente los proyectos como medidas para regular la gestión de los recursos y como posibilidad de eliminar la pesca recreativa, especialmente la furtiva, mientras el sector de la pesca recreativa, contactado a través de algunos de sus representantes, no se movilizó para acompañar el desarrollo de las propuestas hasta mediados del año 2006 cuando se presentan los resultados de los estudios. Aunque los dos proyectos de Reservas Marinas siguen matizándose durante los años siguientes junto con los Patrones mayores de las Cofradías de Pescadores y su Federación, investigadores de la ULL, administraciones pesqueras e instituciones científicas, para lograr el establecimiento de un plan de usos y gestión consensuado entre todos.

Los proyectos matizados en las mesas de trabajo son aprobados ante el Consejo Plenario del Patronato Insular de Pesca a comienzos de junio de 2008, en cuya zonificación se prevé la exclusión de la pesca de recreo de barco y/o submarina. No obstante, su beneplácito final en el Pleno Insular a finales del mismo mes no es alcanzado debido a la disconformidad del Consejero de Deportes de Coalición Canaria, D. Dámaso Arteaga, también pescador recreativo. Esto se debe a la presión de Acaper junto a este Consejero en la tarde anterior, en la que pactaron la paralización de los proyectos por no incluirles en su diseño y no considerar el peso económico de la actividad que desarrollan y hasta que se recogiesen las aportaciones de este colectivo. Durante la celebración del Pleno Insular, como tal agrupación política debe votar por unanimidad para alcanzar la aprobación de los proyectos, el voto en contra de este Consejero lleva a que los proyectos queden paralizados sobre la mesa el 27 de junio de 2008.

Durante los dos años siguientes tiene lugar un proceso de renegociación de las propuestas entre los sectores de la pesca recreativa y profesional. Las discusiones en torno al diseño alternativo para las RRMMIP no son fáciles. La idea de embarcaciones de recreo en el interior de las mismas es considerada por el sector profesional como un contrasentido. Así como la persecución de acuerdos con el sector recreativo. En ese sentido, los pescadores profesionales se niegan, en un primer momento, de forma contundente a participar en la negociación, terminando por aceptarlo, aunque contrariados. En esta fase del proceso ambos sectores pesqueros no llegan a reunirse simultáneamente y tampoco hay convocatorias oficiales para congregar al sector artesanal. A diferencia de la fase anterior, los líderes de la pesca recreativa se reúnen de manera formal en la sede del Cabildo Insular de Tenerife, mientras los Patrones mayores son consultados a pie de muelle respecto al nuevo diseño en el que se baraja la posibilidad de permitir embarcaciones de recreo en las Reservas Marinas.

Paulatinamente, los técnicos del Cabildo Insular de Tenerife van cambiando su percepción a lo largo del proceso, reconociendo en cierta medida las demandas de los pescadores recreativos. Entre otras razones, indican el significativo número de licencias que tributan y el peso económico y político que conlleva el desarrollo de esta actividad en las marinas y puertos de la isla. La proporción es de aproximadamente 28.000 licencias de todas las modalidades de recreo (submarina, caña, embarcación…), a parte de los que no la tienen, para 500 pescadores artesanales contabilizados en 2010. Estos datos hacen con que los técnicos del área de pesca del Cabildo Insular de Tenerife reconozcan las reivindicaciones del sector recreativo.

Los cambios finalmente aceptados parten del Consejero de deportes. Se trata de delimitar "pasillos" en el interior de las RRMMIP donde las embarcaciones de recreo puedan acceder. Dado la disconformidad por parte de Acaper al considerarlo irrisorio, se baraja la posibilidad de ampliarlos denominándoles "ventanas o zonas de usos especiales", en las que se permite la pesca de recreo desde embarcación con línea y anzuelo y la pesca de recreo desde tierra diurna y con restricciones. Frente a este modelo se evidencia disparidad de opiniones en el sector pesquero profesional. Tres Patrones mayores están dispuestos a aceptar el diseño institucional propuesto (San Andrés, Punta del Hidalgo y Garachico) a cambio de que se implemente las dos RRMMIP. Aunque no están totalmente de acuerdo, analizan que se posicionan de esta forma porque no les queda otra opción. Pero dos de ellos están categóricamente en contra (Playa San Juan y Los Cristianos – Federación de Cofradías de Tenerife) argumentando que esto no responde a la idea de RMIP deseado por el

sector de pesca profesional. Creen que es posible otro modelo, donde prime la pesca artesanal y sostenible, desarrollada exclusivamente por profesionales. Además, confían en que la resolución del MAGRAMA rechace esta posibilidad en la aprobación del diseño final, en el caso de que llegue a prosperar.

Para la aprobación de los proyectos en el Pleno del Cabildo Insular de Tenerife es necesario alcanzar el consenso entre todos los Consejeros del área de Agricultura, Ganadería, Pesca y Aguas de todos los partidos políticos de la corporación en la Comisión de Gobierno. En tal Comisión, se divulga el documento a ser sometido a aprobación en el Pleno para el análisis previo. Se les explica a los partidos políticos lo que se iba a proponer en el Pleno para que lo pudieran analizar con antelación. En este documento se recoge la parte técnica de los proyectos y se hace hincapié a los planos de las RRMMIP con las respectivas propuestas de "ventanas", cuestión polémica en el Pleno Insular anterior. Se menciona también en dicho documento que tales propuestas son el instrumento más eficaz para regenerar los recursos y medida de corrección de la situación de sobre presión que sufre el litoral. Se destaca además la participación de todos los colectivos implicados y la propuesta de zona de usos especiales para usufructo pesquero recreativo, como fruto del consenso entre los pescadores profesionales, recreativos y autoridades científicas. Durante la celebración de la Comisión los socialistas (PSOE) cuestionan la posibilidad de oposición de los proyectos en el futuro. Los técnicos razonan que en realidad éstos resultan de un acuerdo que no satisface a nadie del todo. Pero recoge en cierta medida las inquietudes de los usuarios habituales de las áreas proyectadas y refleja sus necesidades. Entienden que la única solución posible es defenderlo tal y como están proponiendo o no elevarlo a las administraciones competentes.

A estas alturas, según afirma uno de los técnicos del área de pesca del Cabildo Insular de Tenerife en entrevista concedida en mayo de 2010, no se convoca al Consejo Plenario del Patronato Insular de Pesca y de las industrias relacionadas, para informarles sobre esta tramitación. Entre otros motivos para evitar obstruir una vez más el proceso y no llegar a ninguna solución al problema central de escasez de los recursos pesqueros. Así, una vez reunida dicha Comisión de Gobierno una semana antes de la celebración del Pleno, se aprueban los proyectos con el voto positivo de tres Consejeros (2 de Coalición Canaria y 1 del Partido Popular) y la abstención de dos Consejeros (Partido Socialista). Acordándose votar por unanimidad a favor de los mismos en el Pleno Insular del Cabildo de Tenerife. Este documento ulterior presentado y aprobado en la Comisión de Gobierno, fue aprobado por unanimidad en la celebración del Pleno del Cabildo Insular a finales de abril de 2010. Aunque con cierto temor por parte de los socialistas debido al consenso relativo entre los sectores pesqueros. La Consejera de Pesca del PSOE hizo hincapié durante la celebración del Pleno que las propuestas habían sido sometidas a la Corporación en el 2008 dando éstas por consensuadas con el sector y con todos los agentes implicados. Cuando, según la Consejera, fueron dejadas sobre la mesa debido a "un consenso que existía y que dejó de existir" a petición del Consejero de Deportes.

Los socialistas a pesar de haber calificado los proyectos como "un tanto descafeinados", votan favorablemente por su puesta en marcha con la expectativa de que finalmente sean aprobados por las administraciones competentes. El Consejero de pesca artesanal las defiende como medida adecuada para recuperar los recursos y convertir la pesca de bajura en actividad rentable para la pesca profesional. Añadir valor al turismo marino y actividades relacionadas, así como para ordenar las actividades humanas desarrolladas sobre el litoral y su biota. Aspectos también destacados en el documento presentado ante la Comisión de Gobierno. Los dos proyectos finalmente aprobados en el ámbito político insular siguen siendo objeto de controversias entre los grupos de interés. Por un lado, los pescadores artesanales se sienten perjudicados por el incremento de la competencia en el interior del área protegida y, de otra parte, los líderes del sector de pesca de recreo se ven en desventaja debido a la restricción del espacio de pesca dentro de la Reserva Marina.

En lo que se refiere a la participación de las mujeres implicadas en el sector pesquero artesanal en el diseño y seguimiento de la propuesta de RMIP para Punta de Teno, se evidencia que el lugar común de la mayoría en su proceso de desarrollo es el de la marginación e invisibilidad. En contraste con los planteamientos de la "gobernanza interactiva" (Bavinck et al., 2005), cuyo enfoque recae en último término sobre la participación de los actores sociales en los procesos de gestión de recursos incluyéndose la fase de planificación. La incorporación del colectivo de mujeres vinculadas a las familias de pescadores estudiadas es obviada en el diseño de las políticas ambientales que les atañen. En última instancia, sus posibilidades de actuar como representantes de un grupo de interés relevante para la constitución del "campo ambiental" (Gerhardt y Almeida, 2005) son apartadas, dislocando sus espacios como productoras de subjetividades, discursos, prácticas y conceptos, para ocupar, sin elección de intercambio, el lugar de espectadoras en el escenario de pre-implementación de la RMIP de Teno.

En ese sentido, se entiende que los impulsores de las propuestas no hacen por acercar a las esposas o parejas de los pescadores artesanales a la esfera pública, con vistas a su participación en el diseño de las Reservas Marinas para Tenerife. Actitud que las distancia de los espacios de construcción y ejercicio de la ciudadanía. Conclusión a la que prontamente se llega con la constatación de que las 8 mujeres que declaran tener algún conocimiento sobre los proyectos de RRMMIP para Tenerife, lo logran a través de sus esposos o compañeros. En ocasiones con la suerte de entender exactamente de qué se trata, vista la fuerte tendencia de los pescadores artesanales en relacionar, en un primer momento, las RRMMIP con las jaulas marinas flotantes destinadas a la acuicultura.

Consideraciones finales

Se puede decir que predomina el desconocimiento sobre el diseño de la propuesta de RMIP en Punta de Teno por parte de los pescadores artesanales de las áreas estudiadas, como también entre sus esposas o parejas. La falta de información sistemática a este grupo de poblaciones, directamente afectadas en sus áreas de trabajo, sobre el avance y los resultados finales del proyecto alcanzados en el ámbito político insular, permiten identificar un déficit democrático significativo en el proceso de toma de decisiones. Esta situación contribuye a incrementar la falta de legitimidad de las acciones planteadas por el gobierno regional y elevadas al gobierno central.

El hecho de que las AMPs son consideradas como herramientas de gestión pesquera es ampliamente conocido. Sin embargo, su consideración como resultado de la interacción entre instituciones sociales y fruto de decisiones políticas es menos aceptada. El proceso de pre-implementación de las AMPs se caracteriza por configurar los roles que colectivamente gobernarán las interacciones humanas dentro de un área específica. El diseño del AMP define en la mayoría de los casos, implícita o explícitamente, quién puede hacer qué, dónde, cuándo y cómo.

La urgencia del cumplimiento de las agendas políticas es especialmente compleja puesto que los intereses primordiales pueden desviarse en la mesa de negociación política. En el caso de estudio que nos ocupa, los argumentos para la aceptación de las RRMMIP por parte del sector profesional implicado en los estudios de viabilidad a partir del año 2006, se apoyan en la exclusión del sector

pesquero recreativo y la defensa de su territorialidad. Sin embargo, el peso económico que genera la pesca marítima de recreo en la isla y el liderazgo del sector, logran la redefinición de las propuestas consensuadas por los pescadores artesanales en el año 2008. En otras RRMMIP de Canarias, como por ejemplo La Graciosa e Islotes al Norte de Lanzarote, la posibilidad de desarrollo de la pesca recreativa desde embarcación es una de las razones de su rechazo por parte de los pescadores profesionales. La percepción de una Reserva Marina donde actúan también pescadores recreativos no es del todo aceptada por el sector pesquero profesional, siendo ésta una de las amenazas para su implementación en Tenerife, y en particular, en Punta de Teno.

El diseño actual de las RRMMIP diverge de los intereses del sector profesional que atraviesa una crisis generalizada en el rendimiento de sus pesquerías, pero especialmente por la competencia de recursos pesqueros en los mercados. Esta circunstancia pone en evidencia el aumento de la incertidumbre proyectada sobre el sector estudiado, considerándose las expectativas creadas en torno a la implementación de un proyecto que tal y como se plantea, agudiza los conflictos sociales intra e intersectoriales preexistentes. El incumplimiento de la normativa contribuye al acarreamiento de los enfrentamientos entre los cofrades. Si bien, las relaciones sociales establecidas en el entorno de los muelles pesqueros se mantienen afianzadas por arreglos informales complejos e históricamente construidos. A pesar, de la incorporación a la pesca artesanal de nuevos actores, con frecuencia antiguos pescadores recreativos. Éstos participan en la reconstrucción dinámica de las relaciones socioculturales entabladas en los espacios costeros y marítimos.

Es cierto que el liderazgo de algunos patrones mayores y el apoyo de los poderes públicos municipales e insulares cobran relevancia para el establecimiento de ciertas regulaciones sobre las formas de uso y determinación de grupos de usuarios de los espacios marítimos. Pero esto no es suficiente para cambiar la trayectoria de conflictos. Esto sucede debido a la falta de liderazgo y cohesión interna entre los integrantes de las Cofradías de Pescadores y sus Federaciones para desarrollar proyectos dirigidos al fortalecimiento de la actividad pesquera en los ámbitos de sus competencias jurisdiccionales. Y también la identidad de los pescadores artesanales que son incapaces, en la mayoría de los casos, de verse a sí mismos como agentes de transformación de la realidad que les rodea. Por esta razón, resulta imprescindible que estén organizados como colectivo para encabezar los proyectos vinculados a la actividad pesquera.

El reconocimiento de las Cofradías de Pescadores y las Organizaciones de Productores en la Ley de Pesca del Estado (Ley 3/2001, de 26 de marzo), como instituciones colaboradoras en la definición de las medidas de gestión, asigna a estas organizaciones poder de influencia. Según se recoge en el Decreto 109/1997, de 26 de junio, las Cofradías de Pescadores y sus Federaciones pueden desarrollar actividades de fomento al consumo, transformación, conservación y comercialización de los productos de la pesca, promover talleres de formación, eventos culturales, recreativos, etc. Aspectos permiten entrever la existencia de un potencial de actuación ampliamente desaprovechado en el seno de estas organizaciones vinculadas al sector.

Quizás, el mayor obstáculo para superar ese problema en la competencia en el sector pesquero sea el individualismo, el partidismo y las relaciones sociales ligadas por las redes del parentesco que encubren en cierto modo prácticas nocivas empleadas para la obtención del máximo rendimiento pesquero. Con todo, es necesario que las poblaciones de pescadores de las áreas de influencia de dichos proyectos se organicen con el propósito de desarrollar pesquerías sostenibles y que los propios integrantes de las Cofradías de Pescadores se impliquen como agentes del proceso de cambio para sus localidades y hagan suyos los proyectos de la investigación.

La apreciación del escenario que se presenta indica además, la necesidad de identificar alternativas para el establecimiento de modelos de gestión de recursos de interés pesqueros más interdisciplinares y sensibles a la perspectiva de género. Los instrumentos actuales para el desarrollo de una política sostenible que permita gestionar el litoral de Canarias, se centran en las Directrices de Ordenación General y del Turismo, de carácter orientativo y generalista, articulados a través de directrices sectoriales que se tornan inoperantes frente a la complejidad de actores sociales y competencias. El retraso en la aprobación de las normativas, con frecuencia inconsistentes, como es el caso de los planes de gestión generales de las ZECs de Canarias (Barragán et al., 2011).

La Ley 30/1992 (reformulada en 1999) de Régimen Jurídico de las Administraciones Públicas, establece la posibilidad de integración sectorial mediante convenios de cooperación, programas o planes de carácter vinculante, creación de órganos para la cooperación, etc. Esta posibilidad puede ser una alternativa utilizada por las administraciones como estrategia para la integración horizontal o intersectorial, fundamental para la cooperación y coordinación de las actuaciones en las diferentes escalas territoriales de gobierno.

En el ámbito insular, los Cabildos Insulares disponen de diversas directrices para la ordenación del territorio que son trasladadas a los Ayuntamientos como documentos genéricos, sin criterios comunes a seguir y actuaciones concretas a implementar. Estos aspectos dejan entrever que el poder local puede ostentar mayores competencias y disponer de mayor autonomía para actuar en pro de una gestión adaptada a las especificidades naturales, socioeconómicas y jurídicas de los entornos costeros. No obstante, los Ayuntamientos se encuentran normalmente con escasez de recursos humanos y financieros para asumir un rol más activo en lo referente a la gestión costera. La administración local es la que mejor puede responder a la resolución de los problemas cotidianos y emergentes en la costa conjuntamente con los demás usuarios y grupos de interés (empresarios, colectivos sociales, ecologistas, pescadores profesionales y recreativos) en la franja litoral.

Los proyectos de Reservas Marinas de Interés Pesquero junto con las nuevas propuestas de Áreas Marinas Protegidas para la creación de una Red de espacios marinos protegidos en la isla de Tenerife, pueden ser una alternativa para la implementación de una gestión pesquera integrada local, pero es necesario cumplir con los criterios de integración sectorial, de modo que se implique una perspectiva amplia y participativa. Es esencial que estas propuestas sean institucionalizadas a partir de la determinación de las poblaciones directamente implicadas, como son las poblaciones de pescadores artesanales de las áreas de influencia del proyecto.

Agradecimientos

El presente artículo refleja los resultados parciales de la Tesis Doctoral leída en julio de 2013, bajo la orientación de los Drs. Carmen D. Wehbe Herrera, Dr. Alfonso Miguel García Hernández y Rodrigo Riera Elena, a quienes les agradezco especialmente su implicación en el trabajo.

Referencias

Alegret, J.L. 1989. La antropología marítima como campo de investigación de la antropología social. **Agricultura y Sociedad**, 52, pp. 119-142.

_____. 2002. **Gobernabilidad, legitimidad y discurso científico: el papel de las ciencias sociales en la gestión de la pesca de bajura**. Girona: Universidad de Girona. Zainak, 21, pp. 13-25.

Amorim, I. 2008. Homens da terra ou homens do mar - um percurso historiográfico. **Culturas Marítimas em Portugal**. Francisco Oneto Nunes, (Coord.). Lisboa: Âncora (Ed.), pp. 25-70.

Barragán, J.M., García, J., García, J., Fernández,Y. 2011. **La gestión del litoral en las Islas Canarias El papel de las comunidades autónomas en el camino hacia una Gestión Integrada de las Áreas Litorales (GIAL) Bases para el debate**. Proyecto Red Española de Gestión Integrada de Áreas Litorales (REGIAL). Cádiz: Universidad de Cádiz.

Bavinck, M., Chuenpagdee, R., Diallo, M., Heijden, P., Kooiman, J., Mahon, R., Williams, S. 2005. **Interactive fisheries governance: a guide to better practice**. Amsterdam: Eburon Publishers.

Bruno, R. 2004. **Conflitos socioambientais e gestão integrada e sustentável de recursos pesqueiros. Estudo de caso sobre a atividade de carcinicultura na área da Lagoa de Ibiraquera (municípios de Imbituba e Garopaba, SC)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Cabrera, G.E. 2003. De vendedoras de pescado y mariscadoras a trabajadoras para el sector turístico: mujeres y cambio social en la Isla de La Graciosa. **Revista El Pajar: cuaderno de Etnografía Canaria**. Santa Cruz de Tenerife

Cerrillo, A. (Ed.). 2005. **La gobernanza hoy: 10 textos de referencia.** Madrid: INAP - Instituto Nacional de la Administración Publica.

Comisión de las Comunidades Europeas. 2000. **Comunicación de la Comisión al Consejo y al Parlamento Europeo sobre la Gestión Integrada de las Zonas Costeras una estrategia para Europa**. Bruselas, nº. 547.

Commission of the European Communities. 2001. **European Governance a white paper**. Brussels, nº. 428.

Chuenpagdee, R., Svein, J. 2007. Step zero for fisheries co-management: what precedes implementation. **Marine Policy**. 31 (6), pp. 657-668.

Díaz, P.A., Pérez Artiles, J. 1984. La pesca en San Marcos (Icod de los Vinos). J.A. Galván Tudela (Ed.), **Carta Etnográfica de la Pesca en Canarias** (Norte Bibliografía K.N. Rodrigues 401 de Tenerife). La Laguna: Informe presentado a la Junta Superior de Etnografía del Ministerio de Cultura, pp. 66-111.

Falcón, J., Carrillo, M.2005. Plan de gestión y monitorización ecológica del LIC ES-7020017 Franja Marina Punta de Teno - Punta Rasca, **Proyecto OGAMP**. Tenerife: Interreg IIIB.

Florido, D. 2008. **Vigor crítico y minusvalía política: las impotencias del discurso antropológico en la política pesquera.** Antropología de orientación pública: visibilización y compromiso de la Antropología. Ciudad: Editorial.

Frangoudes, K., Marugán, B., Pascual-Fernández, J.J. 2008. From open access to co-governance and conservation: the case of women shellfish collectors in Galicia (Spain). **Marine Policy**, 32, (2), pp. 223-232.

Galván, A., Pascual, J.J. 1989. La pesca en el Sur de Tenerife: Calmas, factorías, túnidos y turismo. **Etnografía Española**, 7, pp. 59-113.

García, L.M. 2007. **En torno a la gobernanza, los gobiernos locales y la participación ciudadana**. Santa Cruz de Tenerife: Universidad de La Laguna.

Geertz, C. 2004. [1983] **Conocimiento local Ensayos sobre la interpretación de las culturas**. Barcelona: Paidós.

Gerhardt, C.H., Almeida, J. 2005. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. Porto Alegre: UFRGS. **Ambiente & Sociedade**, 7 (2).

Gibson, C.C., McKean, M.A., Ostrom, E. 2000. **Forests, people and governance: some initial theoretical lessons. People and forests: communities, institutions, and governance**. Cambridge, Massachusetts, pp. 227-242.

Hilborn, R., Stokes, K., Maguire, J.J., Smith, T., Botsford, L.W., Mangel, M., Orensanz, J., Parma, A., Rice, J., Bell, J. 2004. When can marine reserves improve fisheries management? **Ocean & Coastal Management**, 47 (3-4), pp. 197-205.

Jentoft, S., Chuenpagdee, R., Pascual, J.J. 2011. What are MPAs for: on goal formation and displacement. **Ocean & Coastal Management**, 54, pp. 75-83.

Kooiman, J. 2002. **Governing as governance**. CA: Sage Publications Ltd, Thousand Oaks.

Magrama. 2010. **Red Natura 2000 de ámbito marino**. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino.

Mascia, M. 2004. **Social dimensions of Marine Reserve. Marine Reserves a guide to science, design, and use**. J.S.C. Dahlgren (Ed.). Washington London: Island Press, pp. 164-186.

Mesa, J.M. 2003. La pesca del atún en el suroeste de Tenerife: Guía de Isora y la vecina isla de La Gomera. **El Pajar Cuaderno de Etnografía Canaria**. Tenerife: Museo Etnográfico Pinolere.

Mitchell, B. 1999. **La gestión de los recursos y del medio ambiente**. Madrid: Mundi Prensa.

Montalvo, A.J., Silva, F. 2009. **El mar ¿territorio de quién? Algunos elementos para una propuesta de una antropología del litoral**. Pontificia Universidad Javeriana (ed.). Colombia: Universitas Humanística, pp. 247-265.

Morales, A., Villar, A.I. 2005. **Inventario sobre el estado de las edificaciones de las cofradías de pescadores de Tenerife**. Cabildo Insular de Tenerife: Servicio Técnico de Ganadería y Pesca. Área de Aguas, Agricultura, Ganadería y Pesca.

Rodrigues Henriques, K.N. 2013. La historia del proceso de pre-implementación de las Reservas Marinas de Interés Pesquero para Tenerife, Canarias. **Revista Sociedad y Economía.** Fabio Alberto Arias (ed.). Colombia: Facultad de Ciencias Sociales y Económicas.

_____. 2013. **La pesca artesanal en el contexto de la Gestión Integrada de Zonas Costeras: el caso de estudio de las Cofradías de Pescadores de Garachico y Playa San Juan, Tenerife, Canarias**. Tesis Doctoral. Universidad de La Laguna. http://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/79/Karyn%20Nancy%20Rodrigues%20Henriques.pdf?sequence=1

Velázquez, J. 2001. **La Caleta de Interián una aproximación a su historia.** Santa Cruz de Tenerife: Ayuntamiento de la Villa y Puerto de Garachico y de Los Silos.

Wade, R. 1992 [1987]. La gestión de los recursos de propiedad común: la acción colectiva como alternativa a la privatización o a la regulación estatal. **Lecturas sobre economía del agua.** F.C. Aguilera Klink (Ed.). Madrid: MAGRAMA, pp. 403-425.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a13

Comensalidade e gestão de recursos naturais na festa da Oursinade – Costa Azul francesa[1]

Juana de Oliveira Santos[2]

[1]*Este artigo contou com a contribuição de Florent Kohler, Professor Maître de Conférences (M. C.) pela Université de Tours e vinculado ao Laboratório de Pesquisa Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (CREDA).*

[2]*Doutoranda em Études Latino-Américaines, com ênfase em Antropologia, pelo Instut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, que conta com o apoio e fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: juanas@gmail.com*

Recebido em 25 de Setembro de 2015. Aceito em 28 de Dezembro de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – Este artigo é fruto do questionamento crítico sobre os caminhos escolhidos pela sociedade contemporânea entre a sustentabilidade e o desenvolvimento, feito por uma pesquisa[3] focada nas inter-relações entre a Festa da Ouriçada de Carry-le-Rouet (Bouches-du-Rhône, França) e a gestão dos recursos naturais. Se, originalmente, a Ouriçada vem da cultura popular de uma comunidade local de pescadores, atualmente ela pode ser considerada como uma festividade gastronômica tradicional do sul da França, que movimenta a economia regional. Assim, analisa-se as formas de sociação, as dinâmicas, a complexidade e, sobretudo, a singularidade da manifestação em estudo, através de uma metodologia qualitativa, visando a melhor compreensão de seus elementos culturais, históricos, sociais e ambientais. Para tanto, aplicou-se a observação participante e entrevistas semiestruturadas com ênfase na oralidade.

Palavras-Chave: *Festividade Gastronômica Tradicional, Sociabilidade e Gestão de Recursos Naturais*

[3] *Pesquisa intitulada "As Festas da Ouriçada na Baía de Suape (PE, Brasil) e na vila de Carry-Le-Rouet (Bouches-du-Rhône, França): entre a gestão portuária e a preservação dos recursos naturais".*

Commensality and management of natural resources in the sea Urchin festival – The french Blue Coast

Abstract – This article is the result of a critical questioning about the chosen paths between sustainability and development of contemporary society, done by a scientific research focused on the interrelations between the Sea Urchin Festival at Carry-le-Rouet (Bouches-du-Rhône, France) and the management of natural resources. If the Sea Urchin Festival originally comes from the popular culture of fishermen's local community, nowadays, it can be considered as a traditional gastronomic festival in southern France, which drives the regional economy. So, this research analyzes the different forms of sociation, dynamic, complexity and, above all, the uniqueness of the Festival studied through a qualitative methodology aimed at the better understanding of its cultural, historical, social and environmental aspects. Therefore, the participant observation and semi-structured interviews was applied with an emphasis on orality, according to the perspective of the socio-environmental conflict or multi-actor's ethnography (Little, 2006).

Key Words: *Traditional Gastronomic Festival, Sociability and Management of Natural Resource*

Comensalidad y la gestión de los recursos naturales en la fiesta del erizo de mar – La Costa Azul francesa

Resumen – Este artículo es el resultado del cuestionamiento crítico acerca de las formas elegidas entre la sostenibilidad y el desarrollo de la sociedad contemporánea, hecha por una investigación científica centrada en la interrelación entre la Fiesta del Erizo de Mar en Carry-le-Rouet (Bouches-du-Rhône, Francia) y la gestión de los recursos naturales. Si originalmente este festival viene de la cultura popular de una comunidad local de pescadores, hoy en día, se puede considerar como un festival gastronómico tradicional en el sur de Francia, que impulsa la economía regional. Así, se analizan las formas de sociación, la dinámica, la complejidad y, sobre todo, la singularidad del evento en estudio a través de una metodología cualitativa dirigida a una mejor comprensión de sus elementos culturales, históricos, sociales y ambientales. Por lo tanto, se aplicó la observación participante y las entrevistas semiestructuradas con énfasis en la oralidad, según la perspectiva de la etnografía del conflicto socio-ambiental o de múltiples actores (Little, 2006).

Palabras Clave: *Festival Gastronómico Tradicional, Sociabilidad y Gestión de Recursos Naturales.*

Perle de la Côte Bleue

Reconhecida pela consagração da *Fête de l'Oursinade*, *Carry-le-Rouet* (em occitan *Carri lo Roet*) está situada, segundo a divisão geopolítca francesa, no departamento *Bouches-du-Rhône* na região *Provence-Alpes-Côte d'Azur (PACA)*, tendo uma superfície de 1.010 hectares, onde apenas 280 hectares foram urbanizados até os dias atuais (ou seja 27% de seu território), enquanto o restante de sua área é constituída por uma vasta reserva natural de bosque[1].

A região situada no litoral mediterrâneo possui uma costa predominantemente recortada, que abriga enseadas, encostas e praias. *Carry não escapa deste cenário*. Ela é uma típica vila francesa localizada em uma das pequenas baías naturais encravada nas falésias da região mediterrânea, onde foi construído seu pequeno porto, sem muita interferência no seu desenho natual anterior. Seu porto está repleto de barcos brancos enfileirados nas calçadas flutuantes de madeira, com acesso exclusivo aos proprietários dos barcos. Observou-se também que *Carry* possui muitas ladeiras e que é majoritariamente composta por casas, que por sua vez, através de suas arquiteturas mais opulentas, nos indicam qual é a classe social que prevalece por ali. E, por fim, as falésias que avançam para o mar possuem trilhas que valorizam os elementos naturais e históricos da região, tais como algumas espécies de lagartos ou as escrituras antigas feitas nas suas paredes rochosas.

Famosa pelo seu porto de lazer e por suas praias de cascalhos e de águas claras, *Carry-le-Rouet* se consagrou como uma estação balneária muito frequentada durante o verão, onde se pode observar inúmeras atividades esportivas e náuticas, destacando-se pelos seus pontos de mergulho submarino. Por tudo isto, ela também ficou conhecida como "Pérola da Costa Azul" (em francês, *Perle de la Côte Bleue*).

Aparentemente, este ponto específico da costa mediterrânea já era ocupada desde os tempos pré-históricos[2], pois existem vestígios arqueológicos de que as cavernas rochosas de *Rouet* abrigavam populações nômades há aproximadamente 20.000 anos, durante a última era glacial. Em 1584, em torno do conceito de torre de defesa e ainda dependente da municipalidade de *Châteauneuf-les-Martigues*, *Carry* começa a ser considerada como uma comunidade, quando já se podia observar uma população predominantemente constituída

1 Os dados históricos, geográficos e demográficos sobre Carry-le-Rouet estão disponíveis em http://www.mairie-carrylerouet.fr/

2 fr.wikipedia.org/wiki/Carry-le-Rouet.

por agricultores e pescadores. Oficialmente, só se tornou uma coletividade territorial em 1833, fundada a partir de duas pequenas comunidades de uma centena de pescadores e agricultores pobres: uma no porto de Càrrî e outra no porto de Sausset.

No deceorrer da história, pode-se destacar três principais eventos que impactaram na formação social, econômica e cultural de *Carry-le-Rouet*. O primeiro ocorreu entre os anos de 1911 e 1915 e está vinculado à construção da linha de ferro Miramas-Marseille, que foi considerada como um verdadeiro desentrave para o seu desenvolvimento. Isto nos remete, imediatamente, à relevância que a implementação destes equipamentos de infra-estrutura, tais como linhas férreas ou instalações portuárias, têm no processo de desenvolvimento local.

O segundo fato se deu em 1924 com a separação do, então, bairro Sausset da vila de Càrrî, resultando na perda de 1.244 hectares que foram cedidos a vila de Sausset. Isto também refletiu na diminuição da população de *Carry-le-Rouet*, que tinha aproximadamente 600 habitantes no final da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), e passou a ter 265 habitantes em 1924. Atualmente, ela possui uma população de 6. 197 (2012)[3].

O terceiro evento impactante no seu crescimento demográfico está relacionado aos loteamentos, já que, exceto pelo centro histórico, a totalidade do espaço construível de *Carry* pertencia a grandes proprietários de terras. Isto se deu com a chegada da água e da eletricidade a partir de 1936 e, sobretutudo, depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1950, *Carry já* se apresenta como uma zona residencial rica, próxima a importantes zonas de desenvolvimento econômico, mas com vocação para cidade-dormitório, ou seja, sem muitas atividades produtivas locais.

Faire la Fête!

O "fazer a festa" é uma expressão que pode nos remeter, consciente ou inconscientemente, a momentos dedicados exclusivamente ao lazer; à fuga de uma dada rotina vivenciada; ou, simplesmente, a um instante de improdutividade e ócio. Porém, à primeira vista, nos escapa toda a profundidade e complexidade inerente a esse ato tão persistente na história da humanidade, permeado de tantos valores simbólicos e mesmo de conteúdos políticos, alertando-nos para o seu papel nas nossas relações sociais.

Isto se dá porque a festa pode ser entendida como uma "'forma' capaz de plasmar conteúdos diversos, e destinada à promoção de laços de sociabilidade, mesmo que conflitantes" (Leonel, 2010). Este mesmo autor define as festividades enquanto formas de sociação na perspectiva simmeliana, ou seja, "como formas específicas de ser com/ e para com o outro". Este vínculo estreito entre a festa e as formas de sociabilidade de cada grupo social, explica a diversidade e, ao mesmo tempo, a singularidade apresentada por estas manifestações festivas dentro de um universo cultural amplo. Cada festejo é capaz de se distinguir dos outros porque a festa, segundo Guarinello, consiste num "trabalho social específico, coletivo, da sociedade sobre si mesma" (Guarinello, 2001).

Nesta perspectiva, este artigo pretende explorar as formas de sociação, as dinâmicas, a complexidade e, sobretudo, a singularidade da manifestação em estudo, a *Fête de l'Oursinade de Carry-le-Rouet*. Também conhecida como *Fête de l'Oursin et coquillage*, esta festividade tem sua origem em 1952, quando, após uma degustação de ouriços na baía do *Cap Rousset*, os pescadores locais organizaram uma oferenda simbólica deste fruto do mar ao prefeito da época, Jean-Baptiste Grimaldi, numa quantia equivalente ao seu peso corporal. Em 1960, a prefeitura estabeleceu que todo primeiro domingo do mês de fevereiro seria o "dia do ouriço", que não tardou para que fosse consagrado como o "mês do ouriço".

A festividade da *Oursinade* de *Carry-le-Rouet* surgiu enquanto objeto de estudo numa perspectiva comparativa entre a mesma e a Festa da Ouriçada brasileira na baía de Suape-PE[4]. Essa última teve sua origem na crença local oriunda do catolicismo popular vinculada a Santa Luzia, protetora dos olhos, de que quem fosse pescar em seu dia (13 de dezembro) ficaria cego. Respeitando a crença, essa comunidade se dedicou a, neste dia, catar ouriços e realizar a festa em devoção à santa.

Um breve olhar sobre as festividades já nos revelam que ambas têm suas origens enraizadas nas tradições culturais vinculadas ao mundo da pesca de duas comunidades distintas. Entre os pontos de encontro e desencontro, pode-se destacar que o festejar da Ouriçada do litoral brasileiro perpetua o caráter rústico, que é característico daquela comunidade de pescadores, que pode ser visto como um ato de resistência social. No outro continente, a *Oursinade* francesa, passou por um processo histórico no qual as expressões culturais específicas daquela comunidade de pescadores foram institucionalizadas e apropriadas pela gestão pública local, num processo de oficialização da festividade por *Carry-le-Rouet*.

Assim como na pesquisa realizada no Brasil sobre a Festa da Ouriçada da Baía de Suape-PE, a investigação sobre a *Fête de l'Oursinade* adotou uma metodologia qualitativa, visando a melhor compreensão de seus elementos culturais, históricos, sociais e ambientais. Para tanto, priorizou-se a observação participante e entrevistas semiestruturadas com ênfase na oralidade. Esta abordagem representa um encontro das diversas cosmovisões dos distintos grupos e personagens que compõem o cenário em estudo, o que vem a requerer do pesquisador "certo grau de suspensão de valores" (Little, 2006). Nesta análise, considera-se também a memória narrativa — enquanto dimensão cultural — que é composta por "símbolos que demarcam a identidade de um grupo social" (Tedesco, 2002 apud Sousa, 2009).

Na pesquisa de campo, realizou-se a observação participante ao longo dos três dias de festa (1º, 08 e 22 de fevereiro de 2015), quando foi possível captar e analisar o ambiente criado pelos organizadores desta festividade tradicional de *Carry-le-Rouet*, bem como o ambiente em sua volta. Pôde-se observar, por exemplo, a linha férrea de Miramas-Marseille que contribuiu para o desenvolvimento de *Carry* e é connhecida como Trem da Costa Azul (em francês, *Train de la Côte Bleue*), assim como a zona portuária de Marseille composta por estaleiros, grandes depósitos de *containers*, escritórios e outras estruturas logísticas de um grande porto. Nesta área, destaca-se a Torre CME CGM, prédio empresarial e sede do terceiro maior grupo de transporte marítimo mundial. Com 147 metros de altura (a maior torre da cidade) e com uma fachada inteiramente de vidro cor turquesa, ela faz parte do Programa Euroméditerranée, que, por sua vez, visa à reestruturação dessa região portuária.

No presente artigo, optou-se por iniciar a descrição e análise da festividade pelo ambiente e características mais gerais e em seguida abordar os aspectos da festa vinculados ao ouriço propriamente dito. Sendo assim, um dos elementos mais representativo da *Oursinade* de *Carry* é a sua orla verdadeiramente repleta de tendas que vendiam não só os celebrados frutos do mar, mas uma gama de produtos bastante variados. A maioria das tendas era de lona plástica branca, mas algumas se diferenciavam quanto à dimensão e as cores de suas

3 Censo de 2012 - Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos da França - INSEE

4 A festa da Ouriçada brasileira foi objeto da Pesquisa *Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Festa da Ouriçada* pelo Mestrado no Programa Regional de Pós-Graduação em Gestão e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, apresentada em 2013. Atualmente, ela é objeto do estudo comparativo no Doutorado em curso.

cobertas, enquanto outras nem mesmo possuíam cobertas. Estas tendas se encontravam espalhadas por toda a orla, ou seja, no cais *"Professeur Vayssieres"* à extrema esquerda, na praça central que se chama *Jean-Jaurès,* e, finalmente, no cais "*P. Malleville*" à extrema direita (Figura 1). A orla possui aproximadamente 600m de extensão[5] e pode ser visitada em sua totalidade a pé, sobretudo no período festivo da *Oursinade*.

Figura 1 - Imagem Panorâmica de Carry-le-Rouet, indicando o espaço ocupado pela Oursinade.

Fonte: Foto de Fédéric Hédelin no site nautisme.meteoconsult.fr.

A praça principal da municipalidade (Praça *Jean-Jaurès*), localizada no centro do seu porto de lazer, assumiu um papel diferenciado durante o período festivo. Para além das tendas, ali foi instalado um pequeno palco chamado de "*Podium Radio Star*" encarregado da música ambiente (majoritariamente de estilo "pop") e outras animações, tais como sorteios, entrevistas e apresentação de humoristas de *stand up*, mágicos, entre outras atrações. Este palco ficou virado de costas para o mar, o que o protegia do vento forte e frio com uma lona plástica. Como parte da programação oficial do evento, após o anúncio de sua abertura, era disponibilizada uma mesa onde se concentravam algumas pessoas ligadas à gestão pública local, que ofereciam café gratuitamente ao público que passava. Esta maneira de fazer a abertura do evento pode ser considerada tanto como um momento de boas-vindas aos visitantes, quanto de aproximação e interação dos gestores para com a população local. Ao seu redor, também havia um pula-pula, um vendedor de balões coloridos e um carrossel para entreter o público infantil. Também foram observadas atividades como exposição de carros antigos ao ar livre, exposição de quadros numa galeria local e fazendinhas pedagógicas para o público infantil, localizada no estacionamento do *Cinema e Espaço Cultural Fernandel*. Tais atividades podem ser entendidas como iniciativas de pequenos comerciantes e artistas locais que, por sua vez, contam com o apoio da gestão local, com o intuito final de atrair mais visitantes.

Não é por acaso que o pequeno palco desta manifestação ocupa a praça central. Segundo Leonel (2010), o caso brasileiro demonstra que, no decorrer de sua história, os espaços públicos centrais como praças públicas e largos de igrejas são estrategicamente ocupados pelas manifestações festivas "gerando ali uma simbolização e uma espetacularização da coisa pública e dos dramas privados" (Leonel, 2010). A análise deste autor parece tratar também da festividade de *Carry,* já que é possível observar esta ocupação coletiva do espaço público central, sendo que, neste caso, a espetacularização da coisa pública se confunde com a gestão pública local, responsável pela organização do evento.

5 Fonte: www.google.fr/maps

Quanto às categorias dos produtos vendidos, elas variavam de acordo com o cais. Da esplanada central até o cais "*Professeur Vayssieres*", os produtos à venda eram realmente os mais diversos possíveis, tais como: bolsas, lenços, echarpes, chapéus, boinas, sabonetes, perfumes, incensos, produtos exotéricos, facas artesanais, móveis de madeira, mesas retráteis, DVDs, entre outros. Neste cais também eram vendidos produtos alimentícios, como: queijos artesanais, azeitonas de diversos tipos e cores, pães e bolos artesanais, geleias e doces caseiros de nozes e frutas variadas, etc. Neste lado do cais, a rua estava fechada para passagem de carros e as tendas se localizavam dos dois lados da calçada (Figura 2), formando um corredor um pouco irregular.

Figura 2 - Tendas no "Quai Professeur Vayssieres"

Fonte: Franky'mages-Photographies, Fevereiro de 2015.

O exercício de observação (científica) focado nas tendas se fez essencial para a compreensão da estrutura e da dinâmica da *Oursinade* francesa. Verificou-se, por exemplo, que a presença destes produtos diversos supracitados — aparentemente sem vínculo direto com a celebração dos ouriços — vem se dando também pela necessidade de amenizar a pressão exercida sobre o principal produto da festividade, o ouriço. E foi por esta razão que a festa ganhou o termo *coquillage* no título dos últimos anos, sempre visando a ampliação dos produtos à venda.

Outra explicação para a presença destes produtos variados é mais evidente: a visível oportunidade comercial gerada pela considerável circulação dos visitantes da *Oursinade*. Aqui, lembra-se que as festas, em geral, movimentam a economia local e regional de diversas maneiras. Desde o momento da captação de recursos financeiros durante seus intensos preparativos até os festejos em si, elas envolvem

> […] uma série de atividades simultâneas, capazes de engendrar uma robusta economia sazonal: barraquinhas, feiras, danças, música, peças teatrais, fogos de artifício, enfim, um grande espetáculo que modificava radicalmente a quase sempre monótona paisagem urbana, inclusive em termos populacionais (Leonel, 2010: 40).

Mesmo que originalmente a *Oursinade* venha da cultura popular — ou seja, tenha suas origens nos festejos de pescadores artesanais de *Carry*[6] —, atualmente, ela pode ser considerada como um verdadeiro

6 O estudo sobre a Ouriçada de Suape (Pernambuco, Brasil) demonstrou que a mesma também possui uma origem popular, a partir das práticas e da cultura dos pescadores artesanais locais. A Ouriçada brasileira é baseada na crença local oriunda do catolicismo popular vinculada a Santa Luzia, protetora dos olhos, de que quem fosse pescar em seu dia (13 de dezembro) ficaria cego e, por isso, esta comunidade substitui a prática da pesca pela coleta ouriços e faz uma festa em devoção a santa. Este caráter popular vincula as duas festividades, dando origem ao atual trabalho de pesquisa no Doutorado.

festival gastronômico que movimenta a economia regional. Este seu papel econômico é acentuado pelo fato de que *Carry-le-Rouet* é considerada rica, mas com vocação para cidade-dormitório, sem grandes atividades produtivas locais.

Finalmente, chega-se ao cais "*P. Malleville*", que normalmente é um estacionamento, mas que durante a *Oursinade* foi ocupado, principalmente, pelas tendas de frutos do mar. Os produtos variavam entre os frescos e crus e os alimentos cozidos e pratos quentes, tais como: ostras e ouriços frescos, pratos com lulas, *escargot* do rio e do mar, camarões, sardinhas fritas, além dos tradicionais mexilhões com batatas fritas. Uma das tendas se destacava pela venda de "cestinhas" de frutos do mar (ouriços, ostras, camarões e mexilhões) embaladas com papel celofane e tinha um fila de espera de, em média, uma hora, enquanto as outras vendiam por unidade ou por dúzia (por exemplo, uma dúzia de ouriços por 9 ¤), servidos com fatias de limão siciliano. Os pratos quentes à base de frutos do mar podem ser: mexilhões com batatas fritas; *paellas*; massas com frutos do mar; sopas de peixe, entre outros. Por fim, algumas tendas vendiam vinhos da região, preferencialmente branco ou *rosé*. Qualquer que fosse a opção, todos os produtos para degustação foram servidos em pratos e demais utensílios descartáveis, o que evidencia seu caráter popular.

Neste cais foi instalada pela municipalidade uma estrutura para o piquenique ao ar livre, onde os visitantes podem se acomodar. Entre as tendas e a pequena praia de *Carry*, foram disponibilizadas 4 fileiras de mesas dispostas em sentido longitudinal e longos bancos padronizados de madeira (totalizando 70 mesas e 140 bancos), com adesivos sugerindo educadamente que os mesmos fossem mantidos limpos.

Quanto à seleção e recolhimento dos resíduos sólidos, os comerciantes das tendas declararam que fazem a separação dos resíduos de frutos do mar, especialmente as conchas de ostras e mexilhões e as carcaças de ouriços para o recolhimento, ao final do dia, pela municipalidade. Já os visitantes da festa utilizaram dois grandes *containers* localizados ao lado das mesas, onde os descartáveis e os resíduos orgânicos eram colocados todos juntos. Mas, pôde-se observar que também existiam lixeiras públicas fechadas e outras exclusivas para o vidro, sobretudo para as garrafas de vinho descartadas. Outra estrutura disponibilizada pela municipalidade são os quatro banheiros químicos públicos.

Como parte da programação oficial do evento promovido pela municipalidade, houve no dia 08 de fevereiro a limpeza da praia de *Carry-le-Rouet*. No trecho entre o dique de pedras e sua pequena praia, havia um grupo de voluntários vestidos com coletes azuis padronizados, contando com a pequena estrutura de mesa e cadeiras com água e café. Com sacos de lixo preto em uma das mãos e uma longa pinça na outra, o grupo coletava o lixo encontrado entre os cascalhos da praia e as grandes pedras do dique.

O perfil dos vendedores era bem diversificado. Enquanto uns também eram artesãos, produtores, coletores ou pescadores, outros se dedicavam apenas às atividades de comercialização destes produtos. Também foi observada a predominância de negócios familiares, uma vez que muitos vendedores abordados eram casais que produziam e vendiam juntos em feiras de rua (em francês, *marchés*), em diferentes municipalidades da região. Com raríssimas exceções, os entrevistados não eram de *Carry-le-Rouet* e sim de municipalidades próximas, que participavam da *Oursinade* motivados pela possibilidade de fazer bons negócios.

Nas tendas, foi possível observar uma divisão de trabalho, sobretudo no que concerne àquelas tendas dedicadas aos frutos do mar. Enquanto uns faziam a venda (dos produtos), outros preparavam os produtos, geralmente com aventais e luvas, por exemplo, cortando os ouriços e abrindo as ostras. Mas isto se tratava de uma tendência, sem nenhuma regra ou restrição explícita relacionada às questões de gênero ou etárias, pois os papeis podiam ser facilmente invertidos de acordo com o ritmo das vendas.

Os numerosos visitantes se concentravam mais neste cais dedicado aos frutos do mar. O perfil deste público, majoritariamente de nacionalidade francesa, era de famílias com crianças pequenas, casais e grupos de idosos, alguns acompanhados de seus cães de estimação, que caminhavam pelo cais, se aglomeravam nas tendas ou se sentavam para degustar os frutos do mar, sob o sol do litoral do mediterrâneo.

Mesmo que oficialmente a festividade tenha sua abertura marcada para às 10h e seu fechamento às 17h, antes desse horário, percebeu-se a presença de seus organizadores e de comerciantes que montavam as estruturas das tendas, palcos, etc. Já o horário de fechamento do festival podia ser flexibilizado de acordo com mudanças meteorológicas, movimento muito baixo do público ou o término dos produtos à venda.

Segundo a observação de campo, até 11h da manhã o público visitante presente eram majoritariamente de grupos (e indivíduos) de idade mais avançada. Só a partir deste horário, começaram a chegar o público mais jovem e as famílias com filhos pequenos, que, por sua vez, eram distraídos com brinquedos nas mesas enquanto a comida não chegava. De toda forma, os visitantes eram visivelmente mais numerosos durante o período das 11h às 15h, quando as mesas estavam sempre cheias. A partir das 13h, alguns produtos já começaram a ficar escassos em algumas tendas, mas quando os vendedores foram abordados, afirmaram que seus fornecedores iriam fazer novas entregas de produtos frescos e que a *Oursinade* iria continuar até o final do dia.

Antes do horário de maior movimento, os visitantes compravam primeiro os produtos e depois se instalavam nas mesas. Mas durante o período com maior público, eles começaram a se dividir entre os que guardavam o lugar na mesa e organizavam sua pequena estrutura de lazer gastronômico, e os que compravam os itens a serem consumidos por cada um dos grupos. Enquanto alguns tomavam mais tempo à mesa comendo, conversando e mesmo tocando violão, outros não demoravam à mesa, o que tornava o movimento de pessoas um tanto frenético e constante. Terminado o deleite da gastronomia marinha e o momento de convivialidade (em francês, *convivialité*), os visitantes da *Oursinade* recolhiam tudo, ou seja, seus pertences voltam ao lugar de origem e os resíduos iam diretamente para a lixeira pública.

Sobre as mesas (Figura 3), é possível observar como os visitantes se preparam para um dia de piquenique na França. Para além dos pratos comprados na hora, as mesas estavam sortidas com cestinhas, sacolas ou mesmo caixas e bolsas térmicas com verdadeiros *kits* completos para piquenique. Uns poucos forravam as mesas com toalhas quadriculadas e a maioria possuía seus próprios pratos, talheres e copos de plástico, guardanapos e mesmo taças (de plástico ou de vidro) para o vinho. Alguns também traziam seus pães do tipo baguete e seus próprios vinhos preferidos.

O ambiente de piquenique criado por essas mesas é, possivelmente, um dos elementos mais simbólicos da festa, uma vez que é um espaço especialmente criado para a concretização da degustação dos ouriços e dos outros frutos do mar. E é através do simples ato de desfrutar os produtos locais que se põe em prática a sociabilidade na perspectiva de Simmel, enquanto um "jogo no qual se faz de conta que são todos iguais, ao mesmo tempo que cada um é reverenciado em particular" (Simmel, 2006 apud Leonel, 2010). Assim como o "fazer a festa", o "fazer de conta" vai muito além de nossa primeira impressão, que, segundo Simmel, não é uma mentira, mas sim uma forma lúdica de sociação, entendida como uma experimentação da vida em coletividade (Leonel, 2010). E é na figura

3, acima, que pode ser observado o "estar-junto" pela coletividade que frequenta a Oursinade e a relevância deste ciclo festivo para a permanente recriação deste estar-junto em sociedade.

Figura 3 - imagem das mesas e bancos vazios e com o público aproveitando a Oursinade

Foto de Noel Lapa em 08 de fevereiro de 2015.

Mas nem todos os visitantes disputavam um lugar nestas mesas, pois alguns ficavam igualmente à vontade ao se sentar na beira da orla (na calçada do porto), degustando seus pratos de frutos do mar, com uma garrafa de vinho de sua preferência. Outros ainda preferiam se instalar, com toalhas, ou diretamente nas rochas, ao longo da praia de *Carry* (Figura 4). Assim, pequenos grupos preenchiam a pequena beira-mar de cascalho à disposição, uma vez que todo o restante da orla foi asfaltado em função do porto de lazer. Estes grupos também se estendiam ao longo do dique, que divide, de um lado, as mesas do espaço asfaltado e, de outro, a praia e a trilha nas falésias históricas de *Carry-le-Rouet*.

Figura 4 - Imagem das estruturas de lixeiros e da limpeza da praia; e Ouriçada na praia de Carry-le-Rouet.

Foto de Juana Santos em 08 de fevereiro de 2015.

O evento também atraiu os visitantes que preferem fazer esta degustação dentro dos restaurantes com vista para seu simpático porto. Durante toda a *Oursinade*, esses empreendimentos anunciaram o "menu do dia" em seus painéis, tendo o ouriço como atrativo principal. Antes das 9h da manhã, foi possível observar alguns de seus funcionários abrindo os ouriços nas calçadas desses restaurantes.

Em resumo, pode-se identificar diferentes atores sociais envolvidos na *Oursinade*, tais como: a gestão pública local que organiza e divulga o evento; os restaurantes que procuram fazer bons negócios; os vendedores das tendas que ocupam a orla e que fazem circular os produtos a serem consumidos e apreciados; e os visitantes, que podem ser chamados de público alvo e que, finalmente, movimentam as ruas de *Carry,* bem como sua economia local. Além disso, é através destas festividades que estes atores sociais constituem uma coletividade, mesmo que momentânea, e reinventam as relações sociais estabelecidas entre si e com um determinado espaço biofísico, nesse caso com o porto de lazer de *Carry-le-Rouet*.

Assim, é essa coletividade que, efetivamente, representa a ocupação (física e simbólica) do espaço público em questão. Se lembrarmos da concepção de *territorialidade* enquanto o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a, assim, em seu "território" (cf. Sack 1986 *apud* Little, 2002), pode-se afirmar que esse conjunto de atores sociais delimita, mesmo que temporariamente, uma territorialidade da *Oursinade* de *Carry*. De uma maneira geral, este festejo tem um carácter democrático, uma vez que tudo se passa ao ar livre e em vias públicas, o que não significa que este processo de apropriação e de identidade com o espaço biofísico se dará da mesma forma para cada grupo social.

Por exemplo, a *Oursinade* permite que os gestores locais exerçam seu papel através da mobilização cultural e econômica; os restaurantes e os comerciantes da região aproveitam o espaço para fazer boas vendas e divulgar seus produtos; e os visitantes saem em busca desta pequena orla mediterrânea para desfrutar de elementos naturais (tais como os frutos do mar, o vinho e o sol, segundo o depoimento de um dos entrevistados), através de uma atividade ao ar livre, que por sua vez quebra o hábito rotineiro do inverno de se recolher em ambientes fechados.

No entanto, pode-se dizer que estes atores, sobretudo os visitantes da *Fête de l'Oursinade,* de uma forma ou de outra, procuram romper com sua rotina habitual. Isto se dá porque, segundo Blass (2004), "as manifestações festivas supõem, contudo, uma certa ruptura do cotidiano de vida e de trabalho na medida em que as práticas de trabalho são interrompidas". Essa mesma autora acrescenta que, nestes eventos, uma série de hábitos e comportamentos são adotados especialmente para estas ocasiões, incluindo o preparo de comidas especiais.

Degustação e convivialidade à francesa

Sabe-se que o ato de se alimentar é um dentre os mais essenciais e permanentes da história da humanidade. Isso não é por acaso, já que se trata de uma das atividades primordiais para a sobrevivência de cada ser individualmente. Mas, diferentemente dos outros animais, os seres humanos costumam projetar *o que*, *como* e *com quem* vão comer, mesmo antes da refeição propriamente dita. Sobre este aspecto, Cascudo (2004) afirma que a sociologia da alimentação decorre do próprio ato social e, assim, ultrapassa-se a barreira da estrita necessidade fisiológica de se alimentar praticada pelos outros animais não-humanos. A partir desta análise, pode-se considerar que o alimento em si fornece várias informações sobre o grupo social que o consome, sendo fortemente revelador sobre seus estilos de vida, seus comportamentos e suas formas de convívio. A respeito desta capacidade de projeção sobre os costumes alimentares, a *Oursinade* pode ser considerada como uma degustação programada dos frutos do mar, mais especialmente dos ouriços, e que traz consigo um conjunto complexo de elementos sociais, culturais e ambientais.

Se formos à raiz da palavra, a *Oursinade* (em *occitan, Orsinada*) significa o hábito de comer ouriços, que tomou a forma de uma festividade gastronômica tradicional, sobretudo, no litoral sul francês, mais destacadamente em *Carry-le-Rouet*. É interessante observar que esta última reivindica ter sido a primeira municipalidade a fazer uma *Oursinade* oficialmente enquanto festividade, sobretudo diante da atual expansão deste evento pela costa mediterrânea.

Não obstante a grande maioria dos ouriços já seja vendida aberta pelos restaurantes ou pelos vendedores das tendas de frutos do mar, não existem segredos quanto ao melhor método para abri-los. Os ouriços podem ser abertos com tesouras sem ponta, com mais de um corte a partir da boca do animal (Figura 5); ou com um instrumento semelhante a uma pinça cortante (chamada de "*goulindion*", em francês); e, por fim, também pode ser feito com umas máquinas manuais de corte, semelhantes às de corte de queijo.

Figura 5- Funcionária de um restaurante cortando Ouriços com uma tesoura.

Foto de Noel Lapa em 01 de fevereiro de 2015.

Nas tendas e restaurantes, independente do instrumento utilizado, o trabalho de abertura dos ouriços é feito de forma frenética, a partir das seguintes etapas: pegar o ouriço; virá-lo com sua boca para cima; cortá-lo; jogar fora com vigor a água marinha e resíduos do sistema digestivo que estiver dentro; arrumá-los nos pratos, e em seguida recomeçar o mesmo procedimento. Como é possível comprar, por um preço mais baixo, ouriços e ostras ainda fechados, os amantes da ouriçada à *l'ancienne,* os abrem com o auxílio de tesouras num ritmo mais tranquilo, à beira do mar de *Carry.*

Não obstante a refinada gastronomia francesa siga criando novos pratos com esta iguaria marinha, a forma mais tradicional de se degustar o ouriço é, simplesmente, abri-lo ainda fresco e consumir cru, com gotas de limão siciliano e sobre pedaços de pão, preferivelmente, acompanhado de um bom vinho branco ou *rosé* da região (Figura 6). Qualquer consumidor de ouriço pode abri-lo com uma simples tesoura, mas seus vendedores durante a *Oursinade* utilizam o "*goulindion*" (um dos instrumentos de corte supracitado). Depois de aberto, deve-se retirar o sistema digestivo de cor marrom ou esverdeado e consumi-lo o mais rápido possível.

Figura 6 - Diferentes formas em que os ouriços são servidos.

Fonte: Franky'mages-Photographies, Fevereiro de 2015 (A e B) e foto de Noel Lapa em 08 de fevereiro de 2015 (C).

A observação da *Oursinade,* enquanto hábito de comer ouriços, evoca a análise da comensalidade, que é compreendida como partilha de alimentos, ou ainda mais especificamente a função social das refeições. Segundo Moreira (2010).

> Comensalidade deriva do latim "mensa" que significa conviver à mesa e isto envolve não somente o padrão alimentar ou o quê se come mas, principalmente, como se come. Assim, a comensalidade deixou de ser considerada como uma consequência de fenômenos biológicos ou ecológicos para tornar-se um dos fatores estruturantes da organização social. A alimentação revela a estrutura da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado. A sociabilidade manifesta-se sempre na comida compartida (Moreira, 2010)

Por sua vez, percebe-se um inevitável e histórico vínculo entre a comensalidade e o ato de festejar, já que um significativo número de festas, sejam as de âmbito público ou privado, tem como modo de celebração a partilha do alimento. Isto pode ser observado nas celebrações de colheitas de produtos locais, como, por exemplo, os festejos juninos vinculados à colheita do milho ou em outros eventos sociais que têm a mesa como elemento central do encontro entre os atores envolvidos, como é o caso das ceias natalinas entre famílias. Portanto, tanto a comensalidade quanto a festa que são vívida e ciclicamente experimentadas na *Oursinade*, com um espaço e temporalidade precisos (em *Carry-le-Rouet*, nos domingos do mês de fevereiro), têm a potencialidade de revelar muito sobre a estrutura da organização social da população daquela região.

No caso em estudo, a comensalidade de uma iguaria do mar é a razão principal da celebração, ou seja, o modo simples em que os ouriços são consumidos e as mesas disponibilizadas pela gestão pública que estimulam a partilha deste momento de degustação são essenciais para esta festividade gastronômica tradicional francesa.

Em termos nutricionais, o ouriço é rico em proteínas, lipídios insaturados, cálcio, fósforo e vitaminas A e D. Quando os entrevistados foram questionados sobre este aspecto, destacaram as altas doses de iodo contido no ouriço, enfatizando que faz bem para a saúde. Porém, o que marca essa festividade, visivelmente, não é uma busca nutricional, mas sim uma exploração dos sentidos. Isto se dá porque, nestas manifestações festivas, a "lógica da utilidade e do cálculo são aí substituídos pela lógica do excesso, pelo lúdico e pela exaltação dos sentidos, com forte acento hedonístico e agonístico" (Perez, 2002 *apud* Leonel, 2010).

Alguns entrevistados destacaram que este é um momento para desfrutar os produtos locais e da estação, mas acrescentaram que a *Oursinade* em *Carry* não é só um momento de degustação de frutos-do-mar ao ar livre, mas principalmente uma oportunidade de exercer a "convivialidade" entre amigos, familiares e a comunidade local. Este termo (em francês, *convivialité*) — um dos mais citados pelos entrevistados durante a *Oursinade,* no presente levantamento etnográfico — deve ser entendido como o exercício do estar-junto em sociedade e a manutenção da memória coletiva dessas formas de sociação.

> A análise do fenômeno social festivo nos permite o trânsito por territórios da vida coletiva no seu nível mais elementar, ou seja, nas estruturas de formação dos próprios vínculos sociais, pois permite que a sociedade entre em uma relação consigo própria, diferente daquela ordinária, desempenhada em sua rotina. Ao romper com a rotina, a festa mostra-se capaz de, paradoxalmente, produzir o próprio cotidiano e o inédito como atos de produção do próprio vínculo social, num processo dialético de caos e ordem, produtor da própria vida em sociedade (Leonel, 2010: 41).

Assim, a *Oursinade* é muito mais do que uma simples feira de rua numa pequena cidade. Ela vai muito além de seu papel socioeconômico, mesmo que também seja uma boa oportunidade para fazer circular produtos artesanais e para movimentar a economia local. Ela celebra e perpetua, de uma forma mais institucionalizada, o antigo hábito de se comer ouriços, tão intrínseco à cultura francesa e tão tradicionalmente praticado por todo seu litoral. Hábito que foi, finalmente, oficializado na *Oursinade* de *Carry-le-Rouet*. Portanto, a festividade é, sim, baseada na exploração do paladar e na busca do gosto particular do ouriço do mar, indicando-nos o que se come. Mas ela também é envolta pela simplicidade aplicada no modo em

que estas iguarias são consumidas e, por fim, com quem elas são compartilhadas, ou seja, com grupos de amigos e de familiares nas mesas ou à beira-mar. Em outras palavras, para a população da região, a *Oursinade* é um encontro marcado com a exploração dos sentidos, com a simplicidade e com a convivialidade.

Esta tradição cultural mediterrânea acontece aproximadamente entre os meses de janeiro e março, pois visa respeitar o período de coleta permitido pela regulamentação de proteção ambiental (*Arrêté-DRAM-27-10-2008*, Decreto que fixa as datas de proibição da pesca de ouriços nos departamentos de *Bouches-du-Rhône*,, do *Var* e dos *Alpes Maritimes*), que, por sua vez, restringe a pesca ao período do 1º de novembro ao 15 de abril no litoral do mediterrâneo continental (o período de proibição pode variar de acordo com a região marítima).

No hemisfério norte, isto quer dizer que a *Oursinade* acontece em pleno inverno, sendo fevereiro um dos meses mais frios do ano. E mesmo que o sul da França seja considerado mais ensolarado e quente em relação ao restante do país, nesta época as temperaturas ficam próximas a 0º C , mesmo com céu azul. O aspecto meteorológico merece algum destaque, já que o mesmo influencia diretamente numa festa à céu aberto e durante a estação fria. Aproximadamente às 14h do dia 08 de fevereiro, foi observada a ocorrência do vento forte e frio, conhecido como Mistral, que derrubou algumas cobertas e produtos, ameaçando danificá-los. O público rapidamente desapareceu e, a partir das 15h, além das cobertas, os comerciantes começaram a recolher também os produtos expostos. Já a chuva, ou mesmo a neve, podem ocorrer neste período causando adiamentos ou cancelamentos nos dias de festa, como aconteceu com a transferência do dia 15 para o dia 22 de fevereiro desse ano, devido à ocorrência de chuvas. Depois desses eventos meteorológicos (ventos fortes, chuvas e neve durante a primeira semana de fevereiro), o último domingo de festival ocupou um cais a menos, bem como teve uma visível redução no público visitante.

Aqui, chega-se à temporalidade da festa. Não só é importante remarcar a estação do ano, mas a segmentação do tempo entre o rotineiro e festivo, dividido por uma linha tênue ou mesmo dialética, pois a festa tem o potencial de penetrar no cotidiano anterior e posterior a sua catarse. Segundo Canclini (1982 *apud* Leonel, 2010), a festa rompe com a rotina e consagra um determinado tempo de celebração, e só pôde ser realizada a partir de práticas integradas ao cotidiano de seus envolvidos.

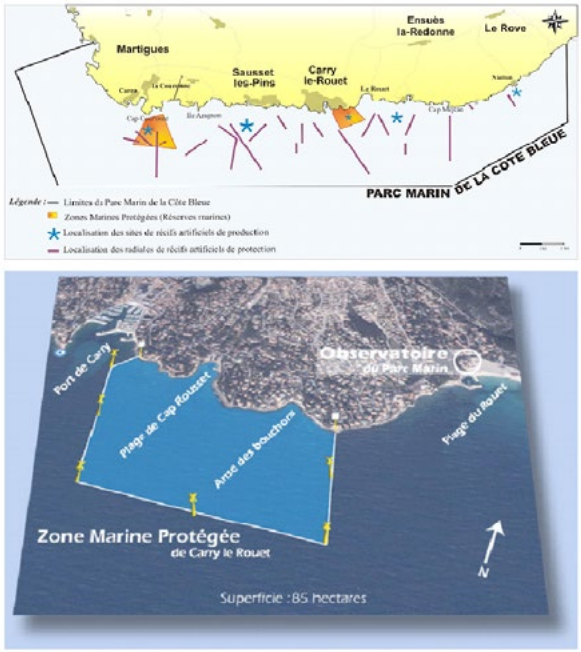
Neste caso, o tempo é marcado por celebrações dos ciclos dos produtos naturais locais, muitas vezes produzidos e coletados de forma tradicional. Assim, pode-se dizer que a Ouriçada está verdadeiramente condicionada ao tempo da natureza.

Gestão Ambiental da Pesca

A *Oursinade* pode ser entendida como uma celebração do manejo dos recursos naturais locais e de seus respectivos ciclos reprodutivos. E sobre a temática da gestão ambiental da região, observou-se que *Carry-le-Rouet* faz parte do Parque Regional Marinho da Costa Azul, em francês *Parc Régional Marin de la Côte Bleue - PMCB*. De uma maneira geral, os Parques Naturais Marinhos da França possuem estruturas de gestão integrada, visando a preservação de uma zona marítima considerada, por sua vez, de interesse particular devido à sua biodiversidade, levando em consideração as atividades humanas locais. Enquanto categoria de área marinha protegida, estes parques são regidos pela *Loi n. 2006-436 de 14 de Abril de 2006, relative aux Parc Nationaux, aux Parc Naturels Marins et aux Parc Naturels Régionaux* (Lei nº 2006-436 de 14 abril de 2006, relativa aos Parques Nacionais, aos Parques Naturais Marinhos e aos Parques Naturais Regionais), mas cada zona de proteção é criada a partir de decretos municipais ou regionais.

Em relação à área específica de estudo, tem-se que a Zona Marinha de Proteção Ambiental localizada em frente à *Carry-le-Rouet* foi criada em dezembro de 1982, sendo constituída por uma área de 85 hectares de costa[7]. Nesta chamada *Zone Marine Protégée de Carry-le-Rouet* (Figura 7), "toda e qualquer forma de pesca é proibida, bem como a ancoragem de barcos, a dragagem e o mergulho submarino" (PMCB, 2014), visando proteger as espécies (tanto a fauna quanto a flora) que são essenciais para a preservação do ecossistema marinho como um todo. Esta medida tem o papel de garantir uma zona de proteção ambiental restrita, onde qualquer atividade humana é considerada como ameaçadora do sensível equilíbrio local, porém também existem outras regulamentações ambientais complementares que lidam com as práticas humanas nas águas circundantes.

Figura 7 - Os mapas, acima, do território gerido pela Parque Marinho da Costa Azul e, abaixo, o da Zona Marinha Protegida de Carry le Rouet.



Fonte: Site oficial do Parc Marin Côte Bleue (www.parcmarincotebleue.fr)

Sobre o surgimento do período de proibição da pesca, do transporte e do consumo de frutos do mar na França, existe um fato curioso. Segundo o professor e biólogo Alain Riva, a regulamentação atual (*Arrêté-DRAM-27-10-2008*) se remete à memória coletiva sobre intoxicação alimentar dos tempos em que o transporte dos produtos era significativamente mais lento e ainda não se contava com a conservação através do resfriamento dos itens alimentícios.

A expressão "meses com R", por oposição, quer dizer que não se deve consumir frutos do mar nos meses que não levam esta letra, tais como maio, junho, julho e agosto, pois são os meses mais quentes do ano. A expressão surgiu com um decreto do rei Luiz XIV, em 1759, proibindo a pesca, transporte e consumo destas iguarias (inicialmente se referindo às ostras, as quais ele tanto apreciava) devido à alta incidência de intoxicações alimentares neste período, ou seja, por razões de saúde pública. Hoje em dia, os problemas de conservação e transporte destes produtos estão solucionados, e a motivação mais forte é a da preservação das espécies. No entanto, a expressão dos "meses com R" ainda é utilizada pelo senso comum.

A regulamentação de proteção ambiental se tornou mais severa após uma baixa na população de ouriços por causa de uma doença viral (conhecido como doença do "ouriço careca", pois ele perde os espinhos),

7 Fonte: PMCB, www.parcmarincotebleue.fr, 2014.

bem como a sua baixa natalidade devido a mudanças hidrológicas.

Ainda segundo o Alain Riva, o período de proibição não está, necessariamente, vinculado ao de reprodução. Por exemplo, no caso da espécie *Paracentrotus lividus*[8], uma das mais comuns no mediterrâneo, a interdição se configura mais como um período de proteção sanitárias aos consumidores e de um repouso reprodutivo. A prova disto está justamente no fato de que a parte comestível do ouriço corresponde às suas gônadas, ou seja, seus órgãos reprodutores, que variam da cor amarelada nos machos e alaranjada ou avermelhada nas fêmeas. Conclui-se que os ouriços mais desejados na gastronomia francesas são os mais "cheios", ou seja, em vias de se reproduzir.

Além do período, outras legislações também regulamentam o método de pesca e a sua cota limite. Vale lembrar que não existe a pesca industrial de ouriços. Ela é feita ainda hoje de maneira tradicional, segundo regras precisas, coletados à mão, com o auxílio de instrumentos artesanais como facas. No litoral Atlântico, onde a maré tem uma alta oscilação, os ouriços podem ser coletados em caminhadas pelos recifes, ou seja, a pé. Mas no lado Mediterrâneo, com uma menor oscilação na maré, prevalece à pesca de mergulho sem máscara de oxigênio (ou seja, apneia), o que faz com que o pescador nem alcance grandes profundidades, nem permaneça longos períodos dentro d'água, ao fazer sua coleta de ouriços. A baixa temperatura da água também é um limitante para a permanência do mergulhador embaixo d'água. Tudo isto, finalmente, evita a sobrepesa e preserva a população de ouriços. Quanto à cota (ainda regida pelo Arrêté-DRAM-27-10-2008), é permitido 4 dúzias de ouriços por pescador por dia e nos casos dos barcos de pesca recreativa, este limite chega a 10 dúzias desta espécie. Quanto ao tamanho mínimo permitido na coleta (segundo *Arrêté du 29 janvier 2013*)[9] é de 5cm no mar e 3,5cm nos lagos, ambos sem contar com os espinhos. Este padrão limite na quantidade e no tamanho das espécies são válidas tanto para os pescadores profissionais quanto para os amadores e evita uma eventual coleta excessiva de indivíduos prematuros, contribuindo para a preservação do estoque dos ouriços.

Este marco legal ambiental também prevê que a venda dos ouriços deve ser feita exclusivamente por pescadores profissionais, o que leva os amantes da pesca recreativa à consumirem os ouriços na beira mar ou nos próprios barcos. Esta regra tem sido problemática pois permite uma dúbia interpretação. Sabe-se que, mesmo com a regulamentação, é possível observar consumidores de ouriços fora de sua estação de pesca, pois os pescadores amadores entendem que sua pesca e consumo são legais uma vez que consumido no próprio barco, sem nenhuma relação comercial.

Considerações Finais

Mesmo com a existência de uma regulamentação específica, o esgotamento gradual de alguns recursos naturais já pode ser sentido tanto pela comunidade local, quanto pela científica, dentre eles os referidos ouriços. Enquanto a pesquisa anterior na Ouriçada de Suape (PE-Brasil) observou que os impactos ambientais podem se dar, sobretudo, pelas atividades industriais e portuárias, uma das pressões exercidas no ecossistema na costa francesa, na região de *Carry-le-Rouet,* incluem as atividades turísticas e culturais. Um dos entrevistados testemunhou que, durante sua infância, as praias de *Carry* eram tão repletas de ouriços que as pessoas deveriam ter cuidado ao caminhar, mas que esta espécie começou a ficar escassa há aproximadamente 10 anos.

Logo, seus organizadores se veem forçados a importar os recursos característicos da festividade — tais como os ouriços e uma diversidade de frutos do mar — de comunidades pesqueiras vizinhas, desencadeando um efeito dominó nos impactos ambientais, ameaçando fortemente a preservação dos próprios ouriços na região.

Todo este impacto ambiental é agravado pelo fato de que, atualmente, essa festividade vive um processo de multiplicação, com algumas novas municipalidades em via de inaugurar suas próprias *Oursinades*, como é o caso, em 2015, de Sète (uma das principais fornecedoras de ouriços para *Oursinade* de *Carry*).

Assim, observa-se um ciclo vicioso, no qual: o impacto na biodiversidade local, sobretudo nos seus recursos pesqueiros, é proveniente do crescente desenvolvimento turístico da região, baseado num processo de folclorização da Ouriçada, que, paradoxalmente, ameaça os recursos naturais fundadores desta mesma manifestação, já considerada tradicional. Assim, a *Oursinade* exerce uma pressão extra, maior do que a exercida habitualmente pelos consumidores de ouriços, e, finalmente, favorece a diminuição de seu estoque populacional deste espécie.

Por fim, percebe-se que a "oficialização" de uma Festa da Ouriçada, nos moldes que têm sido adotados, não só tem ameaçado a população de ouriços locais (e, com o processo de importação, poderá afetar sua preservação em outras regiões), mas a institucionalização da festa pode ameaçar a tradição em si, pois "fazer a ouriçada" sempre foi uma tradição das famílias do litoral francês e agora virou um evento de mercado regional. O que nos faz repensar sobre nossos vínculos sociais e o nosso estar-junto nas sociedades contemporâneas.

Referências

Agence des Aires Marines Protégées. Disponível em www.aires-marines.fr. Acessado em 05/07/2015.

Arrêté DRAM du 27 octobre 2008, *fixant les dates d'interdiction de pêche des oursins dans les départements des Bouches du Rhône, du Var et des Alpes Maritimes.*

Arrêté du 29 janvier 2013, *modifiant l'arrêté du 26 octobre 2012 déterminant la taille minimale ou le poids minimal de capture des poissons et autres organismes marins (pour une espèce donnée ou pour une zone géographique donnée) effectuée dans le cadre de la pêche maritime de loisir*.

Blass, L. M. S. 2004. **Dois de fevereiro, dia de Iemanjá, dia de Festa no mar**. Proj. História, São Paulo, (28), p. 131-149.

Cascudo, L. C. 2004. **História da Alimentação no Brasil**. 3a. edição. São Paulo: Global.

Guarinello, N. 2001. Festa, trabalho e cotidiano. In: Jancsó, I. e Kantor, I. (org.), **Festa, Cultura & sociabilidade na América Portuguesa.** São Paulo, Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, p. 970.

INSEE. Site do Institut Nacional de la Statistique et des Études Économiques. Disponível em: http://www.insee.fr/fr. Acessado em 16/06/2015.

Leonel, G. G. 2010. Festa e sociabilidade: reflexões teóricas e práticas para a pesquisa dos festejos como fenômenos urbanos

8 Espécie de ouriço predominantemente consumida na *Oursinade* de *Carry* e popularmente conhecida como ouriço violeta (em francês, *oursin violet*) devido a sua coloração.

9 Nesse caso regido pelo *Arrêté du 29 janvier 2013 modifiant l'arrêté du 26 octobre 2012 déterminant la taille minimale ou le poids minimal de capture des poissons et autres organismes marins (pour une espèce donnée ou pour une zone géographique donnée) effectuée dans le cadre de la pêche maritime de loisir.* Decreto, modificando o Decreto 26 de outubro de 2012, que determina o tamanho mínimo ou o peso mínimo da captura de peixes e outros organismos marinhos (por uma espécie específica ou por uma zona geográfica específica), na pesca marinha de lazer.

contemporâneos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.11, n. 15 p. 35-57.

Little, P. E. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, nº 322. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

Little, P. E. 2006. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103.

Loi n. 2006-436 du 14 Avil 2006, relative aux Parc Nationaux, aux Parc Naturels Marins et aux Parc Naturels Régionaux.

Mairie de Carry-le-Rouet. Disponível em: http://www.mairie-carrylerouet.fr). Acessado em 01/04/2015.

Meteo France. Site de meteorologia. Disponível em: www.meteofrance.com. Acessado em 08/02/2015.

Ministère de l'Écologie, du Développement Durable et de l'Énergie. Disponível em: www.developpement-durable.gouv.fr. Acessado em 03/06/2015.

Moreira, S. A. 2010. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Revista Ciência e Cultura**.,São Paulo v. 62, n. 4, pp. 23-26. ISSN 2317-6660. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400009. Acessado em 28/ 09/ 2015.

Perez, L. F. 2002. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida: significado e imagens.** Petrópolis: Vozes, p.15-58.

PMCB. Site oficial do Parque Regioal Marinho da Costa Azul. Disponível em: http://www.parcmarincotebleue.fr . Acessado em 24/05/2015.

Riva, A. **Petite histoire de fruits de mer et origine des mois en "R".** Disponível em: http://www.institut-paul-ricard.org/IMG/pdf/Regle_des_mois_en_R_bis.pdf. Acessado em 11/05/2015.

Santos, J. O. 2013. **Sustentabilidade na Baía de Suape: entre o Complexo Industrial Portuário de Suape e a Festa da Ouriçada.** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, 130p.

Santos, J. O. e Andrade, M. O. 2013. Festa da Ouriçada e devoção a Santa Luzia na praia de Suape, PE: expressão sincrética e simbólica da biodiversidade e do território de pescadores artesanais. **Horizonte PUC Minas**, v.11, n. 30, p.545-571.

Simmel, G. 1987. A metrópole e a vida mental. In: Simmel, G. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, p.10-25.

Simmel, G. 2006. **Questões fundamentais de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 119p.

Sousa, M. S. R. 2009. **O povo do Zabelê e o Parque Nacional da Serra da Capivara no Estado do Piauí: Tensões, desafios e riscos da gestão principiológica da complexidade constitucional.** Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito. UnB, Brasília, 266f.

Wikipedia. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Carry-le-Rouet Acessado em 28/03/2015.

Wikipedia. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Carry-le-Rouet Acessado em 16/03/2015.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a14

A extração do látex e a coleta de sementes em comunidades da FLONA do Tapajós: bases empíricas para a discussão da racionalidade ambiental

Rubens Elias da Silva[1]; Rogério Ribeiro de Souza[2] & Fernanda da Silva Bonfim[3]

[1]*Doutor em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto do Programa de Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará. Professor Colaborador do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – Doutorado. Coordenador do Grupo de Pesquisa Socioantropologia da Pesca no Baixo Amazonas. E-mail mytheores@yahoo.com.br.*

[2]*Graduando em Ciências Biológicas pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED – UFOPA). Bolsista de Iniciação Científica pelo PROPPIT / UFOPA. E-mail: rogermat13@hotmail.com*

[3] *Graduanda em Ciências Biológicas pelo Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED – UFOPA). Bolsista de Iniciação Científica pelo PROPPIT / UFOPA. E-mail: nandabonfim1@hotmail.com*

Recebido em 15 de agosto de 2015. Aceito em 12 de novembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – Este artigo discute como populações tradicionais que habitam a FLONA do Tapajós, localizada no oeste do Estado do Pará, elaboram atividades produtivas tais como a extração do látex para a produção de artefatos de borracha e a coleta de sementes para a criação de bijuterias de modo a serem tecidas com a maximização de aproveitamento de recursos bióticos com impacto reduzido no meio ambiente circundante. A metodologia empregada deu-se através da observação participante e a aplicação de questionários semi-estruturados. Como os nativos organizam e administram o manejo desses recursos da floresta, de modo a conservá-los para o usufruto comunitário em longo prazo? Entendemos que a estreita relação que os comunitários mediam com a floresta e o rio – vale salientar, pois a pesca é atividade complementar e que permite a obtenção de proteínas para a dieta desses grupos – estimulou o aprimoramento das técnicas de manejo dos recursos aí existentes.

Palavras-Chave: *Racionalidade ambiental; Manejo integrado de recursos; Sustentabilidade Ambiental; Floresta; Povos tradicionais*

The extraction of latex and seed collection in communities from National Forest of Tapajos: empirical bases for discussion environmental rationality

Abstract – This article is interested in discussing how traditional communities that live in Tapajós National Forest elaborate productive activities such as latex extraction for the production of rubber products and the collection of seeds for the creation of jewelry, in a way that is woven with the maximization of the use of biotic resources. How do the natives organize and manage these forest resources in order to conserve them for communitarian use for a long term? We understand that the close relationship by which the community mediates with the forest and river – and that is worth to pointing out because fishing is a complementary activity that allows obtaining protein for the diet of these groups – encouraged the improvement of management techniques of existing resources.

Key Words: *Environmental rationality; Integrated resource management; Environmental sustainability; Forest; traditional communities.*

La extracción de látex y semillas en comunidades del bosque del nacional de Tapajos: bases empíricas para racionalidad ambiental discusión

Resumen – Este artículo discute como poblaciones tradicionales que habitan el bosque nacional Tapajós, situado en el oeste del estado de Pará, desarrollan actividades productivas como la extracción de látex para la producción de productos de caucho y la recolección de semillas para la creación de joyería tejida con la maximización de la utilización de los recursos bióticos con reducido impacto sobre el medio ambiente. La metodología empleada fue a través de la observación participante y cuestionarios semiestructurados. ¿ Como el nativos organizan y administran la gestión de estos recursos en el bosque, con el fin de preservarlas para la comunidad en el disfrute a largo plazo? nativos organizam e administram o manejo desses recursos da floresta, de modo a conservá-los para o usufruto comunitário em longo prazo? Creemos que la estrecha relación que el medido con el bosque comunitario y el valle del río señalar, porque la pesca es una actividad complementaria y que permite que las proteínas a la dieta de estos grupos – estimula la mejora de técnicas de manejo de recursos allí.

Palabras Clave: *Racionalidade económica, Gestión integrada de los recursos, Sostenibilidad ambiental, Bosque, Pueblos tradicionales..*

Introdução

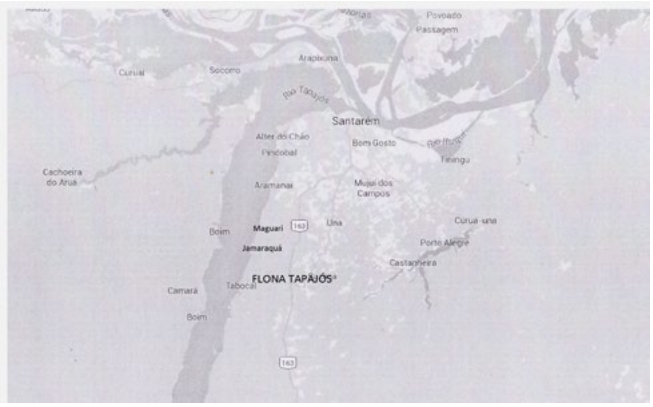
Este artigo discute como populações tradicionais que habitam a FLONA do Tapajós, situadas no município de Belterra, oeste do Pará, constroem relações sociais com o espaço natural dentro de uma *démarche* sociobiodiversa. Sendo assim, compreender como atividades produtivas tais como a extração do látex para a produção de artefatos de borracha e a coleta de sementes para a criação de bijuterias podem ser tecidas com a maximização de aproveitamento de recursos bióticos com impacto reduzido no meio ambiente circundante. Duas questões orientam a discussão nesse artigo: como os nativos organizam e administram o manejo desses recursos da floresta, de modo a conservá-los para o usufruto comunitário em longo prazo? Poder-se-ia pensar na racionalidade ambiental estruturada localmente a partir de saberes construídos através do contato estreito com a floresta? Essas perguntas serão discutidas e problematizadas ao longo do artigo.

A Floresta Nacional do Tapajós foi criada através do Decreto nº 73.684, de fevereiro de 1974 e envolveu intensos conflitos entre moradores da região e os órgãos estatais responsáveis pela preservação e conservação do espaço natural. O texto de Soares (2004) afirma que, quando da criação da FLONA do Tapajós, o antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) não verificou detalhadamente a existência de população residente ou a situação fundiária na área definida como Floresta Nacional. As comunidades locais precisaram se articular politicamente para permanecer nesse território, uma vez que as práticas conservacionistas desrespeitam os direitos civis das populações diretamente envolvidas e ignoram o vasto conhecimento e práticas de manejo da floresta que essas culturas detém (Diegues, 2000).

Os espaços sociais que analisamos nesse texto são as comunidades ribeirinhas do Maguari e Jamaraquá, localizadas no interior da Floresta Nacional do Tapajós, no município de Belterra, oeste do Pará (Conferir Figura 1). As duas comunidades são conhecidas por terem pequenos núcleos familiares produtores de borracha e de coleta de sementes, sendo atividades cruciais na reprodução social dessas comunidades, uma vez que são legalmente impedidas de promoverem processos produtivos que ponham em risco a biodiversidade da floresta em que estas comunidades estão geograficamente localizadas. A Floresta Nacional do Tapajós foi criada sob a jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, vinculado ao Ministério da Agricultura, com área estimada

em 600.000 hectares, sob o Decreto nº 73.684, de fevereiro de 1974. É uma unidade de uso sustentável, desde que garantida sua conservação, abrigando diversos tipos de florestas, tais quais: 1) floresta tropical densa com árvores emergentes e relevo plano; 2) floresta tropical densa com árvores emergentes e relevo dissecado em colinas e ravinas; 3) floresta tropical fluvial (parte do ano inundada); 4) floresta tropical aberta com palmeiras e cipós e relevo plano; 5) floresta tropical aberta com palmeiras e cipós e relevo dissecado em colinas e ravinas; 6) florestas secundárias, principalmente ao longo de suas fronteiras e vias de acesso (capoeiras) (Soares, 2004).

Figura 1 - Localização das comunidades de Maguari e Jamaraquá na Floresta Nacional do Tapajós, oeste paraense.



Fonte: GOOGLE MAPS, 2015.

O debate aqui oportunizado tem como objetivo analisar o trabalho de coletoras de sementes e dos extrativistas do látex em Maguari e Jamaraquá, entendidos aqui como processo produtivo chave para o entendimento da racionalidade ambiental desenvolvida in situ. A observação participante foi efetuada pelo professor orientador, contando com a contribuição de dois discentes bolsistas de iniciação científica – ambos das Ciências Biológicas -, propiciando o debate interdisciplinar em contexto de pesquisa de campo, tanto metodológica quanto teoricamente. A interdisciplinaridade pode ser entendida, dentro do recorte metodológico desta pesquisa, como o debate epistemológico entre as ciências naturais, ecologia humana e a antropologia cultural. Foi empreendido o método etnográfico, que constitui a descrição aprofundada das dinâmicas culturais circunscritas num determinado contexto histórico. Sendo assim, a observação direta é uma técnica de se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais e históricos. A integração dos pesquisadores no cotidiano das comunidades resultou no levantamento de dados qualiquantitativos. Houve aplicação de dois questionários a fim de mapear dados socioeconômicos e estabelecer um olhar atento sobre o processo cultural de produção de mercadorias e, acima de tudo, entender as dinâmicas que movem os agentes sociais a buscarem alternativas produtivas num espaço social sabidamente limitado por leis e normas legais regulamentadas pela União, por se tratar de uma Unidade de Conservação (UC). A identidade dos entrevistados foram preservadas e, em lugar do nome social, foi atribuído um nome fictício.

A Floresta Nacional do Tapajós é uma Unidade de Conservação Federal (UC) administrada pelo ICmBIO/Ibama, numa área de 544 mil hectares, cobrindo quatro municípios. Na FLONA do Tapajós vivem cerca de dez mil moradores em vinte e nove comunidades, entre elas, o Maguari e Jamaraquá. Segundo Soares (2004), a população de Maguari compreende em 52 famílias residentes, com o total de 230 habitantes; Jamaraquá compreende em 19 famílias e 76 habitantes. A economia local é desenvolvida e voltada para a subsistência familiar.

Figura 2 - Aplicação de questionários e conversa entre pesquisador e bolsistas com comunitários do Maguari (maio de 2013).

Fonte: Rogério Ribeiro de Sousa.

A agricultura familiar é a principal atividade econômica, com plantio de mandioca, frutas e feijão. O beneficiamento da mandioca para a produção da farinha faz-se presente e arregimenta a cooperação de familiares e vizinhos. A atividade pesqueira pode ser apontada como faina secundária – mas não menos importante –, que assegura as proteínas necessárias à dieta familiar. Outra atividade a ser elencada é a extração do látex para a produção da borracha e seus derivados. Por estarem inseridas numa Unidade de Conservação, as atividades produtivas são muito limitadas dentro da comunidade, o que torna imperativo o desenvolvimento de atividades socialmente sustentadas.

Figura 3 - Igapó localizado na comunidade de Maguari. A FLONA Tapajós apresenta rica biodiversidade.

Fonte: Rubens Elias da Silva.

As entrevistas foram realizadas nos meses de maio e junho de 2013 e norteadas tomando como base o diálogo, no sentido de construir laços de confiança entre pesquisador e interlocutores. Foram consultadas três mulheres coletoras de sementes na floresta, que compreendem a faixa etária entre 31 a 60 anos. Essas mulheres trabalham em média há vinte anos na coleta de sementes. A ocupação principal de todas elas é a coleta de sementes. Foram contatados quatro homens que extraem látex para a produção da borracha, na faixa etária de 18 a 60 anos. Esses homens labutam em média 15 anos na extração do látex, tendo entre eles um jovem de 18 anos, o que assegura, em certa medida, a prevalência da atividade produtiva nas gerações mais novas como meio de produção econômica e de significados culturais para uma comunidade geograficamente situada em floresta margeada pelo rio Tapajós.

Figura 4 - A observação participante e o diálogo entre pesquisador e nativos são construtos essenciais para a produção do conhecimento sobre as técnicas de manejo.

Fonte: Rubens Elias da Silva.

Existem duas associações que orquestram a coleta e beneficiamento do látex nas duas comunidades e, principalmente, na venda de produtos em látex para os visitantes que vem à comunidade visitar a floresta. Foram visitadas as Associação de Moradores da comunidade do Jamaraquá e a Loja de produtos artesanais de látex, no Maguari.

Figura 5 - Loja de artesanato com sementes na comunidade do Maguari.

Fonte: Rubens Elias da Silva.

Foram minuciosamente registradas as histórias envolvendo o processo produtivo do látex e das sementes, o início na atividade, as dificuldades e a habilidade cognitiva para mapear os espaços e sinais da floresta (Chaves 1997), fundamentados num saber prático que organiza mentalmente a relação entre produzir sustentadamente e o que extrair da floresta para garantir a reprodução social. Conforme afirmamos em pesquisa anterior (Silva, 2014), a tarefa da coleta de sementes envolve representações simbólicas, conhecimentos intergeracionais, adaptações às mudanças impostas pelo meio, adquiridos num processo social de aprendizagem. Percebemos, inclusive, a presença desses traços socioculturais na produção do látex, que extrapola a dimensão meramente *técnica*.

> "A floresta nos oferece a garantia de sobreviver... Aqui não pode cortar árvores... A seringa aqui foi plantada faz tempo e a gente garante o pão tirando o látex...", Francisco, seringueiro, 48 anos, Maguari.

> "Eu tenho medo de ir à floresta sozinha, tem bichos, o mato cresce, tem as coisas de outro mundo... por isso a gente leva um homem com *terçado* (facão) para trabalhar com a gente...", Nira, 45 anos, artesã, Maguari.

Ademais, a inserção dos pesquisadores na vida dessas pessoas foi determinante para o levantamento do processo produtivo e do manejo de recursos da floresta para que estas pudessem se construir como sujeitos, tomando como referência as relações de produção a fim de compreender as particularidades do grupo investigado, suas práticas e simbolismo investido na organização do mundo social (Nadel, 2010; Debert, 2011). Vale salientar que essa integração dos pesquisadores deu-se de modo a serem capazes de levantarem e comunicarem experiências de vida que vão além da trajetória particular das vidas desses agentes sociais, revelando práticas e discursos que dão sentido ao *trabalho* (Alberti, 2004; Espinheira, 2008), entendido como a esfera mais importante da dimensão da vida social (Padilha, 2000; Antunes, 2009), posto que o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, cuja ação humana impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza.

Figura 6 - Produtos artesanais produzidos com látex colorido e a combinação com outros recursos florestais, a exemplo das sementes. Comunidade Jamaraquá.

Fonte: Rubens Elias da Silva.

A discussão teórica que esse artigo se debruça dá-se na relação entre manejo de recursos da floresta e as articulações culturais que dimensionam formas locais de racionalidade ambiental, entendidas e dialogadas aqui a partir dos pressupostos teóricos de Leff (2009). Imaginamos, no entanto, que ao pensar numa racionalidade ambiental em contextos locais, inseridas num amálgama cultural e laboral que procura atender a necessidades sociais microssociologicamente circunscritas, o primado de relativismo cultural da antropologia oferece meios capazes de entendermos as dinâmicas ecológicas em termos de complexidade interdisciplinar.

O processo produtivo nas comunidades

Os homens estabelecem relações necessárias e determinadas ao longo da história para produzirem seus meios de existência. Sendo assim, toda a produção de valores de uso implica num processo social de transformação da matéria e energia acumuladas no planeta, cujas formações sociais dependem da distribuição geográfica das estruturas geológicas e organização ecológica e o modo como as transformações históricas estão dispostas ou eticamente movidas numa determinada formação cultural e econômica de usufruto e exploração do meio natural (Leff 2009). Grosso modo, o processo produtivo encarna essa complexa rede de interdependência de fatores que viabiliza a existência e sobrevivência de formações sociais, ao longo do tempo socialmente construído, sendo os espaços naturais, também, fruto de um construto social, já que são habitados, pensados e transformados

pela comunidade em seu entorno (Roué, 2000), relacionando o conceito de natureza como construção social imbricada no perpétuo vir-a-ser (Descola, 2000), ou seja, essa construção dá-se de forma dialética no *continuum* sociedade - natureza. Dentro da perspectiva analítica ensejada nesse texto, processo produtivo dialoga precipuamente com saberes construídos pelos povos nativos das florestas em contexto amazônico, e sinalizam para:

> "Necessidade de se construir uma *nova aliança entre o homem e a natureza,* baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios que habitam" (Diegues, 2000, p. 41) (Grifo do autor).

Os povos indígenas milenarmente souberam traçar estratégias para extrair recursos disponíveis nos diversos ecossistemas amazônicos e, antes da chegada dos europeus, haviam desenvolvido modos de produção entendidos hoje como sustentáveis, a saber:

> "Tipicamente, os membros de uma tribo viviam uma existência que lhes permitia explorar tanto a várzea quanto a "terra firme", e a caçar e pescar, sem esgotar os recursos disponíveis de alimento. Desse modo, os índios tinham logrado conseguir amplos meios de subsistência de seu ambiente [...] estima-se que a Amazônia tenha alimentado 6,8 milhões de habitantes anteriormente à conquista" (Weinstein, 1993, p. 30).

Diversas pesquisas revelam que a presença dos povos tradicionais na floresta amazônica é uma importante estratégia para conservação e preservação desse ecossistema e, ao mesmo tempo, a garantia de reprodução do sistema social e cultural dos povos aí existentes (Benchimol,1999; Castro, 2000; Diegues, 2000), tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros. Para Simonian e Silva (2015), as populações tradicionais em contextos amazônicos, em especial às relacionadas ao ciclo da borracha, emergem nas décadas de 70 e 80 do século passado assumindo protagonismos políticos que exigiam novos posicionamentos teóricos e práticas sociais no tocante às demandas fundiárias e socioambientais, solicitando, por exemplo, a compreensão desses processos sociais dentro de um *corpus* multi e interdisciplinar (Andrade, 2015) dada a complexidade da relação agentes sociais – espaço natural.

Compreendemos que a atividade da coleta de sementes para a confecção de artefatos exige determinadas habilidades cognitivas, cadeias de esquemas práticos de percepção que funcionam como instrumento de construção da realidade e divisão do universo em que elas se movem (Bourdieu, 1999). Dito isto, as coletoras de sementes aprendem desde cedo a identificar as sementes mais resistentes, onde encontrar, em qual período do ano, período de perecibilidade; essa percepção opera no sentido de tornar a atividade possível, o que engendra um conhecimento profundo a respeito das dinâmicas ecossistêmicas da floresta. Sem dúvida, as coletoras de sementes desempenham o papel de apreender, dominar e usufruir os recursos disponíveis na floresta.

> "Eu aprendi a fazer essas peças com minha mãe... faz tempo... a gente vai aprendendo aos poucos, olhando...", Sonia, 36 anos, coletora de sementes e artesão, Maguari.

> "A gente só pega as sementes que estão no chão... as maduras... leva para a barraca... cuida, tira a casca e faz os cordões... a gente aprende desde cedo...", Josefa, 40 anos, coletora de sementes e artesã, Jamaraquá.

Esse papel, segundo nossa investigação, efetiva-se num *savoir-faire* transmitido ao longo de gerações de mulheres coletoras, constituindo-se num processo de etnomanejo – fundamental para o conhecimento da organização e regime da floresta – pois o contato estreito com a mesma, cunha a identidade do grupo social e lhes confere sentido de ser e existir. Entende-se, assim, por *etnomanejo*, as estratégias de uso e preservação dos recursos – aqui delimitados como os da floresta – disponíveis de modo a garantir a reprodução social da comunidade e a conservação da floresta. As relações entre coletoras e espaço natural têm como objetivo a obtenção de recursos da floresta para beneficiamento e venda desses recursos como objetos artesanais (pulseiras, brincos, cordões, pingentes). Assim, a extração desses recursos objetiva a comercialização de pequena escala, tendo como principais clientes as pessoas que visitam a FLONA ao longo do ano. Os critérios que definem o valor comercial das sementes – resultando no valor de troca dos objetos artesanais – são dureza das sementes, dificuldade para encontrá-las na floresta e valor estético. Quanto mais duras, as sementes oferecem mais resistência ao desgaste ao longo do tempo; quanto mais difíceis de serem encontradas, mais incidirá no seu valor de troca final. Por último, o critério estético imprime valor às peças, o que sugere que as determinações concretas de sua obtenção têm mais proeminência no valor final que as sugestões estéticas. Após a obtenção das sementes, o beneficiamento das mesmas passa por algumas etapas fundamentais: coleta das sementes, retirada da "embalagem", processo de cozimento das sementes – para a sua conservação – por três minutos, secagem e confecção das artesanias. De acordo com a observação em campo, pode-se afirmar que o impacto ambiental dessa atividade coletora é mínimo, ao mesmo tempo desempenha um importante vetor de captação de recursos financeiros para a reprodução social das famílias envolvidas.

> "Sem esse trabalho a gente teria muita dificuldades... a gente vende os produtos e conseguimos um dinheiro extra, a gente cuida da floresta, não pode destruir", Branca, 20 anos, artesã, Maguari.

Com isso, informa que o manejo das sementes permite um modelo de sustentabilidade centrado em critérios socialmente referidos no tocante ao conhecimento local sobre as dinâmicas da floresta e os ritmos da natureza (Lenzi, 2006). Constrói-se, a partir daí, um modelo de sustentabilidade que é tecido a partir de complexas relações entre agentes sociais e o meio natural, a saber, tipos de árvores e arbustos, sucessão de estações, regimes lunares etc.

O setor extrativo da borracha regeu a vida econômica da Amazônia na metade do século XIX e início do século XX, até defrontar-se com a decadência advinda de várias causalidades, entre elas, o cultivo da seringa do sudeste asiático e África (Weinstein, Ibidem). A coleta do látex exigia um grupo de produtores com capacidade de dispersão e mobilidade dentro dos ecossistemas amazônicos – parcamente conhecidos pelos europeus – cujas rotinas de trabalho efetivava-se dentro de uma lógica própria de organização social, dominadas habilmente pelos povos indígenas e caboclos (Weinstein, Ibidem; Cancela, 2012). A seringueira pertence ao gênero *Hevea* (família das euforbiáceas), com 11 espécies, das quais a *Hevea brasiliensis* é a mais produtiva e plantada comercialmente, com qualidade superior de látex extraído. O gênero Hevea é originário da Amazônia, tratando-se de uma árvore de hábito ereto, podendo atingir 30 metros de altura.

A produção de sementes inicia-se aos quatro anos e aos sete, a produção da seiva de látex. Com isso, a extração do látex para a produção da borracha foi um importante vetor econômico no oeste do Pará e no momento presente organiza-se no sentido de cobrir uma demanda externa em atender aos interesses dos visitantes da floresta nacional e viabilizar a produção econômica de produtos disponíveis no meio a fim de gerar renda aos moradores locais.

A economia da borracha efetuou-se dentro de ciclos econômicos e a região de Belterra foi extensamente utilizada ao longo do segundo ciclo. Convém frisar que o município de Belterra foi fundado por norte-americanos – como vila – com o interesse focal a produção da borracha para atender a demandas do mercado externo.

Figura 7 - Lâminas de látex no processo de "secura": o uso de tons coloridos na produção possibilita novos padrões estéticos na artesania.

Fonte: Rogério Ribeiro de Souza.

> "Muita gente nessa região enricou com a borracha... Se você andar, por toda essa flona tem seringal, hoje em dia muito lugar está abandonado... A gente valoriza a borracha porque sobrevive dela...", Alcir, 50 anos, seringueiro, Jamaraquá.

Neste município, ainda hoje, vê-se a presença de seringais, o que testemunha a relevância social e econômica que o látex propiciou no auge de sua valorização enquanto mercadoria. Desse modo, toda a região no entorno de Belterra – ou melhor – ao longo do rio Tapajós, de Fordlândia a Santarém, no Pará – pode-se observar extensos seringais em comunidades ribeirinhas, como Maguari e Jamaraquá.

Os extrativistas do látex em Maguari e Jamaraquá adotaram técnicas de manejo que buscam integrar produção e sustentabilidade do uso e acesso dos recursos não-florestais. A adoção do sistema de corte S/2 e D/3, que consiste na exploração da metade do perímetro da árvore a cada três dias evita a sobreexploração da seiva e garante o uso sustentado dos recursos. O sistema de corte é de aproximadamente 30 centímetros, conforme circunferência e altura da árvore, a uma profundidade de 1mm antes de atingir o câmbio. Os comunitários aboliram os cortes de espinha de peixe e o duplo, pois ambos provocam danos irreversíveis ao seringal, ocasionando uma doença chamada pelos nativos de "escaldadeira", que acomete o secamento dos vasos laticíferos. O controle das pragas é feito de forma manual – a evitar a incidência de cupins e coleópteros – e possível controle químico para evitar a "escama de farinha". Tem-se especial atenção à manutenção das estradas que são exploradas, de modo a evitar possíveis riscos durante acesso ao seringal. Quando necessário, os seringueiros abrem novas estradas. O manejo adequado do seringal – com a aplicação de técnicas apuradas no momento da abertura do painel na árvore – é fundamental para a produtividade e longevidade das seringueiras, em especial no momento da "sangria". Segundo dados obtidos em campo, a quantidade ideal de árvores por alqueire é de 1.200 indivíduos e, a partir do sexto ano de sangria, a produtividade média de uma árvore saudável é de 10 quilos de látex por ano. A vida útil de uma seringueira com bons critérios de manejo – sustentado – é de quarenta a cinquenta anos.

As culturas de produção de látex e a coleta de sementes da floresta para a confecção de artesanias – que, dependendo do valor de troca podem-se chamar de *biojóias* – intercalam-se na medida em que oferecem relevantes meios para a obtenção de capital para a reprodução social das comunidades de Jamaraquá e Maguari. São atividades produtivas que asseguram a permanência e reprodução social dessas comunidades, geograficamente situadas em uma Unidade de Conservação controlada pelo Estado através do Ibama e IcmBio. Podemos dizer, inclusive, que os comunitários conseguiram elaborar e sistematizar uma estratégia de sobrevivência e permanência nesses territórios tradicionalmente ocupados por eles e que a rotina foi alterada a partir da criação da Floresta Nacional do Tapajós, em 1974. Convém frisar que a tutela do Estado, assegurada através da criação da FLONA, gerou conflitos entre comunidades e instituições de controle do Estado – materializadas por órgãos de competência para vigilância e sistematização de controle e acesso aos recursos doravante disponíveis no meio – e, uma das saídas encontradas pelas comunidades e estudadas aqui, compreendem no sistema produtivo de usufruto dos recursos disponíveis na floresta e que não acarretam, *a fortiori*, na destruição da mesma, como aponta Schwartzman (2000). São atividades sustentáveis que viabilizam práticas discursivas que organizam a ordem social e estabelecendo processos específicos de mediação com seu meio geográfico e produção econômica (Leff, 2009).

Figura 8 - Artigos de látex produzidos no Maguari: a predileção por temas locais como o boto tucuxi (Sotalia spp)redimensiona a percepção da identidade local inserida em contextos de sustentabilidade e sociobiodiversidade.

Foto: Rubens Elias da Silva.

Racionalidade ambiental e manejo integrado de recursos?

Leff (Ibidem) esboça a ideia de que a degradação ambiental está intimamente relacionada ao processo de acumulação de capital tendo como resultado nodal a degradação ambiental e que a implantação de modelos econômicos, tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados gerou uma irracionalidade produtiva na produção de valores de uso e de mercadorias. Repensando essa questão tomando como referência o caso aqui estudado, a estatização da floresta, histórica e culturalmente ocupada por várias gerações antes da implantação da Unidade de Conservação, revela-nos uma ambivalência social e ecológica singular: com a criação da FLONA, houve uma refração do desflorestamento – constantemente ameaçado pelo avanço das lavouras de soja e demanda de produtos florestais madeireiros; no entanto, as comunidades acusaram, de início e arrasta-se até hoje, que a criação da FLONA os impediu de administrarem seus meios produtivos. Por outro lado, a criação assegurou a preservação da floresta e incentivou os processos produtivos não agressivos aos recursos disponíveis no meio natural. Sem dúvida, a estreita relação que os comunitários mediam com a floresta e o rio – vale salientar,

pois a pesca é atividade complementar e que permite a obtenção de proteínas para a dieta desses grupos – estimulou o aprimoramento das técnicas de manejo dos recursos aí existentes.

> "A gente vive da pesca, da roça, da seringa, a gente lutou muito para continuar aqui... A gente conseguiu uma forma de trabalhar sem destruir a floresta, a natureza... eu acho certo porque sem floresta não temos renda... Tudo é controlado pelo Governo", D.M.U, 35 anos, Maguari.

Nesse sentido podemos pensar no manejo integrado de recursos – látex, sementes, pesca, lavoura, caça – de ecossistemas complexos efetivou em processos produtivos fundados no potencial de produtividade primária, poucamente agressora ao equilíbrio ecológico desses ecossistemas. Como vimos anteriormente, as técnicas comunitárias de manejo permite-nos pensar numa racionalidade produtiva alternativa aplicada ao desenvolvimento que essas comunidades percebem como viável dentro do contexto ecopolítico em que estão inseridas. Essa racionalidade produtiva, extremamente embasada na racionalidade cultural dos grupos aí situados, oferece formas alternativas de aproveitamento do potencial produtivo dos ecossistemas tropicais e enceta no uso racional dos recursos, baseado na produtividade ecológica (Leff, 2009), permitindo, desse modo, a regeneração seletiva de recursos bióticos, imprescindíveis para a contínua reprodução social dessas comunidades e a garantia que esses recursos estarão disponíveis às próximas gerações. Como nos diz Leff (2009):

> "Se considerarmos que um dos propósitos das estratégias do ecodesenvolvimento é assegurar o bem-estar social das populações atuais e das gerações futuras, torna-se importante que a seleção das espécies biológicas dos ecossistemas e das culturas para satisfazer as necessidades humanas deva fundamentar-se nas próprias propriedades dos elementos e das estruturas que contém cada recurso, e não no seu valor de uso comercial atual".

Fica implícito no pensamento de Leff que o mesmo parte de uma concepção materialista da economia – ou no modo de produção social da economia, sua racionalidade – atrelando-a a uma concepção ecológica estritamente situada em contextos de acumulação de capital em países periféricos e que historicamente foram colônias europeias. Sendo assim, o ecodesenvolvimento seria um paradigma que romperia com antigas formas de apropriação das riquezas e de acumulação de capital que redunda, sobremaneira, na pobreza e degradação de recursos que são, por natureza, finitos. A originalidade de seu pensamento reside na percepção de que a cultura medeia os processos econômicos e os processos ecológicos, resultando daí no protagonismo das populações tradicionais que historicamente habitam em espaços demarcadamente "naturais", tais como ribeirinhos, indígenas, sociedades camponesas, "povos da floresta". Sendo assim, sociedade, natureza e cultura intercambiam-se na relação entre a produção e o meio ambiente, construindo uma racionalidade que articula práticas simbólicas de apropriação dos espaços e estratégias produtivas ecologicamente interessantes, como enfatiza Gómez-Pompa e Kaus (2000):

> "No mundo inteiro, recursos comunitários vêm sendo manejados e conservados por diversas sociedades humanas, por meio de mecanismos culturais que conferem significado simbólico e social à terra e aos recursos, além de seu valor imediato de extração".

Mecanismos estes empiricamente observados ao longo da pesquisa de campo nas comunidades de Maguari e Jamaraquá com relação a obtenção dos recursos e os processos de manejo integrado do látex e da coleta de sementes.

Consdierações Finais

O espaço natural apresenta-se imediatamente ao conhecimento dos "povos da floresta" como um lugar de permanente observação, pesquisa e reprodução de saberes culturalmente construídos, de modo a favorecer a permanência dessas populações em contextos locais, observando a necessidade de se obter os meios de existência para a reprodução social do grupo (Castro, 2000). Arruda (2000) enfatiza que diversas populações tradicionais, as quais, seringueiros, ribeirinhos, sociedades indígenas, entre outras, desenvolveram um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais, objetivando-se em práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais. A partir das relevantes sugestões dos pareceristas desse periódico, como definir essas atividades socialmente sustentáveis considerando a realidade investigada? Podemos afirmar que a produção do látex e a coleta de sementes da floresta, como ações e práticas sociais direcionadas de modo a não sobreexplorar os recursos da floresta, conformam em estilos étnicos de manejo e usufruto dos recursos disponíveis no entorno das comunidades. Localmente, poderíamos pensar numa estratégia ambiental de desenvolvimento que se articula com os conhecimentos histórica e culturalmente assentados no sentido de aproveitar os recursos do território e a práticas eficazes de usufruto dos ecossistemas naturais, sob o princípio da sustentabilidade ecológica e do aproveitamento da produtividade primária, como vislumbra Leff (Ibidem). Sendo assim, o repertório cultural e as limitações ecológicas esboça um sistema de ideias, práticas e atitudes que redefinem as culturas locais a respeito do seu meio ambiente vegetal. Em outras palavras, a organização do mundo da cultura num contexto de formação socioeconômica delineia-se num sistema de valores, ideologias, de sistemas de significado, de práticas produtivas e estilos de vida, num contexto geográfico e político no *continuum* histórico. A cultura dessas comunidades assume, assim, um papel preponderante nas condições de produção que a natureza e a ordem econômica ensejam e é condição precípua para a conservação ecológica das bases dos recursos para um desenvolvimento sustentável, como nos diz Luís, 53 anos, artesão e agricultor de Jamaraquá:

> "A gente aprende desde cedo que temos de produzir para sobreviver... O caboclo é conhecido por pescar o peixe para comer *naquele dia*... A comunidade planta, colhe, pesca, faz artesanato para vender... É uma forma para a gente permanecer aqui, as coisas mudaram, a vida... Sou feliz por morar aqui".

O manejo dos produtos florestais não madeireiros – látex e sementes – passa não só pela identificação de tecnologias adequadas aos mesmos como também pela administração do uso dos mesmos; estratégias e princípios básicos para beneficiamento e comercialização; identificação de novos produtos, classificação e controle das áreas manejadas. O ideal é que mais produtos alternativos possam ser incluídos no plano de manejo. Somente deste modo as possíveis modificações ou dificuldades momentâneas de mercado podem ser ultrapassadas. O uso sustentável da floresta tem sido sugerido como uma das únicas alternativas para frear o desmatamento e conservar a biodiversidade e as populações tradicionais da Amazônia. Destarte, a construção dessa racionalidade ambiental e cultural e a objetivação das práticas sociais nas quais se apoia a produtividade ecotecnológica dependem de uma série de ações, mudanças institucionais e inovações tecnológicas, açambarcados num processo histórico, cultural e político (Leff, 2009) que, como vimos, as comunidades de Maguari e Jamaraquá vivenciam essas transformações no modo como estabelecem suas formas produtivas em contextos locais, cujo manejo integrado dos recursos forja novas estratégias de elaboração de sua cultura e reconstrói a forma como a floresta é percebida e concebida como *locus* de produção econômica e reprodução cultural e social.

Referências

Alberti, V. 2004. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV.

Antunes, R. 2009. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial. 288 p.

Arruda, R. S. V. 2000. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, p. 273 – 290.

Benchimol, S. 1999. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer. 479 p.

Bourdieu, P. 1999. **A economia das trocas simbólicas**, Série Ciências Sociais – Estudos. São Paulo, Perspectiva. 361 p.

Cancela, C. D. 2012. **A família na economia da borracha**. Belém: Estudos Amazônicos. 59 p.

Castro, E. 2000. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In:Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. p. 165 - 182.

Chaves, M. do P. S. R. 1997. Representações da natureza: os avisos da mata e os significados do rio. In: LIMA, Jacob C. et al (org.). **Trabalho, sociedade e meio ambiente**. João Pessoa: Edufpb. p. 213-223.

Debert, G. G. 2011. Apresentação. In: Feriani et al. **Etnografia, etnografias.** São Paulo: Annablume p. 9 – 13.

Descola, P. 2000. Ecologia e cosmologia. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 149 – 163.

Diegues, A. C. 2000. A etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. p. 1 – 46.

Espinheira, G. 2008. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade**. Salvador, EDUFBA. p. 136.

Gómez-Pompa, A. e Kaus, A. 2000. Domesticando o mito selvagem. In:Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. p. 125 – 147.

Leff, E. 2009. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis: Vozes. p.439.

Lenzi, L. 2006. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru/SP: Edusc. p.215.

Nadel, S. F. 2010. Compreendendo os povos primitivos. In: Feldman-Bianco, Bela (org). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Edunesp. p. 59 – 85.

Padilha, V. 2000. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. São Paulo: Alínea. p.111.

Rocha, A. L. C. da; Eckert, C. **Etnografia: saberes e práticas**. (mimeo).

Roué, M. 2000. Novas perspectivas em Etnoecologia: "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais. In: Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. p. 1 – 46.

Schwartzman, S. 2000. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In:Diegues, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. p. 255 – 272.

Silva, J. B.; Simonian, L. T. L. 2015. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (33), abril, p. 163 – 175.

Silva, R. E. da; Bonfim, F. da S.; Garcia, M. N. 2014. Coletoras de sementes do Tapajós: mulheres, saberes práticos, relações de gênero e a floresta. **Revista Vivência**, Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (43), p. 85 – 95.

Soares, E. S. 2004. **"A Floresta Nacional do Tapajós": desafios, resultados, ameaças, e oportunidade em uma Unidade de Conservação na Amazônia**. Belterra, Pará: IBAMA/Promanejo. 150 p.

Weinstein, B. 1993. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp. 371 p.

ISSN 1981-1268

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a15

As coisas e seus agenciamentos no universo dos seringueiros no romance "Dos ditos Passados em Cassianã" de Paulo Jacob

Sônia Maria Neves Bittencourt de Sá[1]

[1] *Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema-UFPB (2011) e mestranda em antropologia – PPGA-UFPB Tem experiência em pesquisa na área de educação física e políticas públicas para sustentabilidade no esporte. E-mail: sb.sa@uol.com.br*

Recebido em 12 de setembro de 2015. Aceito em 22 de dezembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – Este ensaio é uma reflexão sobre os universos das coisas que cercam os seringueiros, de modo geral, nordestinos, na fazenda de Cassianã durante o ciclo auge da borracha, no Amazonas no final do século XIX e início do XX, e os estudos sobre a materialidade das coisas. A partir das narrativas dos personagens do romance de Paulo Jacob, particularmente, de Marcelino, se busca analisar como uma diversidade de coisas entre elas memórias e lembranças vão agenciando as dinâmicas das transformações que se operam na vida dos emigrantes nordestinos e tudo que então lhe era de alguma forma desconhecido. Foi feito um paralelo entre as reflexões dos personagens desta obra e a do personagem Markovic, no romance do Pintor de Batalhas de Arturo Pérez-Reverte, sobrevivente da guerra da Bósnia. Ambas as personagens travam uma luta contínua, para sobreviver, sendo suas falas impregnadas de observações e descrições sobre as forças econômicas e sociais, visíveis e invisíveis que moldam as diferentes coisas, paisagens e poder que vão se amolgando, particularmente, nos contextos de sobrevivência e escravidão. A construção deste ensaio teve como referências os textos de Andrew Jones em Memória e Cultura Material; Daniel Miller e sua obra Treco, Troços e Coisas e outros trabalhosde economia, de antropologia e filosofia. Neste sentido o próprio romance de Paulo Jacob é um dos objetos o qual me permite pensar: O que é o Homem afinal?

Palavras-Chave: *Migração. Seringueiro. Materialidade. Capitalismo. Escravidão*

Things and their agenciements assemblages in the universe of rubber tappers in the novel "of those Passed in Cassianã" of Paulo Jacob

Abstract – This essay is a reflection on the universes of things that surround the rubber tappers, generally, northeastern, on the farm of Cassianã during the cycle peak of rubber in the Amazon at the end of the 19th and early 20th century, and the studies on the materiality of things. From the narratives of the characters from the novel by Paul Jacob, particularly, Marcelino, seeks to analyze how a diversity of things between them memories and memories with handling that operate in northeastern immigrants lives and everything so it was unknown by them.There was a parallel between the reflections of the characters of this work and the character Markovic, the romance of the Painter of Battles by Arturo Perez-Reverte, survivor of the Bosnian war. Both characters waging a continuous struggle to survive, being impregnated his speech observations and descriptions of economic forces and social, visible and invisible that shaping the different things, landscapes and power that will denting, particularly, in the context of survival and slavery. The construction of this test took as references the texts of Andrew Jones in Memory and Material Culture; Daniel Miller and his work Stuff, and got things and other Sections economics, anthropology and philosophy. In this sense the novel of Paul Jacob is one of the objects which allow me to think: what´s the man after all?

Key Words: *Migration. Tapper. Materiality. Capitalism. Slavery*

Cosas y sus ensamblajes? en el universo de caucheros en la novela "de los ?? passados en Cassianã" de Paulo Jacob

Resumen – Este ensayo es una reflexión sobre los universos de cosas que rodean a los caucheiros generalmente al noreste, enla granja de Cassianã durante el pico del ciclo, caucho en la Amazonia, entre las 19 finales y princípios del siglo 20 y los estudios sobre la materialidad de las cosas. De las historias de los personajes de la novela de Paul Jacob, particularmente, de Marcelino, si buscar analisa con una gran variedad de cosas incluyendo memorias y recuerdos se manejo de la dinámica de las transformaciones que operan em la vida de los inmigrantes noreste y todo era tan de alguna manera desconocida. Había un paralelo entre las reflexiones de los personajes de esta obra y del personaje em la novela de Markovic, pintor de batallas de Arturo Pérez-Reverte, sobreviviente de la guerra de Bosnia. Ambos personajes empreender un curso, luchan por sobrevivir, están impregnados de sus observaciones y descripciones sobre el económico y social de las fuerzas, visíveis e invisibles que dan forma a las cosas diferentes, paisajes y encendido a bollar, particularmente en contextos de supervivencia y la esclavitud. La construcción de este ensayo tenía como referencias los escritos de Andrew Jones en memoria y cultura Material; Daniel Miller y su obra Stuff y otros textos sobre economía, Antropología y filosofía. En este sentido la propia novela de Paul Jacob es uno de los objetos que me permite pensar: ¿Qué es elhombre de todos modos?

Palabras Clave: *Migración. Cauchero. Materialidad. Capitalismo. Esclavitud*

Os rastros da escravidão em os Ditos Passados em Cassianã de Paulo Jacob

Os Ditos passados em Cassianã é uma das obras da trilogia mais conhecidas e premiadas do escritor amazonense Paulo Jacob. Falecido em 1990, o autor neste romance, escrito em 1969 e segundo lugar no prêmio nacional Walmap, retrata como a Amazônia, no período de maior esplendor de sua economia, teve como base de sua sustentação a borracha. Economia em grande parte sustentada pela difícil vida dos imigrantes nordestinos que ao fugir de uma avassaladora seca iam para lá, de modo geral, em busca do sonho de um enriquecimento no comércio da borracha. Vivendo em um meio desconhecido e hostil as suas realidades de semiárido e sertão, particularmente do Ceará e da Paraíba, estes imigrantes lutavam ao longo de suas vidas como seringueiros dentro de matas, cercados por rios de proporções até então, desconhecidas para eles, e na companhia de outros animais que não os domésticos, totalmente desconhecidos de suas realidades. Da pequena roça para a densa floresta. Da superfície de um mundo conhecido a um mergulho nas profundidades da selva amazônica.

O sistema mercantil que sustentava o mercado da borracha na Amazônia somente era possível por um suprimento constante de mão-de-obra. Uma das principais necessidades disto estava na alta insalubridade da região o que aumentava em muito os óbitos. Segundo Furtado(1959), apesar da escassez de dados sobre os fluxos migratórios nesta região, acredita-se que a população deslocada para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas. Esta enorme transumância, diz o autor, talvez, tenha aumentado devido à imigração europeia para a região cafeeira o que deixou disponível um excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha.

Paisagens da época serão retratadas no romance dos Ditos passados nos acercados de Cassianã. O tema central da obra será

a vida dos seringueiros dentro da fazenda Cassianã e as relações cotidianas entre coronéis, borrachas e seringueiros. O romance permite fazer uma série de reflexões sobre o quanto as vidas destes seringueiros estavam delineadas pelos arbítrios dos coronéis que os contratavam. Assim, não era incomum passar de um sistema de economia semiescravocrata de um coronel para o de escravidão total com outro coronel. Não é à toa que, no romance, assim como na realidade, a parte do excesso de poder que os coronéis tinham sobre os seringueiros vinha da certeza do excesso de procura de trabalho por parte de imigrantes, principalmente nordestinos.

Paulo Jacob com seu romance nos leva ao interior de um mundo dito civilizado e dito bárbaro simultaneamente pouco visível a exterioridade na densa floresta. Ali as relações de poder não obedeciam a nenhuma legalidade a não ser aquela determinada pelos jogos tácitos entre os senhores dos seringais, imigrantes, foragidos e os políticos da região. Como exemplo, não se contratar seringueiros fujões. Se encontrado devolver ao seu dono para os devidos castigos modelares. Todas as instituições sociais e-ou políticas participavam deste emaranhado de teias que tiravam dos seringueiros qualquer possibilidade de se olharem como sujeitos de suas vidas. Sem os vitimizar, pelo contrário, seus personagens faziam questão de guardar e de rememorar, em diversos momentos, os tempos em que mesmo com poucas posses eram homens livres, donos de suas vidas e sonhos. Este período pode ser datado, de acordo com Celso Furtado (1959), nos últimos anos do século XIX, quando do aumento da produção de borracha na Amazônia e anterior a prolongada seca que se abateu sobre o nordeste no período de 1877-80, durante a qual desapareceu quase todo o rebanho da região com a morte de cem a duzentas mil pessoas.

Nesta contínua dinâmica pendular entre a dura realidade de confins esquecidos da civilização e as memórias das reminiscências do que se sentia e compreendia por ser homem é que seus personagens lutavam para permanecerem vivos. Como nos diz Victor Ribeiro (2006) a impossibilidade de reproduzir o seu *modus vivendi* tal qual no sertão nordestino fizera com que os imigrantes nordestinos na Amazônia abandonassem, adaptassem, inventassem e inovassem, fazendo surgir um novo homem- o sertanejo, ou caboclo amazônico – e um novo cotidiano, próprio da paisagem em que se encontravam.

A leitura desta obra me permitiu fazer uma série de reflexões a respeito da relação entre homens, naturezas e coisas, tendo como referências os textos de Andrew Jones em Memória e Cultura material; Daniel Miller e sua obra Treco, Troços e Coisas e o artigo de Silveira e Filho sobre uma antropologia documental. Textos que foram apresentados e debatidos ao longo da disciplina dos objetos as coisas: a materialidade em processo do curso de pós-graduação em antropologia da UFPB ministrada pelo professor Dr. Carlos Xavier A. Netto.

A leitura e a pesquisa dos pontos que permeavam o campo da antropologia das coisas e sua teoria da materialidade e a literatura romântica de Cassianã me remeteram a outros campos de conhecimento, particularmente, aos de filosofia como os trabalhos Bérgson (1999) sobre a memória, aos estudos de Cassirer (1967) sobre a antropologia filosófica e a Hegel (1989), não só pelas citações de Daniel Miller no estudo da teoria da materialidade, mas para melhor compreender suas concepções de dialética e processo. No campo da literatura, o seringueiro Marcelino me relembrou as várias reflexões feitas pelos personagens o croata Markovic e de Faulques, jornalista que usa a estética da fotografia de guerra, particularmente, a da Bósnia, no romance do escritor espanhol Arturo Pérez-Reverte, *O Pintor de Batalhas*, escrita em 2006.Assim, após as leituras destas pessoas que nos tocam por caminhos tão inesperados e tortuosos, me coube a difícil e inesgotável tarefa da reflexão: O que é possível ver de comum entre os coronéis e os seringueiros e a guerra da Bósnia na Europa separada por diferentes realidades e por quase 70 anos? E o que elas falam que permite uma discussão sobre a materialidade das coisas? E da condição humana? E Sobre a cultura e a natureza?

Os dois romances nos oferecem a partir das narrativas de seus personagens rastros de suas vidas cotidianas. Pequenos rastros construídos por objetos, naturezas, afetos, sentimentos, lembranças, memórias, enfim, coisas que nos aproximam do cotidiano vivido, no caso de Marcelino, em um seringal. Nada é insignificante para o emigrante, pois tudo lhe remete ou a sua terra natal ou pode significar estar vivo amanhã. Neste sentido, sua moralidade se esfacela em moralidades que lhe permita sobreviver. E é este pensar sobre sobrevivência que une seringueiros e croatas invisibilizados por interesses econômicos e poder. Sujeitos e grupos, etnias e interesses. Caboclos (mistura de sertanejo e o índio tapuio), sertanejos, mesmo quando pertencentes a um grupo, os indivíduos estão isolados, a coesão poucas vezes é forte o suficiente sob o poder coercitivo da tortura e da solidão dos lugares "esquecidos" seja este uma floresta ou uma guerra.

O retrato tocante de homens rudes, acostumados a todos os tipos vida, se dobrarem sob o peso de uma natureza desconhecida, e de um poder absolutizado pelo isolamento, nos leva a reflexão sobre o que e não quem são os Homens afinal?

Este estudo do romance de Cassianã será analisado sob três aspectos que se misturam: o primeiro situando a própria complexidade da relação homem/natureza e natureza e cultura no contexto histórico em que ele é narrado. No segundo, este processo será mostrado por meio de uma série de agentes não humanos, tais como roupas, comida, animais, lugar de moradia, sonhos, relações familiares, relações sociais, objetos de afetos. Estes agentes como bem colocaram em seu artigo Silveira e Filho (2005) remete a uma série de eventos trabalhados constantemente na subjetividade dos sujeitos que acabam por revelar na sua corporeidade a dinâmica entre as coisas vividas no seu cotidiano .E por último, como este universo de coisas *layers* na linguagem do design, muitas vezes, sobrepostas e, por isto, confusas nas imagens que espelham quando não compreendidas em suas filigranas, permite que o autor direcione as narrativas do processo de semiescravidão para o de escravidão absoluta e nos remeta a mesma questão, mas sobre outro enfoque: Afinal, como se constroem os homens?

Natureza e homens em simbiótica troca de epidermes

> […] esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito a ser dosado…
>
> Euclides da Cunha[1]

> […] Não sei que tanta beleza as pessoas vêem no amanhecer-disse Markovic de repente- Ou no pôr-do-sol. Para quem vive uma guerra, o amanhecer é sinal de céu incerto, de dúvida, de medo, do que vai acontecer…E o entardecer é a ameaça das sombras que vêm vindo, é escuridão, coração aterrorizado. A espera interminável[…] (Markovic, personagem do Pintor de Batalhas)

O romance Dos ditos Passados em Cassianã retrata a saga do paraibano Marcelino, que vai para o seringal na fazenda de Cassianã na região de Humaitá, no interior do Amazonas, durante o período de auge do ciclo da produção da borracha, final do século XIX e começo do século XX. O personagem encarna uma parte da vida dos muitos emigrantes nordestinos[2]. Ao fugir da seca que assola o nordeste junto

1 Ver Ribeiro, 2006, p.12

2 O autor não cita uma data precisa mas apenas indica por uma série

com seu irmão Sabino, expõe inúmeras diferenças sobre as narrativas de naturezas. Partindo de extremos, de um lado a seca, superfície exposta, já descrita nas primeiras páginas, como descrito por Marcelino, o personagem central da obra: "O solzão queimando o sertão, derrotando a terra, findando com tudo. Família acabando, um fim de mundo, cristão de Deus... Dias quentes, vermelhos, a terra tostou." (Jacob, 2002)

Este cenário os empurra, como um destino a escolher, atraídos pela possibilidade de riqueza ao outro extremo, ao profundo ou oculto, os seringais no meio da mata da Amazônia, na fazenda Humaitá. Ali perto da cidade de Lábrea, nas margens do Purus, outra epiderme recobre o homem:

> [...] matas, rios, as samuareiras marcando o destino. A mata aceitava sombreios no rio. Descaindo o Purus, corredeira desabrida. A luz dos faróis alumiando as barrancas. (p.31)[...] Vapor, lancha, regatão, rio acima, rio abaixo. Cortando paranás, furos, vazando lagos, igarapés, tudo força da borracha. A lenha da caldeira, a compra da embarcação, o carrego, ganho tirado do suor do produto. Suor de seringueiro, os padecidos da árvore no corte. Aquele escorrer melado das pélas, o pixé de fumaça, o feder a suor. Que mais há de ser? Sangue de seringueiro. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.38)

Em ambos os textos, sob as finas e invisíveis camadas porosas que separa o homem da natureza que o cerca, está à simbiótica relação entre a vida do homem e seu meio.

> No agasalhar da bondade do sertão, no tudo criar com chuva caindo. Das caatingas, um nunca não esquecer. As casas de barro, chão batida, terra seca. Já "no mundão aguado de terra, encharcado medonho, cristão nenhum tem vida alongada." Moradia em casa de palha, soalho de paxiúba, coberta distoriada. "Terreiro de nada à ilharga, molhadeiro de inverno a verão. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.35)

Quanto à paisagem, se a primeira remete a uma visão longínqua de um horizonte a descoberto. "O vulto das serras crescendo naqueles lá de distância". Ou seja, possibilita o pensar em uma superficialidade que expõe as vidas e as mortes, por restos de ossos a descobertos, e aponta para um desejo futuro; a outra esconde nas profundezas dos rios e das matas e das "noites mais escuras que lá", os inimigos como as onças, os índios que "comiam os brabos nas flechas", a cobra grande e as doenças trazidas pelos mosquitos, que fazem da morte companheira constante e que reduz os sonhos não mais a um horizonte perceptível, mas a compreensão que sobreviver significa reaprender a adaptar-se o mais rápido possível a esta nova epiderme que exige estratégias sinuosas como os rios as quais Marcelino ao longo de todo o romance vai incorporando. Da pele grossa do homem macho do sertão a uma nova epiderme ainda sensível em demasia a sentir nas entranhas, a dor pela saudade da secura de onde partiu e as incertezas do alagado para onde foi.

Mas o homem também ao agir sobre as coisas que compõe a natureza biológica que forma as matas também modifica suas epidermes. Como símbolo dialético destas dinâmicas de reações e relações homem e natureza (Marx,1987) se pode pensar nas seringueiras ou árvore-da-borracha.[3]Miller (2010) situa esta questão em um processo dinâmico onde sujeitos e coisas produzem simultaneamente modificações entre si. Partindo de sua teoria da cultura material posso pensar que os homens e as matas dos seringais produziram o tempo da borracha do Amazonas.

A seringueira como um ente vivo é socializada e explorada pelos interesses econômicos dentro de uma nova trama econômica que propõe remodelar o novo mundo.

> Sangue de seringueiro. Patrões arrancando saldo nos costados dos homens. O aguaceiro escorrendo na cara, carnes sofridas, deixando restados de vida no tronco. "a condenada tem seu valor, nascido do sangue, suor, das malvadezas, dos males, do padecer do aviado. Dizer-se o baque das máquinas, as embarcações fumegando, lamento da seringueira. Queixumes da árvore agravada pelos mutás. Ferida lá bem a riba do tronco, a um triz chegar à galhada. De morrer bocado delas, ressentida dos maus-tratos do homem. Este ano, então, é cortar, o mais cortar. Sugar tudo que o pau der de leite. Dinheiro correr à vontade, seringueiro sair da miséria[...] (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.38)

O trecho acima é revelador quanto às duas premissas que demarcam, mesmo que de maneira falaciosa, a dicotomia homem e natureza: A primeira que o homem possui supremacia sobre os valores das coisas que o cercam. O romance inteiro desvela esta falácia, mas isto não impede que os interesses econômicos recriem continuamente o antropocentrismo. Este antropocentrismo tão bem construído nos valores sacralizados como universais do cristianismo e que bem serviu aos interesses econômicos mercantilistas e capitalistas. A segunda, imaginando as riquezas naturais inesgotáveis como inesgotáveis também seria a crença na capacidade de enriquecimento a partir de uma vontade individual capaz de superar as malhas que compõem a realidade social da economia baseada na exploração e na escravidão. Em sua incapacidade de enxergar o horizonte no fim das florestas o homem ainda se imagina senhor e a natureza eterna.

Marcelino, homem do sertão, mas sensível ao que lhe cerca, vê a seringueira como igual. Apesar de muito distante das teorias marxistas, percebe que seringueira e ele são escravos de um mundo que todos os dias lhe mudam a sua condição corpórea o que lhe causa um sutil estranhamento. Estranhamento tão bem refletido por Marx quando da imersão do homem no imperativo do ter e parte de um processo econômico que o destitui de qualquer lugar:

> Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a consequente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior com a essência exterior da propriedade privada, mas sim se torna a essência tensa da propriedade privada. O que antes era *ser-exterior-a-si,* exteriorização real do homem, converteu-se apenas no fato da exteriorização, em estranhamento. (Marx, 1987, p.170, grifo meu).

Para Marcelino, a seringueira e ele, ambos estão presos a um destino cuja única chance de sobreviver deve-se a sorte. Mas será que é assim?

> Mas os acidentes da sorte são múltiplos e seu grau de magnitude é variável; embora fragmentos de boa sorte e também de infortúnio decerto não alterem todo o curso da existência, grandes e reiterados eventos que acabam por ser sucesso tornarão a vida mais bem-aventurada, pois não só são eles próprios tais que adicionam beleza à vida, como também a forma pela qual são utilizados pode ser nobre e boa, ao passo que grandes e frequentes reveses podem esmagar e arruinar nossa felicidade tanto pelo sofrimento que causam quanto pela obstrução que oferecem a muitas atividades.[4](Aristóteles, 2009)

de fatos o período em que se deu a maior transumância para a região do amazonas.

3 Seringueira popular da Hevea brasiliensis da família Euphorbiaceae. Árvore que pode atingir até 30 metros de altura e entre 30 a 60cm de largura no tronco. O látex é extraído da casca da árvore quando a mesma já possui sete anos no período de março a junho.

4 Ver ARISTÓTELES 2009, p.58.

Nesta relação de peles, vale citar como referência as reflexões de Silveira e Filho (2005) que seguindo o pensamento de Bachelard e Leroir-Gourhan[5], entre outros, situa o objeto como parte constitutiva da própria construção mental do homem e que o leva a rememorar e criar novas possibilidades do presente, não ampliando as distâncias entre técnicas, coisas e natureza. Assim, homem, natureza, coisas em síntese o mundo convergem para um lugar de pertencimento sempre em movimento.

As coisas e a construção social da escravidão em Cassianã

> Talvez o problema do acaso seja mesmo um equívoco - comentou Markovic em tom desenvolto- É o acaso que deixa rastros dos animais na neve?.. De qualquer maneira, depois de iniciado o processo, a conjunção de acasos e de circunstâncias inevitáveis torna-se complexa demais. Não acha?...(Arturo Perez Reverte, O pintor de Batalhas, 2006)

No romance não existe apenas um estranhamento causado por modelos de sistemas econômicos (mercantilismo, fisiocracia, capitalismo), mas vários estranhamentos que se modificam à medida que se modificam o que Bourdieu (1989) denominou por *habitus*[6] Outro conceito importante que será tratado adiante será o da *alienação* e sua fundamentação marxista. Ambos possibilitam se pensar alguns aspectos da construção da escravidão dos seringais e do mundo que rodeia Marcelino.

O conceito de *habitus* vem do conceito grego *héxis* relacionado a uma tendência e, segundo Bourdieu (1989), ele já se encontra delineado no texto de Aristóteles quando dissocia da virtude qualquer ação da natureza. Bourdieu faz um paralelo entre o conceito de *habitus* ao de ethos utilizado por Hegel na busca de se fugir a uma moral do dever (relacionada ao dualismo Kantiano) e de reintroduzir as disposições duradouras de uma "moral realizada" (Sittlichkeit). O autor também se refere a noção de Habitualität de Husserl para sair de uma filosofia da consciência reintroduzindo como em Heidegger e Merleau-Ponty uma relação ontológica com o mundo e cita Mauss (1974) e o reconhecimento da dimensão corporal (postura) para se referir ao funcionamento do corpo socializado. O autor também situa a importância do conceito de campo compreendido como conjuntura ou contexto e como este interage e demarca o que ele denominou por *habitus.* (Bourdieu, 1985).

De acordo com Setton (2002) *habitus* é uma noção que auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente e ora inconsciente que forma uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazer escolhas. *Habitus* então poderia ser pensado como uma matriz de esquemas híbridos que tenderia a ser acionado conforme o contexto de produção e realização. Para a autora, o principio que funda o conceito de *habitus* é o da relação dialética entre a conjuntura e os sistemas de disposições individuais em processo de interação constante com as estruturas. Assim a perspectiva histórica e interpenetração entre passado, presente (trajetória) e futuro (devir) são dimensões constitutivas dos *habitus* individuais.(Setton, 2002).

Este conceito de *habitus* será central para se compreender o quanto as pretensas estruturas totalizantes sejam econômicas ou sociais não conseguem mesmo com todo seu poder eliminar uma constante possibilidade de recriação das realidades de cada um daqueles seringueiros. Talvez seja, o que muitas vezes, entre eles se traduziu como esperança já que são infinitas as possibilidades de relações homem/social/meio. É amparado neste conceito que Marcelino e os imigrantes amazônicos ou Markovic na Bósnia tangenciam nos romances suas dores e recomeçam suas vidas cotidianamente.

Ao se analisar a trajetória (passado, presente e futuro) de Marcelino e Markovic, eles vão se utilizar de suas predisposições ou potenciais que se construíram nas suas antigas inserções sociais para flexibilizá-las dando-lhes chances de sobreviver a um presente desconhecido que se constrói em contextos que lhes são desconhecidos: os seringais e a guerra. A necessidade de um novo "enquadramento" permite a Marcelino se pensar no contexto de um homem amazônico tendo como sua nova epiderme a busca da identidade do homem seringueiro. Sua subjetividade que vai sendo costurada junto as dinâmicas vividas na concretude de Cassianã e os seus arredores lhe forja novas crenças, ampliando suas percepções, o que lhe permite reconstruir suas escalas de valores. De certa forma molda sua adaptação. Será o domínio de novas habilidades, percepções e no conjunto de seus conhecimentos acumulados e transformados que estarão suas chances de permanecer ali, vivo mesmo como escravo. Sua forma de existência será mais um ramo que dissemina e justifica diariamente as assimetrias de poder que ali impera, permitindo assim a continuidade desta forma de estruturação de trabalho e de poder.

Não há, segundo a compreensão do conceito de *habitus*, como separar os homens Marcelinos e Markovics dos coronéis e de Faulques, dos seringais e das guerras, pois, eles são as argilas moldadas das estruturas sociais que os cercam. Neste sentido, personagens e enredos ou tramas são inseparáveis e as fronteiras subjetivas e os contextos sendo porosos permitem que interior e exterior se dissolvam e recriem novas matrizes de ações circunscritas ao campo das trocas de experiências vivenciadas. Não é sem razão que em muitos momentos Marcelino tem a compreensão de que sua ação é 'destino de seringueiro'. Destino compartilhado pelas identidades e estilos de vida dos outros seringueiros de Cassianã.
Marcelino e Markovic insinuam no seu estranhamento que não pode ser natural esta opressão que lhes rouba a condição humana, mas ao mesmo tempo por não compreenderem as razões que levam a tanta violência a naturalizam como própria da humanidade e não em tecido cuja trama diz respeito a um modelo econômico e social construído. O que os leva a refletir sobre isto está nas suas memórias de tempos diferentes vividos em um passado, onde se consideravam livres.

O círculo destas experiências de assimetrias e violência será rompido parcialmente na resolução pessoal dos problemas que de alguma forma arranham seus contextos sem de fato modifica-los estruturalmente. No caso de Marcelino na possibilidade real da morte do coronel. No caso de Markovic no aviso deste para Faulques de que irá matá-lo. Nestas decisões e na busca de uma ação está presente o problema do ethos hegeliano que permita um sentido para ação. O que fazer? Como legitimar esta ação? A questão do *habitus* e do ethos hegeliano se apresenta mais explícito na fala de Marcelino quando de sua estranheza as atitudes de seus irmãos para com ele. Esta atitude fria e violenta que lhe parece desvinculada de todas as aprendizagens familiares passadas são lhes obscuras até quando no devir (futuro) lhe será revelada como escolha estratégica para se tentar modificar o sistema opressor, neste romance, encarnado na figura de Macário, coronel do seringal. Tudo lhe envolve como uma bruma permanente que não lhe permite a racionalidade para compreensão dos fatos.

5 PARENTE, Diego. Técnica y naturaliza e Leroi-Gouhran: Limites y naturalización de lo artificial.2007,p.157.

6 *Habitus* sistema de esquemas individuais socialmente constituídos de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes) adquirido nas e pelas experiências. Isto significa que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente social e coletivamente orquestrados. *Habitus* é um investimento conceitual que auxilia a apreender certa homogeneidade nas disposições, nos gestos e preferências de grupos e/ou indivíduos produto de uma mesma trajetória social (Setton, 2002,p.4 e 5)

Esta perspectiva antropológica a comparo a sensação estética que o padre Sanchez Ribera fala a Garaudy (1996) sobre sua vertigem diante da pintura das *Montanhas na primavera de KouHsi*.[7] Neste quadro, diz ele: Todas as coisas enlaçam-se em brumas e aguadas mais ou menos intensas, redemoinhos negros de uma fumaça de incêndio. O homem fala desta paisagem como se ele narrasse sua própria vida.

Miller (2010) na sua discussão de sua teoria da cultura material nos explica também que coisas não são coisas individuais ou isoladas, mas todos os sistemas de coisas com suas ordens internas que nos faz como somos. De certa forma é nas configurações destas diversas interpretações teóricas que a obra de Paulo Jacob nos oferece em forma de romance a complexidade da vida dos seringais.

O conceito de alienação se fundamenta a partir da análise Marxista presente em seus Manuscritos Filosóficos. Ele nos remete à longa história de construções de Marcelinos, Markovics. É na sua reflexão da relação capital, humano e da propriedade privada que ele amplia a compreensão de um poder econômico que a tudo aliena em seu nome: o homem se aliena a partir de sua desumanização e sua desnaturalização, ou seja, se aliena de si mesmo, da natureza e da suas criações. Ela é vista "como um estranhamento e perda de consciência." A alienação parece tanto no fato de que *m*eu meio de vida é de *outro*, que meu desejo é a posse inacessível *do outro*, como no fato que cada coisa é *outra* que ela mesma, que minha atividade é que finalmente (e isto é válido também para o capital) domina em geral o poder desumano.[...](Marx, 1987,188)

De acordo com Barros (2011, p14), Marx já apontava para as diversas alienações que acometia ao homem e o levava a uma espécie de sono, do qual não conseguia despertar.

> Estas alienações que se manifestam na religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. estão vinculadas a apropriação do homem por uma economia que tem como fundamento a propriedade privada e na mais são do que modos particulares de produção. Mas, segundo Marx, é a alienação econômica que afasta o homem de sua vida efetiva. Estas alienações afastam do homem a percepção que sua essência humana da natureza não existe senão para o homem social, pois apenas na relação de um para com o outro e o modo de vida do outro para com ele como elemento de efetividade, só assim existe como fundamento de seu próprio modo de existência humano (Marx, 1987,175).

Marcelino vive e é o incômodo de sua alienação forçada pelas condições em que se encontra dentro do sistema capitalista do ciclo da borracha. A suas percepções de um semiescravo são reforçadas por Furtado ao analisar o ciclo econômico da borracha e a situação do nordestino na Amazônia:

A situação do nordestino começava sempre a trabalhar endividado, pois obrigavam-no a reembolsar os gastos da viagem ou parte deles com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Para alimentar-se dependia do suprimento que, em regime de estrito monopólio, realizava o empresário com o qual estava endividado e lhe comprava o produto. As grandes distâncias e a precariedade de sua situação financeira, reduziam-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das barracas rudimentares, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema econômico haja imposto ao homem. (Furtado, 1959)

Quando Marcelino e seu irmão Sabino fogem da seca, do seu amado sertão, da Paraíba, eles são mesmo que por uma "escolha", brutalmente arrancados de seus hábitos ou *do modus vivendis* de homem nordestino. Todas suas referências de vida, suas coisas, suas relações afetivas, sociais e de vizinhanças são rompidas e eles se vêm subitamente "sem chão". Nada mais emblemático do que as observações de Marcelino com sua linguagem criativa na sua forma de tentar incorporar as palavras os sons, as emoções, o movimento, sobre os rostos daqueles homens ao sair do vapor do cais:

> O vapor deu de marcha, o cais alongou-se. Andar aí uns escassos de metros, a cidade sumir-se, o luzeiro apagar-se. Ter de ver muita lágrima, seu menino. Noite mergulhada nos sofridos da gente. O vento do mar enchendo o vapor, bubuiando o cheiro da terra. O ficar das caatingas distantes. Nuns poucos de minutos, ainda se ver um alegrado no rosto. Esperançado em voltar. Outros nem isso. Os magoados dos para sempre viver em paragem alheia. No após mais, a ajeitação dos sacos, baús, o agasalhar dos animais. Terém de toda espécie. Montoeira de gente atirada no convés de terceira. Risos, só nos de vascos sentir, os de pensarem em trazer dinheiro. No mais, a quieteza, o vago por dentro. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.35)

A partir das coisas, Marcelino ao rememorar sua vida na caatinga nos ilustra, mesmo que em fragmentos, todo o universo que cercava o seu cotidiano junto à sua família e sua comunidade na caatinga. Estas coisas que se tornam presenças ao longo do romance sejam em lembranças ou em reminiscências de hábitos, muito diz sobre a dimensão do que significou para ele a perda de seu sentido de pertencimento:

> Correr terra afora, subir nos abeirados da serra, pular água no açude. Mãe e pai a cuidar dos sustentos dos filhos. Tirar leite das cabras, dar de comer ao mais novo. Casa de barro, chão batido lustroso, varrido a capricho. De confronto ao alpendre, o juazeiro, crescendo com a gente. Sem a seca, o canto de grilo, sapo, rã... (p.46). Nas relações familiares, nada mais importante que as lições de sua mãe: Irmão é irmão, nada de briga. Brincar junto, o que é de um é de outro. Pai é quem compra. O de comer, o de viver. Tudo tirado do serviço da roça, do cultivo da terra. Quando brigava ficava no ralho, nada de bater. Ameaços de o fazer, o que nem o fazia. De quando pai morreu o de mais pior. Era os cuidar de roça, dos que fazer em casa. Dia inteiro neste ser viçados. Dava-se das vezes, dalguns adjutórios. Juntar gravetos, busculhos aí de tiquinhos. Arrumar nos encoivarados, tocar fogo. Disso gostar curumim. Ver as labaredas subindo, o fumaceiro espalhado, o calor se alastrando.. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.318)

Outro trecho revelador da sua forte intimidade no trato com seu ambiente é sua descrição do seu terreno: "O cagador do terreiro, a carnaubeira deconfronte a casa embarrada... O vento assoprando no alpendre, lugar de dormida do pai nas tardes encalouradas. A folhagem acenando, a gente escutando, entendendo o segredo das árvores". (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002 p.89)

Nestes pequenos atos de rememorar, Marcelino nos apresenta a outra paisagem que durantes anos compuseram sua identidade. Esta que lhe parecia tão permanente e tão privativa, familiar e íntima vai aos poucos sendo transformada em seu novo contexto.

A paisagem é marcada pela presença do rio Purus:

> Paragem bonita esse Cassianã. Nas águas grandes, o Purus chegar ao barracão. Enxurro de rio, desabo das nuvens. Crescido de água, terreiro barroso, Purus mais toldado. No detrás algumas fruteiras. Logo em vante, o escampado. Árvore mesmo, só essa uma, o cumaruzeiro. Planura de terra. Açaizeiros, dalguns. O mais é inajá, babaçu. Palmeiras linheiras. Cassianã cercada por confins de terras gerais. Terras do Ituxi, cabeceiras do Uaquiri, parajens de grandes lonjuras. Brendões centrais, distantes findados de terra. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002 p.67;80)

7 Esta passagem é muito interessante porque está associada a vida do shintoísmo que relaciona de forma viva todas as coisas.

> Entre as coisas que sutilmente vão lhe modificando estão os alimentos que podem ser aviados dentro do seringal: leite nem pensar é luxo para seringueiro. Quando muito para curar leite do Amapá. Farinha, pirarucu, tabaco, cachaça. Esta vista como remédio bom.

Mas nada modifica mais significativo a visão de vida de Marcelino do que estreita percepção da morte que ronda a vida no seringal a todo o instante:

> "Findar nos aflitivos de bem nem como se sabe. Dessas demais acontecer no seringal. Morrido por de calhar, malditoso coisinha. Derréia, sezão, defluxeira. Defluxo, então, doeceira acabante. A morte espreita seringueiro a todo instante. Arrocho de sucuruji, apanhado de jacaré, piraíba. De repente o desaparecimento. Os diversos tipos de adversidade os torna pressuroso. "A seca já não apavora mais ninguém".

A todo instante Marcelino carrega consigo a sua crença, sua fé em Deus. No entanto, cada vez mais, mesmo sendo homem acostumado às rudezas da vida começa a sentir o incômodo daquilo que Pascal tão bem considerou como o verdadeiro elemento da existência humana: a contradição.

O escritor Arturo Pérez (2006), em seu romance o Pintor de Batalhas, também, nos fala sobre as circunstâncias limites que faz do homem seja este um europeu, um caboclo, um árabe ou um nordestino a rememorar para sobreviver em contextos de tantas incertezas. No caso dele, a guerra da Bósnia. No caso de Marcelino, aos seringais e suas leis. Markovic, personagem de Perez nos diz: "Sobreviver ao que quer que seja, especialmente à guerra, era uma boa escola. Obrigava a pessoa a se voltar para si mesma e oferecia um modo de olhar".

Mas que novo olhar era este que Marcelino experenciava? Ouso a dizer que primeiro no reconhecimento de sua identidade como nordestina, inclusive levando-o a menosprezar o caboclo da terra e ao índio: Pai, mãe, índio apurinã… Índio é lá bicho que se crie. Uns pestes de só gostar de perversidade. Tem mais é preguiça. Pessoal indolente. Roubar não achava que era […](p.66)

> […] aviar farinha, querosene, pirarucu, bala… Tirar o de pagar o gasto. Das vezes aventurar no marisco. Acontecendo arpoar um pirarucu deixar de ir ao corte, descanso de dias. A mulher de encostada na rede, o corpo amornando. O café aquentando no fogo. Mas gente do sertão se dar a preço. Dessas de só trepar com a mulher, não de faz. De somente fazer filho. Serviço de cabra safado dessas bandas, de vivência na muita preguiça. Gente pançuda, empambada, barriga infestada de verme. Aviou o de mais precisão, cachaça no meio, bota-se há dormir o dia inteiro. Só trata novamente a vida, após o rancho acabar. É como digo. Caboclo é filho da puta… Isto mesmo está dito. O pessoal daqui só presta para beber cachaça. Viver escanchado nos quartos da mulher. Filho aí todo ano. Criado nos maiores padeceres, curtindo fome. O pai aí à ilharga, espichado na rede, amornando. Pé na parede, cigarro babado na boca. Naquela preguiceira danada… Caboclo é lá gente que se preze. Não fosse os cabras bom do Nordeste, Manaus não era o que é. Beleza de capital. Tudo trabalho do nordestino no colher da borracha[…] (JACOB, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002 p.67;80p.61)

O segundo novo olhar, Marcelino o faz dando-se conta daquilo que antes naturalizado, agora lhe torna caro porque parte extensiva de sua corporeidade que lhe permite, inclusive, re-criar o ambiente mais próximo daquele distante rememorado: Sua família. A sua mulher, Maria de Luz, ex-puta que exigiu casamento de véu e grinalda. Mulher desbocada, no arregaço de toda mulher com o marido. Cuida bem dos ajeites de casa, lava roupa, limpa o terreiro… É dos grandes servir o marido. Como sua mãe, ano transato, deu por demais adjutórios no corte. Dava ademão no defumador da borracha, acendia o fumeiro, juntava urucuri. Numa coisa e outra, os sempre ajudar. Da vez do derreio da sezão, não fosse ela?

Em toda a narrativa familiar seja do sertão ou do seringal, a divisão social e sexual do trabalho e, sobretudo, o saber da mulher no tratamento das doenças do seringal: chás para cortar a doença; na convalescência da febre, no todo instante, leite-de-amapá.[8]Mas Maria da Luz vai morrer quando uma tromba d'água tudo arrasta. Marcelino irá lamentar o seu desaparecimento sem rastro. Nem ao menos o corpo para chorar ou enterrar. Lugar de tristeza sem igual. Seus dois filhos, Zinho que morre devido ao cezão. "finda na febre, quebranto, ventre caído, derreia, ramo-de-ar, coisas de menos importância." A outra uma menina, Dora, vai morrer, escabrichada pelos cabras ao servirem-se dela, assim como seu irmão Sabino, que quebrou o encanto de corpo fechado quando se deixou enrabichar por mulher. Tudo aconteceu quando o começo da mudança no Cassianã, ou seja: da vida de semiescravidão durante o mando do coronel Anastácio Trajano para o de escravidão total sob o jugo de um nordestino cearense e ex-empregado de Trajano, Macário Gomes.

Na destruição total de seus referenciais familiares, como ele mesmo diz: "os aderentes morridos", Marcelino vai se vê vazio, desorientado e de certa forma pronto para desfazer-se de vez da sua última pele que o ligava ao Marcelino do agreste. Isto ocorre quando se vê obrigado pelo novo e cruel dono do Cassianã a executar como um dos seus castigos, as tarefas que mais desprezava enquanto marca de sua virilidade de homem: fazer trabalho doméstico e cuidar das coisas que o caracteriza: "Tomar serviço de cozinha. Ajudar nessas lidanças de fêmea, abanar o fogo, arear panela, torar lenha… servir a Tonsila, a cozinheira, carregar água…"

Sobra-lhe como membro da família e companhia, Tubarão. O cachorro agora não o largava. Era mais o dono para todos os cantos. Na roçagem do campo, debaixo da rede, nas horas de volta para casa. Animal afeiçoado. Na janta quando se tinha ficava a ilharga do prato. Olhos em riba, no aguardo aos de comer. Botasse o bocado lá dele, alegrança de rabo. Cachorro bom, nos ter até sentimentos. Foi de uivar na morte de filha.

Nada parece diluir mais a diferença entre o homem e o cão, Tubarão, no olhar de Marcelino do que os dois irem gradativamente "desesquecendo" a crueldade dos últimos acontecimentos com a morte de Dora. Ou seja, o cachorro ao uivar a morte da filha, farejar a procura da cunhantã, ir à sepultura da falecida e deixar os arranhados por cima e soltar uivos agourentos vivenciava a dor que já não era só dele. "Era dos companheiros restados dos padeceres".

O terceiro novo olhar recai sobre as mudanças que se operaram no Cassianã a partir da última batalha entre o coronel Anastácio Trajano dono do Cassianã e seu ex empregado Macário Gomes, o qual por um golpe, assassinatos, suborno de advogados consegue a posse da fazenda. Para retratar a percepção da mudança ele pensa nas antigas festas no fim de fabrico quando o coronel Trajano comemorava junto aos seus empregados:

> Boquinha da noite. Animação era grande. Cachaça, beber de estragar. Mais de sessenta homens. Salão apertado. Montoeira de rifles nos cantos da casa, apinhados de bala.Nega Juvência mais a filha Adelina, as únicas fêmeas. Cunhatã bem nova, a mal chegar nos onze anos. Mas acesume era ali, seu menino. Meninas viçando para macho. Festa de seringueiro a esse modo. Mulher no seringal coisa escassa. Uma ou outra pro gasto. E vigie-se! Dançar macho com macho, a alegração não findar. Direito se tinha o isso fazer.

8 leite-do-amapá é um tipo de látex retirado de árvore usado para tratamento pelos nativos em doenças respiratórias como asma e bronquite. Pesquisas recentes comprovaram o efeito fitoterápico deste leite.

> Uma parte com Nega Juvência, outra mais Adelina. Duas fêmeas a servir sessenta cabras. Um esperar e tanto a dama desocupar. Mas se dançava sim senhor. Macho com macho agarrado, no bater noite inteira. Diversão de muito alegrado, começo do fabrico. Salvas de balas de nem quase acabar. Dinheiro queimado, atirado fora, a borracha pagava. Berreiro desabrido, viva disso e daquilo… Toca dessas bem bonitas companheiro. O pessoal quer se adivertir. Leva mano! Dessas de dançar avexadinho. Daquelas de tuas sabenças de puxar sanfona, nos dolorido tocar… […] Foi de amanhecer a brincadeira, o pessoal sem querer acabar. Quando se deu conta, bem-te-vi piripiri já cantava. A barra do dia crescia na mata. O nevoeiro (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.63)

Aqui, Marcelino, nos aponta uma bela compactação entre os diversos sentidos. Ver e escutar, memória e identidade, passado e presente perfilando simultaneamente em um lampejo do seu corpo consciente

> […]o cantador do sertão, naqueles perdidos de terras sem-fim. Nos apés, montado no cavalo, a sanfona à ilharga. Viver nessas andanças, serenando noites de lua. O clareie descampando as caatingas. Lonjura distante, o escutar-se. Os melodiosos da bicha, distância sentida. Naquelas horas, instantes talvez. Bagos de lágrimas batidos na terra[…] Mas tudo se foi seu menino. No beber de bastante cachaça, magôos desesquecidos. Entrar na brincadeira[…]

Nos dois trechos acima, dois animais lhe trazem de volta a realidade da Amazônia: o pássaro, mas, sobretudo, a cobra surucucu que estava no caminho de sua casa. "De viu gente enrodilhou. Achar-se assim que não de quis fazer mal. Picar do que viu. Ficou de olhando para fora, entrada de buraco de paca." (p.63)

Também festa de Santa Luzia:

> […] festança bonita, bebida então, quantioza de repugnar cabra avezado no álcool. Coronel fez seus devotamentos com Santa Luzia. Mandou de erguer um mastro, um tamanhão, `a riba da terra. Nuns enfeitados só visto. Flores, bandeira, mato de toda a qualidade em derredor. Melancia, banana, abacate, abacaxi… Da parecença mesmo de frutificar, época dos enfartados de frutos. No final da festa, a derrubada com a diversão de todos ao apanhar isto ou aquilo do mastro. As frutas largadas aos pedaços nas mãos de uns e de outros. Festa do Cassianã, findados de safra, acontecidos por tantos falados naquelas paragens. Chegava gente de todos os lugares, querente entrar nos festejos. Havia quem remasse três, quatro dias, mas evinha assistir. Patrão nem se importava, queria era disso mesmo, a maior alegria… Desse lembrado ter-se boa memória, a cabeça nunca se deu a falhar. Festança bonita fins de fabrico no Cassianã. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002 p.132)[…]
>
> Eram três dias interados, o pau desgalhando. Fartança de um tudo, bebida a valer. Os bebidos derreiados no terreiro, falando besteira. Seu Coronel Trajano nem de ficava zangado. Só de exigia bastante respeito, nada de desabusamentos. (p.344)

No período de escravidão do coronel Macário, o começo do fabrico é demarcado por um triste silêncio que reina no Cassianã e no seu "trabalho de fêmea":

> Nas canseiras de trabalho de fêmea, saldo o nunca se ver. Serviceira de garantir somente o sustento. Ainda sem poder respostar má-criação a empregada. Fosse falar, comia de castigo no tronco. Ah filha da puta! Patrão quando acolheu pessoal do Coronel Anastácio foi querendo sujicar nos maus-tratos. Deus está vendo os doídos de seringueiro. Coronel um dia há de pagar. Nem num, nem outros, fim de fabrico chegado sem as alegrias de antes Cassianã. Passou-se e passou-se. Saldo, dinheiro, bebedeira, festão noite adentro, amanhecendo dia. Também no dia de Santa Luzia, antes a maior festança. Agora de nada tinha. No dizer dele, festa negócio de cabra safado, preguiçoso, sem os de ter de cuidar. Foi até demais entristecido. Nevoeiro baixo roçando a cabeça da mata. De galo cantar nos seus afinados de voz, batendo estirões de terra. Escassos latir de cachrro, correndo as beiradas, buliçando distante o sossego. JACOB, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002p.287)
>
> Hoje, o Cassianã é vê cemitério, de nem violão se escutar. Terreiro quieto, tristonho. Nos acercados do barracão, isolamento dernasàs quatro da tarde. É de proibido até atracação de vapor. …(p.344)

A palavra nevoeiro não só aparece no texto e na narrativa de Marcelino como um fenômeno físico e climático, mas, sobretudo, como uma metáfora de seu próprio estado de espírito materializado em seu corpo alquebrado, cansado e vazio e das suas memórias cada vez mais vagas porque carentes de coisas que o cercasse.

Neste sentido também, o personagem Faulques do romancista Peréz-Reverte, em *O Pintor de batalha* se misturaa Marcelino e seu nevoeiro, pois diz:

> "[…] são sutis e bem estranhos, pensava os laços que podem estabelecer entre coisas aparentemente desconexas: pinturas, palavras, lembranças, horror. Parecia que todo o caos do mundo, semeado ao léu sobre a terra pelo capricho de deuses bêbados ou imbecis – ou de acasos sem piedade, pudesse de repente ser ordenado, transformando num conjunto de proporções precisas, pela cifra de uma imagem insuspeitada (neste caso, o nevoeiro), uma palavra à-toa, um sentimento, um quadro contemplado junto a uma mulher morta dez anos antes, agora recordado e repintado à luz de uma biografia diferente da de quem o concebera. De um olhar que talvez o enriquecia e o explicava." [9]

Como emparedar os nevoeiros que nos remetem a tantos passados e nos conectam a presentes? Também este nevoeiro está no quadro das Montanhas na primavera, já citado anteriormente por Garaudy na explicação de Ribera: "as perspectivas, aqui, são múltiplas, como em um sonho em que estaria situado, ora sobre o cume, ora em um vale. Todas as coisas se enlaçam em brumas e aguadas mais ou menos intensas, redemoinhos negros de uma fumaça de incêndio."Ou nas reflexões de Olvido, namorada de Faulques no romance de Pérez-Reverte: "Quanto à opção de fotografar coisas e não pessoas, ele quase nunca a viu focar algo vivo. A verdade está nas coisas e não em nós, dizia. Mas precisa de nós para se manifestar… (Perez-Reverte, 2006)

Não, Olvido a verdade, a meu ver não estão nas coisas ou pessoas. Ela é como um nevoeiro, uma névoa que envolve tudo ao seu redor. A verdade? Que tipo coisa e esta que vivemos a perguntar? Divaguei é verdade. Quem sabe em outro texto caberia esta reflexão.

O nevoeiro como a marca amarga da escravidão que a tudo encoberta e a tudo destrói lentamente até desfazer-se por completo na rotina do dia que recomeça a vida. Paulo Jacob assim nos situa este círculo da vida e coisas:

> Do coito de homem, vida nascendo, os animais outros criando. Vadiação de vivência que o mundo ensinou. Pela janela, o ar cheiroso da mata, pixé degozo exalando. Cheiro de terra gerais orvalhadas, neblina da noite. De como coisa, a vida atiçando vida. Nascida na cama, na rede, no chão, onde desse o fazer. Homens, mulheres, cunhas, curumins, bichos de todos os jeitos aparecidos na Terra. Saídos de pouca vergonha, nos de todos cometer safadezas. Nos molhados da carne, nos pingado da coisa. Aos anoitares, o mais disso se da. Quieteza buliçada em gemidos.

9 O personagem Faulques, um fotógrafo de guerra, faz esta reflexão quando a mão de sua amada o toca durante a sua observação de num afresco de Oroscopintado no teto do hospício Cabanãs, em Guadalajara.

> Ameigados de homem, mulher, os embrutecidos dos bichos.
>
> Tudo se seguindo o mesmo destino, Matar, morrer, criar, povoar centros. Espalhar gente, estirões distantes das terras. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.340)

O distanciamento da morada do senhor: o medo e a escravidão

> "Nosso mundo fabrica escombros em vez de ruínas e, assim que pode, passa um trator e some com tudo, disposto a esquecer. As ruínas pertubam, incomodam. E claro, sem livros de pedra para ler o futuro, de repente nos vemos na margem, com um pé no barco e sem uma moeda no bolso para Caronte." (Perez-Reverte, O pintor de Batalhas,p.128)

As moradas nos falam sobre as pessoas que as habitam e se relacionam como Miller (2010, p.122) nos diz com o poder. Em Cassianã esta relação não se difere da realidade do sertão. Porém, para Marcelino, cada senhor dá a "casa grande" suas marcas. Assim Coronel Trajano não era indiferente a presença dos cabras em sua casa. Ele poderia ali se apresentar quando chamado, mas sempre arrumado. Já Macário Gomes, até piano pôs ali,e proibia a presença mesmo no alpendre do cabra.

> O Cassianã desmudando do que era. Dumas até melhorias, parte morada lá dele patrão. Grandes arejar de limpeza, soalho luzidio, bem encerado, das espelhações refletir. Mulher não podia nem passar, sem os debaixo cobrir.O proibir entrada de seringueiros, a primeira da coisa. Necessitando falar com o patrão, era só no pé da escada. E isso com bastante respeito, mãos no detrás da costa, sem chapéu na cabeça (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,244)

As roupas dos seringueiros cada dia mais rotas enquanto a do Coronel Macário seguia a moda europeia da cidade de Manaus, mesmo com seu calor insuportável: Fraque, cartola, bengala… Nunca de aparecia a ninguém mal preparado. …Roupa barata, tecido de carregação, isso de não usava. Sempre com roupas finas, tudo importado da estranja.

Euclides da Cunha em suas cartas já observava em Manaus esta discrepância:

> O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali,salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuios. Cidade meio caipira, meio europeia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado… o seringueiro achamboado a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em Gand […] (Ribeiro, 2006,154)

O regulamento do seringal não era como antes. E nem podia. A escravidão retira qualquer aproximação coronel e seringueiros, senhor e escravos. Segundo Hegel[10](1989) o estado do senhor e de escravos impede qualquer tipo de liberdade, e nesta atmosfera de despotismo, o medo constitui categoria dominante. Neste sentido, o homem que vive com medo e o que domina os homens por meio do medo, estão ambos no mesmo nível; a diferença consiste apenas na maior energia da vontade que pode chegar a sacrificar todo o finito a um fim particular. O déspota ou o senhor realiza todos os seus caprichos e faz o bem, não como lei, mas como arbítrio seu; da passividade de vontade, na escravidão passa-se, no campo prático, à energia da vontade, mas também esta não é mais do que *arbítrio*.

É exatamente este arbítrio do poder sobre as coisas e sobre a vida, a corporeidade dos seringueiros que o coronel Macário Gomes vai exercer seus desejos e prazeres sádicos. Seringueiro vivia nos careceres de tudo. A começar por não aviamento sem borracha. Nada de avios por conta da produção a extrair. Trazendo borracha, levar o da 'carecência' de rancho como diz Marcelino. Calhando de não trazer, patrão não aviava um tostão. "Se a precisão fosse de tanto necessitar, morresse de 'fomintura.' As roupas já poucas vão aos poucos se tornando farrapos. Diminui-se a farinha, o pirarucu. Cachaça, nem pensar. O café torna-se luxo. "Até remédio deixava de aviar. Bem uns dez os morridos neste abandono. "Aviado sem saldo, amarrado ao patrão." Sempre devendo. O trabalho nunca suficiente. A violência vai se enraizando como forma de poder: "-Fique certo de uma coisa. Quem manda no seringal é o dono. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.246)

Qual o limite que alguém suporta os maus tratos e medos? E quando se trata de homens acostumados as mais rigorosas adversidades:

> "Bichim danado este Veras, respostar em ribinha de patrão. Na cara do homem, afrontação de presença: - Meu patrão está furtando no saldo. Tinha mais de cinco contos de reis. Quero tudo no pago direito." Nem careceu patrão se inteirar dos mal ditos. Levou no confronte da cara, no topo das barbas. . Não teve tempo de mais nada. José Sertanejo mais Bafo-da-Onça, entralharam o homem nos bem forcejados. Patrão só teve trabalho de sangrar. Meteu a faca, entremeios da Cantareira do cabra. Veras arriou em cima dos quartos. Num deu nem um ai…, estremunhou apenas no ansiado de morte. …Quem viu, disse que não viu. Patrão logo se botou nas recomendações. Nada de falado do que se deu. Saindo falações corto a língua do filho da puta. Bem no topo, um nunca mais há de fuxicar."(Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p248)
>
> -Já teve medo inumeráveis vezes, senhor Faulques?-Inumeráveis, sim. Disse muito bem. Markovic, parecia incomodado com o sorriso de canto do pintor. Eu ia lhe contar- disse numa baforada de fumaça – uma vez vomitei ao amanhecer, antes de um ataque. De medo puro medo. Limpei a boca comum lenço de papel, e quando o joguei fora ficou preso num arbusto, como uma manchinha clara. Fiquei olhando para aquele lenço enquanto amanhecia… Agora, sempre que penso no medo, eu me lembro daquele lenço de papel preso no arbusto (Pérez-Reverte, Arturo, O pintor de batalhas S.Paulo, 2006 ,p.91)

Justificando suas crueldades como forma de manter a escravidão, ele sabia que cumprir com o prometido o fazia respeitado, era considerado homem de apalavrado sério. Quem era que nem ele de mau. Mesmo estúrdio de malvadeza, cumpria. O que se chama dignidade quando a questão é sobreviver?

> "[…] nem o nome de Deus favorecia seringueiro necessitado". "De várias dessas se dar, o homem nem de amolgava com o sofrido dos outros.- Pelo amor de Deus, meu patrão. Pelosangue de Virgem Maria. Minha filha está se acabando de febre. Avie de ao menos o quinino. - Vá trabalhar cabra safado! Que filho, que merda nenhuma! Quando tiver saldo não serve? – Precisa ser agorinha, meu patrão. Sem quinino filha não vai resistir ao calibre da febre. Pelo amor de Deus… – Já disse que não é não mesmo. Quem não tem posses, montar a família[…] (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.266)

10 Ver HEGEL, 1989,p.145. O autor faz estas colocações ao longo de sua reflexão entre aliberdade política e liberdade do pensamento, argumentando do por que a filosofia só começa com mundo grego e não no oriente.

Peréz-Reverte nos coloca o mesmo quando Faulques fotografa a morte de um somali que se atira ao Pé do carrasco, implorando por sua vida enquanto este o cobria de pontapés para vibração de garotinhos que observavam a cena- e – assim de joelhos e agarrado a perna do miliciano e posteriormente suas súplicas ao ver de perto a boca do fuzil e depois os impactos da bala.

A temporalidade dos seringueiros *layer* anterior a da globalização do mercado. Contudo, os donos do poder continuam enraizando escravidão pelo medo e como disse Hegel pela sua energia da vontade que não é mais do que arbítrio.

> "Contando que sobreviva" - diz o croata Markovic durante a guerra da Bósnia. Sobreviver para os seringueiros era seguir sem ver o saldo, nem um réis e se calar. Senão sangrava como Veras, como porco.
>
> - Muito, de nada serve implorar- diz Faulques- e mesmo se rebaixar aos pés do verdugo não garante nada.
>
> - Mas tentam - disse. Quase todos, na realidade. Alguns conseguem.(Pérez-Reverte, Arturo, O pintor de batalhas S.Paulo, 2006, p.115)
>
> Serrão tentou fugir, mas fogo logo agarrado pelos cabras. De trás vinha Bafo-de-onça, sorridência malvada, nos maus ruins fazer com o Serrão. Furados de faca, pancadejados de pau. Serrão caiu no enlanguescente, fraqueza de íntimo. Soluçados altos implorados a patrão. –Faço de outro não. Por Nossa Senhora, era de propósito voltar. –Vá com essa pra outro, seu filho da puta! Ajude aí sertanejo, agarrem o homem bem sujigado. Marcelino é você que vai fazer o serviço. Cortar as orelhas desse cabra, torar bem renteado à cabeça. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.267)

E então, Marcelino, sem conhecer Hanna Arendt, percebe a dimensão do terror:

> "Pois foi seu menino. Como? Que jeito, podia-se de sonegar? O senhor descumpria os ordenados por seu Macário? Foi no contenente fazer os maus mandados. Apois botar sal com cinza no ferido, pra de logo sarar. Obediência aos ordenar de patrão, tudo de feito nos pedir dele. Dependurar as orelhas no fumeiro, amarradas em envira. Passou de ali foi tempo perdido. Murchando, fica no sujica. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.268)

Como murchando estava Marcelino no seu corpo e espírito se tornando parte da estrutura da escravidão. Pedaço a menos no corpo de Serrão. "Pedaço a mais na crença de que o terror não tem fim."

Um quadro tão próximo apesar do distanciamento nos anos está descrito neste pequeno fragmento da obra de Perez-Reverte: Quando me libertaram-prosseguiu Markovic-, eu ia com os outros no caminhão… Quase não falávamos. Nem sequer nos olhávamos. Envergonhados. Sabíamos coisas uns dos outros, entende?…Coisas que queríamos esquecer (Pérez-Reverte, 117).

Marcelino intui, mas não o sabe. Não existe uma universalidade humana, assim como as coisas, o ser humano sofre sua constante objetificação. Esta pode ser analisada como Miller a faz seguindo a perspectiva de Hegel, que torna a construção humana e tudo que o cerca processual e demarcada pelos contextos, ou, pode ser associada à reificação no sentido marxista em que a escravidão o torna um objeto de uso e função delimitada e por isto tranquilamente substituído e destruído. Escravidão pressupõe a homogeneidade para que a razão instrumental e a racionalidade possam submetê-los por igual. Esta homogeneidade de homens, denominado sobre conceitos genéricos como cabra, caboclo, nordestino, seringueiro, representa uma anti humanidade, pois como nos disse Cassirer[11], a homogeneidade é justamente o que jamais encontramos no homem. Jones,[12] assim como outros autores da teoria da materialidade, busca estender esta incapacidade de homogeneidade para as coisas, pois estas ao estarem em constante relação com os homens sofrem diferentes interações e transformações e atuam sobre as relações humanas. Também Miller[13], reflete sobre o problema da homogeneidade da humanidade quando analisa os comportamentos tão diferenciados entre as diversas tribos ocupando um pequeno espaço como a Papua de Nova Guiné. Em sua análise refuta a correlação homem, função e meio.

O facão usado por Marcelino para cortar as orelhas de Serrão, não será mais apenas um facão, mas "aquele" carregado de outro valor simbólico que lhe remete a uma lembrança. Por outro lado, como Serrão faria para esquecer a falta de suas orelhas? Que tipo de pensamento Serrão passaria a ter ao olhar Marcelino e os facões ou os terçados?

Mas será que é possível a transmutação de Marcelino em seu não ser pela sua reificação?

> .. Dona Targina ao piano. O sonido da música fechando os entristados, caída da noite. Tomando os vazios, enchendo o quieto.Abarcando a distante da mata, na alegração das tristezas. Era de bonito escutar-se, os resfrescados da tarde caída, batida de tons. Nos entremeios, os sabiás piavam nos estirados das terras. Cantadas de mais assanhar coração, revolver passados escondidos. Familhação toda ao lado. João Ivo, Dora, Maria de Luz…Reunidos em casa, horas tardeinheiras da tarde. Pedaços arrancados de homem. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.269)

Então, Marcelino se torna consciente de sua situação e faz a síntese entre passado e presente em suas memórias:

> […] Morridos na ilusão de pai, marido, ter de seu ganho na seringa, abastados vividos. Apartados dos eus, findando na canseira dos anos. Já não de ter-se bom saldo, acontecer os de acontecidos, os desavençados das terras. Na derradeira toada, amargureios vazados de íntimo, rompidos de alma. Lembrados de mãe, manos deixados na terra, sertão desbravado. Houve de ocasião, sim senhor seu menino. Cabeça baixada, olhos borbulhados de lágrima. Sofridos de seringueiro. Magoados escondidos na noite, acoitados nos cobertos das matas gerais. Gente de aventurar… enganoso, miséria, malvadez de todos os jeitos. Apois é seu menino. Por hoje já basta o de dito. Passado é passado, repetir é tristeza. Para que avivação de ferido sarado. Asneira o tentar, cabeça falida dos se dado na exata… Desaparecendo os vestígios, acontecidos se ido no tempo. Deveras, amanhã continuar cabeça avisada… Chorando mesmo. A noite encoberta magoações de seringueiro. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.270)

Não, Marcelino, não perca sua memória, pois, é esta que se apresenta em seu mundo simbólico e reflexivo que resguarda sua humanidade. Como nos diz Cassirer:

> En lugar de tratar com las cosas mismas, encierto sentido, conversa constantemente consigo mismo. Se ha envuel-to en formas lingüísticas, en imágenes artísticas, en símbolos míticos o en ritos religiosos, en tal forma que no puede ver o conocer nada sino a través de lainter-posición de este medio artificial. Su situación es la misma en la esfera teórica que la práctica. Tampoco ésta vive en un mundo de crudos hechos o a tenor de sus necesidades y deseos inmediatos. Vive, más bien, enmedio de emociones, esperanzas

11 Ver, CASSIRER, P.15

12 Ver Jones, 2007, cap.2 p.37

13 Ver Miller, 2010, p.71

> y temores, ilusiones y desilusiones imaginarias, en medio de sus fantasías y de sus sueños. "Lo que perturba y alarma al hombre — dice Epicteto—, no sonlas cosas sino sus opiniones y figuraciones sobre las cosas (Cassirer, 1967,p.26)

A escravidão só o reificará em definitivo se ele deixar desaparecer os rastros, os vestígios dos acontecidos do seu tempo. Ao manter sua memória como espelho, Marcelino sobrevive.

Entre um dos últimos horrores vivenciados por Marcelino tem como centro de novo Serrão, o homem das orelhas toradas.

> "Serrão vinha andando lerdoso, assobiando no desaviso, nos intentos de entregar,uns quilinhos de nada de sernambi, para aviar alguma coisinha. Topou com o patrão de mau humor, nos amargados do fígado. Patrão gritou nuns exasperos de juízo avariado.
>
> -Botem esse filho da puta no tronco! Com semambi[14] no costado e tudo. Seu menino, homem de bem não mente. Deu-se isso, maneira de como se conta, acredite. Com esses olhos foi visto. De gente afeito a maldades, o não querer enxergar. Botar-se a olhar para outras bandas. Até José Sertanejo, o disso fazer no disfarço. Patrão atirou querosene em cima do homem, ateou fogo. Era o semambi chiando com carne queimada. Passados anos em cima de anos, como coisa ainda os berros do Serrão escutar. O fogo derrotando o corpo do mal feliz, de ficar aquele jintinho de carne. [...] Os uis, os ais, meu Deus, Nossa Senhora, o ter-se como pregados ainda hoje nas oiças. Serrão uma fogueira gemente, gritante de dores. A coisa foi de tão feia, de o próprio patrão renegar. –Que fiz eu...! Mas logo se botou nos remedeios de erro. Foi de bem exemplado. Um preguiçoso no corte. Ainda tentar arribar, como de fez noutro dia[...] (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.276)

Arbítrio total de quem manda. Obediência total dos escravos. Borracha e corpo fundidos no horror da tirania e da escravidão. Prática que se repete ao longo da história da violência, muito além dos seringais.

Pérez-Reverte por meio de seus personagens nos mostra a contínua existência de Macários Gomes. No diálogo entre Faulques, o fotógrafo de guerra narra para Markovic, o croata que viveu a guerra na Bósnia, sua presença durante a guerra civil em El Salvador.

> A coisa se passa em um casarão que servia de manicômio quando há uma intensa batalha entre os guerrilheiros e os soldados: - voltei dois dias depois, para dar uma olhada...um dos loucos se aproximou de mim com ar misterioso para me mostrar um frasco que me pareceu de pêssegos em calda... Depois vi que eram orelhas cortadas.
>
> -Markovic deu meia-volta na direção de Faulques. Parecia realmente interessado.
>
> -Tirou a foto?- Nunca teria sido publicada. Por isso não tirei. -Mas tirou, sim, e foram publicadas, aquelas dos homens em pneus em chamas ardendo em volta do pescoço...Na África do Sul, se não me engano. (Pérez-Reverte, O pintor de Batalhas, S.Paulo, p.131)

Penso, nesta tríade, objeto, homem e fogo. O que Bachelard nos diria sobre isto? O que os pensadores da materialidade nos diriam?

Raimundo Marcelino trai seus companheiros a mando do patrão quando houve a primeira revolta contra o patrão. "-Conheceram da traição, firmaram olhos em cima. Uns até chamaram de filho da puta. Se não tinha de culpa, obediência ao patrão. Quem podia se escusar, proceder ao invés."

> Antes tivessem morrido. Sofreram horrores. Gritos noites a dentro por dias. Outros foram afogados num afundar de barco. Mas havia um, Timóteo, este sim era homem de verdade, nunca fracateou. Pernambucano de culhão de macheza. Sorria nos maiores padecidos, ainda de agravava. Pode fustigar Sertanejo, só bate em macho amarrado. Faça de que seu patrão manda coisa de sua obrigação. Mas fale de lá a ele, homem de minha igualha não se alquebra...Quanto mais provocava mais apanhava, mas não se calava: Homem é homem. Morre, se tem de morrer, mas não se adoma a cabra safado...Patrão notou quebraço de Timóteo pegara do mal. Nuns feios arroxeados, sangrando pustema. Havia de partido com os espancados do pau. Achegou-se ao homem falando com mangação.
>
> - O jeito é cortar. Se você for cabra machão Timóteo, faço o serviço e olhe que faço bem-feito.
>
> –Não me conhece, seu filho da puta! Pernambucano não se amolenta por pouca coisa. Pode torar o braço às intenças, seu coronel de merda!
>
> Patrão fez os aprontes. Serrote amolado nas costas, denteados miúdos. Amarrou o braço de Timóteo bem de acochado, acima do mal apanhado. De com a navalha, começou pelo corte da carne. Apois, a serração do osso. Era um arruidado feio, os estalidos de osso mordido de ferro. Timóteo insobrossoso, sem se adomar. Olhando em ribinha do serviço, nuns ar de mangação. Risados à beça, ainda desfeitaeando o coronel.
>
> -Sem avexames, pode serrar no vagar. Não sou da sua qualidade. Coronel. Que só faz das perversidades, com macharada à ilharga guardando. Coisa de fêmea, dos viver medrosos. ...Botou-se a especular os serrados do osso. Não carece de muitos ajeites. Querendo pode cortar de terçado. ... Findando o trabalho, botou cinza quente no ferido, mais copaíba. Isso a modo logo sarar. No ir-se saindo, voltou-se a Timóteo. Segurou o pedaço de braço torado. –Este não fará mais mal a ninguém.
>
> -Se fosse assim, Coronel, se tinha de cortar mais a do senhor, bem no topo. Já de era de cotó dos dois braços. Patrão enraiveceu-se mandou a cara na cara do cabra... Timóteo cuspiu dente sacado. Riu, olhou com soberba, cabeça erguida.
>
> -Açoite, Seu Coronel. Um homem amarrado, sem nada poder fazer. O senhor espritado, valente, com macho ao lado guardando. Bonita coisa... (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.307)

No universo do romance, os objetos modificam suas funcionalidades de acordo os tipos de violências. Troncos, paus, serrotes, umbigos-de-boi, sal, açúcar, formigas, carapanãs, os corpos antes fortes e sadios, em pouco tempo deteriorados pelo cezão, pela fome, pelas rudezas. Todas as formas que se deformam com o tempo. Funcionalidades, muitas destas, criadas e modificadas a partir de convenções, pois são seus contextos que a vão permitir conceituações.

Tudo é adversidade e os corpos são as marcas de temporalidades. A reificação (quando o homem se sente como um objeto estranho e inumano, com sua vida alienada em sua exterioridade), Marx iguala corpos humanos às outras coisas e aumenta à medida que já não pode falar, ou melhor, expressar. É no silenciamento forçado que o homem é retirado do seu universo simbólico e talvez, da sua diferença sobre as outras coisas. Diferença que não pode ser confundida com superioridade. A assimetria estrutural pressupõe o domínio da alteridade.

Na reflexão de Marcelino, as coisas da vida difíceis de entender: Coronel Macário Gomes, uma desgraça de patrão, sugador do sangue de seringueiro. ...Coronel Anastácio Trajano, bondade de gente, infelicitado com a perda das terras. Não se bem entende essa vida, seu menino. Os bons se desgraçam cedo, quando a morte não pega, vivem nos maiores necessitados.

Marcelino atinge plena consciência da transformação que o seringal impõe a cada um quando se utilizando de sua memória simbólica. Aquilo que Cassirer definiu como processo no qual o homem não somente repete sua experiência passada assim como a

14 Semambi- é uma borracha de baixa qualidade

reconstrói; a imaginação se converte em um elemento necessário do genuíno recordar. É sobre este recordar que Marcelino reflete sobre seus dois irmãos que chegaram ao seringal, após a morte de seu irmão Sabino. Eles se apresentaram como jagunços perigosos e fugitivos da polícia do sertão. À medida que foram ficando no seringal foram adquirindo a confiança de Macário Gomes e conseguiram postos de 'homens de confiança':

> -Vá fazer logo dos mandados, Marcelino. Se não quer pegar umas adomações de tronco, amansas de umbingo-de-boi.
>
> -fiz nada de mal. Seu Hónório. Apenas perguntei se já havia acabado a lenha.
>
> -Se avexe é o que é, e deixe de conversa de coirão. Foi quando se viu amargurados de homem, seu menino. Os sentir profundos magôos. Mano Honorário falar brabo com seus pedaços (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.338)

Bela metáfora do tecido familiar que a seca e o seringal dispersou pela morte e infortúnios de ilusão. "pedaços". Mas, o que somos senão pedaços de uma realidade que tudo abarca? Corpo, coisas, objetos, memórias:

> -Nascidos da mesma mãe, pedaços da mesma carne, gente de bons proceder lá do sertão. Pai nunca foi de praticar malvadezas. Honório alvoriçado, nos ameaços de botar no tronco. Desconsiderados lá dele mano. Dias passados nos maiores sofridos. Lembrar o sertão, os sadios conselhos de mãe. Honório querendo seguir outro rumo. Malquerença com de seus pedaços, querente açoitar.Andanças mais manos pelo sertão, nas brincadeiras mais eles..."E isso agora calhar acontecer. Mano Honório nas sisudezas ele, ameaçar espancar. Deu-se por perto chorar, mano açoitar os de seus pedaços... Com embirranças mais ele. Iam se passando os tempos. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.338)

Marcelino intuía, percebia que suas memórias e lembranças não seriam suficientes para re-fazer o que já era passado. Adaptação e sobrevivência, inclusive a este estranhamento os seus irmãos. Mas chegou o dia em que este estranhamento certo incômodo que Marcelino sentia e pensava consigo mesmo como que associado a uma desconexão com o que lhe era familiar vai se materializar :

> -Cair na besteira de dizer a dona Targina, nova mulher do patrão que a comida estava ruim. Ah, seu menino, nem se conta, foi ouvir uma porção de destratos. Um comilão desse, petulante a reclamar o que dá de favor. Não serve nem para ter ganho do de comer. Roupa, tudo que tem, recebe de graça. Magine só! Trabalheira dia inteiro escutar-se desses desabusados. A mulher assanhou-se. Agarreesse cabra, Seu Honório. Meta no tronco para apanhar de mulher. Mano se achegou, fez os mandados de Dona Targina. De bem encagado no cepo, tomou um galho de cuia, bateu à vontade. Dona Targina também. Mano de cumpriu as ordens. Topar com ele em riba dos olhos, nem aluiu sentimento. Cara amargosa, fechada, uns franzidos acima dos olhos. Foi quando se diz amargurados de homem. Esbordoado por gente de seus pedaços. De escorrer água dos olhos, os ressentidos moendo Honório, palavra nenhuma não deu. Asserenado como se nada de ruim tivesse feito. Foi hora, seu menino, vontade se ter cuspir na cara do mano. Os revoltados de íntimo batendo soluçados, magôos, buliçando lá dentro. Como mano era ruim se a mãe assim não o ensinou. Os lagrimados caindo, soluçados retidos. Honório nem se amoldava... (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.343)

Corpo e coisa, Marcelino, enfim, transmutado em objeto. Reificado. Um homem sem futuro."um homem comendo que nem porco. Mandava de juntar os sobrados de comer da casa. Misturados de peixe, caça, osso, era a janta e almoçado. Das vezes repugnar, jeito não tinha a fomintura apertando... Até mesmo Tubarão, coitado, pele e osso. O comer os restinhos da sobra. A bem dizer, lambisco do prato" (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002, p.344).

O que Marcelino nos diz a seu modo está em Marx:

> [...] todos os seus sentidos se tornaram prisioneiros de suas necessidades de sobrevivência e com isto se tornaram com sentido limitado. A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como prático, é, pois, necessária, para tornar humano o sentido do homem, como para criar *o sentido humano* corresponde à riqueza plena da essência humana e natural. (Marx, 1985,p.178)

No entanto, a história de Marcelino, não se traduz em suas percepções ou passado. Sua história está interligada as histórias dos outros homens que compõem Cassianã. Para muitos destes, a escravidão não ocorreu: houve escolha. E isto Marcelino refletiu, mas não compreendeu resposta. Seus irmãos, Honório e Saturnino, ali estavam para se vingarem da morte de Sabino. E o fazem. Após terem conseguido a confiança total do Coronel Macário Gomes, eles o matam.

> "-Meu patrão! Ei meu patrão. O homem desembocou sonolento, aturdido. Honório braço apertando o pescoço do coronel. Saturnino dando ademão. Amarraram a boca, entaniçaram o homem de corda. Também se deu das ajudas sem mano pedirem. Botando patrão na rede, fazer-se as malinações merecidas, mas ele. Nas piores malvadezas, picadinho lento de carne. O punho da rede sacolejando. De um lado mano Honório, do outro mano Saturnino. Aquela inana de rede pra cá e rede pra lá. Patrão recebido na ponta da faca de um lado e do outro. Marcelino assumir o lugar de Honório. Antes de findar, dizia Saturnino, fique sabendo que Marcelino também é nosso irmão. A faca comendo o corpo do patrão de todos os jeitos. A humanidade se desfeita na vingança. "Tudo o mais vingar, descontar dos mus pedaços passados. Provar da ruindade do coronel. Lamber a faca, sangue ciima, sem gosto nenhum. Que nem água. A boca ficou toda vermelha. Alívio íntimo, a alegração de ver sangue. Cor de vingança. Propósito de sertanejo. ... Basta Marcelino! O homem já acabou... Daí os três irmãos se abraçarem. Roupas sangradas, doídos misturados com sangue. Honório soltando lágrimas. Marcelino tu de perdoas mano, carecia fazer de tudo. Dos açoites mais tu, estou desculpado? Mais foi disfarços, gozar da fiança do homem. Para essa hora, eu mano. Tão esperada, dias, meses..." (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus,p.354)

Para Honório e Saturnino, o futuro de volta ao passado, no sertão. Para Marcelino, o ficar. Afinal, seus pedaços estavam na terra, mulher, filhos e diria que o próprio Marcelino sujeito.

> Não de ia plantar-se para sempre no Cassianã. Voltava um dia ao sertão. Só de não ia agora. Honório queria obrigar, desistiu. Abraçados doídos dos manos... A canoa largou-se. Aprumada, o fio da corredeira apanhou. Um vulto distante, perdendo feitio. Se afastando o negrume fechando os estirões. Tomou o rumo de baixo, o temporal açoitando. Chuveiro e lágrimas de homem, à noite molhando. (Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus p.356)

Marcelino objetificado como em Marx não mais como escravo, mas como vulto, de novo sem feitio, porque sem lastro. Entretanto, a objetificação de Hegel, nos permite pensar um recomeço, pois, tudo é processo como nos propõe acreditar Miller.

> Olvido a brilhante fotógrafa de modas que se torna companheira de Faulques no romance Pintor de batalhas deixa uma pista sobre

> a escolha nas pegadas de Hegel e Miller: "Quero violentar minha velha ingenuidade. Minha surrada inocência, tão supervalorizada... A partir daquele instante, Olvido nunca mais produziu qualquer obra segundo a estética e o glamour nos quais tinha sido educada e vivera, virando-lhes a costas deliberadamente. Todas as suas novas fotos passariam a ser uma reação contra isso. Nunca mais houve nelas pessoas nem belezas só coisas acumuladas como num bricabraque, restos de vidas ausentes que o tempo atirava aos seus pés: ruínas, escombros, esqueletos de edifícios escurecidos recortados contra céus sombrios, cortinas rasgadas, armários vazios, móveis queimados, cartuchos de balas... trabalhos feitos sempre em preto-e-branco, antíteses das cenas de arte ou de moda que fotografara anteriormente; da cor, da luz e da focagem perfeita que tornavam o mundo mais belo que na vida real.(Jacob, Paulo, Dos ditos passados em Cassianã, Manaus, 2002,p.154)

Olvido responde a Marcelino sobre as mudanças de seus irmãos. Homens livres fazem escolhas e se abrem para possibilidades que vão além da sobrevivência.

Considerações Finais

A leitura do romance Dos ditos passados em Cassianã e as reflexões sobre as teorias da cultura material abriram espaço para outras discussões que nos indaga sobre o universo das coisas que ao estarem próximas ao homem age sobre este e o modifica.

Neste sentido abstrações e concretudes compõem mesmas realidades observadas, analisadas e percebidas em *layers* diferentes. É preciso escrutinar com delicadeza estas muitas realidades e ali buscarmos não um homem, mas vários personagens as quais denominamos de homens e lhe damos um passaporte passageiro para o mundo no qual denominamos de humano. É o que os personagens tanto Marcelino quanto Olvido, Faulques e Olivo nos dizem sobre as paisagens que se tornam móveis, modificando-se, encolhendo-se, construindo-se ou se destruindo. Cassianã é uma metáfora de todo um ciclo de economia e sua mais absoluta expressão material a empresa capitalista – o seringal que pressupõe e impõem(?) por meio da violência extrema, relações de poder assimétricas e relações de poder. Enquanto transitório impôs com um poder quase que absoluto um tipo de vida aos personagens seringueiros daquelas paragens: a semiescravidão ou escravidão. As discussões sobre este espaço e tempo vividos em Cassianã se refletem como as coisas ali se entralaçavam em suas diversas possibilidades de agências. Da objetificação de Hegel à reificação de Marx, Paulo Jacob ou em Arturo-Revetez o que está em jogo é a possibilidade de designar. E, afinal, o que designamos por coisas e homens?Alienação e violência? Liberdade e emancipação?

O próprio texto que acaba de ser tecido, ao longo do percurso foi me indicando novas reflexões, modificando olhares e palavras, reescrevendo pensamentos e autores. Em vários trechos densos porque nascido dos escritores entre experiências vividas, memórias e informações fui sendo levada a lembrar, a recordar e pensar sobre as reportagens, as fotografias, os livros de histórias, as biografias de seringueiros, a cidade de Manaus, cidade onde nasci e não a vivi, da cidade nordestina onde vivo das formas como penso e vivo meu cotidiano. Pensei sobre as escolhas dos objetos que rodeiam minha mesa de trabalho, da casa onde moro, da forma de relações que estabeleço com as coisas que acabam por definir aquilo que nomeia a minha condição humana e me retira do mundo ficcional.

Assim esse texto resultado de leituras ficcionais, antropológicas e filosóficas não permite ir além a uma reflexão mais profunda, mas sim momentânea da complexidade das coisas e por isto mesmo difícil de ser historicizada em seu todo ou categorizada em uma genérica identidade. Considero assim que este estudo é apenas um pequeno rastro do que consegui apreender do que afinal é o home e Cassianã como expressão da empresa capitalista par excellence.

Referências

Aristóteles. 2009. **A ética a Nicômaco**. Bauru, São Paulo: Edipro, 3ªed. 319p

Barros, J. D'A. O conceito de alienação no jovem Marx. In: **Tempo social** revista de sociologia da USP, volume 23, nº 1. Junho de 2011 p.223-245.

Bergson, H. 1999. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação corpo e espírito. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1999. 290p

Bourdieu, P. 1989. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 159p

Cassirer, Ernst. 1967. **Antropología Filosófica.** ***Introducción a una filosofia de La cultura***. México, Fondo de cultura econômica.196p

Furtado, C. 1959. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura. 288p

Garaudy, R. 1996. **Minha jornada solitária pelo século – Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 298p

Hegel, G.W.F. 1989. **Introdução a história da filosofia**. Coleção os Pensadores. Volume II. São Paulo. Editora Nova Cultura. 238p

Jacob, P. 2002. **Dos ditos passados nos acercados de Cassianã**. Manaus AM: SEC. 356p

Latour, B. 1998. **Jamais fomos modernos**: ensaio de uma antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 152p

Marx, K.1987. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** Coleção os Pensadores São Paulo: Nova Cultura, p.169-213

Miller, D. 2010. **Treco, troços e coisas: estudo antropológico sobre a cultura material.** RJ, Ed. Zahar.126p

Perez-Reverte. 2008. **O pintor de batalhas**. São Paulo, Companhia das letras.250p

Ribeiro, F. L. 2006. Cartas da Selva: algumas impressões de Euclides da Cunha acerca da Amazônia. In **História: Questões & debate**, Curitiba, nº 44, p. 147-162, editora UFPR.

Setton, M. da G. J. 2015. A Teoria do *Habitus* em Pierre Bourdieu: Uma Leitura Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Junho/Julho/Agosto, Nº20. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Disponível em www. Scielo.Br/Pdf/Rb e Acesso Em Set.2015

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a16

Etnodesenvolvimento local: uma estratégia para a sustentabilidade das comunidades de terreiros de candomblé[1]

Sueli Santos Conceição[2] & Salvador Dal Pozzo Tevizan[3]

[1] *O artigo faz parte de uma tese em andamento no Programa de Pós-Graduação Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, intitulado "Interpretação Cartográfica dos desafios, limites e conflitos dos terreiros de Candomblé no Estado da Bahia".*

[2] *Doutoranda no Programa de Desenvolvimento Meio Ambiente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Msc. em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: sueli.concecao@gmail.com*

[3] *Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: salvador@uesc.br*

Recebido em 02 de agosto de 2015. Aceito em 14 de março de 2016. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – O texto apresenta uma reflexão sobre a viabilidade do etnodesenvolvimento local para as comunidades de terreiros de candomblé, a partir da manutenção das suas tradições, pautadas na fitolatria (culto e adoração às plantas), como base de sua existência material e simbólica. O comportamento comunitário e uma linguagem próprios, regime interno bem definido, gastronomia peculiar, bem como símbolos, podem ser considerados sinais diacríticos que diferenciam as comunidades de terreiros de candomblé, assim como configuram-nas como populações tradicionais. O objetivo principal do trabalho é identificar as potencialidades das comunidades de terreiros em relação à sustentabilidade dos mesmos, a partir de suas práticas relativas ao uso dos componentes da natureza, em particular a flora. Com o propósito de avaliar a sustentabilidade das comunidades tradicionais de terreiros de candomblé – com base na sua identidade étnica – e nos direitos culturais para salvaguarda do seu patrimônio material e imaterial, vislumbra-se seu potencial produtivo para o etnodesenvolvimento local. A revisão bibliográfica e observação participante da pesquisa-ação são os métodos utilizados para subsidiar a contribuição ora apresentada. Com foco na diversidade étnica que formou as comunidades de terreiros de candomblé e na avaliação da execução de políticas públicas direcionadas à salvaguarda do patrimônio material /imaterial e à geração de emprego e renda para as comunidades de terreiros, permitindo construir perspectivas para o desenvolvimento local.

Palavras-Chave: *Candomblé; Etnodesenvolvimento; Etnicidade; Identidade, Território*

Local etnodeveloppment: a strategy for sustainability of terreiros communities de Candomble

Abstract – This paper presents a discussion regarding viability of local ethno-development at Candomblé-house communities, focusing preservation of their traditions, specifically the worship and adoration of plants. There are some diacritical marks that also characterize them as traditional populations, such as the existence of a noteworthy community behavior, peculiar language traces, singular gastronomy, specific symbols and well-established rules. The aim of this project is to identify the potential that Candomblé-house communities have towards sustainability practices based on the use of natural components, such as vegetation. The process of assessing the sustainable capability of traditional Candomblé-house communities, grounded on its ethnical identity and cultural rights, reveals their potentiality to develop local ethno-development initiatives. The analysis is based on bibliographical sources and observation research practices, looking at the ethnical diversity in which Candomblé-house communities originated from, as well as their local development. This examination helps to understand public policies established to protect Candomblé-house communities' material and intangible patrimony, and projects designed to generate jobs and revenue to support those communities.

Key Words: *Candomblé; Ethno-development; Ethnicity; Identity, Territory*

Etno-desarrollo local: una estrategia para la sostenibilidad de las comunidades de terreiros de candomblé

Resumen – Este artículo presenta una reflexión sobre la viabilidad de etno-desarrollo local para las comunidades de terreiros de candomblé, desde el mantenimiento de sus tradiciones, basan en fitolatria (culto y adoración a las plantas), el fundamento de su existencia y material simbólico. El comportamiento de la comunidad y un lenguaje propio, esquema interno bien definido, peculiar gastronomía así como símbolos, pueden considerarse signos diacríticos que distinguen las comunidades de terreiros de candomblé, como configuración como poblaciones tradicionales. El objetivo principal del trabajo es identificar el potencial de las comunidades de terrazas en relación con la sostenibilidad de sus prácticas relativas a la utilización de los componentes de la naturaleza, en particular la flora. Con el propósito de evaluar la sostenibilidad de las comunidades tradicionales de terreiros de candomblé – sobre la base de su identidad étnica – y los derechos culturales para salvaguardar su patrimonio tangible e intangible, puede su potencial productivo para el etno-desarrollo local. La revisión de la literatura y la observación participante de la investigación acción son métodos utilizados para subvencionar la contribución presentada ahora. Con un enfoque sobre la diversidad étnica que formaban las comunidades de terreiros de candomblé y evaluación de la implementación de políticas públicas orientadas a la salvaguardia del patrimonio material/imaterial y la generación de empleo e ingresos para las comunidades de terrazas, lo que permite construir las perspectivas de desarrollo local.

Palabras Clave: *Candomblé, Etnodesenvolvimento, Etnicidade, Identidade, Território*

Introdução

O trabalho ora apresentado promove uma reflexão sobre a viabilidade do etnodesenvolvimento local para as comunidades de terreiros de candomblé, a partir da manutenção das suas tradições, pautadas na fitolatria (culto e adoração às plantas), como base de sua existência material e simbólica.

A religião do Candomblé apresenta comportamento comunitário funcionando como comunidade, com dinâmica própria – linguagem, alimentação, símbolos, sinais diacríticos que as diferenciam – o que lhes confere a categoria de comunidades tradicionais, em busca da sua sustentabilidade. Segundo Diegues (2013), "a construção de comunidades e sociedade sustentável deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos (...) do respeito à natureza". A existência dos terreiros de Candomblé é forjada a partir da reafirmação dos elementos, históricos, culturais e identitários, referendado pelos grupos étnicos africanos que contribuíram com a sua criação. Considerando estas características, segundo a acepção de Diegues (2013), os terreiros de Candomblé são comunidades que podem ser sustentáveis. É com base neste conceito de comunidade sustentável que o presente trabalho é balizado, embora existam terreiros de candomblé que não apresentam estrutura de comunidade, mas sim a representação de um espaço religioso onde os filiados encontram-se eventualmente para professar a sua fé.

A maior parte da literatura sobre a religião do candomblé ou comunidades tradicionais do candomblé foi produzida por antropólogos e etnólogos clássicos como Fatumbi (1995) em *Ewe: o uso das plantas na sociedade iorubá*; Bastide (2001) em *O Candomblé da Bahia* ; Lima (1977) em *A família de santo nos candomblés Jeje-Nagôs da Bahia*; e Rodrigues (2008) em *Os africanos no Brasil*. Na perspectiva etnográfica, contribuíram para a divulgação da religião do candomblé, identificando o uso sagrado das plantas. Contudo, em se tratando da sustentabilidade dos componentes naturais, sociais, culturais e econômicos do candomblé, poucas obras foram produzidas.

No âmbito das comunidades de terreiros de candomblé existe uma grande preocupação com o futuro da religião, tendo em vista que todo o mundo está sofrendo com a destruição dos ambientes naturais, promovida pelo atual modelo capitalista insustentável, o que anda na contramão, das necessidades litúrgicas das religiões de matriz africana.

A base religiosa das comunidades de terreiros de candomblé é pautada na fitolatria – culto e adoração às plantas – herança deixada pelos ancestrais africanos. A perspectiva de preservação vai além do ecológico, por ser igualmente essencial à preservação da própria religião: para a tradição das religiões de matriz africana a árvore representa um deus vivo e presente. Na obra de Santos (2014), são apresentadas monografias sobre folhas e árvores relevantes para as religiões de matriz africana, respeitando o sagrado, com base na filosofia iorubá. A relevância da flora para os rituais do Candomblé pode ser evidenciada, inclusive, na obra de Rodrigues (2008, p. 207) – ao se afirmar que "(…) o culto fetichista das plantas, das grandes árvores sobretudo, é muito extenso entre os nossos negros e mestiços."

Fazer uma abordagem sobre sustentabilidade em terreiros de Candomblé é uma proposta ousada, embora não seja tarefa fácil, principalmente quando se trata de religiões que têm seus fundamentos pautados na utilização dos recursos naturais, considerando que são travados vários debates acadêmicos, sobre a possibilidade de coexistência da sustentabilidade do meio ambiente com o crescimento econômico. Enquanto a primeira reserva-se a otimizar os processos produtivos e manter os recursos naturais a partir de manejos responsáveis, o outro é impulsionado pelo consumo demasiado. Porém, faz-se necessário examinar como as comunidades e povos tradicionais se inserem neste cenário.

Como o presente estudo faz parte de uma pesquisa qualitativa, foi utilizada a técnica de observação participante, por possibilitar uma integração entre o pesquisador e os atores envolvidos na pesquisa, que possibilita a captação dos significados e a compreensão das experiências da comunidade. Para realizar o presente estudo foram utilizados, como instrumentos de pesquisa, o roteiro de observação, o diário de campo e o roteiro de entrevista semiestruturada. Tais procedimentos foram aplicados aos participantes do projeto com objetivo de extrair informações que pudessem subsidiar as análises. A partir das formações, o grupo foi sensibilizado a tal ponto de mudar e propor mudanças de comportamento no que tange o cuidado com o meio natural em prol da sua cultura.

Houve uma época na história da formação da religião do Candomblé, em que não havia a preocupação com o desaparecimento de plantas, poluição dos rios e mares, muito menos com a ausência dos espaços naturais para realização dos rituais sagrados e das oferendas, mas, com o acelerado crescimento populacional e as consequentes transformações antrópicas, o cenário mudou.

Hoje, as comunidades de terreiros de candomblé preocupam-se em como manter suas práticas religiosas, nesse novo cenário em que os componentes naturais não são mais abundantes e apresentam um quadro limitado, no qual se buscam alternativas estratégicas para garantir a longevidade do Candomblé. Com o rápido esgotamento dos componentes naturais, impulsionado pelo processo de urbanização e industrialização, faz-se necessário escolher uma melhor alternativa para não sucumbir (Sachs, 1993).

Na dimensão ambiental ou ecológica, está a preservação do meio ambiente natural a partir da utilização de tecnologias limpas que agridam menos. A dimensão social é pautada na melhoria da qualidade de vida, no bem-estar humano e promoção de cidadania. A dimensão cultural está direcionada à preservação das raízes culturais, a partir da manutenção da identidade cultural dos povos. A dimensão econômica está direcionada à responsabilidade social corporativa, com foco na geração de emprego e renda, que pode e deve ser impulsionada por um planejamento governamental, objetivando a redução dos custos sociais e ambientais (Sachs, 1993).

Portanto, tratar de sustentabilidade em comunidades de terreiros de candomblé exige uma visão interdisciplinar, em função da complexidade envolvida, da necessidade da conservação dos espaços de mata, o que ajudará na valorização dos conhecimentos tradicionais e no fortalecimento do capital social dessas comunidades, em prol do seu desenvolvimento sustentável. O relatório de Brundtland (1987), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, 1992), Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21 reconheceram e identificaram que os conhecimentos indígenas são recursos para se alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme aponta Alexiades (2009). Ao considerar o conhecimento indígena como um conhecimento tradicional, é possível concordar com autor no âmbito do desenvolvimento local de comunidade de terreiro a partir dos seus saberes tradicionais.

Esta visão representa uma possível condição de sustentabilidade, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o meio ambiente, para as comunidades de terreiros, tendo em vista que esses grupos apresentam sempre algum tipo de potencial produtivo com base na agricultura, culinária, artes (canto, dança, vestuários e artesanato), na dinâmica de manutenção das comunidades, no processo de desenvolvimento local, respeitando a sua identidade.

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009) postulam que o desenvolvimento local é um "processo dinamizador da sociedade para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade, contribuindo com a emergência de novas formas de produzir e compartilhar." Segundo os autores, com o desenvolvimento local, é possível promover a valorização do capital social. No entender de Fukuyama (2000), o capital social consiste numa norma informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos, com reciprocidade, confiança, experiência histórica compartilhada e tradição. Consequentemente, promove o fortalecimento da comunidade, a partir do protagonismo dos atores sociais com base na sua cultura e identidade. Para esse autor, "o capital social não pode ser tão facilmente criado ou moldado por políticas públicas", mas as políticas públicas podem servir como instrumentos para o fomento da criação e fortalecimento do capital social, balizado na valorização da cultura, para criar alternativas econômicas focadas na etnia envolvida.

Ainda nesse sentido, Little (2002), promove uma reflexão sobre o conceito de etnodesenvolvimento local a partir de dois contextos: a proposta universalista do desenvolvimento econômico, que defende a adesão de todos os países ao processo de industrialização econômica, já que representava uma forma de produção superior em relação às formas tradicionais de produção; e o crescente reconhecimento da diversidade cultural, que no Brasil ocorre na década de 1980, a partir dos movimentos populares, que culminou com o direito à diferença, estabelecido na Constituição Federal de 1988, quando se começa a falar publicamente em multiculturalismo e Estado pluriétnico.

Assim, o termo etnodesenvolvimento é entendido a partir da complementariedade de duas abordagens, a do desenvolvimento econômico de um grupo, somada à do desenvolvimento da etnicidade de um grupo social, o que promove um movimento no sentido contrário do modelo atual de desenvolvimento, pautado na industrialização, e suas ações provisionam novas alternativas econômicas a partir do reconhecimento cultural. Tanto o desenvolvimento local, quanto o etnodesenvolvimento local, estão postulados na base da cultura local identitária, porém, o primeiro pode ser formado por diversos grupos que tenham uma identidade local, ao passo que o segundo ocorre a partir do auto-reconhecimento étnico identitário.

A descrição supracitada é compatível com o que está acontecendo no âmbito de 12 comunidades de terreiros de Candomblé na Região Metropolitana de Salvador - RMS, objeto do presente trabalho, nas quais os atores sociais, a partir da sua identidade cultural e pertencimento, são protagonistas da mudança da dinâmica interna nas comunidades e da valorização do capital social. Embora localizados na RMS, os terreiros envolvidos na pesquisa situam-se em áreas com extensão e promoção da agricultura familiar, para cultivos de plantas e criação de animais de pequeno porte. Portanto, o estudo ora apresentado adota o conceito de etnodesenvolvimento local, a partir da combinação entre o reconhecimento da diversidade cultural e alternativas econômicas, ou seja, tendo como foco o grupo étnico[1] e suas necessidades econômicas e políticas (Little, 2002).

Os terreiros de Candomblé e a busca da sustentabilidade: o apoio das políticas públicas

O candomblé é uma religião que tem seus fundamentos pautados na relação comunidade - natureza. A relação estabelecida entre as comunidades de terreiro de candomblé com o meio ambiente vai além do processo extrativista. Existe uma relação mais profunda pautada do sagrado, que pode ser também entendida como topofilia – laços afetivos do homem com o meio ambiente, segundo Tuan (1974).

Esta acepção converge com a cosmovisão da religião do candomblé, pois considera a natureza, lugar onde ocorrem fatos vitais para a manutenção das comunidades de terreiros de Candomblé, representando assim, um símbolo fundamental para o grupo. Embora, existam terreiros de candomblé localizados em áreas urbanas, que não apresentam em seu ambiente interno e/ou externo, elementos naturais para a realização das suas práticas religiosas, sendo obrigados a buscar nos centros de abastecimento insumos extraídos do meio ambiente natural para realização dos seus ritos sagrados.

A partir da problemática apresentada foram identificadas em outro trabalho (Conceição, 2008) três cadeias produtivas para aquisição das plantas: a Cadeia Tradicional, caracterizada pela sequência mato/ *Babalossayn*[2]/templo sagrado/mato; a Cadeia das Feiras, caracterizada por mato/mateiro/comerciante/usuários/templo sagrados/mato; e a Cadeia Virtual, que é composta pelo mato/mateiro/comerciante/ internet/telefone/*motoboy* ou correiro/usuário/sacerdote/mato. O resultado da análise aponta para a manutenção do uso das plantas ritualísticas, porém com mudanças significativas no seu ciclo produtivo, considerando a inserção de atores sociais e instrumentos que facilitam a aquisição dos elementos naturais, em que as trocas à natureza do candomblé dão lugar à comercialização.

Houve também a colaboração dos filiados de seis terreiros do município de Salvador, que foram analisados mediante as suas características físicas, e se eram atendidos pela Política de Tombamento, instituída no Brasil pelo Decreto Nº. 25, de 30 de Novembro de 1937, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o que possibilitou a seguinte categorização:

1. Terreiros protegidos que apresentam uma densa área verde em área de concentração urbana (**PAP)**, representados pelos Terreiro Manso Cocuazenza Dandalungua – nação Angola –, e o Terreiro Bate Folhas – nação Angola;
2. Terreiros protegidos que apresentam áreas degradadas, porém mantém com muito sacrifício o espaço sagrado (**PAD),** representado pelo Terreiro Oxumaré – nação Ketu –, e o Terreiro Mocambo – nação Angola;
3. Terreiro não protegido, com presença de área verde, que mantém seu espaço com constante tensão (**NAD)**, representado pelo Terreiro Vodun Zo, da nação Jeje;
4. Terreiros não protegidos sem presença de área verde (**N)**, a exemplo do Terreiro Manso Cocuazenza Dandalunda Neto – nação Angola. Como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1. Categorização dos terreiros quanto ao Tombamento

Categoria de Terreiros	TTM	TBF	TVZ	TMDC	TO	TD
Protegidos com áreas verdes preservadas –PAP						
Protegidos com áreas verdes degradadas –PAD						
Não protegido com áreas verdes degradadas – NAD						
Não protegido sem áreas verdes – N						

Fonte: Elaboração própria

TM - Terreiro Mokambo	TMDC -Terreiro Manso Dandalunda Concuazenza
TBF - Terreiro Bate Folhas	TO -Terreiro Oxumaré
TVZ -Terreiro Vodum Zo	TD - Terreiro Dandalunda

No ano de 2012, realizei uma consultoria, através da extinta Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do estado da Bahia - SEDES, com apoio do Programa das Nações Unidas - PNUD, para realizar o mapeamento do potencial produtivo das religiões de matriz africana. Ao todo, foram mapeados 100 terreiros de candomblé, 50 no Território de Identidade do Recôncavo e 50 no Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, a

1 No texto Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global, o autor promove um debate reflexivo tomando como foco, o grupo étnico local. Mas, o presente estudo apresenta dois grupos étnicos (Ketu e Bantu), com uma grande diversidade cultural. Embora exista esta diversidade, utilizaremos o conceito etnodesenvolvimento adotado pelo autor, considerando a autodeterminação e as necessidades econômicas e políticas dos terreiros e Candomblé..

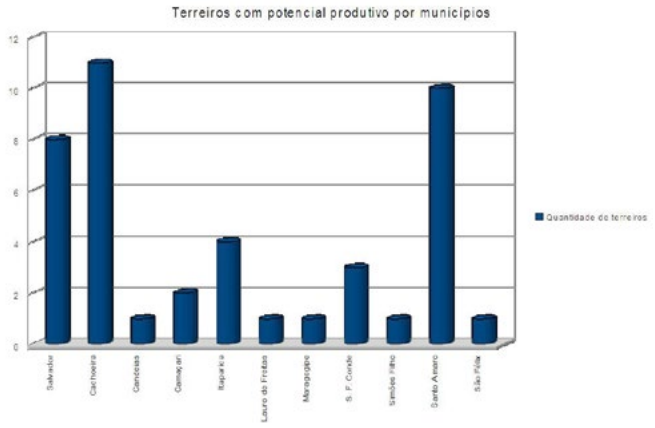
2Sacerdote da cultura *Yorubá* responsável pelo conhecimento, coleta e manipulação das plantas

consultoria elaborou os seguintes produtos: Produto 1 - Estudo do cultivo, produção, fabricação de produtos derivados e comercialização de plantas sagradas e medicinais dos Terreiros de Religião de Matriz Africana na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 2 - Metodologia para projetos e programas de fomento das potencialidades da cultura das plantas sagradas e ervas medicinais dos Terreiros de Religião de Matriz Africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 3 - Metodologia para a capacitação e gestão de empreendimentos "Verdes" sócio produtivos dos Terreiros de religião de matrizes africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 4 - Estudo diagnóstico etnobotânico dos Terreiros de Religião de Matrizes Africana em ambiente urbano em dois Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo da Bahia; Produto 5 - Proposta do Plano Executivo da Produção e Comercialização de Plantas Sagradas e Medicinais nos 100 Terreiros de Religiões de Matrizes Africanas no ambiente urbano com: identificação de terreiros com potencial para participar de projetos; aspectos técnicos dos produtos e pontos de comercialização; definição de infraestrutura e logística necessárias para verticalização em redes; elaboração de indicadores socioculturais; monitoramento e avaliação; e Produto 6 - Relatório de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas na Consultoria BRA/07/015 – Programa Desenvolvimento Social Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia. Esse estudo seria utilizado para balizar as políticas públicas de combate à pobreza com geração de emprego e renda subsidiado pelo Programa Vida Melhor.

Foi possível através da consultoria realizar o mapeamento das condições social, econômica e ambiental, a partir da oralidade dos colaboradores – representantes dos terreiros visitados e aplicação de formulários. Surgiu uma relação de 207 espécies de plantas medicinais e/ou litúrgicas que ocorrem nas dependências dos terreiros mapeados. Porém, considerando o principal objetivo da consultoria que foi a promoção da inclusão sócio produtiva das religiões de matriz africana, chegou-se a conclusão que podem ser realizados cultivos de plantas medicinais/litúrgicas, de flores tropicais e plantas ornamentais para criação e fomento da rede produtiva.

Conforme pode ser observado no Figura 1, os municípios que apresentam templos com densidade de áreas verdes capazes de serem fortes produtores de plantas relevantes para as religiões de matriz africana.

Figura 1. Terreiros com potencial produtivo por município



Fonte: Conceição, 2008

A partir das duas atividades supracitadas, surgiu a ideia de elaborar projetos que promovessem o reflorestamento de terreiros que apresentassem áreas ociosas apropriadas para cultivos, assim como a geração de emprego e renda. Foi então que, no ano de 2013, a Secretaria de Trabalho Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE, elaborou e lançou o primeiro Edital de Chamada Pública Nº 001/2014 – Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários e a Redes de Economia Solidária, no âmbito dos Espaços Socioculturais de Matriz Africana. Esta ação inédita do Governo Estadual da Bahia visou fomentar o potencial produtivo das religiões de matriz africana no âmbito da agricultura familiar urbana e periurbana, do artesanato, da culinária e das artes, na tentativa de promover o reconhecimento e a reparação das condições e vulnerabilidade em que sempre esteve esse segmento social.

No referido edital, 50 entidades foram contempladas, atendendo à necessidade de aproximadamente 700 terreiros de candomblé no Estado da Bahia, e tendo como exigência que as propostas submetidas tivessem como plano balizador a economia solidária e ações de desenvolvimento em formato de rede, para geração de renda.

Assim, surgiu o Projeto de Rede de Hortos de Plantas Medicinais e Litúrgicas – RHOL, que tem como objetivo principal o cultivo e beneficiamento de plantas medicinais e litúrgicas para geração de renda das comunidades de terreiros de candomblé.

As iniciativas governamentais executadas e citadas anteriormente, promoveram a identificação do potencial produtivo, possíveis de fortalecimento para o etnodesenvolvimento local e da autogestão dos terreiros de candomblé, tendo como consequência a valorização do capital social. No caso dos terreiros de Candomblé, as normas foram elaboradas a partir dos fundamentos religiosos, que fomentam a cooperação na comunidade, honestidade, compromisso e a reciprocidade de direitos, apresentando desta forma condições para o fortalecimento e desenvolvimento do capital social.

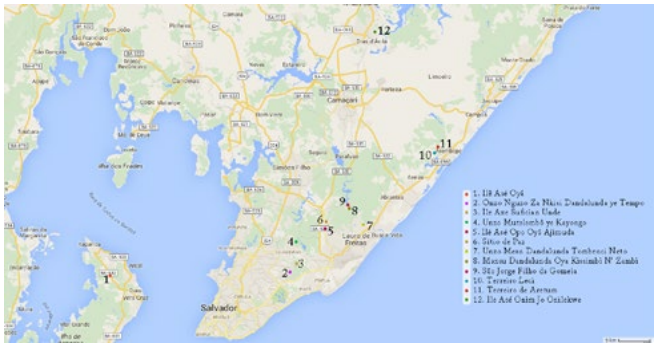
O projeto RHOL e o Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*

O Projeto Rede de Horto de Plantas Medicinais e Litúrgicas - RHOL, é composto por 12 terreiros de candomblé, na Região Metropolitana de Salvador. São dois, no município de Camaçari – Terreiro *Lessi* e Terreiro *Aretun*, da nação Angola –, hum, no município de Dias D´Avila – Terreiro *Ilê Axê Onin Jo Oninlekwe*, da nação Keto –, hum, no município de Itaparica – Terreiro de *Oyá* –, cinco, no município de Lauro de Freitas – I*lé Axé Oyá Agimuda,* da nação Keto; Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N'Zambi*, da nação Angola; Terreiro São Jorge Filho da Gomeia, da nação Angola; Terreiro *Unzó Mean Dandalunda Tombenci* Neto, da nação Angola; Terreiro Sitio de Paz, da nação Keto – e três, no município de Salvador – Terreiro *Mocambo*, da nação Angola; Terreiro *Unzo Mutalombô Ye Kaiongo*, da nação Angola; Terreiro *Ilê Axé Sufucian Unde*, da nação Keto. Do total, oito têm características de comunidades e quatro são espaços religiosos onde ocorrem encontros eventuais para a profissão da fé, conforme ilustrado no Figura 1.

Como o presente trabalho não daria conta de descrever e tratar de todos os terreiros envolvidos, faremos as reflexões tomando como referência o Terreiro *Mansu Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*, da nação Angola – termo utilizado para identificar terreiros que foram fundados a partir da influência do povo Bantu do continente africano -, localizado no bairro do Jambeiro, no município de Lauro de Freitas, na área de abrangência da APA do rio Joanes-Ipitanga. O terreiro

foi fundado no ano de 1989, no bairro da Liberdade, município de Salvador, mas a necessidade de ter espaço natural para a realização dos rituais sagrados fez a sacerdotisa da época, já falecida, comprar o terreno do local atual, no bairro do Jambeiro, em Lauro de Freitas. Mudou-se no ano de 1996, três anos antes da criação da APA, pelo Decreto Estadual Nº 7.596 de 5 de Julho de 1999.

Figura 1 - Localização da abrangência do Projeto RHOL na RMS



Fonte: adaptado a partir de imagem do Google Maps

A descrição apresentada no presente trabalho sobre essa APA foi extraída do Relatório final de Diagnóstico Ambiental da APA , realizado pelo, já extinto, Centro de Recursos Ambientais, que atualmente responde como Instituto do Meio Ambiente - IMA, no Estado da Bahia, que executou a Política Estadual do Meio Ambiente, garantindo o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento, para a sustentabilidade socioambiental, publicado no ano de 2001.

Segundo o Relatório (Bahia, 2001), a APA Joanes-Ipitanga os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D' Avila, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Salvador e Simões Filho, perfazendo uma área total de 64.463 hectares e é responsável por cerca de 40% do abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Ocorre em três grandes unidades Unidade I: Unidade Joanes (envolve as bacias hidrográficas dos reservatórios Joanes I e Joanes II, até a confluência com o Rio Ipitanga, sendo dividida em seis subunidades: Cinco Rios, Joanes II, Lamarão, Joanes I, Remanescentes de Mata Atlântica e Parafuso); Unidade II: Unidade Ipitanga (envolve as bacias hidrográficas dos reservatórios Ipitanga I, II e III, até a confluência com o Rio Joanes. Foi dividida em duas subunidades: Reservatórios do Ipitanga e Áreas Antropizadas); Unidade III: Unidade Planície Litorânea (compreende pequenas bacias remanescentes, e a faixa costeira entre a margem direita do Rio Joanes até a Millenium. Os estudos apontaram para cinco subunidades homogêneas: Estrada do Côco, Manguezal, Dunas, Lagoas, Praias.), a partir da análise dos principais componentes ambientais como: intervenção antrópicas (mananciais de abastecimento de água, vizinhança com áreas urbanizadas, ocupações litorâneas, etc.), formação geológica/geomorfológicas, uso do solo, remanescentes florestais e o potencial hidrogeológicos.

A área especifica da localização do Terreiro *Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi*, com coordenadas geográficas 12º 50' 22" S e 38º 19' 26"W (UTM X 573378 e Y 8580511), apresenta solo com a característica argiloso-arenoso, com 11.000m² de área total (sendo 10% de área construída), por onde passa o Rio Joanes, com mata ciliar e mata ombrófila densa. Veja sua localização na figura 2.

Para o presente trabalho, foram utilizadas como ferramentas metodológicas a revisão de bibliografia, a observação *in loco* e conversas informais. É importante salientar que este trabalho faz parte de uma tese que se encontra em desenvolvimento, portanto algumas informações aqui apresentadas são ainda inconclusas, e outras ainda não analisadas como por exemplo se existem algum tipo de conflito entre o terreiro *Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi* e a APA, porém, relevantes para sinalizar o andamento do processo que a comunidade está envolvida rumo ao desenvolvimento local sustentável.

Figura 2. Localização do terreiro Manso Dandalunda Oyá Kissimbi N' Zambi

Fonte: Adaptado a partir de imagem do Google Maps

É inerente à natureza da religião do Candomblé, a solidariedade e o sistema cooperativo na sua dinâmica interna, seja ela comunidade ou espaço sagrado para encontros eventuais, o que é um elemento facilitador para se ter um desenvolvimento local, conforme pontuam Castilho et al. (2009).

Considerando os objetivos do Projeto RHOL, a promoção da geração de renda, cultivo e beneficiamento das plantas, a partir dos princípios da agroecologia, o mesmo será implementado por meio da criação de uma cooperativa de fomento do empreendedorismo solidário. Os participantes do projeto foram submetidos a oficinas para aquisição do conhecimento necessário para cuidar dos empreendimentos instalados dentro dos terreiros – viveiros, hortos e centro de beneficiamento – com o objetivo de garantir sua sustentabilidade.

Com o conhecimento adquirido nas oficinas de Educação Ambiental e Agroecologia, a dinâmica interna dos atores mudou, por exemplo, com a instalação de recipientes devidamente identificados para realização de coleta seletiva, na qual os resíduos orgânicos que antes eram descartados no ambiente, são destinados a realização de compostagem, para produção de adubos orgânicos, que serão utilizados no cultivo das plantas ou comercialização. Nos terreiros, há uma produção muito grande de óleo residual, que agora está sendo utilizado para a produção de sabão para uso interno, prática que será aprimorada para produção futura de sabonetes com essências das ervas aromáticas.

Com estas práticas, observou-se uma diminuição significativa na produção e descartes de resíduos na área externa do terreiro. Ainda não foi possível identificar sustentabilidade das práticas adotadas, passados nove meses de execução do Projeto RHOL, mas é possível afirmar que houve sensibilização e mudança de comportamento dos indivíduos que vivem no terreiro.

As metas iniciais preparatórias para instalação dos viveiros do projeto foram cumpridas, oficinas para desenvolver habilidades específicas nas áreas de Empreendedorismo Solidário, Educação Ambiental e Agroecologia. Os viveiros foram instalados e foi realizada a análise e correção dos solos, bem como a preparação para o cultivo. O projeto encontra-se na fase do cultivo de mudas, doadas pelo Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

Nas dependências do terreiro escolhido, moram quatro famílias, três com quatro pessoas e uma com seis pessoas, perfazendo um total de dezoito beneficiários diretos, que absorveram os conhecimentos das oficinas e os multiplicam dentro e fora do terreiro de Candomblé. Doze pessoas foram capacitadas nas oficinas, que fomentou o fortalecimento do capital social, no que se refere a cooperação, confiança e reciprocidade. A sacerdotisa foi eleita para ser uma das conselheiras da Secretaria de Cultura do município de Lauro de Freitas.

As comunidades de terreiro, a proteção das suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas no marco jurídico

É importante apresentar algumas políticas e/ou decretos criados para tratar, de alguma forma, da sustentabilidade das comunidades de terreiros, refletir sobre o papel do Estado e de que forma as políticas estabelecidas contribuem para a tão almejada sustentabilidade. Não se pretende aqui apontar as falhas do Governo enquanto promotor das políticas públicas, mas refletir de que forma os benefícios podem chegar para manutenção e garantia da sustentabilidade de terreiros de candomblé, sem deixar de apontar o grande paradoxo que é esta relação. Para Diegues (2003), o empobrecimento social e cultural é promovido pelo mesmo governo que promove a ideologia de desenvolvimento sustentável.

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco regulatório que tratou do ambiente ecologicamente equilibrado de uso comum do povo, quando assevera no seu art. 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo". Neste texto, a Carta Magna delega ao povo e ao Poder Público a responsabilidade de defender o meio ambiente natural, para garantir sua sustentabilidade e, a partir dele, foram instituídos vários instrumentos legais normativos que estabelecem limites na relação sociedade e natureza.

No ano de 2007, foi instituída no Brasil, a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir do Decreto Lei Nº. 6.040, do Governo Federal, instrumento legal que garante às comunidades tradicionais alguns benefícios a fim de manter a reprodução da sua prática cultural, religiosa, social e econômica, conforme consta no texto:

> ".. grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição." (DECRETO FEDERAL Nº 6.040/2007).

As comunidades de terreiros de Candomblé inserem-se na Política Nacional de Sustentabilidade para Povos e Comunidades Tradicionais, por apresentarem formas próprias de organização social, por usarem os recursos naturais como condicionantes para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, com ocorrência em um determinado território, que pode ser na área rural ou urbana. E a referida política é um instrumento legal que confere às comunidades de terreiros de candomblé diretos a fim de manterem a reprodução das suas práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas.

É importante salientar que, nessa política, a religião do candomblé é descrita como Povo de Terreiro, porém deve ser registrado no presente trabalho que, no Brasil, dependendo de fatores como localização e disposição espacial, o Povo de Terreiro pode ser encontrado com características de comunidade, onde existem várias famílias convivendo dentro do território religioso.

Para o presente trabalho, usa-se a definição de comunidades de terreiros por entender que a reprodução cultural identitária do grupo depende diretamente do espaço em que estão inseridos, com suas normas internas, hábitos e costumes que são reproduzidos diariamente.

No estado da Bahia, foi instituída, no ano de 2010, a Política Estadual para Sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais e, a partir da Lei N°. 12.212/6, a Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais - CPCT.

Em 2011 foi instituída a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Estadual nº13.247), com a finalidade de coordenar e elaborar a implementação da Política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais no estado da Bahia. O artigo 6º do referido decreto considera povos e comunidades tradicionais: os povos indígenas, de terreiros e ciganos e as comunidades quilombolas, fundos e fechos de pastos, extrativistas, marisqueiras, pescadores e raizeiras (os).

Embora existam decretos, políticas federais e estaduais, já instituídos, ainda não há garantia de efetivação das suas atividades e ações. No âmbito da gestão, existe uma grande dificuldade da promoção do processo dialógico entre os conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a fim de executar e/ou elaborar projetos e planos para atender as necessidades dos povos e comunidades tradicionais, embora não se possa deixar de registrar que existe um tímido esforço por parte de alguns poucos gestores, para tentar mudar esta situação.

Ao analisar a experiência do Projeto RHOL, fica evidenciado o quanto são importantes as inciativas governamentais para o desenvolvimento local das comunidades de terreiros de Candomblé. A dialogicidade entre os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos é possível e relevante para a manutenção dos princípios religiosos norteadores das comunidades de terreiros de candomblé, Partindo desse pressuposto, os terreiros de Candomblé, na medida em que representam comunidades ambientalmente sustentáveis, na multidimensionalidade do que constitui o meio ambiente, se apresentam como possibilidades concretas localizadas para se desencadear um processo de desenvolvimento local sustentável.

Considerações finais

Os terreiros de candomblé, sejam eles comunidades ou apenas espaços para fins religiosos eventuais, apresentam uma relação íntima com a natureza: são topófilos, tendo os componentes ambientais como elementos indispensáveis para a manutenção das práticas religiosas. A sua identidade étnica está pautada nas comunidades tradicionais antigas do continente africano que contribuíram com a formação da população brasileira.

Embora existam decretos, políticas federais e estaduais, já instituídos, ainda não há garantia de efetivação das suas atividades e ações. No âmbito da gestão, existe uma grande dificuldade da promoção do processo dialógico entre os conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, a fim de executar e/ou elaborar projetos e planos para atender as necessidades dos povos e comunidades tradicionais, embora não se possa deixar de registrar que existe um tímido esforço por parte de alguns poucos gestores, para tentar mudar esta situação.

Ao analisar a experiência do Projeto RHOL, fica evidenciado o quanto são importantes as inciativas governamentais para o

desenvolvimento local das comunidades de terreiros de Candomblé. A dialogicidade entre os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos é possível e relevante para a manutenção dos princípios religiosos norteadores das comunidades de terreiros de candomblé, desencadeando um processo de desenvolvimento local sustentável. Por exemplo, a manutenção do horto é realizada pelos multiplicadores dos terreiros habilitados nas oficinas, que contribuirá na autogestão. A formação do grupo de trabalho para a institucionalização da Cooperativa RHOL já é uma realidade. Paralelamente a isto, quatro membros do grupo passaram a integrar o Conselho de Cultura do município de Lauro de Freitas, sendo que um deles é o presidente do Conselho; uma Yalorixá[3] é coordenadora do grupo de mulheres do município de Lauro de Freitas, e há ainda um Tata de Inkisis[4], que é o coordenador Regional da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileras e Saúde - RENAFRO.

Pode-se afirmar que as comunidades de terreiros de candomblé tem seus princípios religiosos pautados na relação com o meio ambiente natural e uma grande diversidade cultural, legado deixado pelos negros africanos – Ketu, Bantu, Jeje, Nago. Isto significa dizer que o grupo em questão tem um potencial cultural que pode e deve ser (perfeitamente) utilizado (no) para o etnodesenvolvimento.

Para tanto, as politicas públicas direcionadas a esta finalidade devem ser ampliadas e aplicadas mediante projetos e planos para o etnodesenvolvimento local das comunidades de terreiros de, sendo efetivos e contínuos. Tudo isto, para multiplicação, valorização e fortalecimento do capital social, que é a mola mestra do desenvolvimento, tendo como destaque o sistema cooperativo, a identidade.

Presume-se que a concretização do etnodesenvolvimento local será possível na medida em que os saberes tradicionais forem incorporados nos projetos e planos elaborados, para a promoção de políticas públicas que explicitem a valorização cultural identitária das comunidades e povos tradicionais, que apresentam peculiaridades e não devem ser tratados uniformemente.

Atualmente, o projeto RHOL encontra-se no estágio de produção de sabão a partir do reaproveitamento do azeite de dendê, utilizado nos eventos religiosos. Para cada litro de azeite, são produzidos 25 litros de sabão líquido. Todos os viveiros foram instalados, com horto matriz para propagação de mudas e leras para cultivo e coleta, perfazendo um total de 11 hortos. Ainda não se tem matéria prima para extração das essências das plantas, mas presume-se que em mais 40 dias seja possível fazê-lo, no centro de beneficiamento que se encontra em reforma.

Referências

Alexiades, M. N. 2009. *The Cultural and Economic Globalisation of Traditional Environmental Knowledge Systems. In.* Studies in environmental Anthropology and Ethnobiology - Landscap, process and power:re-evaluating traditional environmental kmowledge. Volume 10.

Bahia. 2001. **Relatório final de diagnóstico ambiental de APA Joanes-Ipitanga**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais (CRA).

Bastide, R. 2001. **O Candomblé da Bahia: rito nag: tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz**: revisão técnica Reginaldo Prandi – São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL: Governo Federal. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais. Acesso em: 10/09/2015.

Castilho, M. A. de. ; Arenhardt, M. M.; Bourlegat, C, Le. 2009. **Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira**, Chapadão do Sul, MS.

CONCEIÇÃO, S. S. 2008. O **processo de urbanização como imperativo da reestruturação espacial e litúrgica das religiões de matriz africana.** 138f.

DIEGUES, A. C. 2003. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: USP/NUPAUB. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf>. Acesso em: 01 /10/ 2014.

Fatumbi, P. V. 1995. **Ewé: O Uso das Plantas na Sociedade Ioruba**. São Paulo: Companhia das Letras.

Fukuyama, F. 2000. **Social Capital and Civil Society**. International Monetary Fund. In IMF Working Paper. Autorized for distribition by Mohsin S. Khan.

LIMA, V. C. Da. 1977. **A Família de Santo nos Candomblés Jeje-Nagôs da Bahia**, Bahia.

LITTLE, P. E. 2002. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. ***Tellus***, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.

PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. 2007. Decreto Federal Nº. 6.040/2007, institui a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais** – PNDSCPT.

Portal Educação - **Desenvolvimento Econômico X desenvolvimento Sustentável. Disponível** em: http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/54934/desenvolvimento-economico-x-desenvolvimento-sustentavel#ixzz3lWS977fk. Acesso em: 09/09/2015.

Rodrigues, N. 2008. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras.

Sachs, I. 1993. **Estratégia de Transição para o Século XXI**. São Paulo: Nobel. Disponível em: http://www.rumosustentavel.com.br/as-dimensoes-da-sustentabilidade/ Acesso em: 09/09/2015.

Santos, M. S. A. de. 2014. **O que as folhas cantam: para quem cantam as folhas**. 272f, : il.

Tuan, Y. F. 1974. **Topophilia: A study of Environmental Perceptions, attitudes, and Values**, Columbia University Press.

3 Yalorixá é a sacerdotisa do terreiro de Candomblé com fundamentos da nação Ketu.

4 Tata de Inkissi é o sacerdote do terreiro de Candomblé pertencente a nação Bantu.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a17

Cientistas Ambientais: acadêmicos ou ambientalistas profissionais?

Christiana Profice[1]; Salvador Trevizan[2]; Alexandre Schiavetti[3] & Fabio Massena[4]

[1] Professora TitularProdema-UESC Dra. Psicologia Social e líder do Grupo de Pesquisa em Interações Socioambientais. E-mail: ccprofice@uesc.com.br
[2] Professor Titular Prodema-UESC. E-mail: salvador@uesc.br
[3] Bolsista de produtividade CNPq, pesquisador associado aos Projetos CoralVivo e Golfinho Roteador, Coordenador local Doutorado em Associação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Biênio 2014-2016). E-mail: aleschi@uesc.com.br
[4] Professor Adjunto UESC, Doutorado em Desenvolvimento de Meio Ambiente (UESC) Tem experiência em projetos ambientais e agropecuários. E-mail: fabiomassena@gmail.com

Recebido em 06 de setembro de 2015. Aceito em 28 de dezembro de 2015. Publicado em 30 de junho de 2016.

Resumo – A formação em ciências ambientais nos programas de pós-graduação stricto sensu pode atender tanto a propósitos acadêmicos como a expectativas de intervenção profissional. Buscamos participar desse debate por meio da análise do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (MDRMA/UESC), localizado em Ilhéus na região sul do Estado da Bahia e parte de uma rede mais ampla, o Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Para tal fim iniciamos com uma breve demarcação teórica acerca das interpelações entre meio ambiente, desenvolvimento, interdisciplinaridade e ciências ambientais pautada nas definições de critérios de área conforme os documentos da CAPES, bem como na apresentação de reflexões atuais sobre o tema na literatura. Reconstruímos a trajetória histórica do MDRMA/UESC e de suas avaliações pela CAPES. Em seguida apresentamos e discutimos os dados obtidos a partir da análise dos perfis de egressos e suas publicações. Em posse destes dados e de demais informações acerca do MDRMA/UESC aplicamos a matriz SWOT para apreciarmos seus pontos fortes, suas fragilidades, bem como suas oportunidades e ameaças. Ao final tecemos considerações acerca do tema proposto e analisamos diferentes cenários para o futuro do MDRMA/UESC.
Palavras-Chave: *Ciências ambientais, Interdisciplinaridade, Pós-Graduação, Desenvolvimento.*

Environmental scientists: academic or professional environmentalists?

Abstract – Postgraduate programs in environmental sciences can meet both academic purposes such as professional intervention expectations. We analyze the Master Program on Regional Development and Environment of the State University of Santa Cruz (MDRMA / UESC), located in Ilhéus in the southern region of Bahia, part of a wider regional network, the Regional Program of Graduate Studies in Development and Environment (PRODEMA). To achieve this goal we start with a brief theoretical demarcation about interpolations between environment, development and interdisciplinary in environmental sciences. We reconstructed the historical trajectory of MDRMA / UESC and their ratings by CAPES to present and discuss the data obtained from the analysis of the graduates' profiles and their publications. We also apply the SWOT matrix to appreciate their strengths, weaknesses, opportunities and threats. At the end we weave some considerations about the proposed theme and analyze different scenarios for the future of MDRMA / UESC.
Key Words: *Environmental sciences, Interdisciplinary, Master program, Development.*

Los científicos ambientales: ambientalistas académicos o profesionales?

Resumen – La formación en ciencias del medio ambiente en los programas de postgrado puede cumplir tanto con fines académicos como las expectativas de intervención profesional. Proponemos el análisis del Máster de Desarrollo Regional y Medio Ambiente de la Universidad del Estado de Santa Cruz (MDRMA / UESC), con sede en Ilheus, Bahia, y parte de una red regional más amplia, el Programa Regional de Estudios de Posgrado en Desarrollo y Medio Ambiente (PRODEMA). Para ello partimos de una breve delimitación teórica sobre interpolaciones entre el medio ambiente, el desarrollo, y la interdisciplinariedad. Hemos reconstruido la trayectoria histórica de MDRMA / UESC y sus calificaciones por CAPES. Presentamos y discutimos los datos obtenidos a partir del análisis de los perfiles de los graduados y sus publicaciones. Aplicamos la matriz SWOT para apreciar sus fortalezas, sus debilidades sus oportunidades y sus amenazas. Presentamos nuestros comentários finales sobre el tema propuesto y analizamos diferentes escenarios para el futuro de MDRMA / UESC.
Palabras Clave: *Ciencias ambientales, Interdisciplinariedad, Máster, Desarrollo*

Introdução

A formação em ciências ambientais nos programas de pós-graduação stricto sensu pode atender tanto a propósitos acadêmicos, por meio de pesquisas acerca dos problemas ambientais, como a expectativas de intervenção profissional nos contextos reais em que estes problemas se apresentam. Esta discussão apresenta questões conceituais importantes, mas também implica em consequências práticas para os cursos que se encaixam na temática ambiental. Neste trabalho pretendemos participar deste debate, tanto em seus aspectos mais teóricos como na análise de seus desdobramentos práticos no Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz (MDRMA/UESC), localizado em Ilhéus na região sul do Estado da Bahia e parte de uma rede regional mais ampla o Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), do qual atualmente participam cursos similares de cinco universidades federais (UFAL, UFC, UFPB, UFPI e UFS) e três estaduais (UERN, UEPB e UESC) do Nordeste do Brasil. O que motivou nossa análise foi a recente transição dos cursos credenciados ao PRODEMA da Área Interdisciplinar (AI) para a de Ciências Ambientais (ACA). Em uma avaliação interna de sua história do perfil de egressos do MDRA/UESC e de suas publicações verificamos que esta passagem de uma área para outra significou uma queda de pontuação no sistema de periódicos qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Nesta direção nosso artigo inicia com uma breve demarcação teórica acerca das interpelações entre meio ambiente, desenvolvimento, interdisciplinaridade e ciências ambientais pautada nas definições de critérios de área em documentos da CAPES, bem como na apresentação de reflexões atuais sobre o tema na literatura. As expectativas referentes a criação da ACA também ilustra os dilemas conceituais e práticos vivenciados pelos programas de pós-graduação em meio ambiente, especialmente aqueles que fazem parte do PRODEMA. Reconstruímos também a trajetória histórica do MDRMA/UESC e de suas avaliações pela CAPES. Em seguida apresentamos e discutimos os dados obtidos a partir da análise dos

perfis de egressos e suas publicações. Em posse destes dados e de demais informações acerca do MDRMA/UESC aplicamos a matriz SWOT para apreciarmos seus pontos fortes, suas fragilidades, bem como suas oportunidades e ameaças. Ao final tecemos considerações acerca do tema proposto e analisamos diferentes cenários para o futuro do MDRMA/UESC além de buscar responder à questão inicial lançada no título de nosso trabalho: afinal estamos formando acadêmicos ou ambientalistas profissionais?

Interdiciplinaridade e Ciências Ambientais – aspectos conceituais e práticos

Em 1998, a área de conhecimento Multidisciplinar foi criada pela CAPES e a partir de 2008, foi designada como Área Interdisciplinar (AI). Seu objetivo era agregar cursos de pós-graduação com caráter interdisciplinar que tinham seu foco em questões complexas que nem sempre encontravam representação em áreas mais específicas (CAPES, 2013a). Dado o enorme volume de cursos abrigados nesta área, em 2004, foram criadas quatro Câmaras Temáticas, a saber, Câmara I – Meio Ambiente & Agrárias; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. Em 2011 a Câmara I foi desmembrada e passou a constituir uma nova área, a Área de Ciências Ambientais (ACA).

Durante o processo de criação da ACA em 2011, houve a expectativa, por parte dos cursos do PRODEMA, de que enfim deixavam de perambular sem-teto no mundo acadêmico, buscando algum nicho preexistente no qual se encaixar. Suas produções (projetos e publicações) eram frequentemente inseridas na área de Biologia e Ecologia, geralmente identificadas como a casa de pertencimento da produção científica sobre meio ambiente. Podemos dizer que naquela condição os programas como do PRODEMA viviam sob o domínio do biocentrismo acadêmico que considera como legítimas aquelas pesquisas que, de modo bem direto, se voltam para a preservação dos biomas brasileiros e de seus recursos. Nesse contexto, as investigações e intervenções socioambientais viviam desamparadas porque eram avaliadas por critérios biocêntricos ou, por outro lado, nas Ciências Sociais e Humanas, não havia o reconhecimento da dimensão ambiental nos paradigmas tradicionais dessas áreas, nas quais as relações humanas/sociais se davam, supostamente, num universo abstrato. Quando, finalmente, foi aprovada a ACA, no dia do meio ambiente, em cinco de junho (CAPES, 2013b), os coordenadores dos cursos do PRODEMA vibraram com a expectativa de que se livrariam da condição de sem teto acadêmico. A inclusão na ACA foi unânime, parecia um alívio e a perspectiva de novas esperanças, houve inclusive a consulta a respeito dos periódicos adequados para a formação da lista qualis da área. Aos poucos, entretanto, ficou claro que aqui as produções no campo socioambiental não eram bem avaliadas, tendo poucos periódicos com qualis elevado (A1 e A2), comparando com outras áreas do conhecimento, especialmente, das Ciências Naturais, trazendo para a nova área sua herança biocêntrica.

Atualmente a AI se organiza da seguinte forma: Câmara I - Desenvolvimento & Políticas Públicas; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. No mesmo ano de criação da ACA, se deu a criação das áreas de Nutrição e de Biodiversidade, esta última a partir da Área de Ecologia e Meio Ambiente que foi extinta. Conforme documento da CAPES (2013a), "entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora" (p.12). Desse modo, a AI pretende abrigar os pesquisadores e suas investigações que superem as fronteiras disciplinares e proponham novas soluções teóricas e práticas para os problemas científicos contemporâneos. Ela traz em si a ideia de que o profissional especialista encontra limitações diante de problemas complexos que implicam necessariamente em uma abordagem interdisciplinar, conduzida por cientistas que além de dominarem os desafios de sua própria área de formação sejam capazes de integrar e articular conhecimentos oriundos de outros campos do saber em suas pesquisas. Ser dotado da habilidade de comunicação com distintas áreas do conhecimento e da capacidade de integrar seus resultados e assim avançar cientifica e tecnologicamente, este é o perfil do cientista interdisciplinar. Em outras palavras, interdisciplinaridade não é uma área de conhecimento, mas é um estado de espírito, de abertura da mente, de predisposição para interagir com diferentes áreas do conhecimento, sejam elas quais forem.

A ACA se organizou a partir da "necessidade de se dar conta dos problemas ambientais, face à indissociabilidade entre sistemas antrópicos e naturais que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrente do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar. A natureza complexa da problemática ambiental pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área de conhecimento, mas entre disciplinas de ciências diferentes, bem como com outras formas de saberes, oriundos de culturas heterogêneas" (CAPES, 2013b). O documento enfatiza que o caráter interdisciplinar é intrínseco à ACA que não pretende ser apenas uma justaposição de ciências humanas, da terra e biológicas. O compromisso com a interdisciplinaridade e a sustentabilidade é, portanto, a marcascientífico-política desta área que atualmente reúne 80 programas com mais de 100 cursos. O perfil do cientista da ACA também é caracterizado pela habilidade em fazer dialogar interesses, métodos e resultados de diferentes áreas do conhecimento na busca de soluções de problemas científicos e tecnológicos. Contudo, o pesquisador da área deve dedicar-se aos problemas ambientais, que não se resumem a preservação e conservação de recursos. Os problemas ambientais são complexos porque envolvem elementos bióticos, abióticos e antrópicos; uma vez que todo meio ambiente se encontra hoje num gradiente de maior ou menor antropização, descartando-se praticamente a existência de ambientes puramente naturais. Além desta complexidade as soluções para os problemas ambientais devem se orientar pelos princípios da sustentabilidade, superando não apenas as diferenças disciplinares, mas também as distâncias entre a ciência e as demais formas de produção de saber não acadêmicas.

A partir destas definições emerge uma primeira conclusão, a de que a AI não elege um campo problemático específico como o ambiental ainda que não o exclua. A ênfase desta área está mais em sua abordagem e métodos do que no interesse por um problema comum. Ao contrário, a ACA tem o ambiente como seu problema natural e complexo, o que a compele necessariamente a adotar o caráter interdisciplinar. Assim, nos parece possível conduzir um estudo interdisciplinar sem tratar do ambiente, mas o contrário não é possível, não podemos pesquisar o meio ambiente fora do campo interdisciplinar. Neste sentido é coerente a criação de uma área que se volte especificamente para questões ambientais, que congregue diferentes disciplinas que colaborem de forma integrada. O compromisso com a sustentabilidade, evidenciado no documento que define a ACA, também traz uma conotação política clara e avessa à neutralidade científica. Nesta área, as ciências não são jamais puras ou desinteressadas; elas visam gerar soluções para toda ordem

de problemas ambientais que, muitas vezes, foram gerados pelo próprio avanço tecnológico e científico. O desafio das investigações e intervenções conduzidas nos dos cursos de pós-graduação é, portanto, o de se articular com as demais fontes geradoras de conhecimentos, sejam eles científicos ou não, mas também com outros agentes e setores sociais. Por meio da interdisciplinaridade as ciências ambientais devem tornar produtivo o diálogo entre as disciplinas naturais e humanas, entre os saberes acadêmicos e sociais, na construção de soluções para os problemas ambientais atuais.

PHILIPPI JR. e seus colaboradores (2013) adotam a expressão "problemática socioambiental" para enfatizar a interdependência entre aspectos sociais e naturais. Conforme os autores, a

> "pesquisa sobre a problemática socioambiental diz respeito, fundamentalmente, ao reconhecimento da relação de interdependência entre sociedade e natureza. Consequentemente, é, por definição, um estudo que requer um enfoque interdisciplinar do relacionamento e da interdependência entre seres humanos e natureza" (p. 518).

Em acordo com esta visão, a ACA surge no contexto da "efervescência interdisciplinar" (p. 522), ela vem para mexer no "conforto disciplinar" (p. 524) e desacomodar o mundo acadêmico. Aqui a interdisciplinaridade não é vista como uma área de conhecimento, mas sim como uma forma de aproximação científica, como um modo de fazer ciência que envolve todas as áreas do conhecimento. Para Leff (2011),

> "a interdisciplinaridade implica assim um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações." (p.311).

Segundo o autor, o interdisciplinar chama para fora das ciências, busca envolver outros atores e saberes na produção do conhecimento que se encontra assim revitalizado e impregnado de sentido. A ciência pode assim circular pela pesquisa, pelo ensino, mas também pela extensão, onde ela, via de regra, realiza a sua inserção social. Neste sentido, a interdisciplinaridade é uma autocrítica do conhecimento científico tradicional que fundamentou a nossa civilização moderna, para Leff (2011),

> "essa civilização do conhecimento é, ao mesmo tempo, a sociedade do desconhecimento, da alienação generalizada, da deserotização do saber e o desencantamento do mundo (a sociedade dos poetas mortos; uma sociedade sem propósito, sem imaginação, sem utopia, sem futuro)" (p. 312).

É contra a pseudoneutralidade científica que a interdisciplinaridade se impõe, contra um pragmatismo que termina por desvalorizar o próprio processo de produção do conhecimento. Na área ambiental, entre alguns dos efeitos ideológicos que a abertura interdisciplinar visa combater estão o reducionismo ecologista e o funcionalismo sistêmico. Portanto, ao pensarmos nos temas ambientais, não podemos reduzir o homem ao indivíduo ou população biológica, não podemos pensar nas inter-relações sistêmicas como se elas existissem a priori sem um desenvolvimento histórico, não podemos tratar as complexas organizações socioambientais apenas em termos de fluxo de matéria e energia. Conforme Leff,

> "para poder abordar a questão da interdisciplinaridade e orientar tanto estratégias de investigação e de formação como políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, deve-se reconhecer os efeitos das políticas econômicas atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas e sobre as condições de vida das comunidades." (2011).

Nesta abordagem está na ordem do dia a produção de uma *racionalidade ambiental* (p.322) que não apenas integre o conhecimento mas que também transforme o paradigma atual a partir da articulação entre saberes técnicos-científicos com aqueles produzidos fora do sistema acadêmico. Assim, o acadêmico egresso das ciências ambientais deve pesquisar e ensinar acerca desse complexo objeto científico que reconhecemos como meio ambiente, mas também deve estar preparado para intervir profissionalmente nos problemas ambientais reais que se colocam para a sociedade.

Panorama Histórico do MDMRA/UESC e de sua avaliação pela CAPES

Como vimos, a relação entre interdisciplinaridade e ciências ambientais é um tema de alta relevância e não temos a pretensão de exauri-lo neste momento. Alguns dos trabalhos citados neste artigo já o fazem com muita propriedade (cf. PHILIPPI JR et. Al, 2000). Trazemos esta discussão para nortear nossa reflexão acerca das mudanças práticas que decorreram da saída MDRMA/UESC da AI e da sua inclusão na ACA. O MDRMA/UESC, programa que será foco de nossas análises, foi iniciado em 1998 e faz parte do PRODEMA, que envolve demais universidades do Nordeste acima especificadas. Em sua definição trata-se de um

> "programa interdisciplinar, interinstitucional e inter-regional (…) que tem, como objetivo maior, a qualificação de futuros tomadores de decisões para o exercício do planejamento e para a prática de uma forma de desenvolvimento no qual estejam harmonizados os seus objetivos sociais, ecológicos e econômicos, contribuindo para a reversão do quadro atual de subdesenvolvimento e de degradação ambiental progressiva da região Nordeste e do país." (UESC, 2015).

O MDMRA/UESC foi recomendado pela CAPES ao final de 1997 e teve seu início em 1998. Seu objetivo é

> "contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões tropicais úmidas, especialmente a do Sudeste da Bahia, através da formação de profissionais altamente qualificados, com plena visão integrada das relações ambientais inerentes à concepção, planejamento, operacionalização e monitoramento do processo de desenvolvimento. Isso implica, consequentemente, também no fortalecimento da infra-estrutura regional de pesquisa, ensino e extensão para a dinamização das atividades de geração e disseminação de novos conhecimentos científicos e experiências relevantes sobre o assunto" (UESC, 2015).

Antes de se configurar como mestrado, o curso teve seu início como uma especialização, voltada para profissionais da área ambiental da região. No contexto da decadência da cultura cacaueira, devido principalmente à vassoura de bruxa, era urgente encontrar soluções que pudessem conferir uma nova dinâmica regional, em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos. Assim percebemos em seu objetivo fundador uma missão principalmente voltada para os problemas locais por meio da produção de conhecimento científico e de sua aplicação, sempre norteada pelos princípios sustentáveis, da conservação dos recursos naturais e do incremento do desenvolvimento loca e regional. No início dos anos 90 houve o início de um curso de Mestrado em Meio Ambiente, criado e conduzido por um pequeno grupo de biólogos e agrônomos oriundos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), entidade federal criada expressamente para o desenvolvimento tecnológico-científico da região voltada prioritariamente para a cultura do cacau. Este curso não prosperou, provavelmente pela ausência de um projeto diretor que desse sentido ao elenco variado de disciplinas que foram

oferecidas muito em função das especialidades do grupo docente que o conduzia.

Finalmente em 1988 o MDRMA/UESC tem início, constituído por um núcleo duro formado por docentes doutores de procedência técnico-extensionista. Na UESC, que ainda se estruturava como universidade a partir da integração de faculdades privadas isoladas em Ilhéus e Itabuna, estes profissionais encontraram a oportunidade de desenvolver seus anseios na área científica com uma grande liberdade e autonomia. Este primeiro grupo de pesquisadores doutores das áreas naturais e sociais foi organizado pelo doutor em agronomia Max de Menezes, também oriundo da CEPLAC. Sua tarefa foi reunir interesses e oportunidades de formação para os profissionais da área ambiental da região que tinham diante de si o enorme desafio de diversificar a vocação econômica local por meio de atividades ambientalmente consequentes que preservassem a herança do cacau, florestas de Mata Atlântica relativamente preservadas pelo manejo tradicional de cabruca. Este manejo que cultiva o cacau no sombreamento do dossel florestal retira apenas a vegetação do sub-bosque criando uma paisagem de floresta relativamente protegida, ainda que consideravelmente transformada. Desse modo, apesar do histórico de intervenção humana com uma atividade de monocultura, nossa região ainda é um dos hotspots de biodiversidade do planeta e esta riqueza de recursos demandava por uma utilização planejada e sustentável (CEPF, 2001). Daí surge a necessidade de atualização e formação de profissionais locais para seu manejo e soluções de problemas, apoiados na produção de conhecimentos técnicos-científicos comprometido com a sustentabilidade, em seus aspectos biofísicos, sociais e econômicos.

Se em um momento inicial o MDMRA/UESC foi criado para a solução de problemas ambientais regionais, ao mesmo tempo ele foi também uma solução para docentes da UESC que precisavam realizar seus mestrados sem afastamento de suas atividades, o que contribuiu sobremaneira para a diversidade disciplinar dos discentes e de suas pesquisas. Contudo, como veremos, nem todos os egressos permaneceram na área ambiental, grande parte retornou aos seus nichos disciplinares de origem. Vale destacar também que a existência do MDMRA/UESC contribui para a efetivação da UESC, a partir da reunião e estadualização de faculdades isoladas de Ilhéus e Itabuna acima mencionada. De todo modo, esta vocação inicial profissional do MDMRA/UESC fez com que o curso assumisse um pouco tardia e lentamente seu perfil mais acadêmico, que se refletisse diretamente em publicações científicas conforme será discutido mais adiante. O MDMRA/UESC foi o primeiro programa de mestrado da UESC, convergindo pesquisadores de distintas áreas que se agregavam ao núcleo duro inicial, desse modo ele teve também a função de gerador/incubador de programas de mestrado mais específicos que atualmente absorvem pesquisadores de perfil mais acadêmico que, em sua maioria, atuaram inicialmente no MDMRA/UESC. Nesta dinâmica vários pesquisadores da universidade passaram pelo MDRMA/UESC em seus 17 anos de existência, o que gerou uma grande rotatividade docente no programa e que contribuiu para a oscilação de sua avaliação conceitual realizada pela CAPES (Figura 1). Os cursos de mestrado iniciados na UESC após a implementação do MDMRA/UESC foram Genética e Biologia Molecular em 2001, Zoologia em 2003, Produção Vegetal em 2004, Sistemas Aquáticos Tropicais em 2004, Ecologia e Conservação de Biodiversidade em 2008, Biologia e Biotecnologia de Microrganismos Biologia e Biotecnologia de Microrganismos em 2008 e mais recentemente o de Economia Regional e Políticas Públicas em 2013.

Os programas de mestrado e doutorado são continuamente avaliados pela CAPES, sobretudo no que diz respeito à sua produção científica, tomada como indicador de qualidade de suas pesquisas e de seu impacto na comunidade da ciência. Aspectos como inserção social têm sido cada vez mais considerados, mas ainda não têm expressão quantitativa importante. A partir de critérios comuns a todas as áreas do conhecimento os programas recebem uma qualificação que varia de 1 a 7 (CAPES, 2013b). Em nosso caso, desejamos compreender o que faz o MDMRA/UESC ser melhor ou pior avaliado pela CAPES desde sua fundação. Tendo iniciado com nota três e passado por nota quatro ele se encontra atualmente em três o que não faz do rebaixamento uma realidade, mas ascende o alerta para esta possibilidade caso não se invista na melhoria de seus indicadores de produção. Acreditamos que a dispersão e rotatividade de pesquisadores do MDMRA/UESC não é o único fator que explica o resultado das avaliações da CAPES e é nesta direção que a avaliação dos perfis dos egressos pode nos demonstrar o resultado do que foi feito até agora e indicar caminhos para a melhoria de sua qualidade. Se levarmos em consideração as notas dos demais cursos do PRODEMA constatamos que o MDRMA/UESC é um dos dois que estão avaliados com a nota três, os demais, mesmo os mais recentes, têm nota igual ou superior a quatro.

Perfil de Egressos do MDMRA/UESC e de suas publicações

Inicialmente procedemos à contagem de dissertações defendidas desde 2001 até dezembro de 2014 inclusive e obtivemos um total de 307. O currículo de cada um desses egressos foi pesquisado na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e, quando localizado, analisado em relação aos seguintes aspectos: área disciplinar de pertencimento, inserção acadêmica e profissional na área ambiental e publicações dos três anos seguintes à defesa de dissertação. Desse modo pudemos traçar o perfil do egresso do MDMRA/UESC. Destes 307 mestres egressos do MDMRA/UESC 228 ou 74,3% não deram continuidade à formação acadêmica, 51 (16,6%) estão cursando algum doutorado e apenas 28 (9,1%) são doutores. Entre os 51 doutorandos 23 permaneceram no PRODEMA-UESC que teve seu doutorado iniciado em 2010, já tendo formado quatro doutores que também obtiveram seu título de mestre no mesmo programa. As grandes áreas de pertencimento disciplinar revelam um perfil de discentes oriundos, em sua maioria de graduados nas Ciências Sociais Aplicadas e em seguida nas Ciências da Vida. Tal fato indica que a abordagem interdisciplinar sempre imprimiu a dinâmica do programa, fazendo dialogar discentes e docentes em torno dos problemas ambientais, em seus aspectos biofísicos, sociais e econômicos, tanto em seus aspectos científicos como intervindo diretamente nos contextos que foram investigados pelos projetos de pesquisa orientados no programa. A grande variedade interdisciplinar se dá também no interior das grandes áreas, são 47 as graduações dos ingressantes (Figura 2). Apenas para citar as graduações mais presentes temos 51 das Ciências Biológicas, 35 da Geografia, 30 da Agronomia, 19 da Administração de Empresas, 18 do Direito e 16 da Enfermagem e nove da Comunicação Social. As demais 39 graduações estão representadas com menos de oito ingressantes cada uma.

A partir da análise individual dos currículos Lattes foi verificado que em relação à atuação no magistério, 129 (42%) não tem carreira docente, 120 (39,1%) são professores do ensino superior enquanto que 58 (18,9%) atuam no ensino básico, a grande maioria no nível médio, sobretudo nos institutos técnicos, com somente dois atuando no ensino fundamental. Apenas um dos mestres formados pelo programa atua como professor e pesquisador no MDRMA/UESC obtendo seu doutoramento fora da UESC. Constatamos que na área do magistério o programa contribuiu para a capacitação dos docentes da região, tanto no nível superior como no médio, este último

especialmente problemático. A presença de mestres em meio ambiente e desenvolvimento regional nas universidades, escolas e institutos profissionalizantes leva, ao menos como expectativa, a abordagem interdisciplinar para a educação das próximas gerações que retornam para suas atividades docentes preparados para a efetivação de uma educação ambiental permanente e da inserção da questão ambiental em projetos políticos-pedagógicos, grades curriculares e programas de disciplinas. Desse modo o MDMRA/UESC contribuiu e ainda contribui com o desenvolvimento regional no campo da educação, área especialmente sensível na região Nordeste (UNICEF, 2012).

Entre as atividades profissionais vinculadas à área ambiental e desempenhadas pelos egressos do MDMRA/UESC encontramos: secretários de educação e de meio ambiente, chefes de divisões ambientais de órgãos públicos, promotores de justiça, membros de conselhos deliberativos em e organizações não governamentais como fundações e institutos de ação socioambiental, assessores técnicos, consultores, auditores e analistas ambientais. Pudemos constatar que os egressos estão inseridos em funções profissionais tanto consultivas como deliberativas e executivas, seja no âmbito público ou privado. Esse perfil também contribui para o desenvolvimento regional com base nos princípios da sustentabilidade, por meio de agentes sociais capacitados tanto na identificação de problemas ambientais como na mobilização de diferentes setores e atores para a busca de suas soluções. Apenas para apontar alguns avanços regionais concretos, listamos as Unidades de Conservação (UC) conforme definidas pelo Sistema Único de Unidades de Conservação (SNUC) compreendidas no Território Litoral-Sul e que de modo direto ou indireto contaram com a participação de docentes, discentes e/ou egressos do MDRMA/UESC: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Arte Verde em 1998 e RPPN Fazenda Araçari em 1998, Parque Nacional do Pau Brasil, RPPN Ecoparque de Una e RPPN Fazenda Sossego em 1999, RPPN Fazenda Paraíso em 2000, RPPN Pedra do Sabiá em 2001, RPPN Jueirana e RPPN Sapucaia em 2002, Área de Proteção Ambiental (APA) Baia de Camamu em 2002, RPPN Fazenda Araraúna em 2003, RPPN Mãe da Mata e RPPN Rio Capitão em 2004, Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras em 2006, RPPN Helico e RPPN Boa União em 2007, RPPN São José em 2008, Parque Nacional da Serra das Lontras em 2010 e RPPN Guanandi e RPPN Canto do Senhor em 2012 (ICMBIO, 2015). Devemos também destacar a criação desde 2013 da Base Ambiental Costa do Cacau que funciona como estrutura administrativa integrada entre a UESC e o Núcleo Mata Atlântica do Ministério Público (NUMA), abrigando as Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente de Ilhéus e Itabuna, o laboratório de análises e planejamento ambiental e os cursos de mestrado e doutorado em Ecologia. Ainda devemos levar em consideração a participação de docentes, discentes e egressos nos diversos comitês de bacias hidrográficos que de organizaram na região. Não podemos também deixar de mencionar a participação no curso dos profissionais da saúde que atuam no setor em instituições privadas e públicas, muitas vezes como gestores de políticas. Estes profissionais saem do MDRMA/UESC mais sensíveis e preparados para uma abordagem ambiental e coletiva da saúde, contribuindo também para o desenvolvimento regional.

Desse modo, os dados acima apresentados nos sinalizam que, caso a inserção social do MDRMA/UESC tivesse mais peso na sua nota de avaliação, ele seria mais bem qualificado. Infelizmente, a CAPES ainda não atribui um peso maior à contribuição dos cursos acadêmicos para o desenvolvimento regional. Acreditamos que tal postura não contempla a preocupação inicial da ACA com o problema do desenvolvimento, priorizando o impacto das publicações no âmbito acadêmico sem ainda ter desenvolvido mecanismos avaliativos das mudanças geradas em nível local, regional, nacional ou internacional, que resultaram em publicações. Em 2013, foi criado um grupo, pela Coordenação da ACA, para apresentar uma proposta de avaliação da inserção social. Nessa proposta, procurou-se avaliar as mudanças produzidas a partir da produção científica e dos projetos de extensão dos programas. Propunha-se, inclusive, que os projetos de pesquisa tivessem metodologia de avaliação dos impactos da pesquisa, em termos de mudanças geradas, como condição para que os órgãos de fomento concedessem recursos. Infelizmente, a proposta foi apresentada, mas ainda não surtiu nenhum impacto relevante na avaliação dos cursos. Acreditamos que sua efetivação possa provocar uma real mudança de paradigma no modelo de elaboração e financiamento dos projetos de pesquisa e de avaliação dos programas de pós-graduação.

Para a avaliação da produção científica consideramos apenas os egressos que defenderam suas dissertações até 2012 para que pudéssemos analisar as publicações em periódicos científicos no triênio seguinte à sua defesa. Sabemos que a análise da produtividade dos docentes e discentes é um elemento crucial para a avaliação do programa pelo peso que ganha na pontuação final, compondo 70% da nota. Desde 2002 a CAPES instaurou o sistema qualis de avaliação de periódicos, partindo do princípio que "dentro do conjunto de aspectos que caracterizam o desempenho dos mestrados e doutorados, a pesquisa e a consequente produção científica de docentes e alunos são considerados como os indicadores mais relevantes na determinação do padrão de qualidade dos cursos" (CAPES, 2002, p. 4). Atualmente, a lista da qualis da ACA se organiza a partir da lista de periódicos das publicações dos docentes, discentes e egressos dos cursos no último quadriênio, levando também em consideração o seu fator de impacto.

Em nossa avaliação, levamos em consideração a mudança de área de conhecimento do programa. Como indicamos antes, até o ano de 2011 o PRODEMA se encontrava na AI e a partir de então passou para a ACA. Foram então analisadas as produções científicas de 272 egressos que reuniram um total de 121 artigos, o que resulta em uma média de 0,44 artigos por cada um. Mesmo sem uma base comparativa consideramos esta média muito baixa, com menos de um artigo por dissertação, sobretudo quando constatamos que apenas 98 artigos têm seus periódicos qualificados nas listagens da ACA de 2015 e de 2014 e também na da AI de 2014, o que inevitavelmente indica um baixo impacto da produção científica do programa na literatura nacional e internacional (Figura 4). Quando observamos a cronologia das publicações temos uma enorme variação (Figura 5).

Para avaliação qualitativa da produção científica dos egressos adotamos a categorização da CAPES com B2+ para designar os periódicos qualificados como A1, A2 e B1 e B2- aqueles qualificados como B2, B3, B4, B5 e C (Figura 6). O que percebemos é uma queda na quantidade de artigos qualificados entre a AI e a ACA com o qualis de 2014, o que revela que a mudança ocorrida desde 2011 ainda não se reflete na produção acadêmica dos egressos, mas também na orientação docente dado que os artigos são produzidos sob supervisão e em colaboração com os orientadores. Quando comparamos a pontuação entre o qualis de 2014 e 2015 na ACA a queda é radicalmente expressiva, reflexo das mudanças recentes que são externas ao programa, mas que devem ser as referências norteadoras da sua produção acadêmica para que ele mantenha ou aumente a sua classificação na CAPES. Porém, devemos levar em consideração que, apesar da quantidade de artigos qualificados ter caído a sua qualidade foi levemente elevada já que conforme os critérios da ACA de 2014 os periódicos B2+ correspondiam a 23,61% da produção enquanto que conforme os de 2015 correspondem a 28,84%.

Um dos fatores que podem ter contribuído para a baixa produtividade de artigos, sobretudo nos anos iniciais, foi a chegada tardia no MDMRA/UESC da corrida produtivista visando a avaliação

dos programas de mestrado. Há duas décadas, em níveis nacionais e, sobretudo, regionais, o quantitativo de doutores era menor, o que gerava menos concorrência entre os currículos e menos pressão na cultura dos cursos no que se refere às publicações científicas, sobretudo naqueles com viés de inserção social. Apenas a partir de 2009 o MDMRA/UESC passou a exigir dos mestrandos o encaminhamento de artigos para periódicos científicos como condição de conclusão do curso. Podemos também perceber que o tempo para conclusão do mestrado foi limitado em 30 meses apenas a partir de 2010, o que conduziu a um maior volume de mestrandos e egressos e de potenciais publicações. Contudo, não podemos deixar de considerar que estes desafios se colocaram não apenas ao MDMRA/UESC, mas para todos os cursos de pós-graduação em ciências ambientais.

Aplicação da matriz FOFA ao MDMRA/UESC

A partir dos dados levantados podemos compreender as vulnerabilidades e ameaças ao MDMRA/UESC, bem como as suas forças e oportunidades conforme a matriz FOFA, ferramenta oriunda do setor empresarial e amplamente difundida para o aprimoramento de gestão e planejamento estratégico (Figura 7). A matriz busca individuar e interelacionar as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças de uma dada situação ou instituição em relação ao seu ambiente. Trata-se de uma ferramenta transdisciplinar que busca clarear os cenários atuais em função de sua história e funcionamento visando o estabelecimento de metas futuras.

Consideramos o longo tempo de existência do MDRMA/UESC, 17 anos, como uma de suas forças, a experiência acumulada criou uma cultura própria do curso, fiel a sua função de formar acadêmicos e profissionais comprometidos com o desenvolvimento da região. O apoio institucional também sempre viabilizou seu funcionamento, o MDRMA/UESC é valorizado internamente como um braço universitário que auxilia efetivamente a resolução de problemas ambientais regionais. Hoje temos além do mestrado um curso de doutorado que dá sequencia e aprofunda a formação dos cientistas ambientais. Atender à demanda social por meio da inserção de docentes e egressos nos desafios ambientais que se apresentam em uma região tão rica e vulnerável é também um de nossos pontos fortes. Por outro lado pudemos verificar que tanto docentes como discentes ainda não têm clareza de seu papel na avaliação do curso, o que reflete na baixa produção científica que é orientada mais por razões de cunho individual, geralmente os artigos oriundos das pesquisas desenvolvidas no MDRMA/UESC são encaminhados para periódicos específicos das disciplinas originárias dos pesquisadores sem a devida atenção ao quadro de qualificação da ACA. Outra fraqueza detectada foi a pouca inserção ambiental na instituição e em seus próprios problemas socioambientais que raramente são objeto de pesquisa e intervenção por parte do programa. Identificamos como ameaças a cada vez mais rigorosa escassez de recursos na educação nacional, especialmente para o ensino superior e os programas de pós-graduação. O recente decreto estadual de novembro de 2015 (BAHIA, 2015), além de efetuar um contingenciamento radical dos já parcos recursos disponíveis para a educação inviabiliza a realização de atividades que demandem por deslocamento de docentes e discentes, necessário sobretudo em um mestrado que faz parte de uma rede regional. A nova forma de elaboração da lista qualis que alterou seu conteúdo de forma radical também é uma ameaça a ser confrontada, bem como o risco de descredenciamento caso a próxima avaliação não nos seja favorável. Outro fator de risco consiste no modo como os concursos para docentes são estruturados, privilegiando candidatos com formação disciplinar específica e afastando os egressos de cursos interdisciplinares. Mesmo na UESC os editais de concurso não contemplam mestres e doutores com formação interdisciplinar. Como oportunidade identificamos uma possível mudança de área caso não sigamos credenciados ao PRODEMA. O ingresso de novos docentes já dispostos a investir na direção de melhora da pontuação do MDRMA/UESC é também uma oportunidade que se abre visando a avaliação que passou a ser quadrienal, o que nos dá mais tempo para incremento da produção. Como discutiremos a seguir a reestruturação do Programa de Pós-Graduação e da agregação de um mestrado profissional também se configuram como uma oportunidade para o MDRMA/UESC.

Perspectivas atuais e futuras

Para o ano de 2016, quando será a próxima avaliação do MDRMA/UESC pela CAPES podemos vislumbrar diferentes cenários. O primeiro, pior e menos provável é a do rebaixamento e encerramento do curso. Atualmente há um esforço tanto de docentes como de discentes para incremento de publicações qualificadas visando uma boa avaliação pela CAPES. De fato, esse movimento de melhoria quantitativa e qualitativa de publicações já vem sendo estimulado pelos gestores nos últimos anos, mas tornou-se ainda mais enérgico diante da nova lista de periódicos qualificados já que muitos dos trabalhos já encaminhados foram submetidos a revistas que perderam em qualificação ou foram simplesmente subtraídas da ACA. Um segundo cenário é o de manutenção da nota três e de saída compulsória do PRODEMA que só renovará o credenciamento de cursos com nota igual ou superior a quatro. Se obtivermos um aumento de avalição para quatro se configura então um terceiro cenário de permanência no PRODEMA. Contudo, nossa avaliação interna revelou que o que sempre motiva mudanças no MDRMA/UESC são demandas externas, oriundas da CAPES ou mesmo do PRODEMA, o que nos fez projetar um quarto cenário no qual integramos o mestrado e o doutorado em um mesmo programa independente e ofertamos também um mestrado profissional que pode ser uma fonte de recursos já que nesta modalidade a universidade pode cobrar pagamento de mensalidades. Seria uma forma de atender à especificidade do curso e também angariar recursos nestes tempos de cortes de verba na educação. Como programa independente poderíamos inclusive mobilizar a formação de uma rede com outros cursos voltados às ciências ambientais do Estado da Bahia.

Ficou também evidente a necessidade de uma postura mais proativa para estimular entre os mestrandos a sequência de sua carreira acadêmica, seja em sua área de origem ou na rede PRODEMA, bem como a sua inserção social. Como vimos 42% dos mestres não atuam na área acadêmica, mas ocupam funções estratégicas na rede social, o que lhes permite o exercício direto da uma racionalidade ambiental, no sentido dado por LEFF (2011), em seus locais de trabalho, onde geralmente ocupam função de consultores, gestores e técnicos. Desse modo o objetivo maior, de qualificar futuros e também os atuais, tomadores de decisões, seja em contexto acadêmico ou não, permanece em pauta. Neste cenário também teríamos a opção de retornar à AI ou permanecer na ACA a partir de uma avaliação interna do que seria mais conveniente e proveitoso.

No que diz respeito à produção de artigos, independente da área de vinculação na CAPES, estamos produzindo pouco. A produção de artigos deve ser cada vez mais estimulada, não sob uma ótica produtivista, mas como estratégia de divulgação das pesquisas realizadas e de fortalecimento dos currículos pessoais e do MDRMA/UESC. Nesta direção podemos estimular a utilização nas disciplinas de artigos oriundos de periódicos listados no qualis da ACA, como forma de familiarização com os temas e linguagens que lhe são próprios e com pesquisas interdisciplinares. A adoção nas disciplinas

de artigos em inglês também pode motivar a produção e envio para periódicos internacionais, aumentando assim as opções e chances de publicação. Outra solução a ser amadurecida é a substituição da dissertação por um artigo publicado, como já o fazem outros programas de pós-graduação. Este novo procedimento também contribuiria para a economia de recursos já que não seria necessária a formação de bancas com convidados externos que implicam em gastos com passagens e hospedagem, como também economizaríamos em consumo de energia, papel e insumos de impressão.

Devemos também levar em conta que uma parcela expressiva dos mestres (18,9%) atua como docente no ensino básico, o que revela o importante papel e responsabilidade do MDRMA/UESC para a qualificação dos docentes deste segmento, sobretudo para a formação de educadores ambientais atuantes nas mais variadas disciplinas ofertadas pelos institutos técnicos e agrícolas federais da região. Aqui também vislumbramos o cumprimento de uma das missões das ciências ambientais, a de trabalhar em prol da sustentabilidade por meio da formação de profissionais capacitados para confrontar temas e problemas atuais. Porém, também vimos que apesar do MDRMA/UESC ter contribuído para a cultura socioambiental regional, pouco ou nada foi feito em relação aos problemas ambientais de nossa própria universidade, fazendo valer o dito popular que afirma que em casa de ferreiro, espeto de pau. Certamente, a partir deste processo interno de avaliação, buscaremos conduzir pesquisas e intervenções nos problemas ambientais da UESC, como sistema de coleta de resíduos sólidos, proteção de seus remanescentes florestais e capacitação docente e discente para a educação ambiental.

Os problemas ambientais demandam por soluções, mas, sobretudo, por pessoas capazes de propô-las e implementá-las, sempre com a participação de instituições ou setores sociais organizados. Fica claro que o egresso em ciências ambientais deve ser cientista e interventor, interdisciplinar, fluente na língua das ciências, mas, também nas línguas sociais e seus dialetos. A intredisiplinaridade deve sempre estar na ordem do dia, iniciativas de co-orientação entre pesquisadores de áreas e universidades diferentes devem ser estimuladas, proporcionado encontros simultâneos entre mestrandos orientadores e co-orientadores. Atualmente dispomos de tecnologia e meios de comunicação capazes de integrar pessoas e superar as distâncias que envolvem custos, ainda que as interações presenciais sejam sempre preferíveis.

De um modo geral, ter passado da AI para a ACA fez diferença em termos de pontuação de artigos, mas em termos conceituais não trouxe grande mudança, dado que toda ciência ambiental é necessariamente interdisciplinar e que todo desenvolvimento deve se pautar pela sustentabilidade. Ao revisitar a história do MDRMA/UESC e traçar o perfil de seus egressos e de suas publicações, vimos que a área socioambiental tem um grande peso no programa enquanto que na lista qualis da ACA os periódicos deste campo interdisciplinar são ainda poucos e mal qualificados em relação àqueles das ciências naturais e exatas. Nesta direção, seria interessante tornar o curso mais atraente para os pesquisadores destas áreas e principalmente estimular investigações com perfil mais tecnológico de modo a garantir um equilíbrio maior para a interdisciplinaridade do programa e de suas publicações. Como vimos, a lista da qualis da ACA se organiza a partir da lista de periódicos das publicações dos docentes, discentes e egressos dos cursos no último quadriênio. Desse modo, os cientistas ambientais se sentem pouco estimulados a enviar seus trabalhos a periódicos que não constem na lista ou são mal qualificados, provocando um enrijecimento do equilíbrio entre as áreas disciplinares que tende a reforçar a atual dominância de revistas das áreas naturais e o biocentrismo. A própria sistemática quantitativa de distribuição dos periódicos por estratos adotada pela CAPES impõe uma baixa classificação para a grande parte das revistas, independente de seus atributos próprios, dado que apenas um reduzido percentual delas caberá no estrato A1 e assim por diante. Um mesmo periódico classificado como C na ACA e, portanto, considerado como não relevante para a área pode em sua área específica como Educação ou Geografia ser classificada como A ou B. Este é um dos desafios futuros para aperfeiçoamento do sistema qualis de modo a atender às características próprias de uma área como ACA, interdisciplinar por natureza, mas que ainda hoje é submetida a critérios forjados para as disciplinas que resistem em preservar suas fronteiras. Acreditamos ser necessária uma profunda reflexão autocrítica por parte dos gestores acadêmicos de modo que nossos próprios mecanismos avaliativos não reproduzam a concentração de poder político/científico/editorial e não reforcem desigualdades, tendência que nos afasta cada vez mais dos princípios da sustentabilidade.

A reposta à nossa questão inicial que emerge deste esforço de avaliação do MDRMA/UESC é que não é necessária uma opção entre a formação de acadêmicos ou ambientalistas profissionais, a própria interdisciplinaridade inerente aos cursos de ciências ambientais, impõe esta dupla qualificação. Evocamos especialmente Wilson (1999), biólogo evolucionista que elegeu como campo de pesquisa o território minado entre ciências naturais e humanas, tendo sido muitas vezes estereotipado negativamente como biologicista, sobretudo pelos cientistas sociais críticos em relação a qualquer explicação que envolva a dimensão natural dos seres humanos. Ao trazer a consciliência do conhecimento como tarefa premente da ordem do dia na pauta acadêmica concordamos com o autor de que este esforço não é muito popular e que pode ser interpretado como "confusão, simplismo, reducionismo ontológico e cientificismo" (p. 10). A consciliência reúne as disciplinas e o saberes por elas produzidos e sistematizados, não se trata de um arranjo forçado de linguagens e métodos incompatíveis, mas consiste no esforço de fazê-los dialogar e construírem um sentido comum para além de suas fronteiras. Nas palavras do próprio autor, "a busca da consciliência pode parecer, à primeira vista, aprisionar a criatividade. O oposto é verdadeiro. Um sistema unificado de conhecimentos é o meio mais seguro de identificar os domínios ainda inexplorados da realidade. Fornece um mapa claro do que é conhecido e formula as perguntas mais produtivas para futura investigação" (p. 287). Esperamos ter lançado questões relevantes à avaliação de demais cursos do gênero que compartilham conosco dos mesmos dilemas acadêmicos e desafios colocados pelos mecanismos avaliativos da CAPES. Acreditamos que o autoconhecimento por parte dos programas de pós-graduação em ciências ambientais seja o primeiro passo essencial para melhor definição de suas prioridades e metas e para o fortalecimento e melhoria tanto de sua produção acadêmica como da assertividade de sua inserção social.

Referências

BAHIA. 2015. **Decreto Nº 16.417 de 16 de novembro de 2015**. Disponível em http://www.ba.gov.br/arquivos/File/DECRETON16417de161115CONTROLEDEGASTOS.pdf Acesso em 20/11/2015.

CAPES. 2013a. **Documento de Área Interdisciplinar.** Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o.pdf Acesso em 28/09/2015.

CAPES. 2013b. **Documento de Área Ciências Ambientais.** Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Ciencias_Ambientais_

doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf Acesso em 28/09/2015.

CAPES. 2002. **Boletim Informativo**, 10(2): 1-149.

CEPF. 2001. **Mata Atlântica. Hot spot de Biodiversidade.** Disponível em http://www.cepf.net/Documents/final.portuguese.atlanticforest.pdf Acesso em 22/09/2011. Acesso em 28/09/2015.

ICMBIO. http://www.icmbio.gov.br/portal/ Acesso em 24/09/2015.

Leff E. 2011. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, 14(2): 309-335.

Philippi Jr. A, Sobral M, Fernandes V, Sampaio CAC. 2013. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **RBPG**, 10(21): 509–533.

Philippi Jr. A, Tucci CEM, Hogan DJ, Navegantes R. 2000. (Eds.), **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais,** São Paulo: Signus Editora, 319 p.

UESC. 2015. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, **Apresentação**. Disponível em http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/mdrma/index.php?item=conteudo_apresentacao.php. Acesso em 12/02/2015.

UNICEF. 2012. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes**, Brasília: UNICEF, 130 p.

Wilson EO. 1999. **A Unidade do Conhecimento – Consciliência**, Rio de Janeiro: Campus, 321 p.

Homenagem

Gostaríamos de prestar nossa homenagem ao Professor Max de Menezes que não se encontra mais entre nós, mas é nossa grande referência por sua visão da importância das ciências ambientais para o desenvolvimento regional.

http://dx.doi.org/10.21707/gs.v10.n01a18

Cultura e natureza no pensamento antropológico: do debate epistemológico à pesquisa com uma população local[1]

Maristela Oliveira de Andrade[2] & Jeandelynne A. A. Sampaio[3]

[1] *Os dados empíricos deste artigo foram extraídos da pesquisa oriunda da dissertação da segunda autora sob a orientação da primeira intitulada "A carcinicultura familiar na aldeia indígena potiguara de Tramataia, Marcação/ Paraíba: em busca da sustentabilidade", Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPB, 2015*

[2] *Titular Prodema e PPGA-UFPB, coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente. E-mail: andrademaristela@hotmail.com*

[3] *Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Prodema-UFPB, Gerente do Dicoco Agroindustrial LTDA Brasil. E-mail: jeandelynnejeandel@gmail.com*

Recebido em 30 de novembro de 2015. Aceito em 30 de março de 2016. Publicado em junho de 2016.

Resumo – Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre o pensamento antropológico em sua contribuição aos estudos em torno da relação entre cultura e natureza, sob três perspectivas teóricas: a antropologia ecológica, o estruturalismo francês e a antropologia da natureza. A análise teve inicialmente como eixo a identificação das propostas de cada vertente teórica de superação da separação entre cultura e natureza estabelecida pela ciência moderna. Em seguida, as reflexões se voltaram para o campo empírico, para considerar as relações entre cultura e natureza vividas por uma população local. A pesquisa em foco se refere a um grupo indígena que vivenciou mudanças recentes com a introdução da criação de camarão em viveiro, substituindo o extrativismo pesqueiro pelo cultivo, provocando na prática uma alteração na relação cultura e natureza. Do diálogo entre as dimensões teórica e empírica observou-se que a superação da separação entre cultura e natureza defendida pelos teóricos pesquisados foi baseada em realidades empíricas que diferem daquela aqui pesquisada, já que a separação tem persistido em função da modernização experimentada pela população local investigada.

Palavras-Chave: *Cultura e natureza; Antropologia ecológica; Antropologia da natureza*

The relationship between culture and nature according to anthropological thinking: from epistemological debate to research involving a local population

Abstract – This article proposes a theoretical reflection on the anthropological thinking concerning the relationship between culture and nature – a reflection constructed from three theoretical perspectives: ecological anthropology, French structuralism and the anthropology of nature. The analysis was initially centered on the identification of the ideas characterizing these three perspectives, which have sought to eliminate the separation between culture and nature established by modern science. Then, it turned to the empirical field to examine the relationships between culture and nature experienced by a local population: an indigenous group that has recently underwent changes resulting from the adoption of shrimp farming in substitution for traditional fishing, which has altered the relationship between culture and nature. The dialogue between theory and practice has shown that the elimination of the mentioned separation by theorists has been based in situations that differ from the one studied here since this separation has been present in the modernization (the adoption of shrimp farming) experienced by the local group in question.

Key Words: *Culture and nature; Ecological anthropology; Anthropology of nature*

Cultura y naturaleza em antropología: del debate epistemológico a la investigación con una población local

Resumen – Este artículo propone una reflexión teórica sobre el pensamiento antropológico en su contribución a los estudios sobre la relación entre la cultura y la naturaleza, bajo tres perspectivas teóricas: Antropología ecológica, el estructuralismo francés y la antropología de la naturaleza. El análisis tuvo inicialmente como la identificación de propuestas de cada filamento que establece la separación teórica entre cultura y naturaleza por la ciencia moderna. A continuación, los pensamientos se han convertido en el campo empírico, a considerar las relaciones entre cultura y naturaleza experimentada por una población. Investigación en el enfoque se refiere a un grupo indígena que experimenta cambios recientes con la introducción de la creación del camarón en viveiro, sustitución de las actividades extractivas de pesca por cultivo, dando por resultado un cambio en la relación entre cultura y naturaleza. Diálogo entre las dimensiones empíricas y teóricas señaló superar la separación entre cultura y naturaleza propugnado por teóricos de la encuesta se basó en realidades empíricas difieren de que aquí, puesto que la separación ha persistido en la función de modernización experimentada por la población local.

Palabras Clave: *Cultura y naturaliza, Antropologia ecológica, Antropologia de la naturaleza*

Introdução

A polaridade entre cultura e natureza tem persistido como modelo classificatório para ordenar o mundo, se expressando como problema epistemológico. Para a antropologia pode-se dizer que o debate sobre as fronteiras entre cultura e natureza foi iniciado desde as origens da formação da disciplina, sendo dominado por critérios filosóficos, inspirados em Rousseau, Hobbes, Montesquieu entre outros. Porém por serem dominados por um sentido moral, eles foram mais tarde substituídos por critérios ecológicos. No final do século XX com a inserção da antropologia no debate sobre a crise ambiental, foram agregados critérios políticos à discussão filosófica e ecológica. O presente trabalho propõe um percurso teórico e crítico sobre a construção epistemológica da relação entre cultura e natureza no campo do pensamento antropológico, para em seguida tentar articular com dados fornecidos por experiências vividas em contextos de populações locais.

A escrita deste artigo foi motivada pelos debates propiciados pela disciplina Cultura e Ambiente lecionada pela primeira autora para turmas do bacharelado em ciências sociais e do mestrado em antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O programa da disciplina foi construído em torno do tema das fronteiras entre cultura e natureza, e nas tentativas de superação dessas fronteiras por alguns teóricos mais recentes. Como integrantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPB, as autoras dialogam com uma equipe multidisciplinar composta de docentes de variadas formações e se defrontam com experiências de pesquisa com problemáticas que se situam nas relações entre cultura e natureza (Andrade e Lima, 2012). Com isso, a discussão teórica e epistemológica ensejou reflexões a partir de alguns exemplos destas experiências de pesquisa. Contudo, a pesquisa que serviu de referencia para esta análise foi realizada pela segunda autora envolvendo um grupo indígena, cujo território contém uma sobreposição com uma Área de Proteção Ambiental, na qual os indígenas desenvolvem um cultivo de camarão em viveiro em escala familiar.

Considerando que a relação entre cultura e natureza constitui para antropologia uma questão permanente, foi necessário delimitar o campo da análise, identificando as contribuições teóricas no âmbito da literatura antropológica, para nortear este percurso teórico. Outros critérios foram elencados para ordenar o debate proposto, entre eles o comprometimento dos teóricos com a problemática envolvendo o campo ecológico e ambiental. Foram selecionadas três abordagens antropológicas, mais comprometidas com o tema em pauta: a antropologia ecológica; o estruturalismo francês e a antropologia da natureza, finalizando com uma rápida incursão na ecologia política. Neste sentido, as vertentes escolhidas evocam três esferas cruciais que envolvem as interrelações entre cultura e natureza, sendo elas respectivamente a esfera do econômico, do simbólico e da política.

Assim, o problema epistemológico da relação entre cultura e natureza assume orientações distintas, conforme as premissas de cada vertente teórica e a trajetória dos estudos empíricos produzidos no âmbito de cada uma, como se tentará analisar ao longo deste trabalho.

Portanto, o traço comum é o reconhecimento do papel desempenhado pela esfera ambiental ou ecológica para a compreensão dos processos sociais. De um lado se situam as chamadas culturas tradicionais, que têm uma relação mais estreita com a natureza, de onde retiram seu sustento, e do outro lado, as culturas contemporâneas através dos movimentos ambientalistas, que buscam reencontrar uma relação perdida com a natureza. Em ambas as realidades temporais e espaciais ocorreriam formas de superação desta polaridade, embora ela de fato ainda persista tendo em vista a continuidade da racionalidade moderna ocidental.

A antropologia da natureza concebida por Descola (2007) se aproximou do estruturalismo ao destacar as relações tensas entre cultura e natureza no âmbito das cosmologias e mitologias indígenas. Já Latour (2004) se filia à antropologia da natureza para analisar a possibilidade de aproximação entre a natureza, a ciência e a política através de um diálogo entre políticos e cientistas, onde a política e a natureza se fundem. Esse diálogo é tenso em virtude das controvérsias entre especialistas da natureza e políticos compondo duas câmaras a dos especialistas defensores da conservação da natureza e a dos políticos referente aos interesses dos humanos. A tendência é a formação de uma assembleia única para exercer uma política da natureza.

Contudo, para ecologia política a exploração intensiva da natureza pelos grandes capitalistas deve ser distinguida da produção em pequena escala de populações locais, considerando os desequilíbrios distributivos em relação ao uso dos recursos naturais (Little, 2006; Alier, 2009). Entretanto, Foladori e Taks (2004) filiados à antropologia ecológica, numa visão crítica mais recente consideram que a "sabedoria ecológica dos primitivos", deveria ser reavaliada, cabendo à antropologia o papel de "desmistificar os preconceitos sobre a relação das sociedades com seus ambientes naturais" e o de "abordar os problemas ambientais de modo a caminhar rumo a sociedades mais sustentáveis" (Foladori e Taks, 2004). Há inúmeros exemplos de colapsos ambientais com o desaparecimento de culturas inteiras provocados pela desertificação de grandes áreas, pelo modo insustentável de exploração dos recursos naturais por paleoíndios ou civilizações desaparecidas (Diamond, 2012). Tais exemplos demonstram que as sociedades tradicionais não têm um modo de vida em equilíbrio com a natureza, sendo a busca de uma relação mais equilibrada um projeto em construção nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido, a pesquisa escolhida para dialogar com esses autores oferece um exemplo desta posição da antropologia, em que um grupo indígena que integra a categoria de povos tradicionais, passa a desenvolver a carcinicultura como sistema produtivo local, que reconhecidamente provoca degradação ambiental com desmatamento e perda de biodiversidade. Esta inovação tecnológica engendra uma nova forma de relação cultura e natureza para este segmento da população indígena.

Para iniciar a análise será exposto um quadro teórico metodológico de cada vertente selecionada, inserindo em cada uma o debate epistemológico que emergiu das reflexões dos diferentes antropólogos filiados a elas.

A POLARIDADE ENTRE CULTURA E NATUREZA NA ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA

A antropologia ecológica se situa no marco da tradição norte-americana que introduziu de forma sistemática a variável ambiental nos estudos antropológicos, dentro de uma matriz teórica fundada no neoevolucionismo e no materialismo cultural, que privilegia a dimensão econômica. Uma parcela significativa de antropólogos norte-americanos foram formados sob a influencia dos estudos de J.Steward e L.White entre as décadas de 1930 a 1980. Entretanto, alguns deles como Rappaport (1984) se afastaram da visão neoevolucionista dos fundadores para investir numa teoria neofuncionalista, e introduziram o conceito biológico de ecossistema, com suas propriedades - o holismo e a capacidade de auto-regulação interna – como geradoras de homeostase ou equilíbrio dinâmico. Ao adotarem a população local como unidade de estudo, a cultura passou a ser concebida como instrumental e como mecanismo adaptativo, que se ajusta ao processo de regulação do ambiente ou ecossistema, no qual ela está inserida (Neves, 1996; Adams, 2000).

Cabe destacar outras premissas da matriz teórica da antropologia ecológica, em que a adaptação de populações humanas a determinados ambientes assume papel central, cuja relação dinâmica é influenciada pelo fluxo de energia que inclui as práticas de exploração dos recursos disponíveis para o aproveitamento em sua dieta alimentar, representada pela eficiência no consumo proteico ou energético dessas populações.

Já Marvin Harris (2011) e Sahlins (1979) seguiram algumas tendências da escola, mas enveredaram por caminhos opostos. Se o primeiro consolidou o fundamento do materialismo cultural em seu estudo sobre a racionalidade econômica e energética da interdição religiosa do consumo de proteína oriunda da vaca pelos indianos, o segundo rompe com esta tradição ao produzir uma crítica contundente ao materialismo, especialmente à visão utilitarista, com sua tese da afluência das comunidades de caçadores e coletores do paleolítico (Sahlins, 1978).

A crítica de Sahlins em Cultura e Razão Prática se orienta para a rejeição de duas concepções materialistas da cultura, seja a do tipo naturalístico, que concebe a economia como "manutenção da população humana dentro de limites de viabilidade biológica" (Sahlins, 1979); seja a do tipo utilitarista, em que o processo produtivo se traduz como forma de subsistência que exclui sua dimensão histórica. Para este autor a dimensão material do trabalho e as práticas correspondentes existem de forma articulada a uma ordem cultural ou simbólica. Assim, Sahlins ao propor romper a dicotomia entre a parte material e a racional ou simbólica da cultura, para construir uma visão integrada através da noção de razão prática, investe seu esforço em trazer a antropologia de volta para sua premissa fundadora de compreensão da cultura com sua propriedade de intervenção na natureza.

O debate das fronteiras entre cultura e natureza foi intenso nesta corrente, tendo provocado uma espécie de ruptura entre os antropólogos que mantiveram-se no lado da cultura como Steward, White, e os que escolheram construir suas análises mantendo-se

no lado da natureza, através da adoção do conceito de ecossistema. Nesta perspectiva analítica, o humano e a cultura perdem a posição de centralidade com a emergência do meio envolvente, ou seja, o ambiente ou o ecossistema, para autores como Rappaport (1984). Para eles, a cultura passa a ser tão somente uma propriedade ou atributo da população humana nos processos adaptativos em suas interações com as outras espécies bióticas e as abióticas no ecossistema contribuindo para homeostase. A opção por realizar pesquisas situadas neste espaço de fronteira impôs, portanto, uma escolha pela operacionalização do conceito de cultura ou de natureza ou ecossistema, emergindo daí a pergunta sobre qual dessas esferas deveria ser privilegiada ou determinante.

Desta forma, o problema epistemológico da fronteira no âmbito desta tradição antropológica se configurou pela oscilação entre a adesão ao polo da cultura ou ao polo da natureza, sem que os representantes da antropologia ecológica tenham chegado a um consenso. Para os partidários da ecologia cultural, a antropologia deveria permanecer fiel aos estudos sobre cultura, mantendo-se alinhados com o culturalismo, enquanto os da ecologia humana sentiam-se à vontade para transitar para o polo da natureza analisando os processos sociais como paralelos ou similares aos processos naturais.

Nesta etapa do debate epistemológico, o que está em pauta é a reafirmação da dicotomia entre cultura e natureza e não a sua superação, uma vez que a polêmica é construída em torno da escolha do eixo dominante da análise.

O problema epistemológico da relação cultura e natureza no estruturalismo francês e na antropologia da natureza

O ponto de ruptura entre a tradição antropológica norte-americana e a francesa poderia ser indicado simplificadamente através da adoção do critério baseado na dicotomia entre a dimensão material e simbólica da cultura. Partindo da classificação de Neves (1996) a tradição norte-americana seria rotulada de antropologia da "barriga", e a francesa de antropologia da "pensée" embora Lévi-Strauss tenha reagido a seus colegas anglo-saxões quanto ao rótulo de idealista/intelectualista. Em vários de seus livros, entre os quais O cru e o cozido (1991), O olhar distanciado (2010), De perto e de longe (2005), Lévi-Strauss reage ao rótulo e reitera que fez uso de critérios extraídos da história e da especificidade do habitat dos grupos indígenas detentores dos mitos coletados na construção de suas análises.

Assim, ele defende que a antropologia é antes de tudo uma ciência empírica, de modo que o estudo do mito deve estar fundamentado na relação entre cultura e meio ambiente. Para assegurar a relação entre os mitos indígenas e a natureza, fez questão de informar que durante a realização de sua investigação, muniu-se de uma literatura com inventários e classificações de espécies da botânica e da zoologia. Partindo dela se deteve na identificação de plantas e animais conhecidos e empregados em aplicações técnicas por cada sociedade, sobretudo em seus preparos alimentares etc. (Lévi-Strauss ,1991):

> Confrontado com condições técnicas e econômicas ligadas às características do meio ambiente natural, o espírito não fica passivo. Não reflete estas condições; reage a elas e articula-as logicamente em sistema. Não é tudo; porque o espírito não reage apenas ao meio ambiente que o rodeia, também tem consciência de que existem meios ambientes diferentes e de que os seus habitantes reagem a eles, cada povo à sua maneira.

Portanto, as culturas reagem de forma distinta ao ambiente que a rodeia, em que as escolhas de espécies de plantas e animais em um dado ambiente são arbitrárias. É o caráter arbitrário dessa escolha para composição dos mitos e ritos que fundamenta o predomínio da explicação estruturalista quanto ao ordenamento lógico do mito, cuja inspiração é a estrutura universal do espirito humano que remete finalmente à estrutura do mito, conforme suas palavras (Lévi-Strauss, 1986):

> [...] escolhe certas espécies animais ou vegetais, certas substâncias minerais, certos corpos celestes e outros fenômenos naturais, para os dotar de uma significação e pôr em forma lógica um conjunto acabado de elementos. O estudo empírico condiciona o acesso à estrutura.

Neste sentido, o mito é compreendido "como uma língua que tem por função significar a significação" (Lévi-Strauss, 1991).

Bateson (1987), embora não se filie ao estruturalismo, ao propor um novo campo de conhecimento, que ele denominou de ecologia da mente, adotou uma premissa que se aproxima do estruturalismo de Lévi-Strauss. Seu perfil interdisciplinar de biólogo e antropólogo ao mesmo tempo, dá a sua contribuição ao debate sobre as fronteiras uma conotação especialmente significativa, ao afirmar (Bateson, 1987): "As leis da conservação da energia pertencem mais a substância do que a forma. Mas o processo mental, ideias, comunicação, organização, diferenciação, padrão e etc. pertencem mais a forma do que a substância." Ele propõe romper com a dicotomia que divide os fatos da vida e o padrão da ordem. Esta dimensão formal atribuída às atividades mentais está bem presente no pressuposto estruturalista, no qual o pensamento assume o caráter de uma linguagem estando submetido a certas estruturas mentais.

O problema epistemológico da relação entre cultura e natureza ganha novos contornos na antropologia francesa, no estruturalismo de Lévi-Strauss, especialmente em Mitológicas, obra complexa dedicada à formação de um inventário da mitologia indígena americana. Em torno desse estruturalismo serão analisados alguns desdobramentos produzidos por antropólogos como Castro (2002) e Descola (2007) através de suas pesquisas junto às populações indígenas da Amazônia, envolvendo estudos sobre o pensamento ameríndio.

Convém destacar que as divergências entre Descola e Lévi-Strauss, se encontram entre outras, em torno da distorção no conceito de ambiente em função da linguagem atribuída ao mito por Lévi-Strauss: "[ele] tendeu a tratar o ambiente como um léxico de propriedades, recomposto nos sistemas métricos, nos sistemas de classificação, nas produções ideológicas." (Descola, 2007).

Assim, da crítica ao estruturalismo nasceu a proposta de uma antropologia da natureza por Descola, que se funda na rejeição da ideia de separação entre cultura e natureza para propor a ideia de que as relações entre elas são "contínuas e constantes de interação pessoal entre humanos e não-humanos através de todo tipo de dispositivos" (Campos e Daher, 2013). Como exemplo dessas formas de interação menciona os encantamentos e os sonhos em que se verificam comunicações no plano espiritual entre humanos e não humanos. Descola (2007) complementa que o ambiente visto assim seria tomado como um reservatório de elementos contrastivos, organizados em sistemas ideológicos, levando a estudos sobre transformações dentro do sistema.

Descola procura inovar ao investir no problema epistemológico da relação entre cultura e natureza através da tentativa de superar a clássica dicotomia entre eles, partindo da ideia formulada por Castro sobre o perspectivismo do pensamento ameríndio. O perspectivismo

e o multinaturalismo, concebidos por Castro (2002) a partir do pensamento indígena e extraído de suas pesquisas na Amazônia, irá inspirar Descola em sua tentativa de desconstrução da dicotomia entre cultura e natureza.

O perspectivismo é assim definido por Castro (2002): "trata-se da concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos." Esta apreensão mútua sob perspectivas diferentes se expressa em um plano cosmológico a partir da atividade da caça, em que animais predadores e espíritos se percebem como humanos e estes são identificados aos animais de presa no plano espiritual. É a relação de predador e presa que permite associar o contexto pragmático ao teórico constituindo a base da ontologia amazônica da predação (Castro, 2002).

Em suas pesquisas amazônicas Castro (2002) constatou no sistema de predação que nem todos os animais participam, mas apenas algumas espécies são selecionadas como predadores e outras como presas. Já Descola (2007) detectou a crença entre os Achuars da Amazônia equatoriana, de que não havia uma dissociação entre o mundo dos humanos e o dos não-humanos, baseada no fato de que a maioria das plantas e animais seriam dotados de alma, levando-o a uma retomada do animismo.

Descola insistindo na dissolução das fronteiras entre cultura e natureza, percebeu que não teria sucesso em sua tentativa de eliminar o dualismo entre natureza e cultura partindo da teoria do totemismo de Lévi-Strauss, uma vez que nela o dualismo é reafirmado. Desta forma, ele desqualifica o totemismo como sistema de classificação e propõe compreendê-lo através do animismo, o qual se fundamenta na noção de ontologia. Ao investigar a cosmologia indígena como referência empírica, ele propõe definir o coletivo segundo a sua perspectiva da antropologia da natureza: (Descola, 2007)

> São todas as espécies que têm corpos semelhantes. [...] Os animícos – [...] das minorias aborígenes da Malásia até a Amazônia – têm esta ideia de que o corpo é um invólucro de ferramentas biológicas que permite agir sobre o mundo e que, neste sentido, constitui a maneira pela qual cada espécie constrói seu mundo.

Castro (2002) e Descola (2007) partindo desta matriz cosmológica inserem no marco do debate epistemológico da antropologia da natureza, não só a tentativa de superação da dicotomia como modelo universal, mas propõem a inversão da dicotomia entre cultura e natureza, demonstrando que o modelo convencionalmente conhecido não é universal. É preciso deixar claro que o pressuposto da relação interespécies envolvendo humanos e não-humanos não é concebida numa perspectiva material das práticas econômicas e de subsistência em um nicho ecológico, mas no contexto do pensamento e da cosmologia ameríndia.

Para tratar da relação entre humanos e não-humanos, os autores citados recorreram à noção de coletivo de Latour (2004), porém extraindo sua dimensão política para inserir novamente o critério classificatório. Porém veremos que Latour formulou o conceito de coletivo para tratar de outra realidade como será demonstrado mais adiante.

A SIMETRIA NA RELAÇÃO CULTURA E NATUREZA ENTRE A ANTROPOLOGIA DA NATUREZA E A ANTROPOLOGIA ECOLÓGICA RENOVADA

Com Latour (2004) a antropologia da natureza constrói sua especificidade a partir da ênfase sobre o campo político da ciência em ação e das controvérsias entre os cientistas, como crítica à antropologia ecológica defendida por Ingold (2012). Esta vertente, ao contrário da anterior tem um diálogo mais estreito com as ciências naturais e particularmente com a ecologia humana, reconhecendo os aportes das pesquisas em bioantropologia e biosociologia. Com Ingold a antropologia ecológica se renova ao substituir a categoria dos humanos pela de vida como objeto de estudo antropológico.

O debate entre esses dois autores revela o quanto ambas as abordagens teóricas trazem contribuições importantes para a antropologia para compreender as problemáticas do mundo contemporâneo, que envolvem não só os humanos, como os não humanos e que requerem uma visão interdisciplinar para abordar o mundo em colapso ou a vida em sua dinâmica.

Para abordar a simetria, Latour se remete ao legado da antropologia clássica por "tratar sem crise nem crítica o tecido sem costura das naturezas-culturas" (2007), ao assumir desde o inicio de sua trajetória a prática de produzir uma descrição do mundo com seus híbridos. Trata-se da habilidade de compor em uma mesma monografia elementos díspares que se conectam como ancestrais, cultivos de mandioca, ritos de iniciação etc. A comparação entre culturas diante de uma natureza universal produzia uma separação entre a cultura do nós, do antropólogo (ocidental) e a dos outros, do objeto de estudo (não ocidental), gerando uma nova proposta relativista de comparação do híbrido naturezas-culturas.

Desta maneira, Latour (2007) expande a divisão entre nós e eles para a dos humanos e não-humanos, considerando que ela se situa não apenas no centro do debate do relativismo como da própria ciência, já que tal divisão é uma construção ocidental, e não dos demais povos, chineses, ameríndios etc. A inserção do conceito de rede no debate em torno do local e do global permitiu estabelecer este fio ou as linhas que fazem a conexão entre eles: Para Latour (2007) "Os dois extremos, o local e o global, são menos interessantes do que as disposições intermediárias aqui chamadas de rede."

Aliás, o conceito de rede confrontado ao de sistema entre outros que ganharam evidência nas abordagens ecológicas, revelou maior eficácia perante eles por seus atributos: "Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne dessas histórias mescladas" (Latour, 2007).

Ainda que Latour tenha avançado muito na constituição do campo da antropologia da natureza, ao fazer o diálogo com Ingold emergem várias controvérsias em virtude da afinidade do antropólogo britânico com a antropologia ecológica e com a dimensão da ecologia da mente de Bateson (1987). Uma das controvérsias se manifesta através da crítica de Ingold (2012) a noção de rede de Latour (2007), propondo uma versão mais orgânica da rede através da ideia de teia ou trama.

Ao invés de rede, Ingold propõe: (2012) "um emaranhado de coisas, [...] num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento". Para retirar o foco dos objetos ou artefatos e técnicas se contrapondo a Latour, ele se interessa pelos processos vitais alimentados por fluxos materiais. Deste modo, sua noção de *habitar* o mundo pressupõe um ambiente sem objetos – ASO (Ingold, 2012) e constrói a concepção acerca da relação entre o ambiente e a condição de viver no mundo como: (Ingold 2013 p.12) "condição de estar vivo para o mundo, caracterizado por uma capacidade elevada de sentir e responder, na percepção e na ação, a um ambiente que está sempre em fluxo, que não permanece o mesmo de um momento para o outro."

Contudo, para Latour (2006) na relação humanos e não humanos estão situados não apenas animais, vírus e bactérias como também, técnicas e instrumentos tecnológicos que passam a agir como um ator que provoca mudança em um dado cenário, onde ocorrem controvérsias frente a grupos que se reagrupam não para formar sociedade, mas coletivos.

Convém chamar atenção para o fato de que as noções de rede e coletivos não incorporam as categorias de território e conflito (Little, 2002; 2006), centrais para a ecologia política que problematiza a relação entre cultura e natureza a partir das disputas em torno do acesso aos recursos naturais, gerando disputas por território. Trata-se de um enfoque que se mostra indispensável para tratar de realidades latino-americanas e não apenas aquelas do contexto amazônico, abordadas por Descola e Castro. No âmbito deste trabalho a reflexão será feita a partir de comunidades indígenas nordestinas que vivenciaram um longo processo de aculturação, cujas cosmologias se mostram bem alteradas em relação às cosmologias amazônicas. Neste contexto as relações entre cultura e natureza sofreram novas mudanças, com a introdução de uma técnica de cultivo de camarão, que ameaça a sustentabilidade ambiental do estuário, onde eles habitam. Mas seguindo o prognóstico de Latour (2004) através das ações dos coletivos, porta vozes dos não humanos e daqueles formados em favor dos interesses dos humanos, reunidos em associações e fóruns, cuja consequência será a impossibilidade da manutenção da clássica divisão entre natureza e sociedade ou entre natureza e política.

Cultura e natureza em pesquisa com populações locais: Os Potiguaras da aldeia de Tramataia-Marcação/PB

As reflexões sobre as relações entre cultura e natureza a partir de agora serão baseadas em experiências concretas de mudanças vividas por uma população local, que foi alvo de uma pesquisa realizada nos dois últimos anos. A realidade selecionada é constituída por um grupo de indígenas da aldeia Potiguara de Tramataia no litoral norte da Paraíba, vivendo em seu próprio território em área semiurbana, cujas vivências com a natureza oferece um exemplo interessante de reflexão. A pergunta formulada em primeiro plano propõe indagar em que medida para o grupo pesquisado a relação entre cultura e natureza é material ou simbólica e em segundo plano como é possível manter o pressuposto da inseparabilidade entre cultura e natureza.

Trata-se de um povo indígena que possui vínculos históricos com o território em que vive desde a chegada dos portugueses, cujos laços com a terra são profundos e marcados por lutas travadas para permanecer em seu território, tendo conseguido garantir direitos fundiários com a demarcação e homologação de parte dessas terras a partir de 1991. Com isso, a construção da alteridade e etnicidade Potiguara é fruto da longa luta pela terra ainda em curso, que em tese propiciaria uma autonomia e isolamento. Contudo, os contatos ao longo dos séculos com a sociedade nacional levaram a uma aculturação lenta e gradual, no que tange a diversos aspectos da vida material, que alteraram igualmente a dimensão cosmológica. A economia tradicional Potiguara de pesca e agricultura já havia sido impactada desde o início do século passado com atividades de grande capital no seu entorno, como a fábrica têxtil de Rio Tinto que empregou população indígena e as plantações de cana de grandes usinas que penetrou nas terras indígenas e empregou mão-de-obra indígena.

A partir das duas últimas décadas um grupo de Potiguaras assimilou e implantou uma técnica de produção de camarões em viveiros em escala familiar em suas terras, que resultou em alguns danos ao ambiente natural formado por um manguezal em um estuário, inserido em uma área de proteção ambiental federal - APA da Barra do rio Mamanguape criada em 1993. A inovação técnica foi fruto de um lado, de uma demanda interna de indígenas insatisfeitos com o declínio da pesca, e motivados pelo sucesso da carcinicultura no vizinho estado potiguar, e do outro uma resposta institucional com apoio técnico e financeiro[1] que possibilitou a implantação desta inovação no sistema produtivo dos indígenas de Tramataia. O cultivo de camarão em viveiro foi introduzido na aldeia de Tramataia inicialmente através de um projeto da UFPB com camarão nativo, que não ofereceu resultado imediato levando os índios a buscarem a técnica com camarão exótico, já conhecido pela sua alta rentabilidade (Sampaio, 2015).

Sendo esta atividade dependente da compra de insumos adquiridos em empresas da região e a produção quase inteiramente voltada para o mercado, uma vez que ela se articula a uma rede que possui vários elos que estão fora do ambiente em que esta comunidade se insere.

A atividade de carcinicultura pressupõe a participação em uma rede que une camarões (espécie exótica), rações, antibióticos e indígenas carcinicultores ao mercado, integrado por empresas que fornecem os insumos da produção e compradores dos camarões destinados a restaurantes locais e da capital. Entre os elos da rede se desenvolvem relações intermediárias que revelam a singularidade do sistema, tendo em vista os arranjos construídos em que os intermediários ou compradores da produção são também indígenas, eliminando a figura dos atravessadores que fragilizam a condição dos produtores. Deste modo, são os compradores indígenas que realizam a venda para os restaurantes e mercados locais.

Este modelo permite uma forma de articulação da produção com o mercado, que reduz os conflitos existentes nas transações intermediadas por não indígenas, ao mesmo tempo em que incorpora um número maior de indígenas na cadeia produtiva do camarão, fortalecendo as relações entre eles.

A antropologia ecológica em certa medida está apta para examinar processos que ocorrem em um dado contexto ecológico, cujas interaçõesocorrem sobretudo naquele nicho. Contudo, uma mudança no modo de relação com a natureza ocorreu neste grupo de indígenas com a introdução de uma técnica de cultivo de camarões, que representou a substituição da atividade extrativista típica da pesca artesanal, praticada tradicionalmente por estes indígenas. A pesca artesanal significava um modo de relação com a natureza que dependia do conhecimento dos ciclos naturais das espécies e do tempo da natureza, uma vez que práticas extrativistas obedecem a esses ciclos. Já o cultivo de uma espécie exótica em viveiro, fora do habitat natural através de uma técnica que independe dos limites do tempo da natureza para seguir o tempo da produção, na qual o ciclo vital da espécie é reduzido em proveito da obtenção de maior produtividade e menor custo.

Embora a suposta significação etimológica da palavra 'potiguara' aluda à alcunha de povo comedor de camarão, a pesquisa revelou que os Potiguaras atuais não apreciam o camarão que cultivam e preferem o consumo de carne. Entre os indígenas atuais a preferencia pela carne pode sinalizar ora um status superior perante os demais indígenas não produtores de camarão, como também uma rejeição ao camarão cultivado, sendo o natural considerado mais saboroso e com mais prestígio.

Em entrevistas à pesquisa (Sampaio, 2015), os produtores potiguaras de camarão da aldeia de Tramataia disseram entender que o termo "melhoria da qualidade de vida" significa maior e melhor acesso à saúde, lazer, alimentação e moradia, o que foi incrementado após sua iniciação nos cultivos de camarões. Eles não entendem que a "autonomia sociocultural" signifique se manter nas antigas tradições, como a manutenção da dança do toré, da língua indígena e suas típicas moradias, mas consideram que cultivar, aprender e manter a atividade da criação de animais também vai terminar virando seu meio de vida e um dia também poderá se transformar em sua tradição (Sampaio, 2015).

1 A carcinicultura Potiguara foi viabilizada com recursos do Banco Mundial através do COOPERAR-PB em parceria com a Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas –EMPASA que forneceu os cursos de capacitação

A avaliação do índio Potiguara carcinicultor entrevistado sobre um cenário futuro desta produção converge para a tese de Sahlins (1988) quanto a noção de modernização indígena, através da qual este processo supõe uma forma singular de apropriação de inovações do capitalismo globalizado pelos indígenas.

De fato, a criação de camarões em um meio artificial, ou seja, tanques escavados na parte terrestre do estuário com perda de manguezal é mediada pela intervenção humana através do uso de produtos químicos adicionados a rações e medicamentos para rápida engorda e combate de doenças. Com isso, o sistema elimina a cadeia alimentar natural, onde não há presas ou predadores concorrentes. A quebra deste ciclo natural entre predador e presa vai interferir ao mesmo tempo na dimensão simbólica do sistema cosmológico indígena, existente de modo operativo no modelo amazônico (Castro, 2002; Andrade, 2010).

Desta maneira, a cadeia produtiva possui um elo com um segmento externo não índio, que faz parte do sistema capitalista globalizado, ou seja, a empresa fornecedora de todos os insumos para o cultivo, começando pelas larvas do camarão. Com isso, no universo da carcinicultura familiar potiguara não há uma apropriação simbólica da natureza que possa ser traduzida em mitos e ritos, uma vez que o processo produtivo é artificial.

Por outro lado, é possível evocar outra realidade vivida por uma população local diante de impactos da modernização, reveladora da manutenção de vínculos afetivos e espirituais com a natureza. Esta realidade é vivenciada por um grupo de pescadores artesanais da praia de Suape, excluídos de sua área de pesca e das terras em que viviam, para dar lugar a grandes instalações portuárias e fabris (Santos e Andrade, 2013). Este grupo de pescadores artesanais mantém uma festa anual em torno do ouriço do mar, reveladora de laços afetivos com o mar através desta espécie, a partir da qual se desenha uma cosmologia. Esta festa se constitui como uma tradição inventada com pouco mais de sessenta anos que expressa de forma ritualizada e repleta de símbolos significativos a relação entre pescadores que perderam seu espaço de pesca, mas mantem uma apropriação simbólica do mar (Santos; Andrade 2013). A festa da ouriçada é iniciada pela coleta de ouriços do mar na linha de recifes naturais existente na praia, que ocorre apenas em um único dia do ano (o dia do marinheiro e de Santa Luzia), em período da reprodução dos ouriços em que eles se tornam abundantes. Neste dia dedicado ao ouriço a pesca habitual é proibida e culmina com uma distribuição coletiva da ouriçada, iguaria preparada pelas mulheres dos pescadores com o ouriço, verduras e farinha de mandioca, servida para os participantes do ritual. A festa é organizada por uma família de pescadores da praia de Suape, a qual se configura como uma expressão de resistência desta comunidade pesqueira, cuja atividade está prestes a desaparecer da área pelas pressões da gestão portuária (Santos e Andrade, 2013).

A escolha do ouriço como espécie alvo de ritualização e simbolização por esta comunidade pode ser entendida como supõe Lévi-Strauss como uma escolha arbitrária, uma vez que o ouriço não tem um valor de mercado já que não faz parte da alimentação habitual das comunidades locais ou da população regional. Por outro lado, o ouriço ganha visibilidade para o pescador por ser época de reprodução, representando o vínculo afetivo e de conhecimento do pescador com relação ao mar, de onde retirava seu sustento. Com a exclusão dos pescadores do seu território marítimo de pesca, os ouriços juntamente com a barreira natural de recifes da praia de Suape passam a representar simbolicamente os obstáculos à prática da pesca de alto mar realizada na zona posterior a barreira de recifes. Desta forma, o ouriço assume o papel de vítima em um ritual sacrificial, tornando-se comestível após a retirada da carapaça de espinhos, que representariam os obstáculos à pesca marítima para os pescadores artesanais. O prato da ouriçada constitui assim a oferenda de pescadores a protetores divinos da pesca, associados nesta comunidade a Santa Luzia protetora dos olhos.

Outro fator que contribui para a quebra nos vínculos entre cultura e natureza presentes em cosmologias indígenas, entre os Potiguaras, consiste no confronto com a legislação ambiental que incide sobre a porção do território indígena que se encontra em sobreposição com a área de proteção ambiental. O discurso ambiental dominante tem contribuído para fortalecer a noção de separação entre cultura e natureza, através de controles e leis que restringem fortemente as atividades das populações locais/tradicionais que vivem nestas áreas, cujas práticas tornam-se criminalizadas. O discurso da separação entre cultura e natureza é reforçado através da insistência na ideia da necessidade de eliminação das atividades exercidas pelas populações locais, ou do abandono de suas práticas tradicionais. A atividade considerada compatível com a proteção pelos órgãos ambientais tem sido a do turismo de natureza e de contemplação, que igualmente rompe com um modo de vida mais sintonizado com os ciclos da natureza. Considerando, o caso específico desta sobreposição de APA e Terra Indígena, o confronto é maior tendo em vista a adoção de uma prática não tradicional (a carcinicultura) que provoca impactos no estuário.

Contudo, a produção comunitária ou familiar de camarão em viveiro, apesar de provocar menos impactos, em função da escala da produção ser menor - menos de 5% da área da APA Barra do Rio Mamanguape é utilizada pelos carcinicultores indígenas (Sampaio apud ICMbio, 2015), para os órgãos ambientais, os impactos são considerados graves.

Sampaio (2014) em seu levantamento dos impactos ambientais da carcinicultura indígena destacou os seguintes: supressão de parte do mangue para a construção de seus viveiros; proximidade de grande parte deles da margem do estuário do rio Mamanguape; escape da espécie exótica cultivada quando as comportas de despesca e/ou os taludes desabam; má qualidade da construção dos viveiros; e falta de apoio técnico adequado no cultivo para controle de doenças e mortandade dos camarões contaminando a área.

Já para os indígenas pescadores artesanais a carcinicultura não teria provocado impacto sobre a pesca, uma vez que o declínio da pesca teria sido causado pelos danos da atividade agrícola das usinas, iniciado décadas antes, com o plantio de cana e uso de agrotóxicos arrastados para as águas do estuário. A situação singular da carcinicultura indígena contradiz a literatura que revela fortes conflitos entre grandes empreendimentos de carcinicultura e populações locais e movimentos ambientalistas em defesa dos manguezais desde a década de 1990 em Equador, Colómbia e Honduras (Alier, 2009). Contudo, no caso desta população local, os conflitos ambientais se manifestam entre pescadores indígenas e usineiros, se configurando como conflitos distributivos identificados pela ecologia política (Alier, 2009)

Já os especialistas em análise ambiental irão compor um coletivo dominado por gestores de agencias ambientais que assumem o papel de porta-voz da natureza, em confronto com o coletivo indígena e gestores de agencias de apoio ao indígena, que defendem direitos culturais de autonomia sobre suas terras. Deste modo, a problemática da economia indígena atual se aproxima das disputas entre os coletivos como aponta Latour (2004).

Considerações finais

Com o trajeto analítico feito em torno do debate sobre as fronteiras entre cultura e natureza com base nas abordagens antropológicas selecionadas, buscou-se refletir a respeito das

fronteiras e possibilidades de diálogo entre o saber antropológico e o saber ambiental. Este questionamento resultaria das querelas em torno da superação da dicotomia entre natureza e cultura, tendo em vista o crescente envolvimento da sociedade em defesa da conservação da natureza, em virtude dela depender a própria sobrevivência da humanidade.

A crítica ao antropocentrismo, construída no âmbito do pensamento ecológico e do ambientalismo, ao atribuir aos humanos a responsabilidade pela crise ambiental, seja através da racionalidade capitalista, ou ideologias ocidentais incluindo o cristianismo, provocou uma reflexão antropológica a cerca desta crítica. Latour (2004) e Ingold (1995) oferecem algumas pistas, ao abordar a relação entre humanos e não humanos ou humanidade e animalidade, relativizando a soberania dos humanos.

Desta maneira, o pensamento antropológico mais recente retira os humanos do centro do debate para situá-lo em redes técnicas em interação com não humanos ou teias orgânicas, em que o mundo local das populações tradicionais está interligado por diferentes tramas ao mundo global.

Com a introdução da prática do cultivo de camarão entre os Potiguaras, a relação entre cultura e natureza assume uma conotação material e utilitária, com a perda de vínculos existentes nas práticas extrativas tradicionais, em que um novo saber técnico ainda que precário vem desorganizar o saber local/tradicional ou provocar uma desaprendizagem do conhecimento anterior como adverte Santos (2010).

As interações cada vez mais intensas dos Potiguaras com a sociedade envolvente gera uma assimilação da modernização, e de uma lógica capitalista em suas atividades, em que se constata um processo de "modernização" e globalização que afeta as comunidades indígenas. Segundo Sahlins (1988), esta modernidade pode ser incorporada à tradição, mesmo que no primeiro momento esta incorporação seja confusa, pois, ao ser melhor observada é capaz de revelar a história dela.

E se a pesca artesanal permitia a vivência no estuário em uma relação não apenas material como simbólica com a natureza, dando lugar a uma memória onde personagens míticos protetores da natureza, como o "pai do mangue", que exprimem uma relação afetiva e de respeito frente ao mundo natural (Silva, 2011). Esta dependeria de uma compreensão dos ciclos naturais, que é desarticulada neste sistema de cultivo, cuja produção é destinada não para o consumo, mas para o mercado.

No confronto entre as novas abordagens antropológicas que apontam a superação da ruptura entre cultura e natureza e as pesquisas etnográficas recentes sobre populações locais/tradicionais sob a influência da economia globalizada, observa-se a perda dos antigos vínculos entre cultura e natureza. No caso investigado esta perda deveu-se a criação de camarão em viveiro, que modificou a relação dos índios com o estuário e o manguezal substituindo a atividade extrativa de caranguejo e demais espécies existentes na área. Com o novo sistema produtivo, a relação com a natureza se modifica para ser tratada como recurso, e dependendo da escala da exploração do recurso os danos provocados ao ambiente podem ser irreversíveis.

Ao longo de quase duas décadas dessa inovação tecnológica na economia indígena houve problemas de mercado com a desvalorização no preço, bem como técnicos com a proliferação de doenças, gerando a queda na produção e no número de viveiros em atividade (Sampaio ,2015). Com isso, a atividade vem se ajustando a uma escala menor e a um modelo familiar, facilitando com isso negociações com o órgão de controle, de modo a se adequar a dimensões que favoreçam a sua sustentabilidade socioambiental.

Assim, esta realidade pode mudar conforme Sahlins (1988), já que a cultura indígena não está desaparecendo por estar cada vez mais incorporando a lógica não-indígena, mas sim, se transformando e, tornando-se mais complexa em sua diversidade. Ela implica ainda uma reinvenção no modo de habitar este ambiente que se encontra em curso, de modo a fundir os interesses da natureza ligados à conservação da biodiversidade com interesses indígenas que assegurem a manutenção da sociodiversidade.

Referências

Adams, C. 2000. **Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume.

Andrade, M.O.; Lima, G.F. (Orgs.) 2012. **Gestão e Desenvolvimento Socioambiental na Paraíba: Concepções e Práticas**. Vol.1. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB.

Andrade, M.O., 2010. A dimensão simbólica e espiritual da biodiversidade nas cosmologias indígenas e abordagens filosóficas. in: **Horizonte**, Belo Horizonte: Puc Minas vol.8, nº17, p. 11-25, abr/jun.

Bateson, G. 1987. **Steps to an ecology of mind.** New Jersey/London: Jason Aronson Inc. 1987.

Campos, R.; Daher, A. 2013. Entrevista – A antropologia da Natureza de Phillipe Descola. **Topoi** (Rio J.) vol.14 no.27 Rio de Janeiro July/Dec.

Castro, E. V. 2002. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena in: **A inconstância da alma selvagem**, São Paulo: Cosac y Naify, p.345-399.

Descola, P. 2007 . À propos de Par-delà nature et culture in: **Tracés, Revue des Sciences Humaines**, nº12, p. 231-257.

Diamond, J. 2012. **Colapso, como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record.

Foladori, G. e Taks, J. 2004. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental in: **Mana** n 10 (2) p.323-348.

Harris, M. 2011. **Vacas, cerdos, guerras y brujas.** Madrid: Alianza editorial.

Ingold, T. 1995. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** 28, junho.

Ingold, T. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun.

Ingold, T. 2013. Repensando o animado, reanimando o pensamento, **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.7, n.2, p.10-25, jul./dez.

Latour, B. 2004. **Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia**. Bauru-SP: EDUSC.

Latour, B. 2006. Como prosseguir a tarefa de delinear associações?, in **Configurações**, nº 2, p. 11-27.

Latour, B. 2007. **Nunca fuimos modernos: ensayo de antropologia simétrica**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Eds.

Lévi-Strauss, C. 1991. **O cru e o cozido. Mitológicas**. São Paulo: Brasiliense.

Lévi-Strauss, C. 1986, O meio ambiente e suas representações in: **O olhar distanciado.** Lisboa: Edições 70, p.148-173.

Lévi-Strauss, C. e Eribon, D. 2005. **De perto e de longe**. São Paulo: Cosac y Naify.

Little, P. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº322, Brasília.

Little, P. 2006, Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico, in: **Horizontes Antropológicos**, nº 25, p.85-103, Porto Alegre: PPGAS.

Martinez-Alier, J. 2009. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto.

Neves, W.A.1996. **Antropologia Ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas.** São Paulo: Cortez.

Rappaport, R.A. 1984.**Pigs for the ancestors: ritual in the ecology of a New Guinean People**. New Haven: Yale University Press.

Sahlins, M. 1978, A primeira sociedade de afluência in: CARVALHO, E. (org) **Antropologia Econômica**, São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humans. p.7-44.

Sahlins, M. 1979. **Cultura e Razão Prática**, Rio de Janeiro: Zahar.

Sahlins, M. 1988, Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do 'Sistema Mundial. In: **Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia**. Campinas-SP, pp. 47-106.

Sampaio, J. A.A. 2015. **A carcinicultura familiar na aldeia indígena Potiguara de Tramataia, Marcação/Paraíba: em busca da sustentabilidade**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB.

Santos, B. S.; 2010. Pensamento Abissal: linhas globais da ecologia dos saberes. in Santos, B. S.; Menezes, M. P. (orgs) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez.

Santos, J. O.; Andrade, M. O. 2013. Festa da Ouriçada e devoção a Santa Luzia na praia de Suape-PE: expressão sincrética e simbólica da biodiversidade e do território de pescadores artesanais. **Horizonte**, Puc Minas. Vol. 11, n 30.

Silva, R. E. 2011. **Sob o olhar do Pai do Mangue: ensaio sociológico sobre a relação homem-natureza mediada por uma narrativa mítica**. João Pessoa: Ideia.